Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Atena Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Atena Editora
Ano 2021

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Atena Editora
Ano 2021

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-944-8
DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNO*R*ECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

CAPÍTULO 2 ..... **20**

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes
Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

CAPÍTULO 3 ..... **27**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo
Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia
Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

CAPÍTULO 4 ..... **43**

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

CAPÍTULO 5 ..... **53**

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara
Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

CAPÍTULO 6 ..... **68**

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

CAPÍTULO 7 ..... **83**

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo
Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena
Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

CAPÍTULO 8 ..... **88**

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Daniela de Oliveira Massad
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza
Andreia Maria Pedro Salgado
Édis Mafra Lapolli
Fernando Augusto Silva Marins

DOI 10.22533/at.ed.4482101048

CAPÍTULO 9 ..... **100**

CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS

Tomas Matheus Giacomel de Oliveira
Priscila dos Santos Schiavo
Denis Dall'Asta
Clóvis Fiirst

DOI 10.22533/at.ed.4482101049

CAPÍTULO 10 ..... **111**

CERÂMICA VIVA

Isabela Frade

DOI 10.22533/at.ed.44821010410

CAPÍTULO 11 ..... **124**

COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Samantha Frohlich
Eliana Cunico
Gabriela Christ

DOI 10.22533/at.ed.44821010411

CAPÍTULO 12 ..... **140**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?

Ralph José Neves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.44821010412

CAPÍTULO 13 ..... **152**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Allain Wilham Silva de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.44821010413

CAPÍTULO 14 ..... **174**

ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE

Gladys Milena Berns Carvalho do Prado
Roberto Carlos dos Santos Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.44821010414

CAPÍTULO 15 ..... **185**

ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA

Bruna Hariane da Costa
Emanuel Zanandréa
Valéria Fracaro
Valquíria Scolari
Willian Sbruzzi

DOI 10.22533/at.ed.44821010415

CAPÍTULO 16 ..... **204**

ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018

Clara Alice Spies
Lucimara Aparecida Zancheta
Liliane Dalbello

DOI 10.22533/at.ed.44821010416

CAPÍTULO 17 ..... **226**

GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Natália Aguiar Mol
Sophia Guarnieri
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França
Jordan de Oliveira Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.44821010417

CAPÍTULO 18 ..... **243**

GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO

Vera Ruth de Carvalho Fidalgo
Rilvanda Maria Pires Santos
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.44821010418

CAPÍTULO 19 ..... **275**

IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Laertes de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.44821010419

CAPÍTULO 20 ..... **297**

INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ

José Roberto Cordeiro
Luciane Maria Fadel

DOI 10.22533/at.ed.44821010420

CAPÍTULO 21 ..... **309**

INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA

Fábio Teixeira Lima
Felipe Lopes de Lima
Gernei Goes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.44821010421

CAPÍTULO 22 ..... **320**

MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO

Aline Tavares

DOI 10.22533/at.ed.44821010422

CAPÍTULO 23 ..... **332**

NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Adriana do Carmo Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.44821010423

CAPÍTULO 24 ..... **346**

O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017

Pricila Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.44821010424

CAPÍTULO 25 ..... **359**

OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM

Gladys Milena Berns Carvalho do Prado
Graziela Grando Bresolin
Patricia de Sá Freire
Roberto Carlos dos Santos Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.44821010425

CAPÍTULO 26 ..... **373**

RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO

Marina Aparecida Espinosa Negri

DOI 10.22533/at.ed.44821010426

CAPÍTULO 27 ..... **388**

TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA

Amanda Silva Abrão
Glória de Freitas Rocha Ribeiro
Leôncio Campos Gouveia
Mariana de Pádua Alves
Marcos Roberto Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.44821010427

CAPÍTULO 28 ..... **405**

BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA

Rafael Angelo Santos Leite
Marina Bezerra da Silva
Iracema Machado de Aragão
Maria Emilia Camargo

DOI 10.22533/at.ed.44821010428

SOBRE AS ORGANIZADORAS **418**

ÍNDICE REMISSIVO **419**

CAPÍTULO 1

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNO*R*ECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Data de aceite: 22/03/2021

Maria Amelia Souza Reis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO-Br
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS/MAST
Universidade de Coimbra-Centro Interdisciplinar de Estudos do Século XX- CEIS 20-Pt
http://lattes.cnpq.br/0334448997937512

RESUMO: Propor como tema de reflexões e estudos as tensões existentes entre colonialidade (Quijano,2009), colonialismo (Santos,2006/2009), diálogo intercultural (Ouellett) e etnoReconhecimento (Reis, 2006) como elementos capazes de repensar o patrimônio cultural material/imaterial e a Museologia como campo teórico em sua relação contemporânea com a Educação nos Museus é o desafio que motiva este trabalho. A interculturalidade entendida como dimensão prática e subjetiva possível ao encontro da diversidade humana com vistas ao etnoReconhecimento por todos, se entrelaça aos conceitos citados, objetivando aprofundar a reflexão sobre os embates e contradições presentes nos desafios para uma Educação político-critica (Freire, 1992) nos Museus como para a Museologia, entendida como campo teórico em disputa nessas instituições. De modo a compreender a articulação diversidade(s) e sua negação como próprias das formas de explicar o real, sendo este instituído um dos elementos formativos do colonialismo com sua cultura unicista, propus em artigo no XXII ICOFOM LAM a descolarização das ações educativas nos Museus, colocando como ênfase no trabalho atual a importância do diálogo intercultural e da metodologia da práxis como forma superadora das condições de invisibilidade presentes na exclusão primaria dos conhecimentos e formas de conhecer que não se encaixam no padrão hegemônico – os conhecimentos populares, indígenas, camponeses, africanos, etc., bem como daqueles que ainda se intimidam com os espaços e formas de conhecer museológicos considerados superiores àqueles construídos em seus grupos sociais. Em síntese, este artigo, para além de um resumo teórico, vem demonstrar as possibilidades voltadas para a educação nos ambientes museológicos em sua dinâmica interna e externa como processo e como ruptura de uma linearidade operatória, mecânica e estrutural estática e, por vezes, artificial capaz de isolar a muitos da experiência múltipla e plural nos museus.

PALAVRAS - CHAVE: Educação intercultural - museus – etnoReconhecimento.

(DIS) COLONIALITY, INTERCULTURAL DIALOGUE AND ETHNO*R*ECOGNITION IN MUSEUMS: CHALLENGES FOR CONTEMPORARY EDUCATION AND MUSEOLOGY

ABSTRACT: To propose as a theme of reflections and studies the tensions between coloniality (Quijano, 2009) / colonialism (Santos, 2006/2009) intercultural dialogue (Ouellett) and

ethnoRecognition (Reis, 2006) as elements capable of rethinking the cultural, material / Immaterial and museology as a theoretical field in its contemporary relation with museum education is the challenge that motivates this work. Interculturality understood as a practical and subjective dimension to the encounter of human diversity with a view to ethno Recognition by all, is intertwined with the aforementioned concepts, aiming to deepen reflection on the conflicts and contradictions present in the challenges to a political-critical education (Freire, 1992) In museums as well as in museology, understood as the theoretical field in dispute in these institutions. In order to understand the articulation of diversity (s) and its negation as proper of the ways of explaining the real, this being instituted one of the formative elements of colonialism with its unicist culture, I proposed in article XXII ICOFOM LAM the descolarization of educational actions in museums , Emphasizing in the current work the importance of intercultural dialogue and praxis methodology as a way of overcoming invisible conditions present in the primary exclusion of knowledge and ways of knowing that do not fit the hegemonic pattern - popular, indigenous, peasant, Africans, etc., as well as those who are still intimidated with spaces and ways of knowing museological considered superior those built in their social group. In summary, this article, in addition to a theoretical summary, demonstrates the possibilities for education in the museological environments in its internal and external dynamics as a process and as a rupture of a static, mechanical and structural linearity that is sometimes artificial Capable of isolating many from multiple and plural experience in museums.
KEYWORDS: intercultural education - museums - ethnoRecognition

INTRODUÇÃO

Como identificar quando um campo de conhecimento se preenche de “ausências” que se mostram em sua rota de desenvolvimento? Quais e como concepções oriundas de outras áreas do conhecimento científico podem ser apropriadas pela museologia e pelo patrimônio em seu sentido teórico e prático? Como formulações sociopolíticas podem contribuir para a melhoria das práticas museológicas inclusivas na América Latina e Caribe? Reconheço como Canclini (2011, XVII) que “alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem reformulá-los” como fator de fortalecimento de campos interdisciplinares ou, mesmo, como dimensões organizadoras de conflitos, consensos ou dissensos além de evidenciarem contradições nas Ciências Sociais, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas em meio a variações históricas e territoriais. Assim, neste artigo me proponho a discutir concepções apropriadas por outras áreas do conhecimento que podem vir a contribuir para a compreensão das tensões existentes entre patrimônio cultural, material/imaterial, e a Museologia como campo teórico em sua relação contemporânea com a Educação nos Museus a partir de estudos e reflexões entre colonialidade/colonialismo, diálogo intercultural e etnoReconhecimento como elementos capazes de repensar o trabalho educativo nos Museus em um mundo pleno em hibridações (Canclini, XIX) e identidades que se desterritualizam em um mundo novo de globalizações planetárias e intensamente desigual. Este é o desafio que motiva este trabalho.

A colonialidade (Quijano,2009) engendrada nos meios e nas múltiplas dimensões do poder capitalista tendo sua versão mais adensada em meio ao colonialismo ao qual se vincula frequentemente impondo classificações a partir das relações raciais e étnicas provenientes deste poder. O colonialismo compreende uma dimensão intrínseca de dominação/exploração de uma sociedade sobre outra atuando no controle das ações políticas e sociais, na produção e no trabalho das populações em sociedades determinadas e em outra jurisdição territorial, como nos mostra Santos (2006, 2009), em Epistemologias do Sul (Santos&Meneses, 2009). Outro conceito fundamental que aqui discutimos refere-se à interculturalidade e ao diálogo cultural a ele imanente, entendidos como dimensão prática e subjetiva que possibilita o encontro da diversidade humana com vistas ao etno*R*econhecimento de todos (Reis, 2006)[1]. Concepções estas que neste artigo se entrelaçam intimamente aos conceitos citados anteriormente e que contribuem para aprofundar a reflexão sobre os embates e contradições presentes nos desafios para uma educação político-critica (Freire, 1897) nos Museus como para a Museologia, entendida como campo teórico em disputa nessas instituições.

De modo a compreender a articulação diversidade(s) e sua negação como próprias das formas de explicar o real e, sendo este instituído um dos elementos formativos do colonialismo com sua cultura unicista, propus em artigo no XXII ICOFOM LAM a descolarização das ações educativas nos museus[2] ao colocar como ênfase em qualquer experiência educativa a importância do diálogo intercultural indicando-a como forma superadora de condições de invisibilidade presentes na exclusão primaria dos conhecimentos e nas formas de conhecer que não se encaixam no padrão hegemônico – os conhecimentos populares, indígenas, camponeses, africanos, ciganos, etc., bem como dos saberes daquelas pessoas que ainda se intimidam com os espaços e formas de conhecer nos museus por considerá-los superiores àqueles construídos por eles em seu grupo social específico.

O Museu e seu patrimônio, no seu processo de alargamento/acolhimento desse público, por muitas vezes, invisibilizado, é capaz de introduzir inadiavelmente a heterogeneidade do meio social e cultural de onde provêm e que tem sido interpelado pelos vários processos de exclusão e impedimentos em sua inserção com plenitude nas sociedades primordialmente plural e múltipla. A inadequação dos programas educativos, na maioria das vezes simplistas, excludentes e prescritivos, bem como a indiferença que se impõe com frequência nesses espaços educativos vigoram à exemplo do que ocorre

1 EtnoReconhecimento é um termo utilizado por esta autora para designar a compreensão de si por si mesmo em suas relações étnicas singulares, tomando a si o sentido e sentimento de pertença a um determinado grupo e identidade social de origem. Ou seja, o quilombola entender-se como pertencente ao seu grupo de origem e não aquele para o qual os discursos de negatividade de outros os levam a adotar.

2 "A "*Descolarizaçãoi/Descolonização dos museus: uma reflexão acerca da pedagogização da prática educativa museológica*" IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola ... Regional de Museologia para a América Latina e o Caribe- ICOFOM LAM. ..... II Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. - Educación Y Acción Cultural-Ceca. Eixo 3.3 - La dimensión social del patrimônio; la diversidad cultural y la alteridad, lo global y lo local: pilares de la educación museal

em diferentes sociedades na América Latina causando *apartheids*, dissimulações e silenciamentos étnicos. Daí, a necessária e imediata inclusão de metodologias e práticas interculturais que se pautem pelo encontro de novas configurações de sentido e de uma práxis indispensável à transformação social e cultural, - uma metodologia da práxis que se organize a partir de um conjunto de conhecimentos essenciais à construção de uma cidadania ativa e plena, promovida pelo museu como instituição educativa por excelência. Assim compreendidos, os museus são chamados a responder aos novos apelos criados pelas situações que se colocam: globalização intensa e intensificação de identidades locais (individuais e coletivas) na busca por fortalecerem-se e conviverem em igualdade de condições no esbatimento dos fundamentos hegemônicos.

Não se pode esquecer que a modernidade em sua experiência histórica não parece ter terminado o exercício secular de homogeneizações, configuradas por elementos consistentes destinados à sua permanência *ad eternum* em relações contínuas, lineares e unidirecionais. Como argumenta Santos (2009, p.181) "*esta negação da diversidade das formas de perceber e explicar o mundo é um elemento constitutivo e constante do colonialismo* ".

Vistos da perspectiva até aqui colocada, pode-se afirmar que os Museus carregam em si mesmos um grande desafio a resolver, por um lado, a heterogeneidade que caracteriza as sociedades contemporâneas e, por outro lado, o desvendamento das identidades e das culturas híbridas[3] em suas necessidades de mais conhecimentos do/no mundo planetarizado e intensamente segregacionista, sem deixar de lado tanto a pluralidade cultural quanto a homogeneidade fundamentalista encontrada lado a lado com a plenitude cidadã que se deseja e se requer encontrar.

Apesar das muitas e bem marcadas políticas públicas e sociais que pressupõem a homogeneização das ações educativas carregadas de problemas comuns, impostos pela vertente unicista presentificada em todas, importa-nos afirmar que a educação deve ser diferenciada, pois ensinar-aprender-ensinar é processo que compreende fenômenos complexos, híbridos e holísticos favoráveis ao conhecer-se si mesmo e a seu grupo étnico-sócio-cultural de pertença e a outros em suas diferenças.

O presente artigo entra no circuito de reflexões acadêmicas provenientes tanto do projeto de pesquisa[4] ao qual dedico minhas atenções quanto no desenho metodológico impresso em minhas aulas na disciplina que coordeno no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS/MAST[5] e que buscam articular patrimônio

3 Para melhor entendimento do termo rrecorrer a Canclini em " Culturas Hibridas: estratégias para entrar e sair de modernidade " (2011) na Introdução à Edição de 2001: "As culturas hibridas em tempos de globalização ".

4 é resultado ampliado da pesquisa "Educação como Patrimônio Pessoal e Cultural: Etnoconhecimento para um Etno-Reconhecimento: a importância da educação diferenciada e intercultural com qualidade social ". Este projeto caracteriza-se por trazer em si os elos entre ensino, pesquisa e extensão, focalizando a educação como patrimônio pessoal/cultural e toda a diversidade que lhe é implícita.

5 Disciplina: Museologia, Patrimonio, Educaçao e Interpretaçao que traz como ementa: Sujeito e percepção. Abordagem teórico-pedagógica da Museologia e do Patrimônio. Museologia, educação e ação comunitária. Pedagogia da liberdade e da esperança: o museu como formador de mentalidades.

cultural, educação, museus e museologia a partir de estudos práticos e teóricos. Ao assumir, portanto, a educação como patrimônio cultural material/imaterial aposto em seu caráter dinâmico e processual oriundos da imensa diversidade de práticas produtivas, ritualísticas e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas, atualizadas e rememoradas de forma a que o grupo social nela e, por ela, inserido mantenha o vínculo humano indispensável entre o presente, o passado e o futuro em construção.

Em síntese, para além de um resumo teórico essa pesquisa vem demonstrar as possibilidades de transformações sociais que se voltam para a comunicação nos ambientes museológicos e sua dinâmica interna e externa como processo, como ruptura de uma linearidade operatória, mecânica e estrutural estática e, por vezes, artificial, na medida em que as práticas exercidas não se podem descolar da pesquisa constante do meio ambiente museológico, voltando-se para os modos e as metodologias que organizam os cotidianos dos espaços nos Museus. Importa trazer à luz a importância da sinergia que agrega os diferentes objetos museológicos entre si, ajusta o olhar para a dinâmica da gestão educativa e para o exercício reflexivo necessário à compreensão dos problemas colocados para estudo, em sua articulação com um projeto museológico capaz de (des) colonizar/(des)escolarizar conhecimentos historicamente apreendidos e fundamentais a tornarem-se objetos e base empírica para inovadoras pesquisas científicas no campo.

Concepções sociopolíticas interdisciplinares e inclusivas para repensar o Patrimônio, a Museologia e o Museu Educativo

Quais e como concepções oriundas de outras áreas do conhecimento científico podem ser apropriadas pela Museologia e seu objeto – os Museus, e pelo patrimônio em seu sentido teórico e prático? Como formulações sociopolíticas podem contribuir para a melhoria das práticas museológicas inclusivas na América Latina e Caribe? Reconheço como Canclini (2011,XVII) que alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem reformulá-los, fortalecendo campos em sua interdisciplinaridade ou, mesmo, como dimensões organizadoras de conflitos, consensos ou dissensos e contradições nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente no campo em estudo, tendo sempre presente a diversidade histórica, identitária e territorial.

Transformações atuais na comunicação visual dos museus na América Latina e, com destaque no Brasil dos grandes eventos, tem se tornado peça fundamental para refletirmos sobre a Museologia e o Museu, - em suas relações com o social e o cultural em sua diversidade. Os últimos anos se tem observado intensas filas de público ávido por conhecer as exposições de arte em Museus e Centros Culturais, principalmente no eixo Rio-São Paulo-Brasília, onde as visitações crescem a cada final de semana, épocas de feriados e férias escolares. Entretanto, esse dado se conflita com aqueles apresentados por Jordão e Allucci, na pesquisa "Panorama Setorial da Cultura Brasileira" (2013/2014)[6]

6 A investigação delineou-se com o objetivo de compreender o que mobiliza os brasileiros para o consumo cultural – aqui entendido como práticas culturais – bem como quais os tipos de produtos e serviços culturais são consumidos.

no qual, entre outros dados referentes aos conteúdos culturais e ao consumo das artes, aponta para a discrepância entre o percentual de público frequentando museus na totalidade das cidades brasileiras – 92% dos brasileiros não frequentam essas instituições. As conclusões da pesquisa em tela nos trazem alguns dados importantes para repensar as tensões existentes, que caminham da ordem do individual ao coletivo, nas quais se incluem o desejo, a motivação, o interesse do público brasileiro em visitar e apropriar-se dos conhecimentos produzidos e que estão sob a guarda dessas instituições educativas. Assim, vejamos algumas considerações que poderão contribuir para ampliar a discussão ao tomar-se a relação público "consumidor" do patrimônio cultural exposto e o reconhecimento, da importância da educação integral e de sua metodologia própria, - a metodologia da práxis, além dos pressupostos conceituais em estudo, nesse artigo, como meta na tarefa de transformação com qualidade social dos ambientes museológicos.

Inicialmente os autores da pesquisa de dados citada chamam atenção para o baixo índice de envolvimento dos brasileiros com atividades culturais. O mapa de associações na pesquisa demonstra que a noção de cultura não faz parte do cotidiano das pessoas pesquisadas, embora experiências culturais sejam imanentes aos diversos grupos sociais imersos em culturas. A ideia de erudição que trazem em seu imaginário é de algo longe do conhecimento dos *pobres mortais.* Compreensão importante para a elaboração de políticas inclusivas nos espaços culturais.

Outra questão relevante é a influência dos pais nos interesses de cunho culturais dos filhos, na qual a prática de alguma religião (66%), indica que tais atividades culturais devem ser experienciadas desde a infância; além de passeios em parques e ao ar livre (58%); festas regionais/típicas/quermesses (54%) e ouvir música (54%) são práticas de interesse. No entanto, visita a museus ou galerias nem mesmo são referidas. Fato que nos mostra a importância dos processos educativos e o envolvimento das famílias como dados importantes às transformações requeridas para os museus e que têm a ver com a educação de modo geral. A *prática religiosa* como elemento mais representativo da amostra pesquisada, torna possível depreender que a religiosidade cumpre, além das necessidades de inclusão social é, também, a grande formadora de sentido para os brasileiros. De onde se pode concluir que grande parte do imaginário cultural do brasileiro se dá a partir da ideologia religiosa e que ela concorre diretamente com as demais práticas sociais e culturais.

Em relação a migração que envolve a questão da diversidade e das diferenças étnicas e identitárias, ¾ da amostra declara que continuam vivendo no mesmo lugar onde nasceram seus pais com destaque, o Norte e o Sudeste, onde 84% vivem na mesma região de suas famílias. Fato que indica as dificuldades dos migrantes em terras estranhas a eles.

Quanto às *atividades culturais mais praticadas em casa:* ouvir música (44%); assistir à TV (39%), ouvir rádio (35%) e acessar a internet (30%). *Atividades culturais mais*

1620 pessoas responderam ao questionário apresentado pelos autores em 74 municípios e nas cinco regiões do Brasil.

praticadas fora de casa: ir ao cinema é a prática cultural mais citada - 35% dos respondentes, sendo ação e aventura o estilo de filme mais apreciado. Apenas 15% da amostra indicam o hábito de *frequentar museus e galerias com maior incidência* no Sudeste. Vejam, aventura e ação poderão nos levar à conquista de maior público sendo principal fator de apreciação e visitação aos lugares públicos e culturais.

Os inqueridos declaram ser da maior importância para a escolha da atividade cultural o entretenimento que lhes sirva de relaxamento e distração mais do que como o crescimento intelectual. Destacam os autores que, livrarias, museus, galerias, feiras e exposições perdem em interesse.

A pesquisa Panorama Social da Cultura Brasileira ao propor a autonomia dos sujeitos pesquisados, explica o comportamento do "consumidor" da cultura a partir de questões externas como aquelas produzidas por instituições para além da família e da escola. Como exemplo as festas comunitárias, encontros pautados tanto pelas dimensões individuais e coletivas próprias de seu grupo identitário, nas quais não se pode esquecer as dimensões de poder imanentes aos instituintes intra e extra grupos, como lugar onde se evidenciam a produção das diferenças culturais de caráter étnico, linguístico, generificadas, geracionais, bem como econômicas-sociais.

Importante destacar que a realização de atividades de cunho cultural é maior quanto maior for a relação classe/renda e o grau de instrução. Evidenciou-se ainda que quanto maior o interesse por práticas culturais melhor a necessidade por novas experiências culturais.

Com apoio nesses dados algumas sugestões iniciais nos podem ser úteis na formulação de políticas inclusivas nos museus; (a) que trabalhos de formação de público incentivem a participação cultural, como visitações de famílias e seus filhos e instituições escolares, levando à concepção de que museus se constituem como espaços de construção de conhecimentos prazerosos, de encantamento e de memória, importantes à compreensão do mundo vivido; (b) que os museus se empenhem em dinâmicas e estruturas físicas que deem conta do trabalho educativo integral e integrado que pressuponha a diferença e a diversidade sempre presentes aos grupos sociais; (c) no ato de realizar uma experiência cultural de qualquer porte deverá se levar em conta a relação interesse pessoal conjugada à percepção da sua importância para a pessoa; sua experiência prévia; sua situação sócio demográfica; sua personalidade e os benefícios esperados por ele daquela atividade – diversão, conhecimento intelectual, lazer ou relaxamento. São respostas que fundamentarão sua motivação para determinada prática cultural, na qual se inclui, ser frequentador compreensivo dos nossos museus.

Nessa direção seguem os argumentos contidos neste artigo e que se encaminham no sentido de indicar a importância da educação integral e emancipatória para avanços na tarefa consistente dos Museus se transformarem efetivamente em espaços de libertação bem como seus patrimônios serem compreendidos como conceitos vivos sujeitos a

reapropriações e ressignificações e a Museologia como ciência a dar conta desta articulação.

A polifonia do patrimônio para repensar a Museologia, o Museu e seu público

A concepção de Patrimônio e sua polifonia (Paula et alli, 2012,p.9) aqui adotada, por si só, preenche os argumentos contidos neste artigo para repensar as tensões existentes entre o Patrimônio, a Museologia e o Museu, como seu objeto de estudos, na medida em que estes se investem de pluralidade e de intensa carga de sentidos. Trata-se do entendimento do patrimônio como um conceito aberto em desenvolvimento e pleno em sentidos, contradições e disputas. A sua polifonia, nos coloca, nesse breve estudo, diante das possibilidades de transformações oferecida pela Educação Integral que assume tanto o diálogo intercultural quanto a interdisciplinaridade e a potência das múltiplas dimensões da diversidade em suas peculiaridades.

Reconhece-se que os bens patrimoniais permitem melhor compreender os movimentos históricos dos quais se originam e se mantem em continuidade, de modo a que se conheça a diversidade das culturas humanas e, com isso, se valorizem a tradição, a memória e a pluralidade cultural existente no Brasil como princípio basilar em nossas relações sociais e culturais. Ou seja, se o patrimônio se reveste de sentidos e singularidades, em uma semântica e léxicos próprios, melhor nos referirmos a ele no plural, tendo em vista que a cultura é também plural. Culturas, aqui entendidas como uma dimensão do real na qual se reúnem práticas e instituições dedicadas a administração, renovação e reestruturação dos sentidos (Canclini, 1983:29), esses últimos, determinantes na identificação simbólica dos sujeitos e de seus grupos com sua diversidade. Desse modo, entendemos os Museus e seus planos educativos como territórios de produção, circulação e consolidação de significados, espaços privilegiados de concretização das políticas voltadas a essa identificação simbólica, maioria das vezes, com predominância discursiva das culturas hegemônicas na medida em que são elas que dispõe do capital econômico-financeiro indispensável a sua realização e que se tem ampliado em tempos de globalização econômico-financeira-cultural massiva.

Compreendo, argumentando com Santos, que *a globalização* é processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. Assim entendido, a globalização é fundamental a todo processo de produção de culturas e ressignificação de patrimônios na medida em que está sendo *bem sucedida e de determinado localismo, por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica* (Santos, 2009, p.72). Reconhecemos na análise que desenvolvemos que a localização e o território são condições intrínsecas aos globalismos, *entretanto estes se mantém a partir dos discursos*

daqueles que venceram (Idem,ibdem).

Por esta reflexão epistemológica, considera-se que o gosto pela cultura, as escolhas e o estímulo em buscar níveis de conhecimento e encantamento oriundos destes, resultam das localidades, da singularidade bem como das ideologias dominantes. Nesse ponto, o reconhecimento muito presente no imaginário da maioria de nossas populações de que os seus conhecimentos não-cientificados são menores diante da sua ciência hegemônica. Dessa forma imaginada, camponeses, indígenas, quilombolas, ciganos e, muitos dos passantes nas calçadas dos museus transitam indiferentes a eles por não se sentirem à sua altura – simbolismo que se vai construindo desde a infância. Para Santos, tais sujeitos e seus conhecimentos situam-se entre outros existentes "do outro lado da linha" do poder hegemônico instituído. Os conhecimentos *menores* tornam-se invisíveis por se encontrarem para aquém "das verdades superiores" (não-lugar das crenças e presença da magia, da idolatria, das opiniões simplórias e "primitivas", entre outras) que se tornam visíveis pelo mesmo motivo das ausências constantes do outro lado da linha abissal, tida como detentora do conhecimento universal, científico, verdadeiro e superior.

Nessa direção, Tuttman Diegues (2013), mestre em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/MAST) nos traz repetidas narrativas ouvidas dos indígenas de várias etnias em congresso internacional (Rio 92) na cidade do Rio de Janeiro: *não nos sentimos representados nos museus indígenas que existem no Brasil.* Generalizações, ou não, gostariam eles mesmos de criarem e serem os responsáveis por esses museus por compreenderem que ninguém melhor que eles para falar aos outros sobre suas culturas, também históricas, plurais e múltiplas. Importante, ainda acrescentar a essa reflexão a narrativa colhida por Adriano Vieira (2015), mestre (PPG-PMUS/MAST), que em suas pesquisas ouve de um aluno de escola pública em visita ao museu de arte sacra local, que defronte à imagem de Nossa Senhora da Conceição exclama com satisfação para espanto dos colegas e à vista da mediadora sem saber o que dizer: *Olhem, é a Yemanja!!!! A Yemanja!!!!* Nenhuma reação se observa da mediadora em sua perplexidade, despreparada que estava para o inusitado do conhecimento proveniente de outra cultura – é citada em um museu católico um símbolo oriundo de uma vertente da crença religiosa afro-brasileira? A dúvida se espalha entre os demais alunos que esperam respostas da mediadora em relação à figura religiosa do candomblé citada e que muitos deles bem conhecem, mas apenas nada se fala e a visita continua. Que momento inadiável para a reflexão histórica do grupo, trazer dos conhecimentos dos visitantes a cultura de seus antepassados, viver o momento educativo sem camuflagens e silenciamentos tida a cultura diversa como inexistente. Explica-se com estes fatos o afastamento do museu da diversidade das culturas. Observa-se com preocupação crescente ainda hoje, o distanciamento de nossas instituições museológicas do mundo cultural que lhes são próprias e raiz de todo conteúdo do pensamento humano. Afastamo-nos dos convívios comunitários, esquecemo-nos das tantas etnias e grupos sociais tradicionais que constituíram/constituem o caldo de nossa brasilidade, igualando a

tudo e a todos no afã de dominar a maioria oprimida, os trabalhadores, hoje sem trabalho e sem direitos.

Retomo nessa reflexão que se amplia, a ideia formulada por Santos (2009, p.23) sobre o pensamento abissal e as linhas imaginárias que elas propõem como essenciais para pensar o sistema sociopolítico, local e global, de onde se distinguem visibilidades e invisibilidades para a realidade social – a existência de dois universos reais: "deste lado da linha" e "do outro lado da linha". Ou seja, "o outro lado da linha" corresponde em sua radicalidade ao inexistente e aquilo que inexiste, assim, nem mesmo pode ser pensado como excluído, concluo. O pensamento abissal tem ainda a capacidade de intensificar as distinções de tal forma que invisibilidades passam a fundamentar visibilidades (idem, p.24). Como complemento, refere Santos: *"No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre verdadeiro e falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia" (*idem, p.25). E, desse modo passa-se a compreender com mais consistência as narrativas consequentes assinaladas acima.

Outra questão importante situa-se no campo do Direito ao referir-se a tais dicotomias universais como algo encontrado na linha divisória entre o "legal" e o ilegal". Voltando a Santos (idem, p. 26) entende-se a ciência e o direito como abissais na medida em que eliminam quaisquer possibilidades colocadas ao mundo pelo outro lado da linha. Cabe ressaltar que princípios éticos e jurídicos funcionam desigualmente dos dois lados da linha, daí questionar-se a concepção universalista dos direitos humanos como direito para todos e, propor-se os pressupostos da interculturalidade como referência para a superação dessas linhas que têm para a América Latina a linha imaginaria do Tratado de Tordesilhas (1494) como primaz na distinção *eu* e *os outros*; o colonizador dos colonizados; dos desprovidos de saber e ciência daqueles que a possuem; dos humanos dos selvagens sem alma, portanto desumanos. Deste lado da linha o legal legitima o direito às terras e às riquezas expropriadas; se investe como o reino da paz, da amizade e da fé cristã; do outro lado da linha a justificação da violência, do arbítrio e da pilhagem (Santos, 2009, p.26-27).

Colonialismo/(des)colonialismo: elementos teóricos para repensar o Patrimônio e a Museologia

Compreender "quem eu sou?", "quem tu és?", "quem somos nós?" tem sido ao longo da história humana preocupação da filosofia e de crenças religiosas que se ocupam da verdade e da transcendência do homem em sua humanidade**.** Não obstante a alteridade se mostre viva como problematização intrínseca nesses questionamentos há que se destacar a estreita relação entre o *Eu* (Nós) e o *Lugar*, portanto entre identidade, espaço-tempo e natureza, como argumentou Reis, em artigo para o ICOFOM LAM (2013)[7].Como lugares entendemos espaços ordenados pelo agenciamento humano caracterizados por vivências, experiências e sublinhados *microfisicamente pelo poder* e por *saberes disciplinados*

7 ICOFOM LAM/2013. Trabalho publicado em anais do congresso.

(FOUCAULT,1979)[8] em sua pluralidade em que vicejam a diversidade cultural estruturante do tecido social e geradora de contatos, transformações ou permanências (ibdem).

A bipolarização do mundo exercida por séculos com presença planetária traz em si as mesmas dicotomias que afetam os direitos humanos e a vidas das pessoas. Em nossa formação histórica a distinção Velho Mundo/Novo Mundo contribuiu para que direitos civis e políticos, direitos econômicos e sociais, capitalismo ascendente, cosmopolitismo, regulações, emancipações, a ciência e a teologia estivessem de um lado da linha e do outro, o lugar de diversos tipos de intervenções, política, militar, econômica, religiosa, artística, entre outras, impostas aos povos não-ocidentais e não-cristãos. Melhor argumentando, na divisão do mundo, saberes inferiores e direitos subtraídos se adequam a seres inferiores de onde se perdem diferentes e múltiplas experiências de vida e trabalho, técnicas e produtos bem acabados, porém desterritorializados, como sugere Santos como presentes na *zona colonial* (2009, p.26).

Ressalte-se que o colonial e o colonialismo como fato e fenômeno que os perpassam caracterizam-se por apresentarem-se por diferentes situações de apropriação (assimilação, integração, cooptações, etc.) e violência (física, moral, cultural, etc.) inclusive *a violência simbólica que articula dominação cultural e política tomando por base o poder sutil que mascara demais poderes em seu exercício* (Bourdieu, 2008).

Apoiando-me ainda em Santos (2009, p.31), reconheço que a realidade na América Latina atual se faz presente como antes. O pensamento moderno em suas opções políticas, sociais, culturais e econômico-capitalistas com variantes espaço-temporais têm nos modos coloniais a representação radical do modelo de exclusão/inclusão - inexistência/invisibilidade presente nas práticas e no pensamento contemporâneos. Argumenta-se que é possível, a partir da educação nos Museus, contribuir para transformações no *modus operandi* nesses espaços ao impregnarem-se da ideia de que os patrimônios, pessoal e coletivo, necessitam ser incorporados com vigor em todas as suas ações, não somente restringir-se a alguns espaços e departamentos educativos na medida em que se compreende que todas as instituições sociais e culturais estão comprometidas com a educação integral de todos sem nenhuma exceção.

Ao reafirmar nossa convicção que muito há a ser realizado no embate por um novo e transformador pensamento e práticas museológicas que superem as injustiças sociais e cognitivas globais, retorno a Santos (idem, p.33) ao denunciar que: (...) *a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia das amity lines que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva*

8 Para Michel Foucault, em Microfísica do Saber (1976, 1ª ed) o poder não é um objeto natural, é uma prática social construída historicamente. Para ele, o poder através de técnicas de dominação, intervém materialmente sobre os corpos individuais, situando-se no próprio corpo social como mecanismo de poder que se expande sobre toda sociedade de forma micropulverizada. O que denomina microfísica do poder está intimamente associado aos procedimentos técnicos do poder que age no controle minucioso e detalhado do corpo a partir de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal, 1979. Org e revisão de Roberto Machado.

global.

No entanto, o colonial e o colonialismo embora se constituam como missão civilizadora tendo por arbitragem a violência em todos os seus matizes, ocultada por um historicismo discursivo que se fez valer das teorias científicas e dos silêncios dos "condenados" (Reis, 2014), é complexo e permeado por lutas anticoloniais e libertadoras contra o poder hegemônico. O colonialismo que obedece ao discurso da ordem estabelecida para o outro lado da linha, traz em si mesmo, seu contraditório, situado na ideia da descolonização, que pretende a crítica ao universalismo e ao historicismo, abrindo grandes possibilidades para a afirmação e reconhecimento das diferenças e do diverso; da emancipação e da educação libertadora. Esta última emancipada das práticas e dos conteúdos predominantemente performativos e utilitários que se devem ausentar dos discursos *que "desconstroem as narrativas coloniais, escritas pelos colonizadores e que se procura substituí-las por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado* (SANTOS, p.217).

Bom exemplo nos trazem as narrativas citadas anteriormente onde o "colonizado"- indígena, quilombola, migrante, estudante, entre tantos, a partir das lutas contra hegemônicas já se percebem como sujeitos de direitos e reivindicam para si a emancipação no embate contra a apropriação/violência e a ideia do pobre de cultura como discurso proveniente da segregação dos excluídos.

Colonialidade/Descolonialidade, um outro conceito em questão será aqui revisitado para melhor compreensão das tensões existentes entre patrimônio, Museu e Educação. Assim, vejamos.

A colonialidade difere do conceito de colonialismo embora a ele vinculado, sendo "um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista " (Quijano, 2009, p.75) se distingue, pois, do colonialismo por trazer pressupostos do poder tal como a classificação étnica/racial que opera em todas as estruturas e dimensões subjetivas e materiais. Com a colonialidade a América Latina tornou-se eurocentrada e presa fácil da modernidade e do capitalismo em expansão, articulados às dimensões de um poder específico, até a nossa atualidade, no qual se configuram novas identidades em ambientes geográficos diversos, fundindo-se colonialismo e colonialidade em atendimento das necessidades do capitalismo, por mais lucro e acumulação. Pergunta-se em que medida tais questões interferem nas relações entre Museus, Patrimônios e as pessoas, estas, entendidas a partir de seu patrimônio pessoal e coletivo?

Como sugestões colocadas em parágrafos anteriores ao resumirmos os dados situados no Panorama Social da Cultura Brasileira (2013/2014) ficou evidenciada a necessidade de compor-se um quadro de componentes estruturais e socioculturais capazes de transformar as condições que promovem as distancias presentes entre um lado e outro da linha abissal; entre o eu/nós comum e o eu/nós da cultura dominante nos museus e instituições de memória. Sendo expressiva a nossa diversidade étnica e sociocultural original em nosso país nos deparamos com peculiar mestiçagem prontas a

servir de condições, tanto para a salvaguarda do patrimônio cultural específico a cada grupo quanto para fortalecimento de medidas que incluam a todos nos museus.

Nesse processo, a importância da interculturalidade e da educação intercultural como dimensões capazes de marcarem divisores de água que se possa materializar nos modos de vida e na elaboração de políticas públicas que visem entender o patrimônio/patrimônios como instrumento referencial que transcende as fronteiras da construção imaginaria e simbólica que se expressa no afastamento de público nos museus.

Sabe-se que durante séculos as culturas identificadas como não-cultura, a cultura africana, indígena, cigana e etc. Foram estereotipadas e silenciadas para justificar sua marginalização e esquecimento, fato que influencia sem sombra de dúvidas a seleção da memória a ser reconhecida ou esquecida por muitos que se agregam ao poder da classe dominante.

O que fazer quando uma população não se reconhece como capaz de partilhar com outros o patrimônio situado nos museus...? A maioria dos museus promovem ações e conteúdos identitários *dos outros que pouco conhecem* ao invés de promoverem ações indutoras de memória e da construção de identidade dos grupos diversos que tendem a frequentá-los. Esse pressuposto serve de argumento e justificativa para situar a educação integral e libertadora como fator de importância à elevar o sentido crítico das pessoas, informando as comunidades por vários meios midiáticos das estratégias educativas elaboradas para superar os conhecimentos que levaram aos esquecimentos e silenciamentos de suas culturas originais ao trazer à tona os processos históricos de sua produção e suas mudanças ao longo dos séculos.

A interculturalidade como fator de construção de uma cidadania plena

Uma outra linha de argumentos refere-se à urgência em (re)inventar uma nova realidade política, econômica, social e educativa da qual nossos Museus deem conta, contribuindo com sua parcela de responsabilidade para a refundação de uma nova ordem mundial, que seja transformadora/libertadora e não apenas “acolhedora” dos mais fracos no encontro de espaços existenciais para uniões, compartilhamentos e convivências.

Como nossos museus podem contribuir para a diminuição das desigualdades e das exclusões de tantos? Como encontrar saídas que conciliem identidade e diversidade na promoção da cidadania plena e de uma cultura de convivências solidárias, superando-se o termo e o conceito de tolerância? Importante desvelarmos as amarras que evidenciam tais fatos, desvelando fatos, processos e procedimentos que dificultam aprender a viver juntos em comunhão, como nos lembrava Freire.

O mundo é multicultural sendo necessário pensar-se numa sociedade intercultural a partir de sua multiplicidade, ou seja:

> (…) em vez de um somatório ou justaposição de culturas que se confrontam ou se "toleram" num mesmo espaço, viver num cruzamento de culturas em transformação mútua, numa sociedade de direitos reais e efectivos – desde os direitos cívicos e políticos aos direitos económicos, sociais e culturais (Oullet,1991).

Para Fernand Oullet (idem, ibdem) a educação intercultural designa toda a formação sistemática que visa desenvolver, quer nos grupos majoritários como nos minoritários:- melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas; maior capacidade de comunicação entre pessoas de culturas diferentes; atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psicossociais e dos fatores sócio-políticos capazes de produzir racismo; maior capacidade de participar na interação social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade. Em qualquer espaço educativo *a educação intercultural implica questionar e aprofundar o conhecimento, abandonar o ego/etnocentrismo e adoptar um novo paradigma – "o outro como ponto de partida" (*Perotti, 1997).

A educação Integral como uma Pedagogia da Liberdade nos museus

Reis[9] em artigo (2014) indica que as "revoluções educativas" nos museus são possíveis. As condições que emergem da educação libertadora e emancipatória proclamada por Paulo Freire indicam que mudanças já se presentificam no educativo dos museus no século XXI. Como é sabido, o pensamento educativo de Paulo Freire é um projeto emancipador no qual denuncia das experiências de dominação que despoderam os homens como, também, a afirmação da capacidade criadora do homem face a transformação de si e da sociedade opressora. Para Freire, educador e educando, ambos em comunhão criadora, libertam-se mutuamente para chegar a ser, ambos, produtores de novas experiências e novas oportunidades criativas na busca por novos caminhos. Nesse sentido, a educação como prática da liberdade, é práxis, é ato de conhecimento com a aproximação crítica da realidade que se exercita sendo estes os pressupostos da educação integral, superando conteúdos racistas, homofóbicos, generificados e geracionais. Reafirma o autor referindo-se à educação para a liberdade, em a Pedagogia do Oprimido (1996), educação em sua integralidade.

> Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha. (Freire,1996)

---

9 CONGRESSO ICOFOM LAM - EDUCACIÓN Y ACCIÓN CULTURAL-CECA (2014)
Eixo 3.3 - La dimensión social del patrimônio; la diversidad cultural y la alteridad, lo global y lo local: pilares de la educación museal A DESCOLARIZAÇÃO/DESCOLONIZAÇÃO DOS MUSEUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PEDAGOGIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA MUSEOLÓGICA

Para Freire, vencer o instituído presente na tradição e no cotidiano rotineiro não se deve procurar nas ideias e conhecimentos exteriores e distantes, mas na crítica da tradição, das ideias, dos conhecimentos e das políticas forjados por aqueles que se conformam. Nesse sentido, sua preocupação como de Santos com as condições integrais das pessoas e com o global em suas opressões e necessidades de mudanças sociais e educacionais.

Ambos se colocam contra a neutralidade da ciência e suas premissas colonizadoras daí pensar-se que os caminhos para a liberdade se encontrem nas possibilidades de superação da educação prescritiva e escolarizante ainda presente nas práticas educativas museológicas e investir em outras formas de educar nos museus que considerem os sujeitos, suas formas de subjetivação e seus patrimônios, pessoal e cultural, visando o atendimento de todos em igualdade de condições

O Museu e as diferenças culturais como tensões produtivas

Como temos assistido, em nossa sociedade contemporânea, se intensificam as divisões étnicas tais como se acentuam as divisões de classe, evidenciando-se as repetições dos preconceitos e das tensões de caráter étnico/cultural, fato que deveria ser improvável em uma instituição que traz por função a produção e reprodução da cultura e dos conhecimentos possíveis através dela. Diante do exposto, interroga-se quais as possibilidades e processos educativos apropriados estão presente nos museus para que os encontros interculturais aconteçam? Diante da complexidade de como as tensões se orientam, provavelmente a tomada de consciência elaborada nos museus para as mudanças devem levar em consideração os saberes e a ciência popular caso contrário poderá ser fatal para as escolhas do não-público em visitar ou não essas instituições de culturas e conhecer seu acervo, muito embora o registro de “novos” patrimônios, principalmente a categoria de patrimônio mundial e obras de autores renomados chamem a atenção pelo grande público que atraem nos dias atuais. Daí, entender-se como produtivas tais tensões na abertura das possibilidades de mudanças.

Escolarização/ (des)escolarização: elementos teóricos para repensar o Patrimônio e a Museologia

Nesse ponto das reflexões até aqui expostas, volto-me para a análise das relações que envolvem educação, patrimônio e museu educativo sob a perspectiva da cultura múltipla e plural e da política, como no dito de Foucault *a política é guerra que continua sob outra forma.* Aponta-se para as concepções e metodologias que se revestem de possibilidades para a transformação da educação nos museus, reforçadoras da tese que defendo sobre a importância de uma educação libertadora capaz de, no confronto das práticas hegemônicas e contra-hegemônicas, permitir a construção pelos sujeitos de uma consciência crítica da realidade diante de toda diversidade e complexidade que ao mundo se apresenta. Desse modo, segundo o roteiro a seguir finalizo as reflexões até aqui colocadas por não se esgotar

o tema em tela: (a) a ideia da superação da escolarização nos museus; (b) a compreensão de que nas práticas educativas museológicas se devem assentar de modo indissociável a diversidade cultural e a alteridade; o global e o local; (c) o entendimento dos Museus como espaços de diálogo intercultural e inclusivos, espaços democratizados e substitutos dos espaços elitistas e monologantes; (d) a metodologia da práxis como capaz de responder aos desafios contemporâneos voltados para uma educação crítica e libertadora.

Aponta-se para a importância de descolarizar as práticas educativas efetivadas nos Museus como capaz de escapar das limitações presentes nos discursos que apregoam, ora o ensino como preponderante ora a aprendizagem, como se os mesmos não constituíssem uma mesma unidade, ou melhor, se não fossem ambas partes indissolúveis de um mesmo processo integrado, posto que, conforme anuncia Paulo Freire *quem ensina também aprende*.

Enunciação divergente do paradigma epistemológico dominante constitutivo do universo teórico em que gravitavam as teorias da educação, em geral, e da prática educativa desenvolvida nos museus, em particular, com seu núcleo matriz presente nas diversas correntes do positivismo moderno. Compreendida como dimensão epistemológica que dissocia, sujeito e objeto, natureza e cultura; simplifica a complexidade que se matematiza carregando em si uma pseudo-realidade dominada pelo mecanicismo determinista ao separar o conhecimento científico de outras formas de entender o mundo validadas por experiências seculares de entendimento do real. Somente assim despontarão as possibilidades da transformação social esperada por muitos considerados desiguais.

Assim, ao propor um museu educativo para além do emblema ensinar ou aprender desafio-me a refletir sobre alternativas possíveis a esta condição bem como atender ao objetivo primeiro de investir contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais de modo a levar à compreensão de que a(s) cultura(s) de um povo devem expor a sua normalidade sem reduzir sua particularidade e singularidade.

A educação pela práxis em um museu libertador

Segundo Reis (2014) em contraponto a uma visão de educação que determina relações unidimensionais de poder e saber, ou seja, uma concepção de educação na qual os planejadores da educação ao disporem do poder instituído tomam as decisões fundamentais para o conjunto da educação nos museus, passo a referir-me ao planejamento, execução/avaliação/novo planejamento educacionais sem destaque para os momentos especiais e eventuais que fazem parte da rotina pedagógica atual e local. Acreditando em um outro tipo de competência educativa, fruto da capacidade de refletir, criticar e criativamente enfrentar os problemas relativos à própria prática específica nestas instituições de patrimônio, memória e cultura compreendo a *metodologia da práxis*, sempre realimentada por uma visão dialética de totalidade, de movimentos e de mudanças como destaque ao caminho da transformação das formas congeladas de ver a educação. Educação que é ação e reação,

conteúdo e processo contínuo.

Desse modo, apresenta-se cinco passos importantes ao desenvolvimento dessa metodologia. Como **primeiro passo** a definição dos objetivos educacionais pelo próprio grupo (equipe pedagógica e todos os interessados no museu) tendo em vista suas expectativas, a explicitação de seus interesses e necessidades quanto ao patrimônio museológico em questão. Passo importante ao fortalecimento da cidadania. Ressalta-se que o mediador, como um sujeito entre os outros sujeitos, levará ao debate a escolha, também de seus projetos, sem impô-los, e que a partir daí, os objetivos devem ser claramente definidos e entendidos por todos. Como **segundo passo**, que chamaremos descrição da prática, trata de buscar no contexto, os elementos das práticas sociais a serem importantes às expectativas reivindicadas pelos projetos iniciais de interesse dos grupos. Essa ação possibilitará uma reflexão crítica daquilo que já foi construído e elaborado em outras ocasiões. Delineiam-se, a partir daí, as questões a aprofundar e que se remetem aos objetivos propostos de início. O **terceiro passo** é a criação do método, do caminho a percorrer para atingir os objetivos – a construção coletiva de projetos. Este é o espaço aberto da metodologia e que precisa da ação indispensável de todos. É hora de se definir os planos, as tarefas comuns, cronogramas, etc. Nesse ponto, o **quarto passo**, momento de se decompor o tema, desagregá-lo em seus fatos, fenômenos e nós que já delineiam com clareza a necessidade de maior embasamento e momento em que se evidenciam os pontos a estudar e pesquisar, por exemplo, expor e compreender a diversidade, procurando o que existe por trás dela. Esta é a oportunidade para o maior embasamento das questões requeridas, articulando-se com mais ênfase o saber trazido por todas as pessoas que procuram os museus com seu saber historicamente elaborado. O **quinto passo**, é o momento em que se dá a síntese e a avaliação de todas as experiências e novos saberes a serem construídos. É o momento em que, partindo da diversidade apontada e estudada anteriormente, se reconstrói, no plano do pensamento a unidade do real. É, ao mesmo tempo, espaço de planejamento da prática posterior, renovada pelo conhecimento contextualizado, abrangente e aprofundado da problemática colocada. A avaliação é também fundamental pois é o instante em que a prática concreta se realiza na comparação dos objetivos definidos pelo grupo desde o início até aos problemas colocados no decorrer das atividades e desenvolvidas, de modo a reencaminhar o processo, redefinir as necessidades, os objetivos e/ou reorganizar as atividades.

O caminho é árduo, na medida em que temos que recusar muitos dos valores e conceitos estabelecidos por nós em nosso fazer cotidiano e, mesmo, romper com as descrenças de muitos. No entanto, esta dimensão do fazer junto é educar-se a si e aos outros por meio da interculturalidade necessária ao fazer humano de modo a proporcionar o etnoReconhecimento daqueles que se curvaram diante de poderes e saberes coloniais por toda vida e a todos impostos.

Para não concluir: Desafios para a Educação e a Museologia contemporâneas

Esta breve reflexão, sem pretensões de esgotar o tema, permitiu entender que existem muitos desafios a enfrentar para modificar o quadro atualmente existente na relação Patrimônio Cultural-Museologia-Educação nos museus em nossa contemporaneidade, mas que podem ser superados a partir de reflexões sobre as tensões existentes entre colonialidade/colonialismo, diálogo intercultural/etnoReconhecimento. A partir de tais concepções que podem influenciar novos espaços de conquista como também reforçar elementos de dominação levantamos alguns dados a partir da pesquisa constante no Panorama e indicamos algumas saídas capazes de produzir elementos de contra hegemonia evidenciados aos olhos dos bons de ver como facilitadores de modificar a educação museológica em toda sua extensão. Diante desta perspectiva pensamos na importância de descolarizar e descolonizar as ações de um museu que se quer educativo, partindo da ideia de superar todas as formas congeladas de um colonialismo que teima em se fazer presente em nosso cotidiano vivido e compartilhado como tendência que acompanha todas as instituições disciplinares de educação formal e não-formal, como museus e escolas.

De modo a compreender a articulação diversidade(s) e sua negação como próprias das formas de explicar o real, sendo este instituído como um dos elementos formativos do colonialismo com sua cultura unicista e da colonialidade como vetor de preponderância do racismo e do eurocentrismo, propus nesse artigo a utilização de passos para a consecução da metodologia da práxis, cujo emblema é Paulo Freire que com base no materialismo histórico defendido por Marx & Engels propõe uma educação para a liberdade pensando nos oprimidos e “desqualificados” por serem desiguais em sua igualdade.

Devemos reconhecer que somos pouco ouvintes das vozes das cidades e, por isso, apartamo-nos também, das diversas manifestações de nossa inteireza e boniteza que habitam em nós e ao nosso redor e, que nos possibilitam fazer fluir os sentimentos e as emoções diversas. Não vemos, não enxergamos e, maioria das vezes, sequer queremos ver, prisioneiros que somos de uma racionalidade que conjura o prazer e a diferença. Permanecemos diante de todas as contingências e circunstâncias alheios a elas, voltados para nós mesmos. E, nos Museus ritualizamos regras e normas pré-determinadas cada vez mais cruéis diante do globalismo que se materializa no econômico-financeiro, excluindo aqueles desprovidos da sorte de ter e de não ser. Todavia, ao quedarmo-nos perdidos nos rituais de transmissão-promoção-retenção deixamos de lado os tempo-espaços de (re) criação de valores éticos, estéticos, morais e espirituais tão necessários aos tempos que se avizinham.

REFERÊNCIAS

Allucci. Renata Rendelucci, Jordão. Gisele, **PANORAMA SETORIAL DA CULTURA BRASILEIRA 2013-2014.** São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232 p. color. ISBN: 978-85-61020-06-4

CasaGrande de Paula. Z., Mendonça Lucia, Romanello Jorge Luis (orgs). **POLIFONIA DO PATRIMÔNIO**: Londrina.EDUEL 201

Foucault, Michel. **DITS ET ÉCRITS: 1980-1988**. Paris: Gallimard: 1994. t.4

_____*Vigiar e punir: história da violência nas prisões.* 6.ed. Petrópolis:Vozes. 1997.

_____A **ORDEM DO DISCURSO: AULA PRONUNCIADA NO COLLÈGE DE FRANCE**, 02/12/70. São Paulo: Loyola, 1999.

Freire, Paulo**. CONSCIENTIZAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DA LIBERTAÇÃO**. São Paulo: Cortez & Moraes.1979., 1ª
edição.

_____. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

Reis, Maria Amelia. **A DESCOLARIZAÇÃO/DESCOLONIZAÇÃO DOS MUSEUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PEDAGOGIZACÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA MUSEOLÓGICA**. Eixo 03: La dimensión social del patrimônio; la diversidad cultural y la alteridad, lo global y lo local: pilares de la educación museal: ICOFOM LAM/2013. Trabalho publicado nos anais do congresso.

_____. **A EDUCAÇÃO PELA PRÁXIS EM MUSEUS: DESAFIOS E AVANÇOS RUMO A UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, INTERCULTURAL E TRANSFORMADORA**, *"La educación es el arma más poderosa para cambiar el mundo"* : Reunión CECA 2014. Trabalho publicado nos Anais do Congresso

SANTOS, Boaventura Sousa. **UMA CONCEPÇÃO MULTICULTURAL DE DIREITOS HUMANOS**. *Lua Nova* [online]. 1997, n.39 ISSN 0102-6445. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451997000100007.

_____& Meneses Maria Paula (orgs). **EPISTEMOLOGIAS DO SUL:PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL: DAS LINHAS GLOBAIS A UMA ECOLOGIA DE SABERES.** Edições Almedina. SA. Portugal. 2009.p. 23/72

Quijano, Anibal**. COLONIALIDADE DO PODER E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL: EPISTEMOLOGIAS DO SUL.** Edições Almedina. SA. Portugal. 2009.p. 73/118.

CAPÍTULO 2

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 05/01/2020

Josemar da Silva Abrantes
Univiçosa – Centro Universitário de Viçosa
Coimbra – MG
http://lattes.cnpq.br/8859528854543152

Renata Silva Gomes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Ouro Preto – MG
http://lattes.cnpq.br/8400924606740493

RESUMO: A teoria da desconsideração da personalidade jurídica surgiu com o intuito de reprimir abusos e fraudes praticados por aqueles que se utilizam da personalidade jurídica de uma sociedade empresária, para cometer atos desvirtuantes do verdadeiro propósito a que ela foi criada. O presente estudo teve por objetivo analisar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica com o advento da reforma trabalhista - Lei 13.467/2017- e sua aplicação na justiça do trabalho, bem como seus impactos no que concerne ao direito empresarial. A grande discursão é que na justiça do trabalho a desconsideração da personalidade jurídica sempre foi aplicada aos processos por mero despacho dos juízes, o que veio a mudar com a previsão da desconsideração de forma incidental trazida pelo novo Código de Processo Civil de 2015, e mais recentemente com a reforma trabalhista. Muito se discute com relação ao direito material a ser aplicado, pois na seara trabalhista, é quase que sedimentado a aplicação do art. 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor, em que a mera insolvência da sociedade já se torna o suficiente para penetrar no patrimônio dos sócios, superando a personalidade jurídica da sociedade, por outro lado, na justiça cível, a desconsideração tem maior rigor, devendo seguir os requisitos do art. 50 do Código Civil, sendo eles o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial. No decorrer do estudo foram utilizados os métodos jurídico-dogmático e jurídico-comparativo sendo vistos diversos conceitos e pensamentos doutrinários sobre o tema, não deixando de analisar o comportamento do judiciário e uma comparação da aplicabilidade da *Disregard Doctrine* na Justiça Comum e do Trabalho.

PALAVRAS – CHAVE: Desconsideração da personalidade jurídica. Direito empresarial. Justiça do trabalho. Reforma trabalhista.

THE DISREGARD OF LEGAL PERSONALITY IN LABOR REFORM AND ITS IMPACTS ON BUSINESS LAW

ABSTRACT: The theory of disregarding legal personality came up with the intention of repressing abuses and frauds practiced by those who use the legal personality of a business society, to commit deviating acts of the true purpose for which it was created. This study aimed to analyze the application of the theory of disregard for legal personality with the advent of labor reform - Law 13.467 / 2017- and its application in labor justice, as well as its impacts with regard to corporate law. The major discourse is that in the labor

courts the disregard of legal personality has always been applied to lawsuits by mere order of the judges, which has changed with the provision of disregard incidentally brought by the new Civil Procedure Code of 2015, and more recently with labor reform. Much is discussed in relation to the material law to be applied, because in the labor field, the application of art. 28, § 5 of the Consumer Protection Code, in which the mere insolvency of the company is already sufficient to penetrate the shareholders' equity, overcoming the legal personality of the company, on the other hand, in civil justice, the disregard is more rigorous , and must follow the requirements of art. 50 of the Civil Code, which are the deviation of purpose or confusion of assets. During the study, the legal-dogmatic and juridical-comparative methods were used, being seen several concepts and doctrinal thoughts on the theme, while analyzing the behavior of the judiciary and a comparison of the applicability of Disregard Doctrine in the Common and Labor Justice.
KEYWORDS: Disregard of legal personality. Business law. Work justice. Labor reform.

1 I INTRODUÇÃO

A personalidade jurídica é a separação do patrimônio dos sócios do patrimônio da pessoa jurídica que é revestida de personalidade própria, na qual a sociedade é sujeito de direitos e deveres perante terceiros.

Existem aqueles que se utilizam da personalidade jurídica de uma sociedade empresaria para fraudar, causando prejuízos alheios. Para esses casos foi criado o instituto da *Disregard Doctrine*, ou seja, a desconsideração da personalidade jurídica, que, em resumo, consiste em o juiz, no caso concreto, observadas algumas exigências legais, buscar no patrimônio dos sócios o valor para saldar as dívidas da pessoa jurídica com seus credores.

O problema, motivador deste estudo, se passa na esfera trabalhista, na qual os magistrados há longos anos vêm aplicando a desconsideração da personalidade jurídica sem observar os requisitos legais, decidindo *ultra legis*, pois não havia previsão legal para aplicação deste instituto na justiça do trabalho, que levava os doutos magistrados a aplicarem por analogia o art. 28, §5º do Código de Defesa do Consumidor e pelo simples fato da insolvência da sociedade, já era o suficiente para atingir o patrimônio dos sócios para saldar a dívida trabalhista.

Ocorre que, o legislador, com a lei 13467 de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista), incluiu na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o art. 855 – A, que prevê a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da justiça do trabalho, remetendo aos artigos 133 a 137 do código de processo civil que faz com que, para a incidência do instituto, seja necessário seguir os parâmetros legais, ou seja, o art. 50 do Código Civil.

Em vista disto, o presente estudo busca discorrer sobre as peculiaridades para a aplicação da *Disregard Doctrine* na justiça comum e na justiça do trabalho, fazendo um

comparativo entre elas com o intuito de demonstrar os prejuízos trazidos não só aos empregadores quanto a toda sociedade pela má aplicação de tal instituto.

2 I MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem cunho jurídico-dogmático e jurídico-comparativo. Pauta-se em fontes secundárias como o Código Civil de 2002, o novo Código de Processo Civil de 2015, as normas reformadoras da CLT em 2017 e posicionamentos doutrinários de forma a fazer um comparativo da desconsideração da personalidade jurídica na justiça comum e na justiça do trabalho, com o cunho de evidenciar a diferença na em sua aplicação.

3 I DA APLICAÇÃO DA TEORIA E SEUS EFEITOS

Através da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é possível inibir e reparar condutas fraudulentas dos sócios e administradores da pessoa jurídica, dessa forma, caso comprovados os requisitos legais, é possível ao prejudicado por estes atos, solicitá-la em sua petição inicial ou de forma incidental no processo, para que o juiz possa, observados o contraditório e a ampla defesa, superar a personalidade jurídica e saldar a dívida não suportada pela sociedade.

Porém, a má aplicação do instituto em tela pode acarretar sérios prejuízos a esses sócios e administradores, bem como a toda a coletividade envolvida com esta atividade empresária.

3.1 Do Abuso da Personalidade Jurídica

Todos devem ter assegurado seu direito de juntar esforços para criar seu próprio empreendimento, recebendo proteção legal para poder exercer, sem maiores preocupações, sua atividade. Acontece que, nem sempre um empreendimento sai conforme o esperado, gerando contração de dívidas para o titular, causando diversos transtornos tanto para o empreendedor quanto para credores, trabalhadores e a sociedade como um todo.

Visto isso, o legislador criou proteções específicas para a pessoa que deseja constituir uma sociedade empresária, criando as sociedades de responsabilidade limitada, na qual se tem a limitação da responsabilidade do sócio ao valor das cotas ou ações que integralizou ao capital social, desta forma, não há mais a preocupação do sócio em perder o patrimônio pessoal que não colocou no negócio de risco. Todavia, alguns se utilizam da personalidade jurídica para fraudar credores.

> Se uma pessoa física se vincula contratualmente a outra, por obrigação de não fazer e, na qualidade de representante de sociedade empresária, faz exatamente aquilo que se havia comprometido omitir, no rigor do princípio da autonomia da pessoa jurídica, não teria havido quebra do contrato. Quem fez foi a sociedade, e não a pessoa física que agiu em nome dela. Assim também ocorreria se um empresário individual vendesse, a prazo, o seu

> estabelecimento empresarial a sociedade que detivesse 90% do capital, instituindo-se sobre ele garantia de direito real em seu próprio favor. Em ocorrendo a falência da sociedade, o seu sócio majoritário, por ser credor preferencial, seria pago anteriormente aos quirografários. Aquele que, no insucesso do negócio, deveria ser considerado devedor (o empresário individual antigo titular do estabelecimento) assume a condição de credor privilegiado, com direto prejuízo ao atendimento dos demais (COELHO, 2011, p. 153).

Conforme exemplos trazidos por Fábio Ulhoa Coelho na citação acima, vários são os modos de fraudar credores, motivo esse que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada, para evitar que a personalidade jurídica seja utilizada apenas como um instrumento para causar danos a outrem.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caso comprovados os requisitos legais, é possível ao prejudicado por atos fraudulentos, solicitar a Desconsideração da Personalidade Jurídica em sua petição inicial ou de forma incidental no processo, para que o juiz possa, observados o contraditório e a ampla defesa, superar a personalidade jurídica e saldar a dívida não suportada pela sociedade.

Vários são os modos de fraudar credores, haja vista que quem fez o ato foi a sociedade e não a pessoa física por trás dela, motivo esse que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada (COELHO, 2011, p. 153).

A aplicação material mais eficaz e justa empregada no direito Brasileiro é a trazida pelo Código Civil, uma vez que conserva a finalidade para a qual foi criada a disregard doctrine, pois preserva a pessoa jurídica, sendo sua aplicação feita de caráter excepcional, não podendo ser utilizada por mera insolvência do devedor.

Aduz o art. 50 do Código Civil (BRASIL, 2002) que apenas em caso de desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial é que pode se estender as obrigações da sociedade aos bens particulares dos sócios ou administradores.

O artigo supracitado é o mais bem aceito entre os doutrinadores, sendo chamado de “a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica”, pois apenas em caso de desvio de finalidade ou confusão patrimonial é que será aplicado o instituto, o que dá mais proteção ao sócio que passa por momentos de dificuldades em seu negócio.

No que tange a forma, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil de 2015, foi inserido o capítulo IV, do art. 133 ao 137, que regula a forma incidental da desconsideração da personalidade jurídica, remetendo à teoria maior encontrada no art. 50 do Código Civil.

Mas nem sempre foi assim, observa-se que o art. 135 do Código de Processo Civil proporciona o direito de manifestação e produção de provas para o sócio ou para a pessoa jurídica, o que anteriormente ao Código de Processo Civil de 2015 não acontecia,

a desconsideração da personalidade jurídica era decidida por mero despacho, aplicando o art. 28, § 5º do CDC, não dando ao executado sequer a oportunidade de se defender, o que gerava uma afronta aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Na Justiça do trabalho, com a reforma trabalhista (Lei 13467/17), houve a inserção do art. 855 – A na CLT, que previu a forma de como se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho, remetendo ao Código de Processo Civil. Assim dispondo, "*Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei 13.105, de 6 de março de 2015 – Código de Processo Civil*." (BRASIL, 2015, online).

No Código de Defesa do Consumidor, foi adotada a "teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica", portanto a simples insolvência da pessoa jurídica devedora já é o suficiente para que seja feita a desconsideração, pois, de acordo com os princípios consumeristas, o consumidor é sempre parte vulnerável, sendo o elo mais fraco na relação de consumo.

O Art. 28, §5º do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990, online) reza que em detrimento do consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade sempre que houver dificuldade no ressarcimento de determinados prejuízos.

Destaca-se, neste interim, que antes de entrar em vigor o Código de Processo Civil de 2015, a desconsideração da personalidade jurídica era realizada na justiça do trabalho por um simples despacho do juiz, inclusive até mesmo de ofício, conforme se pronuncia Sérgio Pinto Martins (2016, p. 1005) "A *desconsideração da personalidade jurídica da empresa já era feita na prática na execução trabalhista sem que houvesse um procedimento a seguir*."

Dito isso, o empregador sequer tinha a oportunidade de se defender diante do caso concreto, isso implica diretamente em uma afronta ao princípio da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da autonomia patrimonial.

Graças ao princípio da autonomia patrimonial, os sócios não respondem, em regra, por obrigações da sociedade empresária, devendo, apenas em caso de falência, poder se cogitar de alguma forma a responsabilidade por parte dos sócios, devendo ser observados uma série de fatores e condições (COELHO, 2011, p. 142).

A *Disregard Doctrine* tem sido aplicada nas varas cíveis e empresariais baseando-se no artigo 50 do Código Civil, sendo utilizado quando ocorrido abuso da personalidade jurídica por parte do administrador ou sócio, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial (CELHO, 2011, p.141).

Com efeito, na justiça do trabalho é aplicado o art. 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor, sendo desnecessário que haja fraude ou abuso da personalidade jurídica, bastando a simples insolvência da sociedade empresária. Segundo o posicionamento de ALMEIDA (2016, p. 434) a limitação da responsabilidade dos sócios, conferida pelo Código Civil, no caso de obrigações trabalhistas, não pode prevalecer, uma vez que de acordo com o art. 2º, caput e §2º da Consolidação das Leis do Trabalho a empresa assume os riscos

da sua atividade, não podendo ser transferidos aos trabalhadores. Portanto, o risco não é socializado e sim individualizado, ou seja, apenas da empresa.

Resta salientar que, a má aplicação da desconsideração da personalidade jurídica não só prejudica o empregador, mas a toda sociedade, pois desestimula o investimento em novos negócios devido ao risco patrimonial, gerando um impacto negativo na economia.

Muito embora tenha sido publicada a reforma trabalhista (Lei 13467/17), com a inserção do art. 855 – A, que remete ao aos artigos 133 e seguintes do CPC para aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica, o que infelizmente se tem notado é que ainda os juízes têm aplicado o direito material previsto no Código de Defesa do Consumidor em detrimento à autonomia patrimonial do empresário.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todos dados levantados, notou-se que a desconsideração da personalidade jurídica foi aplicada ao bel-prazer dos magistrados trabalhistas ao longo da história, utilizando-se de meros despachos feitos de ofício, para atingir o patrimônio dos sócios, tendo como escopo que o trabalhador é parte vulnerável assim como o consumidor, o que permite a aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor quando há uma lide entre empregador e empregado, o que contraria o verdadeiro propósito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Porém, mesmo após o novo Código de Processo Civil e a Reforma Trabalhista ainda há tendências de que na justiça do trabalho continue sendo aplicada a teoria menor, que afronta direitos e garantias previstos em lei aos empregadores que muito contribuem para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Portanto, torna-se imprescindível aos juízes que, no caso concreto tenham cautela ao aplicar a desconsideração da personalidade jurídica, pois a simples insolvência da sociedade não gera direito a afastar a personalidade jurídica para sanar os créditos trabalhistas. Por se tratar de medida excepcional, devem ser atendidos requisitos específicos e autorizadores para a caracterização da incidência da desconsideração da personalidade jurídica e não a simples falta de bens no patrimônio da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. **Responsabilidade patrimonial:** Penhora de salário. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016. p. 434.

BRASIL, **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL, **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: . Acesso em 09 out. 2018.

BRASIL, **Lei 13105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018. BRASIL, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018.

COELHO. Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial:** direito de empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 141-153.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do Trabalho.** 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1005.

CAPÍTULO 3

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 29/12/2020

Felipe Pereira de Melo
Mestrando do curso de Gestão do Conhecimento nas Organizações pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
http://lattes.cnpq.br/8799481757900318

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia
Orientador. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UNICESUMAR
http://lattes.cnpq.br/1969733264813192

Rejane Sartori
Orientadora. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UNICESUMAR. Pesquisadora do ICETI
http://lattes.cnpq.br/2212790934134878

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de Inteligência de Segurança Pública. Do ponto de vista metodológico, este trabalho se configura como exploratório, com abordagem qualitativa. Como principais resultados observa-se que o compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP, a partir da Gestão do Conhecimento, possibilita uma constante integração entre as unidades de Inteligência, facilita o processo de inovação e desenvolvimento, bem como amplia as perspectivas para a melhor tomada de decisões, proporcionando maior eficiência e eficácia em matéria organizacional. Em consulta preliminar efetuada nas bases de dados *Scielo, Web of Science e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, percebe-se que os trabalhos que discutem sobre Gestão do Conhecimento na Segurança Pública não dão a devida atenção para o compartilhamento de conhecimentos. Diante disso, o aporte deste trabalho é dar luz a esta discussão no âmbito da atividade de Inteligência de Segurança Pública.
PALAVRAS - CHAVE: Gestão do Conhecimento. Compartilhamento do Conhecimento. Inteligência de Segurança Pública.

KNOWLEDGE MANAGEMENT AS AID TO PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE

ABSTRACT: This study aims to contribute to the discussion about knowledge sharing in the Public Security Intelligence activity. From the methodological point of view, this work is configured as exploratory, with a qualitative approach. As main results, it is observed that the knowledge sharing within the ISP institutions, through Knowledge Management, enables a constant integration between the Intelligence units, facilitates the innovation and development process, as well as broadens the perspectives for the better decision making, providing greater efficiency and effectiveness in organizational matters. In a preliminary consultation conducted in the Scielo, Web of Science and Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES) datdniabases, it is clear that the papers discussing Knowledge Management in Public

Security do not pay due attention to the sharing of information. knowledge. Given this, the contribution of this work is to shed light on this discussion within the scope of the Public Security Intelligence activity.
KEYWORDS: Knowledge Management. Knowledge Sharing. Public Security Intelligence.

1 I INTRODUÇÃO

No atual cenário político e social é perceptível o crescente aumento nos índices de violência de todo o Brasil, conforme dados publicados pelo Atlas da Violência em 2018 (Cerqueira et al., 2018), despertando assim a necessidade de repensar a Gestão Estratégica em matéria de segurança pública. Assim, visando aperfeiçoar as ações de segurança pública, os órgãos de Inteligência de Segurança Pública (ISP) procuram, por meio de suas atividades, estar à frente das organizações criminosas, promovendo operações sistemáticas e exploratórias e permitindo aos decisores acesso aos conhecimentos assessoráveis, seja no apoio tático, estratégico ou operacional.

De modo geral, a segurança pública está relacionada à prestação de serviços públicos, efetuada por instituições desse setor, a fim de manter a paz social, garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) tem como missão coordenar e integrar as atividades de ISP em todo País, visando suprir com informações para a melhor tomada de decisões (Decreto Nº 3695, 2000).

A ISP é conceituada como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas a fim de que se possa identificar, avaliar e acompanhar as ameaças de qualquer natureza, reais ou potenciais, no âmbito da segurança pública (Brasil, 2007, *apud* Moreira; Ferro, 2017). Kent (1967) considera que a atividade de Inteligência pode ser caracterizada como produto, atividade e organização. Como produto trata-se do conhecimento obtido por meio da análise de dados e informações; como atividade refere-se ao meio pelo qual as instituições utilizam-se da metodologia de produção de conhecimentos para desenvolver produtos que possam subsidiar as tomadas de decisão no âmbito estratégico, tático e operacional (Melo,2017); e como organização diz respeito à Inteligência em âmbito institucional, com suas características singulares. Um dos pontos que merece destaque é que, em âmbito organizacional, a Inteligência dispõe, além de informações disponíveis, de acesso a dados e informações protegidas ou negadas (Ferreira, 2017).

Tendo em vista que a atividade de Inteligência é um processo de integração entre os diferentes órgãos e que os dados, informações e conhecimentos são as suas matérias primas, tem-se que a Gestão do Conhecimento (GC) pode contribuir de forma significativa para a melhoria dos processos no âmbito organizacional. Como afirma Freire (2018) no âmbito da atividade de ISP a GC tem o propósito aprimorar a comunicação entre pessoas, processos e serviços.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de ISP. Em consulta preliminar efetuada nas bases de dados *Scielo, Web of Science e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, percebe-se que os trabalhos que discutem sobre GC na Segurança Pública não dão a devida atenção para o compartilhamento de conhecimentos. Diante disso, o aporte deste trabalho é dar luz a esta discussão no âmbito da atividade de ISP. Para tal, do ponto de vista metodológico, este trabalho configura-se como exploratório, com abordagem qualitativa.

2 | A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Historicamente, o conhecimento foi essencial para a sobrevivência e manutenção das organizações durante duas das maiores crises econômicas existentes na história, a crise do petróleo na década de 70 e a crise dos *subprime* em meados de 2007. Evidente que não se adota uma noção de causa e efeito e que há sempre inúmeros fatores interligados aos eventos, mas sem dúvida estes são fatores de grande relevância visto que, devido à escassez de recursos, foi necessário que as empresas se adaptassem ao cenário econômico, político e social.

Além disso, toda a proteção do conhecimento empresarial, que era característica do passado, acabou se tornando obsoleta. "[...] De modo geral, porém, é virtualmente impossível impedir os concorrentes de copiar e até mesmo aperfeiçoar produtos e métodos de produção com razoável rapidez numa era caracterizada pela mobilidade [...]" (Davenport; Prusak, 1999, p. 19). Neste sentido, esses autores descreveram que o conhecimento pode propiciar uma vantagem competitiva sustentável, sendo que as organizações, para se manterem ativas e competitivas no cenário global, necessitam utilizar-se do conhecimento existente e assim produzir inovações capazes de mantê-las em constante atualização, em um ciclo ilimitado de crescimento.

A doutrina em GC tem mostrado que a vantagem competitiva está diretamente ligada à inovação e revela ainda que esta é gerada por meio do conhecimento existente na própria organização, pela transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito (Nonaka; Takeuchi, 1997). Embora não exista consenso sobre o conceito de GC, visto que se modifica conforme as perspectivas, características e objetivos a que se propõe, Alavi e Leidner (2001, p. 131) mencionam que é uma área que "envolve diferentes etapas, interdependentes e relacionadas à criação, captura, armazenamento e compartilhamento do conhecimento, sendo um fenômeno contínuo, complexo e dinâmico".

Para Bukowitz e Williams (2002, p.17), a GC consiste no "processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual". Argumentam ainda esses autores que a GC "fornece uma nova lente, através da qual a organização e o próprio processo de gestão podem ser vistos. Ela traz para o foco diferentes aspectos

da organização, que, por sua vez, terão impacto tanto no que é gerenciado quanto em como isso é feito" (Bukovitz; Williams, 2002, p. 367). Na visão de Probst, Raub e Romhardt (2002), são métodos para influenciar os ativos intelectuais da organização e orientar seu desenvolvimento.

Evidente que quando se trata de prestação de serviços públicos a perspectiva de gerar valor muda. Conforme afirma Batista (2006, p.18), "enquanto o setor privado implementa a GC visando o lucro e o crescimento, a administração pública busca principalmente qualidade, eficiência, efetividade social e desenvolvimento econômico e social". Neste sentido, avalia-se que enquanto nas organizações privadas a GC está ligada a competitividade, manutenção e sobrevivência organizacional, no serviço público procura tornar a referida organização efetiva e eficaz, promovendo relevante impacto social na perspectiva de auxiliar na gestão de pessoas, processos e tecnologias nas organizações públicas.

Davenport e Prusak (1999) consideram que o compartilhamento de conhecimentos é considerado por muitos autores como um dos aspectos que mais contribuem para o desenvolvimento organizacional. Transferência, disseminação, transmissão, difusão, compartilhamento e troca são termos, por vezes, tratados pela doutrina como sinônimos, seja do individual para o coletivo, organizacional e entre organizações (Osinski; Roman; Selig, 2015).

O compartilhamento de conhecimentos pode ser identificado como um dos principais focos da GC, visto que esse processo promove a ligação entre o conhecimento individual (tácito) e o conhecimento coletivo ou organizacional (Hendriks, 1999). Quando os conhecimentos são compartilhados otimizam-se os recursos uma vez que o compartilhamento daquilo que já se tem dominado poupa os dispêndios da organização (Tonet; Paz, 2006), favorecendo, assim, que se concentre nas necessidades que ainda carecem de atenção. Além disso, o compartilhar vai muito além de apenas fornecer conhecimentos, pois promove a criação de novos conhecimentos, favorece a socialização e o desenvolvimento organizacional, uma vez que a capacidade de produzir conhecimentos, a partir do compartilhamento, facilita o processo de aprendizagem e aperfeiçoa a capacidade estratégica, atingindo melhores resultados (Freire; Furlan; Silveira, 2018).

Entretanto, no que diz respeito ao compartilhamento de conhecimentos, faz-se importante destacar que este tema ainda é pouco trabalhado entre organizações diferentes, sendo mais abundante os trabalhos que o discutem dentro da própria organização. Isto se dá devido a uma perspectiva competitiva entre as organizações privadas, em que o conhecimento, como maior ativo, permite que uma organização se destaque perante outras. Todavia, no serviço público, não há, ou melhor, não deveria existir, a concorrência entre organizações públicas, visto que seu objetivo é fornecer a melhor prestação de serviços à população. Neste sentido, é necessário realizar um esforço para compreender como seria possível o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos públicos diante dos benefícios

que pode trazer para a sociedade.

Assim sendo, um dos modelos que pode ser utilizado com o intuito de verificar como pode ocorrer o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos públicos é o proposto por Tonet e Paz (2006), composto de quatro etapas integradas: I) iniciação, que consiste em ações voltadas para identificar os conhecimentos necessários, as oportunidades para empregar os novos conhecimentos e as fontes para obtê-los; II) implementação, que se refere a ações para integrar fontes e destinatários do conhecimento; III) apoio, que se caracteriza por ações que visam promover o compartilhamento, seja por meio de oportunidades ou orientação prática; e IV) incorporação, em que o conhecimento compartilhado é disseminado e aplicado na prática.

Desta forma, pode-se considerar que o compartilhamento de conhecimentos promove a integração e a confiança entre as instituições, facilita o processo de resolução para soluções emergentes, bem como permite que os recursos, por vezes escassos, sejam melhor aplicados, propiciando o desenvolvimento inovativo no meio organizacional. Ademais, verifica-se que sua aplicação é viável inclusive entre diferentes órgãos públicos.

3 I INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A ISP tem sido pauta de inúmeras plataformas eleitorais, sendo perceptível, em discursos inflamados, que o fundamental é desenvolver e investir na ISP, sendo ela o remédio para todas as enfermidades. Na prática, é latente que os investimentos para a ISP e para as Polícias Investigativas de todo o Brasil permanecem por vezes no esquecimento, os quais geralmente são voltados a uma política de ostentação, cativando a opinião pública, com o escopo de que isto gera maior “sensação de segurança”, ou seja, mero paliativo para os reais problemas enfrentados.

A atividade de Inteligência no Brasil tem início em 1927 durante o então Governo de Washington Luís, com a criação do Conselho de Defesa Nacional, cuja proposta era exercer a atividade de Inteligência de Estado, visando proteger o Brasil de possíveis ameaças.Todavia, a noção de Inteligência e Contrainteligência de fato são instituídas em 06 de setembro de 1946, durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra, com a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).

A Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do SISBIN e considera Inteligência como a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou que transitem.

Assim sendo, embora o SISBIN tivesse sido criado com uma proposta mais voltada à Inteligência de Estado, necessitava-se da criação de um organismo voltado à ISP. Quando se trata da atividade de ISP, deve-se ter claro que esta surge diante das necessidades em mover o aparelho estatal para prevenir e estar à frente das práticas criminosas no Brasil. Nesse sentido, o Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, cria o Subsistema de ISP no âmbito do SISBIN, tendo como órgão central a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça.

Conforme afirma Kent (1967), a Inteligência pode ser caracterizada como produto, atividade e organização. Desse modo, como produto está relacionada ao conhecimento obtido por meio da análise de dados e informações; como atividade diz respeito ao meio pelo qual as instituições utilizam-se da metodologia de produção de conhecimentos para desenvolver produtos que possam subsidiar as tomadas de decisão no âmbito estratégico, tático e operacional (Melo, 2017); e como organização trata-se da Inteligência em âmbito institucional, com suas características singulares. Um dos pontos que merece destaque é que, em âmbito organizacional, a Inteligência dispõe, além de informações acessíveis, o acesso a dados e informações protegidas ou negadas (Ferreira, 2017).

Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a ISP é conceituada da seguinte forma:

> [...] o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos – tanto em nível federal como estadual - , à tomada de decisões e a elaboração de políticas de planos de segurança pública (Brasil, 2007, s/p *apud* Moreira; Ferro, 2017, p. 61).

Já a Inteligência Policial é conceituada por Ferro Júnior (2008, p.52) como a "atividade que objetiva a obtenção, análise, produção e disseminação de informações e conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência na criminalidade na Segurança Pública [...]". No que diz respeito aos ramos de atuação, a inteligência policial pode ser dividida em Inteligência e Contrainteligência, sendo esta, conforme a Doutrina supramencionada, definida como

> o ramo da atividade de Inteligência de Segurança Pública que se destina a produzir conhecimentos para proteger a atividade de Inteligência e a instituição a que pertence, de modo a salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza. A Contrainteligência assessora também em assuntos internos de desvios de conduta, relacionadas à área de segurança pública. (DNISP, 2009, *apud* Siqueira, 2009, p.225).

Desta forma, quando se fala em Inteligência, esta pode ser pensada em uma perspectiva macro como sistema, como ramo e como produto gerado por parte de seus

analistas. Com relação ao ramo de Inteligência, este pode ser considerado em suas duas divisões básicas, Análise e Operações. O setor de Análise é aquele por meio do qual se produz informações e conhecimentos de inteligência no âmbito da organização e o setor de Operações é responsável por buscar dados e informações protegidos ou negados (Melo, 2017).

4 I CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Contrainteligência, conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, é definida como o ramo destinado a produzir conhecimentos para preservar a atividade de Inteligência e a instituição a que pertence, protegendo e neutralizando ações adversas de qualquer natureza (DNISP, 2009, *apud* Siqueira, 2009).

De forma geral, pode-se afirmar que praticamente todas as instituições de Segurança Pública do País têm a noção de que o desenvolvimento estratégico, tático, administrativo e operacional é imprescindível para o enfrentamento à criminalidade. Conforme ilustrado por Cepik (2003, p.57), ao tratar dessa temática "a principal missão da Contrainteligência é garantir que os 'outros' só conheçam o que quisermos que eles conheçam sobre nós mesmos". Desta forma, a Contrainteligência tem papel fundamental no desenvolvimento da efetividade em matéria de proteção institucional, devendo ter sua aplicabilidade irrestrita a meras conjecturas idealistas, visto que no atual cenário político-social é perceptível uma constante evolução por parte das organizações criminosas.

> O país necessita, urgentemente, de especialista em Inteligência Estratégica de Segurança Pública. Analistas que dominem as técnicas e métodos da análise prospectiva e da análise de riscos. Que saibam abordar e estudar os crimes e os criminosos a partir de novos paradigmas, dando-lhes um enfoque global. Analistas que sejam verdadeiramente capazes de definir e apontar correlações entre os diversos fatores de influência relacionados ao surgimento e a evolução dos fenômenos criminais. Profissionais de inteligência com a condição efetiva de entregar aos níveis político e estratégico conhecimentos sistemáticos que lhes permitam visualizar, no presente, a multiplicidade e os graus de incerteza dos futuros possíveis, para que estas autoridades possam, a partir de então, definir as melhores estratégias de segurança pública com o objetivo de evitar as surpresas estratégicas e obter superioridade e surpresa estratégica frente aos fenômenos criminais modernos (Rockembach, 2017, p. 325).

É notório também que a criminalidade tem se adaptado ao contexto, especialmente no tocante à elaboração de estratégias e desenvolvimento de ações por parte das organizações criminosas, a fim de potencializar seus resultados, diminuir suas perdas e estender seus domínios, levando à constante deturpação da tranquilidade pública, ao abalo das forças de segurança e até mesmo à criação de Estados paralelos que, de forma constante, se embatem em "Guerrilha Urbana".

> A dinâmica social e o aumento da criminalidade obrigaram as instituições de segurança pública a desenvolverem mecanismos de defesa interna e externa. Um dos fatores que motivou essa política foi à profissionalização e organização da criminalidade, onde grupos organizados passaram a ingressar criminosos nas fileiras das instituições de segurança pública, com a finalidade de obtenção de informações privilegiadas e de corromper os demais integrantes da instituição (Siqueira, 2009, p. 225).

A despeito do fato de que a Contrainteligência é imprescindível para as ISP, ainda predomina um enorme abismo entre a teoria e prática. Dentre os segmentos de Contrainteligência, esta pode ser dividida em Segurança Orgânica, Segurança Ativa e Segurança de Assuntos Internos. A Segurança Orgânica compõe um conjunto de medidas passivas, de caráter meramente defensivas, destinadas a proteger as instituições das diversas ameaças que possam surgir. Trata-se do conjunto de ações protetivas integradas, destinadas a proteger os recursos humanos, a documentação, as instalações, o material, as comunicações, a telemática, informática e as operações, visando à efetiva proteção diante de qualquer natureza adversa. Dentre os ramos de Segurança Orgânica pode-se destacar a segurança de pessoal, segurança de documentação e material, segurança das telecomunicações, telemática e informática e segurança das áreas e instalações (Curso de Introdução à Atividade de Inteligência [CIAI], 2015).

Para que se consiga desenvolver a Segurança Orgânica, a instituição deve possuir um Plano de Segurança Orgânica oriundo de um trabalho de Análise de Riscos, o qual estabelece responsabilidades, identifica os recursos disponíveis e determina as ações a serem tomadas quando necessário. A elaboração da Análise de Riscos deve seguir metodologia própria com base no estudo da situação, decisão, elaboração do plano, implementação e supervisão das ações planejadas (CIAI, 2015). O produto gerado servirá de elementos para que possam ser estabelecidos protocolos de atuação diante das necessidades elencadas.

Por sua vez, entende-se por Segurança Ativa o conjunto de medidas protetivas, ofensivas, destinadas a detectar, identificar, avaliar, analisar e neutralizar as ações adversas de elementos ou grupos de qualquer natureza, que atentem contra a Segurança Pública (DNISP, 2009). Dentre estas medidas estão contrapropaganda, contraespionagem, contrasabotagem e contraterrorismo.

Por fim, a Segurança de Assuntos Internos é o conjunto de medidas destinadas à produção de conhecimentos que visam assessorar as ações de correição das instituições públicas. São ações destinadas apenas à “assessoria” das Corregedorias, não exercendo necessariamente seu papel. Essas ações tendem a oferecer suporte no tocante às informações referentes aos recursos humanos da instituição, bem como atuar na proteção da imagem institucional, exercendo importante papel (CIAI, 2015).

Como já mencionado, a Contrainteligência tem importância fundamental na proteção dos dados, informações e conhecimentos, e nesse contexto tem-se o Conhecimento

Sensível, que se refere a todo conhecimento considerado sigiloso ou estratégico, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao país, necessitando de medidas especiais de proteção (Portaria nº 42 GSIPR, 2009).

A atividade de Inteligência está relacionada a uma verdadeira troca de informações constantes em prol de um objetivo maior, que é a Segurança Pública. Além disso, para a efetiva ação de Contrainteligência, as ações individuais e coletivas devem ser pautadas em cautelas e zelos constantes (Brasil, 2004). Hamada (2017, p.31) considera que:

> (...) há a necessidade de que haja o entendimento por parte dos diversos atores de que o conhecimento empírico não é a única base para o exercício da atividade de inteligência, mas sim a busca pelo seu equilíbrio com o aperfeiçoamento da teoria, seja pelo desenvolvimento de novos conceitos, seja pela reflexão dos processos existentes.

Nesse contexto Rockembach (2017, p. 323) ilustra afirmando que "desenvolver a mentalidade de inteligência nos altos gestores da segurança pública passa a ser, portanto, outro dos desafios da ISP para os próximos anos". Ou seja, esta concepção deve estar principalmente atrelada aos decisores, o que facilitará o engajamento e a mudança de paradigmas.

Frisa-se que de nada adianta o conhecimento ser despejado e não praticado. Cada um dos segmentos de Contrainteligência deve estar enraizado na matriz do indivíduo e evidenciado em seu cotidiano. Muito além da proteção ao conhecimento sensível, esta Cultura de Inteligência deve permitir que o profissional de segurança pública utilize das medidas de Contrainteligência no dia a dia, seja em seu deslocamento, nas suas relações sociais etc., propiciando, assim, que não se torne alvo e vítima da criminalidade.

> Na fase de sensibilização o objetivo é fazer com que os gestores tomem conhecimento da existência da atividade de inteligência. Na fase de conscientização a missão consiste em fazer com que os tomadores de decisão, além de conhecer, passem a acreditar na importância, eficiência e eficácia da Inteligência na solução de problemas relacionados à segurança pública. Na fase de capacitação a meta é fazer com que as autoridades não só conheçam os métodos, técnicas e práticas da atividade de inteligência, mas que também comecem a fazer uso delas no dia a dia normal de trabalho. Sem a mentalidade de inteligência o Processo Decisório jamais saberá usar a Inteligência de forma eficiente e eficaz (Rockembach, 2017, p. 324).

Obviamente, o produto da ISP e da investigação criminal são diferentes, pois enquanto a ISP trata do processamento e da análise de dados, resultando na produção de "conhecimentos" que servirão de suporte para um Decisor, na investigação criminal o objetivo final é a obtenção de elementos probatórios. Resta claro que desde 2014, com a criação do Relatório Técnico na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), as Agências de Inteligência podem contribuir efetivamente no auxílio técnico

(Ferreira, 2017).

> Os Serviços de Inteligência podem servir como meio auxiliar no tocante à investigação criminal, podendo ou não ser utilizadas no conjunto probatório, todavia, comprometidos com o mesmo objetivo, qual seja, a redução e o combate à criminalidade (Melo, 2017, p. 68).

Outro ponto que merece destaque é o fato da integração de informações com outras instituições, pois um dos maiores problemas vividos, pelas mais diversas entidades do mundo, é considerar que a informação tem dono, sendo que, ao não compartilhá-la, fragilizam-se as estruturas existentes e se estabelece um clima de desconfiança perene entre as Agências (Brasil, 2004). Sendo assim, uma Cultura de Inteligência entre os mais diversos setores das instituições de segurança pública é indispensável para o seu pleno desenvolvimento, visto que, sem ela, a preocupação com a proteção à informação sensível e aos seus recursos humanos e materiais estarão completamente à deriva, fragilizando-a como um todo. Certamente, sem uma base sólida de formação e acompanhamento dificilmente se conseguirá traçar estratégias para o desenvolvimento institucional e para o enfrentamento da criminalidade organizada, que mantém um constante aperfeiçoamento de suas ações ilícitas.

5 I GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública, de modo geral, corresponde à prestação de serviços públicos, por parte de suas instituições, a fim de manter a paz social, bem como garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania. Conforme contido no artigo 1º do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, a principal missão do SISP é "coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo País e suprir os governos federal e estadual de informações que subsidiem a tomada de decisões nesse campo" (Decreto nº 3.695, 2000).

Para Ferro Júnior (2008), o binômio tecnologia e inteligência representa elemento fundamental para toda a organização policial em um contexto de enorme complexidade social, e na atualidade, conhecida como "era da informação", é imprescindível um constante processo evolutivo da organização policial, visto que a criminalidade atua, sobretudo, na turbulência social, em que fatores como velocidade, conectividade e intangibilidade e inovação caracterizam a complexidade do mundo contemporâneo. Esse autor considera que

> os organismos de Segurança Pública têm imenso repositório de informações, entretanto, ainda não se consegue desenvolver um ciclo de gestão para o uso efetivo de conhecimento existente. Na verdade, apesar dos esforços, a cultura presente nas organizações está na compartimentação e concentração de informações. A informação está disponível em algum lugar, contudo não é possível acessá-la. São consideráveis as estruturas com eficiência potencial

> (aquela estruturada em computadores), porém a eficiência real somente é alcançada com a integração e com adição do capital humano, o conhecimento que está na cabeça dos policiais (Ferro Júnior, 2008, p. 287).

Neste sentido, ao se tratar da GC no âmbito da Segurança Pública, Freire (2018, p.7) considera que "a Gestão do Conhecimento na atividade de Inteligência de Segurança Pública tem o objetivo de melhorar a comunicação entre pessoas, processos e serviços, fomentando a socialização, o registro, o fluxo e a aplicação do conhecimento de modo eficaz". Partindo para uma perspectiva macro, o modelo engessado das instituições policiais, ainda enraizado em uma postura conservadora, entra em conflito com as novas dinâmicas sociais, necessitando que sua concepção base seja reestruturada para um modelo mais flexível. Morgan (1996, p. 82) discute que "sob circunstâncias que mudam, é importante que os elementos da organização sejam capazes de questionar a propriedade daquilo que estão fazendo e modifiquem sua ação para levar em conta novas situações", ou seja, esta "plasticidade organizacional"[1] torna-se imperativo para a gestão das organizações no atual contexto global.

Tendo em vista que a matéria prima da ISP e da GC são dados, informações e conhecimentos, torna-se fundamental discutir suas singularidades. Do ponto de vista da GC, os dados são caracteres distintos e objetivos relativos, ou seja, são registros estruturados dentro da organização. São descrições parciais sem significados inerentes, não fornecendo julgamentos ou interpretações. Já informação, como sua própria nomenclatura diz, diz respeito a "informar", ou seja, ela muda o modo como o destinatário interpreta algo, exercendo impacto sobre seu julgamento. Desta forma, a informação tem propósito definido e relevância característica (Davenport; Prusak, 1999).

Com relação ao conhecimento, este pode ser entendido como o produto dotado de valor, com característica intangível; possui relevância significativa para os rumos da organização, influenciando diretamente nas tomadas de decisão e na geração de inovações. Embora dotado de enorme complexidade, o conceito de conhecimento contempla alguns componentes básicos, tais como a experiência, a verdade, o discernimento e as normas práticas (Davenport; Prusak, 1999).

Desta forma, a GC pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das instituições de Inteligência. Sem dúvida, um dos principais desafios é como compartilhar informações e conhecimentos de inteligência. Muitos dos produtos, ou seja, documentos produzidos no âmbito da inteligência, são classificados à luz do que estabelece a Lei de Acesso à Informação (Lei n° 12.527/2011) e desse modo, uma das formas de lidar com esta dificuldade está na necessidade de conhecer e estabelecer termos de confidencialidade entre os Agentes da própria organização. Por exemplo, se a Agência "A" possui necessidade de conhecer determinado assunto, pois a informação e o conhecimento podem trazer

1 Plasticidade organizacional trata-se de expressão que procura incorporar o sentido de a organização moldar-se conforme as necessidades emergentes.

impacto a esta, cabe à Agência "B" suprir com todo o repertório necessário para auxílio, diminuindo custos, despendimento de recursos humanos e tecnológicos.

O compartilhamento de conhecimentos em meio aos órgãos de ISP segue como sendo a última etapa do Ciclo de Produção de Conhecimentos (CPC), no qual é composto por planejamento, reunião de dados, processamento e difusão. Como forma de facilitar o processo de difusão, tem-se que o modelo de compartilhamento do conhecimento proposto por Tonet e Paz (2006) pode ser adaptado para o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos de ISP, sendo sugerido que nas fases de **iniciação** os analistas identifiquem as necessidades de se conhecer, como geralmente já ocorre na prática em grande parte dos órgãos de ISP; na de **implementação** institucionalize-se a proposta de integração por parte dos próprios órgãos de ISP, bem como da Secretaria de Segurança Pública, estabelecendo os regulamentos para sua implantação; na de **apoio**, sugere-se ações de compartilhamento de conhecimento, tais como:

> a) Eventos de conhecimentos genéricos: como medida proativa dos órgãos de ISP, o envio sistemático de documentos que possam ser úteis para as respectivas unidades de inteligência, bem como as suas organizações; reuniões periódicas para a discussão de implementos inovativos;
>
> b) Eventos de conhecimentos específicos: reuniões entre os decisores dos respectivos órgãos de ISP, bem como utilização de aplicativos com criptografia para o compartilhamento de conhecimentos, conforme a necessidade e urgência na tomada de decisões;
>
> c) Eventos com especialistas de conhecimentos: integração entre os recursos humanos dos diferentes órgãos de ISP, a fim de que se promova, por meio de seminários, congressos, eventos e reuniões, o compartilhamento de conhecimentos específicos; e
>
> d) Eventos de networking: realização de eventos como congressos, reuniões, seminários etc., a fim de que haja integração entre os recursos humanos dos diferentes órgãos de ISP ou com demais instituições de interesse.

Por fim, na fase de incorporação, que ocorra a aplicação do conhecimento compartilhado na prática como instrumento de auxílio ao processo de tomada de decisões.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compartilhamento do conhecimento é um importante processo da GC e sua prática deve ser incentivada nas organizações, visto que, na atualidade, a vantagem competitiva está diretamente ligada à inovação e esta, por sua vez, é gerada por meio do conhecimento existente na própria organização, ou seja, por meio da transformação do conhecimento tácito em explícito. Embora seja pacífico o entendimento de que a ISP no Brasil está

muito aquém de ter todo seu potencial desenvolvido, é notável o comprometimento das instituições em desenvolver ferramentas e mecanismos de forma constante, visando a eficácia no combate à criminalidade, seja de forma sistemática ou exploratória.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho consistiu em trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de ISP. Com isto, inicialmente, verificou-se ser indiscutível que, para se obter efetividade em matéria de segurança pública, faz-se necessário o desenvolvimento do compartilhamento de conhecimentos em meio às instituições e seus recursos humanos, advinda de uma formação inicial e contínua, enraizada na matriz do indivíduo e evidenciada em seu cotidiano. Ainda, este compartilhamento, como forma de cultura organizacional, permite que ocorra o fluxo constante de interação entre seus recursos humanos, possibilitando que o conhecimento seja de fato considerado o maior ativo intangível nas organizações de segurança pública.

Desta forma, a atividade de Inteligência, ao produzir conhecimentos assessoráveis, permite o desenvolvimento de medidas proativas a fim de melhorar a eficiência em segurança pública, avaliando os cenários e as variáveis de forma ampla. Assim, a implementação da prática do compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP pode propiciar uma constante integração organizacional, permitindo, com isto, que as atuações não sejam refeitas a todo instante, mas que haja uma melhor utilização dos recursos existentes e de adaptação conforme as necessidades. Ademais, ao compartilhar conhecimentos, os Agentes devem entender que estão contribuindo para o desenvolvimento de inovações e para o sistema como um todo, propiciando maior eficiência e eficácia organizacional. Desse modo, essa prática permite que os recursos humanos existentes aumentem suas potencialidades em um fluxo de constante troca e desenvolvimento.

Assim sendo, o compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP, a partir da GC, propicia uma constante integração entre as unidades de Inteligência, facilita o processo de inovação e desenvolvimento, bem como amplia as perspectivas para a melhor tomada de decisões, proporcionando maior eficiência e eficácia em matéria organizacional.

Por fim, como um importante resultado deste trabalho, foi proposto que, para que haja um efetivo compartilhamento de conhecimentos entre os órgãos de ISP, estes podem adaptar as seguintes fases do modelo de compartilhamento de conhecimentos, de autoria de Tonet e Paz (2006), a saber: iniciação, implementação, apoio e incorporação.

Como desdobramentos futuros deste estudo verifica-se a necessidade de realizar pesquisas mais aprofundadas no que diz respeito às contribuições da GC para a proteção do conhecimento sensível, especialmente quanto às perspectivas de desenvolvimento e inovação científica e tecnológica.

REFERÊNCIAS

ALAVI, M., & LEIDNER, D. E. (2001). Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, 107-136.

BRASIL, G. M. (2004). *Formação e Inteligência Policial: desafios à Política Pública de Segurança.* UFC: O público e o Privado – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Nº 4.

BUKOWITZ, W. R., & WILLIAMS, R. L. (2002). *Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman.

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, *21*(2), 513-518.

CERQUEIRA, D. C., Lima, R. S. D., BUENO, S., NEME, C., FERREIRA, H., COELHO, D. & Reis, M. (2018). Atlas da violência 2018.

Cepik, M. (2003). *Espionagem e democracia*. FGV Editora.

CIAI. Curso de Introdução à Atividade de Inteligência. (2015). Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

DAVENPORT, T. H., & PRUSAK, L. (1992). Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAVENPORT, T. H., MARCHAND, D. A., & Dickson, T. (2004). *Dominando a gestão da informação*. Bookman.

*Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000***.** (2000). Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm

*Decreto de 15 de dez. de 2017. (2017). A*prova a estratégia nacional de inteligência. Recuperado de: // www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm

DETLOR, B. (2010). Information Management. *International Journal of Information Management*. N°. 30, p.103-108.

FERREIRA, V. H. R. A. (2017). *Inteligência Policial e Investigação Criminal. In:* HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte: D'Plácido.

FERRO JÚNIOR, C. M. (2008). *A inteligência e a gestão da informação policial***.** Brasília: Fortium.

FREIRE, J. J. FURLAN, S. A. SILVEIRA, J. L. G. (2018). *Gestão do conhecimento na atividade de inteligência de segurança pública – uma abordagem prática e tecnológica*. Curitiba: Appris.

HAMADA, H. H. (2017). *Referenciais de pesquisa em inteligência no Brasil: o olhar do pesquisador e as tendências da produção científica. In:* HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte: D'Plácido.

HENDRIKS, P. (1999). Why share knowledge? The influence of ICT on the motivation for knowledge sharing. *Knowledge and Process Management, v.* 6, n. 2, p. 91-100.

KENT, S. (1950). *Informações estratégicas.* Rio de Janeiro: Bibliex.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas.

Martins, S. D. C. (2014). *Gestão da Informação: estudo comparativo de modelos sob a ótica integrativa dos recursos de informação.* Universidade Federal Fluminense.

MCDERMOTT, R. O'DELL, C. (2001). Overcoming cultural barriers to sharing knowledge. *Journal of Knowledge Management*, Bingley, v.5, n. 1, p. 76-85.

MELO, F. P. (2017). *A utilização dos serviços de inteligência no inquérito policial.* Curitiba: Íthala.

MELO, F. P. BITTENCOURT, J. C. BLANCHET, L. R. (2019). *Técnicas de Entrevista e Interrogatório.* Curitiba: Intersaberes.

MOREIRA, W. G. FERRO, A. L. (2017). *Formação do profissional de inteligência no âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública e sistema de inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal. In:* HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte: D'Plácido.

MORGAN, G. (1996). *Imagens da Organização*. Trad. Cecília W. Bergamini e Roberto Coda, São Paulo: Atlas.

NONAKA, I. TAKEUCHI, H. (1997). *Criação de Conhecimento na Empresa. Como as empresas Japonesas geram a dinâmica da inovação.* Rio de Janeiro: Campus.

OSINSKI, M., ROMAN, D. J., & SELIG, P. M. (2015). Compartilhamento de conhecimento: estudo bibliométrico das publicações acadêmicas realizadas de 1994 a 2014. *Perspectivas em Ciência da Informação*, *20*(4), 149-162.

Portaria nº 42 GSIPR, 19 de agosto de 2009. (2009). Institui, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível - PNPC e dá outras providências. Recuperado de: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=213674

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. (2002). Knowledge management in organization. *Krakow: Publishing Office.*

ROCKEMBACH, S. J. (2017). *Os Desafios da Inteligência de Segurança Pública para os próximos cinco anos. In:* HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte.

SIQUEIRA, R. F. D. R. S. (2009). *Contra-inteligência. In* CASTRO, C. A.; RONDON FLIHO, E. B. (2009) Inteligência de Segurança Pública. Curitiba: Juruá.

TONET, H. C.; PAZ, M. G. T. (2006). Um modelo para o compartilhamento de conhecimento no trabalho. *RAC – Revista de Administração Contemporânea,* v. 10, n. 2, p. 75-94.

CAPÍTULO 4

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 08/03/2021

Cristiano José Barreto
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Polo Assaí
Assaí - Paraná
http://lattes.cnpq.br/1784129350078032

RESUMO: Em meio a vários problemas que a segurança pública enfrenta na sociedade contemporânea e em razão da baixa qualidade de vida que os policiais militares vem apresentando, bem como seus inúmeros problemas psicológicos e psicossociais, que afligem a classe policial militar por todo Estado do Paraná e por outros estados da federação, que em casos mais graves culminam até mesmo em suicídio, assim, este artigo tem como objetivo discutir um possível programa eficaz que alcance cada policial militar, que incentive as práticas de educação física e lazer, também atividades psicossociais, dentro e fora das áreas militares, e quais benefícios trazem pra quem pratica, também como fator importantíssimo no desempenho das atividades operacionais e na vida particular dos agentes de segurança pública visto que a natureza da profissão imprime ao profissional de segurança pública todo vigor, destreza, concentração, equilíbrio emocional, etc.

PALAVRAS - CHAVE: Suicídio. Psicologia Militar. Atividade Física. Saúde do Trabalho. Policial Militar.

THE IMPORTANCE OF PHYSICAL AND MENTAL HEALTH FOR MILITARY POLICIES IN THE STATE OF PARANÁ

ABSTRACT: In the midst of several problems that public security faces in contemporary society and due to the low quality of life that the military police have been presenting, as well as their numerous psychological and psychosocial problems, which afflict the military police class throughout the state of Paraná and by other states of the federation, which in more serious cases even culminate in suicide, thus, this article aims to discuss a possible effective program that reaches each military police officer, which encourages physical education and leisure practices, also psychosocial activities, inside and outside the military areas, and what benefits they bring to those who practice them, also as a very important factor in the performance of operational activities and in the private lives of public security agents since the nature of the profession gives the public security professional all the vigor, dexterity, concentration, emotional balance, etc.

KEYWORDS: Suicide. Military Psychology. Physical activity. Occupational Health. Military Police.

1 I INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é explicitar sobre a necessidade da presença de profissionais de educação física e saúde do trabalho junto a tropa operacional tanto na capital como no interior do Estado do Paraná, com o intuito de que sejam acompanhadas com maior eficiência o agente e

seu aproveitamento e benefícios da atividade física para sua saúde física, mental e seu desempenho profissional. Bem como também podemos indicar psicólogos, nutricionistas entre outros, que o Sistema de Assistência à Saúde (SAS) às vezes não oferece, ou pela dificuldade de se deslocar até grandes centros onde são oferecidos tais serviços, porém frequentemente com grandes filas de espera.

Para este estudo cientifico elaboramos uma pesquisa bibliográfica, a qual identifica as dificuldades, dúvidas, motivações, seus interesses e resultados atuais em matéria de educação física orientada, além de fatores históricos organizacionais, visando estabelecer um projeto de qualidade de vida, combate a problemas psicológicos e psiquiátricos, bem estar social e profissional do agente de segurança pública, norteando o que almeja o comandante de cada unidade militar em matéria de condicionamento físico e mental.

Ha muito tempo na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) não se impõe a educação física como obrigatória no dia a dia dos policiais, apenas o administrativo com duas horas semanais reservadas para a realização desse tipo de atividade, sendo as terças e quintas, e o restante da tropa fica com o período de folga para praticar suas atividades. Assim fica discricionário ao agente de segurança escolher o local seja em academias, parques, pistas ou outro local que escolher para realizar suas atividades físicas. Sendo lhe imposto somente avaliação física quando convocado para o Teste de Aptidão Física (TAF) para promoções ou exame anual de saúde para mensurar a qualidade física da tropa.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente a educação física está presente desde os primórdios das organizações militares do país.

> MELO, 2000, afirma que: "A valorização da prática sistematizada de exercícios físicos se inseriu na manutenção da preparação física do combatente, como também, por sua utilidade, no processo disciplinar da tropa e no desenvolvimento do espírito de corpo".

O precursor da Educação Física no Brasil foi com a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX), criada em 10 de janeiro de 1922, anexa à Escola de Sargento de Infantaria, com o nome Centro Militar de Educação Física, sendo responsável pela formação das primeiras turmas de educação física diplomados do Brasil, lotada no antigo Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, aos poucos os currículos foram tomando forma mais educacional e menos caráter militar.

Uma matéria indispensável desde o primeiro curso de formação de soldados ou aspirantes, não é imposta por mero ego de comandantes, além da Constituição Federal os dispositivos legais relacionados abaixo amparam tal prática, e as tornam necessárias.

- A Constituição do Estado do Paraná nos artigos 46 inciso II e 48.

- Código da Policia Militar do Estado do Paraná, no artigo 102, Lei Estadual nº. 1.943

de 23/06/1954.

- Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná, no artigo 2°, Lei nº 16.575 de 28/09/2010.

- Código de Ética da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei nº 5.075 de 29/12/1998 apresenta em seu artigo 3º a importância do condicionamento físico para o desenvolvimento da missão pelo policial militar, concluindo:

> Art 3º - Para o desempenho da missão, o militar estadual deve possuir atributos físicos, intelectuais, técnico-profissional, e, acima de tudo morais, colocando-o como espelho da cidadania, deve possuir firmeza de caráter, dedicação ao trabalho e profissionalismo, atuando sempre com justiça e bom senso, pré-requisitos que a sociedade espera e exige do verdadeiro militar estadual.

Destaca-se ainda a Portaria 089 de 07/11/2002 emitida pelo Estado Maior do Exército Brasileiro (EME) que aprova o Manual de Campanha C 20-20 -Treinamento Físico Militar aplicado a Policia Militar como força auxiliar do Exército Brasileiro que engloba os aspectos fundamentais do treinamento físico militar, segundo este Manual e Campanha C20-20 (2002, p. 8) *"todo militar considerado apto para o serviço ativo está obrigado ao treinamento físico militar"*.

Porém diante desta filosofia entende-se que nem sempre é possível que o estado consiga oferecer a corporação uma estrutura adequada como áreas, instalações e material, para que se cumpram tais normas, pois além das circunstâncias de que a polícia militar bem como no exército tem seu efetivo empenhado em atividades prioritárias para Organização Militar, percebe-se ainda que o sucesso na preparação do policial apto depende da prioridade que é dada por todos os níveis de comando dentro da corporação.

A Lei Estadual 15.448 de janeiro de 2007 prevê que os integrantes da corporação teriam avaliação anual de saúde mental, porém na pratica não foi a realidade, apenas o Centro Terapêutico (CETE-PMPR) continua funcionando e possui pessoal capacitado para atendimento nos casos de dependência química, estresse pós traumático, depressão entre outros, toda sua estrutura é voltada para o atendimento biopsicossocial dos membros da corporação, todos tratamentos são focados riscos iminentes e já identificados, porém não existe "avaliação preventiva de saúde mental", bem como também contam com o SAS, que também não é preventivo, ao contrário do trabalho que foi realizado durante alguns anos, quando uma psicóloga ficava a disposição na sede do batalhão, profissional esta que era custeada pelo Fundo de Atendimento a Saúde dos Policiais Militares (FASPM) que atendia todos policiais daquela unidade individualmente conforme a necessidade de cada policial, assim bem como por todo o estado, e promovia palestras com temas importantes na área de saúde mental que inclusive orientava os policiais a identificarem parceiros de serviço que aparentassem distúrbios, assim criando uma rede de apoio dentro da própria corporação, pois nada melhor que o companheiro de trabalho que passam varias horas

juntos, para conseguir identificar qualquer traço de problemas psicológicos ou psicossociais no companheiro.

Por ser considerada inconstitucional a Lei Estadual 15.448/2007, o Ministério Público em inquérito cogita pedir sua nulidade pois esta entrou em vigor mas nunca foi cumprida, que as avaliações periódicas não são realizadas.

> LAZARO JR, 2018, nos diz: "No inquérito o Ministério Público alegue inconstitucionalidade da lei, pois foi imposto como direito e obrigações, tais avaliações anuais atribuídos à administração da Policia Militar, porém na Lei não indica de onde surgiriam os recursos orçamentários para cobertura dos gastos originados pela Lei. Indica ainda a Promotora "Claudia Madaloso" que a Lei cria atribuições a órgãos da Administração Pública Estadual chefiada pelo executivo, bem como impacta no regime jurídico dos servidores militares do estado".

Se a lei em questão realmente estivesse em amparos constitucionais, consideraríamos as afirmações dos autores abaixo como verdades relativas na atualidade;

> ROSA E HUTZ, 2008 relata que: "A psicologia militar é um microcosmo da psicologia, definido pela atuação em ambientes militares. Ambientes militares são, freqüentemente, estressantes e perigosos. A adaptação de instrumentos aos ambientes militares é uma necessidade atual".

A Psicologia Militar debate dentro dos quartéis quais as melhores formas de abordar estes temas e dar abertura para o debate entre os pares, dialogo e compreensão pode ser grandes aliados neste paradigma.

> WISNER, 1994, afirma que: "Existem três componentes que estruturam a situação de trabalho: físico, cognitivo e psíquico. O componente psíquico é tabu em muitas instituições militares, ficando, muitas vezes deixado de lado tanto pelo trabalhador quanto pela instituição ao qual pertence".

As instituições Militares necessitam estipular parâmetro avaliativo psicológicos mais direcionados para a missão militar, muitos indivíduos ingressam nas fileiras das corporações minimamente por questões salariais e estabilidade do serviço público, não por vocação, e suas dificuldades, visto que todo ser humano tem reações diferente à situações diversas, cargas hereditárias e personalidades moldáveis, podem e devem ser características que ajudem a escolher profissionais que suportem a escolha da profissão ao menos acima da média.

3 | RESULTADO POSITIVOS

Ressalvando ainda que atividade física traga benefícios à saúde e previna várias doenças que podem gerar incapacidade física e mental (depressão) do ser humano, estudos comprovam que indivíduos fisicamente ativos tem menos chances de desenvolver doenças crônicas como hipertensão, depressão entre outras, por tanto o estudo de casos

que vamos expor e as pesquisas bibliográficas realizadas nos direcionam a reflexão de que é preciso com urgência de medidas para melhorar a saúde física e mental da corporação, serve também para avaliar a qualidade de vida dos mesmos, assim bem como nortear as ações do comandante da unidade para conseguir o melhor preparo físico para seus policiais.(GUALANO e TINUCCI).

Os principais resultados esperados na atividade física de um policial militar são redução de doenças cardiovasculares, redução de estresse e melhora da aptidão física, esta última que necessariamente inclui a resistência cardiorrespiratória, resistência e força muscular, potência muscular, velocidade, flexibilidade, agilidade, equilíbrio e tempo de ação e reação. Pesquisas da Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmam que saúde não é apenas ausência de doenças, e sim um bem estar físico, mental e social.

O Manual C20-20 destaca ainda os aspectos psicofísicos (área afetiva), que o treinamento físico militar desenvolve, que uma vez estimulados e aperfeiçoados irão atuar eficazmente sobre o comportamento, especialmente resistência e tolerância; cooperação; auto-confiança; dinamismo; liderança; espírito de corpo; coragem; decisão; camaradagem e equilíbrio emocional que são fundamentais no exercício da atividade fim do militar.

4 I JUSTIFICATIVAS SOCIAIS, VIDA SEDENTÁRIA E OUTRAS PROBLEMÁTICAS

Relembremos que a atividade policial militar requer grande vigor físico e mental, mais além do que a sociedade comum em geral, pois atividades operacionais como subir morros, carregar fuzis, pular muros, dentre outros necessitam de aptidão física e dedicação aos treinamentos, porém na prática o que se tem encontrado em alguns quartéis são policiais pré-dispostos à algumas doenças crônicas (obesidade/depressão/hipertensão), além de que esses quadros levam os policiais a um descontrole emocional causados pela baixa qualidade de vida, conseqüentemente dificultam os atendimentos às ocorrências que acima de tudo requer controle emocional, e adicionado a tudo isso ainda temos a triste realidade das altas taxas de suicídio entre policiais. Com certeza existem diferenças de realidades entre tipos de municípios, vejamos, por exemplo:

> NASCIMENTO JUNIOR e col., diz que: "Em uma pesquisa realizada no 4° Batalhão de Policia Militar ,na cidade de Maringa- Parana, com 144 policiais, que os resultados indicam principalmente como características predominantes a adoção de um comportamento preventivo relacionado à saúde e procuram manter um bom relacionamento social .Outras características citadas na pesquisa com menor importância apresentada por parte dos policiais estão os fatores como atividade física e nutrição, esses baixos índices obtidos podem estar relacionados com a demanda de carga horária desenvolvida pelos policiais ou ainda pela instabilidade de horários fixos para a pratica de atividade física e sua alimentação no horário de trabalho".

Isso acontece muitas vezes devido ao atendimento de ocorrências prolongadas que o policial ultrapassa seu horário de alimentação, quando não seu horário de termino de plantão, e muito menos separar e preparar seus alimentos de forma saudável, e também na parte de atividade física depois de um turno de 12 horas fica comprometido, pois seu cansaço físico e mental o faz preferir o descanso.

Na mesma pesquisa foi indicado como característica de baixo valor pela tabela aplicada o "controle de estresse", que pode estar relacionado ao sofrimento físico e mental resultante do conjunto de situações vivenciada no cotidiano de trabalho. Essas condições que elevam o nível de estresse podem advir de varias situações, tais como excesso de horas na escala de serviço, falta de tempo para lazer e descanso, poucas condições técnicas e salários defasados.

Vários motivos justificam essa realidade, um destes, seria o braço do estado com seus serviços ineficientes que não alcançam todos profissionais, necessitando de um programa eficaz no combate a esses problemas que assolam a classe policial. Há necessidade de profissionais especializados em educação física que acompanhem as rotinas nos quartéis, além dos psicólogos e outros profissionais de saúde.

Além da falta de estrutura do estado em apoiar os policiais, DE JESUS (2011) salienta que *"existem barreiras para as práticas de exercício físico dos policiais militares, as mais freqüentes são compromissos familiares, a jornada extensa de trabalho e ambiente inseguro para a prática".*

5 I DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O debate público em torno da questão, nos trás a reflexão que toda sociedade pode também sofrer com estigmas parecidos, mas a profissão de policial militar tem características especiais, como jornadas de trabalho excessivas sem horas extras, regulamento interno rigoroso que, por exemplo, proíbe o direito a greve, insegurança jurídica em casos que os envolve erros de procedimentos em ocorrência, entre tantas outras circunstancias. Não sendo comum também o desenvolvimento da síndrome de "bornout", quando apresentam alto grau de exaustão emocional e despersonalização e baixo grau de realização profissional

> LOPES, 2010 comenta que: por serem profissões em que o profissional precisa estar disposto a se doar pelo outro, uma gama de sentimentos os envolve, como: aflição, estresse, preocupação, ansiedade, angústia, etc. Como conseqüências estão submetidas às possibilidades de desenvolverem alguma das síndromes do meio laboral, como por exemplo, a síndrome de Burnout.

> LOPES, 2010, p. 16 relata que: Esta relação estreita e direta com o mundo do trabalho fez com que a síndrome de "burnout" fosse reconhecida legalmente no Brasil como uma doença ocupacional. Assim, já se verifica sua tipificação em uma Lei (n°. 8.213/91) e em um Decreto (n°. 3.048/99)

> referentes à Previdência Social, particularmente no anexo que trata dos agentes patogênicos causadores de doenças profissionais. Tais legislações trazem em seus textos que o burnout é adquirido ou desencadeado em função de condições especiais em que o trabalho é realizado, e cujos agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional, são o ritmo de trabalho penoso e/ou outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho. Há a previsão de responsabilidades por parte das empresas a favor da prevenção da doença e também a garantia de benefícios previdenciários para os trabalhadores que sejam acometidos pelo "burnout".

O principal fator que envolve esses profissionais em questão de saúde pública é o grande números de policiais que cometem suicídio, e segundo a Revista Exame, 2019, o número de policiais que cometeram suicídio no Brasil em 2018 foram de 104, numero bem maior que a quantidade que morreu em decorrência de confronto nas ruas, que resultaram em 87 mortes enquanto estavam em serviço. No Estado de São Paulo os números são ainda mais alarmantes, segundo o site HIPENESS (2018):

> "Afirma que a ouvidoria do Estado de São Paulo apontou que apenas em 2017, houve 26 suicídios entre policiais, numero quatro vezes maior que os seis mortos em confronto com criminosos, a paranóia causada pela pressão constante e a desvalorização, são alguns dos fatores que colocam os suicídios cometidos por PMS acima da média da sociedade civil".(BENEDITO MARIANO)

Não bastasse todas as dificuldades enfrentadas ainda existem a imprensa sensacionalista, que o maior objetivo é atrair audiência para mídia, abordando superficialmente a matéria, e não esclarecendo uma versão fidedigna sobre os fatos para o bom entendimento do grande público, confundindo-os sobre as relações entre violência e estrutura social.

6 I OBJETIVO/PROPOSTA

Neste estudo refletimos as dificuldades do estado em dar aporte necessário ao policial militar, profissional de segurança pública, para que desempenhe com sucesso suas funções e ainda tenha uma qualidade de vida, neste contexto idealizamos que o estado crie dentro do orçamento uma bonificação extra, fora da folha de pagamento que fosse exclusivamente gasta com saúde e bem estar, desta forma criar convênio público privado que atendessem os policiais e que lhes oferecessem garantia de bom atendimento médico e social, construindo uma praxe de prevenção, já que algumas doenças são extremamente silenciosas, como depressão, síndrome do pânico, bipolaridade, entre outras.

Um programa pré-estabelecido e conveniado com redes particulares de assistência médica, centros de terapia, academias, piscinas para natação, fisioterapias, dentre outras, assim alcançando a todos os policiais.

A melhor forma seria o fornecimento de um cartão/saúde, assim como os cartões

corporativos para diárias, sendo este exclusivo para gastos em clínicas, consultórios, laboratórios e outros gastos que envolvessem saúde e bem estar do policial, em estabelecimentos conveniados por meio de licitação. Investir no profissional e em sua qualidade de vida é primordial nas corporações militares nos dias de hoje, assim afirma MARIANO:

> Cuidar da saúde mental dos policiais de maneira sistêmica e prevenir o suicídio policial têm que ser entendido pelo governo não como custo, mas investimento na valorização profissional e na vida. Benedito Mariano - Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo.

SOUZA FILHO (2015) assegura em seu estudo que "*foi observado que a qualidade de vida dos policiais esta relacionada com fatores de ordem social e psicológica, o convívio com a família e vida social com os amigos também tem grande importância".*

Esse conjunto de atividades sociais e afetivas como esporte/lazer, família, amigos juntamente com os atendimentos médicos necessários formariam uma rede de apoio necessário para que os policiais tivessem uma qualidade de vida necessária para que isto refletisse em sua vida profissional.

7 I METODOLOGIA

O levantamento dos problemas e para um mais equilibrado entendimento do tema proposto, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, consultando e analisando as referências teóricas. Além disso, o tempo de experiência prática do autor serviu como fonte de informação complemento.

> Segundo FONSECA, 2002, p. 32, "A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta".

8 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias são as motivações em abordar este tema dramático dentro da corporação, dentre estas, primeiramente seria chamar a atenção da sociedade sobre as demandas da segurança publica, para que cobrem de seus representantes parlamentares medidas para esta classe do funcionalismo público que demonstra Força Bélica Militar, porém sofre com problemas internos como qualquer outra instituição que atende pessoas em momentos críticos sociais. Outra motivação é a apresentação de um programa que atenda

a necessidade mais urgente que seria a saúde e qualidade de vida do policial, em especial os que estão na ponta da linha atendendo ocorrências, próximo da sociedade e sempre a última instância/força exigida em momentos difíceis como estamos vivendo agora, pois em tempos de pandemia, decretos e leis tentam regular a sociedade, direitos e deveres de contradizem, os policiais assim como os profissionais da saúde, não podem se negar a cumprirem sua missão, são exigidos a manter a ordem publica em meio ao caos de consciência que esta pandemia tem causado em toda sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21/02/2021.

BRASIL. **Manual de Campanha C 20-20 Treinamento Físico Militar, Estado Maior do Exército, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa**. 3. Ed. 2002. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Legislal/c2020/c2020.htm>. Acesso em 03/03/2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GUALANO**,** B; TINUCCI, T.**Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas.** Disponível em: **<**https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092011000500005**.** Acesso em 28/02/2021>. Acesso em 03/03/2021.

JESUS, G.; JESUS, E. **Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares**. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte* [online]. 2012, vol.34, n.2, pp.433-448. ISSN 2179-3255.

LOPES, V. R. **O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de Burnout - um estudo com bombeiros militares.** Uberlândia, 2010.

MARIANO, B**. Sobre uma análise crítica sobre suicídio policial.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio policial_aprovacao_mariano.pdf/>. Acesso em 17/02/2021.

MELO, V. A. **O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira.** Mimeo, 2000.

NASCIMENTO JUNIOR e col**. Revista Saúde** (santa maria). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/29125/pdf.>. Acesso em 17/02/2021.

PARANÁ. **Código da Polícia Militar do Estado. Lei Estadual nº 1.943 de 23 de junho de 1954.** Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=52415&indice=1&totalRegistros=2>. Acesso em 20/02/2021

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná.** Curitiba, PR, Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <:http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/arquivos/File/constituicao.pdf>. Acesso em:03/03/2021.

PARANÁ**. Lei nº 15.448 de 30 de janeiro de 2010**. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=143557>. Acesso em 24/02/2021.

PARANÁ. **Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná . Lei nº 16.757 de 28 de setembro de 2010**. Disponível em: <:http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&codItemAto=436755#436755>. Acesso em 21/02/2021.

PARANÁ. **Polícia Militar. Comando Geral. Portaria nº 451 de 13 de junho de 2011.** Disponível em: <http://10.47.1.19/legislacao>. Acesso em 24/02/2021.

PARANÁ**. Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais. Decreto Estadual nº 5.075 de 29 de dezembro de 1998**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=24225&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 24/02/2021.

PARANÁ**. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná. Decreto Estadual nº 7.339 de 08 de junho de 2010**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56657&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 24/02/2021.

ROSA, F. H.; HUTZ, C. S. **Psicologia positiva em ambientes militares**: **bem-estar subjetivo entre cadetes do Exército Brasileiro**. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2008, vol.60, n.2, pp. 157-171.

WISNER, A. A **inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia**. São Paulo: Fundacentro, 1994.

LAZARO JR, J. **Exames psicológicos nos policiais? MP considera questionar exigência #livreleaks.** Disponível em: <ttps://livre.jor.br/exames-psicologicos-nos-policiais-mp-considera-questionar-exigencia-livreleaks/>. Acesso em 20/01/2021

SOUZA FILHO. **Avaliação da qualidade de vida de policiais militares**. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5551/4099>. Acesso em 15/01/2021

MARIANO, B**. Sobre uma análise crítica sobre suicídio policial** https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/suicidiopolicial_aprovacao_mariano.pdf/ acesso em 17/02/2021.

MELO, V. A. **O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira.** Mimeo, 2000.

CAPÍTULO 5

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE) SOCIALIZAÇÃO

Data de aceite: 22/03/2021

Hillary Mariane Lapas Fujihara
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE – Cascavel-PR
http://lattes.cnpq.br/0295340514513686

Patricia Helena de Freitas
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE – Cascavel-PR
http://lattes.cnpq.br/0468711856575184

RESUMO: Esta pesquisa objetiva analisar a prática de leitura no processo de (re)socialização. Procurou-se identificar os estrategistas e os impactos do Projeto de Remição da Pena pela Leitura – Lei 17.329/12 – na Cadeia Pública de Cascavel – 15ª SDP (Subdivisão Policial) situada no Estado do Paraná. Realizou-se um estudo de caso único com consulta documental, observação e entrevistas somente com o grupo feminino. Sendo esta a primeira Cadeia a receber projetos de estudos em suas dependências uma vez que até então somente as Penitenciárias ofereciam remição por estudo desta natureza. Verifica-se que o projeto beneficiou não só os participantes, mas o estabelecimento como um todo, uma vez que suscitou um ambiente mais calmo aos apenados, tendo em vista que obtiveram uma ocupação, cuja ocupação contribui com o trabalho dos Agentes e Diretores, pois, notoriamente, houve resiliência por parte dos detentos em geral. Ainda, percebe-se que após o ingresso do Projeto as detentas admitiram ter mais consciência sobre o porquê estavam passando por aquela situação de privação de liberdade e sobre as oportunidades que obterão quando retornarem ao convívio social. Conclui-se que a estratégia mostrou-se inovadora e trouxe resultados positivos em um curto espaço de tempo, tanto às apenadas – as quais visam melhorias em suas vidas e, possivelmente, o ingresso ao Ensino Superior – quanto para à Cadeia Pública a qual regitrou mudança comportamental das apenadas.

PALAVRAS - CHAVE: Prática Estratégica. Ensino Prisional. Projeto de Remição pela Leitura.

PRACTICE OF READING IN THE PROCESS OF (RE)SOCIALIZATION

ABSTRACT: This research aims to analyze the practice of reading in the process of (re) socialization. It was sought to identify the strategists and the impacts of the Remedy of Pena Project by Reading - Law 17.329 / 12 - in the Public Chain of Cascavel - 15th SDP (Police Subdivision) located in the State of Paraná. A single case study was conducted with documentary consultation, observation and interviews only with the female group. Being this the first Chain to receive projects of studies in its dependencies since until then only the Penitentiaries offered remission by study of this nature. It can be seen that the project benefited not only the participants, but the establishment as a whole, since it gave a calmer atmosphere to the grieving ones, since they obtained an occupation, whose occupation contributes to the work of the Agents and Directors, since notoriously, there was resilience on the part of detainees in

general. Still, it is noticed that after the entry of the Project the detainees admitted to have more awareness about why they were going through that situation of deprivation of freedom and about the opportunities they will get when they return to social life. It is concluded that the strategy was innovative and brought positive results in a short period of time, both to the disadvantaged - which aim at improvements in their lives and, possibly, the entrance to Higher Education - as well as to the Public Chain which behavioral change of the grievances.
KEYWORDS: Strategic Practice. Prison education. Project of remission by reading.

1 I INTRODUÇÃO

Segundo dados do Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015), entre 2005 e 2012 a população carcerária apresentou um aumento de 74%, este crescimento foi impulsionado por prisões de jovens, negros e mulheres, visto que a faixa etária que teve maior representatividade em prisões foi de 18 a 24 anos e o aumento de encarceiradas foi de 146%, enquanto dos homens foi de 70% e o indíce de reincidência entre os dententos é de 47,4% e de 30,1% entre as detentas.

De acordo com dados das Informações Penitenciárias – Infopen (2014), o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo em números absolutos (607.731), sendo 579.423 no sistema penitenciário; 27.950 em Secretárias de Segurança/Carceragens de Delegacias e 358 no Sistema Penitenciário Federal, porém o número de vagas disponível era de 376.669, apresentando um déficit de 231.062 vagas, ou seja, há uma taxa de ocupação de 161%. Em contrapartida, o relatório do PNUD (2015) afirma que 18,7% destes apenados poderiam cumprir penas alternativas, sem estarem, necessariamente, encarceirados. Com relação a taxa de presos sem condenação o Brasil apresenta a quinta maior taxa do mundo (41%).

O INFOPEN (2014), ainda demonstra que enquanto os três países que tem as maiores populações carcerárias: Estados Unidos, China e Rússia, respectivamente, diminuiram a taxa de aprisionados em até 24% entre 2008 e 2013, ao passo que o Brasil aumentou em 33%. Para Beccaria (1764), quanto mais rigoroso for o sistema penal, menor será a possibilidade de ressocialização do apenado, pois segundo o mesmo quando a severidade ultrapassa os limites passa a ser supéflua, consequentemente, tirânica, trazendo resultados contrários aos esperados, ou seja, não será capaz de previnir o crime e, ainda, produzirá dois resultados funestos, o primeiro é a impossibilidade de estabelecer uma proporção justa entre os delitos e a pena e o segundo é a possibilidade de resultar em impunidade. Para o autor as penas precisam ser mais brandas, porque quando uma barbárie é respondida com outra, gerará mais raiva e revolta.

Foucault (2001), considera que se não houver uma forma de ressocialização as prisões aumentarão, multiplicar-se-ão ou transformarão as taxas de criminalidade, mas não as diminuirão, porque quando os aprisionados retornam à sociedade, são vistos como ex-detentos, as oportunidades que já eram escassas diminuem ainda mais e por falta de

oportunidade o indíviduo acabará reincidindo na efetivação de delitos.

Santos (2005), afirma que o principal objetivo do Sistema Penitenciário Brasileiro é a ressocialização, porém não é atingido por causa da superlotação das prisões e de sua organização logística. Para Neto Figueiredo; Mesquita; Teixeira e Rosa (2001), as penas não deveriam ser apenas para castigar o indivíduo, mas deveriam possibilitar condições para que ele pudesse modificar a sua realidade e assim reintegrar-se à sociedade. Segundo os autores as ações que buscam a ressocialização, objetivam também a diminuição do indíce de reincidência, auxiliando no processo de recuperação deste, por meio de medidas que auxiliem em seu estudo e capacitação profissional.

Foucault (2001, p. 198), afirma que "a prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo", devendo atentar a diversos sentidos, desde o seu tratamento físico, sua aptidão para o trabalho até seu comportamento cotidiano e atitude moral. Para o autor a educação do apenado, deve ser considerada pelo poder público, além de uma obrigação para com o detento, um instrumento indispensável na busca em assegurar os interesses da sociedade, pois com a educação é possível buscar a ressocialização do apenado que não beneficiará apenas o detento ou ex-detento, mas a sociedade como um todo.

Esta ideia é reforçada por Julião (2007, p. 30) que assevera que oferecer educação para a população carcerária não pode ser considerada privilégio, "mas, sim uma proposta que responde ao direito de todos à educação e atende aos interesses da própria sociedade". Onofre (2002, p. 174), postula que a educação prisional deve ser considerada como um local em que "o aprisionado pode se mostrar sem máscaras, afigura-se, portanto, como oportunidade de socialização, na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida".

O projeto Remição da Pena por Estudo através da Leitura Lei 17.329 (BRASIL, 2012), é uma destas estratégias de ressocialização e fora instituído pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, cuja parceria oferece aos apenados alfabetizados de todos os Estabelecimentos Penais paranaenses mais uma alternativa para adentrarem ao mundo do conhecimento e da cultura por meio da leitura, conferindo ao participante no decurso de cada mês que participar 4 dias de redução de sua pena.

Após averiguar os dados elencados o artigo visa analisar a prática de leitura no processo de (re)socialização das apenadas da Cadeia Pública de Cascavel – 15ª SDP (Subdivisão Policial). Assim, projetou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: A prática de leitura influência no processo de (re)socialização?

O mesmo estrutura-se em quatro seções, além da introdução, na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico baseado nas leis que regem o ensino prisional, principalmente o Projeto de Remição pela leitura e a estratégia como prática; na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para análise no caso da Cadeia Pública de Cascavel; na quarta apresentam-se os resultados obtidos por meio das

entrevistas e análise documental; e, na quinta, tem-se as considerações finais, abrangendo conclusão e sugestões para futuras pesquisas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda os conceitos referentes as leis que regem as questões de remição da pena e a estratégia como prática, com o intuito de abordar os principais pontos teóricos relacionados ao objetivo proposto que contempla avaliação da prática de leitura como estratégia de (re)socialização.

2.1 Educação no sistema prisional

Para Julião (2007), a escola nos presídios tem como responsabilidade criar oportunidades de reinserção dos índividuos na sociedade, por meio de uma formação de indivíduos autônomos, com acesso aos bens culturais ampliados, com uma melhor auto-estima e conscientes de seus direitos e deveres. Além da instrução escolar que auxiliará neste processo a escola fornecerá possibilidade a este apenado de modificar ou verificar sua visão de mundo, auxiliando na sua percepção sobre a liberdade, melhorando assim o seu comportamento na vida carcerária. O autor, ainda, destaca que é fundamental não só para o encarceirado, mas para a sociedade o investimento em educação prisional, pois independente do delito cometido, após determinado tempo este indíviduo voltará ao convivío social e a escola é a única que pode tentar mudar sua realidade.

A educação prisional é uma das poucas opções para que os penalizados tentem de alguma forma mudar sua realidade, pois segundo Onofre (2007, p. 12).

> Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres” são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de “marginais” “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados.

É notório que há muito preconceito aferido àquele que por algum motivo foi privado de sua liberdade. Porém, com a educação neste tempo de reclusão, ele pode ampliar seus horizontes, finalizar seus estudos e ainda angariar uma nova profissão. Para Barros (s.d.), por meio da educação penitenciária o detento terá a possibilidade de criar e recriar a sua história, pois a junção dos conhecimentos: científicos, empíricos e populares serão ferramentas que o ajudarão a compreender as tramas e relações sociais que o auxiliarão a sobreviver à prisão e construir uma nova história.

Rusche (1995), afirma que a educação prisional é um desafio viável, pois as dificuldades enfrentadas não são muito diferentes da educação regular, tendo em vista

que os objetivos são comuns. Para Paulo Freire (2001), é dever da sociedade como um todo desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos, revelarem sua própria realidade e assim buscarem mudanças, no contexto prisional, estes métodos possibilitariam a reinserção social dos apenas, diminuindo gradativamente o indíce de reincidência.

2.2 Projeto de remição pela leitura

O artigo 126 da Lei nº 7210 (BRASIL, 1984), estabelecia que o condenado que estivesse cumprindo pena em regime fechado ou semi-aberto poderia remir pelo trabalho parte da pena. No ano de 2011 a Lei de Execução Penal foi alterada e além do trabalho o estudo também poderia ser usado como fim de remição, em sendo assim a Lei nº 12433 (BRASIL, 2011), estabelecia que a cada 12 (doze) horas de frequência escolar (ensino fundamental, médio, profissionalizante, superior ou requalificação profissional) o condenado teria direito a remição de 1 dia.

A Portaria Conjunta nº 276 (BRASIL, 2012) e a Lei paranaense nº 17329 (PARANÁ, 2012), instauraram a leitura como uma possibilidade de remição também. Ambas instituem participação voluntária dos apenados alfabetizados que não estão matriculados no sistema de ensino, ou seja, o apenado poderá combinar apenas duas atividades diferentes para a remição de sua pena, ou trabalho e estudo regular ou trabalho e leitura.

Para o desenvolvimento do Projeto é necessário um docente de Língua Portuguesa e um pedagogo, que terão como atividade o gerenciamento de todo o projeto, desde a seleção dos participantes até o encaminhamento das redações prontas para o CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos para emição do atestado de leitura (BRASIL, PORTARIA Nº 276, 2012; PARANÁ, LEI Nº 17329, 2012).

É disponibilizado mensalmente a cada participante uma obra literária e este terá no mínimo 20 (vinte) dias para fazer a leitura, após esta leitura ele fará um relatório de leitura se dispuser de Ensino Fundamental (1ª a 8ª) ou resenha se dispuser de Ensino Médio, Pós Médio, Superior ou Pós Superior. O docente de Língua Portuguesa corrigirá este relatório de leitura ou resenha atentando para os seguintes critérios: domínio da norma padrão (ortografia, acentuação gráfica, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal e pontuação); estética (cumpre o número de linhas especificadas – mínimo 30 e máximo 60 – legibilidade da letra, paragrafação e disposição espacial do texto) e estrutura lógica e qualidade do texto (sequência lógica da narrativa, fidedignidade com a obra lida, contribuição do apenado sobre a mensagem da obra lida e limitação ao conteúdo do livro e coerência). Está correção será encaminhada ao apenado, que refará o texto seguindo os apontamentos do realizados pelo corretor, este processo se repetirá novamente e então o apenado fará a sua terceira e última versão, que será avaliada pelo professor que identificará se o texto segue as exigências pré-estabelecidas pelo projeto e poderá ser validado para o fim pretendido. Por fim, o texto precisará atingir a nota mínimo que é 60 (BRASIL, PORTARIA Nº 276, 2012; PARANÁ, LEI Nº 17329, 2012).

Cada participante do Projeto de Remição da Pena pelo Estudo através da Leitura terá direito a fazer apenas um relatório de leitura ou resenha por mês e este quando aprovado resultará em 4 (quatro) dias de remição.

O projeto de remição teve início no Paraná em junho de 2012, segundo Kayser (2012), o Estado é pioneiro em redução da pena por leitura e nestes poucos meses de projeto já haviam 300 presos participando, nesta reportagem o autor demonstra relatos de participantes que afirmavam que até o seu modo de falar havia mudado depois das leituras, e que ele não utilizava mais tantas gírias. Por fim, a coodernadora de Educação, Qualificação de Apenados da SEJU, sra. Glacélia Quadros afirmou que o indíce de reincidência caiu de 70% para 20% em estabelecimentos penais que ofertam estudo.

O projeto de remição da pena pelo estudo através da leitura, assim como o estudo, inicialmente era destinado apenas para penitenciárias, mas no dia 17 de setembro de 2014 iniciaram os trabalhos na Cadeia Pública de Cascavel – 15ª SDP, a qual foi a primeira Cadeia a receber estes projetos em suas dependências (CATVE, 2014), depois a Cadeia Pública de Guarapuava, também, aderiu ao projeto. Em outubro de 2015, 36 estabelecimentos penais já tinham o projeto de remição pela leitura, destes apenas 02 são Cadeias.

2.3 Estratégia como prática

Para Whittington (1996), a estratégia como prática é uma prática social que estuda os estrategistas das organizações e como estes atuam e interagem. Mantere e Whittington (2007), afirmam que a estratégia como prática parte de estrutura multidivisional, em que existem mais pessoas caracterizadas como estrategistas e executores dos processos estratégicos da organização, os quais são capazes de modificar resultados pela aplicação tomada por meio de decisões pautadas no conhecimento e domínio sobre tais operações, pois segundo Jarzabkowski; Balogun e Seidl (2007), a estratégia como prática considera como potenciais estrategistas todos os envolvidos com a organização, não apenas os que ocupam cargo de chefia.

Whittington (2006), considera além da influência dos estrategistas internos, os externos também, ou seja, a estratégia como prática análisa o nível micro (JOHNSON et al., 2007), e o macro (WHITTINGTON, 2006). O principal benefício gerado por esta prática para a organização é a retirada de parte das responsabilidades dos executivos, minimizando a sobrecarga, uma vez que possibilita a descentralização de parte da tomada de decisão cotidiana. (MANTERE; WHITTINGTON, 2007).

Maciel e Augusto (2011), concluíram que a prática no campo da estratégia consiste na investigação de cunho social tendo como ponto de partida a prática, assumindo o comportamento de rotina como unidade de análise, mas consideram que os estudos da estratégia ainda não estão completos, necessitam acima de tudo, considerar as características organizacionais, pois a prática da estratégia não acontece num vácuo organizacional, devendo recuperar a organização no estudo da prática.

Os processos que englobam a estratégia como prática são baseados na interação entre os elementos de prática (as rotinas compartilhadas de relacionamento, cultura organizacional, normas e tradições), práxis (conjunto de atividades cotidianas nas quais as práticas estratégias são realizadas) e praticante (todas as pessoas envolvidas no trabalho de fazer estratégia) para gerar o *strategizing*, pode ocorrer, também, nesta interação a influência de atores externo ou práticas derivados do ambiente externo em confluência com a organização e que modificam as práticas já existentes, modificando os resultados e incorporando novos processos na organização (WALTER; AUGUSTO, 2011).

3 I MÉTODOS

Para a realização deste artigo utilizou-se um Estudo de Caso único na Cadeia Pública de Cascavel – 15ª SDP. A seleção pelo caso estudado se deu pela busca de algo único, seguindo assim as orientações de Stake (1995), o qual considera fundamental buscar um caso incomum, uma vez que segundo o autor isso possibilitará a identificação de algo que pode ser negligenciado em outros casos e assim será possível maximizar o aprendizado sobre o caso/ estudo. Assim, a Cadeia Pública foi escolhida por ser a primeira a receber um projeto que era destinado apenas às Penitenciárias.

A pesquisa é de enfoque qualitativo descritivo. Realizou-se a coleta de dados de outubro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio de pesquisa em todos os relatórios do projeto de Remição da pena pelo estudo através da leitura, por observações dos autores e entrevistas semi-estruturadas, caracterizando a perspectiva temporal como longitudinal.

Foram realizadas cinco entrevistas semi estruturadas, com o Diretor do estabelecimento pesquisado e quatro detentas, com duração de 33 minutos e 38 segundos que foram transcritas literalmente na integra e resultaram em 18 páginas de transcrição literal. A escolha das entrevistas se deu pelo desempenho no processo de realização do Projeto de Remição da pena pela leitura, ou seja, entrevistou-se aquelas que obtiveram os melhores desempenhos no projeto de remição da pena pela leitura e aceitaram participar da pesquisa, uma das entrevistadas é considerada monitora do projeto, visto que auxília as mulheres quando a professora e a pedagoga não estão presentes.

A análise foi realizada com auxílio do software Atlas.ti 7.5.4, que para Walter e Bach (2009), facilita o manuseio das informações por permitir localizar diversos dados simultaneamente, sem restringir o pesquisador na análise e interpretação dos dados. As diferentes formas de coleta de dados presentes, neste artigo, auxiliam no processo de triangulação das informações maximizando a confiabilidade da pesquisa.

4 I ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se a análise e interpretação dos resultados, as quais se encontram em duas etapas: apresentação do caso analisado e descrição da prática

estratégica de leitura, abrangendo as ações e os estrategistas.

4.1 O caso analisado

De acordo com Simões (2014), a Cadeia Pública de Cascavel foi inaugurada em Julho de 1981, anexa a 15ª subdivisão policial, com capacidade para 132 reclusos, mas em toda a sua história atendeu muito mais detentos do que a sua capacidade. O número de detentos só não é maior, porque na cidade tem dois presídios: a PEC – Penitenciária Estadual de Cascavel e a PIC – Penitenciária Industrial de Cascavel.

A Cadeia Pública de Cascavel é a sede da região, a qual atende tanto o público feminino quanto o masculino e tem como Chefe o sr. Sérgio Reinildo Silva dos Santos e sub-chefe Fábio Caetano, ambos administram mais seis Cadeias da região: Cadeia Pública de Laranjeiras do Sul, Cadeia Pública de Marechal Cândido Rondon, Cadeia Pública de Matelândia, Cadeia Pública de Medianeira, Cadeia Pública de Toledo e Cadeia Pública de Ubiratã.

A Cadeia Pública de Cascavel foi a primeira Cadeia a receber o projeto de remição pela leitura. Os trabalhos iniciaram-se em setembro de 2014 e o primeiro mês que efetivamente houve remição no estabelecimento foi em outubro do corrente ano, pois setembro foi destinado para organização e seleção dos participantes. A equipe era formada por uma professora de Língua Portuguesa e uma Pedagoga.

De outubro de 2014 a fevereiro de 2016, período em que o estabelecimento recebeu o Projeto de Remição, houveram 14 etapas completas do projeto, com 916 apenados atendidos, mas, apenas 650 conseguiram efetivar suas remições, sendo ofertada para 252 participantes diferentes, destes 186 homens e 66 mulheres. Os Quadros 01 e 02 demonstram os resultados gerais da remição na Cadeia Pública de Cascavel.

RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS			
FI	**FII**	**EM**	**SUPERIOR**
35	592	235	54
PERCENTUAL QUE COMEÇARAM E POR ALGUM MOTIVO NÃO TERMINARAM			
31%	32%	23%	22%

Quadro 01 – Atendimentos Cadeia Pública de Cascavel

Fonte: dados remição Cadeia Pública de Cascavel

No Quadro 01 é possível observar o número de atendimentos por meio do projeto de remição da pena pela leitura de outubro de 2014 a fevereiro de 2016, neste período houveram 14 meses de atendimento com uma média mensal de 65 atendimentos, porém destes 65 apenas 71% conseguem concluir e assim angariar os 4 dias de remição. Estes 29% dividem-se entre alvará de soltura e transferências, ou seja, um dos desafios existentes

é a alta rotatividade de pessoas, pois de acordo com o artigo 102 da Lei nº 7210 (BRASIL, 1984) “a cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios”, podendo ser além de presos em flagrante ou que aguardam julgamento, prisões temporárias também, possibilitando assim uma maior rotatividade do que a existente nas Penitenciárias que de acordo com o artigo 87 da Lei nº 7210 (BRASIL, 1984) “a penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado”. O quadro 02 demonstra apenas os concluintes destas 14 remições.

RELATÓRIO CONCLUINTES							
FASE I		FASE II		ENSINO MÉDIO		SUPERIOR	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10	13	328	77	125	50	25	22
TOTALIZANDO							
23		405		175		47	
488 REMIÇÕES MASCULINAS - 1952 DIAS							
162 REMIÇÕES FEMININAS - 648 DIAS							
TOTAL GERAL - 650 REMIÇÕES - 2600 DIAS							

Quadro 02 – Concluintes Cadeia Pública de Cascavel

Fonte: dados remição Cadeia Pública de Cascavel

No Quadro 02 é possível visualizar a participação separada por gênero e escolarização (Fase I (1ª a 4ª); Fase II (5ª a 8ª); Ensino Médio e Ensino Superior), é possível concluir que a maioria dos participantes (62%) possui escolarização até 8ª série, seguido por Ensino Médio (27%), Ensino Superior (7%) e por fim Fase I com apenas 4% dos participantes. Além disso, é importante destacar que as 650 remições concluídas durante o período em que a Cadeia Pública de Cascavel recebeu o Projeto de Remição da Pena pela Leitura, resultaram em 2600 dias remidos, pois a cada redação o apenado tem direito a quatro dias de remição, este número representa uma média de 186 dias remidos por mês de projeto.

4.2 Prática estratégica de leitura

Os diretores da Cadeia Pública vinculada ao Departamento Penitenciário (DEPEN) em parceria com o diretor do CEEBJA Wilson Neduziak vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), levaram a possibilidade de estudo aos detentos.

Diante de um quadro recorrente de superlotação e falta de atividades extras para os apenados, os quais permanecem em suas celas e obtém acesso a algumas horas por dia ao pátio de sol, os Chefes da Cadeia consideram a proposta da atividade de Remição relevante.

Inicialmente, os diretores cogitavam a possibilidade de o projeto não ser aceito, pois era uma atividade inédita em um estabelecimento que possui realidades bem diferentes

das que recebem o estudo e a leitura como proposta de remição de pena. Todavia, após algumas reuniões acordaram a parceria, cuja parceria trouxe à Cadeia escolarização formal às mulheres além do Projeto de Leitura àquelas, cuja escolarização já estava finalizada e aos homens.

Tanto os Diretores quanto os Agentes consideram o Projeto de Remição pela leitura e pelo estudo benéficos e salutares, pois segundo relato de um dos Agentes, antes destes projetos era muito difícil a convivência, sobretudo, com as apenadas. Visto que não possuíam atividades escolares o que resultava em constantes conflitos. Em sendo assim, após a inserção das atividades escolares passaram a dispor de estratégias de entretenimento tornando o ambiente mais humanizado.

O chefe da Cadeia também relatou que percebeu que os presos ficaram mais calmos, depois que lhes fora oportunizado um contato maior com a leitura, "Eu acho que o projeto acabou acalmando os presos... acabou dando uma uma sossegada neles por ter o que fazer na realidade...", também relatou que nunca recebeu nenhuma reclamação ou comentário negativo sobre o Projeto de Remição pelo estudo, por fim pontuou que "os presos gostam do projeto, porque não há prejuízo nenhum, com as leituras há uma ocupação para a mente e ainda tem a remição...", ou seja, pela percepção do chefe da Unidade Prisional, os presos não participam apenas pela remição, participam porque gostam e porque assim mantém a mente ocupada e talvez o tempo pareça passar mais rápido.

Identificou-se por meio de observação e entrevistas três estrategistas. Elas contribuem e aconselham as demais. Dessa maneira, angariam a confiança das demais apenadas, que passam a seguí-las, respeitá-las como lideres e sempre que precisam recorrerem a elas. A entrevistada número 03 relatou que apesar de não ter muito estudo, tenta passar o máximo que pode para as outras detentas e com o projeto ela pode auxiliá-las mais: "pra mim em princípio é bom porque eu não tenho muito estudo, mas o pouco que eu tenho dá pra passar para as outras companheiras".

E a entrevistada 05, falou que tenta auxiliar o máximo que pode as mais novas, incentivando-as a estudar, a buscar algo melhor para a vida delas.

> ...eu sempre explico pras meninas aqui, que o ser humano pode perder tudo, menos o conhecimento, eu sempre falo pra elas, né, as meninas de 20 e poucos anos que nunca estudaram, nunca fizeram um curso. Eu tenho uma filha de 19 que já tá né, estuda, que já fez curso de 2, 3 ano, tem um filho de 13 que fala inglês fluente, né cara tem que ir, pelo amor de Deus, entendeu, é de graça, tem curso de graça...

Pode-se citar outras mudanças comportamentais além da descrita pelo Agente e pelo Chefe. A entrevistada 03 relatou que "muitas delas não gostavam de ler né. Era difícil pegar um livro para ler, agora estão se interessando por estes livros que vocês trazem, elas se interessam, pegam para ler" o principal objetivo do projeto, além da Remição Penal é o incentivo à leitura, este objetivo é alcançado, conforme relato da entrevistada 03. A

entrevistada 05 corrobora esse ideal afirmando a distração e os benefícios advindos do projeto:

> Eu acho que, a gente ter um afazer né, ter um tempo que você não fique só pensando em crime, em cadeia, em condena, uma distração, funciona uma distração e automaticamente como uma absorção do conhecimento né. Ele distrai, porque tira a cabeça delas de envolvimento com o crime, porque se você fica aqui e elas não tiverem na aula ou falando coisas da aula, o assunto é um só, é porque que você caiu, que que você vai faze lá fora, é crime, crime, crime, crime, crime o dia inteiro.

Percebe-se no trecho da entrevista 05, que antes do projeto de remição não havia possibilidade de ressocialização, porque o tempo que elas passavam ali era apenas para discutir o crime que cometeram e o que fariam quando saíssem, mas sabiam que não teriam muitas possibilidades, pois sairiam com o mesmo nível de escolarização e talvez até menos oportunidades que tinham antes de serem privadas de liberdade. A partir do projeto elas discutem outros assuntos, segundo a entrevistada 03 elas passaram a fazer rodas de discussão das leituras com o intuito de passar o tempo, aprender e se divertir, inclusive as que por algum motivo não participam do projeto integram estas discussões.

A entrevistada 03, também, afirmou ser muito importante o projeto de remição pela leitura na Cadeia, pois segundo ela:

> ...principalmente nós que nos encontramos neste lugar né, já não temos nada, e muitos que estão aqui dentro, não tem lá fora, não tem esta oportunidade que tá tendo aqui dentro com vocês, entendeu. Pra mim tá sendo muito bom e pra elas eu garanto que tá sendo a mesma coisa. Tá lendo né. Tá aprendendo mais.

Neste trecho a entrevistada relata que esta, talvez, seja uma oportunidade única para elas terem um maior contato com a leitura, pois conforme dito por ela, fora da prisão elas não tiveram esta oportunidade e talvez nem teriam. A entrevista 02 igualmente considera muito importante o Projeto porque expande os horizontes interpretivos e o conhecimento:

> ...você não fica só naquele negócio da Cadeia, só fechado que você tem acesso a fazer outras coisas, a leitura, aprender mais, porque eu acho que não é só o que se estuda no colégio que se leva, o que você faz fora também do colégio você leva também e isso ta sendo bom pra mim, porque além de ocupar meu tempo né, eu to aprendendo coisas novas.

Com o relato da entrevista 02, averigua-se que a leitura não abre possibilidade apenas de estudo, mas também de viajar com as histórias e assim sair, mesmo que por meio da imaginação do mundo das grades por alguns momentos. Ela relatou que o projeto tem outra importância também “eu tenho uma pena de 9 anos e 8 meses, fora isso eu não faço outra remição, eu só faço essa”, ou seja, o projeto é a única oportunidade que ela tem de diminuir a sua pena. Para a entrevista número 05 o estudo e a convivência com as detentas possibilitou perceber e refletir sobre o que haviam feito:

> Não só na remição a escola em si, influência bastante, porque, se você fica aqui... Eu trabalho pro crime há 21 anos no crime, fora minha profissão, fora a minha família, eu nunca vi algo tão degradante, que tá me desestimulando a trabalhar pro crime, porque o que a gente faz pra vida dessas pessoas... A gente tira a oportunidade deles de estudo, tem meninas aqui que eu vi que tem a idade da minha filha, minha filha tá com 19, sabe não conheceu uma praia, coisas saudáveis entende, parque de diversão, por exemplo, nunca foram, e a escola e a leitura leva elas pra este mundo, né. Dá esta possibilidade de querer um horizonte de ampliar né. Tipo elas vive num mundo que hoje é a droga, amanhã é a droga e depois de amanhã vai se a droga de novo, busca incessante pela droga... Você fez mal pras pessoas, porque, oh, essa menina com 18, oh aquela outra com 20, oh aquela com 25, com cinco filho. Na minha casa tem uma menina que tá grávida agora do quarto e tem 23 anos, gente do céu que que é isso. Né... E outra não tem estudo, tipo se elas saem daqui hoje sem um estudo, elas não vão ter outra possibilidade de emprego também. Na minha cidade, eu so de Curitiba, eu moro bem em Piraquara, se você for trabalha na Cavo, que é empresa de lixo, se não tiver o segundo grau você não entra. Eu fico pensando, elas vão sair daqui, se elas não tiver essa escola que vocês fazem aqui, que inclusive tem umas que já tá até terminando né, seus curso, vão sair daqui com um certificado né...

Neste excerto é possível perceber a preocupação da entrevistada com suas companheiras mais novas, pois ela afirma que a realidade delas não mudará se não for dada nenhuma oportunidade dentro da própria Cadeia para que elas busquem uma vida diferente, também considera a leitura como uma forma de expansão de seus horizontes, pois segundo a mesma é possível romper as barreiras das grades e ir a outros lugares conhecidos ou não, seria como uma fuga da realidade momentânea para elas. Relatou, inclusive, que estas apenadas que estão terminando a escolarização pensam em realizar o ENEM, a fim de perfazer algum Ensino Superior "Já tão até pensando em ENEM... Faculdade tudo, porque isso ampliou, ou seja, isso fez um bem mesmo...", neste trecho é possível identificar que após a inserção do Projeto elas desejam algo melhor para suas vidas, querem crescimento pessoal e para isso já estão começando no ambiente prisional mesmo. A entrevistada número 04, também relata sobre o interesse em não parar só no ensino penal das educandas:

> Muitas que não estavam nos estudos acabam reingressando mesmo que for pela remição, mas procuram uma forma de terminar os estudos né. E a remição da leitura ajuda bastante tanto quem quer fazer o ENEM, quanto os vestibular. Quando sair acaba tendo um conhecimento maior né. Até no próprio dia a dia na forma de falar e de se expressar acaba ajudando, porque quem lê mais fala melhor né.

De acordo com a entrevistada o estudo é importante e resulta na possibilidade de melhora de vida quando sairem. Salienta, que auxiliará não só neste sentido, mas no uso vocabular também, porque quanto mais acesso a leitura obtiverem mais facilidade no processo comunicativo conquistarão.

Por fim, a entrevistada número 05 relatou que considera o Projeto um excelente

mediador em três situações; além da Remição da Pena, a primeira é a distração, porque tira o pensamento cotidiano, com a leitura elas conseguem expandir seus pensamentos e conhecimentos, ir a outro mundo; o segundo ponto é o acréscimo de conhecimento, tanto na escrita e citou como exemplo questões correlatas à nova reforma ortográfica, o conhecimento em si adquirido via leitura e em última instância citou a expansão cultural.

5 I CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou analisar a prática da leitura no processo de (re)socialização das apenadas da Cadeia Pública de Cascavel – 15ª SDP. Visando atingir o objetivo efetivaram-se entrevistas e pesquisas documentais por meio dos relatórios do Projeto de Remição da Pena pela Leitura desenvolvidos nas dependências da unidade. A presente atividade configurou-se, em virtude da colaboração dos gestores da Cadeia Pública de Cascavel, os quais, além de aceitarem o desafio de aderirem ao Projeto, também, contribuiram, significativamente, para a realização da mesma.

Identificou-se três estrategistas, as quais perfazem as atividades referentes ao Projeto e contribuem com as demais detentas no processo de realização do mesmo. O projeto foi considerado por elas como algo que as beneficiou. Visto que, além da remição, há o entretenimento emanado pelas diferentes leituras. Pontua-se que algumas mulheres desenvolveram o gosto pela prática da leitura e relataram que com o auxílio psicológico aferido por meio das incursões às diferentes leituras sentem-se em processo de mudanças comportamental para suas vidas extra muros.

Portanto, pode-se concluir que a experiência em inserir o estudo para uma Cadeia Pública foi inovador e visou, sobretudo, estimular o gosto pelo conhecimento, além de contribuir, significativamente, para a ressocialização das participantes. De acordo com as apenadas o simples ato de ler, mesmo que sem remição é considerado um grande avanço, visto que ocuparão seu tempo. Dessa forma, o conceito de leitura passou a dispor de um (re)significado diferente de outrora.

As limitações da pesquisa são evidenciadas pela escassez de estudos na área, pois o Projeto dispõe de três anos de aplicabilidade, por consequência diminui a possibilidade de comparação de resultados. Para estudos futuros, identifica-se a possibilidade de pesquisar todos os participantes do projeto de remição da pena pela leitura, bem como o impacto em suas vidas após sua reinserção na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana M. de. **A educação penitenciária em questão:** notas para uma metodologia. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb2.pdf>. Acessado em: 06 de novembro de 2015.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** Ridendo Castigat Mores, 1764. Disponível em: < http://www.oab.org.br/editora/revista/revista_08/e-books/dos_delitos_e_das_penas.pdf>. Acessado em: 06 de novembro de 2015.

BRASIL. **Lei de Execução Penal –** lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Ministério da Justiça, 1984.

BRASIL. **Alteração da Lei de Execução Penal –** lei nº 12433 de 29 de junho de 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

CATVE. **Detentos da 15ª SDP têm possibilidade de estudar.** 2014. Acessado em: < http://catve.com/noticia/9/102158/detentos-da-15-sdp-tem-possibilidade-de-estudar>. Acessado em: 07 de novembro de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2001.

INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – INFOPEN. **Levantamento de informações penitenciárias INFOPEN –** Junho de 2014. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em: 08 de novembro de 2011.

JARZABKOWSKI, Paula; BALOGUN, Julia; SEIDL, David. Strategizing: the challenges of a practice perspective. **Human Relations**, v. 60, n. 1, p. 5-27, 2007.

JOHNSON, Gerry *et al*. **Strategy as practice:** research directions and resources. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JULIÃO, Elionaldo F. **As políticas de educação para o sistema penitenciário –** educação escolar entre grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

KAYSER, William. **Paraná é pioneiro em redução de pena por leitura.** 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-e-pioneiro-em-reducao-de-pena-por-leitura-4lr7jhublu2w07yb8mcoh53ri>. Acessado em: 07 de novembro de 2015.

MACIEL, C. de O.; AUGUSTO, P. O. M. A “Practiceturn” e o movimento social da estratégia como prática: está completa essa virada? In: Encontro da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, 35., 2011, Rio de Janeiro, RJ. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

MANTERE, Saku; WHITTINGTON, Richard. Becoming a Strategist: sênior manager trajectories. In: 23 EGOS Colloquium Beyond Waltz, 5-7 july, 2007. **Anais...** Dances of individuals and organization, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Portaria conjunta nº 276, de junho de 2012**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23454857_PORTARIA_CONJUNTA_N_276_DE_20_DE_JUNHO_DE_2012.aspx>. Acessado em: 06 de novembro de 2015.

NETO FIGUEIREDO, Manoel V.; MESQUITA, Yasnaya P. V. de M.; TEIXEIRA, Renan P.; ROSA, Lúcia C. Dos S. **A ressocialização do preso na relidade brasileira:** perspectivas para as políticas públicas. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301>. Acessado em: 09 de novembro de 2015.

ONOFRE, Elenice M. C. **Educação entre grades.** São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PARANÁ. **Remição pela Leitura –** lei nº 17329 de 08 de outubro de 2012. Curitiba: Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Secretária de Estado da Educação, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **População carcerária no Brasil aumenta 74% em sete anos**. 2015. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4084>. Acessado em: 08 de novembro de 2015.

RUSCHE, Jesus R. (Org). **Educação de adultos presos**: uma proposta metodológica. São Paulo, Funap, 1995.

SANTOS, Sintia M. **Ressocialização através da educação:** o sistema penitenciário brasileiro não consegue atingir o seu principal objetivo que é a ressocialização dos seus internos. 2005. Disponível em: < http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231/Ressocializacao-atraves-da-educacao>. Acessado em: 09 de novembro de 2015.

SIMÕES, Katiuska, G. O sistema carcerário feminino na cidade de Cascavel: um estudo histórico-etnográfico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro, RH. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. London: Sage Publications, 1995.

WALTER, Silvana A.; BACH, Tatiana M. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do ATLAS.ti. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

WALTER, Silvana A.; FRANZON, Fábio; BACH, Tatiana M. O papel dos estrategistas na prática estratégica diversificação de cursos de uma instituição federal de ensino. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Bento Gonçalves, RS. **ANAIS...** Bento Gonçalves, ANPAD, 2013.

WHITTINGTON, Richard. Strategy as Practice. **Long Range Planning**. v. 29, n. 5, 1996.

WHITTINGTON, Richard. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

CAPÍTULO 6

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Data de aceite: 22/03/2021
Data da submissão: 19/01/2021

Alan Caldas
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos
São Carlos - SP
http://lattes.cnpq.br/7011441525925785

RESUMO: O presente trabalho procura investigar aquilo que Villas Bôas (2006, p. 11) identificou como a "lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias" das tradições de pensamento dos países centrais pelos intelectuais dos países periféricos, ou seja, este trabalho procura compreender o perfil da tradição brasileira de pensamento social a partir da maneira como esta se apropria das ideias disponíveis no mercado simbólico internacional. Nosso escopo de análise se restringe ao modo como a noção de planificação, formulada por Karl Mannheim no contexto do nazifascismo, foi lida e apropriada nos trabalhos escritos entre 1945 e 1953 pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Os resultados da pesquisa indicam que na obra de Mannheim o conceito de planificação indica uma forma de organização social e de pensamento alternativas ao fascismo e ao liberalismo. Deste modo, Mannheim vê a planificação como resultado da superação da sociedade liberal e da forma de pensamento que lhe corresponde (o pensamento formal, abstrato e técnico), em direção a uma sociedade mais interdependente onde deveria vigorar um pensamento histórico concreto (o pensamento planificado). Já na apropriação do conceito feita por Guerreiro Ramos, a planificação passou a corresponder a uma forma de ação e pensamento que procurava superar a situação colonial que ainda vigorava no Brasil e superar as heteronomias decorrentes do prestígio das ideias estrangeiras sobre a mente dos cientistas sociais brasileiros. Neste sentido, Ramos transformou o problema geral da planificação no problema específico de uma teoria pragmática, historicamente e socialmente localizada capaz de fomentar o desenvolvimento das nações periféricas.

PALAVRAS - CHAVE: Guerreiro Ramos. Karl Mannheim. Planificação.

THE RECEPTION AND REELABORATION OF THE CONCEPT OF PLANNING BY GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

ABSTRACT: The present work seeks to investigate what Villas Bôas (2006, p. 11) identified as the "logic that defines the reading, the appropriation and the re-elaboration of ideas" of the thinking traditions of the central countries by the intellectuals of the peripheral countries, that is, this work seeks to understand the profile of the Brazilian tradition of social thought from the way it appropriates the ideas available in the international symbolic market. Our scope of analysis is restricted to how the notion of planning, formulated by Karl Mannheim in the context of Nazifascism, was read and appropriated in the

works written between 1945 and 1953 by the Brazilian sociologist Alberto Guerreiro Ramos. The results of the research indicate that in Mannheim's work the concept of planning indicates a form of social organization and thought that is an alternative to fascism and liberalism. In this way, Mannheim sees planning as a result of overcoming liberal society and the corresponding form of thinking (formal, abstract, and technical thinking), towards a more interdependent society where concrete historical thinking should prevail (planned thinking). Already in the appropriation of the concept made by Guerreiro Ramos, planning started to correspond to a form of action and thought that sought to overcome the colonial situation that still prevailed in Brazil and to overcome the heteronomy resulting from the prestige of foreign ideas on the minds of Brazilian social scientists. In this sense, Ramos transformed the general problem of planning into the specific problem of a pragmatic, historically, and socially located theory capable of fostering the development of peripheral nations.
KEYWORDS: Guerreiro Ramos. Karl Mannheim. Planning.

1 I INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA RECEPÇÃO

Sendo o Brasil um país periférico tanto em termos econômicos, sociais e políticos, quanto em termos culturais, ele é um consumidor das ideias e conceitos produzidos, principalmente, nos países centrais como Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. Assim, a primeira vista, parecem que as ideias estão fora do lugar, pois perdem as correspondências com seus contextos de nascimento. Todavia, nem todas as ideias e notas conceituais produzidas no centro são apropriadas na periferia e nem os diversos elementos de uma construção conceitual possuem a mesma ênfase quanto transportados de um país para outro. Na verdade, como percebeu, entre outros e outras, a estudiosa do pensamento brasileiro, Glaucia Villas Bôas (2006, p. 11), há uma certa "lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias" e que informa tanto sobre a identidade cognitiva do campo intelectual dos países periféricos, quanto sobre os problemas concretos que os intelectuais desses países enfrentam.

Dizer que existe uma lógica de leitura, apropriação e reelaboração de ideias própria aos países periféricos significa, em primeiro lugar, que a leitura não é um processo passivo, pois os leitores participam ativamente na construção do significado. Significa também que a construção do significado não é um processo individual e aleatório, mas sim coletivo, quer dizer, são gerações inteiras que participam do trabalho de se apropriar das ideias estrangeiras e de torná-las funcionais nos seus contextos regionais. Por fim, significa que há um conjunto de problemas, oriundos de uma realidade específica, para os quais o processo de importação das ideias produzirá encaminhamentos e soluções.

O tema da recepção opõe-se ao estudo das influências que, necessariamente, gera uma hierarquia entre mestres e discípulos, hierarquia esta que corresponde as distâncias que separam países periféricos e países centrais, quer dizer, não é por coincidência que os mestres do pensamento estão no centro e os discípulos estão na periferia, desta forma,

o estudo das influências intelectuais termina por legitimar as desigualdades na divisão internacional do trabalho teórico. Portanto, nos estudos da recepção não se trata de saber como um autor influenciou o outro e sim de saber como "leitores localizados histórica e socialmente, podem ou não, em certos momentos, encontrar na leitura de uma obra 'resposta' para suas perguntas e expectativas" (VILLAS-BÔAS, 2006, p. 66).

Podemos traçar, de modo geral, a lógica de recepção própria ao campo sociológico brasileiro dos anos de 1940-1960, a partir da sua oposição com as gerações anteriores e posteriores e, neste contexto, compreender a importância de Mannheim nesse campo, autor que, neste período, tinha mais penetração no Brasil do que Max Weber e Émile Durkheim (VILLAS-BÔAS, 2002). De um lado, a geração de sociólogos de 1940-1960 combatiam o ensaísmo, o diletantismo e visão política dos grandes homens como motor da história. Sua arma neste combate era "uma concepção universalista, progressista e evolucionista da história" que possibilitava legitimar a sociologia como ferramenta de construção da sociedade moderna no Brasil (VILLAS-BÔAS, 2002, p. 137). Por outro lado, essa geração de sociólogos era mais aberta aos problemas de seu tempo histórico do que as gerações futuras que, inseridas num mercado acadêmico já consolidado, tinham preocupações mais teóricas e menos ligadas à realidade efetiva. É dentro da perspectiva de produzir a mudança social a partir do fomento dos processos de racionalização acompanhantes do desenvolvimento da indústria e da burocracia nacional que o tema da planificação é apropriado por toda uma geração de sociólogos como Guerreiro Ramos, Costa Pinto, Florestan Fernandes, entre outros. A partir de um modelo de sociedade industrializada e racionalizada, esses sociólogos mediam o atraso brasileiro, identificavam esse atraso como uma fase no processo histórico, e propunham meios para superar essa fase. Assim, a planificação representa, ao mesmo tempo, uma nova fase das sociedades industriais e um conjunto de tarefas históricas que levariam uma sociedade pós-colonial para as fases mais avançadas do desenvolvimento capitalista do Ocidente.

O presente trabalho procura investigar aquilo que Villas Bôas (2006, p. 11) identificou como a "lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias" das tradições de pensamento dos países centrais pelos intelectuais dos países periféricos, ou seja, este trabalho procura compreender o perfil da tradição brasileira de pensamento social a partir da maneira como esta se apropria das ideias disponíveis no mercado simbólico internacional. Nosso escopo de análise se restringe ao modo como a noção de planificação, formulada por Karl Mannheim no contexto do nazifascismo, foi lida e apropriada nos trabalhos escritos entre 1945 e 1953 pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Os resultados da pesquisa indicam que na obra de Mannheim o conceito de planificação indica uma forma de organização social e de pensamento alternativas ao fascismo e ao liberalismo. Deste modo, Mannheim vê a planificação como resultado da superação da sociedade liberal e da forma de pensamento que lhe corresponde (o pensamento formal, abstrato e técnico), em direção a uma sociedade mais interdependente onde deveria

vigorar um pensamento histórico concreto (o pensamento planificado). Já na apropriação do conceito feita por Guerreiro Ramos, a planificação passou a corresponder a uma forma de ação e pensamento que procurava superar a situação colonial que ainda vigorava no Brasil e superar as heteronomias decorrentes do prestígio das ideias estrangeiras sobre a mente dos cientistas sociais brasileiros. Neste sentido, Ramos transformou o problema geral da planificação no problema específico de uma teoria pragmática, historicamente e socialmente localizada capaz de fomentar o desenvolvimento das nações periféricas.

1.1 O que é planificação para Mannheim?

O conceito de planificação é central na obra de Karl Mannheim. Ele é parte fundamental do diagnóstico que o autor realizou acerca do problema da racionalidade nas sociedades de massa da primeira metade do século XX. Sua obra central sobre o problema da planificação social é *Homem e sociedade numa era de reconstrução social*, publicada em 1935, enquanto o autor ainda vivia na Alemanha, em pleno período de ascensão do fascismo. O livro foi publicado em inglês em 1940 e acrescido de mais três capítulos (foi com a tradução espanhola desta última publicação que Ramos tomou contado com a obra). Embora constituído de ensaios que prescrutam a vida da moderna sociedade de massas sob diversas perspectivas, o livro em sua totalidade traz uma tese central: o princípio estrutural da concorrência que organizou as sociedades liberais de épocas anteriores, está sendo substituído pelo princípio da regulação e isto produz uma variedade de novos fenômenos nas variadas esferas sociais. Segundo Mannheim (1962), isto fica evidente em diversos fenômenos sociais: na arena econômica, onde "a técnica da indústria em grande escala leva os detentores da propriedade individual a abandonar sua atitude de competição mútua, a combinar seu capital e formar emprêsas e organizações industriais cada vez maiores" (p. 79-80); na arena política, com o surgimento de mecanismos de controle e regulação das massas operados pelos regimes totalitários; na cultura, com o desenvolvimento dos meios de propaganda de massa que buscam orientar o comportamento das populações.

O tema da planificação é um desenvolvimento da crítica da racionalidade desenvolvida por outros sociólogos, sobretudo, Max Weber. No entanto, há algumas diferenças fundamentais no modo como os dois sociólogos perceberam o problema da racionalização. A obra de Weber é toda ela estruturada para "reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental" (WEBER, 1999, p.11; SELL, 2012). Para tratar desta questão ele estudou os múltiplos processos de racionalização que ocorrem em diferentes esferas da vida social, por exemplo, a religiosa, a ética, a política, a econômica, etc. Na esteira de Weber, Mannheim também procurou compreender a especificidade dos processos de racionalização que se deram no Ocidente, todavia, para ele, a separação de esferas era um princípio válido apenas para as sociedades liberais regidas pela concorrência individual, nas sociedades de massa do século XX, regidas pelo princípio da regulamentação, a separação de esferas seria um princípio obsoleto, pois aí os diversos

campos sociais se articulam entre si para produzir os fenômenos sociais. Assim, em primeiro lugar, a planificação é uma forma de pensamento que procura compreender a interdependência da ordem social e agir sobre ela (MANNHEIM, 1962).

Entre os dois autores há também diferenças metodológicas. Ao analisar os processos de racionalização, em vez de usar múltiplos tipos ideais separados, como fazia Weber, Mannheim deu preferência para a construção de conceitos sistêmicos e sintéticos que correlacionavam diversos desses tipos em poucas unidades conceituais. Assim, o conceito de planificação é uma síntese dos vários tipos de racionalidade detectados por Weber na história humana. Já Mannheim distinguiu apenas dois tipos de condutas, as substantivas e as funcionais e, em seguida, indicou que cada um desses tipos se subdividem em racionais e irracionais. Deste modo, ele agrupou os quatro tipos de ação (afetiva, tradicional, relacionada aos valores, relacionadas à calculabilidade) e os quatro tipos de racionalidade weberianos (teórica, prática, formal e substantiva) (KALBERG, 1980) em duas formas básicas de orientação da ação e de racionalidade, a substantiva e a funcional e da síntese entre estas duas produziu o conceito de planificação.

Segundo Mannheim, uma conduta racional substantiva é aquela que não apenas dá inteligibilidade ao fluxo do real subjugando este a determinados valores de modo a inter-relacionar inteligentemente diversos eventos e dar lhes sentido (quer dizer, como Weber conceituava essa forma de racionalidade), como também para ser substancialmente racional a conduta deve ser verdadeira e, além disso, possuir um sentido pragmático de diagnosticar e de propor soluções aos problemas práticos da vida social. Com essa conceituação, Mannheim inter-relacionou quatro tipos que estavam separados em Weber: a ação racional referida a valores, a racionalidade prática, a racionalidade teórica e a racionalidade substantiva (MANNHEIM: 1962).

Já a racionalidade funcional envolve os tipos ideais de ação racional referida à fins, de racionalidade prática e de racionalidade funcional. Do ponto de vista da máxima funcionalidade de um sistema, as condutas podem ser subdivididas em funcionalmente racionais e funcionalmente irracionais. Neste caso, aqui o termo racional significa “uma série de medidas organizadas de forma a levar a um objetivo prèviamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais” (MANNHEIM: 1962, p. 63-64). Já são condutas funcionalmente irracionais aquelas que rompem a coordenação da ação baseada num objetivo definido externamente ou que não calcule seus resultados em vista de um fim dado. Reencontramos aqui o conflito entre as formas de racionalidade, já presentes em Max Weber (SELL, 2012), pois não apenas atos substancialmente irracionais, como as fantasias ou as explosões de ira, podem atrapalhar a coordenação funcional dos atos, como também todos os atos intelectuais e morais que visem valores éticos sem se atentar para as consequências efetivas desses valores podem ser funcionalmente irracionais.

Mannheim reatualizou, então, no seu diagnóstico dos acontecimentos hodiernos,

a tensão entre a racionalidade funcional e a racionalidade substantiva que, segundo ele, levou à falência da sociedade liberal, pois nessa sociedade ocorreu o que ele chamou de um "*desenvolvimento desproporcional* das faculdades humanas", em suas palavras: "o desenvolvimento do moderno domínio técnico sôbre a natureza está quilômetros à frente do desenvolvimento da capacidade moral do homem e de seu conhecimento da ordem e do contrôle social" (MANNHEIM: 1962, p. 52).

A tarefa que Mannheim atribuiu aos intelectuais e às lideranças políticas, para harmonizar as faculdades morais e técnicas da civilização, é o desenvolvimento do pensamento planificado. Certamente, esta é a ideia central de Mannheim. Ela é muito complexa porque é uma forma de racionalidade que envolve todas as categorias mencionadas até agora, quer dizer, ela envolve tanto a racionalidade substantiva e a funcional como as formas de pensamento irracionais. Correndo o risco de imobilizar essa noção tão dinâmica, analisaremos abaixo suas notas conceituais.

O primeiro ponto a destacar é que o pensamento planificado está envolvido na realização de certos valores, isto é, apoia-se sobre o que Weber chamou de ação racional referida a valores. Isto fica claro nas questões centrais postas por Mannheim, que são as seguintes:

> até que ponto a história é dirigida pela reflexão racional e até que ponto pelas fôrças irracionais, até que ponto a conduta moral pode ser formulada na sociedade, ou até que ponto as reações impulsivas cegas são decisivas nos momentos cruciais da história"? (MANNHEIM, 1962, p. 50-51).

De um lado, a planificação visa os valores iluministas, isto é, "a reverência pela razão", a tolerância e a liberdade; de outro lado, ela envolve a moralidade no sentido da responsabilidade com o maior número possível de seres humanos, tal como a ética da responsabilidade weberiana, ela procura prever, em nível sistêmico, o resultado das ações individuais.

O segundo ponto é que a planificação envolve os mais altos níveis de racionalização funcional alcançados pela civilização industrial até então. Nesta perspectiva, trata-se de refletir sobre os meios adequados para assegurar que aqueles valores mencionados acima sejam efetivados dentro das condições técnicas e sociais do mundo de então. Deste ponto de vista, "a planificação é a estratégia, e esta é um processo no qual uma ação requer sòmente o meio de realizar-se durante a própria ação", portanto, em tal contexto, "as ações devem ser dirigidas (…) no sentido dos meios mais capazes de levar do *status quo* ao objetivo desejado" (MANNHEIM, 1962, p. 234).

O terceiro ponto diz respeito ao tipo específico de racionalidade teórica envolvida na planificação. Enquanto na sociedade liberal prevaleceu um tipo de razão "inventiva" que construía seus objetos num espaço abstrato balizando-se pelos limites artificiais das esferas sociais, na sociedade de massas, deve prevalecer o pensamento histórico concreto que opera em termos de interdependência das esferas e constrói racionalmente seus

objetos tendo em vista as características de um espaço historicamente dado, ou seja, os *principia media*[1] de uma época.

Por fim, o quarto ponto a destacar é que a planificação rompe as barreiras entre teoria e prática, ou seja, ela é eminentemente pragmática estando envolvida não apenas teoricamente numa situação histórica dada, mas também procurando dar soluções para a ação coletiva. A planificação funda-se no "processo orgânico pelo qual todo ato de pensamento é essencialmente uma parte da conduta", quer dizer, o pensamento concebido como "um instrumento de vida e ação" (MANNHEIM, 1962, p. 217). Para além do pragmatismo norte-americano, que já havia dissolvido a barreira formal entre teoria e prática, a planificação é um instrumento de intervenção na vida social, através dos *principia media* pode-se descobrir posições-chave a partir das quais os efeitos da ação individual são amplificados e transmitidos ao conjunto da estrutura social.

A partir dessas quatro características, evidencia-se a amplitude da estrutura que compõe a noção de planificação, não sendo, portanto, mero raciocínio técnico como o uso da expressão no senso comum sugere.

1.2 O que é planificação para Guerreiro Ramos?

1.2.1 A recepção do tema (1945-1950)

Em janeiro e fevereiro de 1945, Francisco Ayala, intelectual espanhol que após ter vivido os ocasos da República de Weimar e da Segunda República Espanhola e que, além disso, havia traduzido o referido livro de Mannheim sobre a planificação para o espanhol (1936), vivia no Rio de Janeiro e foi convidado pelo diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), no qual trabalhava também Ramos, para dar um curso de sociologia, o convite foi aceito e Ayala ministrou o referido curso nos primeiros meses de 1945. Foi provavelmente a partir desse encontro, que Ramos teve contato com as obras de Mannheim.

Em uma entrevista dada em junho de 1945, Ramos (1945, p.3) já era apresentado como alguém que "se dedicava a estudos de planificação econômica e social". Nessa entrevista, Ramos defendeu a planificação como "técnica neutra", afastada de quaisquer valores substantivos.

Em abril de 1946, Ramos (1946a) escreveu que enfatiza a capacidade da sociologia do conhecimento[2] em libertar os projetos de planificação de todo e qualquer resíduo

1 Mannheim assim define o significado de principia media: "*Os principia media* (…) são, em última análise, fôrças universais num meio concreto, integradas em função de vários fatôres atuando num determinado lugar, em determinado momento - uma combinação de circunstâncias que pode não se repetir-se nunca mais. São, de um lado, redutíveis aos princípios gerais nêles encerrados (…). Mas de outro lado, devem ser tratados em seu meio concreto, quando os encontramos em certas fases de desenvolvimento, e observadas nas formas que tomam individualmente, com certos subprincípios característicos, peculiares a eles, exclusivamente" (MANNHEIM, 1962, p. 190).

2 A sociologia do conhecimento é um método de investigação sociológica que procura estabelecer os nexos entre a realidade simbólica e a estrutura social. Mannheim foi um dos principais nomes relacionados a esse método. Sobre o desenvolvimento da sociologia do conhecimento, ver Mannheim (1986).

ideológico.

No mesmo mês do artigo anterior, Ramos publicou outro estabelecendo uma relação entre a teoria da demora cultural desenvolvida na sociologia norte-americana e a da planificação desenvolvida na obra de Mannheim. Ambas as teorias serviriam para diagnosticar a "falta de consistência do mundo moderno", o que remete à questão dos descompasso entre as racionalidades substantivas e as racionalidades funcionais, ou seja, entre o desenvolvimento moral e o desenvolvimento técnico da humanidade.

Em maio de 1946, Ramos publicou um artigo procurando resolver o conflito entre conduta política e conduta administrativa. Ele retomou o diagnóstico weberiano e mannheimiano de que as racionalidades estão em conflito na sociedade moderna e, por isso, produzem irracionalidades. Tendo isto em vista, argumentou que somente a política, através da inovação contante e da assunção de responsabilidades, pode dominar essa irracionalidade e garantir o desenvolvimento social (RAMOS: 2012).

Já em junho do mesmo ano, ele publicou uma longa resenha da obra de Weber, por ocasião da primeira tradução de *Economia e Sociedade*, feita pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica. A lógica de leitura que Ramos fez de Weber foi guiada, em muitos aspectos, pelo tema da planificação. As notas pragmáticas deste conceito ficam claras em afirmações como esta: "a sociologia weberiana é, ela mesma, uma ferramenta, um instrumento que pode ser utilizado na organização da sociedade" (RAMOS: 2006, p. 268). A mesma ressonância ocorre quando Ramos se apropriou do conceito de tipo ideal, afirmando que "na base da crítica típico-ideal das instituições é que podemos intervir na organização da sociedade" (p. 272-3). O conflito de racionalidades também se fez presente nesse texto, na medida em que para Ramos, os modos de vida fundados em valores absolutos são extemporâneos à sociedade moderna caracterizada pela racionalização funcional em todas as suas esferas, para ele, nesse momento de sua carreira, nessas sociedades somente éticas da responsabilidade podem ter lugar.

No fim do ano de 1946, Ramos finalmente publicou um artigo focando exclusivamente no conceito de planificação. Ali ele descreveu a mudança do princípio da concorrência para o princípio estrutural da regulação, de onde decorreria a necessidade da planificação, da desideologização do pensamento interventivo pela sociologia, da intervenção Estatal na economia, da afirmação de éticas da responsabilidade em detrimento de éticas substantivas.

Outro artigo de Ramos (1947b) relacionou as pequisas sobre consumo e padrão de vida à planificação, uma vez que caberia ao Estado compensar as desigualdades produzidas pelo ainda vigente princípio da competição, garantindo ao trabalhador o poder de compra necessário para manter a dignidade de sua família.

Nos obituários que Ramos escreveu sobre Mannheim (1947c, 1947d), esse figura como um pensador cujo problema central envolvia uma conciliação da racionalidade substantiva com a funcional, pois "para Mannheim, a questão social fundamental do nosso tempo é saber que espécie de planificação se concilia efetivamente com a liberdade"

(RAMOS: 1947d, p. 120-121).

Em 1949, para o provimento do cargo de Técnico de Administração do quadro permanente do DASP, Ramos apresentou a tese *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho*. Trata-se de uma pequena contribuição ao debate sobre a planificação. Utilizando-se do raciocínio da interdependência, Ramos procurou mostrar como o taylorismo e o fordismo se relacionam com o processo de racionalização das esferas ocorrido no Ocidente. A tensão entre as racionalidades funcionais e substantivas perpassa o texto: de um lado, os processos de racionalização do trabalho parecem inevitáveis e devem ser desenvolvidos em vista da produtividade; por outro lado, eles são "uma espécie de camisa de força com a qual se submetia o operário" (RAMOS: 2008, p. 103). Por desconsiderar os processos de racionalização substantivos, o raciocínio planificador de Ramos encontrava-se limitado a concluir que "a industria subverteu, de maneira quase vertiginosa, os contextos sociais milenarmente estabelecidos, sem nada desenvolver em seu lugar" (ib., p. 114-5).

A partir dos textos apresentados, podemos afirmar que, durante os anos de 1945 a 1950, a noção de planificação foi apropriada por Guerreiro Ramos como uma técnica neutra de intervenção na vida social, ou seja, que deve operar para além das ideologias e dos valores, exceção feita à ética da responsabilidade.

1.2.2 O desenvolvimento de um pensamento planificador desenvolvimentista na periferia do capitalismo

Entre 1950 e 1953, houve muitos acontecimentos na vida de Ramos. Este período correspondeu à sua saída do DASP, à sua participação no grupo Itatiaia (1952) e no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP, 1953-1955). A partir dessas novas vivências, Ramos aproximou-se daquilo que Pecáut (1990) chamou de cultura política dos intelectuais brasileiros. A partir de então sua preocupação passou a ser produzir diagnósticos acerca da realidade global do Brasil e propor formas de planificação para os problemas brasileiros que passavam pela racionalização das esferas econômicas, administrativas e culturais. Neste contexto, o desenvolvimentismo se tornou a teoria hegemônica entre os intelectuais públicos do período, formou-se, portanto, um consenso de que o melhor meio de superação da pobreza, das diferenças econômicas e sociais entre centro e periferia do mundo seria o crescimento econômico autossustentado por meio da industrialização (BIELSCHOWSKY: 2004).

Neste momento, Ramos fez a síntese da ideia do pensamento planificado com a teoria desenvolvimentista cepalina e com algumas teses do que hoje chamamos pensamento social brasileiro. Em síntese, podemos dizer que Ramos acolheu em sua obra os principais temas relativos ao processo de modernização brasileira e ao próprio papel da sociologia nesse contexto, em um período bastante complexo da história brasileira que vai do período democrático nacional desenvolvimentista à implementação do regime militar.

É evidente que esta síntese demandou um trabalho especificamente intelectual, por isso é preciso compreender os diversos níveis nos quais a teoria desenvolvimentista latino-americana e as teses do pensamento social brasileiro foram soldadas por Ramos à teoria da planificação mannheimiana.

Houve um outro acontecimento marcante para a carreira intelectual de Ramos, tratou-se de sua participação no *II Congresso Latino Americano de Sociologia* realizado no Rio de Janeiro, entre 10 e 17 de julho de 1953. Neste evento, Ramos presidiu a Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais e, nesta condição, apresentou um documento contendo nove teses que buscavam regular o trabalho sociológico em um contexto periférico em vista da "emancipação cultural dos discentes", das "disponibilidades da renda nacional", da intensificação do processo de acumulação de capital nacional, da "melhoria das condições de vida da população" e do letramento das populações indígenas e afro-americanas (RAMOS, 1995, p. 105-106). Estas teses que, em suma, defendiam uma particularização do raciocínio sociológico em vista da sociedade em que este raciocínio deveria se enraizar, foram desaprovadas e rechaçadas em nome do universalismo científico e da liberdade plena de pesquisa. Ramos ficou muito indignado e se sentiu pessoalmente atacado. Sublimando essa indignação, publicou uma série de nove artigos no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre 26 de julho e 4 de outubro de 1953, defendendo suas posições e propondo uma teoria dos aspectos globais da sociedade brasileira. Estes artigos compuseram a primeira parte da *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* que posteriormente foi republicada como a segunda parte da *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957). Para nós, estes textos demarcam o início da fase madura do pensamento de Ramos. Ali se verifica uma complexificação de seu pensamento através da transformação do problema da planificação em geral em uma teoria do desenvolvimento moldada à realidade de uma nação periférica.

Comecemos por analisar a nova teoria da planificação de Ramos da perspectiva de sua epistemologia. A primeira ênfase a ser feita é a adoção do pensamento da interdependência das esferas, como vimos, característica fundamental do pensamento planificado. Neste sentido, argumentou Ramos que "nada está solto na estrutura social, mas todos os seus aspectos estão dinamicamente relacionados", daí ser tarefa do sociólogo "superar a visão parcelada das necessidades do país, substituindo-a por uma visão unitária de sua contextura integral" (RAMOS, 1995, p. 137, 134). Disto resulta um segundo aspecto importante que é o fato de que a sociologia sempre estuda contextos históricos particulares, cuja compreensão demanda princípios singulares. Ramos insistiu que é preciso investigar os *principia media* da realidade periférica. Em vista disto, ele defendeu que "é necessário, por meio de um processo de estilização científica, transportar para o plano abstrato dos conceitos as realidades históricas efetivas" (RAMOS, 1995, p. 144). Ou, em outra formulação do mesmo princípio, ele colocou como tarefa dos sociólogos "elaborar de modo dinâmico as categorias do pensamento sociológico brasileiro, dando nome às forças e tendências ínsitas na realidade nacional" (RAMOS, 1995, p. 144).

O pragmatismo é outra dimensão de relevo nessa estilização periférica da racionalidade planificada. Para Ramos não existe teoria gratuita, toda formulação é a resposta a um problema colocado pela situação existencial do pensador. Ele formulou esse princípio de diversas maneiras, por exemplo, quando afirmou que "a melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade" (RAMOS, 1995, p. 105). Na teoria do desenvolvimento de Ramos não existe linha que separe teoria e prática. Isto fica claro na seguinte afirmação: "a ação social sobre as condições objetivas das estruturas nacionais e regionais (…) deve emergir, de modo dinâmico, da relação interativa entre o pensamento e os fatos" (p. 112).

Um dos grandes saltos do pensamento planificador e desenvolvimentista de Ramos se deu em torno das racionalidades funcionais que, assim como nos trabalhos de juventude, assumem o primeiro plano no processo racionalizador da periferia (enquanto nos trabalhos de Mannheim, esse plano é ocupado pela racionalidade substantiva). É a racionalidade econômica, orientada pelo princípio da responsabilidade social, como veremos adiante, que dirigirá o processo de desenvolvimento. Todavia, não se trata das leis gerais da economia liberal clássica, mas sim daquelas formuladas pela CEPAL de modo ajustado à realidade latino-americana que adquirem força paradigmática para Ramos.

A ideia central que Ramos transplantou para sua nova teoria da planificação é a de que todos os fatores de produção devem ser combinados da maneira mais eficiente para gerar aumento do capital nacional de modo que, por sua vez, este possa financiar o desenvolvimento industrial do país, favorecer a consolidação do mercado interno e melhorar as condições de vida da população nacional. Evidentemente, isto implica o processo de substituição de importações de modo que se procure importar apenas fatores de produção que sirvam para aumentar a velocidade da capitalização dos países periféricos. Deste modo, é através da máxima racionalização funcional em vista do acúmulo de capital nacional que se pode acelerar o incremento da taxa de investimento interna em bens de produção que ajudem a melhorar a vida da população nacional. Assim, com a ajuda da teorização da CEPAL, Ramos começou a desenvolver uma concepção singular acerca dos processos de racionalização funcionais próprios à periferia do capitalismo.

Ele prosseguiu a sua teorização levando a racionalização funcional periférica aos limites da coerência: se todos os fatores de produção devem ser coordenados funcionalmente em vista do aumento da acumulação, também a ciência, sobretudo, a sociologia, que é um fator de produção, deve subordinar sua prática à racionalidade econômica. Neste sentido, Ramos não se utilizou de nenhum subterfúgio e apresentou sua polêmica tese de que "o trabalho sociológico em país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital" (RAMOS, 1995, p. 135).

Ramos tinha consciência clara de que a estrutura da sociedade brasileira passava por um "momento de transformação qualitativa" devido ao surgimento de um mercado interno

e de uma crescente industrialização. Nestas condições, o trabalho intelectual tornava-se "fator decisivo de aceleração do progresso" de modo que "os recursos intelectuais estão cada vez mais sendo regidos por critérios econômicos. Passaram à categoria de fatores produtivos que têm de ser aplicados segundo a lei do rendimento máximo" (p. 139).

Mesmo que ainda subordinados às racionalidades funcionais, os elementos substancialmente racionais começam a ganhar destaque em seu pensamento. Dois valores são fundamentais, de um lado, aquela reverência pela razão que caracteriza o Iluminismo e, por outro lado, a responsabilidade social. Tanto o trabalho sociológico deve ser "um meio de esclarecimento e autoconsciência das sociedades", uma forma de "promoção da autoconsciência de cada sociedade latino-americana" (RAMOS, 1995, p. 112) e um exercício de "capacidade de autonomia e de assenhoramento das forças particulares da sociedade" (RAMOS, 1995, p. 128); quanto é preciso responsabilidade no sentido de um esforço "em vincular-se à vida coletiva" tendo em vista "a melhoria das condições de vidas das populações" (RAMOS, 1995, p.111, 106).

Por fim, temos o diagnóstico de Ramos sobre a realidade brasileira se complexificando. Na sua busca das leis particulares que regem a formação brasileira, ele começou a se apropriar das tradições do pensamento nacional. Haveria uma corrente autêntica do pensamento social brasileiro que se caracterizaria pelo caráter pragmático, pela responsabilidade com a nação e pelo pensamento entrelaçado à realidade brasileira. Esta linhagem envolveria Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, este último sendo tido como o grande sintetizador desta corrente.

De Euclides da Cunha e de Oliveira Vianna, Ramos se apropriou da tese de que as instituições brasileiras estão em descompasso com a realidade concreta do país. Ele generalizou esta tese com a seguinte fórmula: a história brasileira se caracteriza pelo "conflito entre o elemento eidético e o elemento fático" (RAMOS, 1953, p. 29).

Mas por que as ideias e instituições estariam aparentemente desvinculadas da realidade brasileira? Em primeiro lugar, em decorrência da colonização. As instituições e as ideias estariam em descompasso porque foram *transplantadas* para cá pelo processo colonial, quer dizer, instituições que eram organicamente ligadas à realidade dos países europeus foram para cá trazidas com o intuito de explorar o país e não de desenvolvê-lo. O descompasso é ele próprio um vínculo com o interesse de um grupo, qual seja, o das elites portuguesas colonizadoras do país.

Depois da Independência, as elites construtoras da nação, diante do problema de criar novas instituições, continuaram o processo de transplantação. Todavia, segundo Ramos, "Oliveira Viana viu aqui meia verdade" (RAMOS, 1995, p. 29), pois ainda que o idealismo utópico seja um fato na formação histórica das elites brasileiras, Vianna não o conseguiu explicar corretamente porque assim como a maioria dos "escritores nascidos com a República", ele teria adotado "uma concepção psicologística do processo histórico-social", desta forma, supondo que o problema do idealismo utópico deriva da ingenuidade

e da falta de bom senso e que poderia ser corrigido por atos meramente psicológicos. Uma análise sociológica revela, entretanto, para Ramos, que aquela conduta

> idealista-utópica foi, muitas vezes, menos decorrência da imitação voluntária do que um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional (RAMOS, 1995, p. 79).

Seria um erro de Oliveira Vianna, segundo Ramos, olhar a transplantação somente pelo lado negativo, insistindo "muito em sublinhar o fracasso das transplantações, o qual, segundo ele, seria imposto pela força dos costumes e do caráter nacional" (p. 279). Ramos argumentou que "a transplantação foi um acidente inevitável (...) em todos os contextos coloniais", exercendo nestes um papel articulador entre as sociedades neolíticas e as sociedades modernas, de modo que, do ponto de vista do aumento da racionalidade funcional, "graças a elas [transplantações] saltamos várias etapas de desenvolvimento" (p. 273). Desta maneira, a razão sociológica para a existência do transplante de instituições é a necessidade do Brasil se conectar com a história mundial do ponto de vista das racionalidades funcionais. Desta razão decorre uma mudança fundamental do problema da transplantação, o que interessa agora não é apenas indicar que as transplantações criam descompassos na realidade nacional, mas distinguir entre transplantações que levam ao desenvolvimento e as que levam ao subdesenvolvimento.

Deste modo, no Brasil, a planificação é, sobretudo, um processo de transplantação de instituições de modo a acelerar o desenvolvimento. Aqui se pode compreender o problema da transplantação através da teoria de substituição de importações, isto permite a percepção de dois tipos de transplantação:

> Há que distinguir entre transplantações ***predatórias*** e transplantações ***aceleratívas***. As primeiras desgastam economicamente os países coloniais, sacrificando as disponibilidades de suas rendas em consumos descapitalizantes. É o caso de muitos aspectos do nosso sistema educacional, de nosso mecanismo administrativo e de outros setores institucionais da vida brasileira, visivelmente carecentes de funções positivas. As transplantações aceleratívas contribuem para incrementar a velocidade da capitalização dos países periféricos. A CEPAL se esmerou no estudo deste tipo de problemas. Entre tais transplantações aceleratívas estão, por exemplo, as máquinas, os processos fabris de alto rendimento, certas formas especializadas de instrução e educação (RAMOS, 1995, p. 117).

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recepção do problema da planificação no pensamento de Guerreiro Ramos entre 1945 e 1953 orientou-se pela ênfase nos aspectos funcionais da racionalidade. Nesse período, há no pensamento do sociólogo baiano, um otimismo e um entusiasmo acerca do

poder transformador das formas de racionalidade funcionais. Esta leitura ativa, apropriação e reelaboração do conceito de planificação respondia a problemas colocados, de um lado, pelo modelo de desenvolvimento urbano e industrial centrado na agência do Estado (inaugurado por Getúlio Vargas e continuado por seus sucessores), e, de outro lado, às disputas em torno dos valores que seriam institucionalizados no mercado acadêmico em formação no Brasil. Deste modo, ainda que reconheça que essas racionalidades podem se transformar em uma "camisa de força" que coage as singularidades da pessoa humana, ele ressaltou seu poder de transformar uma sociedade tradicional apoiada ainda numa economia agrícola, num poder patrimonialista, numa política de clientelismo e na alienação cultural. Por fim, com a ajuda de temas cepalinos e do pensamento social brasileiro, Ramos realizou uma nova composição em torno do conceito de planificação, concebendo-o como raciocínio transplantativo de instituições de um contexto para outro em vista do desenvolvimento, o que ele chamará de *redução sociológica.*

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. - 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade**: estudos sôbre a estrutura social moderna. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1962.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ED. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma opinião**: mais sociologia e menos política. A Manhã. Rio de Janeiro, p. 3-6. 17 jun. 1945.

_____. A Revolução copernicana na sociologia. **A Manhã**. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 1436, 14 abril. 1946a.

_____. Notas sôbre planificação social. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.163-166, dez. 1946b. Ano IX. Disponível em <http:g/www.cra-rj.adm.br/publicacoes/DASP/alberto_guerreiro/notas_sobre_planificacao_social/> acesso em 23/01/2018

_____. Pequena bibliografia do estudo do padrão de vida. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p.136-140, maiogjun. 1947b.

_____. Karl Mannheim. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p.166-168, set.gout. 1947c. Disponível em: http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/DASP/alberto-guerreiro/karl-mannheim/. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. Karl Mannheim (1893-1947) . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 119-121 , set. 1947d.

_____. **O processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história de idéias. Rio de Janeiro: Cândido Mendes Júnior, 1953.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Ufrj, 1995.

_____. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**: ensaio de sociologia do conhecimento. Republicação. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.

_____. A sociologia de Max Weber: Sua importância para a teoria e a prática da administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília, Df, v. 52, n. 2, p.267-282, jun. 2006[1946].

_____. Administração e política à luz da sociologia. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 99-110 jan-mar 2012.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Rev. bras. Ci. Soc**., São Paulo , v. 27, n. 79, p. 153-172, June 2012 .

VILLAS BÔAS, Glaucia. Os portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 13, p. 125-143, jan. 2002.

VILLAS BÔAS, Glaucia K.. **A Recepção da sociologia Alemã no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006

WEBER, Max. Introdução do Autor. In: WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 14 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 19/01/2021

Clara Larissa Pinto de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/9152019722036230

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/4055324644123917

Erivan Ferreira Borges
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/3783480339573449

RESUMO: Os gastos públicos vêm ganhando maior destaque nos últimos anos devido ao excesso de gastos com áreas que não têm tanta necessidade. Diante desse cenário, pesquisas acerca desse tema vêm ganhando notoriedade, que aliadas com outras áreas, como a auditoria pública, traz dados antes desconhecidos. O presente estudo faz uma análise acerca dos pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Natal/RN, a título de Salário Família pago aos servidores lotados na Urbana, nos anos de 2012 a 2016. Para isso, utilizou-se como base de dados o sistema *DB Seller* para averiguar o cumprimento das bases legais. Foram obtidas e examinadas as legislações relativas à concessão e benefício do Salário Família: Lei 4.266, de 3 de outubro de 1963, Lei 4.266, de 3 de outubro de 1963, Art. 7º da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992 e Lei 150, de 1º de junho de 2015. Em seguida, foi obtida e examinada a consistência de pagamento rubrica salário família das folhas de pagamentos dos servidores da Lotação URBANA que recebem esse benefício, no período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016. Os resultados revelam inconsistências com relação ao pagamento do Salário Família, de acordo com os dados coletados no sistema usado pela Prefeitura. No ano de 2012 foram encontrados dois servidores que estão com o cadastrado duplicados e oitenta e dois servidores que estão na faixa de recebimento da rubrica e não o receberam. Em 2013 foi encontrado um servidor que recebeu o salário família indevidamente. Nos demais anos não foram encontrados inconsistências.

PALAVRAS - CHAVE: Auditoria; Contabilidade Pública; Análise Econômico-financeira.

ANALYSIS OF NATAL/RN OF PAYROLL, IN 2012 TO 2016 - FAMILY SALARY

ABSTRACT: Public spending has been more prominent in recent years due to excessive spending on areas that are not so needed. In view of scenario, research on the subject is becoming more important and in conjunction with other areas, such as public auditing, brings previously unknown results. The present work analyzes the Family Salary payments made by the Municipality of Natal / RN to Urbana servers in 2012 to 2016 and uses the *DB Seller system* as a database. The legislation related to the payment of the

Family Salary was examined: Law 4.266, of October 3, 1963, Law 4.266, of October 3, 1963, Art. 7 of the Federal Constitution of 1988, Decree No. 611, of July 21 of 1992 and Law 150, of June 1, 2015. Then, the payment of the family salary of the payroll of the servers that receive this benefit was analyzed, in the period between January 2012 and December 2016. The results reveal inconsistencies in the payment of the Family Salary, according to the data collected in the system used by the Municipality of Natal. In 2012, two servers were found with duplicates registered and eighty-two servers who are in the receipt range of the item and did not receive it. In 2013 a server was found who received the family salary improperly. In the remaining years, no inconsistencies were found.
KEYWORDS: Audit; Public Accounting; Economic-financial Analyse.

1 I INTRODUÇÃO

Auditoria é um exame analítico de uma determinada operação, com o objetivo de atestar sua validade. Segundo Attie (2000, p. 25): “A auditoria tanto na área pública quanto na área privada é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial, com o objetivo de atestar sua validade sobre determinado dado”. Aliado com a qualidade do gasto público, a auditoria na área pública é usada, também, para cortar o excesso de gastos. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Comparações Internacionais de Produção, Renda e Preços na Universidade da Pensilvânia (2009), o Brasil está em 13° no Ranking de Excesso de Gastos.

Posto isso, esta pesquisa tem como objetivo averiguar os pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Natal/RN, a título de Salário Família (Rubrica 024) pago aos servidores lotados na Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana), nos anos de 2012 a 2016.

Para alcançar esse objetivo, utilizou-se como base de dados o sistema *DB Seller* para averiguar o cumprimento das bases legais. Foram obtidas e examinadas as legislações relativas à concessão e benefício do Salário Família: Lei 4.266 de 3 de outubro de 1963, Art. 7º da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 611 de 21 de julho de 1992 e Lei 150 de 1º de junho de 2015.

Após levantamento da referida legislação específica, foi obtida e examinada a consistência de pagamento rubrica salário família das folhas de pagamentos dos servidores da Lotação URBANA que recebem esse benefício, no período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016.

2 I DESENVOLVIMENTO

O embasamento do Salário Família vem através da lei 4.266, de 3 de outubro de 1963. Em seu Art. 1º e 2º, estabelece o pagamento de Salário Família a servidores que se encaixem na faixa salarial descrita e que tenham filhos de até 14 anos ou inválidos de qualquer idade (BRASIL, 1963). Os valores da cota do salário-família por filho ou equiparado

de qualquer condição, referentes aos anos de 2012 a 2016, estão destacados no quadro 1:

ANO	FAIXA SALARIAL	SALÁRIO FAMÍLIA
2012	Até R$608,60	R$31,22
	De R$608,81 a R$915,05	R$22,00
2013	Até R$646,55	R$33,16
	De R$646,56 a R$971,78	R$23,36
2014	Até R$682,50	R$35,00
	De R$682,51 a R$1.025,81	R$24,66
2015	Até R$725,02	R$37,18
	De R$725,03 a R$1.089,72	R$26,20
2016	Até R$806,80	R$41,37
	De R$806,81 a R$1.212,64	R$29,16

Quadro 1: cota do salário família por filho dos anos 2012 a 2016

Fonte: Débit (2020)

Para fins de cálculo do Salário Família é usado o Salário-de-contribuição que, segundo o inciso XVII do Art. 7º da Constituição Federal, é composto por todas as remunerações, exceto férias e décimo terceiro. Porém a rubrica de salário-de-contribuição não foi encontrada no sistema usado pela Prefeitura, o *DB Seller*. Foi usado, então, como base de cálculo para o pagamento do salário família, a rubrica R981 (Base IRF Salário).

Durante o período analisado foi pago, a título de salário família, R$ 28.264,44 e não houve pagamento duplicado aos servidores, ou seja, o mesmo servidor receber mais de uma vez o mesmo valor no mesmo período. A rubrica foi analisada de acordo com a quantidade de filhos disponibilizadas no *DB Seller*, que apresentou no ano de 2012 uma inconsistência com relação aos dados cadastrados. Foram identificados dois servidores que tinham os nomes dos filhos duplicados no sistema. Ainda no mesmo ano foi encontrado uma inconsistência dos dados no valor de R$ 2.464,00, referente a 82 servidores que estavam dentro da faixa para recebimento do salário família, mas não o receberam.

No ano de 2013, foi identificado que um servidor recebeu a rubrica salário família mesmo estando fora da faixa salarial de recebimento, ou seja, foi um pagamento indevido. Nos anos de 2014 a 2016, não foram encontradas inconsistências. Se faz necessário uma

averiguação maior com relação ao recebimento do salário família dos servidores lotados na Urbana, principalmente pelo fato do sistema não apresentar uma rubrica de salário unificada, então para a análise foi usada a que foi julgada mais adequada. Na tabela 1 estão evidenciados os impactos causados pela rubrica 024.

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	Total/Média
Folha de Pagemento	539.617.306,89	555.898.707,91	592.044.198,89	671.149.806,09	691.978.489,66	3.050.688.509,44
Valor Pago	8.468,54	6.316,44	6.365,44	7.094,22	-	28.244,64
% Pago com relação a folha	0,00157%	0,00114%	0,00108%	0,00106%	0,00000%	0,0009%
Nº de Movimentações	267	182	173	174	0	796
Beneficiados	102	68	36	154	0	72
CPF Diferentes	102	68	36	154	0	72

Tabela 1: Impacto causado pela rubrica 024

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

3 I CONCLUSÃO

Os achados evidenciam inconsistências no ano de 2012 e 2013. No primeiro ano de análise, em 2012, foram encontrados cadastros duplicados, servidores que deveriam receber a rubrica, mas não o recebia, já em 2013, foi encontrado um servidor que recebia indevidamente. Nos demais anos não houveram achados.

A análise da rubrica Salário Família - Lotação Urbana esbarrou na limitação da base de cálculo, que não pôde ser obtida no sistema usado pela Prefeitura, o *DB Seller*. Foi usado, então, como base de cálculo para o pagamento do salário família, a rubrica R981 (Base IRF Salário).

Devido às limitações do programa e às inconsistências encontradas na análise quanto ao pagamento do ano de 2012 e 2013, recomenda-se uma análise mais profunda com relação aos pagamentos, tomando como base de cálculo o salário-de-contribuição. Com relação ao sistema *DB Seller*, recomenda-se a inserção da rubrica salário-de-contribuição e a averiguação do cadastro filhos, para evitar nomes duplicados.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Conceito e Aplicação**. São Paulo: Atlas S.A., 2000.

Como o gasto público elevado desequilibra a economia brasileira? Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/07/04/como-o-gasto-publico-elevado-desequilibra-a-economia-brasileira/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4266, de 3 de outubro de 1963**. Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências. [*S. l.*], 3 out. 1963. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4266-3-outubro-1963-353319-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,LEI%20N%C2%BA%204.266%2C%20DE%203%20DE%20OUTUBRO%20DE%201963,Trabalhador%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 5 jan. 2021.

HISTÓRICO do Salário Família. In: **Histórico do Salário Família**. [S. l.], 1 jan. 2021. Disponível em: https://www.debit.com.br/tabelas/salario-familia.php. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. [S. l.], 1 maio 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

CAPÍTULO 8

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Daniela de Oliveira Massad
Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC
Florianópolis - SC
http://lattes.cnpq.br/9453624212815262

Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, UNESP
Guaratinguetá – SP
http://lattes.cnpq.br/3686223641834574

Andreia Maria Pedro Salgado
Departamento de Produção da Faculdade de Engenharia, UNESP
Guaratinguetá – SP
http://lattes.cnpq.br/1816469354724183

Édis Mafra Lapolli
Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC
Florianópolis - SC
http://lattes.cnpq.br/8977816806473448

Fernando Augusto Silva Marins
Departamento de Produção da Faculdade de Engenharia, UNESP
Guaratinguetá – SP
http://lattes.cnpq.br/9008186664173955

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo mapear sistematicamente as produções científicas que tratam da relação entre a liderança e a capacidade absortiva do conhecimento. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática, por meio da busca e análise das contribuições de pesquisas acadêmicas publicadas em artigos científicos que vinculam os construtos relacionados à liderança e capacidade absortiva do conhecimento. Foram selecionados 23 artigos, porém não foram encontrados artigos que tratassem a relação dos temas na literatura de forma sistematizada. A análise dos artigos mostrou que há uma interação mútua entre os construtos da capacidade absortiva e liderança. Contudo, a influência da liderança sobre a CA tem maior relevância pela quantidade de estudos. Além disso, são identificadas sugestões de trabalhos futuros, que podem apoiar o desenvolvimento de novas pesquisas na área.

PALAVRAS - CHAVE: Liderança. Capacidade absortiva. Aprendizagem organizacional. Gestão do conhecimento. Revisão sistemática.

ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN LEADERSHIP AND ABSORPTIVE KNOWLEDGE CAPACITY: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This study aims to systematically map scientific productions that address the relationship between leadership and the absorptive capacity of knowledge. To this end, a systematic literature review was carried out, through the search and analysis of the contributions of academic research published in scientific articles that link the constructs related to leadership and absorptive capacity of knowledge. 23 articles were selected, but no articles were

found that dealt with the relationship of themes in the literature in a systematic way. Analysis of the articles showed that there is a mutual interaction between the constructs of absorptive capacity and leadership. However, the influence of leadership on AC is more relevant due to the number of studies. In addition, suggestions for future work are identified, which may support the development of new research in the area.
KEYWORDS: Leadership. Absorptive capacity. Organizational learning. Knowledge management. Systematic review.

1 I INTRODUÇÃO

A constante busca de diferentes estratégias para que as organizações se mantenham competitivas, diante da acirrada disputa de mercado na dinâmica atual dos negócios, torna fundamental a reformulação dos processos e o desenvolvimento de novas capacidades (FLATTEN; ADAMS; BRETTEL, 2015).

Nesse contexto, o estudo da Liderança e da sua relação com a Capacidade Absortiva de Conhecimento se justifica por pesquisas como as de Yaseen, Al-Janaydab e Alc (2018), Rai e Prakash (2016), Kash, Spaulding, Gamm e Johnson (2014) e García-Morales, Lloréns-Montes e Verdú-Jover (2008), que descreveram que estes temas aparecem pouco vinculados e ainda relativamente inexplorados na literatura. Rai e Pakash (2016) ressaltam principalmente a carência de estudos empíricos que integrem influências moderadoras e mediadoras de diversos tipos na relação entre os construtos.

Desta forma, este artigo pretende identificar a relação entre a Liderança e a Capacidade Absortiva (CA) a partir do mapeamento sistemático da produção científica na base de dados *Scopus*. Com isso surge a questão de pesquisa: Qual a relação entre a liderança e a capacidade absortiva do conhecimento?

Como a liderança exerce um impacto direto na melhoria dos resultados (AVOLIO; WALUMBWA; WEBER, 2009; VACCARO; JANSEN; VAN DEN BOSCH; VOLBERDA, 2012) e por sua vez, a capacidade de absorção é de vital importância para a inovação e para intenções estratégicas de crescimento das empresas (SLAVEC GOMEZEL; RANGUS, 2019), autores como Rai e Prakash (2016), Supartha e Ratih (2017), Yaseen et al. (2018), Ferreras Méndez, Sanz Valle e Alegre (2018) contribuíram ao verificar que a CA é afetada pela liderança e seus processos, validando, portanto, a existência da relação entre os temas em ambientes de Aprendizagem Organizacional (AO) e de Gestão do Conhecimento (GC).

Salienta-se que a pesquisa sobre os estilos de liderança, de forma específica, não será o foco do estudo, contudo tais estilos surgem de forma natural nos artigos analisados, à medida que os autores abordam a discussão sob diferentes perspectivas.

2 | LIDERANÇA

A liderança, ao longo da evolução histórica, sempre apresentou um papel importante nas organizações nos âmbitos político, militar, social e industrial. Segundo Bass (2008), este fato ocorreu pelas constantes mudanças nos diferentes contextos e pelo aprofundamento das pesquisas no tema.

De maneira global, estudos conceituam Liderança como a influência sobre outro com o objetivo de alcançar metas (MAGNIER-WATANABE; BENTON; SENOO, 2011; PALISZKIEWICZ; GOŁUCHOWSKI; KOOHANG, 2015; VAITKEVIČIUS, 2016) por meio de esforço conjunto, visão e sucesso (DONATE; PABLO, 2015; VAITKEVIČIUS, 2016).

Bergamini (1994) e Strapasson (2009) construíram esta evolução histórica das teorias sobre liderança representadas, inicialmente, pela Teoria do Grande Homem baseada na forte influência de grandes homens reconhecidos pela humanidade na história, e na evolução humana até as Teorias da Nova Liderança, que possuem como foco as pessoas, seu desenvolvimento, facilidade do líder para mudança, criatividade e capacidade de compartilhar uma visão futura. A representação principal desta última teoria, se refere aos estilos Transformacional e Transacional.

A Liderança Transformacional **é** definida como a capacidade de influência e de inspiração por meio de um perfil de líder que integra comportamentos de confiança, estímulo intelectual, motivação inspiradora e consideração individualizada. Já a Liderança Transacional monitora o desempenho dos liderados e envolvem essencialmente transações por recompensa (BASS; AVOLIO, 2004; ZHU; AVOLIO; RIGGIO; SOSIK, 2011; BIRASNAV, 2014).

Diante do progresso na sociedade baseada no conhecimento, em que o comportamento do indivíduo se torna mais importante, parece apropriado que um líder assuma e desempenhe um papel que conduza sua equipe à realização de atividades baseadas no conhecimento (LEE; LEE; PARK, 2014).

Este cenário requer que tais líderes sejam capazes de enfrentar uma realidade baseada no conhecimento e promover a inovação para alcançar melhorias no desempenho organizacional. No entanto, as organizações, por vezes, não conseguem obter vantagem competitiva sustentável devido a sua compreensão limitada das relações entre estas variáveis estratégicas (GARCÍA-MORALES *et al.*, 2008).

A liderança, ao invés de simplesmente ser descrita como uma característica individual, é retratada em vários modelos como uma dinâmica social, compartilhada, relacional, estratégica, global e complexa (BASS; AVOLIO, 2004; YUKL, 2006). A construção de uma visão compartilhada na organização é de extrema importância, uma vez que promove a necessidade de aprendizagem, exigindo o aprimoramento do conhecimento e a criação de novas capacidades dos líderes (SENGE, 1999) com o consequente direcionamento das atenções para o desenvolvimento da capacidade absortiva (ARBATANI; MOHAMMDPOUR,

2016).

3 | CAPACIDADE ABSORTIVA

Cohen e Levinthal (1989, 1990) foram os primeiros a proporem um conceito para a capacidade absortiva do conhecimento, sendo, portanto, os autores mais citados quando se trata do tema. Partindo do princípio de que as empresas possuem capacidades de aprendizado diferenciadas, a CA de uma empresa é entendida pelos autores como um conjunto de habilidades da empresa para identificar, assimilar e aplicar conhecimento externo, com foco na inovação.

A CA apresenta forte ligação com a habilidade da organização de criar conhecimento (COHEN; LEVINTHAL, 1989), ou seja, gerar inovação; sendo também dependente do conhecimento prévio da empresa (COHEN; LEVINTHAL, 1990; ZAHRA; GEORGE, 2002) e pode influenciar o desempenho organizacional e a vantagem competitiva da empresa (ZAHRA; GEORGE, 2002).

Zahra e George (2002) propõem um novo conceito para a CA e a subdividem em CA potencial, que reflete a capacidade da empresa para adquirir e assimilar conhecimento externo, e CA realizada, que expressa a habilidade da firma de transformar e aproveitar o conhecimento assimilado.

A definição da CA proposta por Zahra e George (2002) é fundamentada sob a perspectiva das capacidades dinâmicas, em que a CA é reconhecida como uma capacidade dinâmica da organização que possibilita a aquisição, a assimilação, a transformação e o aproveitamento do conhecimento, para o aumento da vantagem competitiva. O termo "dinâmica" se refere aos ambientes com mudança tecnológica rápida e incertezas e as capacidades dinâmicas são habilidades e competências desenvolvidas pelas organizações nestes ambientes em constante evolução (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

Arbatani e Mohammdpour (2016) afirmam que, no momento em que a organização absorve, simula, internaliza e adquire conhecimento, ela cria capacidades dinâmicas que podem levar a processos de inovação.

A CA não deve ser dissociada de seu contexto e a estratégia organizacional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da CA (LANE; KOKA; PATHAK, 2006), carecendo de mais pesquisas sobre o tema, com vistas a gerar *insights* para os gestores. O estudo da interrelação da liderança e da CA se legitima, diante disto.

Todorova e Durisin (2007) introduziram o elemento "relações de poder" no modelo da CA que corresponde à influência de atores internos e externos à organização sobre os processos de absorção de conhecimento. De acordo com os autores, as relações de poder internas podem facilitar ou dificultar os processos de alocação de recursos para o aproveitamento do novo conhecimento externo adquirido. O uso do poder é considerado componente intrínseco de uma liderança forte, que, conforme definição, influencia os outros

a perseguirem determinado objetivo, dispondo da importante habilidade de ser sensitivo aos outros e entender as pessoas (PFEFFER, 1993).

4 I METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 158), "é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema".

A revisão estruturada da literatura tem como objetivo realizar um mapeamento por meio da possibilidade de traçar uma trajetória sistemática das publicações com posterior análise aprofundada dos artigos relevantes que discutem os constructos (SANTOS; MALDONADO; SANTOS, 2011).

A busca foi realizada na base *Scopus*, que abrange pesquisas em diferentes áreas com periódicos reconhecidos pela comunidade científica internacional, o mês de realização foi julho de 2019 e a estratégia de busca foi *("leadership" AND "absorptive capacity")* com ocorrência no título, resumo e palavras-chave. Sem a restrição de filtros, o resultado foram 55 publicações das quais os dados foram exportados para o *Software Excel,* para gerenciamento e análise dos artigos.

Verificou-se uma tendência de crescimento das pesquisas sobre o tema ao longo do tempo. A maioria dos artigos é proveniente dos Estados Unidos (12) e do Reino Unido (11), não havendo artigos de autoria brasileira, com os termos pesquisados, registrados na base neste período.

Em seguida foi realizada a análise dos artigos encontrados na Base Scopus, que consistiu na leitura de todos os títulos e resumos da etapa anterior que, de acordo com os critérios de relação específica com os temas propostos. A consequência foi a seleção de 23 artigos que foram lidos em sua totalidade.

5 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a seleção dos artigos que comporiam a revisão sistemática da literatura, estes foram classificados e categorizados. O resultado fica caracterizado pelas seguintes métricas: 2018 como ano de maior publicação; a maior parte dos artigos apresenta o método quantitativo; os autores mais citados são García-Morales, Lloréns-Montes e Verdú-Jover (2008) e, como assunto central, tem-se o estilo de liderança transformacional.

As perspectivas das análises individuais, registradas pelos autores, realizam um paralelo com temas complementares ao afirmar que a liderança exerce influência direta e significativa sobre a CA e por meio do Compartilhamento do Conhecimento (CC), resultando na melhoria da inovação e do desempenho organizacional (DASPIT; RAMACHANDRAN;

D'SOUZA, 2014; LEE; LEE; PARK, 2014; MCADAM; REID; SHEVLIN, 2014; ARBATANI; MOHAMMADPOUR, 2016; SUPARTHA; RATIH, 2017; CHANG *et al.*, 2018; CHANG *et al.* 2019; SLAVEC GOMEZEL; RANGUS, 2019). Não obstante, o estudo de Supartha e Ratih (2017) com Indústrias de Pequenos Artesãos não identificou relação direta da liderança com o aumento da CA, ressaltando a exigência da mediação do CC.

De modo complementar, a falta de CA pode determinar o sucesso da implementação de práticas de gestão como a liderança, havendo dessa maneira uma interação mútua entre os construtos (PÉREZ-ARÓSTEGUI; SOUSA; LLORÉNS-MONTES, 2009).

Aspectos da liderança como o incentivo à motivação, a preocupação com as necessidades pessoais da equipe, a criação de novas oportunidades de aprendizagem associada às condições de apoio e a inspiração de esforços individuais, o estímulo ao desenvolvimento intelectual, à autoconfiança e à conscientização promovem a melhoria da capacidade da aprendizagem (ARBATANI; MOHAMMADPOUR, 2016). Neste sentido, Rai e Prakash (2016) propõem a influência da CA pela liderança servidora, pois esta desenvolve relações de cooperação, produzindo maior diálogo entre seus seguidores e disseminação de conhecimento.

Comportamentos do líder como liderar pelo exemplo, tomada de decisão participativa, *coaching*, informar e demonstrar preocupação consistem em elementos de empoderamento que proporcionam um aumento significativo na CA e os treinamentos para líderes devem abranger tais técnicas de empoderamento em situações da vida real (LEE; LEE; PARK, 2014). A liderança empoderadora é capaz de influenciar o comportamento dos funcionários da empresa, motivando-os a reproduzir o mesmo comportamento dos líderes em suas buscas por novos conhecimentos externos, favorecendo resultados inovadores por estimular a capacitação e a motivação dos funcionários para poderem tomar decisões independentes (NAQSHBANDI; TABCHE, 2018).

Ramachandran (2018) ressaltou a importância da liderança estratégica como facilitadora do conhecimento para a GC das organizações e sustentam, a partir de uma estrutura conceitual, que diferentes tipos de sucessão do CEO podem focar e dar preferência para diferentes aspectos do processo de GC. Assim, este autor entende a CA como uma capacidade dinâmica facilitadora da GC e a sucessão de CEO como um gatilho de ativação dos processos de GC envolvidos na CA.

Os líderes devem adotar um comportamento participativo, impulsionando o envolvimento dos funcionários na tomada de decisões, incentivando os debates nas reuniões e o uso de *brainstorming*, uma vez que isto promove oportunidades para o CC e estimula a inovação, por meio do aumento da capacidade absortiva dos funcionários, que conseguirão acessar informações que possibilitam assimilar e usar novos conhecimentos de forma autônoma e independente (CHANG *et al.*, 2019).

Para Sun (2010), o impacto da liderança sobre a GC depende de uma plataforma de rotinas e processos construídos para desenvolver as capacidades organizacionais,

dentre elas a capacidade de absorção do conhecimento. Os líderes devem criar ambientes favoráveis para promover a transferência de conhecimento, estabelecendo políticas que promovam uma cultura de transparência e confiança com incentivos baseados no alinhamento dos objetivos organizacionais (MATHERLY; AL NAHYAN, 2015).

Alguns estudos analisaram a influência de diferentes estilos de liderança sobre a CA, a saber, o transformacional e o transacional (SUN; ANDERSON, 2012; FLATTEN *et al.*, 2015; SHAFIQUE; BEH, 2016; DARWISH *et al.* 2018; YASEEN; AL-JANAYDAB; ALC, 2018).

Shafique e Beh (2016) atestaram que a liderança transformacional afeta a inovação tanto diretamente quanto indiretamente através da capacidade de absorção, porém a mesma relação não é significante no caso da liderança transacional. Darwish *et al.* (2018) identificaram um efeito mediador da liderança transformacional sobre a relação entre os processos de aprendizagem exploratória e transformativa da CA e a inovação.

Kash *et al.* (2014), Chang *et al.* (2018), Ferreras Méndez, Sanz Valle, e Alegre (2018), descreveram em seus trabalhos que a eficácia da Liderança Transformacional depende do nível da CA organizacional. Já García-Morales, Lloréns-Montes e Verdú-Jover (2008) e Darwish *et al.* (2018) apresentaram o impacto direto desta relação com os processos de aprendizado e de inovação.

Líderes transformacionais podem levar as empresas a obter níveis mais altos de CA, por estimularem a experimentação, a tomada de riscos, o diálogo e a interação com a comunidade externa (FERRERAS MÉNDEZ; SANZ VALLE; ALEGRE, 2018)

De acordo com García-Morales, Lloréns-Montes e Verdú-Jover (2008) tais líderes devem estar ativamente envolvidos no desenvolvimento de pessoas, serem bons mentores, capazes de orientar os membros da equipe em suas trajetórias profissionais, apoiando o desenvolvimento de suas capacidades de aprendizagem e inovação.

Segundo Chang *et al.* (2018), líderes transformacionais precisam melhorar a capacidade de absorção da empresa para adquirir, assimilar, transformar e explorar conhecimento para os fins comerciais. Para estes autores, treinamentos que geram estímulo para o CC nas equipes e práticas como *job rotation* foram identificadas como fatores de melhoria da CA, o que asseguraria o contínuo CC e a melhoria dos resultados.

Contrariamente à lógica convencional, Wang, Zhao, e Zhou (2018) verificaram uma relação negativa entre a liderança transformacional e os incentivos à inovação em sua pesquisa realizada com empresas automotivas da China. Os autores explicaram que questões culturais são a principal causa para este resultado, pois a consideração pessoal e o apoio dos líderes possuem grande importância para os chineses e qualquer percepção de favoritismo ou falta de transparência podem gerar desconfortos no ambiente de trabalho, dificultando assim os incentivos à inovação.

Para um melhor conhecimento das possíveis lacunas de pesquisa sobre o tema tratado neste estudo, foram analisadas as sugestões de trabalhos futuros dos artigos selecionados

na revisão sistemática da literatura verificando-se que a maioria possui limitações referentes ao local de aplicação da pesquisa (tipo de empresa, país) e recomendam que a mesma seja expandida para outras localidades e contexto organizacional. Os autores também sugerem que, para analisar o fenômeno ao longo do tempo, estudos longitudinais sejam realizados para avaliar as diversas relações entre liderança, CA, GC, inovação, desempenho, dentre outros.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa com a análise sistemática da literatura sobre a liderança e a capacidade absortiva, este trabalho disponibiliza um mapeamento da produção científica internacional sobre os temas e agrega informações úteis para a desenvolvimento de novos estudos e publicações sobre o assunto.

Não foram observadas a existência de outros artigos estruturados como revisão sistemática da literatura que tratassem da relação entre a CA e a liderança, comprovando-se, assim, a originalidade do artigo.

Os resultados da análise dos artigos mostraram que há uma interação mútua entre os construtos da capacidade absortiva e liderança. Contudo, a influência da liderança sobre a CA tem maior relevância pela quantidade de estudos.

A pesquisa sobre os estilos de liderança não foi o propósito dessa pesquisa, contudo à medida que os artigos foram analisados, esse resultado surgiu de forma natural em função das diferentes perspectivas abordadas pelos diversos autores, o que permite concluir que o estilo de liderança transformacional recebeu maior destaque nos trabalhos analisados e a sua relação positiva com a CA foi comprovada nos estudos, com exceção de apenas um que observou uma possível influência negativa da cultura sobre a relação entre a liderança transformacional e a CA.

Futuros estudos podem ampliar a pesquisa em diferentes bases, tanto internacionais como nacionais, por meio da realização de comparações das combinações dos diferentes achados que foram compilados neste trabalho. Além disso o cruzamento com outras palavras-chaves pode ser incluído para uma amostra mais específica e para verificação do impacto das etapas da CA, das fases da GC e dos diferentes estilos de liderança contidos na literatura atual.

Em suma, os resultados apresentados neste trabalho confirmaram a relação existente entre os constructos e o potencial de exploração das informações disponibilizadas pode ser utilizado para nortear pesquisadores que forem realizar seus estudos no assunto exposto.

REFERÊNCIAS

ARBATANI, T. R.; MOHAMMADPOUR, A. Presenting a model for innovation excellence in the Islamic Republic of Iran TV. **International Journal of Applied Business and Economic Research**, v. 14, n. 3, p. 1851-1864, 2016.

AVOLIO, B. J.; WALUMBWA, F. O.; WEBER, T. J. Leadership: Current Theories, Research, and Future Directions. **Annual Review of Psychology**, v. 60, p. 421-449, 2009.

BASS, B.; AVOLIO, B. **Multifactor Leadership questionnaire**: Manual and Sampler. California, Mind Garden: Academic Press, 2004.

BASS, B. M.; BASS, R. **Handbook of Leadership**: Theory, research, and application (1ª ed). New York: Free Press, 2008.

BERGAMINI, C. Liderança: a administração do sentido. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 102–114, 1994.

BIRASNAV, M. Knowledge management and organizational performance in the service industry: The role of transformational leadership beyond the effects of transactional leadership, **Journal of Business Research**, v. 67, n. 8, p. 1622-1629, 2014.

CHANG, Y. Y.; CHAO, W. C.; CHANG, C. Y.; CHI, H. R. Transformational leadership influence on unit performance: Cross-level moderated mediation evidence. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 39, n. 4, p. 554-571, 2018.

CHANG, Y. Y.; HODGKINSON, I.; HUGHES, P.; CHANG, C. Y. The mediation between participative leadership and employee exploratory innovation: Examining intermediate knowledge mechanisms. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 40, n. 3, p. 334-355, 2019.

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Innovation and learning: The two faces of R&D. **The Economic Journal**, v. 99, n. 397, p. 569-596, 1989.

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 128-152, 1990.

DARWISH, T. K.; ZENG, J.; REZAEI ZADEH, M.; HAAK-SAHEEM, W. Organizational Learning of Absorptive Capacity and Innovation: Does Leadership Matter? **European Management Review**, 2018.

DASPIT, J. J.; RAMACHANDRAN, I.; D'SOUZA, D. E. TMT shared leadership and firm performance: Investigating the mediating role of absorptive capacity. **Journal of Managerial Issues**, v. 26, n. 3, p. 219-239, 2014.

DONATE, M. J.; DE PABLO, J. D. S. The role of knowledge-oriented leadership in knowledge management practices and innovation. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 2, p. 360-370, 2015.

FERRERAS MÉNDEZ, J. L.; SANZ VALLE, R.; ALEGRE, J. Transformational leadership and absorptive capacity: an analysis of the organisational catalysts for this relationship. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 30, n. 2, p. 211-226, 2018.

FLATTEN, T.; ADAMS, D.; BRETTEL, M. Fostering absorptive capacity through leadership: A cross-cultural analysis. **Journal of World Business**, v. 50, n. 3, p. 519-534, 2015.

GARCÍA-MORALES, V. J.; LLORÉNS-MONTES, F. J.; VERDÚ-JOVER, A. J. The effects of transformational leadership on organizational performance through knowledge and innovation. **British Journal of Management**, v. 19, n. 4, p. 299-319, 2008.

KASH, B. A.; SPAULDING, A., GAMM, L. D.; JOHNSON, C. Leadership, culture, and organizational technologies as absorptive capacity for innovation and transformation in the healthcare sector: A framework for research. **Change Management**, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2014.

LANE, P. J.; KOKA, B. R.; PATHAK, S. The reification of absorptive capacity: A critical review and rejuvenation of the construct. **Academy of management review**, v. 31, n. 4, p. 833-863, 2006.

LEE, J.; LEE, H.; PARK, J. G. Exploring the impact of empowering leadership on knowledge sharing, absorptive capacity and team performance in IT service. **Information Technology & People**, v. 27, n. 3, p. 366-386, 2014.

MAGNIER-WATANABE, R.; BENTON, C.; SENOO, D. A study of knowledge management enablers across countries Knowledge Management Research & Practice. **Operational Research Society**, v. 9, n. 1, p. 17–28, 2011.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATHERLY, L. L.; AL NAHYAN, S. S. Workplace quotas: Building competitiveness through effective governance of national-expatriate knowledge transfer and development of sustainable human capital. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 23, n. 3, p. 456-471, 2015.

MCADAM, R.; REID, R.; SHEVLIN M. Determinants for innovation implementation at SME and inter SME levels within peripheral regions. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research**, v. 20, n. 1, p. 66-90, 2014.

NAQSHBANDI M. M.; TABCHE I. The interplay of leadership, absorptive capacity, and organizational learning culture in open innovation: Testing a moderated mediation model. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 133, p. 156-167, 2018.

PALISZKIEWICZ, J.; GOŁUCHOWSKI, J.; KOOHANG, A. Leadership, trust, and knowledge management in relation to organizational performance: Developing an instrument. **The Online Journal of Applied Knowledge Management**, v. 3, n. 2, p. 19-35, 2015.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences**: a practical guide. Malden USA: Blackwell Publishing, 2006.

PÉREZ-ARÓSTEGUI, M. N.; SOUSA, R.; LLORÉNS-MONTES, J. Quality management practices as a forerunner of absorptive capacity: An empirical study. **Investment Management and Financial Innovations**, v. 6, n. 3, p. 264-272, 2009.

PFEFFER, J. Managing with power: Politics and influence in organizations. **Harvard Business Press**, 1992.

RAI, R.; PRAKASH, A. How do servant leaders ignite absorptive capacity? the role of epistemic motivation and organizational support. **Journal of Work and Organizational Psychology**, v. 32, n. 2, p. 123-134, 2016.

RAMACHANDRAN, I. Triggering absorptive capacity in organizations: CEO succession as a knowledge enabler. **Journal of Knowledge Management**, v. 22, n. 8, p. 1844-1864, 2018.

SANTOS, J. L. S.; MALDONADO, M. U.; SANTOS, R. N. M. Inovação e conhecimento organizacional: um mapeamento bibliométrico das publicações científicas até 2009. **Organizações em Contexto**, v. 7, n. 13, p. 31-58, 2011.

SENGE, P. It's the learning: The real lesson of the quality movement. **The Journal for Quality and Participation**, v. 22, n. 6, p. 34, 1999.

SHAFIQUE I.; BEH L.-S. The role of leadership styles to promote innovation: Empirical evidence from a developing country. **International Journal of Business Research**, v. 16, n. 1, p. 23-38, 2016.

SLAVEC GOMEZEL, A.; RANGUS, K. Open innovation: it starts with the leader's openness. **Innovation: Organization and Management**, p. 1-19, 2019.

STRAPASSON, M. Liderança Transformacional na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, n. 2, p. 228-233, 2009.

SUN, P. Five critical knowledge management organizational themes. **Journal of Knowledge Management**, v. 14, n. 4, p. 507-523, 2010.

SUN, P. Y. T.; ANDERSON, M. H. The combined influence of top and middle management leadership styles on absorptive capacity. **Management Learning**, v. 43, n. 1, p. 1-27, 2012.

SUPARTHA W. G.; RATIH I. A. D. K. Antecedents of absorptive capacity: A proof of proposition. **Journal of Business and Retail Management Research**, v. 11, n. 4, p. 90-107, 2017.

TEECE, D. J.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic management journal**, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.

TODOROVA, G.; DURISIN, B. Absorptive capacity: Valuing a reconceptualization. **Academy of management review**, v. 32, n. 3, p. 774-786, 2007.

VACCARO, I. G.; JANSEN, J. J.; VAN DEN BOSCH, F. A.; VOLBERDA, H. W. Management innovation and leadership: The moderating role of organizational size. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 1, p. 28-51, 2012.

VAITKEVIČIUS, V. Lyderystės vaidmuo formuojant žinių valdymui palankią organizacijos kultūrą: atvejo analizė. **Informacijos mokslai**, v. 76, p. 123-138, 2016.

WANG L.; ZHAO J. Z.; ZHOU K. Z. How do incentives motivate absorptive capacity development? The mediating role of employee learning and relational contingencies. **Journal of Business Research**, v. 85, p. 226-237, 2018.

YASEEN, S. G.; AL-JANAYDAB, S.; ALC, N. A. Leadership styles, absorptive capacity and firm's innovation. **International Journal of Knowledge Management**, v. 14, n. 3, p. 82-100, 2018.

YUKL, G. Managerial Leadership: A Review of Theory and Research. **Journal of Management**, v. 15, n. 2, p. 83-86, 1989.

ZAHRA, S. A.; GEORGE, G. Absorptive capacity: A review, reconceptualization, and extension. **Academy of management review**, v. 27, n. 2, p. 185-203, 2002.

ZHU, W.; AVOLIO, B., RIGGIO, R.; SOSIK, J. The effect of authentic transformational leadership on follower and group ethics. **Leadership Quarterly**, v. 22, n. 5, p. 801–817, 2011.

CAPÍTULO 9

CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 21/01/2021

Tomas Matheus Giacomel de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel – Paraná
https://orcid.org/0000-0001-8268-1847

Priscila dos Santos Schiavo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel – Paraná
https://orcid.org/0000-0002-3638-2843

Denis Dall'Asta
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel – Paraná
https://orcid.org/0000-0002-2624-3364b2

Clóvis Fiirst
Universidade Regional de Blumenau
Blumenau – Santa Catarina
https://orcid.org/0000-0002-9415-104X

RESUMO: O presente artigo objetivou analisar a resiliência financeira dos municípios paranaenses que vivenciaram constantes ocorrências de eventos climáticos que acarretaram inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Foram identificados 24 municípios que apresentaram uma tendência cíclica de tais eventos no período compreendido de 2013 a 2018 e como estes geraram resiliência financeira após as contingências. Analisou-se, por meio de análise de conteúdo, os fatores financeiros e não financeiros que impactaram a geração de resiliência desses municípios. Com base nos dados levantados foi possível constatar que grande parte dos municípios adotaram algumas medidas de gestão de riscos para a previsibilidade e o enfrentamento de desastres ambientais, visando atenuar seus impactos, e demonstrando assim a busca pela resiliência. No entanto, se tratando de resiliência financeira municipal, frente a ocorrência de tais desastres, percebe-se que estes entes, ressalvadas exceções, não estão destinando recursos em seus orçamentos, capazes de atenuar os impactos dos desastres e proporcionar a oferta de bens e serviços necessários à população.

PALAVRAS - CHAVE: Resiliência Financeira; Desastres Climáticos; Municípios Paranaenses.

THE FALL, THE RISE AND THE RECOVERY: FINANCIAL RESILIENCE OF MUNICIPALITIES OF PARANÁ FACING CLIMATE DISASTERS

ABSTRACT: The present article aimed to analyze the financial resilience of the municipalities of Paraná that experienced constant occurrences of climatic events that caused inundation, flooding, overflow, floods, and landslides. Twenty-four municipalities were identified that presented a cyclical trend of such events in the period from 2013 to 2018 and how they generated financial resilience after the contingencies. The financial and non-financial factors that impacted the generation of resilience in these municipalities were analyzed through content analysis. Based on the data collected, it was possible to verify that a large part of the counties adopted some

risk management measures for predictability and facing environmental disasters, aiming to mitigate their impacts, and thus demonstrating the search for resilience. However, when it comes to municipal financial resilience facing the occurrence of such disasters, it is clear that these entities, with exceptions, are not allocating resources in their budgets, capable of mitigating the impacts of disasters and providing a supply of goods and services to the population.
KEYWORDS: Financial Resilience; Climate Disasters; Municipalities of Paraná.

1 I INTRODUÇÃO

Cidades Resilientes são aquelas precavidas, que mitigam antecipadamente os impactos dos desastres, sejam estes decorrentes de eventos contingentes ou induzidos pela ação humana, através de medidas de monitoramento e alerta para a proteção dos indivíduos; da infraestrutura; do capital econômico e de patrimônios culturais e ambientais (UNISDR, 2012).

De acordo com Silva, Turra e Petry (2015) os entes públicos, para serem considerados resilientes, devem garantir adaptabilidade, capacidade de absorver perturbações e recuperar-se frente às adversidades. Segundo os autores, as cidades resilientes são aquelas preparadas para manterem suas funcionalidades e promoverem melhorias constantes de seu ambiente social, econômico e ambiental. Assim, diante de eventos climáticos, é perceptível a necessidade dos municípios se tornarem resilientes.

Estudos desenvolvidos em torno dessa temática buscaram compreender como a ocorrência de desastres ambientais impactam nas finanças públicas, e consequentemente na resiliência financeira municipal. O estudo de Lopes e Costas (2017) trataram da vulnerabilidade das finanças municipais quanto aos desastres naturais; o de Nina e Szlafsstein (2014) analisaram os desastres ambientais e o desempenho orçamentário e o de Freitas et al. (2012) abordaram a vulnerabilidade socioambiental, a redução de riscos causados por desastres e a construção de resiliência.

Tendo em vista os transtornos ocasionados por inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos, o presente estudo é relevante, pois contempla tais questões climáticas conjuntamente com a resiliência financeira municipal. Assim, é possível obter maior compreensão quanto aos impactos destes eventos climáticos e, consequentemente, a respeito da necessidade dos municípios, que tendem a sofrer com desastres cíclicos desta natureza, adotarem medidas de prevenção de riscos, quanto aos recursos públicos, para não comprometer o bem-estar social e a oferta de bens e serviços públicos, requeridos neste cenário.

Diante dos estudos apresentados e da oportunidade de aprofundamento nas discussões a respeito dos impactos causados por desastres climáticos nas finanças municipais e da ausência de definição clara dos mecanismos que contribuem para o desenvolvimento da resiliência, conforme exposto por Silva, Turra e Petry (2015), apresenta-

se a seguinte questão de pesquisa: ***Como a ocorrência cíclica de desastres climáticos relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos impactam na resiliência financeira dos municípios paranaenses?***

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar os mecanismos de gestão de riscos adotados pelos gestores municipais para atingir a resiliência financeira nos municípios paranaenses que sofrem com a ocorrência de eventos climáticos contínuos relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Para tanto, especificamente, o estudo objetiva levantar os municípios que sofrem com tais desastres, de forma cíclica, coletar seus indicadores relativos à resiliência financeira municipal, e por fim, avaliar a previsibilidade de disponibilidade de recursos para este fim e a capacidade dos municípios se recuperarem na ocorrência destes eventos climáticos.

Desse modo, o estudo contribui para a comunidade científica, para gestores públicos e para a sociedade, ao tratar da resiliência municipal, observando como os municípios que sofrem com estes desastres, em decorrência de eventos climáticos, de maneira cíclica, se comportam quanto aos seus indicadores e ações para a prevenção ou para o suprimento das necessidades da população, em uma possível ocorrência destes eventos e sua capacidade de recuperar-se frente aos prejuízos gerados.

O estudo está estruturado em cinco seções, das quais se tem essa introdução, a revisão da literatura, a metodologia, a análise e discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

A resiliência pode ser entendida como a capacidade que determinado ente possui para enfrentar determinadas situações, mantendo suas funções e estruturas, ou seja, sua capacidade de adequar-se, adaptar-se e se reorganizar diante de eventos de impacto (VEIGA, 2010). Para tanto, tal resiliência pode ser atrelada a fatores financeiros e em decorrência de eventos climáticos.

Uma cidade resiliente é aquela que oferece condições de segurança à população frente aos impactos causados por desastres ambientais; na qual o governo se importa com uma urbanização sustentável; incorporando tecnologias de monitoramento e alerta; investindo em recursos que possam prevenir incidentes e implementando estratégias de gestão que permitem a reconstrução material, ambiental, social e cultural dos danos causados durante e após contingências (UNISDR, 2012).

Estudos recentes como de Pinheiro, Ferentz e Fonseca (2019) mencionam que 1.332 ocorrências de emergências ambientais foram relatadas no Paraná entre 1980 a 2017, atingindo 201 municípios e afetando 662.852 pessoas. Os autores destacam os municípios com maior número de ocorrências, sendo eles, Curitiba (115), Paranaguá (72), Guaratuba (71), São José dos Pinhais (50) e Ponta Grossa (49).

Garcias, Ferentz e Pinheiro (2019) analisaram a gestão municipal de proteção e defesa civil do município de União da Vitória no Paraná, município que, segundo estes, apresenta o maior número de ocorrências de inundação do estado, e obtiveram o percentual de 52,5% de resiliência da cidade no enfrentamento de tais desastres e observaram uma forte cultura de convivência com as enchentes, argumentando que mesmo com a grande frequência de cheias, há construção de novas residências nas proximidades do rio e permanece a falta de capacitação dos moradores.

Nesse mesmo enfoque, Ferentz, Fonseca e Pinheiro (2018), com o intuito de verificar a eficácia do Plano de Contingência e de Proteção e Defesa Civil do município de Palmeira no Paraná, analisaram os dados expostos no Plano Município e concluíram que os Planos de Contingência são importantes para ajudar as equipes locais na ocorrência de desastres, mas estes estão desatualizados e com informações que não correspondem às realidades locais.

Dando sequência no estudo, Ferentz, Pinheiro e Garcias (2019) propuseram um instrumento denominado Indicador de Preparação para este município com o objetivo de verificar a gestão municipal, chegando à conclusão que este instrumento é capaz de apontar os setores que precisam de mudanças para precaução de desastres.

Além disso, a ocorrência de desastres ambientais gera aos municípios afetados prejuízos econômicos públicos, que está relacionado ao interrompimento ou prejuízo aos serviços básicos prestados, em decorrência de desastres, e os chamados prejuízos econômicos privados, pertinentes às perdas na indústria, agricultura, pecuária e serviços (COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, 2015).

Com base nos estudos expostos percebe-se a necessidade dos municípios adotarem medidas relacionadas à capacidade de resiliência dos entes públicos. Para tanto é fundamental que os municípios, para atingir a resiliência, na iminência de desastres climáticos, adotem medidas de gestão de riscos, voltados especialmente para a previsibilidade de ocorrência de gastos com os desastres ambientais, objetivando reduzir o impacto destes, nas finanças municipais (LOPES; COSTA, 2017).

A gestão de riscos, voltada aos desastres ambientais, se relaciona às políticas de prevenção de ocorrências e a limitação das consequências, envolvendo um conjunto de medidas para o desenvolvimento da resiliência para responder adequadamente à ocorrência de desastres, com monitoramento, antecipação da ocorrência e adaptação aos mesmos, mantendo a funcionalidade da estrutura pública (FREITAS et al., 2012).

Conforme expõe Nina e Szlafsstein (2014), a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que todos os entes públicos devem prever reservas de contingências, destinadas especialmente para a precaução quanto a riscos fiscais, considerados prováveis. Entre os riscos fiscais prováveis, tem-se a possibilidade de ocorrência de eventos climáticos (LOPES; COSTA, 2017), os quais são mais previsíveis em municípios que demonstram tendência cíclica para a ocorrência de tais eventos.

Em relação aos eventos ambientais objetos deste estudo — inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos — o Manual de Desastres Naturais elaborado por Castro (2003) prevê as seguintes medidas preventivas: Previsão de Inundações; Zoneamento; Construção de Habitações Diferenciadas; Projetos Comunitários de Manejo Integrado de Microbacias ; Obras de Perenização e de Controle das Enchentes; Barragens Reguladoras; Obras de Desenrocamento, Desassoreamento e de Canalização; Canais de Derivação e de interligação de Bacias; Diques de Proteção e Medidas para Otimizar a Alimentação do Lençol Freáticos.

Diante dos estudos expostos, espera-se que os municípios com tendência cíclica a ocorrência de eventos climáticos, oriundos de fortes chuvas, adotem medidas de gestão de riscos voltadas especialmente a resiliência financeira municipal. Dentre essas medidas esperadas destacam-se: (i) Plano Diretor que contemple medidas de prevenção desses eventos; (ii) Legislações específicas nas quais constem medidas de prevenção tais como Lei de Uso e Ocupação do Solo; (iii) Mapeamento de áreas de riscos; (iv) Programas Habitacionais para realocação de população em área de risco; (v) Mecanismos de Controle e Fiscalização; (vi) Planos de Contingência; (vii) Projetos de Engenharia relacionados ao evento; (viii) Sistema de Alerta de desastres e (ix) Possua órgãos como Unidades de Corpo de Bombeiros, Coordenação Municipal de Defesa Civil e Núcleo de Defesa Civil.

3 I METODOLOGIA

O delineamento da pesquisa, de acordo com as classificações propostas por Raupp e Beuren (2009) é descritiva, quanto aos objetivos, tendo em vista que se pretende descrever as variáveis, sem interferir na sua realidade, documental, por utilizar dados secundários disponíveis em meios eletrônicos como fonte para cálculo das variáveis de análise, e predominantemente qualitativa, por utilizar-se da análise de conteúdo destes documentos.

A unidade de análise da pesquisa, consiste nos municípios paranaenses que sofrem com eventos climáticos de forma cíclica, ou seja, àqueles em que um determinado evento tende a ocorrer com certa frequência. Para o presente estudo adotou-se como base para análise os municípios paranaenses que tiveram pelo menos um desastre, por ano, relacionados a enxurradas, inundações, enchentes, alagamentos e deslizamentos, no período de 2013 a 2018. Contudo, aceitou-se na amostra alguns municípios que, embora em um dos anos não tenha registros de eventos desta natureza, demonstraram, nos demais anos, frequência na ocorrência de um mesmo evento, demonstrando a tendência cíclica de ocorrência de desastres climáticos.

Esse recorte se dá pelo fato de que tais municípios tendem a continuar apresentando estes eventos, uma vez que, apresentam eventos de mesma natureza, relacionados, especialmente, a fortes chuvas de forma cíclica, e assim, contribuem para se atingir os objetivos do estudo em verificar a resiliência financeira municipal, na presença de desastres

climáticos que ocorrem com certa frequência.

Diante dos critérios expostos para delimitação da amostra, compõem o estudo, baseado nos dados da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (2019), os seguintes municípios com a quantidade de suas respectivas ocorrências relacionadas aos eventos objeto de estudo no período de análise: Almirante Tamandaré (15); Araucária (14); Campina Grande do Sul (8); Campo Largo (12); Carambeí (6); Curitiba (34); Foz do Iguaçu (14); Francisco Beltrão (19); General Carneiro (9); Guarapuava (15); Guaraqueçaba (8); Londrina (10); Manfrinópolis (7); Marquinho (6); Moreira Sales (7); Paranaguá (13); Piraquara (11); Ponta Grossa (17); Quatro Barras (9); Querência do Norte (22); Rio Negro (7); São José dos Pinhais (16); São Miguel do Iguaçu (11) e Siqueira Campos (9).

Definida a amostra, buscou-se dados financeiros e orçamentários dos municípios, em seus respectivos portais de transparência e no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (2019), tais como demonstrativos contábeis, leis Orçamentárias e outros instrumentos que pudessem contribuir para a análise da resiliência financeira municipal, em decorrência de eventos climáticos. A partir destes, procedeu-se à análise de conteúdo das informações relativas a ações voltadas para a prevenção ou ao enfrentamento dos eventos climáticos.

Além disso, ao tratar de resiliência, observaram-se outras variáveis qualitativas e quantitativas, a fim de verificar como os municípios analisados estão tratando da prevenção, para que a população não tenha seu bem-estar comprometido pela ausência de políticas voltadas para as questões ambientais.

4 I DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados, está pautada na busca por compreender as medidas de gestão de riscos adotadas pelos entes municipais voltados para a previsibilidade e a veloz recuperação diante da ocorrência de desastres ambientais, especialmente relacionadas às finanças públicas. Tais indicadores possibilitam observar a resiliência destes diante de uma potencial ocorrência de desastres climáticos.

Com base nos dados da Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) pode-se fazer algumas ponderações a respeito da resiliência dos municípios. Inicialmente, vê-se que, com exceção de três municípios (Campina Grande do Sul, General Carneiro e Rio Negro), os demais entes analisados possuem alguma previsão legal quanto a mecanismos de prevenção de desastres ambientais, especialmente em seus planos diretores ou legislação específica. Além disso, os municípios, segundo a pesquisa, declaram possuir instrumentos para o gerenciamento de riscos em decorrência de eventos climáticos. Neste caso, todos declaram pelo menos um mecanismo relacionado aos eventos aqui analisados.

Entre os mecanismos citados com maior frequência para gestão de riscos,

destacam-se os mapeamentos de áreas de riscos de enchentes ou inundações; programas habitacionais para realocar a população de baixa renda; mecanismos de controle e fiscalização quanto a ocupação de áreas de riscos; planos de contingências e cadastros de riscos. Já os eventos relacionados a planos de engenharias pertinentes ao evento e os sistemas de alertas antecipados de desastres, foram pouco citados entre estes municípios. Além disso, dos 24 municípios analisados, 12 declararam ter pelo menos um dos seguintes órgãos: unidade do corpo de bombeiros, coordenação municipal de defesa civil ou núcleo de defesa civil.

Assim, percebe-se que, embora os eventos sejam imprevisíveis e praticamente impossíveis de serem controlados, os municípios que sofreram significativos impactos em decorrência de desastres, possuem mecanismos capazes de atenuar o reflexo destes para a população, seja em termos de danos físicos e materiais diretos, ou na oferta de bens e serviços pelo comprometimento das finanças municipais.

Na Lei de Diretrizes orçamentárias foi possível verificar a reserva de contingência dos municípios, a qual segundo a Lei Complementar n° 101 de 2000, cujo estabelecimento se dá na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é uma reserva destinada ao atendimento aos passivos contingentes e de outros riscos, bem como, eventos fiscais imprevistos (BRASIL, 2000). Entre os riscos fiscais tem-se a calamidade pública ou emergência por desastres ambientais (LOPES; COSTA, 2017).

Contudo, ao observar a referida lei percebe-se que os valores das reservas de contingência orçadas e seu percentual sobre a receita, não são muito representativos nesses municípios, sendo pequenos valores destinados a essas finalidades. Além disso, ao verificar os anexos de riscos fiscais, observa-se que boa parte desse valor é destinado a demandas judiciais, ficando uma parcela ainda menos significativa para outras contingências, nas quais se incluem as calamidades por eventos climáticos.

Com base no que expõem Lopes e Costa (2017) de que a gestão de riscos seria capaz de antecipar a necessidade de gastos com as calamidades e minimizar os impactos financeiros e orçamentários, tendo em vista que os municípios resilientes teriam estas previsões no orçamento, levantam-se as peças orçamentárias municipais, para se identificar a previsibilidade de destinação de recursos para gestão ambiental, especialmente ações voltadas a desastres naturais. É válido ressaltar que nem todos os municípios da amostra possuíam as legislações ou os anexos em seus sites e portais da transparência, ficando a análise restrita aqueles cujas informações estavam disponíveis.

Uma tendência observada entre os municípios é a de que os recursos destinados às questões ambientais, visam a manutenção da secretaria ou departamento específico. Entre as atividades mais observadas para a destinação destes recursos, além da manutenção administrativa, estão a coleta e destinação de resíduos sólidos; manutenção do fundo de proteção ao meio ambiente e a manutenção e preservação dos recursos ambientais, tais como, parques ecológicos, rios e demais áreas de preservação. Embora essas previsões

orçamentárias possam ser meios de atenuar os impactos gerados por eventos climáticos, percebe-se que esta não é a finalidade específica das ações.

Ações específicas relacionados à prevenção de ocorrência de eventos ambientais e ações destinadas a atenuar o impacto destes potenciais eventos sobre a população, reduzindo o impacto destes, nas finanças públicas municipais, por apresentar previsão orçamentária, foram observadas em apenas alguns municípios. Ações voltadas à recuperação de áreas com problemas ambientais; a implantação de planos de gestão ambiental; controle ambiental e programas de desocupação de áreas de riscos, são ações que demonstram a preocupação com as questões relacionadas à destinação de recursos para a minimização dos impactos de desastres ambientais. Cabe ressaltar que os recursos destinados a essas atividades apresentam baixos índices, se comparados a outras áreas.

Exemplos dessas ações, voltadas a projetos de infraestrutura e programas de desocupação de áreas de riscos, foram realizadas nos municípios de Almirante Tamandaré e Araucária. Em outubro de 2018, no município de Almirante Tamandaré, a prefeitura abriu o aterramento feito no rio pelos próprios moradores, que causou uma enchente. Logo após o evento a prefeitura fez investimentos em pavimentações, drenagens, sistemas de galerias de águas pluviais e outras obras, no montante de aproximadamente R$5,2 milhões onde existiam problemas de drenagem (PREFEITURA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2018a; 2018b; 2018c).

Na cidade de Araucária, para regularizar a área de ocupação realizada de forma irregular, e que em partes possuíam famílias em locais de riscos de alagamento, a prefeitura fez inúmeras intervenções, como pavimentação, galerias de águas pluviais, rede de esgoto e outras obras, sendo que o processo levou mais de 10 anos para se regularizar e custou mais de R$7 milhões, sendo que na área onde estavam as 174 famílias sujeitas a alagamentos foi construído um parque urbano para lazer dos moradores e parte da vegetação do local foi recuperada (BARBOZA, 2019).

Como exemplo de atividade voltada a resiliência observada nas peças orçamentárias têm-se os casos de Londrina e Curitiba que destacaram em seus Planos Plurianual (PPA) que realizarão ações voltadas a preparar a defesa civil municipal para a redução de desastres e no apoio às comunidades que forem atingidas por eventuais desastres. Além dessas, em Curitiba, tem-se a previsão de recursos para potenciais desastres e execução de atendimento emergencial. Outro exemplo é o município de Foz do Iguaçu que em seu PPA possui ação específica relacionada a fornecer suporte de suprimentos e equipamentos para o desenvolvimento de atividades de atendimento às vítimas de sinistros e eventos climáticos.

Destarte isso, observa-se que as ações e programas de governos, contidos nas peças orçamentárias, dos municípios, voltados para prevenção e o enfrentamento de eventos climáticos, e que consequentemente, demonstram a resiliência destes, a fim de atenuar os impactos dos eventos para a população e para a condição financeira municipal,

são pontuais em alguns entes. De modo geral, os municípios, mesmo que apresentem eventos climáticos de forma cíclica, não tendem a destinar recursos específicos, além das reservas de contingências, para a prevenção ou enfrentamento de desastres.

Constatação semelhante a esta, pode ser observada no estudo de Lopes e Costa (2017), os quais ressaltam que os municípios analisados demonstraram baixa adesão à gestão de riscos, e consequentemente, tendiam a apresentar uma vulnerabilidade fiscal elevada. Não obstante, no artigo citado os autores demonstraram que a atuação do gestor é tornada mais crítica em casos onde a previsibilidade da ocorrência de eventos é maior, tendo em vista sua regularidade.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar os mecanismos de gestão de riscos adotados para atingir a resiliência financeira nos municípios que sofrem com a ocorrência de eventos climáticos constantes relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Para tanto, realizou-se uma análise de conteúdo nos documentos dos municípios que apresentaram frequência na ocorrência destes desastres, assumindo que estes têm maior previsibilidade quanto a ocorrência destes.

Inicialmente esperava-se que os municípios com tendência à ocorrência de eventos climáticos frequentes, oriundos de fortes chuvas, apresentassem, em seus documentos, medidas de gestão de riscos voltadas especialmente a resiliência financeira municipal. Contudo, por meio da análise das informações das demonstrações contábeis, peças orçamentárias e dos dados da MUNIC realizada pelo IBGE, observou-se que não se tem uma forte tendência a medidas financeiras de gestão de riscos.

Percebe-se que os municípios, mesmo com maior tendência à ocorrência de desastres, não destinam grandes valores a reservas de contingências, que podem ser utilizadas em casos de calamidades. Pela pesquisa do IBGE, foi possível observar que as legislações municipais dos entes analisados possuem medidas para a prevenção de impactos à população dos desastres ambientais, além de adotarem alguns mecanismos para a gestão de riscos.

No que se refere à previsibilidade de destinação de recursos específicos para os casos de desastres ambientais, percebe-se, pela análise das peças orçamentárias municipais, que a prática é adotada pontualmente por alguns entes. Outros trabalham com programas genéricos que potencializam a destinação de recursos para áreas ambientais e que potencialmente atenuam os impactos de desastres.

Assim, observou-se que os municípios adotam algumas medidas de gestão de riscos para a previsibilidade e o enfrentamento de desastres ambientais, visando atenuar seus impactos, e demonstrando assim a busca pela resiliência. No entanto, ao tratar da resiliência financeira municipal frente a ocorrência de desastres climáticos, verificou-se que

estes entes, ressalvadas as exceções, não estão destinando recursos em seus orçamentos, capazes de atenuar os impactos dos desastres, sendo capazes de garantir a oferta de bens e serviços à população prejudicada. Assim, pode-se esperar que tais municípios tendem a estarem despreparados financeiramente para ocorrência de grandes impactos, fruto de eventos climáticos, o que pode comprometer a condição financeira municipal e o bem-estar social, na sua ocorrência.

O estudo limita-se à análise dos municípios selecionados para a pesquisa, com base nos critérios expostos, o que não permite que sejam feitas inferências para os demais entes. Além disso, foi realizada análise de conteúdo nos documentos levantados, em busca de informações pontuais a respeito da gestão de riscos, em busca da resiliência. Assim, a adoção de outros critérios de análise ou outras fontes de dados podem apresentar análises distintas.

Diante disso, sugere-se a continuidade das pesquisas que visem compreender o impacto dos desastres climáticos nas finanças municipais, com abordagens quantitativas. Além disso, sugere-se realizar estudos voltados à compreensão da resiliência em casos de eventos específicos que ocasionam grandes prejuízos, com vistas a compreender o processo de recuperação destes entes.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Waldiclei. Regularização do 21 de Outubro chega à última etapa. O popular do Paraná, Araucária, 17 de jan. de 2019. Disponível em: http://www.opopularpr.com.br/noticias/politica/regularizacao-do-21-de-outubro-chega-aultima-etapa/ . Acesso em 16 de jul. de 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Desastres**. Volume I. Desastres Naturais. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2003.

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. **Relatório anual:** Ações desenvolvidas em 2015, Defesa Civil, Paraná: 2015.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC). Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC). **Relatório de Ocorrências:** Ocorrências (globais) por Município, 2019.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES (UNISDR). **Como Construir Cidades Mais Resilientes** - Um Guia para Gestores Públicos Locais. Tradução de: How to Make Cities More Resilient - A Handbook for Mayors and Local Government Leaders. Genebra, Suíça: UNISDR, 2012.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; FONSECA, Murilo Noli da; PINHEIRO, Eduardo Gomes. Gestión de riesgo de desastres y los planes municipales de contingencia: estudio de caso en el municipio de Palmeira/PR. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2018.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; PINHEIRO, Eduardo Gomes; GARCIAS, Carlos Mello. Gestão de riscos e indicadores de preparação: estudo de caso no município de Palmeira/PR. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 243-262, 2019.

FREITAS, Carlos Machado de; CARVALHO, Mauren Lopes de; XIMENES, Elisa Francioli; ARRAES, Eduardo Fonseca; GOMES, José Orlando. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1577-1586, 2012.

GARCIAS, Carlos Mello; FERENTZ, Larissa Maria da Silva; PINHEIRO, Eduardo Gomes. A Resiliência como Instrumento de Análise da Gestão Municipal de Riscos e Desastres. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 2, p. 99-121, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. IBGE: 2017.

LOPES, Vitor Chagas; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Vulnerabilidade das finanças municipais às catástrofes naturais. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v.11, n.3, p. 212-236, 2017.

NINA, Alex Santiago; SZLAFSSTEIN, Cláudio Fabian. Efeitos de desastres naturais no desempenho orçamentário do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, 2014.

PINHEIRO, Eduardo Gomes; FERENTZ, Larissa Maria da Silva; FONSECA, Murilo Noli da. As Emergências Ambientais no Paraná e as Intersecções com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 2, p. 81-98, 2019.

PREFEITURA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. Prefeitura dá atendimento às famílias atingidas pelas chuvas. Almirante Tamandaré, 21 de out. de 2018a. Disponível em: http://tamandare.pr.gov.br/noticia/prefeitura-da-atendimento-as-familias-atingidas-pelaschuvas-8 . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

_____. Rua Estados Unidos sai do papel e se transforma em realidade. Almirante Tamandaré, 13 de dez. de 2018b. Disponível em: <http://tamandare.pr.gov.br/noticia/ruaestados-unidos-sai-do-papel-e-se transforma-em-realidade-8> . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

_____. Obras de pavimentação das ruas de São João Batista estão sendo executadas. Almirante Tamandaré, 06 de dez. de 2018c. Disponível em: http://tamandare.pr.gov.br/noticia/obras-de-pavimentacao-das-ruas-de-sao-joao-batistaestao-sendo-executadas-8 . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Marcia Zanievicz da; TURRA, Salete; PETRY, Jonas Fernando. **Eficiência de gestão e a capacidade de resiliência dos municípios do Vale do Itajaí/SC frente a eventos climáticos adversos**. XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatórios**. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/?classica=sim. Acesso em: 20 de jun. 2019.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

CAPÍTULO 10

CERÂMICA VIVA

Data de aceite: 22/03/2021

Isabela Frade
Universidade Federal do Espírito Santo
http://lattes.cnpq.br/057696830348730

RESUMO: O texto apresenta aspectos abrangentes sobre a arte cerâmica no âmbito acadêmico extensionista apontando a dupla natureza em seu caráter sociotécnico: (a) seu caráter prático envolvendo o aprendizado de técnicas e processos básicos de modelagem e moldagem em construção tridimensional, processos de secagem e queima na transformação material da argila em cerâmica e (b) seu caráter epistêmico e cognitivo, indicando coordenadas artísticas de determinados modelos culturais relevantes entre formas tradicionais e contemporâneas da arte cerâmica, na proposição de uma abordagem crítica sobre os processos que apontem o campo expandido da cerâmica no âmbito acadêmico, tomando como referência o ambiente extensionista praticado no Projeto Cerâmica Viva em duas décadas de experimentações e vivências.
PALAVRAS - CHAVE: Projeto de Arte, Cerâmica, Comunidade de Aprendizagem, Extensão Acadêmica.

LIVING CERAMICS

ABSTRACT: The text presents ceramic art's comprehensive aspects in the academic scope of extension, pointing out its dual sociotechnical nature: (a) its practical character involving the learning of basic modeling and molding techniques and process in three-dimensional construction, drying and firing processes in the material transformation of clay into ceramics and (b) its epistemic and cognitive character, indicating artistic coordinates of certain relevant cultural models between traditional and contemporary forms of ceramic art, by proposing a critical approach to the processes that point to its expanded field, taking as a reference the extension environment practiced within the academic Cerâmica Viva Project for two decades of experiments and living experiences.
KEYWORDS: Art Project, Ceramics, Learning Community, Academic Extension.

INTRODUÇÃO: A CERÂMICA COMO PROCESSO ARTÍSTICO NO AMBIENTE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM SUA DIMENSÃO VITAL

Sobre os aspectos teórico/práticos da cerâmica, podemos ressaltar que a relação entre as dimensões dos planos matéria/vida/corpo/pensamento/sociedade são integrados, entrelaçados nos poderes ativados do criar e imaginar. É inevitável, logo no primeiro contato, ao tomarmos uma bolota de barro nas mãos, sermos tomados por sua qualidade odorífera, sua umidade e maleabilidade, esse frescor perfumado de terra, que imediatamente ativa nosso corpo, pedindo respostas sensoriais. Por outro lado, ao amadurecermos no contato com

a história e a geografia desses saberes cerâmicos, sermos invadidos pelas imagens de muitos outras sociedades, em distintos tempos e espaços. Não há cultura que não tenha um trato com a cerâmica. É potencialmente, portanto, a história da humanidade que está em nossas mãos e chega até ao nosso pensamento.

Podemos dizer que foi o barro que produziu a humanidade ou, mais acertadamente, que a humanidade se produziu através do barro, pois vemos as primeiras marcas humanas pelas pegadas deixadas na lama como possíveis caminhos para a criação da imagens de representação e simbolismo. Na virada Neolítica, vemos a cerâmica surgir com a agricultura: quando o grão pode ser guardado, o trabalho foi preservado e acumulado, garantindo a fartura necessária para sustentar maiores grupamentos, a estabilidade da família e a superação das crises climáticas. Nas figuras das pequenas deusas ou mães ancestrais como hoje são identificadas as figuras esculpidas no campo do "divino feminino" (CAMPBELL, 2020), corpos em cerâmica modelada em amplo espectro imagético, apresentando o feminino em uma miríade de formas. Aparecem primeiro na região da Anatólia, por volta dos anos 6500 – 6000 AC e seguem revelando facetas sobre o humano em seus primórdios. "Em geral, pensa-se na Deusa apenas como uma deidade da fertilidade. Longe disso, Ela é musa. Ela inspira a poesia."(Op. cit. p. 69).

Algumas dessa imagens eram gravadas em pedra ou em ossos, mas a cerâmica, exigindo a transformação material na queima, nos aponta a um estágio de desenvolvimento técnico superior, índice de uma sociedade amadurecida na relação de vínculo com a terra, fonte do nascedouro da agricultura primitiva. O excedente, força contida e guardada, produziu a cultura e a arte em modos de agenciamento na comunicação, na comunhão, na interpretação do mundo e elaboração da linguagem. É um fato comentado pelas notáveis ceramistas Sílvia Costa e Eliane Penido (1999) que essas primeiras condições técnicas ainda presidem o labor cerâmico no contemporâneo, apesar do desenvolvimento de equipamentos sofisticados, com alcance em precisão computacional, que esses mesmos gestos de amassar o barro, modelá-lo com as mãos ou talvez com o torno, outro equipamento arcaico com pelo menos 5000 anos de referência (FRICKE, 1977), ainda sejam evocados e façam sentido como veículos de expressão hoje.

O barro é o material comum à toda a superfície do planeta, existindo com diferentes composições, colorações, graus de plasticidade e resistência. São solos oriundos de processos sedimentares, decompostos por atividade química ou mecânica do ambiente, oriundos de rochas feldspáticas (Op. Cit.). A plasticidade é resultado dos fluxos de água na matéria, que absorve e mantem a adesão das partículas em suspensão relativa, conferindo o atributo responsivo ao toque humano quando úmida e sua forma estável, quando seca. É um material de baixo custo por sua abundância e benéfico ao corpo humano no manuseio, consistindo em verdadeira terapia para muitas enfermidades, males físicos e/ou psíquicos podem ser mitigados com sua manuseação. Há muitas propriedades de certas lamas terapêuticas potencializadas com certos elementos químicos do solo, como o magnésio

ou o carvão.

Pelo aspecto cultural, reconhecemos, especialmente no Brasil e por toda a América Latina, exemplos notáveis de processos técnicos; porém, infelizmente, pouco conhecidos e divulgados por nossos historiadores da arte. Pela crítica descolonizante, reconhecemos na cerâmica uma forte aliada, uma vez que está presente em todos os espaços e modos, especialmente na arte popular e nas culturais arcaicas, constituindo um caminho interessante pelo campo multicultural através da reunião em conjunto de suas práticas.

Esses aspectos levantados são os principais motivos pelos quais nasceu o projeto em cerâmica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Educação, ao notarmos uma total ausência de conhecimento por parte dos colegas do Departamento de Educação Artística na época (1996) e, portanto, em uma instância complementar, extensionista. E designou-se Viva por pretender um diálogo com seus praticantes, em gerar um campo de relações entre pesquisadores, educadores, artistas e artesãos, fazendo da *Oficina da Terra* (assim chamou-se o seu primeiro laboratório) um espaço de trocas e aprendizado mútuo na universidade. São reflexões sobre algumas experiências desenvolvidas a partir desse laboratório que iremos desenvolver no correr do texto.

Uma Pedagogia da Terra

Ser a forma de algo é ser seu ato.

Logo, nenhuma parte daquilo que é a forma

de algo pode ser matéria, que é potência pura.

Tomás de Aquino

(De Substantis Separatis)

As propostas que o projeto implementou foram propiciadoras de uma prática educativa que objetivava aprofundar o pensamento sobre a matéria em sua relação com a experiência humana: sua propriedade plástica como suporte de criação, construção e expressão de conhecimento. Uma educação inclusiva ao considerar que qualquer patamar cognitivo ou habilidade física pode fazer dela um bom recurso, uma vez que a cerâmica é um campo de múltiplas possibilidades construtivas e ideacionais e, ainda, por sua abrangência cultural, incluindo numerosas manifestações - desde a escultura das Belas Artes até o artesanato mais modesto, porém vigoroso, das paneleiras. Não há quem não tenha lidado com o barro, seja brincando com suas mãos quer usando seus objetos, entre pratos, taças e jarras ou tijolos e lajotas, azulejos, telhas ou os componentes mais sofisticados da biomecânica, como próteses ósseas, como exemplos de como vivemos imersos em relações com esse material. Essa abrangência no uso do material e seus derivados nos traz uma modalidade intrínseca na relação de uma “Pedagogia da Terra”: sua dimensão horizontal, rompendo a

relação de oposição entre o alto grau de especialização do saber acadêmico e o senso comum, onde as distintas bagagens podem ser equalizadas na relação da troca direta com o fazer. Estavam assim arrolados os artistas populares e os eruditos em uma mesma plataforma, oficineiros, aprendizes e/ou ensinantes.

Bachelard foi uma referência pujante. Seus apelos a uma imaginação material contida em *A Terra e os Devaneios da Vontade* são cativantes e, ao pensar a massa – argila - nos leva ao mundo do mesomorfo, na cooperação contínua e equilibrante entre a terra e a água:

> "essa cooperação das substâncias pode dar origem a uma verdadeira *luta*: pode ser contra a terra um desafio de potência dissolvente, da água dominadora – ou então contra a água um desafio de potência absorvente, da terra que seca". (p. 61).

Para o filósofo, a massa é marcada pela ambivalência, o estado intermediário entre a água e a terra. São as potências da massa que ativam o primeiro fazer na cerâmica, pois se parte de um estado plástico que se requer para o trabalho de modelagem. É preciso então equilibrar esse estado: quando a massa se forma, ela permite que o corpo terroso se equilibre, se concentre em uma forma única, formando um bloco maleável. A esse estado, denominamos "terra doce", pois a argila, quando bem equilibrada em sua humidade, é altamente sensível ao toque, respondendo a movimentos mínimos e sendo capar de registros delicados.

Em restringirmo-nos momentaneamente ao universo cultural do ocidente (considerando a dimensão desse universo no oriente uma dimensão especial que, pelo seu lastro social, foi uma arte apurada e privilégio dos nobres), como recurso ao nosso argumento, e olharmos a linha do tempo através da cerâmica, vemos que sua presença na arte é uma constante, ainda que tenha seus altos e baixos. Na antiguidade, era largamente utilizada para todo o tipo de função e também chegando ao ápice estético com a olaria grega, entre formas e trabalho pictórico apurados. Na Idade Média a cerâmica recolhe-se como objeto de uso diário, mas na escultura neoclássica foi considerada a *alma mater* do bronze, uma vez que servia como matéria prima formante, a apoiar a feitura ao molde para o derretimento do bronze. Também com a argila eram feitos os estudos preparatórios para a elaboração do modelo nos outros materiais "duros". Permaneceu constante no modesto campo da olaria, destituída da nobreza do mármore e do granito, mas habitante do cotidiano doméstico e fabril. A descoberta da fórmula da porcelana (vinda do Oriente) tornou seu aporte um fazer de luxo, servindo ao colecionismo na nobreza e na alta burguesia.

Chegamos ao campo do design com a escola alemã Bauhaus nos anos 20 equilibrando as dicotomias entre a arte e a tecnologia, recuperando o fazer da cerâmica tradicional e o papel do mestre oleiro aliados aos aspectos da estética *art déco* imbuída no funcionalismo. Nesse cenário, também temos a formação da cerâmica de estúdio ou o "studio potter" quando podemos indicar como sendo o momento onde nasce a figura

do “ceramista”, essa figura híbrida entre o artista e o artesão. Esse movimento repercutiu na Inglaterra dos anos 40 através de Bernard Leach (1887-1978) que, tendo vivido como aprendiz no Japão nos anos 1909/20 e absorvido as práticas imbuídas no zen budismo, regressa com o objetivo de disseminar essa linhagem na integração com a cerâmica tradicional campesina, promovendo uma perspectiva contracultural de retorno aos modos telúricos da vida no campo, aos modos artesanais de produção e à estética da simplicidade e ao cultivo da integridade na conduta do artista, cultivando a cerâmica como uma prática espiritual (PAIM, 2000).

Na desenrolar da arte moderna, ocorre uma intensa revirada: foi recuperada por artistas como Picasso e Miró que a trouxeram para a escultura; Picasso, no final dos anos 40, no pós guerra, inclusive, rompendo com a dicotomia artístico/utilitário, fazendo esculturas em vasos e potes, pratos e superando a divisão entre arte erudita e popular na sua obra (McCully, 2018).

Na arte contemporânea, temos uma apropriação da cerâmica em uma nova escala, como campo expandido, no diálogo com o arcaico ou com as culturas locais, ressignificando e ampliando sua abordagem. Nesse histórico resumido temos apontado um percurso diversificado e multifacetado, composto por algumas de suas expressões artísticas, tentando compor referências gerais para o entendimento de muitas facetas que a arte cerâmica assumiu ao longo do tempo, permitindo minimamente a compreensão sobre a riqueza deste campo. Cada uma das facetas apontada merece ser esmiuçada e apreciada em seus modos singulares, cada artista contribuindo para p desenvolvimento em uma abordagem própria.

Além de entendermos essa grande abrangência da cerâmica, precisamos perceber que essa arte possui um caráter subalterno que persiste até aos nossos dias, sendo desprezada, considerada uma arte menor. Por outro lado, está vivíssima em muitos outros nichos do consumo estético, nas feiras de artesanato, nos cursos de terapia ocupacional, nas escolas técnicas, nas praticas espirituais e alternativas. O quadro muda na arte contemporânea do nosso século, quando interesse de artistas eruditos e curadores incidem sobre a cultura popular. Essa “virada ao popular, no entanto, não indica a valorização do artista ou artesão, mas a apropriação de elementos produzidos pelo povo, de sua elaboração pelos atores privilegiados no sistema de arte.

A História da Arte Cerâmica possui uma narrativa própria, desenvolvendo-se à margem do sistema de arte oficial desde a formação do que se designa como “Belas Artes” assim como a Pedagogia da Cerâmica se encontra em um outro modo, fazendo-se sabedoria do corpo, de conhecimento sobre si mesmo e da materialidade da terra, de suas nuances e princípios. Assim é que respondo também a questão inicialmente colocada sobre a permanência de práticas ancestrais nos afazeres da cerâmica contemporânea: se dá através seu tipo próprio de aprendizado, que requer domínio das qualidades elementares da matéria e de seus instrumentos, a seguir pelos passos mais simples ao complexo, na

mestria do próprio corpo, no entendimento da modelagem das formas ocas, sejam em giro ou em planificação. Na descoberta dos poderes ígneos, na ascendência sobre seu manejo, pois sem fogo não há cerâmica (seja ele elétrico ou chama, é fogo, é a incineração do barro que produz a cerâmica). E também talvez eu possa explicar a recusa na aceitação da cerâmica no rol das artes maiores. Nesse aspecto, há uma exceção marcante em todo esse conjunto, a obra de Celeida Tostes, na medida em que a artista dedicou-se ao diálogo com a arte indígena e popular, impregnando-se de seus princípios e aproximando-se dos ceramistas populares de modo horizontal, sem desprezar seus sujeitos e seus saberes, mas fazendo de suas obras um campo intenso de auto realização (COSTA; SILVA, 2014).

Celeida era conhecida por sua intensa dedicação ao estudo da cerâmica indígena e aos processos deflagradores da cerâmica na pré-história, reconhecendo neles uma vastidão de experiências a serem revisitadas e compreendidas em outro âmbito que não o evolucionismo falho de uma História da Arte excludente e colonizante. Estando como referência basilar no trabalho desenvolvido no Projeto Cerâmica Viva, Tostes impregnou nossas pesquisas de modo indireto, mas atávico. É a partir de sua obra acadêmica que obtive o parâmetro que me permitiu desenvolver em aproximação com distintos aspectos do fazer cerâmico, abrindo espaço para o diálogo entre sujeitos de diferentes formações, origens sociais, destinos artísticos e percursos de vida.

Uma *Pedagogia da Terra* foi gerada na interlocução das diferenças pela *Oficina da Terra*, um local próprio para a reunião e o apoio de artistas, educadores, artesãos, designers, historiadores e pesquisadores de diferentes áreas, terapeutas, curiosos, pessoas buscando um lugar para se encontrar mais próximo à natureza ou ter a oportunidade de um lazer criativo. Todo esse conjunto de gentes de diferentes lugares e aspirações reunindo-se em um ponto comum, a cerâmica, nos levaram a um patamar de aprendizado livre, onde a troca entre todos era o princípio básico, com o conhecimento técnico sob minha supervisão permeando tudo, unindo os aportes distintos em campo comum de aprendizado.

Muitas vezes, o artista só se dá conta das possibilidades materiais ao experimentar e, ao viver um coletivo investigativo e laboral, em compartilhamento de saberes técnicos e sensibilidades estéticas, em amplitude de conhecimentos. Essas possibilidades se abrem em graus cada vez maiores, até mesmo coisas que não se faria por escolha pessoal são vividas em um grupo ativado pela experimentação.

O sentido maior da *Pedagogia da Terra* é também resultado da relação com a matéria, iniciando-se com própria intencionalidade de quem lida com a cerâmica. Ponto de partida, um projeto individual era sugerido para que se pudesse planejar o acompanhamento de cada participante. Cada um designava seu(s) objetivo(s) e um meio de iniciar o processo, considerando um resultado almejado que servia de parâmetro para a relação entre as experiências arroladas nesse processo. Deste modo, era a integração entre os desejos individuais e a experiência compartilhada que constituíam para cada integrante o seu repertório. Somava-se a essa dupla chave as aulas teóricas e os livros sobre os artistas

e culturas cerâmicas que disponibilizávamos no espaço da Oficina. Esse aprendizado integrava todo o complexo maior da relação entre grupo/indivíduo ao complexo multicultural da cerâmica. A discussão sobre os elementos culturais apresentados seguia expandindo nossos horizontes estéticos, ao relacionarmos as práticas da Oficina com os processos de outros artistas, ampliando repertórios, relativizando as conquistas obtidas no esforço com a matéria ou na descoberta de novas relações com o uso e com a história das coisas.

A presença da Arte Popular, os ofícios do ceramista e os (des)limites da arte contemporânea:

Reconhecendo os aspectos locais de produção cerâmica, organizamos oficinas com artistas populares dedicados à cerâmica, especialmente os que estavam indicados por pesquisadores etnógrafos vinculados ao INEPAC, Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, órgão da Secretaria de Cultura do Estado: artistas autodidatas que detinham grande domínio do trabalho. Destes, destaco o curso do já falecido Adalton Fernandes Lopes (Fig.1), morador de Niterói, cidade próxima ao Rio de Janeiro. Adalton Lopes esteve conosco durante três dias, fazendo suas figuras e nos mostrando as tácticas desenvolvidas durante muitos anos de lida com o barro. Estivemos em seu atelier, conversamos longamente e o artista sentiu-se prestigiado pelo convite da universidade, e nós encantados com sua disposição de ensinar, de atender a cada um dos participantes e deixa-los com intimidade com o barro, que ele dizia que era mágico. Assim como esse grande artista, muitos passaram pelo nosso atelier como Og e Samuel Salles de São Gonçalo; Adauto Alves Pequeno, de Nova Iguaçu. Os artistas eram entrevistados pela equipe extensinista, refinando nosso contato, aprofundando a abordagem sobre a obra de cada um e levantando os aspectos técnicos, pedagógicos e estéticos na perspectiva própria.

Figura 1: De Adalton Lopes, a obra *Cuidador de Pombos*. A obra apresenta soluções engenhosas do artista, como o poste mantido por arames em sua estrutura interna, em uma massa própria, mistura segredo que ele havia desenvolvido.

Fonte: arquivos da pesquisa.

Assim como outros ceramistas como José Luiz Kinceler, Isabela Sielsky, Rosilda Sá, Sonia Lobato, Rosita Rocha, Leonardo Guimarães, entre outros, também artistas contemporâneos como Lia do Rio e Fabiana Sales estiveram desenvolvendo cursos e ampliando referências, desafiando limites e propondo novas abordagens em outro escopo sobre o que pode ser a arte cerâmica, gerando um campo ampliado de referências estéticas, promovendo o diálogo entre artistas de diferentes formação e origem.

Com o seguir das propostas, criou-se uma comunidade de frequentadores mais eu menos estável, o que contribuiu ao desenvolvimento da proposta *Ateliê Livre*, na abertura do atelier de cerâmica sem nenhuma programação prévia, apenas disponibilizando o espaço e apoio técnico para que artistas pesquisadores de todos os naipes pudessem praticar e trazer mais dinamismo e liberdade ao nosso trabalho. Um *Ateliê Livre* é um espaço para aprendizagem coletiva integrada e seus participantes não estavam submetidos a uma direção contínua de um professor, mas de um apoiador, um supervisor técnico para dar suporte a cada uma das pesquisas. Não havia horário fixo, se poderia estar em uma faixa diária em cada dia da semana, dependente unicamente de quando conseguíamos abrir o ateliê com apoio de bolsistas extensionistas, alunos de artes que se desenvolviam como aprendizes na dinâmica do ateliê coletivo e inclusivo.

Artivismo curatorial – artistas convidados

A cada biênio, promovíamos uma exposição sobre arte cerâmica, convidando artistas para desenvolver um trabalho no Ateliê Livre e apresentar a sua obra. Com Rosilda Sá tivemos a mostra *Dentro, Fora, Junto* quando reunimos nossas expertises para falar de panelas, de objetos demarcados pelo próprio signo da cerâmica. Exploramos a panela como continente. No jogo dentro/fora retomamos o processo de produção imbuídas na ação da aprendizagem de um ofício arcaico: "a sabedoria artesã paneleira: imprimir-se de modo seguro, com intensidade, na natureza dos gestos próprios". (FRADE, 2018: p.122).

Com Isabela Sielsky, organizamos a mostra *Desapego*, vivência artística imersiva, convidando o público a estar em contato com seus elementos resistentes à mudança e ao deslocamento emocional e a liberdade de existir em movimento. Luiz Sérgio Oliveira (2015), no catálogo da mostra, enfatiza que "O campo da arte tem sido sobressaltado por um contínuo processo de desenfatização do objeto artístico, de desapego desse objeto, rarefazendo sua relevância e sua presença em favor da valorização de novas vivências". (s/p). As propostas de Sielsky trabalharam essa relação com os objetos e a memória afetiva, recurso para reunir e dialogar sobre o que forma nosso corpo emocional é investido na posse e reclusão dos objetos. O barro estava presente em seu modo líquido, propondo o banho na lama como metáfora do desapego.

Como expressão de um material altamente plástico, a argila é permeável a um extraordinário universo de possibilidades. A cada artistas parceiro, novas adesões e aprendizados iam se formando, na possibilidade de leitura de outros universos possíveis onde a cerâmica era utilizada de modo ímpar.

Do pote à intervenção, da panela à performance

Dentre muitas criações do próprio corpo interno de docente e pesquisadores bolsistas da extensão, a formação de um coletivo feminino de artistas, O Círculo de Arte da Terra, foi uma das mais fortes expressões e teve duração de uma década em crescente intensidade. Resultante advinda do já citado projeto na comunidade Mangueira, inicialmente como projeto Terra Doce – saberes comunais e artes relacionais, o grupo se formou pela reunião de mulheres da comunidade e de artistas da universidade, produzindo a partir de encontros semanais a experiência de um coletivo de arte. Já não bastava a experiência do fazer, mas nascia o desejo de gerar algo com força de significado sobre a condição feminina – chegamos a ter homens no grupo, mas isso ocorreu durante curtos períodos, fortuitamente. No início, a parcela da comunidade propunha a construção de coisas úteis, de fazer coisas para suas casas, preenchendo-as de valor. Seguimos para a obra *Lembrancinhas* marcando o interesse acadêmico sobre os modos de vida na comunidade e essa demanda pela coisas úteis do barro: panelas, jarros, potes, vasos, enfeites: "coisas bonitas para a gente usar". Esse trabalho nos trouxe a dimensão política do feminismo, quando a apresentamos ao público pelo NEPEM, Núcleo de Estudos e de

Políticas do Estado para a Mulher , em 1999.

Integrado ao processo de aprendizagem integrada e colaborativa entre todas nós, os objetos viraram abrigo de mudas de plantas terapêuticas, na medida em que em muitas conversas, dominavam as receitas fitoterápicas, quando fomos apresentadas à medicina tradicional mangueirense. Desde exercício surgiu a proposta de levar a público o que já fazíamos entre nós no atelier, levando objetos e instaurando a prática da doação, fazendo um movimento intenso entre mulheres.

Destas iniciativas, surgiram desdobramentos que ampliaram nosso olhar sobre a cerâmica, levando a criar, na Mangueira, o Jardim da Cura, um canteiro de ervas em um cantinho da Rua Icaraí, na Região do Buraco Quente.

Figura 2. O Coletivo O Círculo no projeto Panelas Cantantes. O grupo se reunia no atelier de cerâmica da UERJ para produzir, em diálogo, experiências com a cerâmica.

Fonte: arquivos da pesquisa.

As panelas derivaram em outras obras, como “As panelas cantantes” (Fig. 2) e o “Corpo Oco”, que adquiriram um caminho institucional interessante, nos levando à experimentações na arte sonora. “A cerâmica e sua parede de alumina cristalizada produz o eco desse ovo que me contém. Caixa fêmea. Cada oco é um corpo de ressonância” (FRADE, 2015, s/p).

Outros trabalhos mais livres se desenvolveram em “Corpo de Mulher” e “Projeto Falange!”. Foram exposições próprias ou convites de outros artistas para atuar em coletivas, participação em feiras, festivais, eventos acadêmicos, oficinas. O grupo amadureceu até 2020, quando decidimos parar, pois cada uma já estava em um movimento próprio, artistas desejando passar um período em atividades em separado. Uma pequena fração, no

entanto, desejou continuar a experiência do coletivo e geramos um grupo mais voltado ao ativismo ambiental a partir do olhar feminino em *PHILO*, coletivo ativo com três integrantes do antigo Círculo. Entendemos a urgência em atuar para a aproximação das pessoas com a natureza na efetivação de uma nova consciência ecológica e vemos o barro como um caminho propício. Sendo um dos elementos mais utilizados, poderá conduzir a um diálogo sensível com o meio ambiente: material plástico, ao reunir os quatro elementos primordiais – terra, água, ar e fogo – é capaz de trazer aos sentido a consciência de que modelamos o mundo em que vivemos e, portanto, precisamos assumir essa responsabilidade e fazê-lo juntos, como um ato de união.

Figura 3. Coletivo *O Círculo* em performance *Sororidade*, quando a resistência irmana-se, sendo gerada na proximidade, no encontro e no apoio mútuo. A modelagem se voltando para o trabalho de nossos próprios corpos, na produção de um modo compartilhado de existência.

Fonte: arquivos da pesquisa.

REFLEXÕES FINAIS

Quando o fogo foi controlado em ambientes fechados, como o forno, a cerâmica começou a ser fabricada. De certo entre o simbólico e o prático, entre as estatuetas da divindade e os recipientes de água e alimento, a cerâmica subsistiu até aos dias atuais.

Levy Strauss nos deixou a via dupla do cru e do cozido como a emergência da cultura nesse processo, e podemos abarcar neste domínio o próprio evoluir humano, ainda que os compêndios de História da Arte neguem à cerâmica o seu lugar. No caminho, a desprezada e humilde panela é o espaço privilegiado para a produção da vida. É com ela que os alimentos são preparados e servidos, gerando compartilhamento e a fraternidade. Também a outra via, seu caminho espiritual, é um veio riquíssimo de elementos que nos dizem sobre a natureza humana. Não é à toa que a cerâmica é um dos protagonistas nos estudos arqueológicos. Poderia também ser assim no campo da arte; porém, refletindo pela negatividade, percebemos que sua marginalidade deixou um legado interessante: seu estatuto subalterno a fez arte de resistência. Ela é hoje ressaltada em seus aspectos mais diversos. Admitida no repertório de artistas e acadêmicos, seguiu seu percurso continuamente inventando modos e formas as mais diversas, se fazendo um pujante território para o investigador. Seus processos técnicos seguem sendo refeitos desde às primeiras observações da pegada no chão argiloso e das marcas das mãos nas barrancas dos rios. Esse é um de seus encantos e o que a faz, certamente, como uma das primeiras artes. Joaquim-Manuel Chavarria (1999) nos diria que seu nascimento provavelmente se deu na aliança com a arte da cestaria, o que explicaria o advento da cerâmica com marcas de corda, a primeira forma conhecida dos utensílios de barro, como na cerâmica Jomon, no Japão (11.000 AC). Segundo sua análise, é a partir dessa aliança, quando a argila cobrindo interior das cestas trançadas se enrijece, são obtidos os primeiros vasilhames. As esculturas votivas, por sua vez, possuem um outro modo de feitura: são produzidas a partir de um mesmo bloco de massa, o que nos permite considerar que sejam essas estatuetas as primeiras esculturas de cerâmica.

Retomamos o ponto inicial, recuperando as discussões sobre sua origem, já ampliadas por nossos percursos reflexivos pelas experiências de docentes e de artistas do barro. Recuperamos as falas de Isabela Sielsky quando nos diz que “Ao não impor verdades, a obra de arte questiona seu espectador e o torna coprodutor, sendo o artista um mediador de situações diversas” (p. 138). Ao que completamos, lembrando que uma autoria compartilhada nos leva a um campo dialógico pulsante. Cada união produtiva carrega um potencial exponencial para novas experiências sobre o modo e o lugar da arte. Com Sieslky ainda, afirmamos que a arte nos leva a um outro modo de vida, quando existir é mais que subsistir, é habitar o mundo (Op. cit.). Por nossa vez, lembramos que os coletivos de aprendizagem podem ser essa primeira ferramenta. E o material, sugerimos o barro para o estado de íntima aproximação com o mundo, a própria terra sendo o chão e a substância potencial para essa disposição.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás. **De Substantiis Separatis.** Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2006.

CAMPBELL, Joseph. **Deusas – os mistérios do divino feminino**. São Paulo: Editora Pals Athena, 2015.

CHAVARRIA, Joaquim-Manuel. **Modelagem – aula de cerâmica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

COSTA, Marcus Lontra; SILVA, Raquel. **Celeida Tostes**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2014.

FRADE, Isabela. **Panelas Mágicas**. In Melchior, M. Gastronomia, Cultura e Memória – cerâmica, potes e vasilhames. Rio de Janeiro: Editora Folio, 2018.

_____. **Corpo Oco**. Folder de Exposição Corpo Oco. Rio de Janeiro: Departamento Cultural da UERJ, 2015.

FRICKE, Johann. **A Cerâmica**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

MCCULLY, Marilyn. **Picasso's Ceramics: Jupiter in the Pottery**. In Picasso Ceramics. In HOLM, M. (ed.). Louisiana: Louisiana Museum of Art, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Sérgio. **Desapego**. Folder de Exposição Desapego.. Rio de Janeiro: Departamento Cultural da UERJ, 2010.

PAIM, Gilberto. **A Beleza sobre suspeita**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

PENIDO, Eliana; COSTA, Sílvia S. **Oficinas: Cerâmica**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 1999.

SIELSKY, Isabela. **Círculo do Barro – do objeto `a experiência do encontro.** In Territórios & Sociabilidade – temas e práticas interdisciplinares. Florianópolis: Editora PEST, 2009.

CAPÍTULO 11

COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 22/03/2021

Samantha Frohlich

Eliana Cunico

Gabriela Christ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo identificar maneiras de organizar informações de pesquisa básica geradas por universidades e institutos de pesquisas, a fim de disponibilizá-las às empresas, para que estas possam dar andamento à pesquisa aplicada e por conseqüência, gerar uma maior probabilidade do desenvolvimento de inovações em produtos, processos e serviços ao mercado. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e exploratória para estruturar e apresentar as informações obtidas. Como principais resultados, sugere-se o início de uma base de dados que possa atender às necessidades e expectativas, de empresas e universidades, respectivamente. A projeção de um canal direto de comunicação para a cooperação tecnológica, como forma de incentivar e fomentar a inovação, é o desafio que determina a continuidade da pesquisa.
PALAVRAS - CHAVE: Pesquisa Básica; Pesquisa Aplicada; Cooperação; Inovação;

ABSTRACT: This article aims to identify ways to organize basic research information generated by universities and research institutes, in order to make them available to companies, so that they can move forward with applied research and consequently generate a greater likelihood of developing innovations in products, processes and services by market. This is a qualitative survey, which uses the methodology of bibliographic and exploratory research to structure and present the information obtained. As main results, we suggest the beginning of a database that can meet the needs and expectations, of companies and universities respectively. The projection of a direct channel of communication for technological cooperation, as a means of encouraging and fostering innovation, is the challenge that determines the continuity of research.
KEYWORDS: Basic Research. Applied Research. Cooperation. Innovation.

1 I INTRODUÇÃO

A Cooperação Tecnológica é um fenômeno indubitavelmente capaz de estimular e desenvolver a geração de inovações, sejam elas radicais ou incrementais. De fato, uma invenção só se torna inovação no momento em que ela chegar ao mercado, confirmando seu potencial econômico e gerando desenvolvimento (QUANDT, 2012).

A OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, por meio da publicação do Manual de Oslo, entende que a exigência mínima para mudança nos produtos ou processos de uma empresa seja considerada como inovação, consiste no

reconhecimento da novidade, ou pelo menos, de uma mudança significativamente que a torne melhorada para o mercado (OCDE, 2005). As mudanças podem ser geradas de forma radical ou mesmo com ajustes incrementais.

Diante de tais circunstâncias, percebe-se uma possibilidade de obtenção de bons resultados em inovação, valendo-se dos princípios da inovação aberta (CHESBROUGH, 2003), com o intuito de integrar a cooperação tecnológica à outras metodologias de Pesquisa e Desenvolvimento, resumida como P&D. Percebe-se em vários estudos (CUNICO, 2013; NOVELI E SEGATTO, 2012; BENEDETTI E TORKOMIAN, 2010) a notória falta de cooperação tecnológica no cenário brasileiro, caracterizando o país como pouco inovador em pesquisas como a Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC divulgada a cada triênio pelo IBGE.

Busca-se, portanto, alternativas à condução do processo inovativo, as quais possam gerar resultados efetivos tanto à comunidade acadêmica, como também as empresas, especialmente ao setor industrial, capazes de satisfazer as necessidades de pesquisas aplicadas. Este trabalho propõe como questão de pesquisa a seguinte reflexão: *"De que forma possível organizar e disponibilizar os resultados científicos provenientes da pesquisa básica, de modo a gerar informações para empresas que necessitam desenvolver pesquisas aplicadas para inovar?"*

Como formas de responder ao problema de pesquisa proposto, coloca-se como objetivo do estudo, conhecer possíveis maneiras de organizar informações de pesquisa básica geradas por universidades e institutos de pesquisas, a fim de disponibilizá-las às empresas para que estas possam dar andamento à pesquisa aplicada e por conseqüência, gerar uma maior probabilidade do desenvolvimento de inovações em produtos, processos e serviços ao mercado. Esse fenômeno caracterizado como cooperação tecnológica, trata de alternativas ao P&D no setor privado, com o intuito de reduzir principalmente os elevados desembolsos financeiros.

Justifica-se a relevância do desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente elaborada de forma exploratória e descritiva, com o intuito de conhecer, sobremaneira, alternativas utilizadas por outros países, capazes de gerenciar o Sistema Nacional de Inovação – SNI, voltando-se para resultados efetivos, na interação entre Universidade e Empresa – U&E, cooperando para o desenvolvimento de soluções tecnológicas, em diferentes segmentos de negócio. Além disso, tem-se como propósito sugerir iniciativas que possam contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do processo.

Após esta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico, o qual destaca especificamente a Cooperação Tecnológica e a influência na geração de inovações, seguido pelos procedimentos metodológicos que explicam a condução da pesquisa. A seguir são apresentados os principais resultados, sendo estes discutidos à luz da literatura. Na seção 3 são apresentadas as considerações finais, limitações e sugestões para continuidade de pesquisas sobre o tema proposto.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Cooperação Tecnológica e a geração de benefícios à indústria nacional

Em um trabalho de revisão da literatura sobre as origens do SNI, os autores Fagerberg, Mowery e Verspagen (2009) e Fagerberg e Sapprasert (2011) atribuem um novo ramo da literatura em inovação, chamado de "sistemas nacionais de inovação" (SNI), conceito este desenvolvido principalmente por Christopher Freeman (1987), Bengt-Åke Lundvall (1988) e Richard Nelson (1993), reconhecidos como precursores.

Fagerberg e Sapprasert (2011) após a conclusão de um estudo bibliométrico realizados na base de dados *Web of Science,* afirmam que a atenção por parte dos estudiosos nesse novo foco para estudos de inovação é recente. O interesse acadêmico em estudar SNI´s vem aumentando gradualmente, isto é, até 1990 o foco principal na literatura era inovação ao nível da empresa e/ou indústria. Embora as empresas e indústrias continuem sendo importantes, para Fagerberg e Sapprasert (2011), no início de 1990 surgiu, na temática da inovação, a ênfase nas interdependências entre os atores, organizações e instituições que influenciam a inovação, bem como a interação com as políticas públicas.

Freeman (1995) defende que o Sistema de Inovação deve focar o papel das interações de aprendizado, da geração de conhecimento nas empresas, das fontes de financiamento envolvidas no sistema, na infraestrutura científica e tecnológica, além do contexto legal e macroeconômico. Para o autor, é reconhecido que a interdependência dos investimentos tangíveis e intangíveis forma um elo que molda o sistema a partir da geração de conhecimento, das descobertas e invenções que melhoram centenas de processos econômicos, sociais e industriais.

Freeman (1997) ainda destaca que o Sistema de Inovação é o conjunto de relações exercidas por diversos atores que formam um conjunto de instituições contribuindo assim para os Estados e, consequentemente, interferem de forma positiva no desenvolvimento socioeconômico. O autor complementa argumentando ainda que as instituições nacionais tem poder de afetar as taxas de mudança técnica.

Lundvall (2010) corrobora com tal definição, uma vez que aponta novas formas de organização empresarial, constituições de redes e as universidades como capazes de desempenhar a promoção do aprendizado para o aprimoramento humano. Nesse sentido, as relações de colaboração que revelam a existência de um SNI ativo e eficiente são formadas não apenas por empresas com relação produtiva direta, mas também centros de pesquisa e universidades e, em particular, das instituições públicas.

Neste cenário em que se apresenta o mundo contemporâneo, a informação e o conhecimento passaram a representar o insumo básico de grande parte das atividades econômicas. Além de fatores como qualidade, produtividade, custos, preços, busca-se, em especial, inovações tecnológicas. O processo de inovação vem se tornando um dos principais indicadores para determinar a competitividade das organizações, seus resultados

se encontram vinculados à capacidade de acompanhar as mudanças e o desenvolvimento do mercado, bem como a criação e ocupação de novos mercados (FROIS; PARREIRAS, 2004).

Nessa conjuntura, torna-se relevante mencionar a inovação como um fenômeno que para Hitt et al. (2002) são cruciais para as organizações – empresas, indústrias – pois elas são responsáveis por diferenciar os produtos e serviços dos concorrentes, criando um novo valor ou ainda um valor adicional para os clientes. Paiva et al., (2004), colabora com a discussão propondo que a inovação é um processo de mudança que como qualquer outra atividade organizacional pode ser gerenciada com o propósito de trazer vantagens competitivas à organização que assim o fizer.

Em outras palavras, a inovação é o resultado econômico-financeiro da introdução de uma tecnologia no âmbito de uma organização, objetivando seu crescimento. Uma empresa é considerada inovadora quando oferta bens e serviços que não existiam anteriormente, fazendo uso de um novo método organizacional que auxilia na produção de um novo produto, não existente no mercado até então (PELEGRIN; ANTUNES JÚNIOR, 2013).

Nessa ótica, as universidades são atores importantes na geração de conhecimento científico e na construção de inovações - já que a competitividade é dependente destes dois fatores. Oliveira e Velho (2009) sustentam que a aproximação entre empresa/indústria e a universidade por meio da comercialização da pesquisa acadêmica, produz novas demandas e orientações para a pesquisa que se desenha dentro dos departamentos acadêmicos. Schiller (2008) corrobora afirmando que a empresa ao assumir um papel de colaboradora no segmento tecnológico é produtora de novas estratégias.

No Brasil existe dificuldade na construção de um ambiente tecnológico. Deve-se considerar a perspectiva histórica e os desafios que são encontrados em vários fatores, como por exemplo, a industrialização e a pesquisa tardia. Se comparado às outras potências, ainda somos um sistema de inovação imaturo, pelo fato da maior parte da tecnologia inserida no Brasil ser importada e pela pesquisa ainda ser baseada em um modelo de aprendizado (IEIS et al., 2013).

Nos níveis de desenvolvimento tem se percebido uma melhor compreensão para capacitação tecnológica ao longo da história (IEIS et al., 2013). Entre o aprendizado e o conhecimento dos atores do Sistema de Inovação é de melhor compreensão no âmbito nacional quando as características institucionais e de infraestrutura são iguais ou parecidas (NEUBERGER; MARIN, 2013).

Outro motivo pelo qual o Brasil ainda depende das tecnologias estrangeiras é a falta de internalização do conceito de inovação. Mesmo o país sendo capaz em tamanho como em quantidade de instituições de pesquisa e infraestrutura (IEIS et al., 2013), vai ser necessário ainda muito investimento para formar uma estrutura tecnológica de inovação forte e consolidada. Deve-se investir na formação de novos pesquisadores para assim se consolidar uma base de desenvolvimento em ciência pública e aplicada (OLIVEIRA et al.,

2015).

O processo de inovação é complexo e sistêmico destacando a importância entre diversos agentes como: empresa, sistema educacional, organizações de ciência e governo, em que se tem como fonte de crescimento e aumento de produtividade.

Diversos estudos sobre a interação Universidade-Empresa (IU-E) e Institutos Públicos de Pesquisa-Empresa (IPPs-E) no Brasil apontam que existe uma aproximação entre esses atores, mesmo estes ainda apresentando baixa intensidade em seus relacionamentos e produtividade (OLIVEIRA et al., 2015). Com análise dos dados das empresas, ainda falta uma articulação entre os atores institucionais, principalmente entre o setor público e privado, em que são necessários esforços ainda maiores para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro.

Para as organizações, um dos principais benefícios oriundos da cooperação entre universidade e empresa é a ampliação da capacidade em desenvolver tecnologia com menor investimento, em menor espaço de tempo e com menores riscos. Para Geisler (2001), uma expectativa presente nas empresas é a de efetuar o pagamento do investimento relativo à P&D (*payoff*) com resultados imediatos – dentro de um ano - e não de longo prazo.

Plonski (1994) define a cooperação Universidade-Empresa (U-E) como "modelo de arranjo interinstitucional entre organizações que têm natureza fundamentalmente distinta". Tal arranjo pode ter finalidades variadas: desde interações tênues, como no oferecimento de estágios profissionalizantes, até vínculos extensos e intensos, como nos grandes programas de pesquisa cooperativa, bem como formatos bastante diversos.

Em complemento ao conceito de cooperação U-E destacado os reflexos da natureza distinta definido por Plonski (1994), Sutz (2000) afirmam que não apenas o contato direto entre os dois hemisférios – acadêmico e empreendedor – que aumentou, mas este relacionamento está cada vez mais parecendo um diálogo entre parceiros iguais. Atualmente, as universidades são consideradas como instituições que se dedicam para o "bem nacional" da competitividade econômica. Assim, na dimensão que essa perspectiva vai sendo socialmente aceita, os limites entre academia e indústria se dissipam.

Interesses das universidades:	Interesses das empresas:
Busca por recursos extra governamentais no setor privado para aplicação das pesquisas.	Aumento no custo das pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, frente a um mercado mais competitivo.
Interesse da universidade em retribuir a sociedade através do trabalho de pesquisa, pois esta seria responsável pela manutenção das universidades.	Necessidade de compartilhar o custo e o risco da pesquisa básica, utilizando recurso governamental.
	Aumento do número de inovações e menor intervalo de tempo entre obtenção de resultados e aplicação.
	Redução de recursos governamentais diretamente relacionados a empresas.

Quadro 1 - Interesses das Universidades X Interesses das Empresas

Fonte: adaptado de Webster e Etzkowitz (1991).

Dessa forma, a relação entre universidade e empresa estaria envolvida por um caráter fortemente econômico, já que ambas possuem interesses complementares. Etzkowitz, (1989) e, mais tarde Webster e Etzkowitz (1991), afirmaram que a universidade estaria vivendo uma "Segunda Revolução Acadêmica", confirmando o estreitamento das relações com empresas. Percebe-se pelo Quadro 1 que os interesses das universidades podem ser obtidos a partir do estreitamento das relações de cooperação com empresas e os interesses das empresas podem ter seus ônus compartilhados com as universidades, gerando assim produtividade conjunta.

Percebe-se a falta de uma articulação entre os atores institucionais, principalmente entre o setor público e privado, em que são necessários esforços ainda maiores para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro. Di Giorgio (2005) contextualiza que no Brasil e nos demais países em desenvolvimento, as atividades de pesquisa são quase exclusivas das universidades. As indústrias, por outro lado, carecem de equipes qualificadas e P&D. Neste aspecto necessita-se de parcerias público-privadas.

Para alcançar os novos objetivos de desenvolvimento sustentável, *stakeholders* terão que colaborar por meio de modelos de parcerias eficazes e inclusivas que são atraentes para todos, especialmente para as empresas que buscam criar tanto valor comercial quanto benefício social. Nesse sentido, as empresas são especialmente a favor de inovar para atender as necessidades da sociedade, ao passo de construir empresas lucrativas e vastas oportunidades de crescimento (DEVELOPMENT CO-OPERATION REPORT – OCDE, 2015). A cooperação entre os diversos *stakeholders* muitas vezes levam a avanços e inovações que aumentam consideravelmente o alcance e escala de programas de desenvolvimento, bem como a sustentabilidade dos ganhos, e ao mesmo tempo maximizam o impacto de recursos escassos.

O Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2002), esclarece não só a importância e o papel central da empresa enquanto impulsora da inovação, mas também

o processo inovativo como o resultado de um conjunto de competências globais muito mais abrangentes, direcionadas para gerar, absorver e difundir o novo. Inovar, mais do que saber produzir, exige conhecimento para idealizar novas tecnologias e envolve atividades de P&D nas empresas, sejam elas independentes ou em cooperação com outros agentes. Outras formas, também se caracterizam pela importação e absorção de tecnologias, formação de pessoas qualificadas, bem como a existência de uma infraestrutura científica e tecnológica.

Assim, a colaboração fundamental dos institutos, das universidades e do Estado está na promoção do desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos de apoio à inovação e competitividade. A atualização das regulamentações técnicas e avaliação de conformidade caracterizam: "o apoio à homologação, certificação, metrologia e normalização; as pesquisas de novas tecnologias de gestão; o auxílio na proteção da propriedade intelectual e a disseminação efetiva da informação tecnológica" (CASTRO; JANNUZZI; MATTOS, 2007, p. 267).

3 I MATERIAIS E MÉTODOS

A construção do trabalho pauta-se na busca por respostas ao problema de pesquisa central, enriquecido pelo propósito metodológico de aplicar técnicas que possam atender a objetivos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. Os estudos exploratórios são indicados quando não há preocupação com generalizações, mas com a ampliação da compreensão do fenômeno (SELLTIZ, 1974). O propósito básico é a busca de informações sobre o comportamento de casos específicos da pesquisa.

Inicialmente é pertinente que se conheça a atual forma de organização do Sistema SNI Brasileiro, bem como, que se realizem comparações com o SNI de outros países, capazes de inspirar o aprimoramento de nossas ações, conhecendo a forma com que as Universidades e Institutos de pesquisa disponibilizam seus resultados. Dessa forma, abre-se caminho para formular canais de distribuição e fomento destas informações, capazes de gerar benefícios múltiplos: (i) promover a interação da comunidade com a universidade por meio de pesquisa e extensão; (ii) fazer com que a universidade possa retornar benefícios adicionais à comunidade, sendo esta segunda responsável por custear sua existência;

Ademão do contexto histórico de subdesenvolvimento inovativo brasileiro, das dificuldades encontradas nas relações entre universidade e empresa e da falta de apoio governamental (SEGATTO; MENDES, 2006; FRITSCH; GRAF, 2011; MANZINI, 2012) percebe-se a necessidade de uma nova forma de condução das parcerias de cooperação, que visem prioritariamente às necessidades de pesquisa para geração de inovação.

Sobre o papel das parcerias, o Relatório sobre a Cooperação Para o Desenvolvimento (OCDE, 2015) afirma que estas têm o potencial de contribuir para um sistema de governança global e são cruciais para atingir objetivos de desenvolvimento sustentável. No entanto, o termo "parcerias" engloba uma série de abordagens, estruturas e efeitos que tornam

difícil - se não impossível - para falar deles como um todo homogêneo. Nesse sentido, a experiência demonstra que mais parcerias e iniciativas em cooperação internacional não se traduzem automaticamente em mais progresso ou em um progresso mais rápido.

Diante desse hiato entre iniciativas de cooperação e características locais, entende-se como necessário proceder com a identificação de possíveis conjuntos de ações que obtenham resultados efetivos. Metodologicamente, têm-se neste trabalho, como ponto de partida, utilizar como base, países que possuem bons resultados em inovação à partir da cooperação. Tais exemplos serão utilizados como meio para elaboração de uma proposta que vise desenvolver a consolidação de um SNI eficiente. A Figura 1 apresenta características típicas de países orientados à produção de inovação.

	Estados Unidos	**Japão**	**Coréia do Sul**	**Finlândia**
Metas Nacionais	Promover a Inovação e manter seu papel de liderança.	Fundamentada em ciência, tecnologia e inovação.	Ser o centro científico da Ásia Pacífico e Região, e ser dominante em alguns campos da ciência e tecnologia.	Reforçar significativamente o que já existe no SNI e implementar novas mudanças.
Sistema de Constituição	Negócios, governo, institutos de pesquisa e universidade.	As empresas são o esteio, e o governo se envolve nas pesquisas e cooperação.	Transformar o atual modelo de liderança do governo para liderança dos negócios.	Investimento em P&D das empresas como base.
Sistema de Inovação	Criar um ambiente inovativo, através de financiamento de ciência e da legislação da tecnologia.	Governo realiza investimento em um sistema de cooperação oficial de pesquisa visando inovação nos negócios e produtos.	A principal política trata do encorajamento de empresas para que estabeleçam uma revisão e avaliação do seu sistema de inovação.	Sistema estável de inovação, onde não há proximidade na ligação entre o meio político e as políticas de inovação.
Inovação Tecnológica	É um sistema perfeito para a inovação tecnológica, havendo um núcleo organizado de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de pequenas e médias empresas.	O governo tem um importante papel na orientação e investe em P&D gerando capacidade de pesquisa e desenvolvimento.	A nação possui um plano de ciência e tecnologia, fortalecendo a pesquisa básica e desenvolvimento.	A meta é clara: inovação e investimento em processo de cooperação entre governo e empresas.

Figura 1 - Características típicas de um país orientado para a inovação

Fonte: Adaptado de Cunico (2013) com base em Wang (2009, p.18).

Relacionado ao tema de sistemas de inovação, a Alemanha também tem seu reconhecimento mundial. A inovação está presente em várias áreas como por exemplo a energia sustentável, a biotecnologia molecular, a engenharia de software experimental, etc. Para Breznitz (2014), a Alemanha se destaca em adaptar invenções para a indústria e espalhá-las para o setor empresarial.

Para justificar tal significado em escala global do sistema alemão, o autor menciona três fatores que são coordenados ativamente, criando um ciclo virtuoso entre eles: a) O país entende que a inovação deve resultar em ganhos de produtividade generalizado, em vez de concentrada no setor de alta tecnologia do momento; b) A Alemanha possui uma rede de instituições públicas que ajudam as empresas a se recombinar e melhorar ideias, ou seja, a inovação não termina com a invenção; c) A força de trabalho da Alemanha é treinada constantemente.

A Figura 1 resumidamente expôs características específicas de países como Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e Finlândia, sobremaneira ressaltando a interação entre os três agentes: empresas, universidades e governo. A partir destes modelos, é possível constatar algumas similaridades que certamente determinam boa parte dos níveis de sucesso alcançados: (i) investimento privado em P&D; (ii) apoio governamental em fomento à inovação; (iii) plano de pesquisa para desenvolvimento conjunto de ciência, tecnologia e inovação;

Contudo, percebe-se que no Brasil, o conjunto histórico e o atual contexto econômico, não são propícios a investimentos, tanto do setor privado (i) como do público (ii), uma vez que as empresas e o Estado reduzem investimentos para conter desembolsos financeiros. E, a terceira alternativa (iii), esbarra na falta de organização e cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e demais instituições de fomento para com o setor privado. Mesmo com tais dificuldades apontadas, entende-se que a proposta de um sistema conjunto de pesquisa, envolvendo universidades e empresas, pode ser a alternativa mais viável e detentora da possibilidade de gerar bons resultados, com menores custos.

3.2 Apresentação e Discussão dos resultados

A proposta deste artigo é apresentar resultados iniciais, partindo de uma pesquisa exploratória, sob a qual ainda se tem intenções de desenvolvimento futuro, com base em diferentes óticas. Entende-se inicialmente, que a dificuldade inicia na falta de conhecimento em informações que são restritas, tanto às universidades como às empresas.

A Figura 2 propõe um resumo de dados que necessitariam compor uma pesquisa inicial para localizar, de um lado, as universidades, com a descrição de seus assuntos, temas e títulos de pesquisa. Tais dados devem ser apresentados juntamente com a descrição metodológica de como a pesquisa se desenvolve, aliados aos principais resultados, quando estes existirem. O contato do responsável pela pesquisa é de suma importância, uma vez que maiores detalhes deverão ser buscados junto aos pesquisadores.

Em contrapartida, a empresa lançaria mão de informações contendo suas necessidades empíricas, de modo que antes de iniciar uma pesquisa aplicada em determinado assunto / tema, os pesquisadores, professores e acadêmicos, poderiam consultar assuntos que são de interesse privado e que podem gerar resultados aplicados, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico.

<table>
<tr><th colspan="3">AÇÕES DE FOMENTO</th></tr>
<tr><th>Universidade</th><td rowspan="9">Base de Dados

ÁREA

TEMA

TÍTULO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE</td><th>Empresa</th></tr>
<tr><td></td><td>ASSUNTO / TEMA</td></tr>
<tr><td>DADOS DA UNIVERSIDADE</td><td rowspan="7">NECESSIDADES / PROBLEMAS/ DIFICULDADES</td></tr>
<tr><td></td></tr>
<tr><td>ASSUNTO / TEMA/ TÍTULO</td></tr>
<tr><td></td></tr>
<tr><td>METODOLOGIA</td></tr>
<tr><td></td></tr>
<tr><td>RESULTADOS</td></tr>
<tr><td colspan="2">CONTATO DO RESPONSÁVEL UNIVERSIDADE</td><td>CONTATO DO RESPONSÁVEL EMPRESA</td></tr>
</table>

Figura 2 – Dados Intercambiáveis

Fonte: Desenvolvido Pelos Autores (2015).

Como forma de complementar as informações que seriam exibidas em uma pesquisa inicial, entende-se como primordial o consentimento de informações mais detalhadas, uma vez que caso alguma empresa se interesse em obter resultados de pesquisas em andamento ou concluídas, esta sentirá necessidade de conhecer os objetivos, a metodologia e mais informações sobre resultados atingidos ou almejados.

Póvoa (2010) questiona se a universidade eticamente deve patentear suas invenções. Nesta visão os contribuintes estariam pagando para a geração destes conhecimentos, e financiando-os novamente na aquisição de licenciamentos. Entretanto, há argumentos de que estas invenções têm maior possibilidade de chegar ao mercado se forem patenteadas. Segundo a lei do Bayh-Dole Act de 2004, os direitos de propriedade intelectual das universidades, licenciados de forma exclusiva, serviriam de estímulos para empresas realizarem investimentos em pesquisas subsequentes para gerar uma inovação.

Do mesmo modo, sugere-se na Figura 3, que as empresas também preencham um formulário contendo dados que possibilitem explicitar suas necessidades empíricas, as quais podem ser, por exemplo, solução de problemas, desenvolvimento de novas ideias, aprimoramento de tecnologias ou mesmo sugestões para ganhos de produtividade.

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA	
OBJETIVO: Por que a pesquisa está sendo realizada?	
METODOLOGIA: Como está sendo realizada a pesquisa?	
RESULTADOS PARCIAIS / FINAIS: O que se obteve de relevante até o momento?	
( ) EM ANDAMENTO	( ) CONCLUÍDO

Figura 3 - Formulário De Apresentação De Resultados De Pesquisa

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2015).

Além disso, indica-se a possibilidade de a empresa ofertar alguma recompensa, seja ela financeira ou não financeira, como forma de despertar maior interesse por pesquisas direcionadas ao seu interesse. Nada impede de que a empresa publique links, associados ao seu website, e que neste constem maiores informações à respeito de seus programas de cooperação.

O aprimoramento deste intercâmbio de informações será um processo natural e decorrente das diversas necessidades que certamente surgirão com a utilização da ferramenta. Outro aspecto a ser considerando são as necessidades regionais e o apoio de órgãos de fomento, tanto acadêmicos como empresariais, no tocante a desenvolver e incentivar a utilização do portal de cooperação, como um meio que utiliza-se da tecnologia da informação e comunicação, em detrimento à manuais, cartilhas, base de dados, indexadores e outras formas antes utilizadas que até o momento não resultaram em benefícios satisfatórios.

A Figura 4, demonstra um Formulário de Solicitação de Pesquisa, o qual poderia ser uma forma de “recrutamento” de pesquisadores e grupos de pesquisa que demonstrem interesse para pesquisar sobre determinado assunto.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA	
DESCREVA O RAMO/SEGMENTO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA	
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA/NECESSIDADE: O que a empresa necessita?	
( ) HÁ RECOMPENSAS ADICIONAIS?	( ) NÃO HÁ RECOMPENSAS ADICIONAIS
QUAIS?	
CONTATO:	

Figura 4 – Formulário de Solicitação de Pesquisa

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2015).

Entende-se que aspectos de propriedade intelectual deverão ser respeitados e considerados, inclusive juridicamente. Um bom exemplo de sucesso é a INOVA, agência de inovação da Universidade de Campinas (UNICAMP), maior licenciadora do país que surpreendeu não só pelo ineditimo das ações, mas tabmém pelos resultados alcançados[1]. Os direitos de propriedade Intelectual (PI) são instrumentos de negócio que visam à comercialização do conhecimento. Primeiramente são estabelecidos para garantir reserva de mercado de um produto em qualquer lugar do mundo. Em segundo lugar, para atrair capital e garantia de retorno ao investimento. E também para evitar que outros se aproximem do invento.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa inicialmente abordado, foi respondido, considerando que houve possibilidade de verificar, por meio da presente pesquisa, alternativas ao desenvolvimento de inovações por meio da cooperação tecnológica entre diferentes agentes. O objetivo aqui, foi investigar basicamente a relação entre dois destes agentes: empresas x universidades, embora a literatura apresente outras formas complementares de parcerias estratégias que apresentam êxito.

Diferentemente do que ocorre em outros países, o Brasil ainda necessita de maior desenvolvimento, estrutura e continuidade de programas que fomentem o desenvolvimento

de pesquisas. Entende-se como um dos papeis das universidades junto à sociedade, criar iniciativas e possibilidades que demonstrem ao empresariado brasileiro, quais vantagens podem ser geradas dentro deste contexto cooperativo.

Como sugestão para continuidade do tema pesquisado, elencam-se algumas possibilidades:

- Averiguar mais a fundo e com maior extensividade como o fenômeno da cooperação vem se desenvolvendo ao redor do mundo;
- Pesquisar novos casos que sejam exemplos de sucesso e as variáveis envolvidas no processo de negociação;
- Registrar o vínculo do fenômeno da cooperação com políticas de propriedade intelectual;
- Ampliar a utilização de meios de comunicação de fácil acesso, com vistas a troca de informações entre universidades e empresas;
- Fomentar elos de parceria duradouros, dotados de reconhecimento público de metas e objetivos alcançados conjuntamente, entre os atores da cooperação;

Como principais limitações entende-se que a pesquisa bibliográfica, de forma a explorar o conhecimento sobre um tema, é apenas um primeiro passo metodológico, devendo esta, ainda em fase qualitativa, ser mais desenvolvida. É possível complementar o desenvolvimento com pesquisas quantitativas, to tipo *surveys*, de modo a enriquecer o processo com dados abrangentes de universidades e empresas, podendo inclusive, iniciar em um projeto piloto, caracterizando a realidade do Estado do Paraná.

O processo de aprendizagem organizacional abre infinitas possibilidades de aprimoramento, sob a ótica de que o desenvolvimento econômico tem como uma de suas origens a inovação. Com a contemporânea visão de que o tempo e o capital financeiro são recursos restritos e muitas vezez mutuamente excludentes, é primordial a eficácia em operações que necessitam envolvê-los para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M.H; TORKOMIAN, A. L. V. Cooperação Universidade-Empresa: uma relação direcionada à Inovação Aberta. **Anais de Eventos:** XXXIII Encontro da ANPAD – ENANPAD. São Paulo, 2009

BRASIL. **Livro branco da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80p.

BREZNITZ, Dan. **Why Germany Dominates the U.S**. **in Innovation.** Harvard Business Review: Innovation, 27 de maio, 2014. Disponível em: <https://hbr.org/2014/05/why-germany-dominates-the-u-s-in-innovation/>. Acesso em: 30 set. 2015.

CASTRO, Alexandre Camargo; JANNUZZI, Celeste Aída Sirotheau Corrêa; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Produção e disseminação de informação tecnológica: a atuação da Inova - Agência de Inovação da UNICAMP. **TransInformação**, Campinas, 19 (3): 265-277, set./dez., 2007.

CHESBROUGH, H. W. **Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

CUNICO, E. **Cooperação Tecnológica: um estudo das práticas de Ecoinovação nas Indústrias Paranaenses Processadoras de Mandioca**. Dissertação **(**Mestrado em Administração). São Paulo: UNINOVE, 2013.

DI GIORGIO, R. C. **Propriedade Intelectual**: fatores estratégicos na transferência de resultados para as empresas. Microsoft Brasil: São Paulo, 2005.

ETZKOWITZ, H. Entrepeneurial science in the academy: a case of transformation of norms. **Social Problems***,* v.36, n.1, p.14-29, 1989.

FAGERBERG, J; MOWERY, D. C; E VERSPAGEN, B.The evolution of Norway's national innovation system. ***Science and Public Policy,*** 36(6), July 2009, pages 431–444 DOI: 10.3152/030234209X460944 Disponível em: ttp://www.ingentaconnect.com/content/oup/spp /2009/00000036/00000006/oken=0050112b7437a63736a6f3847654c3e663f5f533a4a6f644a467c79675d7c4e724770ec007ca8c83. Acesso em: 18 mar. 2013.

FAGERBERG, J. SAPPRASERT, K. National innovation systems: the emergence of a new approach. ***Science and Public Policy,*** 38(9), November 2011, pages 669–679 DOI: 10.3152/030234211X13070021633369. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com /content/beech/spp>. Acesso em: 21 abr. 2013.

FREEMAN, C. (1995). **The National Systems of Innovation in historical perspective.** Cambridge Journal of Economics 19, 5-24. Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/ content/19/1/5.full.pdf+html>. Acesso em: 07 set. 2015.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. London: Penguin, Cap. 11, 1997.

FRITSCH, M. GRAF, H. How sub-national conditions affect regional innovation systems: The case of the two Germanys. **Papers in Regional Science**. Volume 90 Number 2 June 2011. Received: 18 July 2010 / Accepted: 9 March 2011. 2011 RSAI. Published by Blackwell Publishing, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden MA 02148, USA.

FROIS, E; PARREIRAS, F. S. **Análise do Processo de Inovação Tecnológica em uma Incubadora Universitária sob a Perspectiva do Modelo de Cambridge**. Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.fernando.parreiras.nom.br>. Acesso em: 07 set. 2015.

GEISLER, E. Explaining the generation and performance of intersector technology cooperation: a survey of the literature. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 13, n. 2, p. 195-206, 2001.

HITT, M. A.; IRELAND, D. R.; HOSKISSON, R. B. **Administração Estratégica:** competitividade e globalização. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

IEIS, F.; SILVA, C. L. da.; BASSI, N.S.S.; POIT, D.R. Sistema Nacional de Inovação: Relações de Cooperação para Inovar nas Empresas Privadas e Estatais Brasileiras. **Espacios.** Vol. 34 (7) 2013. Pág. 5.

LUNDVALL. A. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. Parcerias Estratégicas. **Anthem Press.** nr. 10, p. 200-218. Março, 2010.

MANZINI, S. T. The national systenn of innovation concept: An ontological review and critique. Research Article. Received: 09 Dec. 2011, Published: 06 Sept. 2012. **AOSIS Open Journals**. Disponível em: http://www.sajs.co.za/sites/default/files/publications/pdf/1038-9432-4-PB.pdf. Acesso em: Maio. 2013.

NEUBERGER, D.; MARIN, S.R.; A Problemática Do Sistema Nacional De Inovação Brasileiro. **Anais de Eventos**. 1° Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento. 2013. Disponível em: < http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/wp-content/uploads/2013/08/1_A-PROBLEM%C3%81TICA-DO-SISTEMA-NACIONAL-DE-INOVA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 29 SET 2015.

NOVELI, M. SEGATTO, A. P. **P**rocesso de cooperação universidade-empresa para a inovação tecnológica em um parque tecnológico: evidências empíricas e proposição de um modelo. conceitual. **Revista de Administração e Inovação -RAI**, São Paulo, v. 9, n.1, p.81-105, jan.-mar/2012.

OCDE. ***Manual de Oslo***. Paris, Eurostat, 3ª edição, 2005. Traduzido pela FINEP.

OCDE (2015), Development Co-operation Report 2015: Making Partnerships Effective Coalitions for Action, **OECD Publishing**, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/dcr-2015-en> Acesso em: 20 set. 2015.

OLIVEIRA, V.P.; CHIARINI, T.; RAPINI, M.S.; BITTENCOURT, P.F.; Análise Exploratória Da Produção De Conhecimento Na Região Sul Do Brasil E As Relações Universidade-Empresa. **Anais de Eventos.** XVIII Encontro de Economia da Região Sul, Porto Alegre 10 a 12 de Junho de 2015.

OLIVEIRA, R; VELHO, L. **Benefícios e riscos da proteção e comercialização da pesquisa acadêmica**: uma discussão necessária. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 25-54, 2009.

PAIVA, E. L.; CARVALHO JR., J. M.; FENSTERSEIFER, J. E. **Estratégia de produção e operações**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PELEGRIN, I.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Inovação: uma discussão conceitual a partir da perspectiva da cadeia de valor**. Documento, 2013.

PLONSKI, G. A.. **Cooeração empresa-universidade na Ibero-América:** estágio atual e perspectivas. Anais do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, São Paulo, SP, Brasil, 1994.

PÓVOA, L.M.C. A universidade deve patentear suas invenções? **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 9 (2), p. 231-256, julho/dezembro. 2010.

QUANDT, C. O. Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. **Revista de Administração e Inovação - RAI**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.141-166, jan./mar. 2012.

SELLTIZ, C. et. Alii. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**, São Paulo: Herder, 1974.

SCHILLER, M. C. O. S. Inovação, Redes, Espaço e desenvolvimento. **Epapers** 2008. 302p.

SEGATTO-MENDES, A. P. MENDES, N. Cooperação Tecnológica Universidade-Empresa para Eficiência Energética: um Estudo de Caso. **Revista de Administração Contemporânea - RAC,** Edição Especial 2006: 53-75. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v10nspe/v10nspea04.pdf>. Acesso em: Setembro. 2013.

SUTZ, J. (2000). The university-industry-government relations in Latin America. **Research Policy**, 29(2), 279-290.

WANG, Y. Research on Foreign Innovative Countries and Their Revelations. **Canadian Social Science**, Vol.5 No.1 February 2009. Received 18 January 2009; accepted 20 February 2009.

WEBSTER, A. & ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: the second academic revolution: a framework paper for the proposed Research Workshop on Academic-Industry Relations. ***Science Policy Support Group***. (1991- Concept Paper. 4.)

[1] http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=53443&c=5&q=unicamp-realiza-o-maior-licenciamento-de-patentes

CAPÍTULO 12

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 11/01/2021

Ralph José Neves dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
UNIMONTES
Pirapora-MG
Orcid: 0000-0003-3936-3442

RESUMO: Este artigo trata de um tema que não é recente, mas que é relevante e polêmico nos debates atuais – definir desenvolvimento, tanto social como economicamente. Para entendimento, num primeiro momento foram expostos fragmentos teóricos de alguns estudiosos clássicos e atuais, relacionados ao que se considera desenvolvimento econômico. Num segundo momento, explanou-se sobre algumas teorias que tratam do desenvolvimento social, especialmente sob uma perspectiva humana. Em ambas as teorias, buscou-se também situar contextualmente o Brasil nas discussões, tanto do ponto de vista histórico quanto econômico e social. Ao final, foram elaboradas algumas considerações e críticas acerca do estudo, respondendo principalmente ao questionamento que deu origem ao título deste artigo.
PALAVRAS - CHAVE: desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; Estado.

ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT: TWO SIDES OF THE SAME CURRENCY?

ABSTRACT: This article deals with a theme that is not recent, but that is relevant and controversial in current debates – a to define development, both socially and economically. For understanding, at first, theoretical fragments of some classic and current scholars were exposed, related to what is considered economic development. In a second moment, it was explained about some theories that deal with social development, especially from a human perspective. In both theories, it was also sought to situate Brazil contextually in the discussions, both from a historical, economic and social point of view. At the end, some considerations and criticisms about the study were elaborated, answering mainly to the questioning that gave rise to the title of this article.
KEYWORDS: economic development; Social development; State.

1 I INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir duas visões relevantes, que são conhecidas a partir do que se considera desenvolvimento: o lado social e o lado econômico. Não objetiva-se, no entanto, esgotar o tema, ou ser tautológico, e sim, explanar acerca de tais teorias, identificando pontos de divergência e convergência entre ambas, com o intuito de sedimentar o conhecimento atual.

Para tanto, o debate será permeado por

autores clássicos e atuais, verificando a contribuição de cada um no tocante aos temas, objetivando compreender as relações de concordância e antagônicas que venham a existir entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o problema inicial deste estudo foi definir *Desenvolvimento*, concretamente como palavra e de forma abstrata como fenômeno. A partir desses conceitos, tentar compreender ou responder: O que é desenvolvimento social? O que é desenvolvimento econômico? Ambos existem? Se sim, onde se unem, onde se repelem? São lados da mesma moeda ou são moedas distintas?

Atualmente a discussão sobre desenvolvimento também ganha destaque no Brasil, especialmente na esfera política, onde grupos antagônicos disputaram o poder nas últimas eleições, mormente na esfera federal, deixando claro para a população, as suas distintas visões no tocante à economia e às questões sociais.

Por fim, acredita-se que o presente estudo contribui para esclarecer a importância do conhecimento de ambos os conceitos, bem como compreender as relações existentes entre eles.

2 | CONCEITUANDO DESENVOLVIMENTO: ECONÔMICO E SOCIAL

Inicialmente torna-se necessário definir a palavra desenvolvimento, em seu cerne. Segundo o dicionário, desenvolvimento tem o mesmo sentido de "crescimento e progresso". Da mesma forma, a palavra crescimento tem como um dos seus significados "aumento de uma quantidade ou grandeza [...]". Já a palavra progresso é definida também como "marcha para frente". (FERREIRA, 2004, p. 198, 226 e 581).

Buscando esclarecer ainda mais o vocábulo desenvolvimento, descobre-se que "envolver" é o mesmo que "cercar, rodear, encerrar ou conter". De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, o prefixo *des* tem "a noção básica de: (ii) cessação de algum estado primitivo ou de uma situação anterior" (CUNHA, 2010, p. 207). Daí, pode-se inferir que desenvolver é sair de uma condição de contenção para algo mais, além de um limite.

Nota-se que, a partir dessas definições iniciais, o desenvolvimento pode ser visto como algo positivo, e de certa forma, ligado ao aspecto quantitativo, sem fazer aqui nenhum tipo de juízo de valor.

Vale ressaltar, no entanto, que não é escopo deste estudo pesquisar a origem do desenvolvimento e suas transformações durante os tempos. Tem por objetivo definir o que é desenvolvimento, para tentar compreender suas principais relações, sejam elas colidentes ou não, a partir das óticas social e econômica.

Para tanto, é mister convidar para o debate, cujo tema principal é o desenvolvimento, alguns autores e estudiosos relevantes na história, a fim de que se possa começar a sedimentar o conhecimento já existente sobre o assunto. Assim, é interessante iniciar pelos

economistas clássicos.

O termo desenvolvimento pode ser encontrado na obra do economista clássico, Adam Smith (1723-1790), com o sentido de prosperidade ou riqueza. Para o autor, uma nação rica/próspera/desenvolvida seria aquela que conseguisse produzir mais do que toda a sua população pudesse consumir.

> O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. (SMITH, 1983, p. 35).

Contudo, Adam Smith acreditava que esse "desenvolvimento" seria possível se o foco estivesse na produtividade e na individualidade. A primeira seria alcançada por meio de uma quantidade maior de trabalhadores disposta ao trabalho e a segunda, através da liberdade individual, onde mesmo que cada um produzisse pensando somente em si, portanto, de forma egoísta, todos seriam beneficiados por aquela produção.

Já para Thomas Malthus (1766-1834), demógrafo e economista clássico, a ideia principal deveria estar focada na produção de alimentos proporcional à quantidade de habitantes. Percebe-se que ele segue a mesma linha de Adam Smith, porém, preocupa-se com o crescimento da população e defende uma maior intervenção do Estado nesse aspecto.

Outro dos economistas clássicos referenciados neste texto, é David Ricardo (1772-1823). Seguindo também as mesmas linhas de pensamento de Adam Smith e de Malthus, Ricardo se diferencia pela discussão dos salários. Ele acreditava que quanto maior a população, menor o nível de desenvolvimento, uma vez que a oferta de mão-de-obra seria maior que a demanda de capacidade das indústrias, o que afetaria os salários, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores e aumentando os lucros dos capitalistas.

Para John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico, assim como seus colegas anteriormente citados, o princípio da liberdade deveria ser defendido. Entretanto, ele se preocupava com a igualdade entre homens e mulheres e com o papel do Estado em intervir em algumas áreas, tornando os cidadãos mais educados e preparados para assumir novas responsabilidades. Mill foi um dos primeiros economistas a falar em variáveis não econômicas quando tratava de desenvolvimento. Seria então uma primeira visão social no desenvolvimento econômico.

> Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é o de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico; que pensam que atropelar e pisar os outros, dar cotoveladas e andar sempre no encalço do outro são o destino

> mais desejável da espécie humana, quando na realidade são os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial. (MILL, 1983, p. 252).

Na visão de Marx (1818-1883), o desenvolvimento pode ser compreendido a partir do que considera como "desenvolvimento histórico", ou seja, um processo pelo qual um país atinge determinados patamares, tendo como base uma perspectiva evolutiva de sociedade, passando necessariamente por etapas. Segundo o autor (2002, p. 17-18), "[...] uma nação deve e pode aprender de outra. [...] não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento".

Por fim, o último autor a ser citado é John Maynard Keynes (1883-1946), economista e empresário, que defendia a intervenção do Estado na economia, pois não acreditava na tão propalada estabilidade do sistema capitalista. Isso é claro em sua obra mais importante: "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", publicada em 1936.

Na visão de Keynes, o Estado poderia gerar demandas para elevar os níveis de emprego, o que acarretaria em maiores possibilidades de desenvolvimento da nação, especialmente aos países derrotados e devastados durante a guerra. Sua teoria ficou conhecida como *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social, implantada após a Segunda Guerra Mundial, perdurando até os anos finais da década de 1960.

Torna-se claro, após a explanação de todos esses autores clássicos, a forte presença econômica quando o tema desenvolvimento está em evidência. O crescimento de uma nação está sempre associado à sua economia, e isso leva em conta, o trabalho, a produção, a produtividade e a quantidade de habitantes. Aliás, quantidade parece ser a palavra ideal para definir desenvolvimento, haja vista que o mesmo é analisado pela maioria desses autores, sob o prisma quantitativo.

Nesse sentido, é importante analisar o desenvolvimento pelo viés econômico, dando ênfase a autores que construíram suas teorias, mormente a partir do século XX, para ser mais exato, após a chamada *"Era de Ouro do Capitalismo"*, assim denominada pelo historiador Eric Hobsbawn, cujo período está compreendido entre 1945 (pós II Guerra Mundial) e 1973 (Crise do Petróleo).

> [...] Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. [...] Contudo, só depois que passou o grande ***boom***, nos conturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores - sobretudo, para início de conversa, os economistas - começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez única. [...] O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise. (HOBSBAWN, 1995, p. 253).

Após a II Guerra Mundial, muitos países, especialmente os participantes diretos dela, buscaram sua reconstrução. Tanto os devedores, que perderam a guerra, quanto os credores, como os Estados Unidos, necessitavam organizarem-se economicamente, a fim de confirmar seu papel de potência mundial naquele momento.

2.1 Desenvolvimento econômico: um lado da moeda

Diante desse cenário, os países passaram a se preocupar mais com o desenvolvimento de sua economia, tanto para a referida reconstrução quanto para a sua expansão. Para o sociólogo americano, Immanuel Wallerstein (2002), esse desenvolvimento econômico tão almejado pelos países no pós-guerra, era o chamado "desenvolvimento nacional", ou seja, a recuperação, a reconstrução e a reafirmação das nações, eram vistos de forma endógena, onde o Estado tinha papel fundamental nessas ações, e a "autodeterminação do povo", segundo ele, seriam essenciais para o alcance dos seus objetivos. Segundo Wallerstein (2002, p. 123), "[...] se havia vontade e investimento, se podia modernizar aceleradamente a tecnologia e elevar assim o nível de vida geral".

Pode-se inferir dessa afirmação do sociólogo estadunidense, que a industrialização seria uma das formas relevantes e principais, através da qual as nações poderiam buscar o desenvolvimento econômico, mormente quando se utiliza a palavra *tecnologia* em seu texto. "Modernizar aceleradamente a tecnologia" pode ser lida como "investir na industrialização a fim de desenvolver-se internamente".

A fórmula parecia então ter sido encontrada. A ascensão do país seria definida pelo desenvolvimento econômico, sendo este alcançado pelos incentivos do Estado mais um forte investimento na industrialização de cada nação.

Contudo, a realidade histórica mostra um resultado diferente do que se planejava (se é que houve um planejamento), principalmente para os chamados países periféricos ou dependentes, como, por exemplo, o Brasil. O chamado "desenvolvimento para dentro", era sim uma saída para os países no pós-guerra, porém, a pergunta a ser respondida era: De onde viriam os recursos a serem investidos nessa nova política desenvolvimentista dos países dependentes? A resposta parecia bastante clara: dos países centrais ou desenvolvidos.

O desenvolvimento econômico, de acordo com a teoria centro-periferia, teria, portanto, suas raízes nos chamados países de centro, a partir de uma visão capitalista, buscando a expansão de mercado. Aos países periféricos restaria submeterem-se às políticas expansionistas dessas nações, criando (ou reforçando) uma relação de dependência.

Dependência essa que, para Cardoso e Faletto (1970), era chamada de "desenvolvimento dependente associado", ou seja, a abertura do mercado interno para o mercado externo. Os mesmos autores defendiam que:

> [...] a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos ***desenvolvimento e dependência,*** permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO E FALETTO, 1970, p. 141).

Percebe-se por essas evidências que o desenvolvimento econômico, no Brasil, na América Latina e em todo mundo, de uma forma generalizada, ocorreu de forma desordenada e dependente, especialmente nos países chamados periféricos. O que se pode inferir é a ocorrência de certo crescimento econômico nesses países, o que não implica necessariamente em desenvolvimento. Esse crescimento foi implementado pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, embora ressalta-se que, à custa desse "desenvolvimento" três consequências foram vislumbradas, trazendo à tona novamente o debate sobre o desenvolvimento econômico: 1) as fortes desigualdades sociais desenhadas no âmbito interno dos países; 2) a clara divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; 3) aumento no endividamento externo dos países periféricos.

Em 1973, esse *boom* do desenvolvimento econômico sofre um forte impacto, causado pela chamada Crise do Petróleo. Tantos os países desenvolvidos como os subdesenvolvidos se veem fragilizados diante de um problema que naquele momento se tornava global e não mais local, devido às vigorosas relações de dependência. Agora a pergunta a ser respondida é: O que fazer para que o desenvolvimento econômico perdure, ainda que diante de uma grande crise? A resposta mais simples: buscar um culpado. Dessa vez a intervenção do Estado parece ser o mais plausível na visão dos economistas e capitalistas.

A partir dessa visão, a economia de mercado parece ser a solução de todos os problemas, e o liberalismo surge novamente como única alternativa para que as nações voltem a produzir, vender e consequentemente desenvolver-se economicamente.

Entretanto, há que se ressaltar que a crise em si não apresenta somente aspectos negativos. A partir dela, pode-se também descortinar alguns problemas, que até então eram despercebidos ou velados pelos países de centro ou pelas classes dominantes, como por exemplo o subdesenvolvimento e as grandes desigualdades sociais. Num cenário de crescimento, é possível acreditar que "todos", indistintamente, participam desse crescimento, o que não traduz a realidade.

Para o economista brasileiro, Celso Furtado, o desenvolvimento tende a criar desigualdades, e a partir dele surge o subdesenvolvimento. Enxergar as coisas sob o viés econômico é importante, mas não é essencial. Segundo o autor, "a reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade". (FURTADO, 1976, p. 25).

> Se tivesse que singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a História, diria que ela se traduz na dicotomia ***desenvolvimento-subdesenvolvimento,*** que utilizei como título do livro em que reuni meus primeiros ensaios de teoria econômica. (FURTADO, 1990, p.171).

Essas afirmativas de Celso Furtado trazem à tona importantes questionamentos acerca do desenvolvimento econômico. O primeiro deles é: Por que o enfoque econômico deve ser o mais relevante no desenvolvimento de uma nação? O segundo: O desenvolvimento econômico prevê ou abarca o crescimento da população como um todo? O último: O desenvolvimento social não seria mais interessante que o desenvolvimento econômico?

Inicia-se então aqui a busca por essas e outras respostas, que possam trazer a compreensão sobre o que perpassa o desenvolvimento social e suas possíveis contribuições, em comparação às ideias já expostas acerca do desenvolvimento econômico.

2.2 Desenvolvimento social: outro lado da moeda

Definir desenvolvimento social não é tarefa simples. Muitas pessoas podem cometer o engano ao tentar conceituá-lo como oposição ao desenvolvimento econômico, o que seria simplório e uma inverdade, pois a sua compreensão é bem mais ampla.

Ao se acessar a internet, utilizando a expressão "desenvolvimento social" em alguns sites de busca, as respostas encontradas serão bem parecidas. Atrela-se desenvolvimento social a desenvolvimento humano, ou qualidade de vida e a órgãos públicos que promovem programas sociais, dentre eles um que é relevante citar: O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES.

Segundo o site do referido banco:

> O BNDES apoia projetos com impacto direto na melhoria das condições de vida da população brasileira. O Banco disponibiliza diversos mecanismos de financiamento, com investimentos que beneficiam os empreendedores de baixa renda, buscam ampliar serviços de saúde e educação, e que visam à redução das desigualdades regionais, dentre outros objetivos. O cumprimento dos direitos sociais também é indispensável no processo de aprovação de financiamentos do BNDES e tem a mesma relevância das exigências financeiras e econômicas. O Banco busca maximizar os impactos sociais positivos dos projetos que financia, como a geração e manutenção de empregos e o incremento do desenvolvimento local. (BNDES, 2015).

Nota-se, pelo exposto acima, que o desenvolvimento social aparece intimamente ligado aos aspectos econômicos, quando se afirma que "[...] o cumprimento dos direitos sociais tem a mesma relevância das exigências financeiras e econômicas". Todavia, é preciso a compreensão de que, mesmo sendo uma empresa pública federal, o BNDES é um banco, e como tal tem o seu foco voltado para a área econômica e financeira.

Já a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46-47), busca também uma definição para o que considera desenvolvimento:

> Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida.

É possível entender, a partir do excerto acima, que dois termos corroboram com a busca pela definição do desenvolvimento, sendo "aspirações humanas" e "qualidade de vida", ou seja, o desenvolvimento deve (ou deveria) partir das necessidades humanas, bem como compreender o que se entende por qualidade de vida.

O Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – define que: "o conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do o que de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento". (PNUD, 1996, p. 01).

Ora, se o desenvolvimento humano está associado à qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, são os indivíduos que compõem o tecido social, seria cristalino deduzir que o desenvolvimento econômico não deve ser a origem para a compreensão das relações sociais e sim o contrário. O fator econômico, portanto, seria um dos aspectos importantes na sociedade, e não o principal.

Entretanto, no mesmo relatório do PNUD, encontra-se a seguinte afirmação:

> [...] o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população [...]. (PNUD, 1996, p. 01).

Constata-se então, que a afirmação contrapõe ao que se tenta definir como desenvolvimento social. Se desenvolver, conforme definido no início deste capítulo, é sair de uma condição de contenção para algo mais, além de um limite. Se essa condição implica em melhorias na qualidade de vida das pessoas, ou seja, da sociedade, e, que o crescimento não assegura a melhoria de vida da população, qual o sentido do desenvolvimento econômico para as pessoas?

Celso Furtado responde:

> [...] a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

É válido neste momento retomar o discurso de Mill (1983, p. 252), exposto no início deste capítulo, quando diz: "Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é o de sempre lutar para

progredir do ponto de vista econômico [...]".

Santos (2010, p. 04), corrobora, salientando que: "O desenvolvimento diz respeito à transformação da vida e das expectativas dos habitantes de um país, indo muito além de simples crescimento da renda monetária".

Até aqui torna-se perceptível que o desenvolvimento econômico é relevante, porém, ao que parece, ele não deveria indicar sozinho os caminhos pelos quais a sociedade precisa caminhar. Aliás, talvez fosse interessante que ele fosse guiado e não guiasse. Nesse caminho surge então uma indagação: Quem pode ou deve ser o condutor nessa caminhada?

Adam Przeworski arrisca:

> A teoria econômica mais recente mostra que os mercados não são eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as soluções de mercado. O Estado tem importante papel a desempenhar não só no que diz respeito a garantir a segurança material para todos e a buscar outros objetivos sociais, mas também como promotor do desenvolvimento econômico. (PRZEWORSKI, 2010, p. 40).

Locke (1988) *apud* Matias-Pereira (2010, p. 34) aponta que o Estado "tem como finalidade precípua atender à razão natural da vida em sociedade e promover a realização das expectativas do homem em busca da felicidade comum, ou seja, do bem comum".

Matias-Pereira (2010) insiste:

> O Estado é o detentor da soberania, e a soberania define-se pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre os assuntos de natureza coletiva, devendo agir sempre e em todos os atos de conformidade com o interesse coletivo. (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 34).

Torna-se nítido então que o Estado tem as prerrogativas necessárias para dar rumo às questões econômicas e políticas, definindo ou pelo menos indicando qual o caminho mais seguro a sociedade pode seguir, priorizando suas decisões sob a ótica do desenvolvimento social e não somente pelo viés econômico.

Para Habermas (2000), o Estado Social é o final de uma evolução pela qual o Estado tem passado, especialmente a partir do século XIX. O autor então define alguns dos objetivos desse Estado Social:

> A dialética entre igualdade jurídica e desigualdade real fundamenta a tarefa do Estado social que consiste em assegurar condições de vida sociais, tecnológicas e ecológicas que permitam a todos, em condições de igualdade de oportunidades, tirarem proveito dos direitos cívicos igualmente distribuídos. (HABERMAS *apud* MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 64).

Entende-se, a partir dessas informações, que o Estado tem o poder de dirimir suas ações, bastando para tanto, que sua administração seja realizada com o intuito de

prover a sociedade com políticas públicas que alcancem toda a população e não somente determinadas classes.

Nesse sentido, surge um novo termo na literatura que tenta "orientar" os administradores públicos quanto aos problemas detectados nos países em desenvolvimento, essa palavra é "Governança". Matias-Pereira (2010, p. 73-74) afirma que: "No final dos anos 1980, o termo governança ressurgiu nas ações e decisões do Banco Mundial, em decorrência da percepção de que havia problemas de "má governança" nos países em vias de desenvolvimento". O autor explica que: "na formulação proposta pelo Banco Mundial, governança é definida originalmente como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais tendo em vista o desenvolvimento".

A ideia central da governança seria dar transparência aos atos públicos e que as políticas sociais fossem definidas em conformidade com aquilo que realmente fosse desejo da maioria da população, tornando-as literalmente efetivas. Pelas fortes desigualdades evidenciadas hoje nos países, mormente no Brasil, parece, *a priori,* que o modelo de governança não funcionou, considerando-se que ele tenha sido almejado um dia.

Verifica-se, finalmente, que o conceito de desenvolvimento social ao mesmo tempo em que é vago, é também bastante amplo. Definir o que é social, parece da mesma forma ser difícil, especialmente quando o conceito de econômico está tão arraigado na vida das pessoas e na visão do Estado.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição de algumas teorias relacionadas tanto ao desenvolvimento econômico quanto ao desenvolvimento social, podem-se inferir algumas considerações, que não tem o objetivo de cessar os debates sobre o tema, mas pelo contrário, chamar a atenção para a necessidade de se discutir esses "dois lados da moeda", para que o conhecimento possa ser ampliado.

Comparar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social não parece ser a maneira mais justa de iniciar o debate, haja vista que o primeiro tem ideologicamente forte penetração na mente e na vida das pessoas. A princípio parece que a lógica econômica é a única forma racional de conduta de vida e o Estado a reproduz de forma consciente. Por outro lado, falar de desenvolvimento social soa utópico, principalmente quando se tem a visão de que o social deve sempre estar envolto pelo econômico. Sem este aquele não funciona.

Outro tópico essencial nesta discussão é o papel do Estado. Enfático mais no viés econômico que no social, ele reproduz a ideologia de uma classe que defende o liberalismo e o individualismo como desenvolvimento, deixando à margem questões sociais relevantes. Em 1848, Karl Marx, em sua obra intitulada "Manifesto do Partido Comunista", antecipava o que ocorre ainda hoje, quando dizia que "o Estado é o comitê executivo da classe

burguesa". Ou seja, a velha utopia de que o Estado é neutro.

Vale ressaltar que as considerações acerca do desenvolvimento econômico não têm por objetivo aqui endemonizar o desenvolvimento econômico e canonizar o desenvolvimento social. Acredita-se que os dois necessitam caminhar juntos, sem a imposição de que um é melhor que o outro. Ainda que essa afirmação possa parecer utópica, é essencial lembrar que alguns governos, em diversas épocas e países, já conseguiram minimizar alguns problemas sociais que pareciam, a princípio, sem soluções.

Finalmente, é possível compreender que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são cada qual o lado de uma moeda. Cabe a cada país, a cada governo definir ou decidir qual face da moeda desejam privilegiar, se a dimensão social ou a dimensão econômica, e compreender que essa decisão certamente trará grandes consequências à população.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*: o minidicionário da Língua Portuguesa. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento:* enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. *Estudos Avançados (USP)*, v.4, n. 8, p.166-187, São Paulo, Jan./Abr. 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política, L.I., v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILL, John S. *Princípios de economia política*: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v. (Coleção Os Economistas).

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agente* x *principal*. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. São Paulo: FGV, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas públicas: contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo*: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Desenvolvimento Social e Urbano. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Desenvolvimento_Social_e_Urbano/. Acesso em 12/07/2015.

CAPÍTULO 13

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 22/03/2021

Allain Wilham Silva de Oliveira
Cap -Coluni UFV
http://lattes.cnpq.br/5753989237261777

Este artigo procede da Tese de Doutoramento de Allain Wilham Silva de Oliveira, intitulada "Desenvolvimento Territorial, Políticas públicas e Inovação social no Alto Jequitinhonha –MG", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", CampusPresidente Prudente, para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

RESUMO: A abordagem sobre um território para o desenvolvimento busca analisar, sob a ótica sociespacial, as políticas públicas. O Programa nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), a partir de 2004, propôs uma politica publica direcionada a agricultura familiar com um ciclo de gestão a partir das relações locais. Neste quadro forma o Território rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a chamar Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, que produz uma institucionalidade para uma governança desta *policy-making.* Desta articulação, e originados de politicas de coexistência e convivência dos poderes locais, surgem os círculos de cooperação social (CCS), cuja origem discutiremos neste artigo, enquanto uma ação política, bem como quanto a sua função na *policy-making*, a sua ação no território com um grau de funcionalidade. Por fim, trataremos das possibilidades desta forma de organização territorial para uma economia social e solidária, tais como para a criação de empoderamento, e atendimento às necessidades básicas e inclusão social, ações estas que levam à inovação socioespacial.

PALAVRAS - CHAVE: Círculos de Cooperação social, políticas públicas, desenvolvimento territorial, inovação social.

TERRITORIAL DEVELOPMENT, PUBLIC POLICIES AND SOCIAL INNOVATION IN ALTO JEQUITINHONHA REGION, MG: SOCIAL COOPERATION CIRCLES AS A STRUCTURING EFFECT IN THE TERRITORY

ABSTRACT: The pproach of a territory, for its development, sets out to analyze public policies, from the sociospatial viewpoint. The Rural Territories Sustainable Development Program (PRONAT) has proposed, from 2004 onwards, a public policy driven to family agriculture, with a management cycle based on local relations. Within this framework, it created the Alto Jequitinhonha Region Rural Territory, which, from 2008 onwards, has been called Alto Jequitinhonha Region Cityzenship Territory, that produces institutionality for the governance of such policy making. From this articulation, and springing from policies of coexistance and interaction among local authorities, the so-called Social Cooperation Circles (CCS) emerge, whose origin as a political action we discuss in this paper, as well as regarding its role in policy making, and its effect on the territory with a certain degree of functionality. At last, the paper handles the possibilities this form of territorial

organization yields for an economy that is social and solidary, such as empowerment creation and compliance with basic needs and social inclusion. These actions bring about sociospatial innovation.
KEYWORDS: Social Cooperation Circles, public policies, territorial development, social innovation.

1 I INTRODUÇÃO

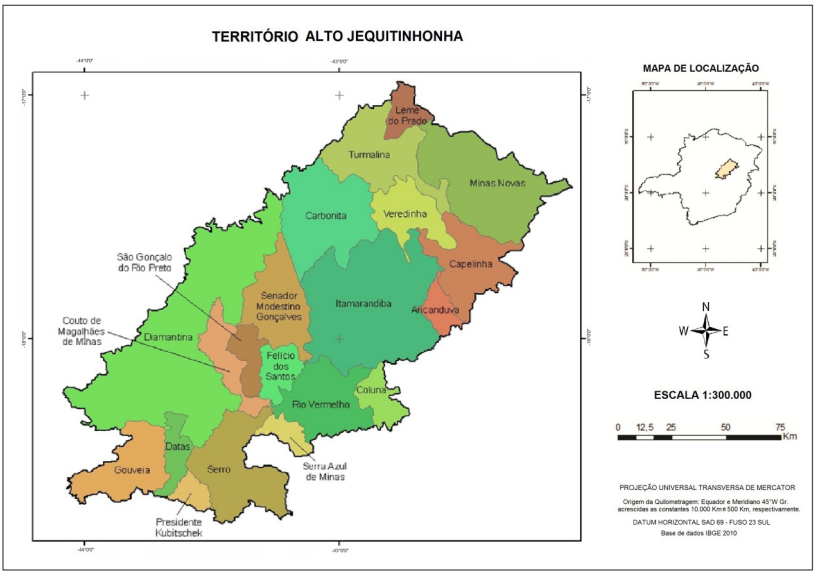
A perspectiva de políticas publica de desenvolvimento territorial para uma determinada especificidade da população os agricultores familiares, adotados pelo governo intitulado de democrático popular, na primeira década deste século passaram a valorizar a participação e a inclusão social, sendo incorporada a ideia do desenvolvimento territorial, na qual se considera todo o espaço rural e não apenas o setor agrícola, com um apelo a uma gestão não centrada no Estado, mas participativa no local . As reflexões em torno desse processo apontaram a necessidade de articulação entre as políticas públicas e as iniciativas emanadas da sociedade civil organizada, bem como a criação de mecanismos que possibilitassem maior inclusão de organizações representativas nas decisões sobre os rumos, ações e recursos dessas *policy-making*. O resultado foi a criação, em 2004, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Desta politica é criado é no Vale do Jequitinhonha, MG, o Território Rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a se chamar de Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, conhecida por baixos indicadores sociais, com uma agricultura familiar praticada não integrada ao complexo agroindustrial, e ainda a existência de movimentos de agricultores familiares organizados e participativos.

Portanto, propõe-se, neste artigo, a partir das ações do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania, empenhadas por meio da gestão participativa o surgimento de estratégias e ações de participação locais que denominamos de círculos de cooperação social (CSS) vinculados as institucionalidades configuradas no Território Alto Jequitinhonha (figura 1) no qual vamos discorrer sob a ótica socioespacial .

Será perscrutada a formulação de grupos de trabalho, bem como a articulação destes com a política governamental para a demonstração de táticas e estratégias que possibilitam a inovação social, com a criação de círculos de cooperação social institucionalizados no Território da Cidadania do alto Jequitinhonha.

Desta forma este artigo se divide primeiramente na institucionalidade que origina estes os CSS, em seguida na sua a função e posteriormente na sua ação no território por fim uma abordagem sobre sua possibilidade em políticas públicas de desenvolvimento territorial uma conclusão.



Figura(1) Localizacao do terriorio rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a denominar terriorio da cidadania do alto Jequitinhonha.

Organizador: Allain W S Oliveira

2 I INSTITUCIONALIDADES DO TERRITÓRIO ALTO JEQUITINHONHA

O território é uma constituição espacial envolvida em relações de poder, pois elas moldam e são moldadas por políticas, opções e decisões dos atores sociais. Sendo assim, a tomada de decisão, integração entre os grupos territoriais (MOULAERT, 2008) e o empoderamento são elementos importantes para o entendimento de um desenvolvimento territorial crítico, ao qual a governança dá um sentido, pois ela é o conjunto de processos e instituições que intervém em uma sociedade local, articulado em escala (DI MÉO; BULÉON, 2005).

A formação de gestão participativa exige um processo de criação de uma governança local, e tem se tornado fato ou circunstância presente em alguns panoramas. Ela é fundamental para uma mudança nas relações de poder e uma das diretrizes do programa de desenvolvimento territorial, por meio da gestão social; é a capacidade de criação de novas institucionalidades que estabeleçam nas disputas momentos de acordo. Os desafios para a constituição desse cenário envolvem diversas esferas do poder público e movimentos sociais - todo esse processo ainda articulado em escalas, como o MDA e instituições públicas do Estado de Minas Gerais e na conjuntura socioespacial brasileira.

A política territorial do MDA observa, na sua elaboração, que no lugar se possa buscar mecanismos de coordenação, o que de fato é um avanço e permite acordos que

podem levar à inovação social, bem como ampliar a participação social e suas articulações necessárias. Conforme Perico,

> (...) esta estratégia sistêmica e integral de conceber o desenvolvimento rural como a convergência de um conjunto de dimensões: ambientais, demográficas, econômicas, sociais, políticas e institucionais. A ênfase que se tem dado a estas estratégias é o da busca de marcos regulatórios e orçamentários que permitam processos técnicos e políticos; que proporcionem ao território, em seus níveis locais e regionais, as capacidades e potencialidades para a criação de espaços negociados de gestão, assim como mecanismos institucionais de coordenação (PERICO, 2011, p. 123-124).

O processo de constituição dessa organização se deu em consonância com a elaboração da política territorial, que inicialmente não ganhou os contornos do MDA, por ser um espaço banal, sem a menor possibilidade de ação territorial de desenvolvimento. Era apenas um lugar da expressão do poder local e que constituía a política de afirmação dos prefeitos ou grupos municipais um conjunto de admiradores ou partidários de um zelo municipalista.

A partir de 2004, inicia uma nova institucionalização e essa formatação das políticas de inovação social pode ser avaliada como uma nova fase para as políticas no/do Território do Alto Jequitinhonha, com uma organização que permite acordos e o avançar de ações, um ganho importante, provocado por novos tempos de participação. Tal composição derivou de uma forma de amoldar as disputas municipalistas à possibilidade de organizar a intervenção territorial no local/região, e teve início no ano de 2004. A institucionalidade local do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, que marca uma segunda fase do programa, foi organizada da seguinte maneira:CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Instância Máxima Deliberativa, Núcleo Diretivo - Instância de Decisão Gerencial e Operativa, Grupos de trabalho ou Núcleo Técnico - Comissões Técnicas de Assessoria, composto por comissões, por eixos estruturadores aprovados pelo colegiado, Secretaria Executiva Organização Operativa – Abriga o Articulador territorial, que organiza as atividades do território.

Houve a necessidade de se organizar um novo modelo de intervenção, em que se articulavam relações com poder público e movimento social, apesar de todo um modelo proposto pelo governo federal, no caso do Território Rural e da Cidadania. Percebeu-se, porém, que na prática houve arranjos para adequação a peculiaridades regionais, como afirma um entrevistado (Presidente do CODETER): “Nós formatamos o território com a cara que ele tem”. Com funções e hierarquias, o colegiado exercia a função deliberativa. O núcleo diretivo era subordinado ao colegiado, mas tinha autonomia e exercia função sobre os grupos de trabalhos, e uma secretaria executiva era ligada ao colegiado, se relacionando diretamente com o núcleo diretivo. Assim, ocorre a homologação de uma institucionalidade para fazer avançar e organizar disputas locais.

A organização do colegiado foi fundamental para ordenar o território. Informações

coletadas mostraram uma organização típica do estudo, no qual as entidades tinham um nome e um substituto que participava do colegiado. Assim, era o critério de composição. Enfim, o colegiado é uma combinação possível para a institucionalidade, regido pelas normas do PRONAT, Território Rural do Alto Jequitinhonha. Com a avaliação do colegiado houve referência à participação, ou seja, o mínimo de um terço necessário para as reuniões, em que, no entanto, se sobressaiu a qualidade da participação, além do fator número de pessoas, como revela uma liderança comunitária do território (Coordenador Territorial). Essa afirmação de qualidade sobre a participação encontra ressonância com uma avaliação externa feita pelo MDA/SDT(FAVARETO,2008) , que reafirma avanços com o colegiado do programa. O MDA/SDT cita a descentralização de recursos como ganho real para o território, e ao mesmo tempo a definição de um núcleo diretivo.

Um núcleo diretivo exerce o poder de regrar a gestão política do território. Suas atribuições podem colocá-lo como um colegiado que executa as deliberações do CODETER, mas também é um colegiado gerencial e operativo com autonomia. O seu papel a desempenhar na institucionalidade de obrigações administrativas, avaliativas, executivas e políticas. Essas atribuições trazem sentenças cuja noção de ação do núcleo diretivo, o sujeito, é de fazer, deliberar, mobilizar, avaliar, incentivar acompanhar, relacionar, divulgar, evitar, consolidar e selecionar as ações cujo predicativo são políticas no território. Essas políticas são de amplo espectro, tais como de realizar e cumprir acordos, atuação de mobilizar de forma solidária os atores territoriais, articular de forma escalar as atividades territoriais, garantir a participação e efetivar estratégias e ações no território. Como será possível observar, o executor do programa, em conjunto com a sua composição e constituição, será um fato importante para a compreensão desse colegiado de institucionalidades do território.

O núcleo diretivo tinha outra composição em relação ao colegiado. Enquanto no colegiado a composição determinava uma paridade entre agricultores e entidades públicas, no núcleo diretivo ela mostrava a predominância dos primeiros, novas soluções de acordos e estratégias de peleja para um “vale da esperança” em novos tempos de política pública, de um passado da ausência, em que a política não acode e não vale para a agricultura familiar[1], a momentos de controle de um colegiado que realiza a política. Esse processo é possibilitado pela *policy-macking* e transita pela disputa, criação de novas relações de poder e integração a um uso social e uma pretensa territorialização da institucionalização (FONTAM, 2008).Que leva a criação dos grupos de trabalho que de fato exercem função na territorialidade de círculos de cooperação social(CCS).

O grupo de trabalho, criado a partir do núcleo diretivo *ad referendum* do colegiado foi uma decisão soberana. Ele tinha uma função cardinal na institucionalização do programa, pois era nele que se organizavam e examinavam conjuntamente um assunto, uma questão

1 Uma referencia a uma instituição criada para o desenvolvimento do vale do Jequitinhonha, já extinta a CODEVALE Comissão do Desenvolvimento Vale de Jequitinhonha, que por alcunha territorial dos agricultores familiares do Vale não vale para eles os não acode. Assim uma ação do Estado que não vale ou acode.

ou problema de forma bem ampliada, bem como se viabilizavam acordos e elaboravam engenharias para efetivação das políticas territoriais. Sua criação ficou a cargo do núcleo diretivo, sendo que a quase totalidade já constava no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Alto Jequitinhonha (PDRSTAJ). A partir das entrevistas e dos documentos elaborados e analisados, concluiu-se que as temáticas propostas aos grupos de trabalho não constituíam uma novidade, pois elas estavam representadas na forma de ver o futuro, repetindo o passado com outros significados, com a visão comunitária dos "pequenos do Vale", da agricultura familiar. Assim, assuntos, questões e problemas antigos eram expostos com uma nova forma de trabalhar, e, como disse uma liderança, "nós sugerimos estes eixos, uma forma de desenvolver", fundamentados em uma política pública de caráter endógeno territorial.

Esses grupos de trabalho, que constituiriam os círculos de cooperação social, que sobrevieram de uma institucionalidade participativa com ações do Estado em diversas escalas de governo e do movimento social. Estes possuíam um regimento no qual traçavam seus objetivos, como desenvolver suas atividades após aprovação de projetos, sua composição, coordenação e critérios para elaboração e gestão de projetos, e os subordinava ao núcleo diretivo, com a obrigatoriedade de encaminhar projetos e agendas de reunião cujos os objetivos são resumidos no quadro (1)

Objetivo dos círculos de cooperação social do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha	
Círculos cooperação social	**Objetivo**
Apicultura	Realização de investimentos para a autonomia em relação ao mercado da Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (APPIVAJE)
Artesanato	Transporte e exposição do artesanato de cerâmica produzido por diversas associações locais
Cafeicultura	Construção de unidade de beneficiamento de café para associações de produtores familiares
Comercialização	Distribuição para o mercado institucional ou feiras locais dos produtos da agricultura familiar
Cultura	Apoio às manifestações culturais dos agricultores em especial ao festival de cultura popular (FESTIVALE)
Cana de açúcar	Construção de unidades engarrafadoras e distribuição e criação de uma marca geográfica da produção de cachaça dos agricultores familiares
Derivados do leite	Construção de um laticínio comunitário para atender ao mercado institucional
Educação do campo	Propiciar o adequado atendimento educacional dos alunos do campo, com a criação de uma escola comunitária
Fruticultura	Criação de uma unidade beneficiadora de frutas para suco sobre o controle da associação dos produtores de Frutas (FRUTIVALE)
Meio Ambiente	Melhorar a disponibilidade e a qualidade da agua para consumo humano na região

Minorias	Atender a grupos específicos de agricultores familiares associados ao gênero ou etnia
Piscicultura	Aproveitamento do Lago da Usina de Irapé pelos agricultores para a produção de peixes
Questão Fundiária	Promover a titularização de terras em posse dos agricultores

Fonte Allain W S Oliveira

Os GTs (grupos de trabalho) tinham o apoio de subgrupos de trabalho local, denominados Grupo de Apoio Local – GAL. Este grupo tinha a função de apoiar os GTs no nível municipal, elaborando e, em especial, acompanhando projetos efetuados. Sua função mais importante era administrativa, lembrando a extensão do território e a dificuldade de acompanhar projeto in loco, que é a atribuição do GAL. Ele é composto por representantes do CMDRS, STR, prefeitura e beneficiários da ação. Na pesquisa não se constatou que essa instância tenha avançado na prática. Este, na verdade, poderia ser o significado de um novo empoderamento, mas suas funções e pretensões não passaram disso.

Na pesquisa encontra-se referência aos grupos de trabalho como:Cadeias produtivas, realizar a ideia de articular a produção regional. Grupos de discussão, no sentido de um lugar de geração de uma ideia. Eixo, no sentido de em torno de uma ideia ou ação que se desenvolverá. Núcleo técnico, onde cria a possibilidade de uma técnica, um estudo.

Na realidade, eles realizavam uma elaboração espacial, notadamente na mobilização dos atores lugar/região no debate do programa. Na realização do trabalho, detectou-se, pelas entrevistas, nomes e entidades que coordenavam essa instância territorial, apesar de haver uma oficialidade dessa figura, pois deveria ser um membro do CODETER escolhido pelo GT. Esses grupos de trabalho funcionavam com regulamentação, e esta apresentava como objetivo a adequação do GT às propostas do Território, ou seja, apoio à agricultura familiar, discussão de base e a consolidação da economia social e solidária, o circulo de cooperacao social.

Sua organização interna representava uma oficiosidade. Os nomes detectados exerciam lideranças oficiosas e oficiais perante a institucionalidade, mas legítima no debate proposto, e tinham a função de articular deliberações.

Esses grupos de trabalho tinham a função de um debate técnico e político. Os nomes - cadeias produtivas, grupos de discussão, eixo ou núcleo técnico -, são pertinentes à função desempenhada por essa instância, que discutiam temas, elaboravam tecnicamente ações e articulavam a produção dos eixos do território. Uma forma de organizar os interesses regionais, mas mantendo uma simetria possível entre demandas e acordos.

A atuação dos GTs, que pela sua origem e atuação nas territorialidades os denominamos de Círculos de cooperação social (CSS) pode significar ganhos para alguns movimentos sociais e lideranças políticas mais empoderadas e também garantir uma via de limitação dos embates, além de construir alianças que seriam posteriormente respaldadas

pelo núcleo diretivo e colegiado, e que em cada núcleo deste tinha membros do colegiado. As reuniões se davam por grupos de interesse por temas - assim os mais articulados faziam uma melhor seleção/disputa de projetos, mas a lógica do território, do poder e das relações sociais formatadas espacialmente são diversas. Desse modo, diferentes territorialidades representadas nos CSS não apenas disputam recursos, mas se relacionam.

Essa instância da institucionalização, cujo estabelecimento era aprovado pelo núcleo diretivo, cumpriu sua função no tempo-espaço da política, de táticas de convivência e coexistência de conflitos, caracterizando-se assim uma forma possível de estabelecer acordos, um território possível sem apelos localistas e localizados, do poder local, em especial da prefeitura. Porém, foi uma opção territorial dos movimentos sociais dos agricultores familiares do Alto Jequitinhonha que se reuniam no CODETER, compondo círculos de cooperação para iniciativas sociais inovadoras. Essa tática de núcleos de interesse pode ser definida pela operação de um documento interno do núcleo diretivo intitulado "critérios para aprovação de projetos territoriais", que propõe critérios para análise e aprovação de projetos territoriais e a construção de grupos de discussão.

Percebe-se, portanto, a tática de construção de uma institucionalidade comprometida com uma nova forma de pensar as relações territoriais. Por essa operação observam-se alguns critérios que estimulam os grupos de trabalho a buscarem um consenso sobre alguns aspectos, uma abrangência que articule escalas do lugar/região horizontalizando o debate, dificultando a influência local de lideranças políticas e permitindo a negociação e melhor elaboração de disputas de orientação municipalista.

Os CCS demonstraram, portanto, uma tática para a reconfiguração criativa das relações sociais a partir de um modelo *bottom-up,* isto é, a realidade do lugar. A partir de então, propuseram mudanças, como um elemento capaz de superar a falta de ação ou uma ação setorial voltada para o mercado. Dessa forma, esses grupos devem respeitar as contradições, o tempo-espaço, uma dialética socioespacial, produzindo articulações da política na dimensão ambiental, cultural, econômica e técnica com a aprendizagem social, com primazia do agricultor familiar e distribuição de excedentes, mas mantendo o controle de grupos ligados ao estado de Minas Gerais ou a prefeituras e há algumas ONGS.

A dinâmica na organização ou institucionalidade propiciou avanços ao Território, que possibilitaram novas relações no trato da política pública e em negociações entre as organizações dos movimentos dos agricultores e do poder público no território. Por outro lado, impõe limites a atores sociais ou a novos projetos de *desviance* social que estejam excluídos desta institucionalidade um desafio ao desenvolvimento territorial como é mostrado na entrevista: ". Você discutia as "fortalezas" e as "fraquezas" dentro desse espaço geográfico de cultura e outras coisas em comum" (entrevistado coordenador politica de uma ONGS).

Um espaço geográfico que não é dádiva da natureza ou algo sobrenatural e existe por si só, e é definido pelo agricultor anterior como de "cultura e tantas outras coisas

em comum". Mas esse espaço é revelado por relações sociais que, ao mesmo tempo, o cria e influencia - um efeito territorial -, ou entendido como as fortalezas e fraquezas de um território. Assim, são estruturas influenciadas por um território instalado por uma política pública rural do alto Jequitinhonha; ou um evento e objetos, dentre os quais ocorre a institucionalização, que já começa a produzir efeitos.

A inovação social (re)inventa as espacialidades, não de persistências, mas de descontinuidades levadas em efeito por movimento comunitário, o que pressupõe táticas de empoderamento - uma institucionalização, mas também novos significados econômicos e de inclusão social e relações no todo socioespacial. Ao acrescentar estas relações no desenho concebível da política territorial do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, será adotada a visão da inovação social a partir do ponto de contato, de junção entre a institucionalidade e a sua base social – Circulos de Coperracao social (CCS) . Estes são táticas que partem da institucionalidade na busca da almejada "combinação adequada entre força propulsora da indignação moral e a sagacidade esclarecedora da razão" (FARIA, 2000) em uma junção para outro mundo possível no território - uma escala ou opção ao mesmo tempo política e econômica com um sentido plural, responsável pela realização de uma tecnologia social.

Buscam um bem estar inclusivo, com políticas emancipatórias, em que um ontologia comunitária do território se sobressaia e que hajam capitais territoriais apropriados para a realização das necessidades humanas e inclusão social, com os cuidados requeridos para garantir a sua continuidade futura, bem como a governança que remeta a novas formas econômicas. Os CSS resultado de uma gestão participativa, e acordo entre os poderes locais (Estado e sociedade) para que se estabeleça uma governança em uma politica publica de ação territorial.

3 I CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Os Círculos de cooperação social (CCS) foram propostos na institucionalidade, na circunstância de articular a base social do território, ou seja, círculos de cooperação para a inovação socioespacial que desempenhariam um papel de empoderamento, mas também de relações técnicas produtivas, comunitárias e ambientais, bem como de inclusão social, comprometidos com novas formas de se trabalhar no espaço.

Essa modalidade escalar apresentava, de acordo com seu regimento interno, os seguintes objetivos: Promover debates sobre suas respectivas áreas temáticas, visando a ampliar e disseminar o conhecimento de suas realidades no Alto Jequitinhonha; A partir desse conhecimento, propor ações e projetos de curto, médio e longo prazo em suas respectivas áreas temáticas, de modo que possam promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas territoriais, com o foco na agricultura familiar; Garantir que as ações/projetos propostos contemplem a diversidade da agricultura familiar do

Território e possam promover a sua inclusão produtiva, social e de representação política junto às instituições e instâncias territoriais; Atuar com o foco na elevação da qualidade de vida da agricultura familiar do Território através da melhoria de suas condições de organização, representação e produção; Avaliar e opinar sobre propostas/projetos que lhe sejam apresentados; Organizar articulações institucionais que promovam a criação e a integração de políticas públicas locais; Detectar e prospectar outras fontes financeiras para investimento no Território, além dos recursos do PRONAT.

Pelos objetivos pode-se definir a natureza dessa instância na territorializacão para a economia social como aquela que cria "novas formas de solidariedade entre elementos novos e herdados" (SANTOS, 2008 p. 144), uma referência aos fluxos que produzem uma economia. Orientados para a economia social e solidária, esses fluxos estão vinculados ao espaço, quer seja efeito do território, que é produzido por mudanças nas relações e atitudes sociais, ou sua manutenção (FONTAM, 2008) ou efeito do lugar, que orienta ações dos atores sociais no território, qual seja por proximidade, sociabilidade.

Estes influenciam na ampla categoria de análise, que se apoia em toda a produção espaço-tempo; produzindo, dessa forma, um efeito espacial de tensão entre fixidez e mobilidade, constância e inconstância, construção e desmantelamento e desterritorialização e reterritorialização (BRENER, 2013) - elementos que objetivam produzir fluxos para a política territorial na região, um território.

Esses fluxos buscam uma dimensão de escala que articula ao movimento do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha às bases sociais e ao Estado, fontes da própria identidade e de sua história. Se ele pode envolver qualquer tipo de estrutura, independentemente do seu estatuto ou de negócios, a inovação social tem especial ressonância dentro das organizações de economia social e solidária, cuja criatividade, baseada nos laços locais, tem sido historicamente uma fonte de muitas soluções inovadoras.

É possível distinguir nos objetivos o apelo a uma questão econômica e de inclusão social, sendo reafirmado o tipo de economia, que também é explicitada no PTDRSAL (2006, p. 280) como "a economia popular e solidária, estratégia dos GTs para (...) alcançar nível de autonomia que os torne independente do acompanhamento técnico". Para a materialização dessa função, há a necessidade de se criar articulação de conhecimento e técnica, bem como de inclusão e organização produtiva, de financiamento, e das políticas públicas; por fim, a criação de redes de solidariedade com cadeias produtivas territoriais, com visão de um futuro de sustentabilidade e uma pretensa criação de um território.

Para a exposição do papel econômico dos CCS, o regimento interno, além dos próprios objetivos, regulamenta as suas atividades, o que demonstra uma clara pretensão de que estes grupos atuem como gerenciadores dos empreendimentos econômicos, no qual se associam a formação dos Grupos de Apoio Local (GAL) e preocupações ambientais e, ainda, os colocam como o principal gestor dos projetos, realizando e organizando uma gestão coletiva, na qual se efetiva: mobilização dos beneficiários; montagem do plano de

gestão do empreendimento com metas temporais; capacitação dos futuros gestores nos temas necessários a uma boa administração do empreendimento (finanças, administração, comunicação, etc.). Por meio desses grupos de apoio também se montam sistemas de monitoramento que identifiquem o impacto dos projetos nas condições de vida, bem como se planeja a organização e produção dos beneficiários, buscando avaliar a efetividade dos projetos. Dessa forma, a função, além de elaboradores, seria também de operacionalizadores dos empreendimentos sociais.

Esses empreendimentos da economia social e solidária estimulam uma construção territorial de círculos de cooperação integrados de relações socioeconômicas, que envolvem produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários em uma lógica espacial de circuitos, assim como atores em movimento, no caso uma organização espacial advinda de uma política pública. Esse movimento socioespacial se apresenta repleto de novidade, pois procura criar novos laços sociais baseando-se em princípios de uma economia não mercantil, com traços de reciprocidade e redistribuição (POLANY, 2000) que permite que o espaço econômico não seja apenas o mercado, e angariar um contorno mais plural que possibilite uma relação espaço - tempo para satisfação das necessidades e a inclusão social.

Esse espaço, pretendido na institucionalidade, tem a função heterogênea de debate político, resiliência, transformação, criação, aprendizagem, transposição, replicação para outro modo de se instituir uma prática econômica, orientando-se não por modelos voltados para uma difusão da inovação em bases comunitárias e em um desenvolvimento endógeno e territorial. Se constitui em redes ao compartilhar regras e valores comuns; em fóruns, pois há ampla participação da sociedade e do poder público; sobretudo em círculos de cooperação na busca de sustentar novas formas de cooperação no espaço, no caso da política territorial, o movimento social e Estado; em diversos campos e momentos de atuação; em trocas de fluxos materiais e imateriais para a construção de novas relações sociais, mas rememorando seu papel de uma escala de articulação na política territorial adotada.

Ao pensar na escala, no território propiciado pela política pública aquém de meras representações espaciais, organização de polos irradiadores de fluxos do CODETER ou de posições cartográficas sobre o Alto Jequitinhonha, essa deve ser lida considerando-se a ponderação feita por Lacoste (1997) sobre relações socioespaciais, não como algo em si, mas em articulação com diferentes escalas, segundo ordens de grandeza. Ambas apropriadas convenientemente por diferentes intencionalidades; assim, a escala seria uma condição e uma criação da política pública levada pelos atores sociais com propósitos dentro de um território e territorialidades para exercer os seus cotidianos.

> (...) produto e condição da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional: as dinâmicas escalar (areal) e reticular/relacional não são excludentes. Elas acontecem ao mesmo tempo, articulando sujeitos, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos *(crocevia* e *incrocio*), nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço-tempo (SAQUET, 2011, p. 83).

Nesse sentido, um círculo de cooperação territorializa com intencionalidades de um fazer também econômico e de superação de necessidades, mais como um reescalonamento possível de um espaço - tempo. Desse processo deriva a ideia de um espaço escalar "profundamente fenomenal, e o real presente em toda a escala" (CASTRO, 1992, p.21). A escala não é o espaço, o território ou o lugar, mas os contém, pois na política territorial ela foi construída em conjunto com a totalidade do território, isso baseado em fatos empíricos. Ela não é apenas um processo alheio à *policy-making,* mas também contém e está contida pela política, "vincula-se intrinsicamente às mudanças na configuração organizacional e espacial dessa formação social historicamente específica" (BRENER, 2013, p. 209).

Finalmente, os CSS são parte da institucionalidade, com a função de criar mecanismos de governança e participação, bem como tecnologia social. Um conjunto de relações entre movimentos sociais e o Estado no/do território para efetivar projetos de caracteres estruturantes, produtivos e sociais; assim, uma escala, um círculo de cooperação social para efetivação da economia social e solidária. São eles: apicultura, artesanato, cafeicultura, comercialização, cultura, derivados da cana-de-açúcar, educação do campo, fruticultura, leite, meio ambiente, minorias, piscicultura e questão fundiária.

Para que a escala seja originária de decisão tomada de baixo para cima, orientada para um tipo de desenvolvimento endógeno e territorial que não priorize ação individual ou uma ação estatal sem participação social, um planejamento autoritário, ou uma negação ao empoderamento comunitário, ela deve conter mudanças, inovação social, e envolver a criação, adoção e institucionalização, ou seja, conter em si: uma proposta, mobilização social, experimentação e a sua territorializaçao, tendo por base uma ontologia social (FONTAM, 2008, 2010).

A inovação socioespacial envolve uma maior satisfação das necessidades humanas através da transformação das relações sociais e de um sistema de governança mais democrático e cooperativo, o que resultaria no desenvolvimento territorial. É o processo de uma territorialidade que, submetida à ação da sociedade, cria novas relações, adjacente ao processo de (des)reterritorialização, em que a novidade, ao se afirmar como uma prática social, cria uma territorialidade em um ciclo de complementariedade, contradição e coexistência (SAQUET, 2010) no espaço-tempo.

4 | OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL, UM EFEITO ESTRUTURANTE NO TERRITÓRIO

As relações estabelecidas na base da política territorial são uma realidade associada ao lugar/região e territorialmente existentes a partir de pertinências, com uma eficácia condicionada e associada à sociedade, mas adequada a um modelo institucional da política pública territorial e, portanto, submetida a todo um processo de instalação da política nacional (conjuntura, governo, regulações). Sua institucionalização é negociada por meio de acordos, táticas e estratégias, em um poder local que se associa ao espaço-tempo do Alto Jequitinhonha e às territorialidades.

Os círculos de cooperação social são abalizados com uma visão de um desenvolvimento endógeno e com discernimento dentro de uma lógica de inclusão social como atendimento às necessidades básicas e uma economia social e solidária, de modo a buscar o empoderamento e a institucionalização de novidades. Se enquadraram de acordo com suas especificidades a um modelo de inovação social e não de adequação técnica ou ações individuais, ou mesmo mecanismo de integração a um mercado formal, pois são congêneres da *policy-making* desde sua origem. Seriam assim, atores locais que, ao mobilizarem os capitais territoriais sem a intencionalidade de reproduzir as desigualdades, se lançam em uma política de base para acessar recurso do Estado, um dinamismo local engendrado não pela política pública, mas apropriado para ela, uma racionalidade.

Esses círculos de cooperação de inovação socioespacial são um conjunto de relações que articulam lugares dispersos geograficamente através do controle dos fluxos de transferência de cooperação, transposição de experiências e informação; enfim, são soluções sociais, relações estabelecidas entre os lugares e as lideranças do movimento, os cooperadores e transformadores, e suas bases por intermédio de trocas de fluxos materiais e imateriais, com predominância de bens intangíveis. São uma forma de produzir e circular na política pública

Esta é, portanto, uma logística, uma tática de olhar o outro. O território não é apenas a casa própria, o município em que se reside, ou liberação de recurso por demandas municipais. Esse espaço, que é também os CSS, se compõe de relações de proximidade, mas fluidas, relacionadas ao homem e sua totalidade, e é nesse aspecto que consiste a realização de novas realidades socioespaciais de transformar a comunidade. Esse CSS, enquanto espaço de debate, foi um meio de garantir a participação e articulação com a base social do território, o não tolhimento de uma forma primordial de liberdade de expressão pela fala e participação.

Não se pode perder a perspectiva sobre esse processo: a ação dos atores sociais e sua mobilização territorial para efetivar as novidades, que são projetos que se associam ao espaço-tempo da região, mobilizados por uma política pública, não significando, assim, que sua elaboração se dá no agora, mas sim sua possível execução, principalmente via

recursos, mas em conjunto com o todo, um processo que mobiliza o efeito local com ação de transformação, um efeito territorial.

Para essa finalidade, com auxílio de um esquema com reciprocidade teórica, esta proposição de análise representa um fenômeno ou um conjunto de fenômenos complexos a partir de uma ação que se desencadeia por uma conjuntura de Estado: uma ação intencional voltada para a sociedade. Essa construção torna-se uma realidade no tempo-espaço, o Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha. Afirma-se não a ideia de sistemas com seus subsistemas, mas na dinâmica social imposta a ideia de reescalonamento. As questões colocadas independem da *policy-making,* pois elas têm uma existência real no território ao passo em que também são outras territorialidades, e, enquanto escala, se articulam com outros fenômenos, fatos ou eventos e estruturas existentes no mundo.

A observação de vários casos permitiu a diversos autores da inovação social, (Fontam, 2014, p. 223) e (Klein, 2014, p. 128), proporem um modelo que envolve vários elementos que contribuam para criar dinamismo local, o que inicia um processo de baixo para cima de transformação social.

Esse modelo destaca os momentos estratégicos em que as organizações não governamentais, órgãos públicos, privados e movimentos sociais devem intervir para apoiar esse processo de inovação e desenvolvimento com a devida adequação ao caso estudado, mas pertinente com a realidade, com quatro fases distintas associadas aos processos territoriais.

Fase 1 - É denominada de iniciativa social. Essa iniciativa seria o projeto, a ideia de ação, o que vai ser efetivado por um grupo de indivíduos, uma liderança. Ele deriva de um processo de seleção na estrutura do CODETER ou do núcleo diretivo e, ainda, é um desígnio de uma solução social, mas deve ser de acordo com as orientações da política, e na seleção/disputa de ideias ou novidades no território, receber atenção. Assim, no modelo da política ele deve ter uma boa aceitação pelas lideranças locais, sendo estas do movimento social, das prefeituras ou dos órgãos estaduais atuantes no Alto Jequitinhonha.

Todos os projetos discutidos e aprovados pelo Território são iniciativas sociais e têm sua existência como uma realidade de uma cidadania incompleta, associados à reprodução do trabalho familiar na agricultura. Eles possuem, de fato, uma extensão social que se enquadra na perspectiva de novas relações sociais, envolvendo novas formas de inserção econômica com objetivos mais sociais e solidários, atendimento às necessidades básicas e empoderamento social - por isso eles foram selecionados. Pode-se perceber que todos os CSS tinham ligações com atores que participavam da liderança do território. Os protagonistas demonstraram algo pretenso a fazer, um acordo para efetivarem projetos – um fazer territorial.

Dos treze CSS propostos, não houve a produção e realização de ações na metade deles por falta de uma proposta quer seja do movimento social ou Estado. Não passaram de uma novidade ou de uma tarefa ainda a se realizar, são eles: comercialização, cultura,

meio ambiente, minorias, piscicultura e questão fundiária.

Os motivos dessa falta de ação coletiva ou mobilização institucional são variados, quer seja pela ausência de uma ação mais efetiva, uma densificação, aprendizagem ou institucionalidade associada à ausência de uma real base social para investir em uma proposta, ou casos, em que a pretensão não poderia ser suprida pela possibilidade posta pela política territorial. Mas o mais importante nesses projetos é a ausência de uma pressão social ou de uma base social na institucionalização do território, o que os deixou pretéritos na seleção/disputa.

Fase 2 – É o avançar do projeto além de uma ideia ou novidade. Ele deve ser viabilizado pelo programa territorial com recursos financeiros e técnicos e mesmo legitimação e mobilização social para ser capaz de produzir um efeito real. Assim, ele se torna fundamento no território com grau elevado, além de uma mera pretensão ou novidade. Para atingir a fase de credibilidade e não apenas de solicitação, os projetos devem adotar uma institucionalidade de alguma organização social, prefeitura ou órgão do Estado de Minas Gerais, possuir uma forma de aprendizagem local e propor ações capazes de produzir um efeito institucional.

No caso estudado, pode-se perceber que os projetos atingiram essa fase pela ação dos órgãos do Estado de Minas Gerias que atuam no local, na prefeitura ou nos movimentos sociais. Para efetivar as obras foi necessária a mobilização da institucionalização do território associado às prefeituras, assim, originado de acordos que mobilizaram recursos. Três CCS chegaram a mobilizar recursos, embora não tenham avançado como uma institucionalização, que são: cafeicultura, derivados de leite e fruticultura.

A cafeicultura e derivados da cana são projetos que não apresentam continuidade, pois na seleção e disputa, ficaram sob o controle das prefeituras. São edificações, mas possuem um apelo territorial dos agricultores; porém há ausência de uma solidariedade para fazer as estruturas construídas se tornarem realmente ações efetivas de novas relações sociais, com inclusão social e interferência para uma economia social e solidária.

No CCS derivados de leite, há questões do lugar/região, pois a parcela que buscava uma nova tradição de produção não teve base social suficiente para que seus projetos acessassem recursos. Na região do queijo do Serro alguma ação foi efetivada, mas como uma cadeia produtiva comercial já é uma territorialidade, ancestral no espaço - tempo regional, um reforço por meio de cursos.

Resumindo, esses CCS apresentam uma inércia, *path dependence,* ou não conseguiram novas formas de desenvolvimento por meio de mudanças sociais capazes de interferir no território e no espaço. Suas ações foram por vezes focadas em resultado, em especial edificações, e tecnologia social, mas sem atingir uma consciência territorial, com características de uma reconfiguração criativa de relações sociais.

Fase 3 - Intensificação do sentimento de pertença dos atores locais ao seu território e ao seu lugar. Pressupõe-se ter afluência a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação

de suas relações, uma solidariedade local para inovação e desenvolvimento chamada de consciência territorial. Assim, não basta mobilizar recursos, pois a ação deixa impacto duradouro sobre o território. A ação dos atores qualifica diferentes atributos positivos da comunidade ao local.

Os outros dois CCS, fruticultura e artesanato, atingiram essa fase. Isso significa que no programa de desenvolvimento existiram atores com a capacidade de Consciência Territorial, que leva os atores a atuarem em conjunto, a consultarem; e aumenta a sua capacidade de atender o projeto e dar-lhe poder. Isso é pode ser chamado, de acordo com Fontam (2014) e Klein (2014), de "capacidade social", na qual a "capacidade institucional" dos atores se revela.

O projeto de fruticultura a FRUTIVALE é uma incógnita. Ela demonstrou uma perspectiva forte aos agricultores familiares, que mostraram interesse em continuar; mas o projeto está parado, embora seja expressivo e que deixou muitas influências no local e com o aporte de recurso via CODETER, então territorial do PROINF para 2015. Há tentativas e mobilizações para o resgate da Frutivale, e mesmo de resgatar a associação de fruticultores.

O artesanato, com uma base social consolidada, apresenta também aportes na comercialização, divulgação e qualificação de órgãos governamentais ou privados, na busca por novas possibilidades. Seus projetos, apesar de "pequenos" dentro do território, mostram a expectativa de solução de problemas locais por meio da comercialização dos produtos. A mobilização é organizada em diversas associações que têm como base as comunidades. Elas mostram a capacidade de inovar e de incluir (em especial as mulheres) em novos laços de produção e atendimento das necessidades do lugar/região, mas falta uma ação coletiva mais regional para superar dependências com o Estado para que se produza um real empoderamento, capaz de surtir um efeito organizacional.

Fase 4 - O projeto se consolida e atinge seu completo desenvolvimento com capacidade de gerir e buscar novos recursos. Nesse caso, percebeu-se que apenas os projetos que possuem uma base social chegaram a essa fase de transformação das relações sociais e atingiram os objetivos propostos no regimento interno dos grupos de trabalho. Ao atingir a capacidade institucional, ele cria um efeito territorial de empoderamento e inclusão social dos agricultores, bem como mobiliza o sistema local em favor de uma apropriação social dos capitais territoriais para a efetivação de uma forma de viver territorialmente com inclusão social e atendimento das necessidades básicas no campo, por outro meio possível que não seja a dependência de políticas redistributivas do governo, ou por uma inserção ao mercado via uma destituição de uma economia social e solidária.

A educação no/do campo foi o CCS que mais produziu novas relações em todos os aspectos econômicos e ambientais e uma aliança entre o movimento social, Estado e outras ONGs. Originado e construído com uma base social, uma reivindicação da cidadania anterior ao projeto do território, esse CCS foi propiciado e fortalecido, conseguindo criar a

EFA de Veredinha e uma Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional Familiar e Agropecuário de Veredinha (ACODEFAV) que gere essa instituição. Sua ação produz novas relações em todo o lugar/região, sempre com novas demandas e novos projetos.

A apicultura tem seus projetos construídos e possibilita novas incursões ou uma menor dependência do mercado, e está intrinsecamente associada a umas Ongs o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). O entreposto de mel de Turmalina é uma realidade, uma novidade dentro da Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (APPIVAJE) - a associação dos apicultores. Essa forma de se relacionar no espaço se constituiu anterior ao Território da Cidadania e se robustece com o aporte de recurso do território, se mostrando eficiente na realização e no avanço de outras formas de produção e inserção social no semiárido, com a capacidade para criar novos laços de solidariedade no território.

Os CCS que atingiram o nível de uma consciência territorial e empoderamento ou novas relações sociais, com o subsídio da política territorial, concretizaram uma articulação com uma base social e obtiveram êxito em seu objetivo de acordo com seu regimento interno. O objetivo era: se valendo de um conhecimento territorial, promover cadeias territoriais de desenvolvimento, promover a inclusão produtiva social e de fortalecimento da agricultura familiar e articulação de políticas públicas. Eles efetivaram um fluxo de novidades, experimentação, institucionalização e pelas novas relações estabelecidas criaram novidades; logo, uma ação local e duradoura como .

O Território da Cidadania do alto do Vale Jequitinhonha é um processo de complexidades, de dessemelhanças, não com eliminação nem dualidade, mas síntese da origem do processo socioespacial regido por momentos que se iniciam na formação de uma região com intervenção do Estado. Revela treze novidades por um conciliábulo (conciliabŭlu) que envolve poderes locais dos movimentos sociais do Estado de Minas Gerais em uma atuação de agentes locais, prefeituras, um processo de acordos, táticas e estratégias de contorno.

Mas nas ações propostas pelo território nota-se uma diferenciação ou um variado grau de difusão espacial, que é representado na Figura 1. Nela pode-se observar a difusão da inovação concomitantemente, com seus valores territoriais surgidos ou reforçados na política do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha.

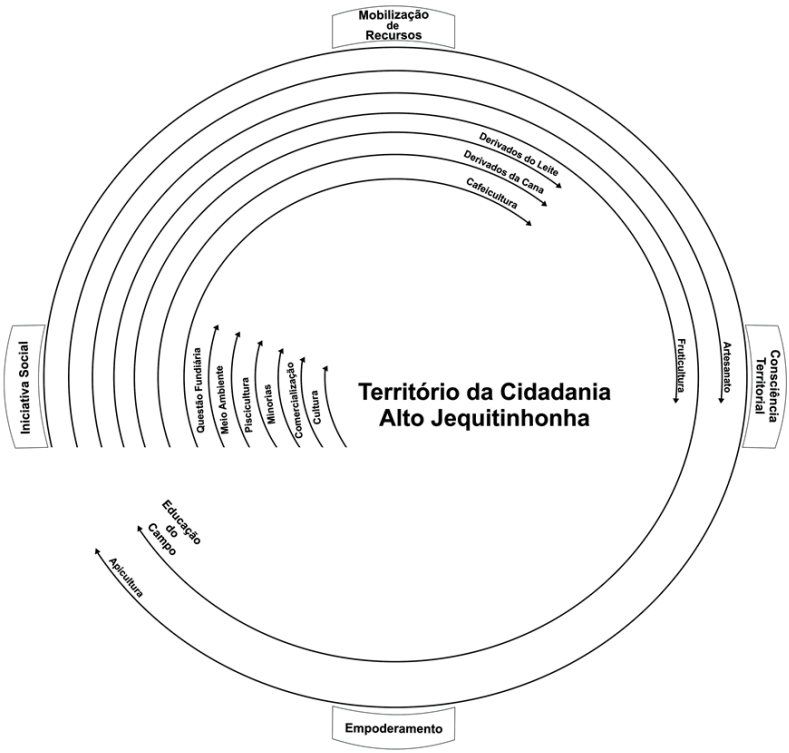


Figura 1 – Difusão de Inovação dos Grupos de Trabalho do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

Ele resulta em outra ação, a de reescalonamento, com resultados deixados para depois ou, ainda, aportes estratégicos de recursos, avançar de consciência territorial até o empoderamamento. Mas território é um lugar de poder e envolve os mais precavidos, capazes de efetivar uma melhor governança e diferentes territorializações. A frase de Smith (1993, p.141), citado por Brenner (2013, p. 213), resume essa desigualdade: “A escala de luta e a luta pela escala são dois lados da mesma moeda”.

Uma condição para desfiar essa trama é a escala ou reescalonamento dos círculos de cooperação social, estes adequados verticalmente (BRENNER, 2013) a novas escalas de atuação do Estado de políticas públicas, cuja origem retoma ao PRONAT, chegada ao poder na conjuntura de um governo proposto democrático popular. Assim, o território da cidadania seria uma diferenciação social, mas ao se relacionar com outras realidades reproduziu novas escalas verticais, os CCS. Estes também se relacionam no território com processos sociais particulares, verticalizando, se hierarquizando entre eles. Poder-se-ia afirmar que os que conseguiram articular recursos que estão superiores na hierarquia vertical do território.

Constata-se que os círculos de cooperação em hierarquia estabelecem também verticalidades, em especial em uma política de governo, mas não como se fossem "bonecas russas" encaixadas na política com proporções fixas e próprias (BRENNER, 2013); assim, sua difusão, se observada apenas como sua extensão, produz distorções, pois elas existem no relacional no território, e essa relação é mosaico. Exemplo deste é o GT estrutura fundiária, que não passou de uma novidade, embora se tenha encontrado liderança e mesmo agricultores originários deste nas diversas outras ações territoriais.

Ao analisar a realização desse processo, pode-se chegar a algumas considerações sobre a política e o seu reescalonamento como: as escalas decorrem de um mundo criado não pela ou para a política pública, mas elas são constituídas de relações anteriores, e também se associam a um inevitável ato de estabelecer disputas, acordos ou seleção/disputa de projetos, da necessidade de diferenciar as relações sociais. O próprio conceito de território do programa leva ao chamado território de identidade, que pressupõe não igualdades de identidade, no caso de agricultores familiares, mas desigualdades em diferentes tipos de comunidades.

Um elemento fundamental para a diferenciação deles é a iniciativa social, ou seja, quanto maior o grau de organização social da novidade, maior será a sua difusão. A associação da origem também traz a um *path-dependence*, que deriva o fato de algumas ações se restringirem à mobilização de recursos, pois a sua ligação com o poder público local e prefeituras impossibilita a criação de novas relações sociais. Essa ação de difusão traz um efeito territorial: quanto mais mudanças provocadas, mais intensidade tem de provocar novas mudanças, um ciclo de um processo de desterritorialização e reterritorialização.

O escalonamento ou CCS traz repercussão nas riquezas territoriais presentes nas comunidades e serve ao empoderamento. Dessa forma, os grupos que melhor articularam e utilizam de uma apropriação desse valor assim como o território de identidade, se mostram assimétricos ao capital territorial. Este é mais bem mobilizado por alguns, no caso este foi apropriado por dois CCS, o da apicultura e educação do campo.

A mobilização não se dá sem a interferência de uma organização interna e pode-se perceber que os dois projetos se associam ao CAV, um capital social, e reforço externo, no caso da apicultura, de um mercado exportador e das empresas reflorestadoras, como da educação do campo - um agir sobre a educação independe do Estado (privado). Os dois possuem uma adequação técnica: a natureza da transição cerrado (caatinga) - mata atlântica, e estão associados a um saber fazer específico de um capital humano do sistema do lugar

5 I CONCLUSAO

No caso em estudo, fica evidente que a política pública não provoca por si só a inovação socioespacial ou sua difusão, mas também pode ser um mobilizador para esse

fim. Em relação a esses CCS, de realizarem um grau de efetividade de desenvolvimento territorial, é possível afirmar uma territorialização com base na solidariedade e em uma nova forma de fazer economia com mudanças nas relações sociais, intrinsecamente associada ao espaço–tempo: uma ligação entre as relações já estabelecidas e advindas da política.

Significa, portanto, uma coesão que leva ao desenvolvimento territorial por vias da inovação social; foram ações que encontraram antes da política um elevado grau de aprendizagem, ações densas e institucionalização que as auxiliam a se reforçarem na política territorial do Alto Jequitinhonha, bem como a ganharem novos impulsos inovadores. Assim, a origem e concretização da inovação social são como um movimento tácito, capaz de uma forma de integração ao sistema pelo *path shaping ou path building.*

A ação coletiva local que se expressa pelos CCS tem um efeito estruturante. Nessa concepção, as estruturas socioespaciais são tanto condição como resultado de agência humana, e a escala, como ação, reproduz e transforma o todo; assim não é possível entender a escala apenas por ela. Todas as iniciativas são afirmadamente ações que independem da política, mas próprias e apropriadas por ela, e uma análise que não retome o todo é parcial, pois na construção de *path shaping* ou *path building* por uma escala significa um movimento no espaço-tempo que influencia o todo espacial - também territorial.

Segundo um entrevistado, liderança partidária e liderança sindical participante do CCS de cafeicultura, o Território "do ponto de vista do debate é interessante, porque ele chama todos os atores para discutir as ações que devem ser desenvolvidas, isso gera riquezas para a região", ou seja, interessa a participação de uma atividade social, política do debate. Por fim, faz referência à geração de uma inovação apropriada para a região, e acrescenta: "Intercâmbio, a troca de experiências, e a gente acaba conhecido". Essas novas realidades, novas situações um pouco diferentes da realidade de cada município horizontalizam "a visão de uma conquista, novas realidades ou possibilidades de viver no Jequitinhonha compartilhadas territorialidades". Dessa forma, o efeito da inovação social não é apenas local (escala), mesmo sendo resultado da criatividade de atores locais. A inovação social tem um efeito sobre o ambiente institucional no Território em todos os níveis: produtivo, tecnológico, político e na coexistência no local, regional, nacional e supranacional.

As estruturas sociais são resultado de uma ação social, assim mudanças possibilitam uma descrição da política territorial nesta formação social específica do Alto Jequitinhonha como uma coconstrução de origem do governo Federal, mas com participação de outras instancias do Estado no local, em especial as prefeituras e com envolvimento dos movimentos sociais; além de uma coprodução com a participação dos mesmos atores do Estado e da sociedade civil. A apropriacao dos CCS para a politica publica de desenvolvimento territorial se dá nesta possibilidade de ação de coconstrução e coprodução participativa que pode significar nova relações sociais, mudanças de territorialidades para um bem estar inclusivo, de uma possível formação social do Alto Jequitinhonha. Logo,

> Se considerarmos o mundo como o conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2009, p. 115).

Portanto, os círculos de cooperação social, uma escala que também é um evento, uma abstração de outro território da cidadania do Alto Jequitinhonha, se definem dentro da política como uma nova institucionalidade e que visa a atender ao projeto da política com um bem comum, o objetivo maior da policy-making, mas que está em um sistema-mundo articulado a diversas realidades que também se associam. A política pública se associa a estruturas reais sensíveis a mudanças, possibilidades de readequações ou redefinições de formação social, como o empoderamento - atendimento das necessidades básicas e novas relações sociais e solidárias, como mercado, uma inovação socioespacial.

REFERÊNCIAS

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. Geousp: espaço e tempo, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. La logique sociale du développement territorial. Quebéc: Presse De L'Université Du Québec, 2008. 153 p.

DI MEO, G.; BULEON, P. (Dir.). L'espace social. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2005. 304 p.2013.

PERICO, R. E.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B (Org.). Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA, v. 13, 2011. 242 p.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 173 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008. 471 p.

POLANIY, K. A grande transformação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 128 p.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L. ; TREMBLAY, D. G. Innovation et société: pour élargir l'analyse des effets territoriaux de l'innovation. Géographie Économie Société, v. 6, p. 115-128, 2004.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L. ; TREMBLAY, D. G. Social innovation at the territorial level: from path-dependency to path-building. In: Drewe, P.; KLEIN J.-L.; HULSBERGEN, E. (Dir.). The challenge of social innovationi in urban revitalizatio. Amsterdan: Techne Press, 2008. p. 17-27.

FONTAN, J. M; KLEIN, J. L; TREMBLAY, D-G. Des districts industriels au développement par l'initiative locale. In: CARY, P.; JOYAL, A. (Dir.). Penser les Territoires: en Hommsge à Georges Benko. Quebec: Presss de l'Univerite du Quebec, 2010. p. 156-171.

FONTAN, J. M. Developpement territorial et Innovation Sociale. In: BELLEMARE, G.; KLEIN, J. L. (Dir.). Innovation sociale et territorie: convergences théoriques et pratiques. Québec: Presses de l' université du Quebec, 2011. p. 25 52.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; CHAMPAGNE, C. Les initiatives locales et l' évaluation habilitante. In: ROBITAILLE, M.; PROULX, M. U. Sciences du territorie défis méthologiques. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2014. p. 216-247.

KLEIN, Juan Luis; LAVILLE, Jean Louis; MOULAERT, Frank. **L'innovation sociale**. Toulouse: Érés, 2014. 246 p.

SANTOS, M. A natureza do espaço técnico, tempo razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 377 p.

CAPÍTULO 14

ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 02/01/2021

Gladys Milena Berns Carvalho do Prado
Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Engenharia e Gestão do Conhecimento – Florianópolis, SC
http://lattes.cnpq.br/6824920565744925

Roberto Carlos dos Santos Pacheco
Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Engenharia e Gestão do Conhecimento – Florianópolis, SC
http://lattes.cnpq.br/2693759912446687

RESUMO: Objetivo: identificar os elementos que facilitaram ou dificultaram o processo de coprodução com base na percepção de membros da equipe de trabalho do EGC/UFSC na concepção e na aplicação das dinâmicas do Framework de Coprodução da V edição da Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina (VCECTI). Design/Metodologia/Abordagem: estudo de caso. Pesquisa exploratória descritiva, cuja coleta de dados ocorreu com seis entrevistas semiestruturadas. Análise temática para avaliação dos dados. Resultados: Identificou-se elementos que facilitam, mas também dificultam o processo de coprodução estudado. São eles a coprodução e o trabalho em equipe; a equipe multidisciplinar e o conhecimento de cada membro. E evidências de que a aprendizagem ocorreu nos níveis: individual, grupal e organizacional. Limitações da pesquisa (se aplicável): como delimitação do estudo, incluiu um número parcial dos pesquisadores do EGC envolvidos no evento em estudo, e apresentou somente dois dos temas mapeados na análise temática. Originalidade/valor: este estudo é feito sob o ponto de vista da psicologia, do indivíduo e de como foi participar do projeto de coprodução da VCECTI. E, o estudo identificou que os elementos que facilitaram e dificultaram o estudo foram os mesmos. A diferença estava na intensidade em que ocorria.
PALAVRAS - CHAVE: trabalho em grupo. aprendizagem. gestão do conhecimento.

RELEVANT ELEMENTS IN THE COPRODUCTION PROCESS IN THE TEAM'S PERCEPTION

ABSTRACT: Goal: To identify elements that facilitated and hindered the co-production process from the perception of members of the EGC / UFSC work team, in the conception and application of the Co-Production Framework dynamics of the Santa Catarina State Technology and Innovation Conference (VCECTI), 5th edition. Design / Methodology / Approach: A descriptive, exploratory case study, with data collection through semi-structured interviews, and data analysis using the thematic analysis method. Six interviews were conducted with researchers who organized the event, teachers, and students of EGC / UFSC. Results: Factors that strengthen or weaken the co-production process were identified in the study as co-production and teamwork, the multidisciplinary team, and the knowledge of each member. In addition, it was noticed that learning occurred at the individual,

group and organizational levels. Limitations of the research: By including only some of the EGC researchers involved in VCECTI and presenting only two of the topics raised in the original study. Originality / value: The article brings a view of co-production in VCECTI from the point of view of psychology, the individual, and what it was like to participate in a co-production project. Additionally, the study identified that the themes described that strengthen or weaken the process were the same that differentiated them by intensity or absence.
KEYWORDS: workgroup. learning. knowledge management.

1 I INTRODUÇÃO

Conforme evoluímos e desenvolvemos nossa sociedade as atividades em grupo ficam cada vez mais necessárias. É preciso produzir em conjunto, pois os desafios se tornam cada vez mais complexos. Quando olhamos para as competências necessárias no século XXI, é evidente a necessidade de colaboração, comunicação e aptidões sociais de forma geral (LAAR et al., 2017; VOOGT; ROBLIN, 2012).

O volume e a velocidade com que novas demandas ocorrem na sociedade do conhecimento aumenta a necessidade de se coproduzir, de produzirmos de forma conjunta. Nos últimos anos tem-se demonstrado a importância da coprodução em várias áreas da geração de valor e aplicação de conhecimento (PACHECO, 2016; PIMENTA, 2017; SLETTO; TABORY; STRICKLER, 2019).

Nos últimos anos, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC/UFSC) tem realizado pesquisas e projetos que visam caracterizar e aplicar coprodução em sistemas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em diferentes setores. Uma das suas aplicações mais recentes foi no programa da V edição da Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina (VCECTI).

A quinta edição da Conferência foi um evento promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS), em parceria com o EGC/UFSC. Nesta edição da CECTI, foi decidido ampliar os objetivos da Conferência para além da reflexão e discussão regional. Criou-se então, uma metodologia que permitisse realizar o levantamento das percepções dos atores regionais de CT&I e fornecesse subsídio para um futuro plano estadual de CT&I. (PACHECO; SELIG, 2016).

Por meio de dinâmicas de coprodução em CT&I, os pesquisadores do EGC/UFSC realizaram dinâmicas de análise de percepção, levantamento de propostas e elaboração de um mapa estratégico com objetivos e ações de potencial atendimento às demandas por ações de promoção de CT&I identificadas em seis regiões do Estado. A V CECTI foi resultado da coprodução multi-institucional de diversos protagonistas do sistema catarinense de CT&I como a FAPESC, o EGC/UFSC, o Instituto Stela, a ReCIS (Rede Catarinense de Conhecimento e Inovação Sustentáveis) e os diferentes atores institucionais da CT&I catarinense (Organizações dos setores acadêmico, empresarial, governamental e

da sociedade civil organizada). (PACHECO; SELIG, 2016)

Ao EGC/UFSC coube a pesquisa, o desenvolvimento e aplicação de um novo Framework de Coprodução para CT&I que foi empregado nas Fases I e II. O novo formato, oferece uma maior consistência para que o resultado do trabalho seja útil à sociedade e venha ao encontro do conceito de coprodução, em que sociedade e governo, constroem juntos o bem comum (OSTROM, 1996).

A coprodução traz inerente o tema do trabalho em equipe. Uma equipe é um grupo de pessoas que compreendem seus objetivos e estão comprometidas em alcançá-los de forma compartilhada (Moscovici, 2003). Uma produção conjunta implica produzir com outras pessoas. O desafio está em conquistar o grau de comprometimento de todos, ou a maior parte dos que compõe a uma equipe.

A VCETCI apresentou evidências (Pacheco & Selig, 2016) de sucesso na condução de um projeto que trabalhou com a coprodução em diferentes níveis e com diferentes públicos e grupos de trabalho, o que torna o desafio maior, dado a interdependência do todo. O sucesso de projetos é um tema bastante estudado e nem por isso tem garantias de que ocorra. Uma questão que se apresenta é quais os elementos que facilitaram e que dificultaram a dinâmica dos grupos que participaram do projeto de coprodução da VCECTI nas diferentes etapas do trabalho?

Com base nesse projeto de coprodução, a VCECTI, fez-se este estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas, para identificar fatores que facilitaram e que dificultaram o processo de coprodução na percepção dos membros entrevistados da equipe de trabalho do EGC/UFSC, na concepção e na aplicação das dinâmicas previstas no Framework de Coprodução. Além do objetivo específico, este artigo busca identificar os indícios da aprendizagem nos diferentes níveis: individual, grupal e organizacional.

2 | DESENVOLVIMENTO

A coprodução é um termo definido por volta da década de 70 como sendo os “processos pelos quais os insumos usados para fornecer um bem ou serviço têm a contribuição de indivíduos que não estão na mesma organização” (OSTROM, 1996, p. 1073). A coprodução implica também na produção pública, seja de um bem ou de um serviço, que pode contar com a participação do cidadão. Refere-se a um processo no qual tanto o “produtor” (o governo) do bem ou serviço, quanto o “consumidor” (cidadão) precisam participar e, com isso, gerar um círculo virtuoso de impacto à sustentabilidade do bem comum. (OSTROM, 1996; PACHECO, 2016).

Com outras palavras, a coprodução de forma geral, relaciona-se a um processo de geração de conhecimento colaborativo e dinâmico, que visa fundamentar o entendimento científico em um contexto social, cultural e político (PIMENTA, 2017).

Na era do conhecimento, a coprodução, sob a ótica da produção participativa, está

relacionada com a governança colaborativa e com à pesquisa participativa. O enfoque está no processo de concentrar ações que atendam aos processos decisórios que possam responder a um problema complexo, dado o conhecimento que destas ações provêm. (NASCIMENTO, 2018; SCHUTTENBERG; GUTH, 2015).

Como resultado de um processo de construção conjunta, algumas variáveis são inerentes como: relacionamento interpessoal, comunicação, tomada de decisão, métodos de análise e discussão, gestão do conhecimento, aprendizagem e trabalho em equipe. Neste estudo vamos nos ater especialmente aos pontos ligados as relações que se estabelecem entre as pessoas como a aprendizagem e o trabalho em equipe.

2.1 Gestão do Conhecimento e Aprendizagem

Entende-se a gestão do conhecimento (GC) como uma abordagem integrada de criação, compartilhamento e aplicação de conhecimento para gerar valor (PACHECO, 2016). A GC trata da aplicação de conhecimento em problemas recentemente descobertos ou novas situações, demandando a aprendizagem e a criação de novas soluções. O conhecimento é construído e produzido em um ambiente social e o trabalho realizado por meio da interação social, em equipe, é básico neste entendimento de construção de conhecimento, assim como também da aprendizagem (NONAKA; KROGH; VOELPEL, 2006).

A aprendizagem ocorre quando há uma mudança no repertório do comportamento do grupo. E para que ocorra ela passa por processos básicos como o compartilhamento, a reflexão, o feedback e a interpretação. Este conceito é aplicado em diferentes estágios. O primeiro dele é no nível da aprendizagem individual. O indivíduo aprendeu algo novo e este aprendizado entra no seu repertório comportamental. O segundo estágio, é quando alguns indivíduos do grupo tem o conhecimento, e ele ainda não é compartilhado com os demais. Só quando o grupo teve um aprendizado que é compartilhado por todos, e todos possuem este novo conhecimento em seu repertório de competências é que ocorreu o terceiro estágio, e a aprendizagem do grupo (WILSON; GOODMAN; CRONIN, 2007).

O nível do aprendizado organizacional, trata de um nível de aprendizagem intergrupos e ela só é reconhecida, quando a organização como um todo, ou pelos menos a área responsável por aquela tarefa tenha aprendido e mudado seu repertório de procedimentos e comportamentos (CROSSAN; LANE; WHITE, 1999). A mudança institucional é considerada evidente quando há mudança no fluxo de trabalho ou nas definições de rotinas e processos institucionais.

Quanto mais as informações são compartilhadas entre os indivíduos, mais oportunidades ocorrem para a criação do conhecimento. Uma cultura que facilite as interações e a socialização entre os indivíduos, facilita o compartilhamento, o trabalho coletivo, descobertas e a inovação. Estimular e reforçar a troca entre as pessoas permite ao grupo um ambiente propício ao trabalho de aprendizado em equipe.

2.2 Trabalho em Equipe

O Trabalho em equipe é um tema bastante discutido e como resultado, há uma variedade de conceitos e tipos de equipes estudados. Cada vez mais o foco se volta para o estudo de equipes heterogêneas (multidisciplinares, híbridas, interdisciplinares, multifuncionais) e temporárias.

São equipes heterogêneas pela diversidade das pessoas que a compões. Indivíduos de diferentes idades, organizações, localidades, gênero, formação profissional, educacional e área de conhecimento. Como por exemplo a equipe responsável pela coprodução do diagnóstico e do mapa estratégico da VCECTI. São temporárias pelo fato de a equipe ter um tempo determinado, e às vezes curto, para realizar a tarefa proposta. Estas pessoas podem se reunir como indivíduos ou ainda como representantes institucionais (EDMONDSON; HARVEY, 2018; REILLY et al., 2017).

Os estudos sobre a diversidade das equipes mostram resultados ambíguo. Há equipes que valorizam a diversidade e a possibilidade de trocar informações e aprendizados. Um dado favorável é que as equipes podem aumentar seus recursos de conhecimento ao reunir um grupo diversificado. Contudo, isso não é garantia de que os indivíduos irão colaborar entre si, ou mesmo repassar as informações relevantes (EDMONDSON; HARVEY, 2018).

As equipes são diferentes, mas tendem a funcionar mais de forma similar do que não (SALAS; REYES; MCDANIEL, 2018). A integração social e a interação entre os membros da equipe é uma etapa necessária e importante para que ocorra um ambiente propício à produção em equipe. É um dos componentes para que ocorra um sentimento de confiança e respeito mútuo entre os integrantes da equipe. Quando há segurança psicológica, sabe-se que a equipe não irá envergonhar, rejeitar ou punir alguém pelo fato deste se manifestar (EDMONDSON, 1999).

O trabalho em equipe é por si só desafiador, quando a diversidade é uma característica essencial o desafio se multiplica. A riqueza da diversidade precisa ser explorada e valorizada pelos membros da equipe para que esta vantagem seja aproveitada, caso contrário ela se torna um obstáculo para o trabalho.

2.3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo de caso (MERRIAM, 1998) tem como objetivo identificar os fatores que facilitaram e que dificultaram o processo de coprodução na percepção dos integrantes da equipe de trabalho do EGC/UFSC na concepção e na aplicação das dinâmicas previstas no Framework de Coprodução.

Ela descreve as informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas (MASON, 2002). Entre a equipe de 14 pessoas, foram entrevistados seis pesquisadores (um docente e cinco discentes) do EGC/UFSC encarregados de criar e aplicar o método de coprodução da VCECTI, sobre a experiência vivida. A seleção dos entrevistados, ocorreu

intencionalmente para que incluísse pessoas que participaram ao longo de todo o projeto. Todos os entrevistados assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, feito em duas vias.

As questões foram divididas em três tópicos de investigação. Apresenta-se aqui o tópico relacionado aos fatores facilitadores e os obstáculos à coprodução na realização da VCECTI. As entrevistas foram gravadas e transcritas para garantir uma análise consistente dos dados (MASON, 2002). A análise temática de Braun e Clarke (2012) foi utilizada em uma abordagem predominantemente indutiva para análise dos dados. O ponto de partida para análise foi a identificação de códigos que se sobressaíam em cada um dos tópicos investigados nas entrevistas. A matriz (excel) possibilitou a organização e o agrupamento dos códigos, que formaram cinco temas. "Um tema atribui um significado a um conjunto de dados" (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 82). A partir dos códigos mapeados, os temas foram definidos e agrupados conforme sua recorrência e similaridade.

2.3.1 Descrição e Análise dos Dados

As seis entrevistas ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 2018. O contato foi feito diretamente pela autora e todos os pesquisadores convidados, mostraram disponibilidade para participar. Cinco das entrevistas foram realizadas presencialmente e uma delas ocorreu de forma virtual.

Os temas elencados a partir da análise temática das entrevistas são: a coprodução e o trabalho em equipe; a equipe multidisciplinar e o conhecimento de cada membro. Embora os participantes tenham sido questionados especificamente pelo que facilitou e o que dificultou, a análise dos códigos mostrou que os dificultadores foram a ausência ou o uso excessivo dos fatores que facilitaram. São descritas falas retiradas das entrevistas que evidenciam os temas encontrados.

2.3.2 A coprodução e o trabalho em equipe

Com relação a coprodução e o trabalho em equipe, eles foram agrupados em um só tema em função de como foi trazido pelos entrevistados. É um construir junto, coletivo! Como já afirmado, com base em Pacheco (2016, p. 28) "ao coproduzirem, os integrantes de uma equipe se tornam coautores do resultado de sua atividade coletiva".

A coprodução é um dos resultados que se pode obter com o trabalho em equipe. Ficou evidente que os entrevistados davam importância para a forma como construíram todo o processo.

> Nós, o grupo de facilitadores. A gente se sentou juntos, (...) e a gente discutiu percepções. E daí, também nos empoderamos um pouco "pra" também conduzir a segunda parte da facilitação que foi aquele segundo momento. (...) a gente conseguiu identificar, de novo em conjunto, de uma forma de coprodução de novo, porque as expertises de cada um puderam ser ouvidas

(E3).

A coprodução fez-se presente por unir diferentes públicos em torno de um tema comum “foi empresa, foi indústria falando, foi a academia falando, foi o governo falando e a sociedade civil organizada, que eram os quatro atores que a gente tinha” (E4). Ocorreu o trabalho, tanto no nível de geração de um novo conhecimento, quanto de unir o cidadão para que ele pensasse e auxiliasse no processo de transformação dos serviços que ele mesmo irá utilizar: fornecedor e cliente trabalhando juntos (OSTROM, 1996). Isso se fez presente também no momento de criação da metodologia, quando EGC/UFSC, em parceria com a FAPESC planejavam, estudavam e se preparavam para reunir tantos stakeholders. E pode-se extrapolar para a ideia de que professores e alunos, eram também representantes da sociedade civil, eram representantes da academia e talvez fossem também empresários.

O lado negativo apareceu quanto nem todos os membros estavam engajados e motivados a participar. Como lembrou o entrevistado E5 “a questão do engajamento ela é um fator bastante complicador num sentido de que... foi distribuído convite “pra” “n” instituições, “n” pessoas” e quando elas percebiam que seria um dia de trabalho, “pulava fora”. E o entrevistado complementa apresentado o lado positivo, pois, quem ousou participar descobriu um novo jeito de fazer o trabalho. O grupo, se transformou em equipe, uma vez que era possível identificar em muitos deles a satisfação por se sentirem “pertencentes ao sistema de ciência, tecnologia e inovação e poderem estar explicitando seus anseios” (E5).

Outra fala é feita pelo E4: “Foi cooperação. Foi empresa, foi indústria falando, foi a academia falando, foi o governo falando e a sociedade civil falando. Sociedade civil organizada que eram os quatro atores que a gente tinha”. Outro exemplo de E5:

> quando eles aceitaram permanecer com a gente e participar do processo, eles falavam ‘páh, mas esse é diferente!’ e aí, quando ficaram sabendo que houve divulgação, ah, mas aí saiu um livro que ‘tá’ trazendo isso e o cara abre e o livro lá e fala ‘olha, a minha proposta ‘tá aqui’!.

O trabalho em equipe, ao mesmo tempo que facilitou, teve suas dificuldades, em especial quando o coletivo não está em primeiro foco. “Por exemplo, o prefeito da cidade que levou o evento “pra” lá ele queria que dissesse que o evento era “x”, sabe assim. Então as IES, que foram as IES participantes, elas também queriam divulgar os seus eventos”, que é evidenciado na fala de E2.

2.3.3 A equipe multidisciplinar e o conhecimento de cada membro

Os temas equipe multidisciplinar e conhecimento de cada membro, se diferencia pois para coproduzir e fazer um bom trabalho em equipe, ter pessoas com diferentes talentos faz muita diferença (BUSH; LEPINE; NEWTON, 2018). O conhecimento dos membros da equipe é fator chave e contribui para a integração, sem a qual o trabalho não ocorre. É preciso pensar diferente para que o conhecimento de um acrescente no todo. A

equipe multidisciplinar, precisa de membros com diferentes habilidades e expertises. Isso foi observado já no perfil da formação inicial dos pesquisadores: engenharia, psicologia, administração e biblioteconomia. Algumas falas destacam a importância e em como esta característica facilitou o trabalho.

E3 disse: "ter um conhecimento prévio em um processo de coprodução, eu acho fundamental. (...) fator que foi positivo e negativo ao mesmo tempo porque, se não tivesse tanta diversidade no nosso grupo a gente não teria construído uma coisa tão legal". Outra fala que evidencia como facilitador as diferentes disciplinas de domínio dos membros envolvidos no projeto é de E4:

> uma coisa que eu achei que ficou bem legal era uma equipe bem multidisciplinar. Então tinham vários professores (...) mais voltados pra a inovação, (...) pra estratégia, (...) que olhava mais a questão, até de indicadores (...) E os alunos, tinha alunos de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado.

E5 apresenta uma fala que caracteriza o fato da "equipe multidisciplinar e o conhecimento de cada membro" ter dificultado a coprodução:

> uma das dificuldades que existem (...) "pros" atores de ciência, tecnologia e inovação, no caso, de Santa Catarina, foi entender por que é que nós estávamos fazendo aquilo. (...) Para na hora de montar os grupos focais de estudo, de coprodução, não deixar nichos assim, deixar o mais heterogêneo possível o grupo, porque daí funciona, sabe? Funcionou, e funcionou em todos os grupos, em todos os lugares.

Uma leitura atenta destas falas permite observar que podem ser alocadas em mais de um dos temas, e ao mesmo tempo a junção dos mesmos não permitiria abranger a complexidade que o tema apresenta.

É necessário um pouco de conflito para que se encontre soluções que não faziam parte do repertório anterior. O fator conhecimento se soma aqui por duas razões: o conhecimento anterior, que geralmente é um dos motivos pelo qual o indivíduo é convidado a se juntar ao grupo, e pela razão posterior. Este tem relação com o conhecimento que será, ou neste estudo de caso, foi gerado após a relação entre as pessoas (EDMONDSON; HARVEY, 2018).

Os entrevistados expressaram em alguns momentos o saber já existente, e o que precisaria ser estudado. Os entrevistados E1, E2, E3, E4 e E5 explicitaram o quanto o conhecimento foi buscado e aplicado em todo o processo. De formas e, em momentos diferentes, todos reconheciam a relevância de um conhecimento consistente e técnico necessário para o trabalho. "Ora, nós não sabemos tudo. Nós podemos saber os processos de que nós podemos trabalhar, mas nós vamos ter que estudar, pesquisar e, possivelmente, com pessoas que já tenham algum aprofundamento sobre aquela temática" (E1).

O entrevistado E2 lista o público multidisciplinar que participou das dinâmicas realizadas:

> a gente trouxe diversos segmentos e dentro desses diversos segmentos, diversos atores. Então, da educação, vieram professores, vieram diretores de universidades, vieram visões diferentes. Na indústria vieram donos, vieram empregados, vieram diretores. No governo veio superintendente da saúde, superintendente de diversas áreas. Então isso pra mim é coproduzir. É você ter vários vieses, porque se você tem um viés, mesmo 'ah, foi feito por mais de uma pessoa', mas se é um viés, único viés, não sei se poderia dizer... [que é coprodução].

A multidisciplinaridade (REILLY et al., 2017) estava representada não somente pelas profissões e formações diferentes, mas também pelos diferentes níveis hierárquicos envolvidos no projeto: discentes (mestrado, doutorado e pós-doutorado), professores (coordenadores de departamento e áreas inclusive) e diretores (FIESC).

Com relação a aprendizagem, ela foi investigada sobre o que aprendeu, e o que poderia ser melhorado. Nas respostas e nos relatos constatou-se que a aprendizagem ocorreu nos três níveis. No individual, os entrevistados evidenciaram ter se desenvolvido tanto nos conhecimentos técnicos quanto relacionais. Grupal: ao longo dos encontros nas regionais, os relatos mostraram que a equipe fazia melhorias. Institucional: o framework desenvolvido (NASCIMENTO, 2018) e o livro (PACHECO; SELIG, 2016) fazem o registro do processo de trabalho realizado, contribuindo para a memória e reutilização do conteúdo.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso alcançou o objetivo de identificar fatores que facilitaram e que dificultaram o processo de coprodução na percepção dos integrantes da equipe de trabalho do EGC/UFSC na concepção e na aplicação das dinâmicas previstas no Framework de Coprodução.

A experiência vivida pelos pesquisadores na realização do projeto foi positiva, seja pelos resultados do projeto, seja pelos aprendizados pessoais. Algumas das expressões que descrevem esta afirmação: "gratificante", "muito boa", "maravilhoso", "bem importante e bem agradável", "bem rica.

Os fatores que facilitaram e dificultaram o processo de coprodução durante o trabalho da VCECTI foram analisados e codificados em temas. Esse artigo apresentou a coprodução e o trabalho em equipe; a equipe multidisciplinar e o conhecimento de cada membro. Futuros estudos podem abordar a liderança e as relações de poder; a importância de um método de trabalho e a comunicação, que emergiram também como temas nas entrevistas.

Os elementos facilitadores apareceram também como dificultadores quando ocorriam em diferente intensidade. Por isso optou-se por descrever os aspetos que influenciaram o processo de coprodução e destacar a contribuição de cada um na obtenção do resultado.

Com relação a aprendizagem, ela ocorreu nos três níveis: indivíduo, grupo e institucional.

AGRADECIMENTO

Artigo apresentado originalmente no ICKM/SUCEG 2019 em dezembro de 2019, Florianópolis, SC. Os autores agradecem o auxílio financeiro concedido no período de desenvolvimento deste estudo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001 e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

REFERÊNCIAS

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Thematic Analysis. In: **In: COOPER, H. (Editor). APA Handbook of Research Methods in Psychology.** [s.l: s.n.]. v. 2p. 57–71.

BUSH, J. T.; LEPINE, J. A.; NEWTON, D. W. Teams in transition: An integrative review and synthesis of research on team task transitions and propositions for future research. **Human Resource Management Review**, v. 28, n. 4, p. 423–433, 2018.

CROSSAN, M. M.; LANE, H. W.; WHITE, R. E. An Organizational Learning Framework: from intuition to institution. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 3, p. 522–537, 1999.

CVITANOVIC, C. et al. Maximising the bene fi ts of participatory climate adaptation research by understanding and managing the associated challenges and risks. **Environmental Science and Policy**, v. 94, n. December 2018, p. 20–31, 2019.

EDMONDSON, A. Psychological Safety and Learning Behavior in Work Teams. **Administrative Science Quarterl**, v. 44, p. 350–383, 1999.

EDMONDSON, A. C.; HARVEY, J.-F. Cross-boundary teaming for innovation: Integrating research on teams and knowledge in organizations. **Human Resource Management Review**, v. 28, n. 4, p. 347–360, dez. 2018.

GERSICK, C. J. G. Academy of Management Time and Transition in Work Teams : Toward a New Model of Group Development. **Academy of Management Journal**, v. 31, n. 1, p. 9–41, 1988.

LAAR, E. VAN et al. Computers in Human Behavior The relation between 21st-century skills and digital skills : A systematic literature review. **Computers in Human Behavior**, v. 72, p. 577–588, 2017.

MASON, J. **Qualitative Researching**. 2º ed. ed. London: SAGE Publications, 2002.

MATHIEU, J. E. et al. A Century of Work Teams in the Journal of Applied Psychology. **Journal of Applied Psychology**, v. 102, n. 3, p. 452–467, 2017.

MAYER, C.; MCKENZIE, K. '...it shows that there's no limits': the psychological impact of co-production for experts by experience working in youth mental health. **Health and Social Care in the Community**, v. 25, n. 3, p. 1181–1189, 2017.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998.

NASCIMENTO, E. R. DO. **Metaframework de Coprodução em Ambientes Complexos para a Geração de Insumos Estratégicos**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018.

NONAKA, I.; KROGH, G. VON; VOELPEL, S. Review Paper Organizational Knowledge Creation Theory : Evolutionary Paths and Future Advances. **Organization Studies**, v. 27, n. 8, p. 1179–1208, 2006.

OSTROM, E. Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1073–1087, 1996.

PACHECO, R. C. DOS S. Coprodução em Ciência, Tecnologia e Inovação: fundamentos e visões. In: PEDRO, J. M.; SÁ FREIRE, P. DE (ORGANIZADORAS) (Eds.). . **Interdisciplinaridade: universidade e inovação social e tecnológica**. Curitiba: CRV, 2016.

PACHECO, R. C. DOS S.; SELIG, P. M. **Mapa estratégico de CTI para Santa Catarina: metodologia e resultados da V Conferência Estadual de CTI de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Instituto Stela, 2016.

PIMENTA, R. B. **ANÁLISE DE MATURIDADE DA COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TRANSDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE AGROECOLÓGICA**. [s.l.] UFSC, 2017.

REILLY, P. O. et al. Assessing the facilitators and barriers of interdisciplinary team working in primary care using normalisation process theory : an integrative review. **PLoS ONE**, v. 12, n. 2, p. 1–22, 2017.

SALAS, E.; REYES, D. L.; MCDANIEL, S. H. The science of teamwork: Progress, reflections, and the road ahead. **American Psychologist**, v. 73, n. 4, p. 93–600, 2018.

SCHUTTENBERG, H. Z.; GUTH, H. K. Seeking our shared wisdom : a framework for understanding knowledge coproduction and coproductive capacities. **Ecology and Society**, v. 20, n. 1, 2015.

SLETTO, B.; TABORY, S.; STRICKLER, K. Sustainable urban water management and integrated development in informal settlements: the contested politics of co-production in Santo Domingo, Dominican Republic. **Global Environmental Change**, v. 54, p. 195–202, 2019.

VOOGT, J.; ROBLIN, N. P. A comparative analysis of international frameworks for 21 century competences : implications for national curriculum policies. **Journal of Curriculum Studies**, v. 44, n. 3, p. 299–321, 2012.

WILSON, J. M.; GOODMAN, P. S.; CRONIN, M. A. Group Learning. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 4, p. 1041–1059, 2007.

CAPÍTULO 15

ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 12/02/2021

Bruna Hariane da Costa
Centro Universitário Ideau – UNIDEAU
Getúlio Vargas – RS
https://orcid.org/0000-0002-2553-1831

Emanuel Zanandréa
Centro Universitário Ideau – UNIDEAU
Getúlio Vargas – RS
https://orcid.org/0000-0002-2345-9565

Valéria Fracaro
Centro Universitário Ideau – UNIDEAU
Getúlio Vargas – RS
https://orcid.org/0000-0002-9866-4504

Valquíria Scolari
Centro Universitário Ideau – UNIDEAU
Getúlio Vargas – RS
https://orcid.org/0000-0002-0165-6322

Willian Sbruzzi
Centro Universitário Ideau – UNIDEAU
Getúlio Vargas – RS
https://orcid.org/0000-0002-1415-1147

RESUMO: O projeto a seguir teve como objetivo conhecer, avaliar e beneficiar o grupo de pessoas com deficiências do município de São João da Urtiga - RS, visando dar o apoio que foi sugerido às mesmas. Através de uma visita, os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis Nível II, do Centro Universitário Ideau – UNIDEAU, de Getúlio Vargas – RS observaram as maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo e, a partir disso, buscou-se uma arrecadação de fundos para ajudá-los no que fosse necessário. A mesma se deu através do comércio do município, onde os acadêmicos apresentaram o projeto e o seu objetivo e pediram se gostariam de contribuir para a realização do mesmo e consequentemente ajudar os membros deficientes da entidade. Com o valor arrecadado foi possível à compra de jogos, que desenvolvem o racicíonio lógico, a estratégia, e outras habilidades dos integrantes do grupo e também massas de modelar, tintas em 3D, bola guizo, escada de agilidade, bola de futsal, bengala para deficiente, entre outros para auxiliar nas atividades desenvolvidas por eles. Com o dinheiro restante foi realizada uma confraternização entres os presentes e a entrega de uma lembrança para cada um dos membros do grupo.

PALAVRAS - CHAVE: Entidade assistencial; Arrecadação de fundos; Contabilidade; Organização não governamental; Terceiro setor.

ASSISTANCE ENTITY: CENTER OF REFERENCE AND SOCIAL ASSISTANCE (CRAS) OF SÃO JOÃO DA URTIGA

ABSTRACT: The following project aimed to get to know, evaluate and benefit the group of people with disabilities in the municipality of São João da Urtiga - RS, in order to provide the support that was suggested to them. Through a visit, the academics of the Level II Accounting Sciences course, at the Centro Universitário Ideau - UNIDEAU, in Getúlio Vargas - RS, observed the greatest difficulties faced by the group and, from that, a fundraiser was sought to them in whatever was necessary. The same happened through the

municipality's commerce, where the academics presented the project and its objective and asked if they would like to contribute to the realization of the same and consequently help the disabled members of the entity. With the amount collected it was possible to buy games, which develop the logical reasoning, strategy, and other skills of the group members and also modeling clay, 3D paints, rattle ball, agility ladder, futsal ball, cane for disabled, among others to assist in the activities developed by them. With the remaining money, a fraternization was held between those present and a souvenir was delivered to each member of the group.
KEYWORDS: Entity assistential; Fund raising; Accounting; Non-governmental organization; Third sector.

1 I INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade conhecer uma entidade assistencial, sua situação financeira e econômica, e também contribuir com a instituição através da promoção de uma ação beneficente que atenda as necessidades observadas. A partir disso, os integrantes do grupo do curso de Ciências Contábeis Nível II do Centro Universitário Ideau – UNIDEAU, de Getúlio Vargas – RS buscaram informações e possibilidades de locais para a realização do trabalho.

As entidades do terceiro setor ou entidades sem fins lucrativos surgiram devido as crescentes necessidades sociais. São instituições privadas que não visam o lucro financeiro e trabalham para melhorar as condições de vida das pessoas em todos os âmbitos sociais existentes cujas necessidades básicas não são bem atendidas. O terceiro setor surgiu com a grande promessa de melhorar o espaço púbico, recuperando a solidariedade atuando nas áreas onde as políticas de governo se mostravam insuficientes, a ideia era de trabalhar a cidadania, a humanização do capitalismo e se possível, a superação da pobreza. (JAEGER; SANTOS, 2014).

Por meio de uma visita na instituição, e de uma reunião com as responsáveis da mesma, verificou-se que a maior das necessidades se encontrava no fato de não encontrar com facilidade brinquedos para os diversos tipos de deficiência lá presentes. Com isso, os acadêmicos se propuseram em ajudá-los nesse quesito e dispor desses materiais para o grupo para que suas atividades e seu desempenho sejam mais eficazes.

Os alunos contaram com a ajuda do comércio local, onde passaram nos diversos tipos de estabelecimentos, apresentaram o objetivo do projeto e informaram que seria divulgado o momento da entrega dos materiais pedagógicos adquiridos, assim a maioria se solidarizou e não negou ajuda para assim ser possível a arrecadação dos fundos para colaborar com o grupo de deficientes.

Com as arrecadações conquistadas, os acadêmicos foram em buscas desses materiais por meio de uma lista que os funcionários da Entidade forneceram. Não foram encontrados de forma fácil, mas com muito empenho e esforços, os materiais foram comprados e entregues ao grupo por meio de um encontro realizado pelos alunos e pelas

pessoas da Entidade envolvidas nesse projeto.

2 I DESENVOLVIMENTO

Nesta parte do trabalho será detalhado o referencial teórico, a metodologia empregada e os resultados encontrados. Contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado do estudo.

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Teoria das Organizações

A Teoria das Organizações é a área de compreensão humana que se encarrega de estudar as organizações de modo geral. Dentro destas, um contador possui um papel muito importante na hora de orientar, planejar, supervisionar e orientar nas atividades contábeis dentro da mesma, assim podendo auxiliar na tomada de decisões.

Segundo Chiavenato (2003) as organizações elas planejam, coordenam, dirigem, executam e controlam as empresas responsáveis pela produção de bens e pela prestação de serviços. Para auxiliar as organizações, existem três tipos de matrizes, que são:

Matriz de GUT (Gravidade, Urgência e Tendência): ela prioriza os problemas que devem ser resolvidos pela gestão, além de analisar a prioridade das atividades que devem ser feitas e/ou desenvolvidas pela organização, em situações. Ela trabalha junto com a Matriz de SWOT e sua análise aos ambientes internos e externos da entidade (PERIARD, 2011).

Matriz de SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats). Em português: (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). A análise SWOT é uma das práticas mais comuns nas empresas voltadas para o pensamento estratégico e marketing, é algo relativamente trabalhoso de produzir, contudo a prática constante pode trazer ao profissional uma melhor visão de negócios, afinal de contas, os cenários onde a empresa atua estão sempre mudando.” (MARTINS, 2006).

Por isso a Matriz de SWOT é usada, pois ela funciona montando um inventário de todos os pontos positivos e negativos da entidade internamente. Seu principal objetivo é permitir que o empreendedor conheça os pontos positivos da entidade, isso possibilita que seus principais objetivos possam ser alcançados no futuro (HENRIQUE, 2010).

Matriz BCG (Boston Consulting Group): ela trata-se de uma análise gráfica que tem como objetivo ajudar na tomada de decisões, como também auxiliar na avaliação dos produtos ou de entidades do negócio que se fundamentam no período de vida de um produto. Um dos principais pontos central dessa técnica é a matriz de portfólio dos produtos, conhecida também por matriz de crescimento e participação (PORTAL ADMINISTRAÇÃO, 2015).

Para que uma organização atinja seu auge, existem processos de gestão que auxiliam nessa etapa, sendo: o planejamento, organização, direção, execução e controle. O planejamento está focado em traçar o futuro e alcançá-lo. Sua base consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los conforme a necessidade (CHIAVENATO, 1987).

Organização: organizam-se os recursos disponíveis para realizar aquilo que foi planejado. É feita a distribuição das tarefas, das autoridades e dos recursos materiais entre os membros da organização (CARLOS, 2017). Direção: é a função administrativa que conduz e coordena as pessoas na execução das tarefas e atividades planejadas e organizadas a fim de se alcançar seus objetivos (MARCONDES, 2016). Execução: processo que realiza as atividades e consome recursos para atingir os objetivos. Controle: Analisa os resultados obtidos verificando se foram os planejados. Monitora as atividades, determinando se a organização está ou não em direção a suas metas (CARLOS, 2017).

2.1.2 Direito Público e Privado

O Direito pode ser conceituado como norma, lei, faculdade, regra, fenômeno social, o que é devido a pessoa, etc. Corresponde a um aglomerado de princípios e regras, destinado a regular a vida do homem perante a sociedade, estabelecendo normas de condutas e ordem. Forma um sistema, pois é constituído por várias partes organizadas. Tem-se o direito como sendo bilateral, pois impõem comportamento e determina a sensação (MARTINS, 2007).

Dentre todos os ramos que o Direito possui destacam-se, neste artigo, o Direito Público e Privado. O Direito Público ou Direito das gentes, são regras e princípios destinados a gerência dos direitos e deveres internacionais, tanto dos Estados, quanto dos indivíduos. Sua importância é crescente, devido a ampliação das relações internacionais, se origina da maior necessidade na vida das nações e engloba assuntos além do ponto de vista teórico, dá também um ponto de vista prático. O Direito Privado atua junto aos interesses particulares, por diversas razões (PINHO; NASCIMENTO, 2004).

2.1.2.1 Associações sem fins lucrativos, ONG's, e o terceiro setor

O terceiro setor é composto por associações sem fins lucrativos, é uma junção do setor público com o privado, com o objetivo de suprir as falhas do estado e promover a solidariedade social. As organizações pertencentes a este setor são compostas por pessoas voluntárias e dentre suas funções, estão combate à pobreza, assistência social, meio ambiente, resolução de algum problema, reivindicação ou melhorias, realização de campanhas e eventos que visem melhorar a qualidade de vida da população. (TERCEIRO SETOR, 2017).

As associações são formadas por meio de uma assemblia para a aprovação do

estatuto, que é responsável pelos direitos e deveres da instituição e de seus associados, e após, registra-se em cartório. Não visam lucros, por isso, suas finanças não são divididas entre seus membros (TERCEIRO SETOR, 2017).

As ONG's, organizações não governamentais, ou seja, sem ligação com o governo, fazem parte do terceiro setor e também não possuem fins lucrativos sendo criadas para suprir a ineficiência do Estado em determinadas regiões. Caracterizam-se por ações de solidariedade além de promover ações sociais, culturais, assistenciais. Apresentam uma vasta diversidade temática, variando entre entidades ligadas ao meio ambiente, grupos feministas, proteção da criança e do adolescente, profissionalização, direitos humanos, negros, animais (SIGNIFICADOS).

2.1.3 Contabilidade

A contabilidade é a ferramenta que possibilita o maior número de informações qualitativas e quantitativas fundamentais para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Seu surgimento é muito antigo e com o passar dos anos, o governo estabelece a sua utilização também para a arrecadação de impostos e passa a ser obrigatória em praticamente todas as empresas (MARION, 2004).

Pode ser designada como ciência pelo fato de possuir teorias próprias, objeto de estudo especifico (patrimônio de uma entidade) e métodos científicos de trabalho. Além disso, porque estuda os impactos sociais dos atos humanos que podem ser medidos economicamente, ou seja, atos que se traduzem em efeitos monetários. Ela é aplicada para o controle do patrimônio tanto de pessoas físicas, como de pessoas jurídicas de direito público ou privado (PADOVEZE, 2011).

Para Bortoli (2016), "o controle financeiro é, basicamente, um conjunto de ações utilizadas para verificar se o que foi estabelecido no planejamento está sendo executado e quais as medidas necessárias para corrigir possíveis falhas e erros". Ainda segundo ele, o planejamento e o controle financeiro são ferramentas inseparáveis, pois é preciso traçar as finanças e monitorar cada passo do seu andamento, de maneira que se consiga obter controle amplo do capital empregado, e assim, poder observar a saúde financeira verídica do negócio.

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é um resumo ordenado, apresentado de forma dedutiva, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e no final indica-se o resultado, lucro ou prejuízo da empresa, normalmente em um período de 12 meses. A DRE pode ser simples ou completa. A primeira é utilizada em micro ou pequenas empresas e deve mostrar o total de despesa deduzido da receita, evidenciando assim o lucro sem destacar os principais grupos de despesas. Já a DRE completa, é exigida por lei e oferece maiores informações para a tomada de decisões (MARION, 2004).

2.1.4 Gestão de Pessoas

A Administração de Recursos Humanos (ARH), de acordo com o autor Chiavenato (2002), corresponde à maneira de fazer com que as atividades sejam realizadas da melhor maneira possível, por meio dos recursos disponíveis, com o objetivo de atingir bons resultados.

De acordo com Machado, a função dos Recursos Humanos ocorre por meio dos "processos de aplicação de pessoas que envolvem os primeiros passos na integração dos novos membros na organização, o desenho de cargo a ser desempenhado e a avaliação de desempenho do cargo" (MACHADO, 2015, p.4).

Ainda, segundo ele, o sistema é definido como o conjunto de elementos unidos por alguma forma de interação ou interdependência, nos subsistemas, tem-se um conjunto menor de partes específicas. "Os cinco subsistemas têm assuntos distintos e interligados, cujo resultado global aumenta desde que estes (subsistemas) estejam articulados e sintonizados entre si" (MACHADO apud CHIAVENATO, 2006).

A administração de RH se dividiu em cinco subsistemas, são eles: Provisão de Recursos Humanos (Recrutamento, seleção, integração); Aplicação de Recursos Humanos (Análise e descrição de cargos, planejamento, plano de carreiras, avaliação de desempenho); Manutenção de Recursos Humanos (Administração de salários, benefícios sociais, higiene e segurança, relações trabalhistas); Desenvolvimento de Recursos Humanos (Treinamento, desenvolvimento de recursos humanos, desenvolvimento organizacional); Monitoração de Recursos Humanos (Banco de dados, Sistemas de informação, auditoria de recursos humanos) CHIAVENATO (1997, p. 167).

A organização de uma empresa é gerida por um grupo de pessoas formando uma equipe, por isso a importância da área de Recursos Humanos. Nesse sentido, Costa nos aponta que:

> São as pessoas que definem metas de vendas, planejam e vendem produtos, e a forma de administrar essas pessoas influencia de total maneira no desempenho geral da organização. O grande desafio das empresas de hoje é administrar bem seus recursos humanos, pois são as pessoas que obtém e mantêm vantagens competitivas, é preciso saber como selecionar e desenvolver líderes, como atender melhor os clientes, como recompensar o bom desempenho, como controlar os custos de mão de obra e ao mesmo tempo manter um tratamento justo aos empregados (COSTA apud UNIVERSIA, 2008, p. 1)

Devido ao crescimento tecnológico, os subsistemas passaram por uma reformulação com objetivo de aprimorar os processos de RH, "a função Recursos Humanos, a partir das necessidades de mudanças percebidas pelas empresas, passou a apresentar um papel de maior destaque" (Machado, 2015). Essa reformulação possibilitou o surgimento de seis processos da gestão de talentos, os quais servem para aprimorar e desenvolver os

objetivos individuais e organizacionais da instituição. Sendo assim, os seis processos da gestão de pessoas encontram-se dentro da Gestão de talentos:

- **Agregando pessoas:** corresponde ao recrutamento e seleção de pessoas para trabalharem na empresa.
- **Aplicando pessoas**: corresponde ao desenho do trabalho e a avaliação do desempenho do mesmo dentro da instituição.
- **Recompensando pessoas:** se aplica as recompensas, remunerações, benefícios, motivação, reconhecimento, flexibilidade, entre outros, destinados às pessoas que trabalham e compõem a organização.
- **Desenvolvendo pessoas:** corresponde à aprendizagem, treinamento, desenvolvimento e gestão de conhecimentos. O objetivo é desenvolver o profissional para que atenda as necessidades da empresa.
- **Mantendo pessoas:** trata da qualidade de vida, higienização, segurança e as relações entre os colaboradores dentro da entidade, envolvendo a manutenção dos indivíduos no ambiente de trabalho.
- **Monitorando pessoas:** possui ligação com as informações e resultados acerca dos funcionários da entidade, as quais são obtidas por meio de bancos de dados e sistemas de informações gerenciais.

2.1.5 Sistemas de Informações Gerenciais

Avalia-se Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) como todas as ações dos meios administrativos que estão ligados à sistemas de informações, no qual os auxiliam nas necessidades físicas e operacionais da entidade. “Os sistemas de informação são mecanismos de apoio à gestão, desenvolvidos com base na tecnologia de informação e com suporte da informática para atuar como condutores das informações que visam facilitar, agilizar e otimizar o processo decisório nas organizações.” (BAZZOTTI; GARCIA apud PEREIRA e FONSECA ,1997, p. 241).

Os sistemas são criados com o objetivo principal de resolver problemas na administração da empresa, auxiliar nas funções de tomadas de decisões, controle e de funções operacionais, tudo isso a fim de proporcionar uma maior eficácia dentro da organização. Conforme BATISTA (2004, p. 20), “do ponto de vista da administração de empresas em concordância com a definição de sistemas, existem dois elementos fundamentais para a tomada de decisões: os canais de informação e as redes de comunicação.” (BAZZOTTI; GARCIA apud BATISTA, 2004, p. 20).

Mesmo assim há muita dificuldade de avaliar, de forma somatória quais são todos os benefícios dos SIG, criados através de dados e aplicados através da mão humana, mas destacam-se: redução de custos na entidade; melhoria nos acessos de informações

precisos e rápidos; melhorias na produtividade, maior motivação dos colaboradores e resoluções acontecimentos imprevistos na organização. (BAZZOTTI; GARCIA apud BATISTA, 2004, p. 32).

2.1.5.1 Classificação dos sistemas

Sistema Aberto: é o sistema que busca interação entre o meio interno da empresa e os meios externos. A organização busca auxílio da sociedade e do ambiente para obter novas ideias, tecnologias a fim de proporcionar serviços e bens para serem levados ao mercado. Sistema Fechado: Ao contrário do aberto é um sistema independente que não necessita da interação entre meio interno com o externo para exercer suas atividades (BAZZOTTI; GARCIA apud CORNACHIONE, 1998, p.25).

2.1.5.2 Finalidades dos sistemas de informação

Os sistemas de informação buscam resolver da melhor forma possível problemas organizacionais internos e aumentar o índice de competitividade no mercado, os sistemas de informação têm por finalidade "[...] a captura e/ou a recuperação de dados e sua análise em função de um processo de decisão. Envolvem, de modo geral, o decisor, o contexto, o objetivo da decisão e a estrutura de apresentação das informações" (BAZZOTTI; GARCIA apud PEREIRA e FONSECA, 1997, p. 241).

2.1.6 Filosofia e Antropologia

As expressões ética e moral, são atualmente muito usadas, mas são bem distintas uma da outra. Em casos filosóficos, elas têm um significado diferente, mas que juntos, finalizam uma a outra. Ética é o caráter de uma pessoa, a natureza dela, o seu modo de ser. Ela pode ser vista como um tipo de comportamento diante de uma sociedade. A moral é aquilo que a pessoa considera ser certo e defende seu ponto de vista apesar das opiniões contrárias. Ela pode ser considerada como um grupo de regras a serem seguidas, as quais influenciam na vida e nos costumes de cada cidadão dentro do seu ambiente (MENEZES, 2016).

Já a teoria do conhecimento, se fundamenta em estudar a natureza do conhecimento de modo geral. Ela investiga a capacidade de um ser humano entender, compreender, de modo geral, os seus limites, sua origem e seus significados. "A teoria do conhecimento é a área da filosofia que tem como objetivo investigar o que é o conhecimento, a possibilidade e qual o fundamento do conhecimento, suas origens e seu valor" (MEDEIROS, 2017).

A antropologia é uma ciência que estuda, em geral, o ser humano em si e seu convívio em sociedade com o passar do tempo. Ela se divide em quatro subdisciplinas: antropologia biológica (estuda a variedade e as modificações do homem com o tempo); arqueologia (estuda as sociedades que já existiram); a social (estuda o convívio do homem

em sociedade, cultura e seu comportamento) e a linguística (estuda, como o próprio nome diz, as linguagens do ser humano) (CONCEITO, 2011).

3 | METODOLOGIA

O presente Projeto de Aperfeiçoamento Teórico Prático teve como principal objetivo conhecer uma entidade assistencial, com o propósito de observar diferentes realidades, analisar os métodos utilizados para fins de contratação, arrecadação de verbas para a manutenção da entidade, legislação regente.

Para a realização do projeto conduziu-se uma pesquisa exploratória, descritiva e bibliográfica. Segundo Gil (2002, p.41-45) a pesquisa exploratória proporciona maior integração com o tema. A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever com precisão as características de determinadas populações ou fenômenos detendo-se de técnicas, tais como questionários e a observação sistemática. Ainda, conforme o autor, a pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos.

Para a realização da parte prática, ficou decidido que o projeto seria realizado junto ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) no município de São João da Urtiga. Sendo assim, os integrantes do grupo, foram até o município escolhido para conversar com os responsáveis pela entidade, saber do seu funcionamento, conhecer os vários grupos integrantes do CRAS, onde se percebeu que os mais necessitados eram os deficientes.

Os alunos passaram no comércio local, explicando os objetivos e como funcionava o projeto, visando à arrecadação de verbas para auxiliar o grupo da entidade de alguma forma. Foi recebido o incentivo de 36 colaboradores, tanto físicos como jurídicos, o que resultou numa quantia de R$ 1.205,00.

Em uma última visita realizada, os alunos concluíram o trabalho realizando as atividades propostas ao grupo, onde foram entregues aos integrantes, os materiais adquiridos e realizadas brincadeiras juntamente com os cinco acadêmicos. No final foi realizada uma confraternização para que assim pudéssemos proporcionar um dia diferente a eles.

Foi entregue a diretoria da instituição, perguntas referentes aos integrantes do grupo, tais como nome, sexo, doenças que lá existem, também sobre planejamento, organização, direção, controle, quantos funcionários possui a instituição, entre outras questões referentes, para que assim, pudéssemos analisar qualitativa e quantitativamente os dados obtidos.

4 | APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem por objetivo a prevenção da vulnerabilidade e riscos sociais, desenvolvendo potencialidades, aumentando e fortalecendo relações familiares, além disso, possui serviços de caráter protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que este possua profissionais e espaço físico. "A democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e o aprimoramento permanente dos serviços ofertados no CRAS, ainda devem ser garantidos por meio do estímulo à participação dos usuários nos processos de planejamento e avaliação dos serviços da Unidade". (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

O gráfico 1 tem por objetivo mostrar a idade dos componentes do grupo. Tendo um total de 20 integrantes, contata-se que seis deles possuem idade entre 10 e 25 anos, seis possuem de 40 a 55 anos, cinco de 25 a 40, e a minoria, três deles, possui de 55 a 70 anos. Observa-se que a faixa etária é bastante variada, sendo necessários profissionais capacitados para atenderem essas diferenças na idade.

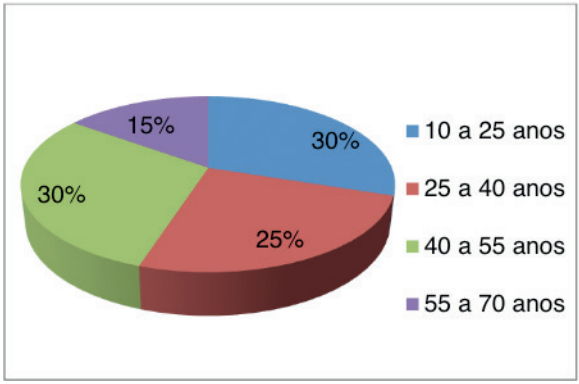


Gráfico 1: Idade

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

No gráfico 2 identificou-se que 50% deles, ou seja, 10 componentes, são do sexo feminino e os outros 50% do sexo masculino, mostrando uma igualdade entre eles

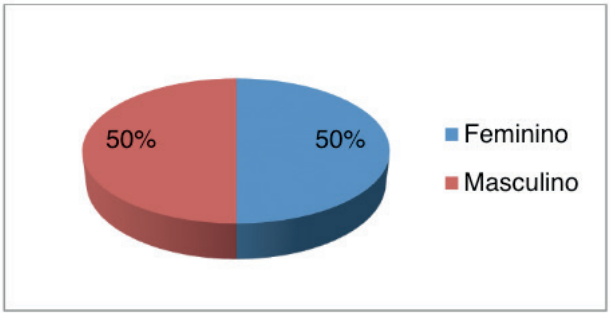


Gráfico 2: Sexo

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

O gráfico 3 representa o quadro de funcionários da entidade assistencial, contendo duas psicólogas, representando 19%, e duas pessoas, para cada um dos seguintes cargos de: assistente social, educadora social, facilitador de oficina, cozinheiras e responsáveis da limpeza, representando 18% cada, e, representando 9%, uma coordenadora. Percebe-se que há uma grande variedade de profissionais qualificados para um melhor comportamento organizacional e desenvolvimento das atividades.

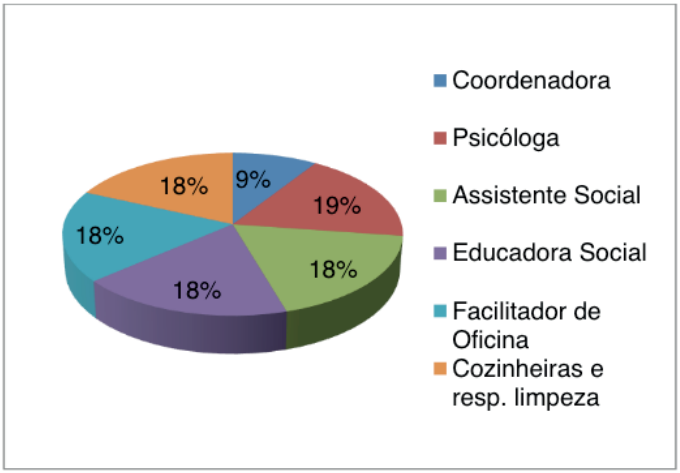


Gráfico 3: Funcionários

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

No gráfico 4, identificaram-se os diversos tipos de deficiência entre o grupo. Representando a maioria, 80% deles, que corresponde a 16 integrantes, possuem

deficiência mental, 10%, 2 integrantes, possuem síndrome de Down, 5%, representando 1 pessoa, possui deficiência visual e auditiva e também 5% para deficiência visual.

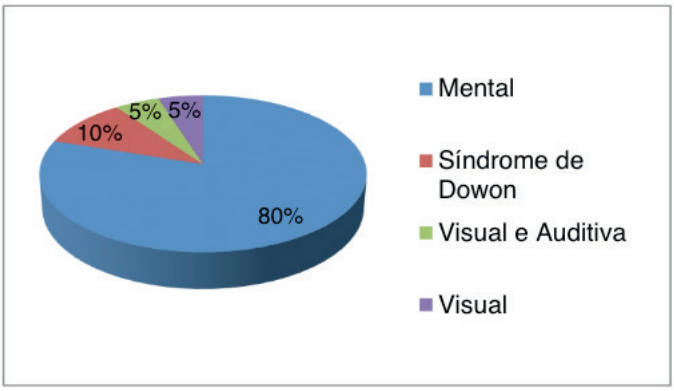


Gráfico 4: Tipos de deficiência.

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

Segue abaixo o DRE do presente projeto, representando um total arrecadado no valor de 1.205,00 reais, bem como todas as despesas que o grupo teve, incluindo brinquedos, materiais específicos e os alimentos usados na confraternização.

RECEITA BRUTA	**R$ 1205,00**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**R$ 1205,00**
(-) DESPESAS COM BRIQUEDOS E LEMBRANÇAS	
Bola	**R$985,57**
Brinquedo de cubos	R$ 58,90
Brinquedo de letras e números	R$ 16,90
Brinquedo vai e vem	R$ 29,90
Brinquedo vai e vem	R$ 26,90
2 quebra-cabeças	R$ 23,00
6 massas de modelar	R$ 48,00
Bola guizo	R$ 27,00
Frete da bola guizo	R$ 129,80
Escada de agilidade	R$ 20,22
Frete da escada de agilidade	R$ 39,90
Bengala dobrável para deficiente	R$ 43,90
Frete da bengala	R$ 21,60
8 tintas 3D	R$ 34,90
Jogo cilada estrela	R$ 32,40
Jogo da memória	R$ 37,00
Quebra-cabeça 3D	R$ 15,75
Peças de montar	R$ 22,50
Lembranças para os integrantes	R$ 48,00
	R$ 309,00

(-) DESPESAS COM A CONFRATERNIZAÇÃO	**R$ 219, 43**
6 sucos Del Vale	R$ 42,43
Salgados	R$ 147,00
Nega maluca	R$ 30,00
RESULTADO APURADO	**R$ 00,00**

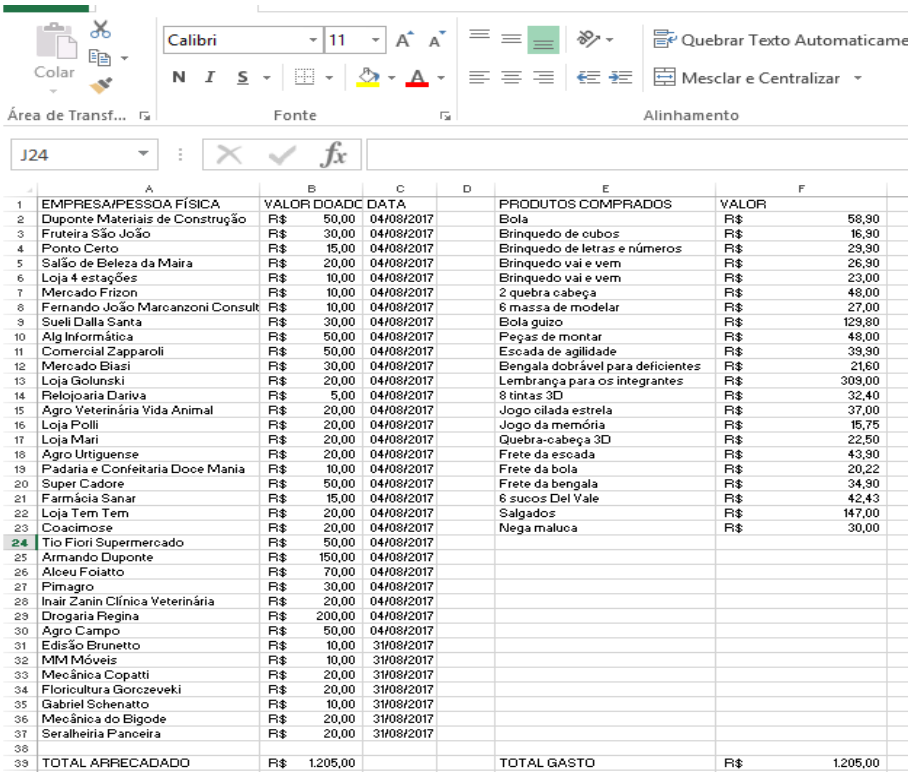
A tabela 1 apresenta alguns pontos importantes da entidade, como organização, planejamento, direção, controle de funcionários, alimentação, limpeza e higiene, medicações e como são controladas as atividades da organização. Percebe-se que a instituição é muito organizada para que tudo ocorra dentro do planejado e da melhor maneira possível.

Planejamento da Entidade	
Organização	Cada setor possui sua equipe com as atribuições de cada um juntamente com o coordenador do CRAS.
Planejamento	Cada setor planeja com sua equipe técnica e o coordenador do CRAS as atividades que serão desenvolvidas na entidade.
Direção	São realizadas reuniões mensais para planejar e analisar o que é necessário para a entidade e para as pessoas que dela necessitam.
Controle	**Funcionários:** controlados pelo relógio ponto. **Alimentação:** tem uma cozinheira e uma nutricionista em parceria com a secretaria da saúde e o controle é feito pela coordenadora do CRAS. **Limpeza e Higiene:** um funcionário é encarregado e responsável. **Medicações:** Caso aconteça de alguém ficar doente, o mesmo é encaminhado a Unidade Básica da Saúde. **Atividades da Organização:** Cada equipe e grupos possuem sua ata, planejamento e relatórios além do lançamento de dados no sistema do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).

Tabela 1: Planejamento Administrativo da Entidade

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

A tabela 2 representa um controle para que fosse possível monitorar as contribuições, tanto de pessoas fisícas, quanto jurídicas, e também os materiais que foram comprados, incluindo jogos, objetos específicos, e alimentos utilizados na confraternização.



	A	B	C	D	E	F
1	EMPRESA/PESSOA FÍSICA	VALOR DOADC	DATA		PRODUTOS COMPRADOS	VALOR
2	Duponte Materiais de Construção	R$ 50,00	04/08/2017		Bola	R$ 58,90
3	Fruteira São João	R$ 30,00	04/08/2017		Brinquedo de cubos	R$ 16,90
4	Ponto Certo	R$ 15,00	04/08/2017		Brinquedo de letras e números	R$ 29,90
5	Salão de Beleza da Maira	R$ 20,00	04/08/2017		Brinquedo vai e vem	R$ 26,90
6	Loja 4 estações	R$ 10,00	04/08/2017		Brinquedo vai e vem	R$ 23,00
7	Mercado Frizon	R$ 10,00	04/08/2017		2 quebra cabeça	R$ 48,00
8	Fernando João Marcanzoni Consult	R$ 10,00	04/08/2017		6 massa de modelar	R$ 27,00
9	Sueli Dalla Santa	R$ 30,00	04/08/2017		Bola guizo	R$ 129,80
10	Alg Informática	R$ 50,00	04/08/2017		Peças de montar	R$ 48,00
11	Comercial Zapparoli	R$ 50,00	04/08/2017		Escada de agilidade	R$ 39,90
12	Mercado Biasi	R$ 30,00	04/08/2017		Bengala dobrável para deficientes	R$ 21,60
13	Loja Golunski	R$ 20,00	04/08/2017		Lembrança para os integrantes	R$ 309,00
14	Relojoaria Dariva	R$ 5,00	04/08/2017		8 tintas 3D	R$ 32,40
15	Agro Veterinária Vida Animal	R$ 20,00	04/08/2017		Jogo cilada estrela	R$ 37,00
16	Loja Polli	R$ 20,00	04/08/2017		Jogo da memória	R$ 15,75
17	Loja Mari	R$ 20,00	04/08/2017		Quebra-cabeça 3D	R$ 22,50
18	Agro Urtiguense	R$ 20,00	04/08/2017		Frete da escada	R$ 43,90
19	Padaria e Confeitaria Doce Mania	R$ 10,00	04/08/2017		Frete da bola	R$ 20,22
20	Super Cadore	R$ 50,00	04/08/2017		Frete da bengala	R$ 34,90
21	Farmácia Sanar	R$ 15,00	04/08/2017		6 sucos Del Vale	R$ 42,43
22	Loja Tem Tem	R$ 20,00	04/08/2017		Salgados	R$ 147,00
23	Coacimose	R$ 20,00	04/08/2017		Nega maluca	R$ 30,00
24	Tio Fiori Supermercado	R$ 50,00	04/08/2017			
25	Armando Duponte	R$ 150,00	04/08/2017			
26	Aloeu Foiatto	R$ 70,00	04/08/2017			
27	Pimagro	R$ 30,00	04/08/2017			
28	Inair Zanin Clínica Veterinária	R$ 20,00	04/08/2017			
29	Drogaria Regina	R$ 200,00	04/08/2017			
30	Agro Campo	R$ 50,00	04/08/2017			
31	Edisão Brunetto	R$ 10,00	31/08/2017			
32	MM Móveis	R$ 10,00	31/08/2017			
33	Mecânica Copatti	R$ 20,00	31/08/2017			
34	Floricultura Gorczeveki	R$ 20,00	31/08/2017			
35	Gabriel Schenatto	R$ 10,00	31/08/2017			
36	Mecânica do Bigode	R$ 20,00	31/08/2017			
37	Seralheiria Panceira	R$ 20,00	31/08/2017			
38						
39	TOTAL ARRECADADO	R$ 1.205,00			TOTAL GASTO	R$ 1.205,00

Tabela 2: Controle das contribuições arrecadadas e objetos comprados

Fonte: Autores da pesquisa, 2017.

4.2 Análise da Matriz GUT da entidade

Com a Matriz de GUT, é possível atribuir notas de 1 a 5 para os seguintes tópicos: gravidade, urgência e tendência, possibilitando verificar quais são os itens que devem ser tomados como prioridade na resolução dos problemas.

Devido ao CRAS não possuir muitas dificuldades, listamos algumas que para nós, caso acontecessem, viriam a dificultar e prejudicar o bom funcionamento da entidade. São eles: greve do funcionalismo público, falta de recursos financeiros, ineficiência dos profissionais, falta de infraestrutura para atender os necessitados, gestão inadequada e conflitos internos envolvendo política. Atribuindo as notas para cada um respectivamente e fazendo a multiplicação das mesmas (G x U x T), foi possível perceber quais deles devem ser levados como prioridade na solução do problema. O principal deles é a falta de recursos financeiros, que obteve nota máxima em todos os aspectos, sendo algo imprescindível para o andamento da entidade e o atendimento a todos os que dela necessitam.

Em segundo lugar, com a mesma pontuação, aparece a ineficiência dos profissionais

e a gestão inadequada, visto que profissionais capacitados e um bom planejamento e organização são muito importantes para atender essas pessoas especiais e possibilitar um bom andamento da entidade. Em terceiro lugar aparece a greve do funcionalismo público e, por último, mas necessitando de atenção também, aparece a falta de infraestrutura para atender os necessitados e os conflitos internos envolvendo politicas, que podem abalar a entidade.

4.3 Análise da Matriz SWOT da entidade

Após analisarmos a Matriz SWOT da nossa entidade, foi possível observar que a entidade não apresenta muitas ameaças e fraquezas, devido à dificuldade que tivemos para listar as mesmas. Entre algumas encontradas, está à falta de recursos (caso estes parem de ser disponibilizados) tendo em vista de que a entidade recebe auxílio do governo federal mensalmente e de servidores da prefeitura, para desenvolver suas propostas, possibilitar o funcionamento da mesma e ajudar na compra de materiais de higiene e alimentação. Outra ameaça seria a falta de materiais para desenvolver certas atividades.

Como pontos fortes é notável a ótima estrutura física do CRAS que possui sala de recreação, refeitório, sala de informática, uma sala onde ficam os familiares dos integrantes do grupo, caso estes queiram esperar por eles até o termino do horário, uma sala da coordenação, entre outros, a infraestrutura é muito boa e o espaço é bem confortável. Outros pontos fortes são o planejamento, que é muito bem organizado, a organização e o desenvolvimento das atividades com os integrantes do grupo, bem como a distribuição correta dos recursos recebidos com o que se é necessário para o dia a dia e com o que se julgue importante para a entidade.

5 I CONCLUSÃO

A finalidade desse Projeto de Aperfeiçoamento Teórico Prático foi beneficiar um grupo de deficientes da Entidade Assistencial CRAS, do município de São João da Urtiga. A entidade nos auxiliou em tudo o que foi solicitado e nos deu uma visão de como é a realidade de pessoas que necessitam um atendimento especial.

As instituições assistenciais sem fins lucrativos tem uma relevante importância na sociedade. Com o passar do tempo, os deficientes, que antes eram vistos como “estranhos” e tinham vergonha de sair de casa, hoje conquistam um lugar próprio perante a sociedade, esta que por sua vez, precisa aprender a lidar com essas diferenças, pois cada vez mais, essas pessoas estão ganhando espaço perante ao mercado de trabalho.

Ao buscar ajuda financeira e espontânea no comércio, o grupo observou como todos estão empenhados na busca de uma construção futura igualitária. Percebe-se que há uma grande motivação e comoção para ajudar no desenvolvimento do trabalho, que tem por objetivo, além de conhecer a estrutura da entidade, ajudar, incentivar e desenvolver

atividades que proporcionem uma integração dos acadêmicos com um grupo de pessoas especiais.

Ainda, observou-se que, ter uma estruturação física, um espaço adequado para a prática de diversas atividades, e pessoas capacitadas atuando com esse grupo, faz com que aquelas pessoas se sintam motivadas a continuar participando. Eles gostam de participar por se sentirem acolhidos, por terem atenção, carinho, por poderem ter momentos normais, fazendo com que se sintam pessoas especiais, mas normais.

A compra dos jogos e demais materiais que foram doados, através da colaboração do comércio, mostrou como coisas simples levam muita alegria. Passou-se uma tarde toda realizando atividades que estimulassem o pensamento lógico, o raciocínio, a criatividade que cada um possui. Ainda, por ter tido bastante dificuldade de comprar alguns objetos específicos para pessoas especiais, deu-se a entender que, de certa forma, nem todos no comércio estão preparados ainda para atender essa demanda crescente, pois alguns objetos, procurados em diversas cidades não foram encontrados.

Cabe destacar que ocorreu uma experiência única vivenciada entre os acadêmicos e o grupo, que levarão tal aprendizado consigo, não somente para a sua vida pessoal, mas também para o lado profissional e ético.

Com a realização desta atividade, pode-se analisar que muitas pessoas possuem visão fechada, e não dão valor a vida e ao que tem, consequentemente, não dão importância as pessoas com quem se relacionam. Essa experiência possibilitou adquirir sensibilidade e habilidades para conviver com pessoas que necessitem de um atendimento diferenciado. Esse projeto trouxe para os discentes e para a entidade uma importância enorme por ser um grupo de deficientes, pessoas com as quais não se tem um convívio diário, e mostrou também como, mesmo tendo muitas limitações, essas pessoas especiais são capazes de aprender e ensinar, mostrar a alegria nas coisas simples, dar amor, carinho, atenção com todos aqueles que convivem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAZZOTTI, Cristiane; GARCIA, Elias. **A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões.** Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/viewFile/368/279>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BLOG RH. Os seis processos de gestão de pessoas e sua importância. 2017. Disponível em< http://blogrh.com.br/os-6-processos-de-gestao-de-pessoas-e-sua-importancia/>. Acesso em: 06 ago 2017.

BRASIL. PALÁCIO do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.

CARLOS, Eder S. Funções Administrativas: planejamento, organização, direção e controle. **Central de Favoritos**, 2017. Disponível em: <https://centraldefavoritos.com.br/2017/03/09/funcoes-administrativas-planejamento-organizacao-direcao-e-controle/>. Acesso em: 26 out. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução á Teoria Geral da Administração**. 9.ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO. Idalberto. **Recursos Humanos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CONCEITO de antropologia, 2011. Disponível em: <https://conceito.de/antropologia>. Acesso em: 04 set. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto; **Teoria Geral da Administração.** 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, Ltda, 1987.

CONCURSOS de TI. Funções Administrativas: Noções de Planejamento, Organização, Direção e Controle, 2014. Disponível em: <http://concursosdeti.net/funcoes-administrativas-nocoes-de-planejamento-organizacao-direcao-e-controle/>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CONTROLADORIA X SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. Disponível em: <www.google.com.br/h?tbm=isch&q=fonte+de+informação+interna+e+fonte+de+informações+externas&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwiS8_X2lYXWAhWJF5AKHSFiBc4QBQgiKAA&biw=1358&bih=586&dpr=1#imgrc=VmgfO4gcd063AM:>. Acesso em: 01 set. 2017.

CORNACHIONE Jr; Edgard B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

COSTA. C. E. **Os Processos de Gestão de pessoas**. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/os-processos-de-gestao-de-pessoas/519>. Acesso em: 06 ago 2017.

COSTA. F. H. MARQUES. C. A. C. **Subsistemas de Recursos Humanos**. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Semana de Estudos Contábeis e de Administração. 2010. Disponível em: <http://www.fafipa.br/site/images/stories/artigos/administracao_anais/2010/014_subsistemas_de_recursos_humanos.pdf>. Acesso em 06 ago. 2017.

FARIA, Caroline. **Info Escola.** ONG's (Organizações não Governamentais), 2017. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/ongs-organizacoes-nao-governamentais/>. Acesso em: 21 ago. 2017.

FILELLINI, Alfredo. **CONTABILIDADE SOCIAL.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENRIQUE, Cláudio**. Sobre Administração.** Matriz SWOT (análise) – Guia completo, 2010. Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/matriz-swot-analise-guia-completo/>. Acesso em: 26 ago. 2017.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento.** Tradução de Antônio Correia. 8. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1987. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/teoria-do-conhecimento/>. Acesso em: 04 set. 2017.

JALGER, Thatiana; SANTOS, Guilherme. **Planejamento estratégico para otimização de resultados em OSCIP**, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/l?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0ahUKEwitsOvQt5vXAhWEI5AKHVnsDQYQFggxMAI&url=https%3A%2F%2Fwww.uninter.com%2Frevistaorganizacaosistemica%2Findex.poaoSistemica%2Farticle%2Fdownload%2F326%2F157&usg=AOvVaw0xbEOxCU5LTUjLtcO1sxOc>. Acesso em: 25 out. 2017.

MACHADO. N. F. **Os cinco subsistemas da Gestão de Pessoas**. Faculdade de Tecnologia Senac Goiás. 2015. Disponível em: <http://gti.projetointegrador.com.br/~151M154200095/Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas%20m%C3%B3dulo%20II.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MARCONDES, José Sérgio. **Direção como função administrativa:** conceitos e definições, 2016. Disponível em: <https://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/direcao-como-funcao-administrativa/>. Acesso em: 26 out. 2017

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 7. ed. ampl, atual. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Leandro. **Marketing:** Como se tornar um profissional de sucesso. 1. ed. São Paulo: Digerati Books, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, Pedro. **Toda Matéria.** Ética. 2016. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/etica/>. Acesso em: 20 out. 2017

MINISTÉRIO do desenvolvimento social e combate à fome. Disponível em: <http://sistemas.fecam.org.br/SUAS/publicacoes/11%20Cras%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas.pdf>. Acesso em 28 set. 2017.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da Decisão:** as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

PERIARD, Gustavo**. Sobre Administração.** Matriz GUT – Guia completo**,** 2011. Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/matriz-gut-guia-completo/>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PINHO, R.R; NASCIMENTO, A. M. **Instituições de Direito Público e Privado:** Introdução ao Estudo do Direito e Noções de Ética Profissional. 24. ed. rev e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

PORTAL Administração. Matriz BCG: Origem, conceito e fundamentos, 2015. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2015/03/matriz-bcg-conceito-e-fundamentos.html>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SIGNIFICADOS. SIGNIFICADOS de ONG's, 2017**.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/ongs/> Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA, Débora. Ética e moral. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/qual-diferenca-entre-etica-e-moral/>. Acesso em: 04 set. 2017.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação.** Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TEORIA das organizações. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v43n3/v43n3a10.pdf >. Acesso em: 06 set. 2017.

TERCEIRO Setor. O que é terceiro setor, 2017. Disponível em: <http://terceiro-setor.info/o-que-e-terceiro-setor.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CAPÍTULO 16

ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 05/02/2021

Clara Alice Spies
Unioeste, Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Marechal Cândido Rondon – Pr.
https://orcid.org/0000-0002-6710-6569

Lucimara Aparecida Zancheta
Unioeste, Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Marechal Cândido Rondon – Pr.
https://orcid.org/0000-0001-8886-0694

Liliane Dalbello
Unioeste, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Marechal Cândido Rondon – Pr.
https://orcid.org/0000-0002-1138-3081

RESUMO: Para atuar como perito contábil é necessário ter uma base científica, societária, fiscal e contábil, pois é por meio desses conhecimentos que o perito irá orientar a decisão do juiz no processo de peritagem. O presente estudo tem como objetivo apresentar o estado da arte da pesquisa em perícia contábil durante a década de 2008 a 2018, especificamente descrever as principais características bibliométricas dos estudos publicados na base de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha das bases de pesquisas, é decorrente de sua importância frente a sociedade, pois são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, merecedoras de confiança e respeito. Foram utilizadas ferramentas bibliométricas: as Leis de Lotka, Bradford e Zipf. Para a seleção dos artigos utilizou-se de critérios de palavras: perícia contábil, contabilidade forense e laudo pericial contábil. Foram excluídos estudos que não tinham relação com o foco contábil e que não eram de nacionalidade brasileira, além de trabalhos em duplicidade, obtendo-se um resultado de 30 artigos para análise. Se tratando de resultados, os periódicos mais relevantes são: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e a Revista Catarinense de Ciência Contábil. Os temas mais relevantes são: disciplina de perícia contábil e sobre perito contador. Tratando-se da Unioeste, nos Campi de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão não há publicações na área de perícia contábil. A perícia contábil é uma ciência aplicável e indispensável à sociedade, para tanto, deve ser demanda mais interesse por parte de pesquisadores. Pelo seu grau de importância emergiu-se as sugestões para futuros trabalhos: estender o estudo para periódicos internacionais e realizar pesquisa com acadêmicos do último ano do curso de ciências contábeis, no sentido de descobrir o nível de interesse dos mesmos pela área pericial.

PALAVRAS - CHAVE: Perícia Contábil. Bibliometria. Qualis CAPES. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

STATE OF ART OF RESEARCH IN ACCOUNTING EXPERTISE: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS IN NATIONAL STUDIES DURING THE PERIOD FROM 2008 TO 2018

ABSTRACT: To act as an accounting expert, it is necessary to have a scientific, corporate, tax and accounting basis, as it is through this knowledge that the expert will guide the judge's decision in the expert examination process. The present study aims to present the state of the art of research in accounting expertise during the decade from 2008 to 2018, specifically to describe the main bibliometric characteristics of the studies published in the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The choice of research bases is due to their importance to society, as they are fundamental tools for scientific and technological development in Brazil, worthy of trust and respect. Bibliometric tools were used: the Laws of Lotka, Bradford and Zipf. For the selection of articles, word criteria were used: accounting expertise, forensic accounting and accounting expert report. Studies that were not related to the accounting focus and that were not Brazilian nationals were excluded, in addition to duplicate works, resulting in a result of 30 articles for analysis. When it comes to results, the most relevant journals are: Revista de Educação Pesquisa em Contabilidade and Revista Catarinense de Ciência Contábil. The most relevant topics are: discipline of accounting expertise and expert accountant. In the case of Unioeste, in the Campi de Marechal Cândido Rondon and Francisco Beltrão there are no publications in the area of accounting expertise. Accounting expertise is an applicable and indispensable science for society, therefore, it should demand more interest from researchers. Due to its degree of importance, suggestions for future work emerged: extending the study to international journals and conducting research with academics in the last year of the accounting science course, in order to discover their level of interest in the expert area.
KEYWORDS: Accounting Expertise. Bibliometry. Qualis CAPES. Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations.

1 I INTRODUÇÃO

A perícia contábil é um campo da contabilidade com forte influência nas decisões judiciais, para atuar como perito contábil é necessário ter uma base científica, societária, fiscal e contábil, pois é por meio desses conhecimentos que o perito irá desenvolver o seu trabalho e orientar a decisão do juiz.

Conforme Crepaldi (1995, p. 20) "numa visão geral, contabilidade é uma ciência, uma disciplina, um ramo de conhecimento humano, uma profissão que tem por objeto o estudo dos fenômenos patrimoniais". Portanto, oferece ao profissional contábil uma vasta área para atuação no mercado profissional. Entre elas está a perícia contábil, uma especialização da Contabilidade, que vem despontando como amplo campo de atuação do contador. (FONSECA *et al.* 2000, p. 37-38).

Nesse sentido, Magalhães *et al.* (2009) afirmam que a perícia pode ser entendida através do trabalho feito com o objetivo de obter prova ou opinião para orientar uma autoridade formal no julgamento de um fato, ou desfazer conflito em interesses de pessoas.

Em conformidade, Sá (1996, p.14) descreve que “para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião”.

De acordo com Peleias e Ornelas (2013), há poucos estudos envolvendo o campo da perícia contábil quando comparado a outras áreas de pesquisa. Embora haja relevantes contribuições ao acervo de pesquisas na área, “o espaço existente para obras neste campo específico do conhecimento é imenso, pois foram poucos aqueles que, em algum momento, deixaram sua contribuição para os que se iniciam nesta carreira” (SANTOS, 2006, p. 4).

Ao observar literatura publicada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), o total encontrado é de 71 publicações que possuem a palavra “perícia” no título, entre artigos científicos, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, teses, monografias e relatórios de pesquisa e extensão. Ao limitar a pesquisa em publicações de autoria de acadêmicos, o total atinge 15 publicações. Ao verificar os resultados das pesquisas da base consultada na área de perícia contábil e também na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Marechal Cândido Rondon, foi o motivo que estimulou o raciocínio e a pesquisa, gerando o interesse de desenvolver hipóteses e realizar observações de ampliar as pesquisas

Sendo o objetivo geral desse trabalho apresentar o estado da arte da pesquisa em perícia contábil, descrever as principais características dos estudos publicados na base de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), na área de perícia contábil durante o período de 2008 a 2018. Tendo como base o estudo da arte da pesquisa em perícia contábil, que por sua vez é realizar uma busca pelo o que já foi publicado sobre determinado assunto em um dado período, na tentativa de identificar uma organização da produção, identificando pontos convergentes e divergentes. O estado da arte, então, representa um estudo histórico e sistemático, com o objetivo de delimitar o que pensam os autores sobre o tema e também agregar mais conhecimento em relação a temática abordada. Conforme ponderam Therrien, N. e Therrien, S. (2004), o estado da arte tem por objetivo mapear e discutir uma certa produção científica ou acadêmica em determinado campo do conhecimento. O procedimento se refere ao levantamento bibliográfico em resumos e catálogos de fontes relacionada a um campo de investigação.

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa está norteada pelos seguintes objetivos específicos:

a) Selecionar ferramentas bibliométricas a fim de elaborar estudo das produções científicas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD;

b) Aplicar as leis de Bradford, Lotka e Zipf nas produções científicas selecionadas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD;

c) Descrever as principais características das produções científicas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD.

d) Identificar as principais ênfases dos estudos realizados, pois é uma área que precisa de mais interesse por parte de pesquisadores e acadêmicos, bem como estudos com abordagens diferenciadas, que evidenciem sua importância como parte de uma ciência aplicável e indispensável à sociedade.

Desse modo, a contribuição desta pesquisa reside no fato de ser o tema em questão relevante àqueles que atuam e que ainda irão iniciar suas atividades na área de perícia, assim, estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados poderão consultá-la a fim de conhecerem os estudos existentes e possíveis temas para futuras pesquisas, que se referem à perícia contábil, bem como suas características. Em sentido amplo, deve ser considerado em benefício da sociedade, a partir do momento onde entende-se que a perícia tem por objetivo proporcionar condições de justiça, onde o compromisso moral e ético do perito constitui o principal lastro diante da sociedade.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estado da Arte da Perícia Contábil

Observam-se indícios de perícia desde o início da civilização, entre os homens primitivos, quando o líder desempenhava todos os papeis: de juiz, de legislador e executor. Existem registros, na Índia, do surgimento do árbitro eleito pelas partes, que desempenhava o papel de perito e juiz ao mesmo tempo. Também se encontram vestígios de perícia nos antigos registros da Grécia e do Egito, com o surgimento das instituições jurídicas, área em que já naquela época, se recorria aos conhecimentos de pessoas especializadas. (ANJOS, LIMA e MARTINS; 2007)

No Brasil, a perícia judicial foi introduzida pelo Código de Processo Civil de 1939, em seus artigos 208 e 254, que regulam a Perícia, nomeação do perito pelo juiz e indicação pelas partes. Sá (2002, p. 3) esclarece que:

> No tempo do Brasil Colônia relevante já era a função contábil e das perícias. Conforme se encontra claramente evidenciado no Relatório de 19 de junho de 4 1779, do Vice-rei Marquês do Lavradio a seu sucessor Luís de Vasconcelos e Souza (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

O desenvolvimento da perícia, portanto, foi se aprimorando juntamente com a evolução da humanidade, onde se fez necessário orientar a sociedade da verdade do julgamento de um fato.

Atualmente, a perícia contábil conta com um conjunto de regras que são definidas pelo CFC, essas regras tratam do desenvolvimento do trabalho do perito bem como à pessoa do perito, regulando assim os aspectos profissionais e pessoais dos Peritos

Contábeis, juntamente com os trabalhos de Perícia.

A palavra perícia é originada do latim "*peritia"* e seu sentido próprio significa conhecimento, habilidade, diz respeito ao conhecimento adquirido através de experiência. Conforme assevera Morais e França (2000, p. 29), "[...] do latim "*peritia"* (habilidade, saber), que na figura jurídica, designa, no seu sentido lato, diligência, realizada por peritos, a fim de evidenciar determinados fatos, efetuada por pessoa de reconhecida habilidade ou experiência na matéria investigada"

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. Para isso a NBC T 13 – da perícia contábil traz os procedimentos de perícia contábil visando fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil

O perito contábil é um profissional com bacharelado em Ciências Contábeis e registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de seu estado, na categoria de contador. É necessário que esse profissional tenha experiência no campo prático da contabilidade.

O perito contábil faz a função de esclarecer aos juízes algo que não compreende em toda a sua extensão, os juízes nomeiam os peritos e os consideram como assessores. Caldeira (2000) expõe que ao perito cabe, na atribuição de suas funções, realizar a perícia, com o objetivo de questionar a natureza dos fatos instados pelo julgador e pelos litigantes como parte do que é discutido nos autos. Esse profissional tem competência de relatar e transcrever elucidativamente o que o juiz não consegue interpretar.

2.2 Análise Bibliométrica

A bibliometria possibilita a observação do estado da ciência e tecnologia por meio de toda a produção científica registrada em um repositório de dados. Dependendo da finalidade do estudo bibliométrico, os dados podem ser tanto o texto que compõe a publicação como os elementos presentes em registros sobre publicações extraídos de base de dados bibliográficos, como nome de autores, título, fonte, idioma, palavra-chave, classificação e citações (RAO, 1986; ZHU *et al.*, 1999).

De acordo com Barbosa *et al.* (2008), a bibliometria tem, atualmente, as seguintes leis:

a) Lei de Bradford (produtividade de periódicos): tem foco nos periódicos e como principal aplicação estimar a relevância destes em dada área do conhecimento.

b) Lei de Lotka (produtividade científica de autores): tem foco nos autores e como principal aplicação estimar a relevância destes em dada área do conhecimento.

c) Lei de Zipf (frequência de palavras): tem foco nas palavras e como principal aplicação a indexação automática de artigos científicos e tecnológicos.

Para Figueiredo (1997), a Lei de Bradford, incide sobre conjuntos de periódicos. Com o objetivo de descobrir a extensão na qual artigos de um assunto científico específico apareciam em periódicos destinados a outros assuntos, estudando a distribuição dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou de afastamento.

A Lei de Lotka, formulada em 1926, foi construída a partir de um estudo sobre a produtividade de cientistas, a partir da contagem de autores presentes no *Chemical Abstracts*, entre 1909 e 1916. Lotka descobriu que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores. A partir daí formulou a lei dos quadrados inversos, onde a frequência de autores publicando número x de trabalhos e a é um valor constante para cada campo científico. (ALVARADO, 2002, p. 14).

A Lei de Zipf, formulada em 1949, tem como foco a relação entre palavras, exigindo-se, consequentemente, que estudos sob esse enfoque sejam realizados em textos longos e que as frequências das palavras analisadas sejam elevadas. Ao analisar a obra de determinado autor, Zipf percebeu a correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência do uso das palavras mais utilizadas. Sendo assim, detectou que ocorre uma regularidade na seleção e no uso das palavras. Com esse estudo, concluiu que a mesma palavra utilizada muitas vezes indica o assunto do documento, e que um número menor de palavras é utilizado com mais frequência, o que chamou de princípio do menor esforço (ARAÚJO, 2006). Com base no estudo bibliométrico, desenvolveu-se o trabalho em questão, na busca do progresso científico para a área da perícia contábil, procurando analisar o comportamento e as características dos estudos desenvolvidos durante o período de 2008 a 2018.

3 I METODOLOGIA

Prodanov e Freitas (2013, p. 126) descrevem o método científico como sendo "[...] o conjunto de processos ou operações mentais que deve empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa". Escolher o tipo de pesquisa científica praticada na consolidação do estudo é importante para o processo de obtenção de resultados que refletem a realidade, isto é, que sejam válidos. Neste sentido este estudo faz uso da pesquisa exploratória e da pesquisa descritiva.

Caracteriza-se por ser descritiva quanto aos seus objetivos, pois tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Ao buscar características dos artigos de perícia contábil publicados no periódico Qualis Capes e BDTD, e identificando a relação entre eles, através do método de observação, registro, análise e ordenação dos dados, que busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema, conforme Cervo, Bervian e da

Silva (2007). Quanto aos procedimentos utilizados teve como base a pesquisa bibliográfica, a análise bibliométrica e a análise de conteúdo, a fim de observar os encaminhamentos e resultados sobre as pesquisas realizadas acerca do tema perícia contábeis, junto ao Qualis Capes e a BDTD.

"A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos" (GIL, 2010, p. 29). Com o auxílio das bibliografias referenciadas foi possível adquirir conhecimento para a elaboração da pesquisa, alcançar ao objetivo proposto e ao final do trabalho trazer sugestões, para que futuros trabalhos na área de perícia contábil possam ser desenvolvidos.

Se tratando de abordagem do problema é qualitativa na coleta dos artigos junto ao Qualis Capes e a BDTD e quantitativas para os resultados, como tabelas, contendo os números de artigos publicados na área da perícia contábil e os principais assuntos abordados, o que proporcionaram o estudo bibliométrico.

Beuren *et al*. (2006, p. 52) contextualiza a abordagem qualitativa na contabilidade, "Cabe lembrar que apesar da contabilidade lidar intensamente com números ela é uma ciência social e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa". Focou-se no caráter subjetivo do objeto, estudando, portanto, as particularidades dos estudos na área de perícia contábil.

Seguindo Boaventura (2007) reuniram-se os dados da pesquisa e foram codificados de forma numérica, foi possível então a elaboração de tabelas envolvendo os dados estatísticos descritivamente.

De acordo com Richardson (1999, p. 29 *apud* BOAVENTURA, 2007, p. 56), caracteriza-se o método quantitativo "[...] pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas [...]". Foi possível uma melhor compreensão no sentido do raciocínio logico e a mensuração de informações sobre as experiências humanas no que tange aos estudos da perícia contábil.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 98), "[...] população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo". Este trabalho tem como universo de pesquisa todos os artigos publicados na base Qualis Capes e BDTD durante o período de 2008 á 2018 sobre perícia e a amostra são os artigos direcionados da área da perícia contábil, visando analisar e apresentar suas principais características evolução temporal da produção destas pesquisas que abordam os temas abrangidos pela Perícia Contábil.

A escolha das bases de pesquisas é decorrente de sua importância frente à sociedade, pois facilitam e aperfeiçoam as pesquisas em diversas áreas do conhecimento, por isso, são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, merecedoras de confiança e respeito.

As informações foram filtradas por palavras-chave, tais como perícia contábil, laudo pericial contábil, contabilidade forense e bibliometria.

A escolha para encontrar a quantificação dá-se pelo estudo bibliométrico, pois segundo Espejo *et al.* (2009) esta técnica acompanha, mapeia e avalia as publicações científicas. Segundo Fonseca (1986) a bibliometria é uma técnica quantitativa que mede a produção científica em determinado tema.

Os dados da pesquisa foram organizados em tabelas, com isso visando evidenciar a realidade encontrada nas publicações durante o período escolhido, facilitando a compreensão dos resultados obtidos, envolvendo comparações de grandezas estatísticas das variáveis de interesse e, mediante a análise das informações, chegar aos objetivos específicos desta pesquisa.

Para Bardin (1977) a análise de conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens. A vista disto, realizou-se leitura e o entendimento dos artigos selecionados com o enfoque na área da perícia contábil foi possível o desenvolvimento do trabalho e obtenção de um resultado satisfatório quanto aos objetivos.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho bibliométrico foi aplicado nos estudos científicos que tratam especificamente de perícia contábil, ou que façam menção à expressão 'perícia contábil', sendo que todos os artigos objetos de estudo, encontram-se em estudos disponíveis junto ao portal eletrônico Qualis Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para as duas bases de pesquisa usou-se os mesmos critérios de coleta de dados. Inseriu-se uma busca avançada com o termo "perícia", filtrando o período desejado entre 2008 e 2018. A lista completa disponível on-line, soma 2.489 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove) artigos. O montante é devido à listagem envolver não apenas a área contábil, mas também administração, turismo, farmácia, odontologia e medicina. Portanto, nem todos os artigos foram pesquisados, pelo fato de ser a perícia contábil foco do estudo.

Dentro da perícia, o primeiro termo a ser pesquisado foi "perícia contábil", o qual totalizou 24 (vinte e quatro) artigos. O segundo termo pesquisado foi "laudo pericial contábil" totalizando 16 artigos. Em seguida, foram selecionados os 33 (trinta e três) artigos com o termo "contabilidade forense" e o último termo pesquisado foi "blibliometria" que conta com 3 (três) artigos.

Para todos os termos o critério inicial de exclusão considerou-se a nacionalidade não brasileira, visto que se pretende estudar apenas os artigos presentes em periódicos nacionais. O segundo critério de exclusão diz respeito aos artigos que apresentam títulos

explicitamente não contábeis. Após o crivo do segundo critério de exclusão, obteve-se o número de 36 (trinta e seis) artigos nacionais relacionados com a perícia contábil.

Um último filtro foi aplicado, excluindo uma das vezes que os artigos em duplicidade foram apresentados. Os artigos trabalhados totalizam 30 (trinta) publicações, conforme ilustrado no Quadro 1. Esse total representa 1,21% do total dos artigos nacionais publicados junto ao Qualis Capes e a BDTD.

Tipo de publicação	Título	Autor	Ano
Dissertação (mestrado) aprsentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília, da Paraíba, do Pernambuco e do Rio Grande do Norte	Contabilidade Forense no Brasil: Incipiência ou Insipiência?	Fernando Nazareth Cardoso	2008
Revista Catarinense da Ciência Contábil	Perícia contábil e a "Justiça entre iguais"	Wilson Alberto Zappa Hoog	2008
Revista Catarinense da Ciência Contábil	Perícia contábil em contratos de financiamentos	Wilson Alberto Zappa Hoog	2008

Tipo de publicação	Título	Autor	Ano
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pernambuco	Contabilidade Forense e lavagem de capitais: Um estudo da percepção da relevância da Contabilidade Forense nas investigações de organizações criminosas.	Arnaldo Antonio Duarte Ribeiro	2009
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.	O uso de atividade lúdicas no ensino da disciplina "perícia contábil"	Marco Antônio Bisca Migue	2009
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Rio dos Sinos	Perícia contábil no contexto do processo trabalhista: um estudo sobre a influência do laudo pericial na decisão judicial	Eduardo Luiz Dieter Knackfuss	2010
Dissertação (mestrado) apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie	Contabilidade Forense no Brasil: uma proposição de metodologia	Robson Maciel da Silva	2011
Educação em Revista	Perícia Contábil: Análise das condições de ensino em cursos de Ciências Contábeis da região metropolitana de São Paulo	Ivam Ricardo Peleias, Martinho Mauricio Gomes de Ornelas, Marcelo Rabelo Henrique, Elionor Farah Jreige Weffort	2011
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	Perícia Contábil: Uma ferramenta de combate ao crime organizado	Idalberto José das Neves Júnior e Evandro Marcos de Souza Moreira	2011
Tese (doutorado) apresentada ao departamento de contabilidade e atuária da faculdade de economia, administração e contabilidade da Universidade de São Paulo	A relação entre o tipo penal e a prova pericial contábil: evidências nos laudos contábeis da pericia criminal e federal sobre o crime de apropriação indébita previdenciária	Alan Teixeira de Oliveira	2012

Tipo de publicação	Título	Autor	Ano
Dissertação (mestrado) apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas	Normas internacionais de contabilidade: percepções dos peritos criminais Federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial realizada em fraudes contábeis no Brasil	Audrey Jones de Souza	2012
Dissertação (mestrado) apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas – FGV	Proposta metodológica de Perícia Contábil para o crime de apropriação indébita previdenciária	Álan Texeira de Oliveira	2012
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Rio dos Sinos	Conformidade de laudos periciais elaborados por peritos contábeis da comarca de Tangará da Serra MT	Eder Eugênio Munhão	2013
Revista Catarinense da Ciência Contábil	Perícia Contábil: Análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011	Tatiane Schmitz; Vanderlei Dos Santos; Lara Fabiana Dallabona; Elaine Kammers Truppel; Leomar Truppel	2013
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	Perícia Contábil: estudo da percepção de juízes de Primeira Instância na Justiça do trabalho sobre a qualidade e a relevância do trabalho do perito	Idalberto José das Neves Júnior, Simone Alves Moreira, Elisangela Batista Ribeiro, Moacenira Cardoso da Silva	2013
Revista UNEMAT de Contabilidade	A função do perito contábil judicial e sua influência na solução de litígios na percepção dos magistrados do município de Cáceres - MT	José Ricarte de Lima, Elias Bortoli, Nelson Ortega da Silva	2014
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Santos	Análise da disciplina Perícia Contábil em cursos de Ciências Contábeis	Antonio Alvares Monteiro	2014

Tipo de publicação	Título	Autor	Ano
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	Análise da preferência dos peritos contadores quanto à escolha do método de avaliação de sociedades em perícias de apuração de haveres com base na análise hierárquica (AHP)	Cláudio Roberto Carissimo	2014
Revista Contemporânea de Contabilidade	Características do perito-contador: perspectiva segundo juízes da Justiça Federal, advogados da União e peritos-contadores no contexto goiano	Patrícia Celestino Gonçalves, Michele Rilany Rodrigues Machado, Lúcio de Souza Machado, Ercílio Zanolla	2014
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Competências do perito contador na formação de sua expertise	Rosangela Nunes Rodrigues	2014
Revista Visão	O profissional contador investido na função de perito coontábil	Paulo Henrique Levecke	2014
Revista Catarinense da Ciência Contábil	O ensino da perícia contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de Ciências Contábeis	José Antônio de França e Aline Borges Barbosa	2015
Dissertação (mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Perícia contábil judicial: um estudo acerca das sentenças prolatadas na cidade de São Paulo no primeiro semestre de 2015	Priscilla Silva Silvestrin	2015
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	Um estudo sobre a relevância da contabilidade forense como instrumento de investigação: a percepção de profissionais ligados ao combate à lavagem de capitais	Arnaldo Antonio Duarte Ribeiro, Raimundo Nonato Rodrigues, Rodrigo Vicente dos Prazeres, Juliana Gonçalves de Araújo	2016

Tipo de publicação	Título	Autor	Ano
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	Uso da Análise Hierárquica (AHP) para Identificação da Preferência de Peritos- Contadores Quanto ao Método de Avaliação de Sociedades em Perícias Contábeis	Claudio Roberto Carissimo;Marcia Athayde Moreira; Martinho Mauricio Gomes de Ornelas; Jersone Tasso Moreira Silva	2016
Projeto de pesquisa (mestrado) apresentado à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP	Contribuição do Laudo Pericial Contábil na formação do convencimento do juiz: pesquisa com processos cíveis na Comarca de São Paulo - SP	Antoio Carlos Ferreira da Silva	2017
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	Habilidades relevantes para a Perícia Contábil Criminal: a percepção dos peritos e delegados da Polícia Federal	Carlos Roberto dos Santos Filho, Flávio Alves Carlos, Fábio Moraes da Costa,	2017
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - INISINOS	O ensino de perícia em cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior na região norte do Brasil	Marco Antonio Oliveira da Cruz	2017
Revista Ambiente Contábil	Determinantes da qualidade do trabalho pericial contábil nas varas cíveis da comarca de Natal - RN	Jislene Trindade Medeiros, Cecília Maria Medeiros Dantas de Melo, Diogo Henrique Silva de Lima, Erivan Pereira Borges	2018
Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Percepções de analistas da área pericial contábil do Ministério Público Federal quanto as suas práticas profissionais	Ariel Prates	2018

Quadro 1: Artigos selecionados: objeto de estudo bibliométrico

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para estimar o grau de relevância dos periódicos em dada área do conhecimento, utilizou-se a Lei de Bradford. A partir disso, um total de nove revistas com publicações, nas quais sete delas possuem apenas uma publicação e duas se destacam por possuírem um número maior de publicações, conforme TABELA 1.

Periódico	Nº de Públicações
Revista Catarinense da Ciência Contábil	4
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	3
Educação em Revista	1
Revista Ambiente Contábil	1
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1
Revista Contemporânea de Contabilidade	1
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade - Salvador	1
Revista UNEMAT de Contabilidade	1
Revista Visão	1

Tabela 1 – Periódicos com publicações sobre o tema entre o período de 2008 a 2018

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme a Lei de Bradford e a TABELA 1, os periódicos mais relevantes quando o tema se refere à perícia contábil, são: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade e a Revista Catarinense de Ciência Contábil, que juntas publicaram 50 % do total de artigos relacionados ao tema.

A TABELA 2 apresenta que dos 30 trabalhos selecionados, 11 deles foram publicados em conjunto e 19 são individuais. Verificou-se que ocorreram no máximo cinco autorias por publicação. A pesquisa constatou que 52 autores (professores, alunos e externos dos programas de mestrado e doutorado) publicaram em periódicos junto ao 'Qualis Capes' e BDTD, entre os anos de 2008 a 2018. Com a Lei de Lotka pode-se estimar o grau da relevância de autores em determinada área específica.

Autores	Trabalho em Conjunto	Individual	Total
Alan Teixeira de Oliveira	0	2	2
Aline Borges Barbosa	1	0	1
Antonio Alvares Monteiro	0	1	1
Antonio Carlos Ferreira da Silva	0	1	1
Ariel Prates	0	1	1
Arnaldo Antonio Duarte Ribeiro	1	0	1
Audrey Jones de Souza	0	1	1
Carlos Roberto dos Santos Filho	1	0	1
Cecília Maria Medeiros Dantas Melo	1	0	1
Claudio Roberto Caríssimo	1	1	2

Autores	Trabalho em Conjunto	Individual	Total
Diogo Henrique Silva de Lima	1	0	1
Eder Eugênio Munhão	0	1	1
Eduardo Luiz Dieter Knackfuss	0	1	1
Elaine Kammers Truppel	1	0	1
Elias Bortoli	1	0	1
Elionor Farah Jreige Weffort	1	0	1
Elisangela Batista Ribeiro	1	0	1
Ercílio Zanolla	1	0	1
Erivan Pereira Borges	1	0	1
Evandro Marcos de Souza Moreira	1	0	1
Fábio Moraes da Costa	1	0	1
Fernando Nazareth Cardoso	0	1	1
Flávio Alves Carlos	1	0	1
Idalberto José das Neves Júnior	2	0	2
Ivam Ricardo Peleias	1	0	1
Jersone Tasso Moreira Silva	1	0	1
Jislene Trindade Medeiros	1	0	1
José Antônio de França	1	0	1
José Ricarte de Lima	1	0	1
Juliana Gonçalves Araújo	1	0	1
Lara Fabiana Dallabona	1	0	1
Leomar Truppel	1	0	1
Lúcio de Souza Machado	1	0	1
Marcelo Rabelo Henrique	1	0	1
Marcia Athayde Moreira	1	0	1
Marco Antônio Bisca Miguel	0	1	1
Marco Antonio Oliveira da Cruz	0	1	1
Martinho Maurício Gomes de Ornelas	2	0	2
Michele Rílany Rodrigues Machado	1	0	1
Moacenira Cardoso da Silva	1	0	1
Nelson Ortega da Silva	1	0	1
Patrícia Celestino Gonçalves	1	0	1
Paulo Henrique Levecke	0	1	1
Priscilla Silva Silvestrin	0	1	1
Raimundo Nonato Rodrigues	1	0	1
Robson Maciel da Silva	0	1	1
Rodrigo Vicente dos Prazeres	1	0	1
Rosangela Nunes Rodrigues	0	1	1
Simone Alves Moreira	1	0	1

Tatiane Schmitz	1	0	1
Vanderlei do Santos	1	0	1
Wilson Alberto Zappa Hoog	0	2	2
Total de Autores 52			

Tabela 2 – Publicações por autores

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em observância a Lei de Lotka, percebe-se na TABELA 2 no que faz referência aos trabalhos realizados em conjunto, apenas dois autores aparecem com dois trabalhos, são eles 'Idalberto José das Neves Júnior' e 'Martinho Mauricio Gomes de Ornelas', todos os outros 50, aparecem apenas com um trabalho. Observando a coluna dos trabalhos individuais é possível verificar que os autores 'Alan Teixeira de Oliveira' e 'Wilson Alberto Zappa Hoog' aparecem com dois trabalhos publicados, onde o número de publicações dos outros autores também é de um trabalho. O autor 'Claudio Roberto Caríssimo' foi o único com publicações tanto em trabalhos em conjunto quanto nos trabalhos individuais, possuindo uma publicação em cada.

Citação se caracteriza por ser a menção no texto de uma informação extraída de outra fonte, permitindo então, identificar a frente da pesquisa, de uma determinada área científica. Diante do exposto, na TABELA 3, são relacionados os autores mais citados, sendo esses os mais relevantes se tratando de pesquisas na área da perícia contábil.

Autor	Nº Citações
Antonio Lopes de Sá	21
Idalberto José das Neves Junior	22
Ivam Ricardo Peleias	16
Martinho Mauricio de Ornelas	16
Wilson Alberto Zappa Hoog	16

Tabela 3 – Número de vezes em que apareceu o nome do autor nas referências

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a TABELA 3 pode-se observar que o autor Idalberto José das Neves Junior foi o que mais apareceu nas referências dos trabalhos, 22 vezes citados, Idalberto possui Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela UCB. Graduações em Ciências Contábeis e em Tecnologia em Processamento de Dados pela Associação Cultural e Educacional de

Barretos. Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB. Em seguida Antonio Lopes de Sá com 21 citações, seguido de Ivam Ricardo Peleias, Martinho Mauricio de Ornelas e Wilson Alberto Zappa Hoog, todos eles com 16 citações.

Foi possível constatar que em dois temas obteve-se o mesmo percentual de trabalhos realizados, são eles: disciplina de perícia contábil (como se dá o ensino da disciplina) e sobre perito contador (com enfoque no trabalho do perito, características, competências etc.), que em termos percentuais representam um total de 34%, sendo 17% para cada tema.

Os pesquisadores da área de perícia contábil deram maior ênfase aos estudos relacionados a disciplina de perícia contábil e como ela está sendo trabalhada nas Universidades e também ao trabalho do perito contador, visto que foram os principais enfoques observados, chegando-se a conclusão que esses são os temas de maior abordagem nas pesquisas entre os anos de 2008 a 2018.

Principais Enfoques	**Número de Artigos**	**%**
Análise de Periódicos	1	3%
Análise Preferência de Métodos	2	7%
Contabilidade Forense	4	13%
Disciplina Perícia Contábil	5	17%
Financiamentos	1	3%
Fraudes	3	10%
Laudo Pericial	3	10%
Perícia Contábil Criminal	1	3%
Perícia Contabil Judicial	2	7%
Perícia Contabil Trabalhista	1	3%
Perito Contador	5	17%
Qualidade do Trabalho Pericial	2	7%
Total	30	100%

Tabela 4 – Enfoques e Tendências

Fonte: Dados da pesquisa

O tema contabilidade forense foi utilizado em 4 dos 30 trabalhos analisados, tendo um grau de significância de 13%, os demais temas estão entre 10% e 3%, como pode-se observar na TABELA 4.

Em aplicabilidade a Lei de Zipf, que traz a frequência das palavras, segue tabela 5 demonstrando a quantidade de trabalhos selecionados para cada palavra pesquisada no portal Qualis Capes e BDTD.

Palavras	Quantidade de Artigos Selecionados
Bibliometria	1
Contabilidade Forense	6
Laudo Pericial Contábil	11
Pericia Contábil	12
Total	30

Tabela 5 – Frequência de Palavras

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas pesquisas das Bases BDTD e Capes, foram selecionados os trabalhos conforme o filtro de palavras, na TABELA 5 pode-se observar que se tratando de perícia contábil, foram utilizados 12 trabalhos, através do filtro com as palavras “laudo pericial contábil” um montante de 11 trabalhos selecionados, já as palavras “contabilidade forense” 6 trabalhos foram selecionados e apenas um que faz referência a palavra “bibliometria”.

Com o intuito de verificar os resultados para a realidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), efetuou-se uma coleta de dados dos trabalhos realizados por acadêmicos que tinham como tema “perícia contábil”, a fim de incentivar futuros trabalhos nos campi da universidade, sendo eles: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu e Toledo.

De um total de 15 trabalhos realizados por acadêmicos da Unioeste, o Campus de Cascavel representa sessenta por cento dos trabalhos acadêmicos relacionados ao tema perícia contábil, com um total de 9 publicações, são elas: Rocha (2013), pesquisou sobre a importância do perito contador no auxílio de comprovação judicial; Lima (2013), relatou sobre o desenvolvimento profissional e acadêmico do perito contador; Fuhr (2011), descreveu sobre a contribuição do laudo pericial contábil na sentença judicial. Sorbara (2009), em sua pesquisa relatou a qualificação dos serviços contábeis atribuída pelos usuários internos; Peixoto (2004), dissertou sobre a relevância do laudo pericial contábil na prolação da sentença; Marcolin (2003) produziu sua pesquisa sobre a operacionalização da perícia contábil na esfera judicial; Silva (2002) e Kolln (1998) são autores de pesquisas sobre o tema perícia; Fávaro (2002) realizou um estudo de caso sobre a prova pericial contábil.

No Campus de Foz do Iguaçu o total de publicações chega a cinco, Steinke (2016), fez sua pesquisa baseando-se na contabilidade forense como ferramenta auxiliar na investigação de crimes contra administração pública; Cezar (2015), realizou uma análise da perícia contábil judicial em um processo de reclamatória trabalhista; Rocha (2014), avaliou a qualidade e relevância do laudo pericial contábil: As percepções dos magistrados das varas

cíveis de Foz do Iguaçu; Rubio (2011), desenvolveu uma análise bibliométrica da produção científica sobre perícia contábil junto ao “Qualis Capes” com foco no segmento contábil no período de 2005 a 2010, Gallina (2010), mostrou a perícia contábil como ferramenta de identificação e prevenção contra futuras demandas judiciais trabalhistas. O Campus de Toledo possui uma publicação, porém não contábil.

Nos Campi de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão não havia até então publicações demostrando a carência de pesquisas relacionadas a área, não condizente com a importância do tema em questão.

5 I CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as principais características bibliométricas dos estudos publicados na base de dados periódicos Qualis Capes e BDTD no período de 2008 a 2018, na área de perícia contábil: a) Selecionar ferramentas bibliométricas a fim de elaborar estudo das produções científicas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD; b) Aplicar as leis de Bradford, Lotka e Zipf nas produções científicas selecionadas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD; c) Descrever as principais características das produções científicas sobre perícia contábil junto ao Qualis Capes e BDTD; d) Identificar as principais ênfases dos estudos realizados como o grau de relevância dos periódicos, autores mais citados, número de publicação por estado brasileiro e a presente situação das publicações nos campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

As tabelas apresentadas mostram a aplicação das ferramentas bibliométricas: Leis de Bradford, Lotka e Zipf, onde constam os periódicos com maior número de publicações na área de perícia contábil, relevantes para tal ciência, os autores mais citados e a frequência da ocorrência das palavras “perícia contábil”, “laudo pericial contábil”, “contabilidade forense” e “bibliometria”, predeterminadas no desenvolvimento do trabalho.

Pode-se concluir que no período de 2008 a 2018, foram publicados 30 trabalhos com relação à área de perícia contábil, nas bases de dados Qualis Capes e BDTD. Os periódicos mais relevantes quanto ao tema estão presentes na Revista Catarinense de Ciência Contábil e na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, que juntas publicaram 50% do total de artigos relacionados ao tema em questão.

Após a análise do conteúdo dos trabalhos apresentados, foi possível constatar os pesquisadores da área de perícia contábil deram maior ênfase aos estudos relacionados a disciplina de perícia contábil e como ela está sendo trabalhada nas Universidades e também ao trabalho do perito contador, visto que foram os principais enfoques observados, chegando-se a conclusão que esses são os temas de maior abordagem nas pesquisas entre os anos de 2008 a 2018.

Em termos percentuais representam um total de 34%, sendo 17% para cada tema.

Em seguida, aparecem o tema Fraudes e Laudo Pericial com 10% cada um.

Vale ressaltar que acordo com Peleias e Ornelas (2013), há poucos estudos envolvendo o campo da perícia contábil quando comparado a outras áreas de pesquisa. Embora haja relevantes contribuições ao acervo de pesquisas na área, "o espaço existente para obras neste campo específico do conhecimento é vasto, no entanto, foram poucos aqueles que, em algum momento, deixaram sua contribuição para os que se iniciam nesta carreira" (SANTOS, 2006, p. 4). Tal afirmação pode ser observada através dos 2.489 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove) artigos publicados com o termo "perícia", apenas 30 (trinta) foram pesquisas na área de perícia contábil, demostrando a carência de pesquisas, não condizente com a importância do tema em questão.

A perícia contábil é uma ciência aplicável e indispensável à sociedade, para tanto, deve ser demanda mais interesse por parte de pesquisadores e acadêmicos. É um campo da contabilidade que gera renda para muitos profissionais e que também tem forte influência nas decisões judiciais. Devido ao fato de impactarem diretamente na vida das pessoas, e pelo seu grau de importância é que se emerge as sugestões para futuros trabalhos: a) Estender o estudo para trabalhos internacionais, com objetivos de comparar com a produção científica pericial contábil nacional; b) Realizar pesquisa com acadêmicos do último ano do curso de ciências contábeis, no sentido de descobrir o nível de interesse dos mesmos pela área pericial.

No decorrer do trabalho pode-se observar a relevância da perícia contábil, portanto, fica evidente a necessidade de ampliação das pesquisas devido à importância do assunto. Visto que a pesquisa científica, além de ser uma via para a construção de conhecimento e informações, é base para o progresso humano.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, R. U. A Lei de Lotka: o modelo lagrangiano de Poisson aplicado à produtividade de autores. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 188-207, jul.-dez. 2002.

ANJOS, L. C. M; LIMA, M. M. S; MARTINS, J. D. M. O papel do perito contador na solução de litígios judiciais: um estudo de caso nas varas cíveis de Maceió/AL. *In*: Simpósio de Gestão e Negócios, 5, Seropédica, 2007. Anais...Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão: Revista de Biblioteconomia & Comunicação.** Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 11-32, jun. 2006.

BARBOSA, E. T.; ECHTERNACHT, T. H. S.; FERREIRA, D. L.; LUCENA, W. G. L. Uma análise bibliométrica da Revista Brasileira de Contabilidade no período de 2003 a 2006. *In:* Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8.: 2008.São Paulo. **Anais...** USP, São Paulo. 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1977.

BEUREN, I.M *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

CALDEIRA, S.. **A influência do laudo pericial contábil na decisão dos juízes em processos nas varas cíveis.** Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1995.

ESPEJO, M. M. S. B.; CRUZ, A. P. C.; LOURENÇO, R. L.; ANTONOVZ, T.; ALMEIDA, L. B. Estado da arte da pesquisa contábil: um estudo bibliométrico de periódicos nacional e internacionalmente veiculados entre 2003 e 2007. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, 2009.

FIGUEIREDO, N. **Tópicos modernos em Bibliometria.** Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.

FONSECA, A. A. S.; CRUZ, É.C; AYRES, M.L.F.M; NASCIMENTO, M. A.M. Perícia contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXIX, n. 123, p. 36-43, maio/jun. 2000.

FONSECA, E. N. (Org). **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo:USP, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGALHÃES, A. D. F. **Perícia contábil:** uma abordagem teórica, ética, legal processual e operacional. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 115 p. ISBN 9788522456734.

MORAIS, A. C; FRANÇA, J. A. **Perícia judicial e extrajudicial:** uma abordagem conceitual e prática. Brasília: Qualidade, 2004.

THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. (2004). **Trabalhos científicos e estado da questão:** reflexões teórico-metodológicas. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2148 Acesso em: 13 de setembro de 2019.

PELEIAS, I. R.; ORNELAS, M. M. G. Conversando com o perito: um olhar sobre o quotidiano da atividade pericial contábil no Poder Judiciário paulista. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 203, p. 88-101, out. 2013. ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1096>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.

RAO, I. K. **Métodos quantitativos em biblioteconomia e em ciência da Informação**. Brasília: ABDF, 1986.

RICHARDSON, R. .J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. L. **Perícia contábil.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____**.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Santos, J. L. *et al*. **Fundamentos de perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 2006.

CAPÍTULO 17

GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Data de aceite: 22/03/2021

Natália Aguiar Mol
Universidade Federal de Minas Gerais

Sophia Guarnieri
Universidade Federal de Minas Gerais

Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Jordan de Oliveira Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: O presente trabalho constitui uma investigação acerca da governança metropolitana no âmbito local dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através de uma análise de sua inserção no contexto metropolitano. Diante das transformações multiescalares na organização dos espaços metropolitanos latino-americanos, busca-se compreender os limites, fragilidades e dificuldades que inviabilizam a gestão metropolitana compartilhada, bem como a maneira como esses municípios internalizaram as políticas metropolitanas recentes.
PALAVRAS - CHAVE: Gestão metropolitana; vetor norte RMBH; governança metropolitana; municípios metropolitanos.

ABSTRACT: The present study is an investigation on metropolitan governance in the local scope of the municipalities of Vetor Norte of the Metropolitan Region of Belo Horizonte, through an analysis of its insertion in the metropolitan context. Faced with the multiscale transformations in the organization of Latin American metropolitan spaces, we seek to understand the limits, weaknesses and difficulties that make shared metropolitan management unfeasible, as well as the way these municipalities have internalized recent metropolitan policies.
KEYWORDS: RMBH; metropolitan governance; metropolitan municipalities

1 I INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui uma investigação acerca da governança metropolitana no âmbito local dos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através de uma análise de sua inserção no contexto metropolitano. Diante das transformações multiescalares na organização dos espaços metropolitanos latino-americanos, busca-se compreender os limites, fragilidades e dificuldades que inviabilizam a gestão metropolitana compartilhada, bem como a maneira como esses municípios internalizaram as políticas metropolitanas recentes.

Paralelamente à análise da governança metropolitana na escala local, objetivamos compreender a nova dinâmica territorial em curso, a partir da análise dos impactos socioespaciais decorrentes da atual fase de desenvolvimento econômico do Vetor Norte

da RMBH, na escala local dos municípios, com vistas a identificar os atores e coalizões público-privadas envolvidos nesse processo e a dinâmica de valorização imobiliária viabilizada pelos investimentos nessa região, resultantes da implantação em curso de uma Aerotrópole, cujo centro propulsor é o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Esses investimentos, centralizados pelo Aeroporto, conformaram uma nova dinâmica territorial metropolitana em torno da implantação e consolidação de Grandes Projetos Urbanos, que resultaram em relevantes transformações de ordem territorial, econômica e socioespacial no Vetor Norte da região metropolitana. Tal investigação motivou a escolha do recorte territorial adotado pela pesquisa, correspondente aos municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo eles Belo Horizonte (região norte do município), Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

A problemática central, motivadora deste trabalho, está relacionada à dificuldade de implementação das políticas metropolitanas pelos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte no âmbito local, representando um obstáculo para a efetiva integração metropolitana. Mesmo diante das recentes transformações no arranjo institucional da RMBH, que originaram um Conselho Deliberativo, uma Assembleia Metropolitana e uma Agência de Desenvolvimento Metropolitano, e do avançado aparato instrumental desenvolvido, constituído pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (2009-2010) e pelo Macrozoneamento Metropolitano (2013-2015), os municípios metropolitanos ainda apresentam limitações para a incorporação das políticas instituídas, evidenciando uma desconexão entre eles. Somando-se a isso, buscamos analisar como o desenvolvimento econômico empreendido no Vetor Norte da RMBH impacta as políticas urbanas locais, os principais atores envolvidos e como esses investimentos relacionam-se aos atuais processos socioespaciais metropolitanos.

Diversos autores evidenciam que as regiões metropolitanas brasileiras e internacionais apresentam dificuldades de ordem técnica, política, econômico-financeira ou institucional, as quais apresentam-se como empecilhos à implementação das políticas propostas pelos instrumentos de planejamento, sendo esse o principal pressuposto norteador da nossa pesquisa. Ademais, investigou-se a conformação de um novo regime urbano no Vetor Norte da RMBH, impulsionado pelas recentes transformações espaciais e econômicas decorrentes dos grandes empreendimentos implantados, cujos reflexos impactaram diretamente os municípios estudados.

Nesse contexto, o presente trabalho foi guiado por duas principais questões, que sintetizam as motivações centrais da pesquisa, sendo elas:

a) Qual a situação e as dificuldades dos municípios analisados para internalizar as políticas metropolitanas instituídas?

b) Diante do novo Regime Urbano Pró-crescimento Econômico no Vetor Norte da RMBH, resultante da atual dinâmica de desenvolvimento econômico em curso,

como se dá o impacto do regime na política local dos municípios?

A metodologia adotada para as investigações propostas pelo trabalho baseou-se em levantamentos teórico-conceituais de bibliografias, do arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano, além de dados referentes às condições socioeconômicas e urbanísticas dos municípios em estudo.

Após o levantamento bibliográfico, iniciamos as visitas de campo, com a realização de entrevistas com os secretários de planejamento urbano dos municípios estudados (com exceção de Confins, Santa Luzia e São José da Lapa, em decorrência da dificuldade em contatar as secretarias desses municípios), com um membro da equipe que atuou na elaboração do PDDI e do Macrozoneamento e na revisão dos Planos Diretores de onze municípios da RMBH, iniciada em 2016, e com a diretora da Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O roteiro de entrevistas englobou questões relativas ao planejamento urbano, finanças, políticas metropolitanas, inserção do município no âmbito metropolitano e sua relação com as instituições ligadas à gestão da região metropolitana, e aos impactos socioespaciais do atual desenvolvimento econômico empreendido no Vetor Norte da RMBH.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Limites, Desafios e Possibilidades da Gestão Metropolitana

No contexto das regiões metropolitanas nacionais e internacionais, muitos são os limites e os desafios para a efetivação da gestão e do planejamento, podendo-se inferir que, nesse histórico, expressiva parcela das problemáticas que caracterizam a esfera metropolitana não foram enfrentadas e solucionadas de maneira satisfatória. Nesse sentido, como evidenciado por autores como Fernandes (2006), Garson (2009) e Moura (2008), destacam-se os limites de nível institucional, de gestão e financeiro-econômico, ligado ao financiamento do planejamento nas regiões metropolitanas.

Para lidar com a complexidade dos arranjos, Fernandes (2006) aponta que se deve construir de forma negociada e legítima – social e politicamente – uma gestão jurídico-institucional que consiga atender às demandas de interesse metropolitano de forma integrada. Garson (2009) destaca, no contexto do federalismo fiscal brasileiro, a dificuldade de elaboração e implementação de mecanismos voltados ao financiamento de políticas e ações no território metropolitano. Ademais, os municípios são tratados de forma homogênea, desconsiderando-se suas particularidades e especificidades, e, no caso dos municípios metropolitanos, as fronteiras econômicas não coincidem com os limites jurisdicionais estabelecidos, fator que demanda mecanismos de cooperação, sobretudo econômicos, dadas as desigualdades financeiras que predominam no contexto das regiões

metropolitanas.

Moura (2008), por sua vez, evidencia os desafios do planejamento metropolitano voltando-se à problemática da diferenciação entre as diversas escalas espaciais. Nesse contexto, uma gestão efetiva deve considerar uma dimensão "transescalar" para a construção das políticas e dos instrumentos de planejamento, diagnosticando a escala específica de atuação e explicitando possíveis conflitos de interesse. Além disso, evidencia-se a ausência de instrumentos voltados à cooperação entre as diferentes escalas de governo, aliada à incipiente consciência metropolitana, que limita a percepção dos municípios enquanto entes de uma escala macro, não restrita aos limites municipais.

Percebe-se, portanto, que inúmeros são os desafios à implementação de uma gestão metropolitana compartilhada e efetiva. Os avanços recentes são expressivos, e apontam para uma reestruturação do planejamento com base na participação popular, na adoção de instrumentos efetivos e na consideração das particularidades e especificidades das esferas locais, como forma de integrá-las ao âmbito regional. A discussão de novas formas de gestão e planejamento deve incentivar o abandono da atuação predominantemente localista e autárquica dos municípios, com vistas a implementar uma estrutura institucional voltada à resolução dos problemas comuns às regiões metropolitanas.

2.2 Regimes Urbanos e a Atual Dinâmica do Vetor Norte da RMBH

Nos últimos anos, teve início um importante processo de desenvolvimento econômico no âmbito do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, impulsionado pela intensificação de atividades relacionadas ao setor aeroportuário e à produção imobiliária, resultantes da ampliação e reestruturação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no município de Confins. Esse processo deu origem a expressivas transformações socioespaciais, decorrentes das ações de caráter público-privado empreendidas na região com vistas à explorar o potencial econômico em ascensão. O governo conduziu intervenções significativas, pautadas no conceito de Aerotrópole, que resultaram na modernização da infraestrutura física do Vetor Norte através da implantação de grandes empreendimentos na região, centralizados em torno do aeroporto. (FRANÇA et al., 2017)

O grande projeto urbano de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves foi concedido à iniciativa privada em 2014, através de estudos do governo com o objetivo de inseri-lo no modelo de desenvolvimento aeroportuário denominado Aerotrópole. O modelo Aerotrópole apresenta como finalidade central a transformação do aeroporto no centro propulsor do desenvolvimento econômico urbano com vistas à atração de empresas de segmentos variados, aliado aos grandes empreendimentos. (FRANÇA, 2014)

A ideia central da Teoria dos Regimes Urbanos, por sua vez, relaciona os impactos sobre a governança metropolitana e a dinâmica socioespacial no cenário internacional às transformações resultantes da nova fase do capitalismo mundial. A Teoria está centrada na investigação do regime urbano local, considerando-o "como um sistema de cooperação

informal que se estabelece entre agentes públicos e privados com capacidade de ação" (FRANÇA et al., 2017, p. 8). Pode-se dizer que um conjunto desses agentes, que dispõem de recursos políticos, institucionais e econômico-financeiros, passam a conduzir a governabilidade urbana e detêm o controle da agenda urbano-regional, com vistas ao desenvolvimento econômico baseado na intensificação da economia local-regional.

Nesse contexto, pode-se dizer que o Vetor Norte da RMBH caracteriza-se como uma coalizão pró-crescimento em torno da implantação em curso de uma Aerotrópole, estabelecendo-se como um novo regime urbano. Destacam-se diversos atores que compõem essa coalizão público-privada, sendo eles o Governo do Estado de Minas Gerais, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, os próprios municípios metropolitanos, a BH Airport e Associação de Desenvolvedores do Vetor Norte. (FRANÇA et al., 2017)

Tal coalizão está inter-relacionada ao desenvolvimento de atividades econômicas voltadas à aviação intensiva, à instalação de equipamentos públicos e privados com elevado impacto socioespacial e ambiental e à intensificação da dinâmica imobiliária na região, caracterizando, assim, um novo regime urbano no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

3 I APRESENTAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

3.1 Arranjo Institucional

A partir dos anos 2000, tem início a retomada do planejamento no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através da implementação de um novo arranjo institucional da gestão metropolitana, aliado à elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado voltado aos municípios metropolitanos. Esse novo arranjo foi instituído a partir de 2004, através da Emenda Constitucional nº 65, que resultou na criação da Assembleia Metropolitana e do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, em 2007 (Decreto Estadual nº 44.601, de 21/08/2007), e da Agência Metropolitana, em 2009 (Lei Complementar Estadual nº 107, de 12/01/2009). A seguir, é feita uma descrição mais detalhada dessas instâncias.

O Conselho Metropolitano é a instância colegiada e deliberativa, sendo responsável pelas questões relacionadas à execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) e às funções públicas de interesse comum. É composto por 5 representantes do Poder Executivo estadual, 2 da Assembleia Legislativa estadual, 2 de Belo Horizonte, 1 de Contagem, 1 de Betim, 3 dos demais municípios da RMBH e 2 da sociedade civil organizada. Como forma de apoio aos membros da sociedade civil organizada no Conselho, foi criado, informalmente, o Colegiado Metropolitano, composto por 20 entidades (empresários, movimentos sociais, ONGs, organizações acadêmicas e de profissionais e sindicatos).

A Assembleia Metropolitana constitui o órgão colegiado de decisão, contando com

a participação do estado e municípios, e é responsável pela definição das macrodiretrizes do planejamento. É composta por 4 representantes do Poder Executivo, 1 da Assembleia Legislativa estadual e 2 de cada município (prefeito e presidente da Câmara Municipal).

A Agência Metropolitana, por sua vez, constitui a autarquia com função técnica e executiva, atuando na implementação de planos, programas e projetos estabelecidos pelo PDDI, realização de estudos técnicos regionais, planejamento metropolitano, ordenamento territorial, entre outros.

3.2 Instrumentos de Planejamento Metropolitano

Além da implementação de um novo arranjo institucional, foram criados instrumentos para o planejamento e gestão metropolitanos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-BH) é um plano participativo desenvolvido entre os anos de 2009 e 2011 que resultou na elaboração de 28 Políticas Metropolitanas Integradas e respectivos Programas e Projetos Prioritários, definidos a partir das Funções Públicas de Interesse Comum e do debate promovido com a sociedade metropolitana durante a construção do plano. De acordo com Tonucci Filho e Monte-Mór (2013), o PDDI representou uma ruptura ao planejamento tecnocrático moderno-tradicional, através da adoção de princípios voltados à integração intersetorial e à participação popular. Além disso, adotou uma abordagem horizontal, caracterizada por diálogos amplos e abertos, bem como pela realização de oficinas, seminários e reuniões pautados na participação pública.

Posteriormente, em 2015, foi elaborado o Macrozoneamento Metropolitano, um dos programas previstos no PDDI, visando a reestruturação territorial através da criação das Zonas de Interesse Metropolitano - territórios dentro da RMBH nos quais o interesse metropolitano deve prevalecer sobre o local. Foram delimitadas 19 ZIMs que podem estar relacionadas com o caráter de proteção ambiental, centralidades, eixos de desenvolvimento entre outros interesses.

4 I ANÁLISE DA SITUAÇÃO LOCAL DOS MUNICÍPIOS

Com o objetivo de aprofundar o entendimento acerca das dinâmicas e características dos municípios estudados, foram levantados dados relacionados à realidade local. Esses dados, sintetizados nos tópicos abaixo, possibilitaram uma maior aproximação acerca da situação no âmbito local dos municípios analisados, permitindo a análise posterior de sua inserção na esfera metropolitana.

4.1 Política Urbana

Os dados levantados acerca das políticas urbanas locais estão relacionados à incorporação das políticas metropolitanas pelos Planos Diretores dos municípios estudados, buscando-se investigar as menções às diretrizes e o seu nível de importância

para o planejamento urbano municipal.

Em relação ao PDDI, apenas Belo Horizonte, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves têm suas diretrizes incorporadas na legislação municipal. Ainda assim, as políticas são restritas e pouco expressivas frente à complexidade e relevância de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado metropolitano.

No que diz respeito às diretrizes do Macrozoneamento, pode-se afirmar que as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs), propostas por esse instrumento, atuam diretamente sobre o território dos municípios estudados, em porções caracterizadas como centralidades metropolitanas. Destaca-se a existência da ZIM Vetor Norte, que engloba Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano, caracterizando-os como uma centralidade onde há expressivo impacto dos grandes empreendimentos e das dinâmicas de desenvolvimento recentes que atuam sobre essa porção norte da região metropolitana.

Portanto, constatou-se que a questão metropolitana encontra-se ainda bastante incipiente nas legislações locais. Ainda que tenha impacto direto sobre os municípios estudados, através das diretrizes trazidas pelo PDDI e Zonas de Interesse Metropolitano propostas pelo Macrozoneamento, não foi refletida de forma efetiva nas políticas urbanas municipais, que em sua maioria não apresentam proposições concretas e eficientes à problemática da integração metropolitana.

4.2 Finanças Municipais

O levantamento de dados acerca das finanças dos municípios objetivou embasar a pressuposição da existência de uma relação direta entre a dificuldade de implementação das políticas metropolitanas e as fragilidades de ordem econômico-financeira locais. Para essa análise, considerou-se o Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE), juntamente com o valor das receitas municipais e o nível de dependência de transferências intergovernamentais.

O IDTE, criado em 1998 através de um trabalho desenvolvido pela Fundação João Pinheiro[1], é um indicador que busca analisar o nível de desenvolvimento da economia de um município com base em sua estrutura de receitas. Para tal, parte do pressuposto de que economias em estágios iniciais de desenvolvimento apresentam bases restritas e pouco diversificadas de tributação, o que resulta na limitação da capacidade de arrecadação. Assim, para a composição deste indicador, considera-se que o nível de desenvolvimento econômico do município está diretamente vinculado à sua capacidade de geração de receitas tributárias (OLIVEIRA; BIONDINI, 2012).

No que diz respeito às transferências intergovernamentais, os dados levantados apontam uma elevada dependência dessa fonte de arrecadação por parte dos municípios

1 Trabalho intitulado “Finanças dos Municípios Mineiros: diversidade e indicadores” (FJP, 1998).

analisados. Pode-se inferir, ainda, que há uma relação direta entre a porcentagem de transferências e os valores de IDTE, uma vez que quanto maior a dependência dos repasses institucionais, menor é o IDTE do município. Os dados foram sintetizados na tabela abaixo (Tabela 1).

Município	Transferências Intergovernamentais, em % da receita corrente (2016)	IDTE (2013)	Receita Total, em reais (2016)
Belo Horizonte	49.66%	77,3	10.248.955.758,81
Lagoa Santa	56.99%	67,8	185.640.463,29
Confins	61%	67	28.762.366,78*
Vespasiano	68.2%	57,6	251.828.514,46
Jaboticatubas	72.08%	30,6	43.241.502,99
Santa Luzia	73.26%	46,5	361.779.646,58
Pedro Leopoldo	75.26%	63,2	146.599.825,67
Ribeirão das Neves	78,58%	39,2	369.461.633,91
Matozinhos	80.75%	50,6	72.707.628,99
São José da Lapa	86.55%	53,4	55.245.895,49

Tabela 1: Dados de finanças dos municípios do Vetor Norte da RMBH

Fonte: IMRS e Portal Meu Município, produção própria, 2018.

Analisando-se os dados, infere-se que a maioria dos municípios do Vetor Norte possui receitas reduzidas, destacando-se a desigualdade expressiva em relação à Belo Horizonte. Outro fator que se destaca é a grande dependência dos municípios das transferências intergovernamentais, que, com exceção de Belo Horizonte, correspondem a mais de 50% das receitas correntes municipais, atingindo valores superiores a 80% em Matozinhos e São José da Lapa, por exemplo. Esses dados permitem a associação entre as dificuldades de ordem econômico-financeira nos municípios e as deficiências no âmbito das políticas urbanas e metropolitanas, uma vez que as fragilidades orçamentárias reduzem ou inviabilizam os investimentos em avanços nesse campo.

Além disso, percebe-se uma influência do desenvolvimento econômico empreendido na região norte nas finanças dos municípios. Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo e Vespasiano apresentam valores elevados de IDTE em decorrência dos crescentes investimentos dos setores públicos e privados direcionados ao Vetor Norte da região metropolitana, destacando-se a reestruturação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, principal definidor da nova dinâmica da economia regional.

4.3 Quadro Técnico das Secretarias de Planejamento Urbano

Durante as entrevistas, os secretários foram questionados acerca da composição do quadro técnico municipal na área de planejamento urbano, uma vez que um dos pressupostos da pesquisa relaciona a ausência de políticas metropolitanas no âmbito local às deficiências de nível técnico existentes. No entanto, o que de fato se verificou foi a inexistência de um parâmetro a ser adotado, dada a heterogeneidade das instâncias municipais ligadas à política urbana. Na maioria dos municípios evidenciou-se a junção de funções dentro das Secretarias, fator que originaria uma análise muito subjetiva, sem padrões a serem seguidos. No município de Lagoa Santa, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano engloba Regulação Urbana, Meio Ambiente, Obras, Defesa Civil, Serviço Urbano, Trânsito e Transporte e Desenvolvimento Econômico. Em contraposição, no município de Jaboticatubas a Secretaria ligada à política urbana é composta apenas pelas Diretorias de Planejamento Urbano e de Licenciamento e Fiscalização.

Portanto, não foi possível analisar a capacidade técnica municipal sob parâmetros previamente definidos, em decorrência da subjetividade e das variações institucionais observadas durante as entrevistas. A totalidade dos dados de capacidade técnica levantados durante as entrevistas demandam uma investigação mais aprofundada, podendo ser objeto de pesquisas futuras.

5 I A ESFERA METROPOLITANA NO ÂMBITO MUNICIPAL

As análises dos principais aspectos identificados durante as entrevistas foram divididos em temas, e são apresentadas a seguir.

5.1 Situação e processo de elaboração do Plano Diretor

No que se refere à situação atual do Plano Diretor municipal, pode-se inferir, através das entrevistas, que a maioria dos planos vigentes foram revisados recentemente, sendo datados de 2016, 2017 ou 2018. Os demais planos, que atualmente encontram-se desatualizados, estão em processo de revisão.

Em relação aos processos de elaboração dos Planos Diretores, os convênios e metodologias apresentaram variações. Dentre os sete municípios entrevistados, apenas Vespasiano está incluído no processo de revisão dos Planos Diretores sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Ainda assim, o secretário de planejamento do município apontou conflitos resultantes desse processo, como, por exemplo, a incompatibilidade entre o zoneamento municipal e o Macrozoneamento Metropolitano.

Outra característica evidenciada em alguns municípios foi o financiamento do Plano Diretor por empresas privadas. Nesse aspecto, destaca-se o município de Ribeirão das Neves, cujo secretário afirmou[2]: “Nós recusamos a Agência (...). Nós fizemos um convênio com a Associação de Desenvolvedores do Vetor Norte, a AV Norte, e com o Sinduscon, e a

2 Entrevista realizada em 21 de maio de 2018, com o secretário de Planejamento e Urbanismo de Ribeirão das Neves.

AV Norte *(Associação dos Desenvolvedores do Vetor Norte)* e o Sinduscon estão financiando os estudos". O Sinduscon e a AV Norte foram responsáveis, respectivamente, por 30% e 70% dos recursos, estimados em cerca de 500 mil reais. Uma possível leitura é de que o financiamento de Planos Diretores por empresas privadas representa uma alternativa desses setores para atender seus próprios interesses, originando políticas capazes de beneficiá-los, geralmente através da flexibilização de leis e parâmetros urbanísticos. Tal aspecto pode inviabilizar a implementação das políticas urbanas e metropolitanas que se mostrem contrárias ou desfavoráveis aos interesses privados, além de representar uma possível ameaça ao caráter público e participativo que deve ser atribuído à elaboração do Plano Diretor.

Através de uma leitura geral sob o aspecto das políticas urbanas locais, percebeu-se que, apesar dos Planos Diretores terem sido revisados recentemente ou se encontrarem em processo de revisão, não houve incorporação efetiva das diretrizes metropolitanas, evidenciada também pela falta de conhecimento dos instrumentos metropolitanos instituídos por alguns dos secretários entrevistados. Além disso, observou-se que há uma subordinação dos municípios aos interesses desenvolvimentistas e privados, que influenciam diretamente a produção do espaço local.

5.2 Interface com o PDDI e Macrozoneamento

De forma geral, o principal aspecto evidenciado através das entrevistas foi o desconhecimento, por parte dos secretários de planejamento urbano, das propostas e diretrizes metropolitanas instituídas pelo PDDI e pelo Macrozoneamento. Os secretários de planejamento de alguns municípios, como Jaboticatubas e Pedro Leopoldo, desconheciam as políticas metropolitanas propostas pelo PDDI e pelo Macrozoneamento, e tampouco souberam informar sobre sua incorporação ao Plano Diretor municipal.

No caso de Lagoa Santa, evidenciou-se um descolamento entre as escalas metropolitana e local, uma vez que o secretário de planejamento do município acredita na não obrigatoriedade de implementação dos instrumentos metropolitanos na legislação municipal. De acordo com ele[3]:

> "Na verdade, o Plano Diretor de Lagoa Santa incorporou o PDDI, apesar de o PDDI não ser lei, né? O PDDI, eles tentam pegar um instrumento hoje que não é lei, e tentam imputar nos municípios, como sendo lei, o que não é verdade. O município não tem a obrigatoriedade hoje de seguir o PDDI do Estado".

Pode-se dizer que essa deslegitimação dos instrumentos metropolitanos no âmbito local justifica a ausência de sua implementação efetiva, bem como as dificuldades da integração metropolitana.

Assim, sob o aspecto da interface existente entre a legislação municipal e as diretrizes metropolitanas propostas, verifica-se uma evidente desintegração entre as escalas metropolitana e local, que se justifica principalmente pelo desconhecimento das políticas

3 Entrevista realizada em 28 de junho de 2018, com o secretário de Desenvolvimento Urbano de Lagoa Santa.

do PDDI e do Macrozoneamento pelos secretários de planejamento urbano entrevistados, bem como pela ausência de uma mentalidade metropolitana aliada à constante busca pela autonomia municipal, bastante reforçada durante as entrevistas. De acordo com o membro da equipe de elaboração dos instrumentos metropolitanos[4]:

> "Quando se pensa em uma escala, e depois se pensa em outra escala, e os municípios da Região Metropolitana têm esse problema, eles se pensam como peças isoladas, eles não têm uma visão metropolitana, o máximo que eles buscam o diálogo é, às vezes, um conflito com um município vizinho."

Esse discurso evidencia o descolamento entre as escalas municipal e metropolitana, problemática destacada por Fernandes (2003) como um dos entraves à gestão e integração das regiões metropolitanas. Isso ocorre pois, no âmbito local, é incipiente ou inexiste a concepção de pertencimento metropolitano, fator que resulta num isolamento entre as duas esferas.

5.3 Principais conflitos entre as políticas locais e metropolitanas

Os conflitos resultantes da compatibilização das diretrizes metropolitanas com as legislações municipais foram evidenciados pelos secretários entrevistados, caracterizando-se como um dos fatores que dificulta e limita a implementação dessas políticas no âmbito local dos municípios. Dentre os casos mais emblemáticos, destacam-se Lagoa Santa, Ribeirão das Neves e Vespasiano.

No caso de Lagoa Santa, há uma crítica do secretário à ausência de compensação para os municípios que seriam economicamente prejudicados pela regulamentação das políticas metropolitanas. De acordo com ele[5]:

> "Em Lagoa Santa eles querem colocar um "pulmão verde", eu não tenho nada contra, mas qual é a compensação que Lagoa Santa terá do "pulmão verde"? Quem vai pagar as contas do município, quando você não permite que tenha aqui um desenvolvimento?"

O secretário de Ribeirão das Neves, por sua vez, criticou a proposta do Macrozoneamento para uma das regiões do município que, segundo ele, possui um grande e crescente potencial imobiliário. De acordo ele[6]:

> "Essa região *(região do Areias)* é hoje fruto de um olhar muito forte do setor imobiliário, é uma região pouco ocupada, e é uma região que tem uma vocação muito grande para o desenvolvimento (...). Só que a proposta do Macrozoneamento para Areias é muito restritivo, é uma proposta de área rural."

O secretário discorda da proposição do Macrozoneamento de transformar a região numa área rural, visto que o desenvolvimento da área seria afetado em decorrência da

4 Entrevista realizada em 30 de agosto de 2018.

5 Entrevista realizada em 28 de junho de 2018, com o secretário de Desenvolvimento Urbano de Lagoa Santa.

6 Entrevista realizada em 21 de maio de 2018, com o secretário de Planejamento e Urbanismo de Ribeirão das Neves.

restrição de loteamentos. Além disso, o secretário afirmou que o projeto do Rodoanel, proposto pelo Macrozoneamento, é criticado por alguns setores do município, como é o caso dos empreendedores imobiliários. Esses exemplos evidenciam um conflito de interesses entre os níveis local e metropolitano, representando um dos principais entraves à incorporação das políticas regionais.

Já no caso de Vespasiano, evidencia-se uma rejeição, por parte do secretário de planejamento municipal, ao projeto do Rodoanel e à extensão de sua faixa de domínio, devido à possibilidade de congelamento de áreas previstas como expansão urbana no Plano Diretor, nas quais já foram aprovados loteamentos.

As entrevistas evidenciaram que os conflitos entre as escalas local e metropolitana podem resultar num desinteresse dos municípios em incorporar as políticas metropolitanas instituídas, devido ao receio dessas sobreporem e interferirem nos interesses e diretrizes municipais.

5.4 Autonomia local e diálogo institucional

Observou-se que os municípios cujos secretários foram entrevistados apresentam uma boa interlocução com a instituição metropolitana, principalmente por intermédio da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Todos os secretários evidenciaram o importante papel desempenhado pela Agência nas questões relativas ao interesse metropolitano, através de visitas e consultorias prestadas. Além disso, foi destacada a importância da Agência Metropolitana enquanto órgão de suporte técnico aos municípios metropolitanos, com atuação nas questões voltadas às políticas urbanas municipais e sua interface com as diretrizes metropolitanas, promovendo uma conexão entre elas.

No entanto, os secretários de Lagoa Santa e Ribeirão das Neves, apesar de reconhecer a importância dessa instância, apresentaram críticas à ela, relacionadas principalmente à interferência da Agência nas questões internas dos municípios. Foi possível constatar que há um conflito evidente entre a atuação da Agência Metropolitana e a autonomia do município, evidenciado pela crítica do secretário. Para ele, a interferência da Agência Metropolitana no âmbito local deveria ser limitada. Esse fator demonstra a desarticulação entre as escalas de planejamento, e evidencia a priorização da autonomia municipal em detrimento de sua inserção metropolitana.

Assim, em relação ao atual arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua atuação nos municípios estudados, pode-se constatar que a Agência possui grande relevância na busca pela promoção de uma gestão metropolitana compartilhada e integrada, através do suporte técnico e operacional aos municípios com vistas a efetivar a implementação dos instrumentos de planejamento metropolitano.

5.5 Finanças e arrecadação municipal

No que diz respeito às finanças e à situação econômica dos municípios entrevistados, destacaram-se as críticas e insatisfações relativas à atividade produtiva e econômica

municipal. Em Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves, foi apontada a inexpressividade das atividades econômicas. No caso de Pedro Leopoldo, esse quadro é resultante de uma redução da dinâmica industrial decorrente do fechamento, a partir de 2015, de importantes cimenteiras do município, que correspondiam à maior parcela da arrecadação municipal.

Já em Ribeirão das Neves, o secretário de planejamento urbano evidenciou as deficiências econômicas locais, destacando a dependência do município das transferências intergovernamentais, o que confirma os dados levantados pelas análises preliminares da pesquisa. Segundo ele[7]:

> "Nós não temos atividade econômica aqui, nós não temos indústria, o comércio é incipiente, é informal, então o orçamento de Neves hoje é dependente das transferências da União. Nossa receita principal são as transferências fundo a fundo da União."

Esses dois exemplos, semelhantes aos dos demais secretários entrevistados, evidenciam as fragilidades econômicas e produtivas constatadas nos municípios, as quais atestam as pressuposições iniciais da pesquisa. Essa insuficiência econômica e tributária apresenta-se como um entrave ao investimento municipal em políticas urbanas, uma vez que, em decorrência das limitações, o orçamento passa a ser destinado para áreas mais prioritárias do município. Como aponta Garson (2009), as deficiências econômico-financeiras nos municípios e a ausência de mecanismos fiscais efetivos, comprometem ou inviabilizam os investimentos em políticas urbanas. Esse é, portanto, um dos fatores responsáveis pela ausência da implementação efetiva das diretrizes metropolitanas no âmbito local.

Além disso, outra problemática a ser destacada é a ineficiência do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. O FDM apresenta-se como um instrumento importante, no entanto, sua efetividade é comprometida em decorrência da quantidade reduzida de recursos arrecadados. Dados fornecidos pela Agência Metropolitana apontam que a contribuição dada pelos municípios ao fundo apresentaram uma queda expressiva ao longo dos anos.

Um fundo metropolitano efetivo, voltado à arrecadação de recursos para a implementação de políticas e projetos no âmbito da região metropolitana, representa uma das principais demandas para a gestão metropolitana, configurando-se como um instrumento de apoio e suporte econômico-financeiro aos municípios que, como constatado através dos levantamentos preliminares e das entrevistas, possuem baixa capacidade produtiva e tributária.

7 Entrevista realizada em 21 de maio de 2018, com o secretário de Planejamento e Urbanismo de Ribeirão das Neves.

6 | NOVO REGIME URBANO E O IMPACTO LOCAL DO DESENVOLVIMENTO DO VETOR NORTE DA RMBH

Em relação às políticas de desenvolvimento e valorização empreendidas no Vetor Norte, pode-se constatar que, direta ou indiretamente, os municípios analisados apresentaram distintos impactos socioespaciais e econômicos desse processo, como foi evidenciado através das entrevistas.

Os secretários de planejamento apontaram o crescimento da especulação imobiliária, com o surgimento de novos empreendimentos residenciais e comerciais, e a grande atração de indústrias e empreendimentos de setores diversificados, porém comprovando a conformação, ainda em curso, de uma nova dinâmica econômica no Vetor Norte da região metropolitana, impulsionada pelo desenvolvimento do polo aeroportuário.

O secretário de Matozinhos visualiza os impactos econômicos locais dos grandes projetos implantados no Vetor Norte. De acordo com ele[8]:

> "Matozinhos está do lado de Confins, do lado do Aeroporto. Então, várias empresas que estão longe do Aeroporto estão vindo para Matozinhos, para ser um polo, devido à proximidade com o Aeroporto e à facilidade de escoamento de mercadorias."

Além dessa crescente atração de indústrias, o secretário aponta a intensa valorização e especulação imobiliária na região, destacando, ainda, a crescente ascensão dos condomínios fechados de luxo como, por exemplo, o *Estância da Mata*, localizado no município.

Já os secretários de Jaboticatubas e Lagoa Santa criticaram alguns aspectos desse processo de desenvolvimento na esfera municipal. No caso de Jaboticatubas, a crítica relaciona-se ao aumento da demanda por moradia no município, resultante da saturação em outros municípios provocada pela crescente valorização imobiliária na região. A crítica é pautada, principalmente, pela ocupação irregular do solo, que se mostra bastante recorrente no município, uma vez que representa um resultado do processo de intensa valorização e especulação imobiliária. Como pontos positivos desse desenvolvimento, o secretário aponta a atração turística ao local, em decorrência da proximidade com a Serra do Cipó, e a atração de novos empreendimentos, principalmente condomínios de luxo, com destaque para o *Reserva Real*.

O secretário de Lagoa Santa, por sua vez, acredita que o projeto de desenvolvimento econômico no Vetor Norte, viabilizado a partir do Aeroporto, não foi efetivado. Ele afirmou que[9]: "(...) ele *(o projeto)* não saiu do papel, né. A gente tem que ser mais realista. Hoje o Aeroporto está construído, mas, se pensar bem, o que o Aeroporto efetivamente traz em termos de ganhos econômicos, não traz tanta coisa". Para ele, o Aeroporto Indústria, capaz de trazer uma nova dinâmica econômica para o município através da atração de indústrias

8 Entrevista realizada em 13 de julho de 2018, com o secretário de Planejamento Urbano e Obras de Matozinhos.
9 Entrevista realizada em 28 de junho de 2018, com o secretário de Desenvolvimento Urbano de Lagoa Santa.

de grande porte e equipamentos voltados à tecnologia, não foi de fato implementado. Apesar desta afirmação é necessário destacar que logo após a referida entrevista, o Aeroporto Indústria recebeu em outubro de 2018 a Licença de Operação que estava sendo aguardada desde 2014, com a expectativa de atrair, por meio da suspensão tributária, em um regime de entreposto aduaneiro especial, empresas de alto valor agregado. Além disso, as afirmações do secretário não condizem com o que se observa na prática em relação ao impacto do Aeroporto Internacional em Lagoa Santa. O município é um dos que mais foi afetado pela intensificação da dinâmica imobiliária, resultante da proximidade com o sítio aeroportuário, que promoveu um grande *boom* imobiliário local, o qual foi destacado por secretários de outros municípios, como Jaboticatubas e Matozinhos. Além disso, o Plano Diretor de Lagoa Santa apresenta, dentre suas diretrizes, o fomento às atividades industriais, logísticas, hoteleiras e turísticas, viabilizadas através do desenvolvimento impulsionado pelo Aeroporto Internacional Tancredo Neves, evidenciando a relevância atribuída pela legislação municipal a esse eixo de crescimento econômico.

Diante dessa dinâmica de desenvolvimento, pode-se dizer que alguns atores que operam na região têm papel fundamental no desdobramento desse processo. Através das entrevistas, destacou-se a atuação da Associação de Desenvolvedores do Vetor Norte (AV Norte), grupo de empreendedores ligados a setores políticos e da construção civil. Essa associação busca usufruir do potencial econômico e da crescente valorização imobiliária, intensificados diante do desenvolvimento e dos grandes projetos implantados no Vetor Norte, através do incentivo a grandes empreendimentos na região. No entanto, essa atuação é criticada pelo membro da equipe de elaboração das políticas metropolitanas, que também tem como campo de estudo o Vetor Norte[10]:

> "O que me parece dessa AV Norte, deste tipo de associação (...), é que eles meio que tentam burlar esses processos participativos de construção conjunta de planejamento, e tentam fazer acordos políticos mais de curto prazo. E muito buscando flexibilização de leis existentes. Você vê o tempo todo Zonas Especiais de Crescimento, autorizações especiais para empreendedores fazerem coisas sem licenciamento."

Os dados levantados evidenciam a conformação de um novo Regime Urbano, cujo centro propulsor é o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, responsável pela intensificação da dinâmica econômica e imobiliária no Vetor Norte da região metropolitana. Somando-se a isso, destacam-se as coalizões público-privadas, constituídas de atores de variados setores, tais como empreendedores e agentes imobiliários, políticos e da sociedade civil. Nesse sentido, há um protagonismo dos agentes privados nesse processo, que buscam explorar ao máximo o crescente potencial econômico desse eixo de desenvolvimento. Pode-se dizer que esse novo Regime Urbano é bastante atual, e sua conformação está em curso, impulsionada pelos grandes projetos e empreendimentos que se instalam na região.

10 Entrevista realizada em 30 de agosto de 2018.

7 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a reflexão deste trabalho está vinculada à compreensão da realidade local dos municípios do Vetor Norte da RMBH no que se refere à adoção das políticas metropolitanas, seus limites e fragilidades para a implementação dos instrumentos que visam otimizar a gestão e a integração metropolitana, além da análise dos impactos socioespaciais resultantes do recente desenvolvimento impulsionado no Vetor Norte no âmbito local dos municípios metropolitanos.

Foi possível concluir que as dificuldades enfrentadas pelos municípios são de diversas ordens, destacando-se as fragilidades econômico-financeiras, decorrentes da baixa capacidade produtiva e de arrecadação de tributos; técnicas, referentes às deficiências dos quadros de servidores municipais; e políticas, voltadas à gestão e aos conflitos de interesse. Evidenciou-se, além disso, um deslocamento entre as escalas local e metropolitana, atribuído à crescente valorização da autonomia municipal aliada à ausência de uma consciência metropolitana, destacada através das entrevistas com os secretários municipais.

Os impactos socioespaciais da conformação de um Regime Urbano Pró-crescimento Econômico, no Vetor Norte da RMBH, na esfera local, foram evidenciados de forma expressiva através dos levantamentos e das entrevistas. O desenvolvimento econômico, a atração industrial e a valorização imobiliária incorporaram-se ao cotidiano municipal, destacando-se a atuação de variados atores nesse processo, tanto públicos (como a Agência Metropolitana), quanto privados (como a AV Norte).

Pode-se concluir que, apesar dos recentes avanços institucionais e instrumentais, ainda são expressivos os desafios para a efetiva governança regional e integração socioespacial entre os municípios metropolitanos. Nesse sentido, destacamos que a análise a partir da investigação de atores que conformam a coalizão pró-crescimento é de extrema relevância para desvelar os conteúdos da governança relacionados à produção do espaço das metrópoles.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Edésio. O elo perdido: o desafio da gestão metropolitana. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio. (Org). Direito urbanístico, estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006.

FRANÇA, Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira. O impacto socioespacial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves no Vetor Norte da RMBH. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FRANÇA, Bárbara Lúcia Pinheiro de Oliveira; MOL, Natália Aguiar; MENDONÇA, Jupira Gomes de; PINTO, Fábio Luis Gonçalves. Planejamento Metropolitano e Desenvolvimento Regional: Um Novo Regime Urbano no Vetor Norte da RMBH? In: Encontro Nacional do INCT Rede Observatório Das Metrópoles: Regimes Urbanos e Governança Metropolitana, Natal, 2017.

GARSON, Sol. Regiões metropolitanas: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte: PUC-MG, 2009.

MOURA, Rosa. Trajetória e perspectivas da gestão das metrópoles. In: COSTA. G.M.; MENDONÇA, J. G. Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008, p.102-119.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto; BIONDINI, Isabella V. Freire. IDTE: um índice de finanças para a análise do desenvolvimento – o caso dos municípios de Minas Gerais. Rev Bras Adm Pol, v. 6, n. 1, p. 33-55, 2012.

TONUCCI FILHO, João B. M.; MONTE MÓR, R.L.M. . Avanços e desafios ao planejamento metropolitano: o caso do PDDI-RMBH. In: XV ENANPUR, 2013, Recife. Anais do XV ENANPUR, 2013.

CAPÍTULO 18

GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO

Data de aceite: 22/03/2021

Vera Ruth de Carvalho Fidalgo
Universidade da Amazônia
Belém-Pará

Rilvanda Maria Pires Santos
Universidade da Amazônia
Belém-Pará

Caroline das Graças dos Santos Ribeiro
Universidade da Amazônia
Belém-Pará

RESUMO: O guia prático de atendimentos em coaching visa a responder, por meio de revisão bibliográfica, como as suas ferramentas proporcionam desenvolvimento pessoal no que tange a gestão, o planejamento e o comportamento. O objetivo principal é buscar o despestar do potencial humano individual e coletivo com as chamadas perguntas poderosas que vieram para ficar no campo da gestão de pessoas. A partir de dados de científicos do Brasil e outros países terão a posibilidade de explicar os tipos de Coaching e sua importância. A metodologia baseada foi na revisão de literatura com autores alinhados nos subtemas propostos. O livro está composto dos seguintes itens o autoconhecimento, a escolha, por onde começar, mudanças, as paradas,a jornada, valores, crenças e gratidão. O trabalho foi baseado em leituras, discurssões e alinahamentos de ideias para que se pudesse levantar informações relevantes e práticas, para que aguçasse a curiosidade dos leitores no conteúdo até o final e resolver os exercícios propostos no guia. Assim esperamos contribuir com o início de sua carreira nos atendimentos de coaching.

PALAVRAS - CHAVE: Atendimento. Coaching. Gestão.

ABSTRACT: The practical guide for assistance in coaching aims to answer, through bibliographic review, how its tools provide personal development with regard to management, planning and behavior. The main objective is to seek to expose the individual and collective human potential with the so-called powerful questions that came to stay in the field of people management. Based on data from scientists in Brazil and other countries, they will be able to explain the types of Coaching and their importance. The methodology was based on a literature review with authors aligned on the proposed subthemes. The book is composed of the following items: self-knowledge, choice, where to start, changes, stops, the journey, values, beliefs and gratitude. The work was based on readings, speeches and alignment of ideas so that relevant and practical information could be raised, so that the curiosity of the readers could be raised in the content until the end and to solve the exercises proposed in the guide. So we hope to contribute to the beginning of your career in coaching.

KEYWORDS: Attendance. Coaching. Management.

1 I INTRODUÇÃO

Criamos esse Guia Prático de Atendimento em Coaching para que servisse de orientação inicial para o mundo de transformação que você e seu coachee vão se dispor a passar. Esse processo terá um tempo para acontecer e deverá ser respaldado em propósitos que deverão ser vencidos.

Nossa missão é despertar em você o potencial humano que possui, através da escuta ativa e perguntas poderosas, colabore com as pessoas que chegarem até você com desafios que precisarão superar.

Nossa visão é que em um determinado período de tempo 6, 10, 15 até 20 sessões de atendimentos, você desperte no seu cochee a satisfação da resolução daquele específico "incômodo" que ele trouxe na primeira sessão.

Nossos valores são: Ética, Profissionalismo, Transparência, Amorosidade, Empatia.

Aproveitem os saberes desse guia para que você seja feliz no nosso MUNDO DO COACHING!

Que DEUS esteja abençoando nossa caminhada!

Agradeço ao Universo por unir seu caminho ao meu para a descoberta, a cura, a transformação e obrigada por ser quem VOCÊ é!

Prosperidade e Sucesso! GRATIDÃO sempre!

2 I AUTOCONHECIMENTO

2.1 Autoconhecimento: Um Caminho sem Volta

Toda vez que alguém começa sua jornada pelo autoconhecimento, se dispõe a encontrar partes ocultas que em algum momento vêm à tona. É uma mina sendo escavada, mas suas reservas, tesouros escondidos não se esgotam. Toda vez que você sai da mina, traz uma pedra preciosa diferente, são as partes de você, as quais passa a ter posse de verdade porque até então você poderia nem ter consciência delas ou estar utilizando-as de maneira indevida. Assim, quando você toma consciência do que realmente é, de como se manifesta, daquilo que desencadeia ou envolve determinado comportamento você tem a opção de escolher como trabalhar de uma forma que lhe seja benéfica, sim é possível ressignificar qualquer comportamento principalmente aqueles que não lhe causam boa impressão, que não tem somado na sua vida, mas que se tratados de maneira correta poderão ser enormes fontes de inspiração na sua jornada evolutiva.

2.2 E Quando Você Escolhe se Autoconhecer?

Há gatilhos que são disparados em alguns momentos, geralmente de impacto emocional muito forte ou não, sim, pode ocorrer desses gatilhos dispararem do acaso

quando já há uma predisposição, mas sem a ação necessária para desencadear o processo. De repente “break” e “LETS GO”. É simplesmente um estalo, que ocorre internamente, de maneira silenciosa e você nem se dá conta desse turbilhão que desencadeará o processo de mudança.

Frase Poderosa: Você é 100% responsável pelo que acontece na sua vida!

REFLEXÃO DA VEROCA 1

“Só sei que nada sei e o fato de saber isso, me coloca em vantagem sobre aqueles que acham que sabem alguma coisa.” Sócrates

A ESCOLHA

Tudo é uma escolha! A escolha que você faz hoje, repercute naquilo que você terá ou vai querer no futuro.

E quando não se faz as escolhas corretas? Deve-se frustrar?

A frustração é inevitável em qualquer situação, e no autoconhecimento, ela também vai existir. Imagine descobrir-se no meio de tantas experiências de um jeito que você ignora? É desconfortável e pode lhe levar ao abandono de determinada escolha, mas se seu objetivo é encontrar um tesouro maior, você não pode desistir fácil. Entretanto, também não pode acreditar que se você falhou está tudo bem. Não, não está, vai haver a frustração e ela é o indício de que algo já alterou o seu curso, falhas devem ser vistas como partes do aprendizado, como combustível para a busca de novos resultados.

Frase Poderosa: Eu tenho o poder de modificar o que está acontecendo em minha vida, ou seja, eu tenho poder de transformar a dor em AMOR.

REFLEXÃO DA VEROCA 2

“Independente do desafio tenha sempre várias estratégias e visualização de caminhos que deverão ser menos traumáticos para você” As autoras

POR ONDE COMECAR?

Não há uma fórmula mágica que você deve seguir e assim chegar até o seu objetivo, há na verdade inúmeros percursos, estratégias, métodos que são utilizados pelas pessoas. Muitas conseguem logo, mas isso depende muito da clareza dos seus objetivos, de perfil para perfil.

E Quando Não se Tem um Objetivo?

Os objetivos muitas vezes precisam de apenas um detalhe para sua definição. Quando a pessoa não consegue defini-los acaba por realizar muitas coisas que não gostaria. Gerando dessa forma insatisfação e afastamento do propósito.

A construção dos objetivos também é um processo, o primeiro passo que deve ser

dado quando você descobre que algo precisa mudar, quando você não sabe bem o que quer, quando você se encontra num estado de insatisfação, quando quer melhorar ainda mais seus resultados.

Os objetivos te levam para a ação e a ação o aproximam do seu propósito. Cada percurso que o objetivo traçado lhe levar favorecerá uma descoberta e é imprescindível observar as pequenas vitórias alcançadas, as diferenças mesmo que sutis, pistas que tornam o caminho mais complexo, desafiador e até mesmo perturbador, sim são essas percepções que o motivam a buscar cada vez mais, a descobrir-se.

Frase Poderosa: Mesmo que eu esteja sentindo essa ... (citar a situação) na minha vida eu me amo e me aceito profunda e completamente.

REFLEXÃO DA VEROCA 3

"A lei da atração se infiltra nas profundezas do seu Subconsciente. Sua atitude e os pensamentos que dominam seu dia a dia é que você atrai. Quanto mais você pensa em algo, mais se revelará se é bom ou ruim. Seus pensamentos e seus sentimentos se revelarão através da Lei da Atração." Sergio Pereira

2.3 EXERCÍCIO PRÁTICO

O encontro e formulação do objetivo

1. Localize-se: Onde você está? Qual seu estado atual?

Obs: Avalie sua situação como um todo, vá questionando. Encontre brechas. Escreva.

.....

.....

2. Cite coisas que gostaria de fazer ou ser em relação ao espaço/tempo que você está. Organize cada uma das coisas citadas por ordem de importância ou urgência.

.....

.....

3. Escreva aqui a situação ou estado que você colocou em primeiro lugar. É isso que você quer vivenciar agora?

.....

.....

4. O que você escolheu tem uma finalidade positiva?

Obs: Apenas se for positivo continue, caso contrário refaça o exercício.

.....

.....

5. Tal situação, desejo, estado depende de você ou de outras pessoas? Obs: precisa ser autossuficiente

.....

.....

6. É possível realizar com os recursos que você possui hoje? Justifique

.....

.....

7. Agora crie seu primeiro objetivo a partir da resposta dada na questão 3. Inicie com um verbo. Seja positivo. Verifique os ganhos ou perdas. Tenha controle de sua mente. Escreva o que realmente quer e deseja.

.....

.....

3 I MUDANÇAS

A mudança ocorre, mas ela não é de uma hora para outra, não há fórmulas e nem caminhos prontos, você pode optar por dada ferramenta, mas precisará adaptá-la a seu modo, e principalmente, encontrar-se disponível, doar-se a um processo que dependendo do seu nível de envolvimento pode parecer enfadonho, isto é, uma hora você vai e outra hora você para.

A motivação é uma constante, haverá dias em que você estará muito motivado e a produção será maior, mas haverá dias que você não estará e os viverá do mesmo jeito. Cobranças devem sempre ser feitas, a tal tomada de decisão necessária, a vergonha na cara, a saída da zona de conforto. Cair faz parte do processo e levantar também.

O quanto que você acredita que seu caminhão é pequeno demais para carregar a quantidade de areia que está a sua disposição?

Faça quantas viagens forem necessárias, até carregar toda areia que precisa. Pode ser muito cansativo, mas só você sabe o tamanho daquilo que quer construir e o quanto precisa trabalhar para isso.

Frase Poderosa: Divino Criador/Deus limpa em mim, o que está acontecendo ... (diga o que está acontecendo, a dor). Sinto muito, Me perdoe, Te amo, Sou grato(a).

REFLEXÃO DA VEROCA 4

"Escrever é mais que colocar no papel o que pensamos. Escrever é retirar das profundezas de nós mesmos o que temos a entregar, o que temos a dizer, é dar voz ao que somos por palavras." Gabriele Ribas

AS PARADAS, SÃO NECESSÁRIAS?

Sempre! Nunca ache que ao mergulhar no auto conhecimento você descobrirá tudo o que precisa, uma hora você anda por dentro da mina e não encontrará nada, nem um tesouro e você cansará de buscar porque sentirá que é perda de tempo, então você retorna e olha que interessante, o retorno nunca é pelo mesmo caminho que você foi. Você sempre tomará uma rota diferente e pensará estar desconectado da mina, mas a verdade é que estará mais conectado que nunca, isso porque o outro caminho pelo qual você passará trará novas percepções e experiências que o estimulam e que você absorve. Assim, num dado momento, você retornará a mina e um novo caminho tomará, mas agora você contará com dois caminhos distintos, mais experiências e percepções. As conexões começarão a ficar mais fortes.

Frase Poderosa: Queridas memórias, eu amo vocês, sou grato(a) por liberarem você e a mim.

REFLEXÃO DA VEROCA 5

"Porque a vida não é uma marcha ou um fluxo uniforme e ininterrupto. É feita de histórias, cada qual com seu enredo, seu início, seu movimento para seu fim, cada qual com seu movimento rítmico particular, cada qual com sua qualidade não repetida que a perpassa por inteiro." (DEWEY, 2010, p. 110).

A JORNADA

A jornada pelo autoconhecimento, pelo caminho da evolução é longa, as pessoas acreditam que nesse processo após adquirirem dado aprendizado, serão capazes de nunca mais errar. De repente se veem como vítimas do próprio julgamento ou do julgamento alheio. Vem a frustração e o desequilíbrio. É preciso compreender algo muito importante, se estamos numa jornada é natural que haja tropeços, somos humanos e não perfeitos a evolução é contínua avançamos em alguns pontos, mas nos outros travamos, pode ser que haja até mesmo regressão.

E porque isso acontece? Porque tomamos mais consciência do que somos e vamos aceitando os defeitos em vez de escondê-los ou excluí-los e é aí que surge o julgamento alheio. Mas, se você tem consciência daquilo que possui, de como realmente és, do quanto que reconhecer-se lhe faz bem ou mal, daquilo que soma ou subtrai, do quanto que isso lhe

proporciona e lhe garante bons resultados, aí sim fica fácil lidar com os julgamentos. Tome consciência de quem é, e se ser como você é o deixa satisfeito, continue, afinal ninguém será capaz de mudar sua essência.

Frase Poderosa: Para limpar o meu subconsciente de toda a carga emocional armazenada nele, digo uma e outra vez DEUS É BOM o tempo todo.

REFLEXÃO DA VEROCA 6

"Eu gosto de ser próspera, diariamente em todos os sentidos eu fico mais próspera."
Gabriele Ribas

POR ONDE VOCÊ PODE COMEÇAR?

Abaixo temos uma ferramenta chamada roda da vida, nela você tem 4 quadrantes: Qualidade de vida; pessoal; profissional; relacionamentos. Escolha o destino de sua viagem, para cada uma dessas áreas dê uma pontuação de acordo com seu nível de cuidado, satisfação ou descuido. Veja abaixo um pequeno esquema com perguntas que você poderá responder em relação a cada área dos quadrantes.

1. Olhe para a roda e avalie cada ponto

2. Escolha um quadrante.

3. Escolha uma área do quadrante.

4. Como você tem cuidado dessa área? O que tem deixado de fazer? O que poderia mudar? O que pode melhorar? Reflita.

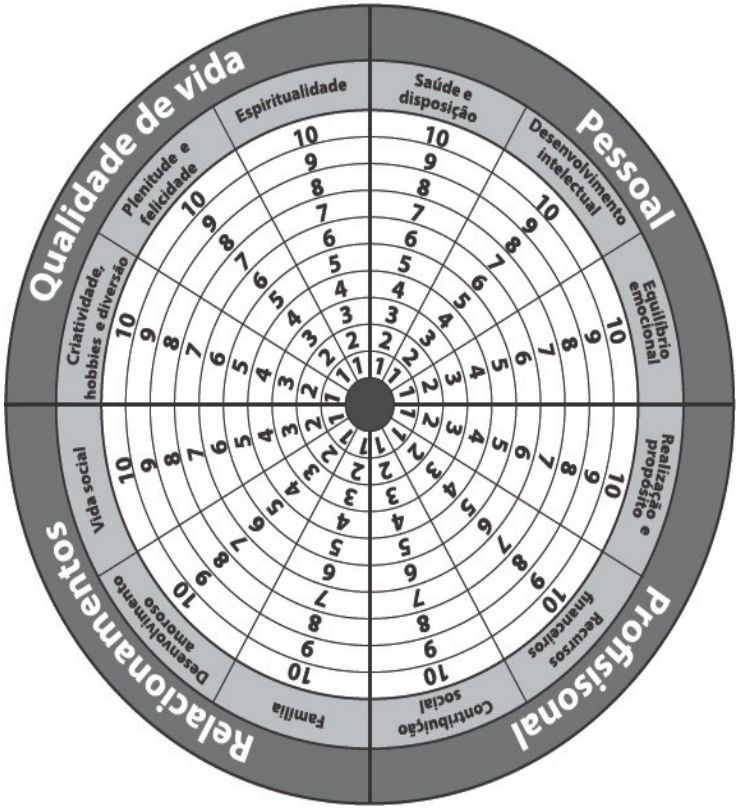
5. Dê uma nota. Pinte os espaços começando do 0 até a nota que você acha que está merecendo a área analisada.

6. Vá fazendo todas as áreas do quadrante até terminar. Passe para o próximo quadrante e realize o mesmo procedimento até terminar de preencher a roda.

7. Aproveite para escrever pequenas frases sobre suas reflexões em relação a cada área analisada. Podem ser palavras soltas.

8. Após preencher toda a roda. Olhe para ela e analise onde estão as menores notas e onde estão as maiores. Reflita. Anote impressões.

EXERCÍCIO PRÁTICO: RODA DA VIDA



PERGUNTAS NORTEADORAS

1. A roda preenchida, está alinhada?

.....

.....

2. É possível colocá-la para rodar com o formato que ela tomou após ser preenchida?

.....

.....

3. As notas dadas a cada área surpreenderam você? Por quê?

.....

.....

4. Escolha uma área que queira trabalhar?

.....

.....

5. O que mais te preocupa ou motiva na área escolhida? Por quê ?

.....

.....

6. O que você deseja alcançar? Qual o estado que queres chegar ao trabalhar com essa área da roda?

.....

.....

7. Por onde você deve começar?

.....

.....

8. Escreva uma ação(prática) que deverá realizar para alcançar o que desejas nessa área.

.....

.....

A MOCHILA

Quando você viaja o que leva na sua mochila?

Atente para o caráter metafórico da pergunta, o autoconhecimento é uma viagem interior. Quando você decide viajar a primeira coisa que faz é escolher o destino. Essa seleção é de acordo com aquilo que você quer viver ou gosta: calor; frio; praia; montanha; floresta. Cada uma dessas possibilidades lhe despertará uma sensação, um estado de espírito. Mas lembre-se, a percepção e a realidade são coisas bem diferentes.

Selecionado o destino você já tem ideia daquilo que precisará levar, seja numa mochila ou na mala. Então começa a seleção das roupas, acessórios, calçados. Para cada dia de viagem você necessitará de no mínimo dois pares de roupas (caso o destino escolhido lhe permita esse luxo).

Mas e se de repente o destino escolhido lhe oferecer uma programação diferente da esperada? O que fazer? Nesse caso o melhor a fazer é adaptar-se quando não há a possibilidade de retorno imediato. E quando se fala em adaptação para quem planejou algo e sentiu, imaginou as melhores experiencias pode ocorrer uma reação inesperada.

O QUE ACONTECE?

Sair da zona de conforto, adaptar-se ao novo, vivenciar um cenário diferente esse é o ponto de partida para a mudança. Quando você entende que precisa mudar o cenário para aproveitar ao máximo a viagem tornando-a inesquecível, aí sim você se permite, e ao se permitir começa a agregar novas experiências, o que a priori poderia ser ruim, torna-se importante, o evento é ressignificado a partir de uma reflexão simples: O que posso fazer agora para tornar esse momento feliz? O que está sobre meu comando?

Ao perceber que esta ressignificando e que a mudança nos planos foi oportuna afim de aproveitar o momento que se está vivendo, você inicia uma nova fase no processo de

autoconhecimento.

Frase Poderosa: O senhor é meu pastor e nada me faltará, salmo 91 da Bíblia Sagrada.

REFLEXÃO DA VEROCA 7

"Você pode chegar aonde quiser, com a sua mochila cheia ou vazia, tudo iniciará com primeiro passo, com seu objetivo bem definido." Vera Fidalgo

EXERCÍCIO PRÁTICO

Vamos começar?

Responda as questões observando sua realidade e seu estado. Lembre-se que seu processo já começou, portanto já se observa que algo está diferente. Caso ainda não perceba a mudança ou ainda não tomou consciência dela, mantenha a mesma resposta já usada nos exercícios anteriores, mas caso já observe algo diferente, registre sua nova percepção.

Onde você está agora?

.....

.....

O que possui?

.....

.....

Para onde você quer ir? Por quê?

.....

.....

O que pretende levar na sua mochila?

.....

.....

O que mais pesa na sua mochila? Por quê?

.....

.....

O que tens carregado que se deixar para trás não fará falta?

.....

.....

Imagine que você deixou para trás algo, agora diga se sua mochila continua pesada.

.....

.....

VALORES

O que vale a pena no evento que estás vivenciando? O que realmente faz sentido? O que é mais importante? O que significa para você?

O que queres levar na mochila e o que não pode faltar de jeito nenhum?

Aqui entra-se na questão dos valores, ponto importantíssimo no caminho do autoconhecimento. Conhecer os seus valores e também vivê-los, já lhe dará uma nova visão de mundo. Não é apenas saber o que valoriza é entender o que e como isso influencia nas suas escolhas, comportamentos, ações e até mesmo julgamentos pessoais ou alheios.

Quando alguém vive seus valores de verdade, não se importa com o que pode acontecer, as possíveis consequências por ter feito determinada escolha. Afinal há um alinhamento entre indivíduo e o valor.

O valor é seu, portanto quem deve vive-lo é você. O erro da maioria das pessoas está justamente em querer que os outros vivam e vejam o mundo pelas lentes delas. Até é possível que a pessoa ao seu redor tenha o mesmo valor que você, mas muito cuidado com essa certeza. Quando se fala de valor é fundamental notar uma característica que eles possuem e que torna-se essencial para entender não somente a sua visão de mundo, mas também a dos outros: critério de valor.

Critério de valor, nada mais é que o significado que determinado valor tem na sua vida, o que ele representa para você e como é diferente do significado que outra pessoa da ao mesmo valor. Não há um valor que seja melhor que o outro, um bom e o outro ruim, o que existe é justamente o critério que você usa para defini-lo.

DINÂMICA DOS VALORES

1. Imagine a seguinte situação, você precisa atravessar um lago e nesse lago há uma quantidade considerável de peixes elétricos, a probabilidade DE SER atacado por um deles é altíssima, cerca de 98% por cento de chances. Você atravessaria? Apenas por aventura?

2. Mas se atravessar lago for uma prova de seleção? Se aqueles que o fizerem ao chegarem do outro lado conseguiriam uma vaga numa importante empresa que está oferecendo um mega salário. É o emprego dos seus sonhos e lhe garantirá estabilidade financeira pelo restante de sua vida. Mas lembre-se, atravessar o lago implica em perder a vida. Você atravessaria?

3. O lago está a sua frente, águas calmas, mas você sabe do perigo que há nele, sua vida está em risco se decidir atravessar. Do outro lado está a pessoa que você mais ama, na mira do revólver de um bandido. Para alcançá-los você tem de atravessar. Você atravessaria?

Cada uma dessas situações depende de uma decisão e por trás de cada decisão há um valor envolvido. Na primeira situação pode ser que se tenha os valores segurança,

desafio, aventura envolvidos. Você não pensará duas vezes e simplesmente ignorará o desafio, caso segurança seja seu valor principal, mas o aceitará se caso o principal seja um ou os dois outros.

Na segunda situação também temos o valor segurança, mas nesse caso segurança de ter uma vida confortável, de satisfação, fartura.

Na terceira situação qual valor estará em jogo? Segurança? Amor ao próximo? Ou outro qualquer?

As vezes a pessoa não vive seu valor porque pode haver uma crença de limitação.

INTENÇÃO POSITIVA

Todo comportamento tem uma intenção positiva, mesmo que seja somente para quem é dono dele, ainda que você reconheça que seu comportamento não é bom que você o veja como ruim. Ainda assim, se você buscar a intenção positiva, a encontrará.

EXERCÍCIO DE VALORES

Cite um comportamento indesejado (aquele que mais lhe incomoda, sabe que é ruim, mas você faz). Esse comportamento tem de ser seu e não do outro.

.....

.....

Se esse comportamento lhe trouxesse uma única coisa positiva o que seria? Anote apenas uma.

.....

.....

O que isso (a coisa positiva) representa para você?

.....

.....

Como você descreveria isso em uma palavra?

.....

.....

Isso (a palavra) é importante para você? Por quê?

.....

.....

Como isso (esse valor) aparece na sua vida? O que mais você faz para ter isso?

.....

.....

Obs: A cada vez que você fizer o exercício você encontrará um valor diferente. Desta forma poderá selecionar até cinco valores que serão os principais, numere segundo a ordem de importância.

CRENÇAS

Se for comparar o cérebro humano com um computador ficará claro que assim como a máquina para funcionar precisa de programas, o ser humano também precisa, nesse caso, os programas do cérebro humano são comandos que se formam por conexões neurais e são responsáveis por aquilo que acreditamos e que tomamos como sendo verdades absolutas, as chamadas crenças.

A maior parte de nossas crenças se formam no núcleo familiar, algumas positivas ajudam o indivíduo no seu desenvolvimento, outras negativas, atrapalham o desempenho, impedem o acesso as oportunidades. Quando num processo de autoconhecimento surgem as crenças é preciso trabalhar sobre elas, uma vez que o indivíduo não concebe a ideia de que determinado comportamento e resultado é fruto de uma crença, a pessoa que tem a crença não sabe que tem, apenas com o reconhecimento é possível visualizar outras formas de pensamento.

Alguns tipos de crenças:

Identidade: quando a pessoa acredita que é de determinada maneira(ex: Sou muito organizado; sou muito nervoso);

Coletiva: quando a pessoa representa um comportamento aprendido no meio social, familiar. (Ex: Homem não chora; Natal é tempo de paz)

Merecimento: quando a pessoa acredita não merecer algo, algumas sentem dificuldades para receber elogios ou promoções.

Frase Poderosa: Você é responsável pelo seu sucesso ou insucesso! A escolha é sua!

REFLEXÃO DA VEROCA 8

“Só encontramos novos caminhos, quando nos permitimos mudamos a direção.” As autoras

EXERCÍCIO PRÁTICO IDENTIFICANDO DECRENÇAS

1. Escreva abaixo o que você é. Usando apenas uma palavra. Concentre-se e escreva sem medo.

Eu sou.....

Eu sou.....

Eu sou.....

Eu sou.....

Eu sou.....

2. Escreva o que você merece ter. Não é no campo material, mas sim de satisfação pessoal.

Eu mereço .....

Eu mereço .....

Eu mereço .....

Eu mereço .....

Eu mereço .....

3. Escreva o que você não consegue.

Eu não consigo .....

Eu não consigo .....

Eu não consigo .....

Eu não consigo .....

Eu não consigo .....

4. Escreva abaixo todas as verdades que você conhece sobre:

Todo homem é .....

Toda mulher é .....

Todo político é .....

Todo chefe é .....

O dinheiro é .....

Todo trabalho é.....

5. Leia tudo o que escreveu, você consegue visualizar agora quantas crenças possui e como elas podem está atrapalhando seu desempenho?

.....

.....

6. Reescreva todas as frases que tiverem com peso negativo. Você deve formulá-las para que tenham um efeito positivo ao serem lidas.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

7. Você já agradeceu hoje?

8. O que significa a gratidão?

Gratidão não pode ser entendida no sentido limitado de agradecer, essa é só uma pequena parte. Gratidão é uma trajetória, uma jornada feita de vitórias e derrotas sejam elas pequenas ou grandes, todas muito significativas. Cada ganho, cada perda, cada aprendizado, o crescimento é que tornarão a gratidão repleta de um significado que transcende o sentido de apenas agradecer.

Gratidão é uma conexão profunda que você estabelece com tudo aquilo que acredita que é, com sua história, com seus méritos, com seu estado, com sua percepção, com sua essência. Gratidão tem muito a ver com você parar e apenas observar e deixar-se envolver pelo sentimento de paz e equilíbrio que ela traz. É algo tão complexo que somente a vivência poderá explicar por completo, garantindo, portanto, o entendimento a partir do sentir.

Durante seu processo de autoconhecimento saiba que aprender sobre a gratidão vai lhe ensinar muito mais do que imaginas. Pode ser que no começo você permaneça preso ao agradecer sem sentir, mas com o passar do tempo esse sentido estará mais completo.

Frase Poderosa: Todo ser humanos sabe é nada mais é tão belo do que construir relações sociais saudáveis, fundamentadas no amor inteligente.

REFLEXÃO DA VEROCA 10

“Não sinta culpa por aquilo que não está sobre seu controle, esse tipo de culpa paralisa e/ou faz voltar para trás, sem esperança de avançar” As autoras

EXERÍCIO PRÁTICO: O POTE DA GRATIDÃO

O pote da gratidão é um exercício bem simples que consiste em escrever todos os dias bilhetes sobre algo pelo qual você é grato, pode ser uma conquista, realização, um presente recebido entre outros. Pode ser também uma mensagem positiva, um sonho, um desejo seu, uma ideia, uma oração.

Cada bilhete escrito deve ser depositado dentro de um pote com tampa e guardado pelo tempo que achar oportuno. Geralmente de 6 em 6 meses o pote é aberto e você pode pegar alguns bilhetes para ler. O resultado dessa leitura pode ser combustível para novas buscas.

Fonte: https://br.images.search.yahoo.com, acessado em 01/11/2020.

DATA Início:__ DATA de Abertura do Pote: __

01.....

02.....

03.....

04.....

05.....

EXERÍCIO PRÁTICO: DIÁRIO DE BORDO

O diário de bordo é uma ferramenta simples que consiste em fazer um registro diário das coisas pelas quais você viveu durante o dia e como elas podem trazer benefícios para sua vida. Para melhor resultado nessa ferramenta, recomenda-se que ela seja feita diariamente

Pergunte para você mesmo por que valeu a pena o dia de hoje?

.....

.....

E se você pudesse mudar algo no dia de hoje o que seria?

.....

.....

Quais ações diferenciadas você tomará no próximo dia? O que você se compromete a fazer de forma diferente no dia seguinte?

.....

.....

EXERCÍCIO PRÁTICO: MATRIZ SWOT

O que você tem? O que é seu de verdade? O que faz parte de sua essência? Quais suas habilidades? Onde você é valente, grande? Onde é pequeno, frágil? O que te prejudica?

Todas as pessoas têm seus pontos fortes e fracos, pontos que podem ser melhorados, aperfeiçoados. Muitas estão presas a crenças que as impedem de verem seus potenciais. Algumas não identificam onde estão as ameaças e nem mesmo as oportunidades. A matriz SWOT é um ótimo caminho para identificar aquilo que você já tem e que pode não está utilizando de forma adequada; seus pontos de melhoria; suas oportunidades e ameaças.

A matriz é dividida em 4 quadrantes, sendo um lado referindo-se ao ambiente interno (forças e fraquezas) e o outro lado, referindo-se ao ambiente externo (oportunidades e ameaças). A SWOT pode ser aplicada tanto a vida profissional quanto pessoal.

Ao preencher a matriz, o indivíduo deve estar atento para identificar os pontos necessários e a partir deles buscar novos recursos e aperfeiçoar os já existentes.

- Nos pontos fortes(strenghts) você deve identificar aquilo que possui, suas habilidades, seus dons, o que só você sabe fazer. Identifique isso relembrando coisas que falam de bom sobre você.
- Nos pontos de melhoria (weakness) verifique onde há falhas, situações e comportamentos que você precisa melhorar, habilidades que precisa adquirir, algo que lhe falam e que você não gosta de ouvir sobre você.
- Nas oportunidades(opportunities) verifique onde você tem oportunidades abertas para alcançar um determinado objetivo.
- Nas ameaças ou desafios a superar(Threats) você precisa identificar o que lhe ameaçam, comportamentos que lhe sabotam, atrapalham.

Segue abaixo, um modelo para preenchimento.

Após o preenchimento você precisa analisar cada ponto e decidir o que fará. O que você irá fazer para fortalecer ainda mais suas forças?

.....

.....

O que você pode fazer para transformar fraquezas em forças?

.....

.....

Quais as oportunidades que podes aproveitar agora?

.....

.....

FATORES INTERNOS PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	S	W

FATORES EXTERNOS GERADOS PELO AMBIENTE	O	T

EXERCÍCIO PRÁTICO: FERRAMENTA 5W2H

A ferramenta 5W2H é uma ferramenta de planejamento e pode lhe ajudar na execução de um plano. É um modelo simples e capaz de lhe dá clareza sobre aquilo que desejas fazer.

A ferramenta recebe esse nome devido a abreviação de palavras em inglês. Veja as palavras e a tradução abaixo.

What = O que

Why = Por que

Where = Onde

When = Quando

Who = Por quem

How = Como

How much = Quanto custa

Impressionante é que a partir dessas perguntas o indivíduo tem maior clareza sobre cada fase de seu processo, seja ele no campo pessoal ou profissional.

A primeira pergunta, provoca o indivíduo a pensar na etapa que quer executar.

A segunda pergunta, busca identificar a motivação, te ajuda a ter mais clareza sobre qual é.

A terceira pergunta, busca identificar o espaço de desenvolvimento da tarefa que em alguns casos pode ser bem específico.

A quarta pergunta, define qual o prazo para execução daquilo que se está propondo a fazer.

A quinta pergunta, identifica quem irá executar

A sexta pergunta, busca informar como as coisas se darão e de que forma elas serão executadas.

A sexta pergunta, busca saber se haverá algum custo durante o processo de planejamento.

FERRAMENTA SMART[2]

A ferramenta SMART é muito usada para definir as metas no processo. Toda meta precisa ser positiva e está dentro desses cincos pontos citados abaixo.

SPECIFIC (específico): A sua meta precisa ser específica. O que você realmente quer?

MEASURABLE (mensurável): a meta também precisa ser medida. Como você saberá que está chegando perto de sua meta proposta? São indicadores de proximidade que você define e a medida que os alcança saberá que esta perto do resultado.

ACHIEVABLE (alcançável): a meta também deve ser algo que o indivíduo vai realmente alcançar. Será que você tem condições de alcançar o que se propôs?

REALISTIC (realista): a meta precisa também ser realista, se está dentro da realidade da pessoa

[2] Imagem extraída https://www.sistemizecoach.com/blog/ferramenta-de-coaching-meta-smart/#coach

TIMED (tempo definido): a meta precisa ter um tempo para ser realizada. Nesse caso você define um prazo que considera suficiente para alcançar a meta.

A ferramenta SMART

a) S(específica):

.....

.....

b) M(mensurável):

.....

.....

c) A(alcançável):

.....

.....

d) R(relevante):

.....

.....

e) T(temporal):

.....

.....

EXERCÍCIO PRÁTICO: FERRAMENTA AUTOFEEDBACK

Essa ferramenta é uma forma bem particular que o indivíduo pode utilizar para analisar a sua vida pessoal ou profissional. A partir do resultado obtido é possível buscar melhorias para sua vida uma vez que você detecta o que há de positivo e negativo.

Para realização dessa ferramenta aconselha-se que você esteja num lugar tranquilo. Se possível coloque uma música de fundo calma. Concentre-se. Respire profundamente e solte o ar bem devagar. Repita isso por 3x. Conecte-se a um estado de relaxamento e busque as respostas sem pressa.

Veja abaixo o modelo de preenchimento[1]

1. Qual o seu nome? Como gosta de ser chamado? Você sabe porque recebeu esse nome? Sintetize.

.....

.....

1 Ferramenta baseada na mesma ferramenta utilizada pelo IBC(Instituto Brasileiro de coaching) disponível em < https://www.ibccoaching.com.br/portal/aprenda-como-fazer-um-autofeedback-e-seus- beneficios/ >

2. Escreva uma frase que identifica você, que o motiva.

.....

.....

3. Cite um filme que trouxe um grande aprendizado para sua vida.

.....

.....

4. Cite um livro que faz sentido em sua vida. Uma obra que lhe provocou mudança em algum sentido da sua vida.

.....

.....

5. O que as pessoas que te veem pela primeira vez pensam/sentem sobre você?

.....

.....

6. Qual o aprendizado que estou tendo ao realizar o Autofeedback?

.....

.....

7. Como posso fazer para colocar este aprendizado em prática a partir de agora?

.....

.....

8. O que precisa acontecer, efetivamente e na prática, para saber que alcancei o resultado que busco em meu processo de autoconhecimento?

.....

.....

9. Qual e o seu epitáfio? (Se fosse hoje)

.....

.....

10. Qual será o seu epitáfio? (Daqui a 20/30/60 anos)

.....

.....

11. Perguntas para gerar conclusões e decisões – Colocando todos estes elementos em uma balança, qual você acha que é a melhor solução?

.....

.....

12. Perguntas para verificar congruência interna – Está OK para você esta solução ou você tem algo que queira considerar/acrescentar nesta reflexão?

.....

.....

EXERCÍCIO PRÁTICO: PREFERÊNCIA CEREBRAL

O nosso cérebro é uma parte do nosso corpo muito complexo e muito ainda precisamos aprender sobre ele. A ferramenta **preferência cerebral** tem por objetivo traçar um perfil do indivíduo a partir de seus comportamentos, para que ele melhore muitos dos seus resultados, consiga reconhecer-se, entre outras.

Para descobrir qual sua preferência é preciso fazer um teste no qual você identificará o que mais atende suas características pessoais.

O teste da preferência está baseado em 4 perfis básicos sendo que cada um se relaciona a um animal. Qualquer pessoa tem características dos 4 perfis, mas um deles é mais desenvolvido. Os perfis possuem pontos positivos e pontos de melhoria e o conhecimento de cada ponto desses pode ser fundamental para seu desenvolvimento.

Os perfis são: águia, lobo, golfinho e tubarão. Quando uma característica positiva de um determinado perfil não está sendo utilizada por você é possível trabalhar para que ela passe a fazer parte do seu dia a dia, isso não quer dizer que um perfil é melhor que o outro.

Abaixo modelo para preenchimento

No teste você tem 25 questões, escolha uma alternativa (I, C, O ou A) e marque-a no espaço correspondente. Escolha sempre a que mais lhe representa. Ao final você fara a soma e identificação do perfil.

1. Eu sou...

I - Idealists, criativo e visionârio ( )

C - Divertido, espiritual e benefico ( )

0 - COFIfiBVE'I, meticuloso e previslvel ( )

A - Focado, determinado e persistente ( )

2. Eu gosto de...

A - Ser piloto ( )

C - Conversar com as passageiros ( ) 0 - Planejar a viagem ( )

I - Explorar novas rotas ( )

3. Se você quiser se dar bem comigo...

I - Ne dé liberdade ( )

0 - Ne deixe saber sua expectativa ( ) A - Lidere, siga ou saia do caminho ( ) C - Seja amigavel, carinhoso e EompreE'nsiVO ( )

4. Para conseguir obter bans resultados é preciso...

I - Ter incertezas ( )

0 - Controlar a essential ( ) C - Diversao e Celebra a ( )

A - Planejar R obter recursos ( )

5. Eu me divirto quando... A - Estou me exercitando ( ) I - Tenho novidades ( )
C - Estou com as outros ( ) 0 - Determino as reqras ( )

6. Ev pno que...
C - Unidos renceremos, divididDs
perderemDs ( )
A - 0 abque é melhDr oue a oef8Sd ( )
I - E bom ser mansD, mas andar com um
porrete ( )
0 - Um nomem prevenioo vale §0f dDis ( )

7. Ftinha preocupagao é...
I - Gerar a ideia global ( )
C - Fazer com que as pessoas gostem ( )
0 - Fazer com que funcione ( )
A - Fazer com que acontep ( )

8. Eu prefiro...
I - Pl?rguntas a resposta5 ( ) 0 - Ter todos as detaches ( ) A - Vantagens a meu favor ( )
C - Que todos tE'Nham a chance de ser ouvidos ( )

9. Eu gosto de...
A - Fazer progresso ( )
C - Construir memorias ( )
0 - Fazer sentido ( )
I - Tamar as pessoas Eonfortâveis (}

10. Eu gosto de chegar... A - Na frente ( )
C - 3unto ( )
0 - Na hora ( )
I - Em outro lugar ( )

11. Um étimo dia para mim é quando...
A - Consigo fazer mu"rIas coisas ( ) C - Ne divirto com meus amigos ( )
0 - Tudo segue conforme planejado ( ) I - Desfruto de Coisas novas e estimulantE's ( )

12. Eu vejo a mole como...

I - Uma granoe aventura miteriDsd ( )

C - Opolunidade de reYer os falecioos ( ) 0 - Um modo de receber recomoensas ( ) A - Algo que sempre chega muitD CAD ( )

13. Minha filosofia de vida é...

A - Ha ganhadores e perdedores, e eu acredito ser um ganhador ( )

C - Para eu ganhar, ninguém precise perder ( )

0 - Para ganhar é preciso seguir as regras ( )

I - Para ganhar, é necessârio inventor novas regras ( )

14. Eu sempre gostei de... I - Explorar ( )

O - Evitar surpresas ( ) A - Focalizar a meta ( )

C - Realizar uma abordagem natural ( )

15. Eu gosto de muda• sas se...

A - Ne der uma vantages competitiva ( ) C - For divertido e puder ser compartilhado ( )

I be der mais liberdade e variedade ( )

0 - Melhorar ou me der mais controle ( )

16. Nao existe nada de errado em... A - Se colocar na frente ( )

C - Colocar os outros na frente ( ) I - Mudar de ideia ( )

0 - Ser consistente ( )

17. Eu gosto de buscar conselhos de...

A - Pessoas bem-suEedidas ( ) C - Ancioes e conselheiros ( ) 0 - Autoridades no assunto ( )

I - Lugares, os mais estranhos ( )

18. Meu lema é...

I - Fazer o que precisa ser feito ( ) 0 - Fazer bem feito ( )

C - Fazer junto Eom o grupo ( ) A - Simplesmente fazer ( )

19. Eu gosto de...

I - Complexidade, mesmo se confuso ( ) 0 - Ordem e sistematizão ( )

C - Calor numano e animação ( ) A - Coisas claras e dimples ( )

20. Tempo para mim é...

A - Algo que detesto desperdi§ar ( ) C - Um grande ciclo ( )

0 - Uma flecha que leva ao inevitâvel ( ) I - Irrelevante ( )

21. Se eu fosse bilionârio...

C - Faria doagoes para entidades ( )

0 - Criaria uma poupanga avantajada ( ) I - Faria o que desse na cabe ( )

A - Exibiria bastante com algumas pessoas ( )

22. Eu acredito que...

A - 0 destino é mais importante que a jornada ( )

C - A jornaoa é mais importante que o destino ( )

0 - Um centavo economizado é um centavo ganho ( )

I - Bastam um navio e uma estrela para navegar ( )

23. Eu acredito também que...

A - Aquele que hesita estâ perdido ( ) O - De grao em grao a galinha enche o papo ( )

C - O que vai, volta ( )

I - Um sorriso ou uma careta é o mesmo para quem é cego ( )

24. Eu acredito ainda que...

O - E melhor prudéncia do que arrependimento ( )

I - A autoridade deve ser desafiada ( ) A - Ganhar é fundamental ( )

C - O coletivo é mais importante do que o individual ( )

25. Eu penso que...

I - Nao é fâcil ficar enEurralado ( )

O - E preferfvel olhar, antes de pular ( ) C - Duas cabe§as pensam melhor que do que uma ( )

A - Se você nao tern condi§oes de EOMpetIr, nao compita ( )

RESULTADO				
I:	X4 =	%	Águia	Emocional (lado direito do cérebro)
C:	X4 =	%	Gato	
A:	X4 =	%	Tubarão	Racional (lado esquerdo do cérebro)
O:	X4 =	%	Lobo	

Fonte: www.ibccoaching.com.br Copyright © 2007-2010 IBC - Todos os direitos reservados

LOBO

Características principais:

O seu lema é "fazer certo" é um planejador e gosta das coisas organizadas para poder executá-las. É analítico, crítico, direto, objetivo. Sua maior dificuldade está na adaptação a mudanças repentinas, haja vista que gosta de planejar as coisas com antecedência.

GATO

Características principais:

É um comunicador, curioso, é amigo, companheiro, querido e sensível. Seu lema é "fazer junto", gosta de envolver todos numa tarefa e evita conflitos sempre busca pacificar os ambientes em que está. Sua maior fraqueza é manipular as pessoas por meio de sentimentos, o gato também esconde conflitos.

ÁGUIA

Características principais:

Seu lema é "fazer diferente" é um perfil que gosta da criatividade, curioso, informal e flexível. Pensa no futuro, busca inovação e gosta de sentir-se livre para executar suas tarefas. Um dos pontos de melhoria desse perfil está relacionada ao presente, a se concentrar mais no agora, a impaciência em relação aos resultados e uma certa rebeldia.

TUBARÃO

Características principais:

Seu lema é fazer rápido, é o executor, gosta de ação, movimento dinâmico, pressão.

É uma pessoa objetiva que preza por alcançar resultados tudo de maneira rápida. É um perfil que gosta de desafios e principalmente de vencê-los. Ambientes calmos não são locais ideais para o tubarão. é do tipo que gosta de ver as coisas acontecerem e faz elas acontecerem.

EXERCÍCIO PRÁTICO: DIAGRAMA DE ISHIKAWA

Essa ferramenta também, conhecida como Diagrama de CAUSA e EFEITO, tem a finalidade de descobrir, quais as causas que provocam determinado problema, analisando os 6Ms criados por Ishikawa.

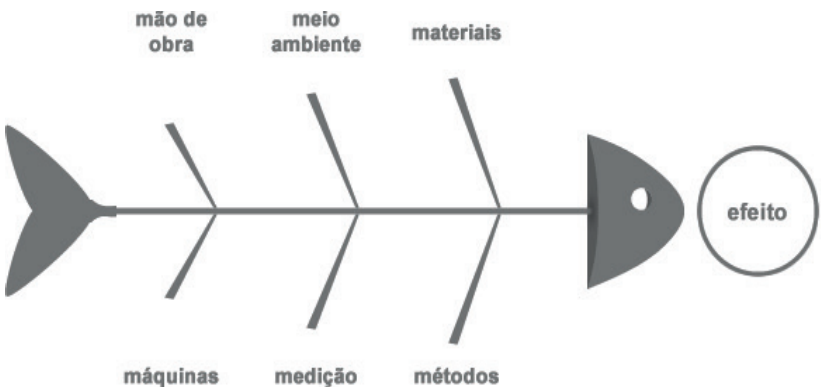
Método – Quanto a forma de trabalho influenciou o problema? **Máquina** – Houve problemas c/ máquinas e equipamentos em geral?

Medida – Será que as métricas que usamos para medir o trabalho estão adequadas? Cabe aqui também as metas que foram postas.

Meio ambiente – Houve alguma influência do meio ambiente na ocorrência do problema?

Material – Será que o material utilizado pode ter influenciado o trabalho? Tinha boa qualidade? Foi proveniente de um fornecedor homologado?

Mão de obra – Registra-se se houve dificuldades por parte das pessoas (mão de obra), se falta treinamento, se a atitude está adequada, se houve falta de experiência etc.



EXERCÍCIO PRÁTICO: KANBAN

Kanban é um termo de origem japonesa e significa literalmente “cartão” ou “sinalização”. Este é um conceito relacionado com a utilização de cartões (post-it e outros) para indicar o andamento dos fluxos de produção em empresas de fabricação em série e/ou de planejamento de suas ações pessoais, profissionais e carreira.

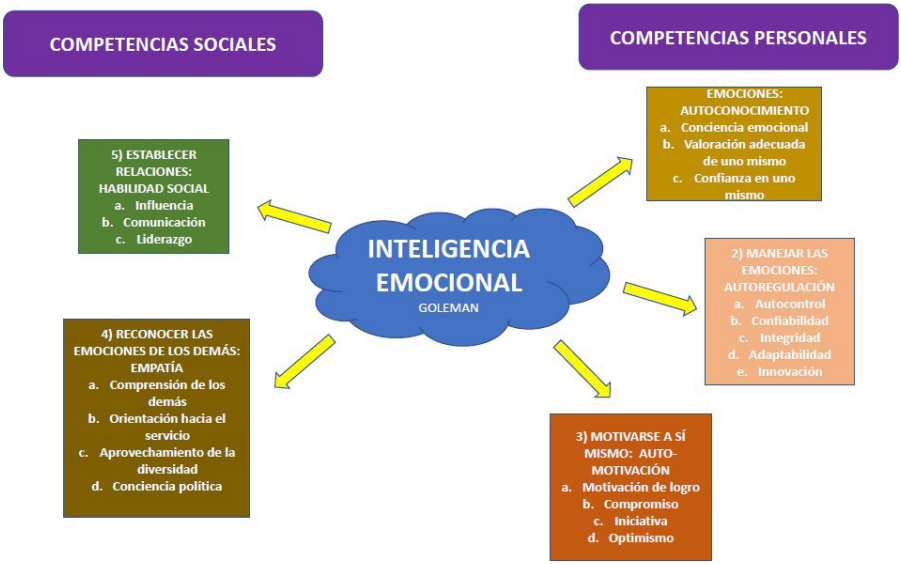
Fonte: https://br.images.search.yahoo.com, acessado em 01/11/2020.

EXERCÍCIO PRÁTICO: PINTURAS/COORDENAÇÃO MOTORA eSIGNIFICAÇÃO DAS CORES E PINTURA PARA AS **PESSOAS.**

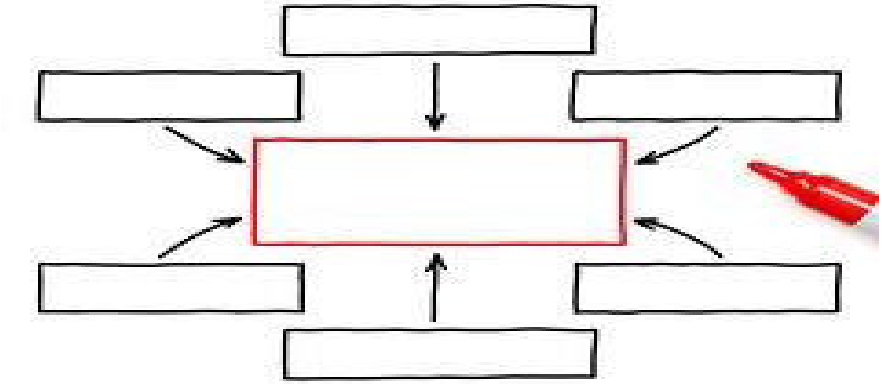
EXERCÍCIO PRÁTICO: MAPA MENTAL DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Fazer com que o coachee inclua algumas características dele, dentro dos pilares da Inteligência Emocional – Coeficiente Emocional de Daniel Goleman

Autoconsciência – Autorregulação – Automotivação – Empatia – Habilidades Sociais.



Exemplo na prática da Inteligência emocional.



MODELO DE CONTROLE DE ATENDIMENTOS

RELATÓRIO DIDÁTICO DE ATENDIMENTO	COACH
COACHEE: E-MAIL:	CELULAR: INSTA:
DATA SESSÃO:	PERÍODO DE ATENDIMENTO:
1. PROPÓSITO DO COACHEE:	
2. FERRAMENTAS UTILIZADAS NA SESSÃO:	
3. TÉCNICAS USADAS NA SESSÃO:	
4. RESULTADO DA SESSÃO	
5. ATIVIDADES QUE O COACHEE DEVERÁ DESENVOLVER?	
6. PRÓXIMA SESSÃO SERÁ? DIA: HORÁRIO: LOCAL:	
7. ASSINATURA DO COCAH:	
8. ASSINATURA DO COACHEE:	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este guia de atendimento em coaching teve por finalidade traçar a descoberta do mundo coaching com abordagem da história, trajetória e as importantes ferramentas que são utilizadas para que o coachee (cliente) consiga transformar seus pensamentos e comportamentos para sair de um estado atual em que se encontra para um estado desejado (objetivos) a serem atingidos.Pensamos na contribuição inicial, que esse guia terá na transformação de cada coach e coachee que se dispuserem a realizar e concretizar os primeiros passos na autodescoberta, autorregulação, automotivação e autoempatia em busca do eu interior e na colaboração do outro na descoberta do “NÓS COLETIVOS”, que fará dessas pessoas atendidas, seres humanos melhores paraum mundo mais ético, respeitoso e solidário. As ferramentas que aqui estão descritas são importantes para o processo de atendimentos, lógico que temos muitas outras, que a partir do conhecimento e aprofundamento dos estudos, cada “COACHE” vai criando seu próprio guia de atendimento. O trabalho foi baseado em leituras, discurssões e alinahamentos de ideias para que se pudesse levantar informações relevantes e práticas, para que aguçasse a curiosidade dos leitores no conteúdo até o final e resolver os exercícios propostos no guia. Assim esperamos contribuir com o início de sua carreira nos atendimentos de coaching!

REFERÊNCIAS

MARQUES, José Roberto.Avaliação de perfil comportamental. Instituto Brasileiro de Coaching: Workshop,2015. Web. 27 de novembro de 2015.

PAULO, Marques. Diário de Bordo Método de Empoderamento e Aceleração de Resultados.Marques Paulo Instituto:2018.Web.28 de outubro de 2020.

PERIS,Fernanda. E-book: 3 crenças limitantes que impedem teu sucesso,aprenda a livrar-se delas. 2018.

VIEIRA, Paulo. O poder da ação: faça sua vida sair do papel. SãoPaulo: Editora Gente,2015.

TUJI, Kotaro. Apostila da 12ª Formação em Practitioner Coaching.Instituto Internacional Japonês de Coaching–IJC. Belém, 2017.

CAPÍTULO 19

IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Data de aceite: 22/03/2021

Luiz Laertes de Freitas
(Uepg)

RESUMO: A presente pesquisa se propôs a identificar a relação ensino-aprendizagem na empregabilidade dos egressos do Curso de Administração e, especificamente, como as disciplinas (se conectaram) integrando-se no processo das atividades laborais. A pesquisa captou a percepção dos educandos (egressos) do curso de Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que concluíram o curso em 2016. O estudo compôs-se de revisão bibliográfica com conceitos sobre Universidade, relação ensino-aprendizagem e história de administração e empregabilidade. Os métodos adotados para realização da pesquisa foram pesquisa descritiva, bibliográfica, e de levantamento de dados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. Os resultados obtidos destacam que o curso ampliou oportunidades e expectativas na vida, crescimento e reconhecimento profissional, e desenvolvimento de diversas competências e habilidades profissionais. Também, foram detectadas deficiências na relação ensino – aprendizagem, bem como a aspiração de maior interação entre os conhecimentos teóricos serem compatibilizados com o exercício prático.

PALAVRAS - CHAVE: Perfil de egressos. Relação-ensino-aprendizagem. Curso de Administração.

IDENTIFY THE TEACHING-LEARNING RELATIONSHIP IN THE EMPLOYABILITY OF THE GRADUATES OF THE ADMINISTRATION COURSE

ABSTRACT: The present research aimed to identify the teaching-learning relationship in the employability of the graduates of the Administration Course and, specifically, how the disciplines (connected) integrated into the process of work activities. The research captured the perception of the students (graduates) of the Administration course of the Ponta Grossa State University, which concluded the course in 2016. The study consisted of bibliographical review with concepts about University, teaching-learning relationship and history of administration and employability. The methods used to conduct the research were descriptive, bibliographic, and data collection research. The instrument of data collection used was the questionnaire. The results highlight that the course has expanded opportunities and expectations in life, growth and professional recognition, and development of various competency and professional skills. Also, deficiencies were detected in the relation between teaching and learning, as well as the aspiration for greater interaction between the theoretical knowledge to be compatible with the practical exercise.

KEYWORDS: Egress profile. Relationship teaching-learning. Administration course.

1 I INTRODUÇÃO

A Universidade ou as IES (Instituições de Ensino Superiores) é o “Locus” da disseminação

de ensino e conhecimento e tem como finalidade a formação de profissionais, para atuarem na sociedade, com possibilidades de viabilizar ações que correspondam ao atendimento das expectativas das demandas sociais. Como o local de produção de conhecimentos, quer seja intelectual, lógico, racional, prático e teórico. Do ponto de vista da educação esses diferentes tipos de saber não interessam em si mesmos; eles interessam, sim, mas enquanto elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem humanos. Isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. (SAVIANI, 1997, p. 11), por isso, a Universidade apresenta características que vão além da formação profissional, e se constituem em espaços de formação humana.

As Universidades são depositárias das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados, benefícios sociais e culturais efetivos das IES. Tais instituições, para darem cumprimento a essa tarefa, necessitam ter uma consistência clara e suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar, com clareza, as diretrizes e metas futuras. (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 75).

No contexto educacional e universitário brasileiro, é possível detectar a presença de inúmeros processos pedagógicos que refletem no processo ensino –aprendizagem, que para Abrantes (2009, p.93):

> A aprendizagem é um processo de reflexão, ou seja, recebe-se uma informação e, após uma análise reflexiva, adquire-se (ou não) um conhecimento. Em resumo, o processo de aprendizagem depende de ações pessoais, tanto de quem ou o que transmite a informação e a transforma em conhecimento.

Para Libâneo (2008) o conhecimento é uma prática social, que leva em consideração as condições socioculturais e institucionais para a promoção de formação e desenvolvimento de seres humanos.

Dentre as possibilidades de se atingir o conhecimento, os caminhos percorridos tendem a ser entre o professor, como “orientador”, notadamente no ensino de terceiro grau, com o educando, numa relação dialógica em cuja a compreensão dos conteúdos se estabeleçam considerando a relação histórica. Assim professor e aluno devem dialogar sobre a realidade, mas, não uma realidade individual, específica e sim a realidade social, da totalidade histórica, para que possa ser posteriormente “iluminada”, repensada de acordo com a teoria idade” (GASPARIN, 2005: p.6).

Nesse sentido Freire (2001), enfatiza o conhecimento deve ser construído na coletividade, pela relação ação–reflexão como ação libertária no despertar do agir e de pensar.

Partindo do princípio que o educando do terceiro grau por mais que inicie seus estudos em fase cronológica “muito cedo” ele se apresenta com situações já vivenciadas e em determinada medida com algumas experiências e tais situações ensejam que deveriam ser tratados à luz da “andragogia”, definida por Knowles (1980) como a “arte e a ciência de

ajudar os adultos a aprender",

Nessa concepção, o aluno participa da relação ensino-aprendizagem e o professor é considerado o elemento facilitador. Para Noffs e Rodrigues (2011) no modelo de educação andragógico, os alunos participam das diversas fases do processo de ensino-aprendizagem, no diagnóstico das necessidades educativas, na elaboração de plano, e o professor tem uma relação de diálogo, colaboração, propiciando um clima favorável para a aprendizagem. Ainda, de acordo com os autores. Nesse processo, torna-se difícil distinguir quem aprende mais, se o professor ou o aluno, pois o aprendizado andragógico é caminho de duas vias e não um caminho de mão única, busca promover o aprendizado por meio da experiência, fazendo com que a vivência estimule e transforme o conteúdo, impulsionando a assimilação.

Os educandos de terceiro grau, muitas vezes chegam à Universidade sem saber exatamente se aquele curso que ele obteve aprovação no vestibular, é o que deseja cursar, isto porque não tem conhecimento do que seja o funcionamento, ou ambiente da Universidade e, bem como, pelas dificuldades enfrentadas, principalmente no turno noturno, conforme, Alvarenga, Sales, Costa, Veroneze, Santos (2012), citam os fragmentos da fala de um estudante:

> "Eu trabalhei desde a minha sexta série. Então, isso pesa muito e é muito difícil, porque eu já tinha trabalhado o dia todo, chegava na aula 6, 7 horas da noite, como se diz, "se vira", tem que "tirar" motivação mesmo. Eu tirei meu Ensino Médio com vinte e dois anos, quer dizer, isso já sai uns 5,6 anos fora do "normal aí". Então, quer dizer, você atrasa os estudos e também, depois até para entrar em uma universidade também fica difícil, devido ao fato de eu não ter condições de pagar um cursinho (...). Você trabalha o dia inteiro, à noite, o seu corpo quer cama. Então, eu ia tentar ir para a escola (...). Ou seja, aumenta até o tempo para entrar na universidade. É considerável, também as deficiências de aprendizagem em graus anteriores, inclusive com dificuldades em leitura e produção de textos".

Para Pires (2011) coordenadora acadêmica da Universidade de Guarulhos Os alunos chegam sem noção alguma da serventia do conteúdo para a vida dele. Falta significado", sem falar que o jovem de hoje apresenta um comportamento irriquieto, plugado na internet, no celular, em conversas "paralelas" sem interesse, enquanto colegas e professor estão empenhados. "o desafio não é só entrar na faculdade, mas sim se manter nela. Tal situação é ilustrada pela fala de egresso, conforme Alvarenaga, Sales, Costa, Costa, Veroneze e Santos (2012).

> "Eu percebo que muitas pessoas que estudam comigo não merecem estar aqui. Eu acho que facilitar a entrada com o aumento de vagas é pior, é melhor formar poucos com qualidade do que muitos reduzindo a qualidade. Há a formação de muitas pessoas desinteressadas e estas se tornam maus profissionais. Tem hora que dá raiva: o que você tá fazendo aqui? Está aqui pra quê? Hoje mesmo um amigo meu veio pra faculdade sabia que tinha aula e não entrou. Por que ele estava aqui? Se é sua obrigação, se ele veio pra

> estudar, porque que ele não está estudando? Não é só entrar aqui dentro não, por que entrar é fácil, agora vamos ver lá na frente, por isso que tanto profissional não é bom. Por que saiu daqui do jeito que entrou."

Professor precisa se atualizar permanente, pois o conhecimento e dinâmico e neste aspecto o que é inovador hoje, pode não o ser amanhã e assim sucessivamente. Nessa perspectiva, o mundo aparece recheado de atratividade, notadamente, com o aparecimento e uso das mídias, como ferramentas para utilizar como processo motivacional na relação ensino-aprendizagem

O uso de recursos tecnológicos, como a projeção de filmes e utilização de slides, pode ser interessantes, porém se usadas em demasia, deixará de ser um instrumento atrativo e motivador podendo até comprometer a relação ensino aprendizagem, conforme, Carvalho (1979), destaca que a utilização inadequada de recursos audiovisuais pode prejudicar tal relação, levando os alunos a ficarem dispersivos em aula. Os recursos tecnológicos devem ser encarados como ferramentas de apoio no processo de ensinar e aprender. O trabalho tende a ser realizado por meio de uma interação entre professor e aluno.

O Processo de ensino-aprendizagem deve habilitar as pessoas na construção de novos saberes, na produção de bens e serviços que serão úteis para a sociedade. Nesse sentido, Botomé (1981) assevera que a realização de tais condições é possível quando os educandos se sentirem aptos a enfrentar e lidar com a realidade na produção de resultados que sejam significativos para a vida dele, de seus familiares e para a comunidade em geral.

Para Libâneo (2005), o professor necessita estabelecer estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 2005, p. 76). Enquanto Morreto afirma:

> "A ação do educador deve pautar-se na ética profissional vista como o compromisso de o homem respeitar os seus semelhantes, no trato da profissão que exerce. Este é o foco da ética profissional: o respeito. O corolário deste valor é um conjunto de valores, como a competência do profissional, a constante atualização no domínio dos conteúdos, a honestidade de propósitos na educação, a avaliação eficiente e eficaz dos alunos. Assim, podemos afirmar que educar é, por essência, uma atividade ética, tendo em vista as conseqüências para a vida dos educandos."

Nesse contexto, o processo educativo deve permear a relação ensino-aprendizagem no despertar crítico, considerando quer sejam as relações individuais e coletivas com respeito e dignidade, consoante destaca Behrens, (2000) um mundo de relações coletivas em que, alunos e professores criem ambientes que promovam o respeito às pessoas, caracterizando o processo de conhecimento em dual, ou seja, um processo de ensinar e de aprender. Paulo Freire (1996) lembra que ensinar e aprender são faces de uma mesma moeda, isto é, fazem parte do processo de apropriação do conhecimento, que se caracteriza como o processo autônomo de um saber pensar, consoante Demo (2001a) Saber pensar é

exatamente a forma mais competente de todo um processo de profissionalização de intervir, razão pela qual passou a ser aceito como cerne de todo processo de profissionalização. Decisivo não é "fazer", mas "saber fazer", já que é mister sempre "refazer" (Demo, 2001ª). Nessa direção, o processo educativo tende a interagir a relação professor-aluno par que aconteça a construção do conhecimento, com práticas docentes estimuladoras à consciência crítica, ou seja, não se restrinja a mera reprodução do conhecimento, Nessa direção, Libâneo (1994) destaca que o docente não deve apenas transmitir informações aos educandos, mas estimulá-los para que aprendam a expressar suas ideias, motivando suas participações. Essa relação deve onsistir numa fonte de diálogo, consoante freire (1995) que realça o diálogo tende a instigar à curiosidade na formação da reflexão crítica, favorecendo a partilha com os educandos para o atingimento dos objetivos.

A formação em terceiro grau deve constituir-se num processo contínuo, autônomo e permanente, com uma consistente formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência. Fleury e Fleury (2001) realçam que as competências são fundamentais para a formulação de estratégias organizacionais e apresentam as dimensões da competência que compreendem:

> "Saber agir – saber tratar a complexidade e a diversidade; saber prospectar para poder antecipar-se, agir em tempo certo com visão sistêmica;
>
> Saber mobilizar: entender e saber utilizar diferentes fontes de recursos (financeiros, humanos, informacionais...) saber buscar parcerias e integrá-las ao negócio;
>
> Saber comunicar: conhecer as linguagens dos negócios e dos mercados, saber ouvir e comunicar-se eficientemente com stakeholders;
>
> Saber aprender: criar a cultura organizacional, os sistemas e os mecanismo requerido para a aprendizagem;
>
> Saber assumir responsabilidade: saber avaliar as consequências das decisões, tanto no plano interno da empresa quanto no nível externo da sociedade;
>
> Ter visão estratégica: conhecer e entender profundamente o negócio da organização e seu ambiente, identificando vantagens competitivas e oportunidades".

Para Zarifian(2001) competência é:" a faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, é a faculdade de fazer com que estes autores compartilhem as implicações de suas ações, é fazê-las assumir áreas de co-responsabilidade. Desta maneira, as competências que podem ser encontradas nas organizações, destacam-se em competências sobre o processo; competências técnicas; competências sobre a

organização; competências de serviço; competências sociais, (2001, p.74).

2 I ADMINISTRAÇÃO E O CONTEXTO HISTÓRICO

Administração compreende planejar, organizar, liderar, executar e controlar e constitui a ciência que estuda as organizações no sentido de compreender seu funcionamento e seu comportamento.

A história da administração iniciou-se por volta de 5000 a. C. em que os povos antigos exerciam a arte de administrar com a finalidade de resolver seus problemas. Nesse sentido, Motta (2003) enfatiza que a administração teria seu início com a revolução industrial, no final do século XVIII, com as mudanças ocorridas na sociedade, notadamente com o surgimento das fábricas e o crescimento dos centros urbanos e a implementação de máquinas que aceleraram o processo de desenvolvimento.

No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, passam a ocorrerem mudanças nas relações de trabalho, haja vista, que as oficinas artesanais foram sendo substituídas pelas fábricas. Pode-se estabelecer que a partir de então houve situações que indicam o estudo da administração, que teve Taylor (1911) com o estudo de tempos e movimentos e ênfase nas tarefas, a contribuição para realização de um trabalho no sentido de minimizar o desperdício. Destaque-se, ainda, as ideias de Fayol (1916), no período da Administração clássica ao evidenciar as seis atividades da organização e a proposição de 14 princípios que devem orientar os administradores. Na concepção da escola clássica ainda, merece atenção a introdução da burocracia, segundo Weber (1947) que é um esquema que funciona de acordo com as regras no cumprimento de disciplina com foco no processo de autoridade.

Não obstante a teoria clássica, ganha importância no processo de trabalho o enfoque comportamentalista, e dentre seus expoentes encontra-se Barnard (1938), que realça que é pela cooperação das pessoas, que a organização atinge seus objetivos. Nessa linha, destacam- se, também Elton Mayo (1933) com o experimento de Hawthorne em que vislumbrou aspectos psicológicos e sociológicos na contribuição do desempenho dos colaboradores, nas atividades laborais exercidas pelos colaboradores na fábrica de relês, bem como as contribuições dos estudos de Lewin (1935) sobre dinâmica de grupo e o processo de liderança.

Segundo o CFA (2011) a administração moderna surge nos Estados Unidos, com a criação da Wharton School, em 1881. A Administração tem sua origem a partir do movimento da administração científica preconizada por Taylor e impulsionados pelos conceitos determinados por Fayol. No território Nacional, o curso de Administração tem no ano de 1952 o seu marco fundamental. Importante destacar que no Brasil a Fundação da FGV – Fundação Getúlio Vargas, a FAE – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP, contribuíram sobremaneira no desenvolvimento

econômico do País, marcando decisivamente com a pesquisa e o ensino de temas administrativos no território nacional. O ensino de Administração teve grande impulso a partir dessas instituições.

A profissão de administrador foi reconhecida pela lei nº 4.769 de setembro de 1965 e regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967. Ainda, de acordo com o Conselho Federal de Administração, o Administrador possui um Código de ética, como forma de regular a conduta moral e profissional, bem como normas que regulam o exercício das atividades profissionais.

O exercício da função de administrador de acordo com a Lei nº 4.769 de 1965 lhe possibilita, a execução de:

> a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
>
> b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, ordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos (BRASIL, 1965).

O exercício da profissão do Administrador o habilitava inicialmente como técnico e em 1985 é que a denominação passou para Administrador. Como curso a ser ministrado nas instituições de ensino superior, por determinação do Conselho Federal de Educação o instruiu com um currículo pleno.

O curso de administração foi reconhecido em 1968 e pretende que as instituições de ensino, preparem-no com uma formação que contemple as expectativas de um mundo em transformação e, por conseguinte, em mudanças significativas. Dessa maneira a Universidade tem como papel preparar o acadêmico de Administração para atuar em processos de gestão, quer sejam de organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

De acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares do curso de Administração em seu Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

> I - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
>
> II - Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
>
> III - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo

sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos,

V - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Nessa perspectiva, a Diretrizes Nacionais Curriculares. tendem a fomentar cursos que levem o profissional de administração ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes em atuar sobre condições de novos paradigmas, com inovações e no uso de tecnologias para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea, notadamente no mercado de trabalho, que se mantenham alinhados as alternâncias e principalmente à qualidade na formação do profissional de administração.

3 I EMPREGABILIDADE

O interesse na qualidade dos cursos de administração é revelado, também pelo Conselho Federal de Administração, no sentido de que os cursos as necessidades de um mundo em transformação, quer no interesse da sociedade, bem como na produção acadêmica, para isso, o Conselho mantém parcerias com a Associação Nacional de Cursos de Graduação em Administração.

Nessas transformações no mundo ocorre o fenômeno da Globalização, onde houve muitas mudanças e alterações na relação profissional no mundo do trabalho. Surge, pois, nessas condições um novo conceito que é o de empregabilidade, que vai se alicerçando a cada dia no mundo contemporâneo. A empregabilidade pode ser entendida como a capacidade que o trabalhador tem em adaptar-se ao mercado de trabalho. Bandura (1997) realça que o profissional deve ter capacidade para atingir objetivos organizacionais. Nessa perspectiva, Minarelli (2010) destaca que a carreira é realizada pelo profissional. Barduchi (et al, 2010) asseveram que empregabilidade “é a capacidade do indivíduo de conseguir novas oportunidades de emprego, manter-se empregado e também conseguir novas promoções, por meio de seus conhecimentos, habilidade e atitudes” (BARDUCHI et al., 2010, p. 35). Para MINARELLI (1995) a empregabilidade pode ser representada por pilares como os conhecimentos, habilidades, competências e atitudes.

O profissional em Administração pode atuar em segmentos do 1º, 2º e terceiro setor e para tal deve apresentar uma visão ampla para entender as diferentes áreas de atuação, num mercado altamente competitivo e concorrencial. Nesse sentido, a busca por qualificação, se faz necessário, principalmente no alinhamento de uma educação continuada. A conquista de um diploma universitário pode ser entendida como a porta para

ingressar no mercado de trabalho e, portanto, a educação continuada é fundamental, vez que vicissitudes ocorrem em velocidade vertiginosa e as transformações estão a ocorrer invariavelmente em condições substanciais.

4 I MÉTODO

Inicialmente utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com característica exploratória a fim de conhecer melhor o tema proposto. Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Foi realizada uma análise quantitativa, por meio de um questionário referente à colocação do profissional de administração e a satisfação desses egressos. Pretendeu-se identificar qual é o perfil do entrevistado, como foi sua inserção no mercado de trabalho, em que setor de atuação profissional está, sua satisfação em relação à graduação escolhida, o que alcançou profissionalmente e como a relação ensino –aprendizagem influenciou na formação do administrador. Dentre os objetivos, também, buscou-se verificar as condições didáticas, a capacitação dos professores, as expectativas em relação ao curso e o que ele agregou na s atividades da vida e profissionais. Foi utilizado um questionário com 17 questões, sendo 13 de questões fechadas e quatro de questões abertas. A amostragem da população-alvo desta pesquisa foi a turma de graduandos no Curso de Administração/2016 da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Caracterização dos egressos da pesquisa:

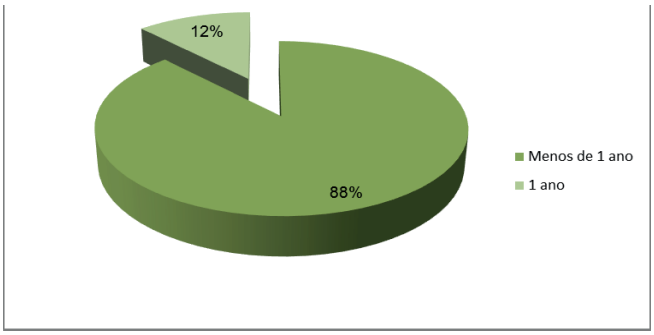


Figura 1 – Qual o tempo que levou para trabalhar após a conclusão do curso.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 1, são mostrados que os participantes da pesquisa revelaram que 88% ingressaram no mercado de trabalho em menos de 1 ano, após conclusão do curso e 12 % em 1 ano.

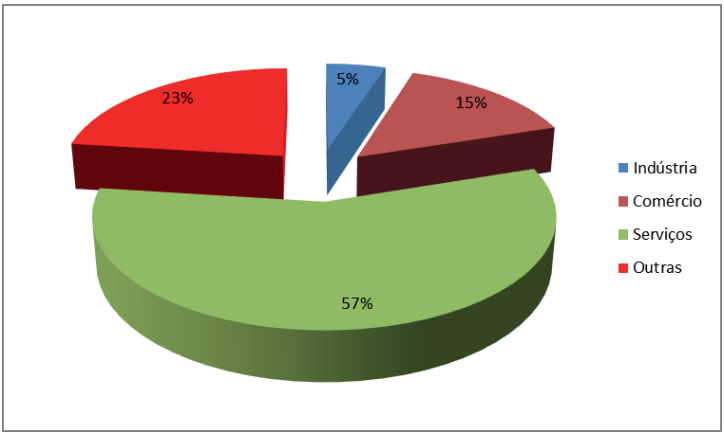


Figura 2 – Ramo de atividade que o egresso trabalha.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 2, estão apresentados os escores em que os egressos trabalham, cabendo em 57% desempenharem o trabalho no ramo de serviços. 15% atuam no ramo de comércio, 5% na indústria, enquanto que 23% responderam em ramo não especificado.

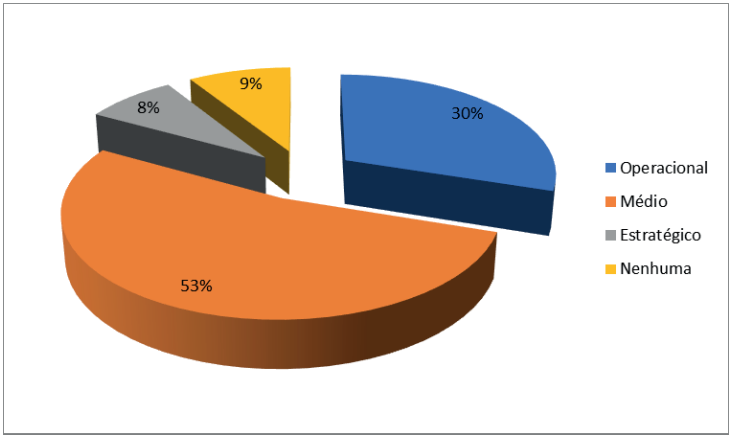


Figura 3 – Qual é o nível de desenvolvimento de sua atividade.

Fonte: Dados da pesquisa.

O exercício das atividades, predominou no nível médio em 53%, seguido pelo setor operacional 30%. No nível estratégico, que diz respeito a participação em tomadas de decisão foi de 8%, enquanto 9% não se identificou em nenhum dos níveis administrativos.

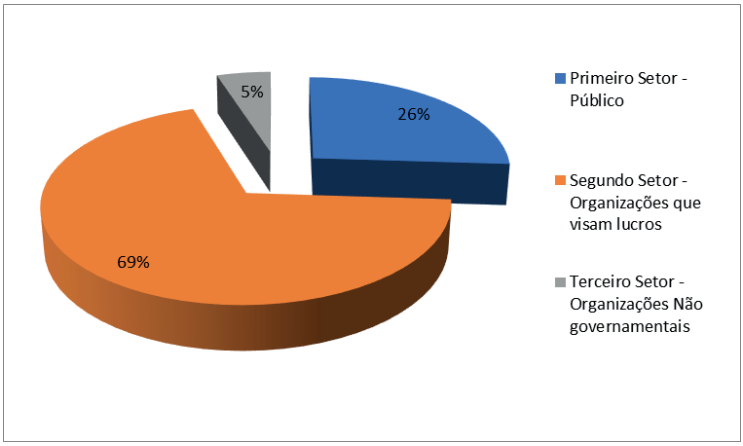


Figura 4 – Em que setor você desenvolve atividades laborais.

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 4 realça que os egressos desenvolvem suas atividades laborais, predominantemente, no 2º setor (empresas que geram lucro) 69 %, seguidos pelos trabalhadores no setor público com 26% e 5% desenvolvem atividades no 3º setor.

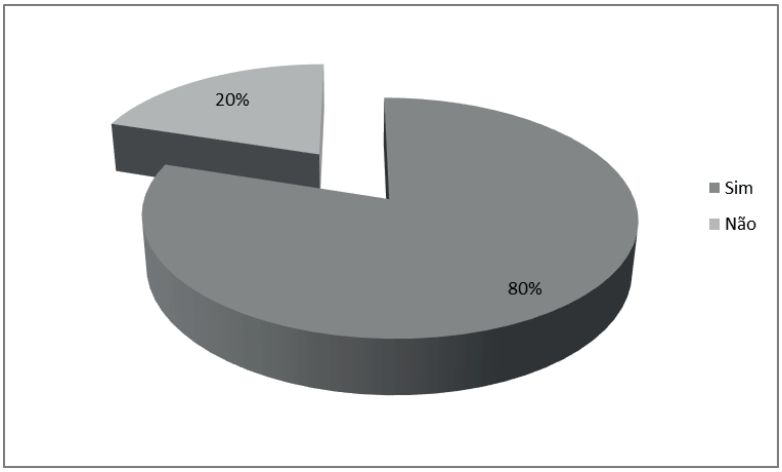


Figura 5 – Durante o curso você desenvolvia atividade administrativa.

Fonte: Dados da pesquisa

Na figura 5 são mostrados que 80% dos participantes da pesquisa, já trabalhavam em atividade administrativa enquanto realizavam o curso de administração e 20% da amostra não exercia atividades administrativas durante a realização do curso.

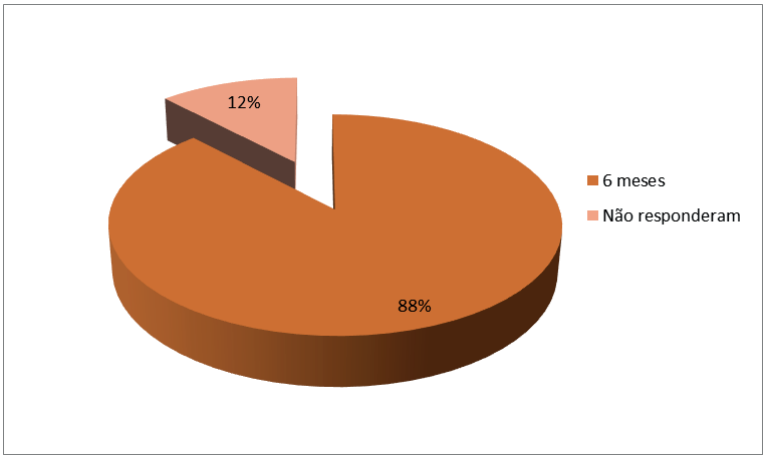


Figura 6 – Tempo que levou para trabalhar na área de administração, após a conclusão do curso.

Fonte: dados da pesquisa

88% dos respondentes declararam ter levado 6 meses para atuar na área de administração, enquanto 12% se eximiram de responder tal indagação.

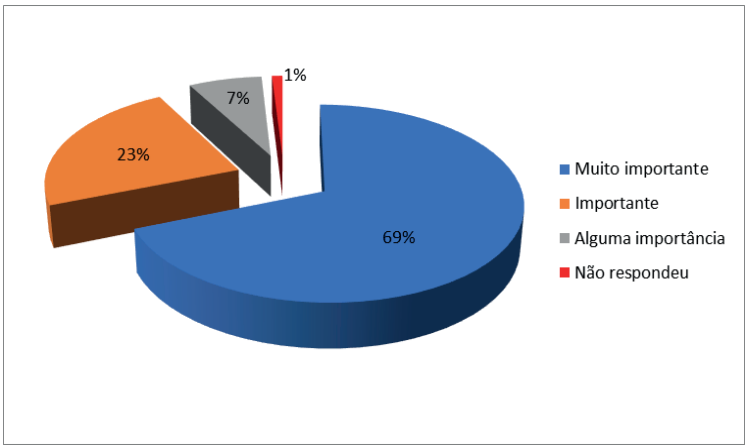


Figura 7 - O curso foi importante na sua atividade profissional

Fonte: dados da pesquisa

Para 69% dos egressos o curso foi muito importante em suas atividades profissionais. Já para 23% foi importante. 7% responderam que o curso agregou alguma importância e 1% não respondeu o questionário.

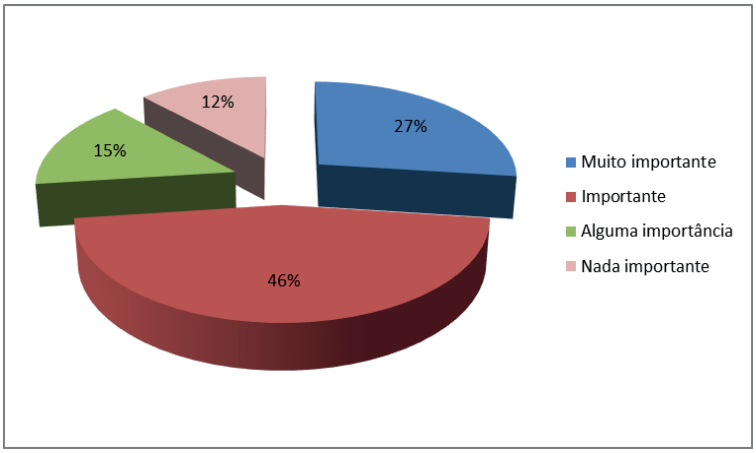


Figura 8 - O curso alavancou sua ascensão funcional

Fonte: dados da pesquisa

Na figura 8 são mostrados que os entrevistados asseguraram que o curso foi importante para a ascensão funcional, com 46%. Na sequencia 27% consideraram muito importante, 15% destacaram alguma importância e 12% nenhuma importância.

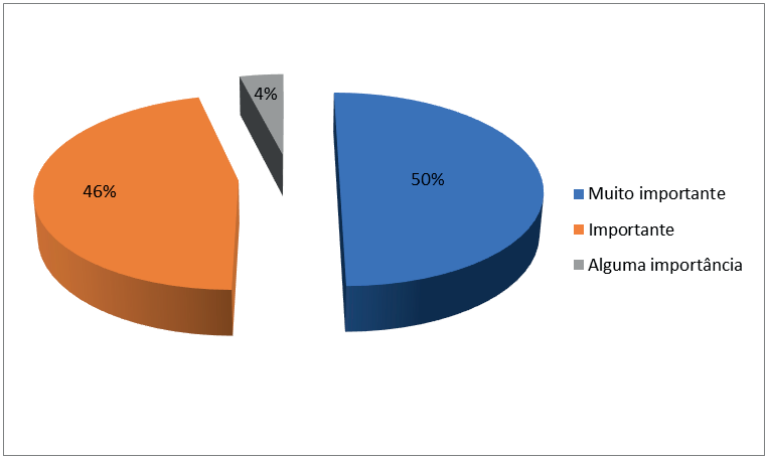


Figura 9 - curso motivou você em ter uma condição melhor de vida

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao curso ter proporcionado uma condição de vida melhor destaca-se que 50% acredita que foi muito importante e 46% dos participantes revelaram que foi importante para uma condição melhor de vida, enquanto 4% registraram alguma importância.

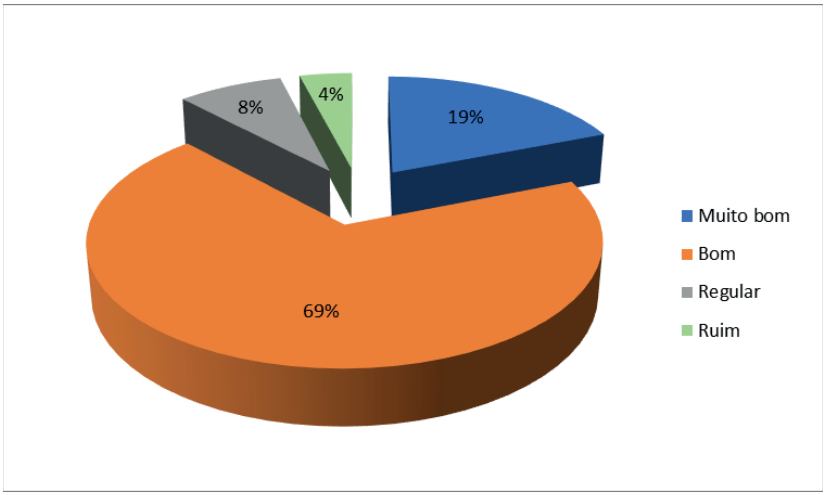


Figura 10 - Entendimento do curso quanto ao nível de formação

Fonte: dados da pesquisa

A representação dos participantes no processo de formação foi boa com 69%; Para 19% a formação foi considerada muito boa, já para 8% a avaliação esteve regular e para 4% foi considerada ruim.

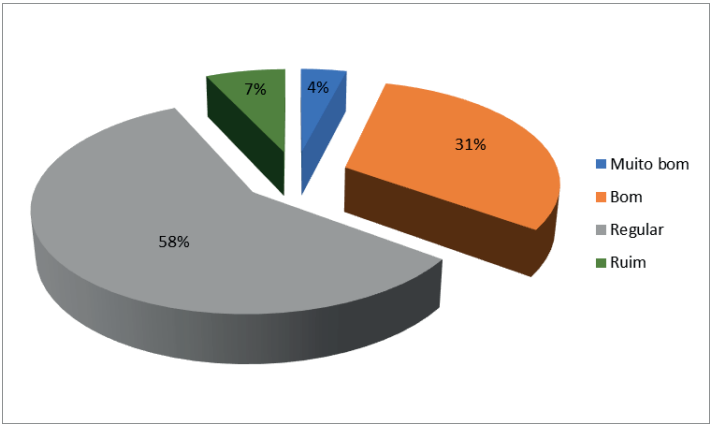


Figura 11 - Avaliação didática

Fonte: dados da pesquisa

Em relação a didática proporcionada no curso 58% consideraram-na regular. Para 31%foi boa, enquanto 4% considerou muito boa e 7 % revelaram-na ruim.

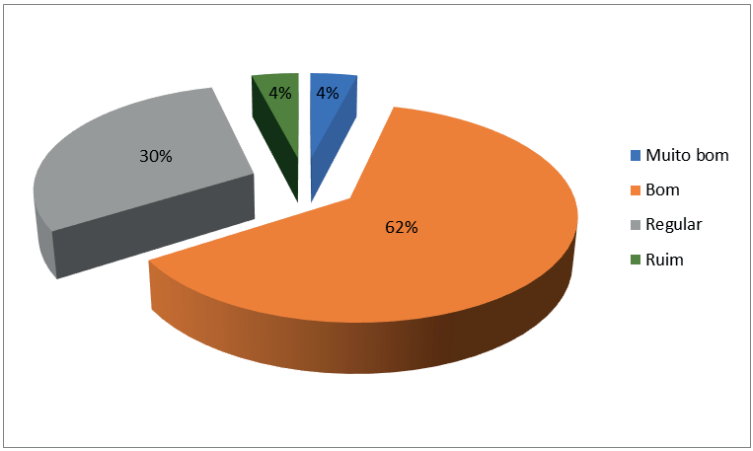


Figura 12 - Qualidade do material apresentado

Fonte: dados da pesquisa

Quanto a qualidade do material utilizado no curso, 62% revelaram ser bom, para 30% consideraram regular enquanto 4% responderam muito bom e em igual percentual último, consideraram o material como ruim.

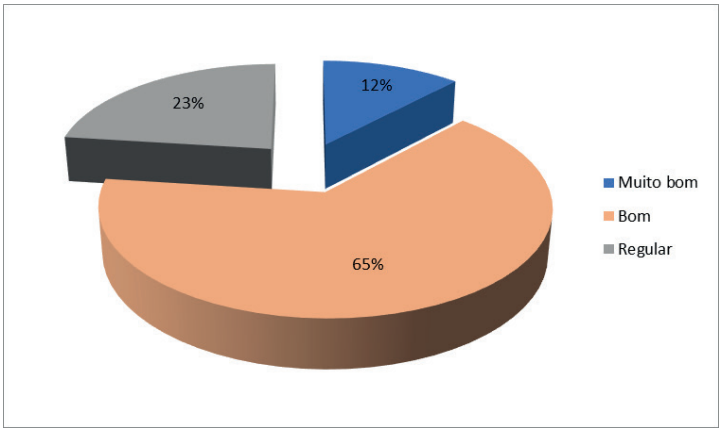


Figura 13 - Quanto a competência dos professores

Fonte: dados da pesquisa

Na figura 13 são apresentados os escores destacados pelos alunos em 65% como bons, 23% como regulares e 12% como muito bons professores.

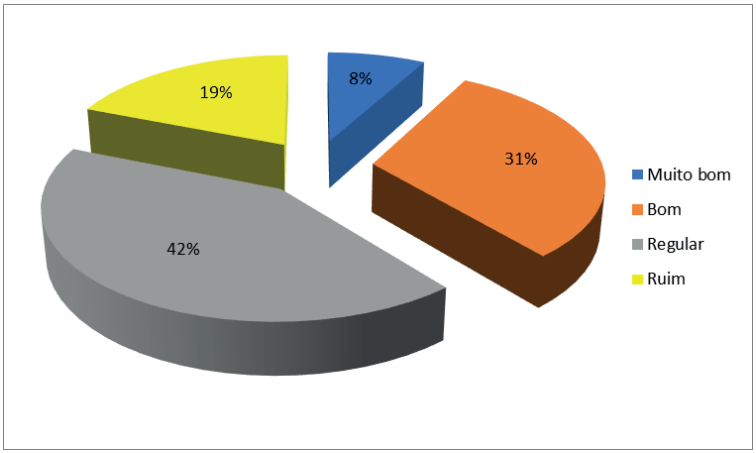


Figura 14 - Indice de relação teoria-prática

Fonte: dados da pesquisa

Quanto aos índices da relação teoria-prática, os participantes revelaram que para 42%, essa relação é regular. 31% consideraram tal relação boa. 8% destacaram com muito boa e 19% apontaram que a relação teoria/prática é ruim.

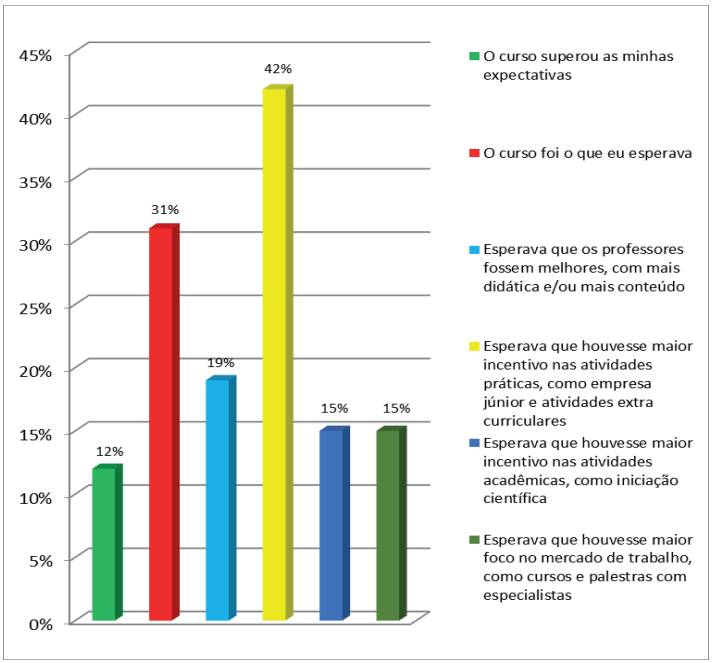


Figura 15 - Expectativa em relação ao curso

Fonte: dados da pesquisa

Na figura 15 são mostradas as expectativas que os egressos tinham do curso. A predominância de 42% foi de que o curso tivesse mais relações com atividades práticas. Para 31% o curso satifez as expetativas. 19% destacaram uma maior atenção na didática apresentada. Com 15% evidenciaram-se de que o curso deveria ter mais atividades que se relacionasse com a pesquisa, bem como, também estivesse afinado com o mercado de trabalho. Para 12% o curso superou as expectativas.

5 I DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A caracterização dos egressos neste estudo evidenciou-se da seguinte maneira: Analisando o mercado de trabalho, questionou-se aos egressos se o curso de Administração sobre o período que levaram para ingressarem no mercado de trabalho, 88% responderam ter ingressado no mercado de trabalho. Sobrea a atividade em que exercem suas atividades laborais os egressos apresentaram predominância em 57% no ramo de serviços. Quanto ao nível de desenvolvimento das atividades, 53% responderam que desempenham em nível médio e 8% em nível estratégico, qual seja, na tomada de decisões. Para Monte, Bergamim e Almeida (2012) em pesquisa realizada sobre os egressos, as áreas de destaque foram de 39% em nível estratégico e 40% em nível médio dos egressos exercem atividades

administrativas. Sobre em que setores os egressos desempenham as funções, o resultado destacado foi 69% no 2º setor, ou seja, nas organizações que visam lucros. Andriola (2014) relata que 53,1% dos egressos atuava na prestação de serviços, seguido de 28% no setor público e 14% em empresas do 2º setor, que geram lucros.

Indagados sobre a área de atuação dos egressos, a grande maioria, equivalente a 80% atuavam na área administrativa. No entendimento de Megginson, Mosley e Pietri Jr. (1998), a carreira administrativa pode oportunizar uma ascensão funcional, com possibilidades de salários atrativos. Indagados a respeito da importância do curso na atividade profissional dos egressos, para 69% o curso foi muito importante, segundo Monte, Bergamim e Almeida (2012) 97% dos egressos, asseveram a importância do curso a respeito das exigências do mercado de trabalho. Sobre a ascensão funcional os participantes com 46% assinalaram que o curso contribuiu sobremaneira na apresentação de conhecimentos relevantes. Esse índice pode ser observado pelo relato, "o fato de ter me graduado numa instituição pública foi fator determinante em minha contratação e ascensão funcional ". Quanto as expectativas em relação ao curso, um dos quesitos foi a respeito da influência do curso ter motivado melhores condições de vida, o resultado apresentou 50% consideraram muito importante, 46% importante, e nenhum registro no quesito sem nenhuma importância. Para os egressos da pesquisa de Monte, Bergamim e Almeida (2012), 20% atribuíram a influência do curso na melhoria de condições de vida. A percepção dessa assertiva pode ser constatada na afirmação do egresso, em questão aberta do questionário: "o curso de administração serve também para a vida"

Em relação ao nível de conhecimento (formação) 69% apresentaram como bom, conforme constatação de resposta em aberto: "o curso foi bastante proveitoso, me trouxe muitos conhecimentos na área pública em que atuo". Para Andreola (2014) de acordo com 49% dos egressos de cursos de graduação a formação recebida pode ser considerada muito boa ou excelente. No entanto, 15% relataram que a formação recebida pode ser considerada muito ruim ou razoável. Quanto a relação ensinio-aprendizagem, verifica-se que no quesito didática 58% consideraram-na regular, 62% consideraram o material utilizado como bom. No quesito competência dos professores, 65% realçam que são bons e 12% muito bons, o detalhe é que não foi constatado nenhum resultado ruim. Perguntados sobre a relação do curso entre a teoria e a prática, para 42% essa relação constitui-se de regular para 39% encontra-se em boa e muito boa e 19% atribuíram o conceito de ruim. No que se refere a expectativa em relação ao curso, 42% esperavam que houvesse maior incentivo em atividades práticas, com instalação de uma empresa junior, bem como, atividades extracurriculares, 31% responderam que o curso era o que esperavam, enquanto 12% o curso superou as expectativas. Para 15% esperavam que o curso tivesse maior incentivo nas atividades acadêmicas, como exemplo em iniciação científica e em igual percentual a expectativa era de que o curso tivessse maior foco no mercado de trabalho. Para Griebeler, Bones e Pizzolotto(2015) 53% esperavam que o curso tivesse maior incentivo

nas atividades acadêmicas, como Empresa Junior, estágio, iniciação científica...", 23 %, destacaram que "o curso foi o que esperavam", "superou as expectativas" e "esperavam que os professores fossem melhores (com maior conhecimento)" e o item "esperava que tivesse um maior foco no mercado de trabalho, com mais palestras e cursos sobre a área", contou com a expectativa de 7% de egressos.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos egressos do curso de administração, concluintes de 2016, destaca-se que o curso apresentou benefícios na melhoria de qualidade de vida, na prospecção e ascensão da carreira profissional, por isso ele foi importante na vida de cada participante, pois forneceu conhecimentos para o desenvolvimento de atividades nos mais diferentes setores, em diversas funções organizacionais. Assim sendo, a Universidade tem um papel de destaque na disseminação e propagação do conhecimento, razão pela qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação requer que elas apresentem condições mínimas de funcionamento como professores em tempo integral e um terço com qualificação em mestrado e doutorado. Neste contexto, Lousada e Martins (2005, p. 74) afirmam que "se uma das finalidades da Universidade é inserir na sociedade diplomados aptos para o exercício profissional, deve ter ela, retorno quanto à qualidade desses profissionais que vem formando, principalmente no que diz respeito à qualificação para o trabalho".

O processo ensino-aprendizagem deve possibilitar aos educandos, pelo processo de abstração, a compreensão da essência dos conteúdos a serem estudados, a fim de que sejam estabelecidas as conexões desses conteúdos com as mudanças que acontecem no mundo contemporâneo. Os egressos demonstraram reconhecer a capacidade dos professores, do material utilizado nas aulas, contudo a didática parece ser uma das formas de aprimoramento que conduzem, também para as expectativas, levando uma parcela significativa a relatar que esperavam que houvesse maior relação teoria-prática ao longo do curso. Segundo Gondim (2002), os cursos deveriam incentivar a criação de empresas juniores, como acontece com alguns cursos, pois elas apresentam-se como alternativas promissoras, por viabilizarem a integração entre o aprendizado teórico e a prática, o que permite refletir sobre a teoria que dá sustentação ao curso e, também, por garantir que a experiência profissional possa ser vivenciada ainda no processo de formação. Dessa maneira, o professor deve valorizar a relação teoria-prática no desenvolvimento das capacidades dos educandos, cujo processo de aprendizagem promova a interação dos conteúdos com as condições históricas, socioculturais e locais da realidade dos alunos. Nesse sentido Freire (2001) enfatiza que o conhecimento deve ser construído na coletividade, pela relação ação–reflexão como ação libertária no despertar do agir e de pensar.

A relação ensino-aprendizagem deve priorizar a perspectiva crítica num curso que

contemple um profissional com desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades que tenha a capacidade em atuação sistêmica e que por certo deverá atender ao imperativo de transformações vertiginosas que ocorrem no mundo do trabalho. Sem a pretensão de esgotar o assunto, essa pesquisa oferece uma pequena contribuição na perspectiva de que outras pesquisas sejam promovidas e realizadas para o aprimoramento da relação ensino- aprendizagem, na edificação de cursos que promovam o educando no preparo para atender as necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e repleto de transformações.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **A pedagogia empresarial: nas organizações que aprendem**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

ALVARENGA, C. F; Sales, A. P; Costa, A. D; Costa, M. D; Veronese, R. B; Santos, T. L. B. **Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA**. Revista, Pensamento contemporâneo em Administração, v.6, n.1, jan/mar, p.55-71, Rio de janeiro, RJ, 2012.

ANDRIOLA, W.B. **Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 203-219, out./dez. 2014. Editora UFPR.

BANDURA. A. **Self-efficacy: The exercise of control**. New York: Freeman, 1997.

BARDUCHI, Ana Lúcia J. et al. **Empregabilidade: competências, pessoais e profissionais**. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2010, p. 148.

BARNARD, C. **The functions of the executive**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1938.

BEHERENS, Marilda Aparecida, **"Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente"**, em MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

BOTOMÉ, S.P. (1981). **Objetivos comportamentais no ensino: a contribuição da Análise Experimental do Comportamento**. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.

BRASIL, 1965. Lei 4.769/65. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4769.htm. Acesso em: 22/2/2018

CARVALHO, Maria de Lourdes Ramo da Silva. **A função do orientador educacional**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CONSELHO FERERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. **Pesquisa Nacional: Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador**. 2006. Disponível em: http://www2.cfa.org.br/administrador/diversos/perfil-do-adminitrador. Acesso em: 22/02/2018.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. **Construindo o Conceito de Competência**. RAC. Edição Especial. 2001, p. 183-196.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas; 2001.

FREIRE, P. À Sombra desta Mangueira. São Paulo: Olho D 'Água, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios/Paulo Freire**. -5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1999.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico–Crítica**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Gondim, S.M.G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. Estudos de Psicologia 7(2), 299- 309, Universidade Federal da Bahia, 2002.

GRIEBELER; M, P, D; TAMI BONES, T.; PIZZOLOTTO, M. F. O Perfil do Egresso do curso de Administração (2009-2014) DA UNIJUÍ – **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina. dezembro de 2015.

LEWIN, K. **A dynamic theory of personality**. New York: McGraw-Hill, 1935.

LIBÂNEO, J. C**.** **O campo teórico investigativo e profissional da didática e a formação de professores**. In: SUANNO, Marilza V. e RAJADELL, Nuria (orgs.). **Didática e formação de professores: perspectivas e inovações**. Goiânia: CEPED Publicações, 2012b.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. **Egressos como fonte de informação a gestão dos cursos de Ciências Contábeis. Revista Contabilidade & Finanças.** São Paulo/USP, v. 1, n. 37, p. 73-84, 2005.

MAYO, E. **The human problems of an industrial civilization**. Cambridge, MA: Harvard. 1933.

MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR., P. H. **Administração: Conceitos e Aplicações**. 4. ed.São Paulo: Harbra Ltda, 1998.

MINARELLI, J. **A. Empregabilidade, como entrar, permanecer e progredir no mercado de trabalho**. 25ª edição. São Paulo: Editora Gente 2010.

MONTE, I. J. do; Bergamin, E; Almeida, F. M. M. **O Perfil Profissional e Socioeconômico dos Egressos do Curso de Administração: um estudo realizado nas Faculdades Unificadas Doctum de Iúna-ES**. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – adm. convibra.com.br, 2012.

MORETO, **Vasco Pedro. Ética e Valores humanos.** SINEPE/SC, nº 85, Florianópolis, setembro, 2000.

MOTTA, F. C. P. **Teoria das Organizações: Evolução e Crítica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learting, 2003.

Noffs, N. A; Rodrigues, C. M R. **Andragogia na psicopedagogia: a atuação com adultos**. Revista Psicopedagogia, v.28, n.87, São Paulo, 2011.

Pires, R. R. **Efetividade das Instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. IPEA, Brasília, 2011.

TAYLOR, F. W. **The Principles of Scientific Management. New York: Hamper & Row, 1911**. Disponível em : www.fondham.edu/halsall/mod1911taylor.html. Acesso em 20/02/2018.

WEBER, M. **The Theory of Social and Economic Organization – Talcott Parsons.** New York: Oxford University Press, 1947.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001

CAPÍTULO 20

INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ

Data de aceite: 22/03/2021
Data de submissão: 14/01/2021

José Roberto Cordeiro
Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Engenharia do Conhecimento
Florianópolis – SC
http://orcid.org/0000-0002-0731-1595

Luciane Maria Fadel
Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Engenharia do Conhecimento
Florianópolis – SC
http://orcid.org/0000-0002-9198-3924

RESUMO: Objetivo: Analisar as maneiras como um jogo digital educacional pode promover a inclusão digital através de suas estruturas e mecânicas. Design/Metodologia/Abordagem: O método utilizado é o Close Reading do objeto através das poéticas de Remediação e Imediação. Resultados: A remediação de elementos do meio analógico para o digital promove familiaridade para os usuários, o que facilita a introdução à nova tecnologia. Por sua vez, a imediação da interface ocorre com a simplificação de ações, mas é prejudicada quando ações mais complexas precisam ser executadas, pois estas exigem uso de menus e comandos não intuitivos. Originalidade/valor: Traz ponderações sobre como a transposição de elementos analógicos para o meio digital pode promover a inclusão digital. Avalia como o jogo em questão pode promover a inclusão digital através da criação de experiências positivas para o usuário.

PALAVRAS - CHAVE: Jogos Digitais. Inclusão Digital. Poéticas.

DIGITAL INCLUSION IN DIGITAL EDUCATIONAL GAMES: POETIC ANALYSIS OF THE GAME SOLITAIREQUIZ.

ABSTRACT: Goal: To analyze the ways in which an educational digital game can promote digital inclusion through its structures and mechanics. Design / Methodology / Approach: The method used is the Close Reading of the object through the poetics of Remediation and Immediation. Results: Remediation of elements from analog to digital media provides familiarity to users, which in turn facilitates the introduction of new technology. In its turn, the immediacy of the interface occurs with simplification of actions, but is impaired when more complex actions need to be performed, as these require the use of non-intuitive menus and commands. Originality / value: Considerations are brought about how the transposition of analog elements to the digital medium can promote digital inclusion. An evaluation is made about how the game in question can promote digital inclusion by creating positive user experiences.

KEYWORDS: Digital Games. Digital inclusion. Poetics.

1 I INTRODUÇÃO

A propagação de jogos digitais (games) com objetivos educacionais, ou edugames, vem ocorrendo de forma crescente. Além de estimular o aprendizado de conteúdos diversos

os edugames também podem estimular a inclusão digital de seus usuários, trazendo um estímulo mais “palpável” (o aprendizado) para a interação com meios digitais. Neste contexto, vemos esses jogos como uma possível ferramenta de letramento digital para pessoas ainda excluídas digitalmente.

O edugame SolitaireQuiz, desenvolvido pelo grupo SAVIE, tem o intuito de estimular o bem-estar sócio-emocional, as funções cognitivas e a saúde física de seus usuários, particularmente pessoas idosas. Trata-se de um jogo de cartas Paciência integrado com um sistema de questionários sobre diversos assuntos, estando disponível para smartphones, tablets e computadores.

Realizamos a análise do edugame SolitaireQuiz para verificar como elementos de mídias analógicas são transferidos para uma mídia digital, a partir das poéticas de Remediação e Imediação de Bolter e Grusin (2000).

2 I DESENVOLVIMENTO

Nesta seção inicialmente serão apresentados o objeto que será analisado, o método utilizado (*Close Reading*) e as poéticas adotadas como “lentes” teóricas. Na sequência, os resultados da análise e as considerações finais formam a parte principal do corpo deste artigo.

2.1 Objeto de Análise

O SolitaireQuiz (Figura 1) toma como base o jogo Paciência (*Solitaire*, em inglês), já bastante popularizado pela sua presença na plataforma Windows desde a versão 3.0, lançada em 1990. O Paciência fazia parte do pacote de jogos do sistema operacional para estimular que os usuários aprendessem a fazer ações com o mouse que se tornaram comuns, como o clique duplo, clique com o botão direito e a ação de segurar e arrastar um objeto pela tela.

Figura 1 - Tela de jogo do SolitaireQuiz

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

As regras para movimentação de cartas e pontuação do SolitaireQuiz são similares ao Paciência, mas neste edugame ocorrem interrupções periódicas do jogo de cartas onde o jogador precisa responder a perguntas para continuar a jogar e receber pontos. Estes pontos podem ser trocados por ações que ajudam o jogador, como desfazer uma jogada ou revelar uma carta escondida, e ao final de cada partida classificam o jogador em um placar online com os nomes de todos os jogadores de SolitaireQuiz.

Este objeto foi escolhido por fazer parte de um projeto de pesquisa no qual os autores estão envolvidos em parceria entre a UFSC, o SAVIE e a Universidade Simon-Fraser.

3 I MÉTODO

3.1 Close Reading

Para a análise do artefato foi escolhido o método Close Reading, descrito por Bizzocchi e Tanenbaum (2011) como uma análise detalhada de uma mídia através de sua desconstrução, ou seja, a observação atenta de seus elementos avaliando suas funções, objetivos, potenciais e limitações. É ao mesmo tempo uma forma de destacar as maneiras com que o objeto em estudo cria significados e expor possíveis falhas e inconsistências.

As abordagens mais recentes de *close reading* envolvem a utilização de filtros, perspectivas ou “lentes” para se olhar para o texto ou objeto em estudo, buscando temas específicos em sua estrutura (Bizzocchi & Tanenbaum, 2011, p. 267). Essas lentes podem ser definidas a partir de poéticas, ou seja, estudos de propriedades específicas dentro de

determinadas formas de arte (Manovich, 2001). O uso de poéticas tem a vantagem de delimitar a abrangência do *close reading*, que sem orientação pode ser tornar uma análise demasiadamente longa e estafante ou mesmo muito abrangente, porém superficial.

As poéticas utilizadas neste estudo foram Remediação e Imediação (Bolter & Grusin, 2000), pois tratam da forma como mídias já consolidadas são transpostas para novos meios e como estes podem promover a sensação de imersão dos usuários.

O jogo foi instalado a partir da Play Store e analisado em um celular Moto X Play, com sistema operacional Android 7.1.1. A versão do jogo é a 1.23, de 25 de julho de 2018.

3.2 Remediação

Bolter e Grusin (2000) chamam de remediação a "representação de uma mídia através de outra", e a posicionam como uma característica definidora das novas mídias digitais. Exemplificando, é o que ocorre quando um quadro é digitalizado e exibido em uma tela de computador, ou uma página de um livro é escaneada e pode ser lida em um tablet. Nestes casos a mídia digital só está representando em suas estruturas o mesmo conteúdo e forma da mídia original. Também há remediação quando a mídia "antiga" é utilizada em sua nova forma digital para compor reutilizações facilitadas pelos novos meios, como colagens, montagens em vídeo e edições de imagem com editores gráficos.

Por último, os autores falam da remediação como absorção completa da mídia anterior pelas novas mídias de forma que a transição entre as duas desaparece. É o que ocorre em jogos focados em narrativa, que "absorvem" a linguagem do cinema para contar suas histórias, sem representar o cinema diretamente, mas carregando em si elementos que são originados na linguagem cinematográfica, tais como enquadramentos e ângulos de câmera específicos para causar efeitos narrativos.

A remediação pode ser uma forma de criar familiaridade com a nova mídia: ao se deparar com objetos virtuais que se parecem com algo que já conhecem, os usuários estabelecem mais facilmente suas expectativas em relação ao que podem esperar do novo meio e como interagir com ele.

3.3 Imediação

A Imediação é a capacidade de um sistema de "desaparecer", criando uma sensação de imersão plena do usuário, que passa a sentir que está interagindo diretamente com o conteúdo, e não com o meio/mídia (Bolter & Grusin, 2000). A imediação se torna altamente desejável em jogos voltados à terceira idade devido ao fato de que um dos grandes desafios encontrados no aproveitamento e adesão de jogos digitais por idosos está em interfaces difíceis de utilizar (IJsselsteijn, Nap, de Kort, & Poels, 2007, p. 18). Conseguir que a interface "desapareça" é um passo importante na introdução das mídias digitais para esse público.

Em nossa análise iremos avaliar as formas com as quais a interface do jogo SolitaireQuiz promove imediação.

4 | RESULTADOS

4.1 Remediação

O SolitaireQuiz utiliza os mesmos padrões visuais de cartas físicas para as cartas em tela (Figura 2): possuem um formato retangular, com altura maior que a largura, números e símbolos em duas cores (vermelho e preto) e uma textura amarelada que passa a impressão de desgaste. É curioso notar que os números estão voltados para cima na parte superior das cartas e para baixo na parte inferior, uma convenção das cartas impressas para que o número da carta sempre possa ser visto na mesma posição, nunca aparecendo de "cabeça para baixo". Em um jogo virtual não há necessidade desta precaução, já que o posicionamento das cartas é fixo, mas ela é utilizada para que a analogia da forma se mantenha e as cartas virtuais sejam reconhecidas como objetos análogos às cartas reais.

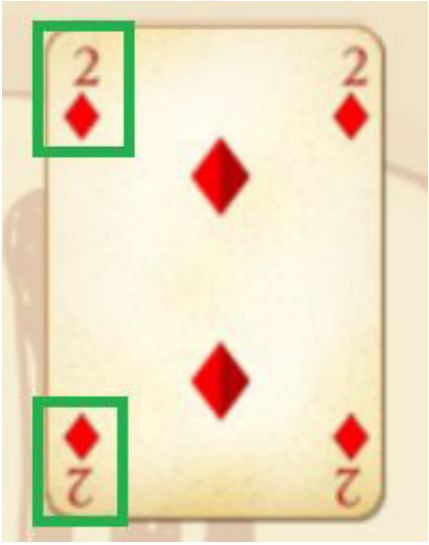


Figura 2 - Orientação dos rótulos das cartas (em destaque).

Fonte: recorte de captura de tela feita pelo autor.

A jogabilidade ocorre toda através da interface de tela de toque. Consiste em posicionar as cartas com as faces voltadas para cima em sete colunas, em valores decrescentes de grandeza e sempre revezando as cores, como mostrado na Figura 3. Na parte superior direita da tela são colocadas as cartas de mesmo naipe, começando pelo Ás. O monte de cartas na parte superior esquerda, representado pelo verso de uma carta (estrela de xerife), revela uma ou três cartas por vez ao ser tocado. As cartas "viradas para baixo" só podem ser reveladas com um toque quando não houver outra carta posicionada

sobre elas. O objetivo do jogo é revelar todas as cartas e posicioná-las nos quatro montes de mesmo naipe.

Figura 3 - Partida em andamento

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

As cartas são divididas em naipes e valores, sendo os naipes Espadas, Paus, Copas e Ouros, e os valores A (Ás), 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, J (Valete), Q (Rainha) e K (Rei). Nas colunas da metade inferior da área de jogo cada carta só pode ser colocada sobre outra carta de cor diferente e um valor diretamente superior do seu próprio (exemplo: o 2 de paus, de cor preta, só pode ser posicionado embaixo do 3 de copas ou ouros, vermelhos). A exceção são as cartas de Reis, que podem ser colocadas em uma coluna vazia. Nos quatro conjuntos na área superior direita as cartas são colocadas em pilhas de mesmo naipe, em ordem crescente, começando pelo Ás.

Para mover uma carta utiliza-se a tela de toque do aparelho, tocando a carta com o dedo, “arrastado” pela tela e soltando sobre uma posição válida. Se uma carta for solta em um local no qual não possa fica ela volta para a última posição em que estava. A ação de arrastar uma carta com o dedo é análoga ao ato de segurar uma carta real, e o movimento da carta pela tela junto do dedo do jogador condiz com o que se espera ao arrastar uma carta real por uma mesa, por exemplo, fazendo com que a forma de executar esse comando seja bastante natural mesmo para quem não está acostumado com interfaces digitais de toque.

O SolitaireQuiz remedia o jogo real impondo suas regras de forma que o jogador não possa trapacear. Duas ações são automáticas: o retorno da carta para sua posição original caso seja colocada em um local inválido e, quando todas as cartas são reveladas

e colocadas na área de jogo, elas são automaticamente posicionadas nas pilhas de seus respectivos naipes - pois neste momento não há outros movimentos relevantes possíveis. Essa automatização do movimento reforça um comportamento rumo ao acerto do jogador. Não há penalidade por colocar uma carta em uma posição inválida, apenas a anulação do movimento. Assim, não é necessário verificar continuamente se todas as cartas estão posicionadas corretamente, pois o próprio jogo garante que elas estejam sempre de acordo com as regras.

Há quebra da remediação da interação física com as cartas através do uso de recursos só possíveis nos meios digitais. Um deles refere-se à forma alternativa de mover as cartas: um toque duplo em uma carta faz com que ela se mova automaticamente para uma posição adequada – se houver. Isso descaracteriza em parte a analogia da movimentação de cartas, mas é uma forma de mostrar a nova mídia como algo "a mais" do que a mídia anterior, e não como apenas uma forma de reproduzi-la.

Os questionários que surgem durante o jogo (Figura 4) são uma remediação de questionários físicos. As alternativas são dispostas em quadros separados e numeradas para facilitar sua identificação. Além disso, as perguntas e alternativas são lidas por um *bot*[1], o qual faz a remediação de um auxílio humano para pessoas com dificuldade de visão ou leitura. Uma vantagem é que isso elimina a necessidade de envolver alguém para aplicar o questionário, entretanto, não é possível repetir ou alterar a velocidade dessa leitura automática, o que é uma perda em relação à experiência de ter as perguntas lidas por alguém.

Figura 4 - Questionário do SolitaireQuiz.

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

1 *Bot* (em inglês - significado: robô) se refere a um software que executa uma ação programada. Neste caso, o *bot* é um programa que "lê" o que está escrito na tela e converte em fala.

Após selecionar uma alternativa o jogo retorna uma resposta positiva para a escolha correta (Figura 5) e negativa para escolha errada (Figura 6), com ganho ou perda de pontos, respectivamente. Nesta tela o campo onde estava escrita a pergunta é alterado para indicar o acerto ou erro, mas pode ser revertido para a pergunta com um botão localizado à sua direita.

Figura 5 - Tela de resposta correta.

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Figura 6 - Tela de resposta errada.

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

O SolitaireQuiz também possui uma forma de remediar a execução de ações que seriam consideradas trapaças, como revelar cartas escondidas que ainda estão bloqueadas e desfazer ações. Isso é realizado através do menu de “Loja” (Figura 7), acessado ao tocar

no ícone da Loja no canto superior direito da tela. Essa remediação está inserida de uma forma menos intuitiva, porém integrada às mecânicas do jogo, pois para realizar as ações, chamadas de “vantagens”, é preciso ter pontos acumulados, os quais representam o custo de cada vantagem. Com isso o SolitaireQuiz, de certa forma, “legitima” essas ações, pois há uma contrapartida para a vantagem obtida.

Figura 7 - Tela do menu de “Loja”, onde os pontos adquiridos podem ser trocados por vantagens.

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

4.2 Imediação

Como já comentado anteriormente, a ação de mover as cartas para outras posições pode ser realizada automaticamente com um toque duplo. Isso reduz a possibilidade de se errar movimentos por soltar a carta em uma posição incorreta sem querer. A ação ocorre como se o jogo “entendesse” a intenção do jogador e agisse a seu favor, auxiliando-o a fazer os movimentos desejados, mas sempre a partir do comando do usuário. Essa automatização promove a imediação, ou o desaparecimento da interface, através da prevenção de interrupções do jogo que podem ser causadas se o jogador soltar a carta muito longe da “área de contato” da posição desejada.

Acessando o menu de “Loja” (Figura 7), localizado no canto superior direito da tela de jogo, é possível ativar vantagens que ajudam a completar as sequências de cartas, como dicas de movimento, revelar cartas escondidas e devolver cartas para a pilha de estoque. Embora útil, isso afeta negativamente a imediação, pois é necessário acessar menus que necessariamente chamam a atenção para a interface.

A imediação também é afetada negativamente quando o jogador se coloca em uma

posição sem saída, ou seja, onde não pode realizar nenhuma ação para avançar o jogo. Isso pode ocorrer quando não é possível reposicionar as cartas para revelar as que ainda estão ocultas e nem comprar vantagens devido à falta de pontos. Ao se encontrar nessa situação o jogador deve acessar o menu “Opções” (Figura 8) e escolher repetir o jogo atual ou começar uma nova partida.

Figura 8 - Menu de opções.

Fonte: captura de tela feita pelo autor.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SolitaireQuiz utiliza vários elementos que evocam a sensação de jogar com cartas reais, remediando uma experiência analógica em meio digital. Isso é particularmente interessante se considerarmos que o público-alvo do jogo são pessoas idosas, que não são nativos digitais e podem se beneficiar enormemente dessa remediação.

A remediação é facilitada por algumas características que são trazidas das cartas de baralho reais, como a forma que os símbolos e números estão dispostos. Uma característica que evidencia essa intenção de remediar o jogo físico é a inversão dos números na parte de baixo das cartas, que em um baralho real serve para que seja possível sempre identificar os valores na parte superior. No jogo digital essa preocupação é desnecessária, já que não é possível girar as cartas, mas a similaridade ajuda a estreitar as fronteiras entre o real e o digital. Esse uso do leiaute “analógico” para as cartas do jogo também promove a imediação, permitindo que a interface passe despercebida, já que o comportamento dos elementos do jogo segue o que o usuário esperaria de um baralho real.

Os questionários são estruturados como uma remediação da aplicação de questionários físicos: as alternativas são identificadas com números para ficar fácil diferenciá-las e há um sistema de leitura automática que remedia a função de um ledor.

O jogo digital tem a vantagem de fornecer um *feedback* instantâneo para a resposta escolhida, o que favorece sua função de ferramenta educacional (Tenório, Silva, & Tenório, 2016; Williams, 2013).

A imediação da interface é promovida pela exigência do mínimo de ações do jogador para executar seus movimentos - as respostas são escolhidas com um único toque e o *feedback* é instantâneo – e o movimento das cartas pode ser feito analogamente ao movimento real, arrastando-as, ou de forma automatizada com toques duplos nas cartas. A automatização do movimento promove a transparência da interface em relação ao espaço de navegação do jogador, pois eliminando a necessidade do jogador deslocar a carta pela área de jogo reduz-se a percepção de distâncias e da existência de "áreas de contato" que o jogo possui para posicionar as cartas.

No entanto, a imediação total não é possível. Ela é prejudicada pela forma como os movimentos que fogem às regras básicas do jogo são feitas: como é necessário acessar menus para desfazer ações e liberar cartas escondidas a interface fica evidenciada. Isso não é necessariamente um ponto negativo, pois em uma situação de jogo com um baralho real também é necessário "desprendimento" do jogo para burlar regras e olhar cartas que ainda não foram desviradas, por exemplo. O SolitaireQuiz consegue tornar essas ações mais legítimas ao permitir fazê-las com uma troca, em que é necessário ter pontos acumulados para poder comprar as vantagens.

Também ocorre um "destaque" da interface quando surgem os questionários, pois estes ficam sobrepostos à área de jogo e contém regiões bem definidas para se selecionar as alternativas. Após responder e receber o *feedback*, o jogador precisa tocar em um botão para voltar ao jogo de cartas (Figura 5 e Figura 6).

6 I CONCLUSÃO

Os jogos digitais que se baseiam em jogos reais podem ser um meio de atrair para o mundo virtual pessoas que não estão habituadas às novas mídias. No entanto, essa transposição não ocorre sem obstáculos; se por um lado é possível construir qualquer coisa em um meio digital, por outro a interação é sempre mediada por um artefato – computador, smartphone ou outros. A análise em *close reading* através das poéticas de Remediação e Imediação de Bolter e Grusin (2000) permitiu avaliar como o jogo digital educacional SolitaireQuiz realiza a transposição do jogo de paciência e de questionários de múltipla escolha – ao mesmo tempo que integra esses dois em um jogo educacional, ou edugame – e onde essa virtualização dos objetos encontra obstáculos.

Verificamos que o uso de estruturas familiares na criação de jogos digitais é um caminho para facilitar a compreensão do artefato pelo público, além de ser uma boa maneira de demonstrar o potencial dos meios digitais em automatizar processos que em meios analógicos exigem intervenção humana.

Observamos também que no SolitaireQuiz não ocorre totalmente a imediação, ou seja, o desaparecimento da interface para o usuário, pois suas mecânicas exigem algumas interações que explicitam sua estrutura de menus. No entanto, essa quebra da imediação ocorrer como contrapartida para benefícios ao jogador, disponibilizando e legitimando ações que não seriam apropriadas em uma versão analógica.

Vemos, assim, que as poéticas de remediação e imediação ajudam a compreender e nortear o desenvolvimento de edugames, mas como toda poética, devem ser entendidas como filtros e não como requisitos absolutos e obrigatórios para um bom produto.

REFERÊNCIAS

Bizzocchi, J., & Tanenbaum, J. (2011). Well read: Applying close reading techniques to gameplay experiences. In J. **Bizzocchi, & J. Tanenbaum, Well Played 3.0** (pp. 262-290). Pittsburg: ETC Press.

Bolter, J., & Grusin, D. (2000). **Remediation: Understanding New Media**. Cambridge: MIT Press.

IJsselsteijn, W., Nap, H. H., de Kort, Y., & Poels, K. (2007). **Digital Game Design for Elderly Users**. Proceedings of the 2007 conference on Future Play (pp. 17-22). Toronto: ACM.

Manovich, L. (2001). **The Language of New Media**. Cambridge: MIT Press.

Tenório, T., Silva, A. R., & Tenório, A. (2016). **A influência da gamificação na Educação a Distância com base nas percepções de pesquisadores brasileiros**. Revista EDaPECI, 16, 320-335.

Williams, R. (2013). **Preciso saber se estou indo bem! uma história sobre a importância de dar e receber feedback.** Rio de Janeiro: Sextante.

CAPÍTULO 21

INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA

Data de aceite: 22/03/2021

Fábio Teixeira Lima
https://orcid.org/0000-0002-2835-1289
Instituto Federal do Amazonas, Campus Avançado de Manacapuru.

Felipe Lopes de Lima
https://orcid.org/0000-0002-2854-4638
Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, Centro de Mídias de Educação do Amazonas.

Gernei Goes dos Santos
https://orcid.org/0000-0002-9832-1923
Instituto Federal do Amazonas, Campus Avançado de Manacapuru.

RESUMO: O trabalho apresenta uma experiência vivenciada no IFAM/Campus Avançado de Manacapuru, relacionada à construção de uma mesa de pingue-pongue. Tal atividade integradora envolveu o planejamento colaborativo entre os componentes curriculares de Matemática, Física, Noções e Elaboração de Relatórios e Projetos, Educação Física, Arte e Desenho Gráfico. O objetivo da atividade foi integrar os cursos de Informática e Recursos Pesqueiros, na modalidade de ensino integrado, para que os alunos pudessem desenvolver processos de aprendizagem no decorrer da semana e atividades práticas no sábado letivo. O resultado foi satisfatório, pois os estudantes demonstraram aspectos como a curiosidade e a importância de sanar dúvidas no momento de vivenciar a atividade. Portanto, percebemos que os alunos apresentaram melhores resultados, quando tivemos a oportunidade de pôr em prática as aulas teóricas e deixando resolver os problemas, que surgiram, sendo o papel dos docentes, de orientação e o de apoio durante as atividades.

PALAVRAS - CHAVE: Atividade Integradora. Planejamento Colaborativo. Ensino e Aprendizagem.

INSTRUMENT OF TEACHING AND LEARNING FOR SCIENTIFIC KNOWLEDGE: INTEGRATING ACTIVITY FROM PLANNING TO PRACTICE

ABSTRACT: The work presents an experience lived at the IFAM/Advanced Campus of Manacapuru, related to the construction of a ping-pong table. Such an integrative activity involved collaborative planning between the curricular components of Mathematics, Physics, Reporting and projects, Physical Education, Art and Graphic Design. The objective of the activity was to integrate the courses of Informatics and Fisheries Resources, in the integrated teaching modality, so that students could develop learning processes during the week and practical activities on the school Saturday. The result was satisfactory, as the students demonstrated aspects such as curiosity and the importance of solving doubts when experiencing the activity. Therefore, we realized that the students presented better results, when we had the opportunity to put the theoretical classes into practice and to solve the problems that arose, the role of the teachers being that of guidance and support during activities.

KEYWORDS: Integrating Activity. Collaborative

planning. Teaching and learning.

INTRODUÇÃO

No ambiente escolar, para ocorrer a aprendizagem é preciso que o professor planeje, organize e execute os conteúdos de maneira a atender as necessidades do estudante e este, por meio das experiências, descubra suas possibilidades. Aprender, de forma alguma pode ser comparado ou relacionado com a decoração de conteúdo.

Aprender é o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples onde a criança aprende a manipular os brinquedos, aprende a fazer contas, lidar com as coisas, nadar, andar de bicicleta etc., até processos mais complexos onde uma pessoa aprende a escolher uma profissão, lidar com as outras. Dessa forma as pessoas estão sempre aprendendo (LIBÂNEO, 1994).

Dessa maneira, considera-se que as aulas práticas, são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, pois eles têm a oportunidade de experimentar, mediante execução de atividades práticas, o que foi ensinado com teorias, por meio de leituras, exercícios, filmes, palestras e pesquisas, por exemplo.

Esses momentos se tornam cruciais, uma vez que os estudantes podem concretizar seus pensamentos, desvendando os mistérios e as curiosidades criadas de forma imagética, em relação a determinado conteúdo.

Considera-se inclusive que, durante atividades de busca e de pesquisa, o estudante também desenvolve a ciência e a tecnologia social, as chamadas CTS, quando ocorrem a imersão prática e os momentos de troca mútua de conhecimento entre professores e alunos, e entre os próprios discentes.

Considera-se ainda que os ambientes não formais são espaços potencialmente ricos, vívidos e de constante aprendizagem e que, ao serem escolhidos para atividades práticas, necessitam de alguns critérios, como: planejamento, organização, conhecimento do local ou visita prévia, organização do tempo de visita e explicação da atividade, para haver maior e melhor aproveitamento do espaço e, desperte a compreensão e maior interesse do estudante na sua formação acadêmica e científica.

Santos (2007) considera que os espaços não formais são extensão da sala de aula, pois propiciam aos alunos o momento de pôr em prática seus conhecimentos de mundo, vivenciados pela experiência de vida, em todos os ambientes, sejam eles na escola, no cinema, no parque, na praça, no teatro, no bosque, na praia, no campo de futebol, na floresta, no rio, no lago, na trilha, ou em um ambiente que faça com que esses estudantes reflitam sobre a valorização do seu espaço, daquilo que lhe permeia e na construção de seu repertório singular, significativo e cultural.

Dada a importância da valorização desses ambientes, neste trabalho será relatada uma experiência com estudantes do 2º ano, do IFAM/Campus Avançado de Manacapuru/

AM, da Modalidade de Ensino Integrado em Informática e Recursos Pesqueiros, na qual usou-se como espaço não formal, o pátio do Campus, para construção coletiva de uma mesa de pingue-pongue.

Para realização da atividade, houve planejamento que envolveu diferentes disciplinas, possibilitando a prática da ciência, tecnologia e sociedade, e, o diálogo harmonioso entre os sujeitos envolvidos, de acordo com as atividades estabelecidas e coordenadas pelos professores de cada componente curricular.

Construção da mesa de pingue-pongue: da teoria à prática

No IFAM/Campus Avançado Manacapuru, as aulas práticas são momentos de muita importância para desenvolver os conhecimentos dos estudantes, quando bem planejadas. Nesse sentido, foram observadas três especificidades inerentes ao Campus Manacapuru, sendo elas: 1) ser uma instituição de ensino e aprendizagem recente (Inaugurado em Junho/2018); 2) não possuir um espaço específico para as aulas práticas, nem laboratório multidisciplinar; 3) ser um Campus "Avançado", fato que limita os recursos disponibilizados pelo Governo Federal e, consequentemente, os investimentos e construção de novos espaços destinados à complementação da formação técnica profissional e cultural dos estudantes do Campus.

Com base nessas observações, percebeu-se um esforço por parte da equipe docente e pedagógica do Campus na busca de alternativas capazes de minimizar essas dificuldades. Nessa perspectiva, observou-se que os momentos das atividades práticas nos espaços "alternativos" do Campus, associados às teorias da sala de aula, contribuem proficuamente na formação e no desenvolvimento individual do estudante.

Quanto a esse aspecto, Lorezetti e Delizoicov (2001), asseveram que é dever da escola propiciar espaços de aprendizagens, para que os alunos adquiram conhecimentos relacionados às necessidades da vida cotidiana, explicitando que:

> Se a escola não pode proporcionar todas as informações científicas que os cidadãos necessitam, deverá, ao longo da escolarização, propiciar iniciativas para que os alunos saibam como e onde buscar os conhecimentos que necessitam para a sua vida diária. Os espaços não formais compreendidos como museu, zoológico, parques, fábricas, alguns programas de televisão, a Internet, entre outros, além daqueles formais, tais como bibliotecas escolares e públicas, constituem fontes que podem promover uma ampliação do conhecimento dos educandos. As atividades pedagógicas desenvolvidas que se apoiam nestes espaços, aulas práticas, saídas a campo, feiras de ciências, por exemplo, poderão propiciar uma aprendizagem significativa contribuindo para um ganho cognitivo. (LOREZETTI; DELIZOICOV, 2001, p. 51).

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Avançado de Manacapuru/AM realiza atividades norteadas pela ciência, tecnologia e sociedade que ultrapassam a sala de aula, e que envolvem turmas de distintos cursos, em espaço não formal, afim de promover a discussão das diferenças da formação

profissional e, ao mesmo tempo, demonstrar que cada indivíduo possui repertório potencial que contribui nessas atividades programadas.

A atividade que será transcrita neste trabalho teve a participação dos alunos dos Cursos Técnicos, da Modalidade de Ensino Integrada, das turmas do 2° ano de Informática e Recursos Pesqueiros. Essas áreas são distintas na formação técnica, mas os conhecimentos da formação teórica de cada curso, juntamente com o planejamento da atividade prática integradora, despertaram o interesse dos estudantes em participar da atividade e em contribuir nela com suas experiências adquiridas na formação técnica e na vida.

A respeito da importância desse tipo de vivência, Demo (2015) relata que:

> O trabalho em equipe, além de ressaltar o repto da competência formal, coloca a necessidade de exercitar a cidadania coletiva e organizada, à medida que se torna crucial argumentar na direção dos consensos possíveis. (DEMO, 2015, p. 23).

De forma a promover a cidadania coletiva e organizada, a atividade foi realizada em um sábado letivo do calendário acadêmico institucional (alternativa adotada pelo Campus Manacapuru para complementar os 200 dias letivos) em conformidade com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica (LDB/96).

No instituto, aproveitamos os sábados letivos para realizar aulas com atividades lúdicas, momentos em que os alunos podem aprimorar seus conhecimentos e a experiências do cotidiano. Nesse caso, considerando que muitos estudantes ajudam seus pais em atividades profissionais, nos momentos das práticas, quando utilizamos os espaços não formais, eles têm a oportunidade de fazerem uso de seus conhecimentos prévios.

Na atividade relatada, planejou-se a construção de uma mesa de pingue-pongue, com participação de professores de diversas áreas do conhecimento e de diferentes componentes curriculares. Matemática e Física, Noções e Elaboração de Relatórios e Projetos; Educação Física, Arte, Desenho Gráfico e Conceito Visual. Contou ainda, com o apoio do artífice da Instituição para complementar na orientação da técnica de aplicação da massa corrida e da tinta, para a pintura da mesa.

Nesse âmbito, Sasseron e Carvalho (2008), ao tratarem de grupos indicadores, descrevem um diagnóstico sobre as ações desempenhadas coletivamente, que prevê uma ordem estabelecida das atividades, afirmando que:

> Um dos grupos de indicadores relaciona-se especificamente ao trabalho com os dados obtidos em uma investigação. Incorpora, então, as ações desempenhadas nas tarefas de organizar, classificar e seriar estes dados: a seriação de informações é um indicador que não necessariamente prevê uma ordem a ser estabelecida, mas pode ser um rol de dados, uma lista de dados trabalhados. Deve surgir quando se almeja o estabelecimento de bases para a ação. A organização de informações ocorre nos momentos em que se discute sobre o modo como um trabalho foi realizado. Este indicador pode

> ser vislumbrado quando se busca mostrar um arranjo para informações novas ou já elencadas anteriormente. Por isso, este indicador pode surgir tanto no início da proposição de um tema quanto na retomada de uma questão. A classificação de informações ocorre quando se busca conferir hierarquia às informações obtidas. Constitui-se em um momento de ordenação dos elementos com os quais se está trabalhando procurando uma relação entre eles. (SASSERON; CARVALHO, 2008, p. 338).

Para a prática da atividade, ocorreu o planejamento prévio e coletivo de verificação das necessidades materiais e programação para a atividade do Sábado Letivo. Após a reunião do planejamento, prepararam-se as aulas da semana com os conteúdos dos componentes curriculares envolvidos. Cada professor fez sua contribuição, com cálculos, projetos, retas, linhas, controle da coordenação motora, pinturas com pincel para tinta, a importância dos cálculos de quarenta e cinco graus, tudo discutido e analisado para que, no momento da atividade, os alunos utilizassem as ferramentas necessárias para a construção da mesa de pingue-pongue.

Com ênfase na parte prática, os materiais utilizados foram: duas folhas de compensado, uma dúzia de ripão, meia dúzia de ripeta, pregos de duas polegadas e meia, parafusos de cinco centímetros, parafusos de três centímetros, lixas de vários grãos, tintas de cores azul e branca. Os instrumentos de carpintaria usados foram esquadro, martelo, furadeira, equipamentos de proteção individual - EPIs, lixadeira, serra tico-tico, trena de três metros, brocas diversas, pincel de cinco centímetros, rolo, brocha, massa corria e fita para marcar as linhas para pintura.

O pátio do campus foi o espaço de construção da mesa, porque não dispomos de uma marcenaria interna e muito menos de um espaço específico para esse trabalho, portanto, improvisamos um espaço viável, seguro e aconchegante para alunos e professores.

Para Lorezetti e Delizoicov (2001), os espaços não formais fazem com que os alunos aprendam por meio da interação, ambientes que são fundamentais para o ensino e aprendizagem cultural, intelectual e social:

> Durante as visitas aos museus, e as outras formas de saídas a campo, atividades práticas, os alunos aprendem por meio da interação que se estabelece com os professores, com os adultos, contando com a disposição de objetos e com a relação entre experiência e o seu conhecimento. Desta forma, ao retornarem à escola, os professores ao sistematizarem este conhecimento possibilitam o seu aprofundamento e a construção de outros saberes. A sistematização dos conhecimentos é, portanto, uma das tarefas fundamentais da escola e da atuação docente para que este processo de alfabetização ocorra, de modo a propiciar significado e sentido ao conhecimento que está sendo apropriado pelo aluno. (LOREZETTI; DELIZOICOV, 2001, p. 55).

Sendo assim, no início da construção da mesa explicamos a utilidade de cada ferramenta, cada instrumento e os EPIs, para que os alunos pudessem iniciar os trabalhos da construção da mesa, com segurança, relacionando com as aulas das disciplinas

envolvidas na atividade. Nesse momento, foi orientado que se tivessem dúvidas, deveriam perguntar qual seria o equipamento adequado para cada etapa e o modo correto de utilizá-lo.

A primeira etapa foi determinada aos alunos de Informática, que ficaram responsáveis por apresentar o projeto da mesa, com suas especificidades, dentro dos padrões oficiais estabelecidos pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Depois de tal compreensão compartilhada, foram buscadas as folhas de compensados para que fizessem as medidas de acordo com as especificações do projeto apresentado.

Nesse momento, percebeu-se a importância dessa atividade nos processos de ensino e aprendizagem com ênfase nos alunos, porque eles começaram a refletir, relacionar e perguntar qual era o instrumento correto para cada etapa, pondo em prática o conhecimento teórico adquirido durante a semana nas aulas teóricas.

Nesse contexto de ensino e aprendizagem, Formigosa *et al.* (2017) afirmam que:

> Para além das lógicas internas dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula, há necessidade de metodologias que contribuam para sua assimilação facilitando o processo de ensino e aprendizagem do aluno. As estratégias de ensino podem contribuir nesse processo, que vão para além da apreensão de conteúdos, mas que podem agregar valores, mobilizar a construção de sínteses (FORMIGOSA; et al., 2017, p. 903).

Após realizarmos as medidas da mesa, iniciamos a parte dos cortes, com a serra tico-tico. Nas primeiras tentativas, não obtivemos êxito, pois os alunos não conseguiam cortar as folhas de compensados de acordo com a reta traçada. Como saíam da reta, desperdiçaram material, o que nos levou a reiterar a ideia de que, para que ocorra o aprendizado por parte dos discentes, muitas das vezes, os erros na execução de procedimentos planejados podem contribuir para o aprimoramento do conhecimento.

Henz *et al.* (2019, p. 156) argumentam que “o ensino precisa estar ligado com as experiências dos alunos e da mesma maneira, contextualizado com suas realidades as quais vivem, para assim poderem compreender o seu espaço e ter sentido com o que o professor tem a oferecer”.

Após algumas tentativas, conseguimos fazer os cortes das folhas de compensado, dentro das medidas planejadas no projeto elaborado pela turma de Informática durante as aulas do componente curricular Noções e Elaboração de Relatórios e Projetos, com a contribuição dos alunos da turma de Recursos Pesqueiros, que estavam cursando a disciplina Desenho Técnico.

Para Brandi e Gurgel (2002, p. 116), no que diz respeito ao conhecimento e estratégias, “sendo criativo, o professor sabe lidar com as situações imprevisíveis, conflituosas, complexas e singulares que vivencia no cotidiano escolar, pois elabora estratégias de ação a partir das suas reflexões na prática e após a prática”. Essa criatividade e a determinação foram percebidas pela persistência, nas conversas, participação e dedicação dos alunos e

professores.

Depois, tivemos que fazer novas medidas para o quadro onde iriamos fixar o compensado. Nas medições, foi necessário o uso da trena de três metros e, para maior precisão do corte, o uso do esquadro, que instigou a curiosidade dos alunos, por se tratar de um instrumento usado para fazer um risco reto e em quarenta e cinco graus.

Nessa atividade, os instrumentos utilizados causavam curiosidades, mas os professores dos componentes curriculares de Matemática e Física, explicavam a necessidade de cada instrumento, para a construção da mesa, sempre lembrando os cálculos realizados durante a semana nas aulas teóricas, que antecederam a atividade do sábado letivo.

Formigosa *et al.* (2017) enfatizam a importância dessas estratégias, argumentando que:

> As estratégias de ensino visam contribuir nessa relação dialógica e aponta para os licenciados que ensinar Física está para além das fórmulas matemáticas e dos conceitos cartesianos que vêm se estendendo dentro das salas de aula, mas como uma disciplina que ajudará a refletir e a entender sobre as diferentes formas de ver e entender o mundo, bem como questionar tais situações (FORMIGOSA; ***et al***., 2017, p. 904).

Contribuindo com os argumentos, Demo (2015) relata que aproveitar a experiência de cada um facilita o entendimento, e o trabalho em conjunto consegue atingir seus objetivos. Assim sendo, o autor aponta que:

> Podemos acrescentar aqui, ao lado da ideia central e motivar um ambiente de trabalho conjunto, a outra de aproveitar a experiência de cada um e de relacionar o que se aprende com a vida concreta. Sobretudo em matérias mais abstratas, como matemática, é de suma importância que se possam ver tais relações no dia a dia, para superar o absurdo de imaginá-las como invencionice da escola, já que em nenhum momento ou lugar elas aparecem concretamente. (DEMO, 2015, p. 29).

Nesse momento, os professores dos componentes curriculares de Física e Matemática falaram por que se estuda o assunto “quarenta e cinco graus” e comentaram que, sendo cortados quatro pedaços de madeira na marcação de 45 graus, os alunos fariam o quadrado para colocar as folhas de compensados. Vale ressaltar que os professores apenas explicavam e coordenavam o trabalho, pois a atividade deveria ser praticada pelos alunos, os quais deveriam reconhecer que os ensinamentos ocorridos em sala de aula faziam parte do cotidiano de todos.

Após essa etapa, iniciamos a construção dos cavaletes, como suporte para suspender a mesa e ficar na altura adequada, a fim de os estudantes desfrutarem da sua criação, jogando pingue-pongue. Nesse momento, consultamos novamente a pesquisa dos alunos de Informática, verificando as medidas necessárias à construção dos cavaletes, sendo observados a altura, a largura, a quantidade de madeira necessárias, bem como os

cálculos relativos ao peso que os cavaletes iriam comportar.

Para contextualizar a atividade dentro da temática das CTS, corroboramos com as perspectivas de Pinheiro, Silveira e Bazzo (2007), ao afirmar que:

> Com o enfoque CTS, o trabalho em sala de aula passa a ter outra conotação. A pedagogia não é mais um instrumento de controle do professor sobre o aluno. Professores e alunos passam a descobrir, a pesquisar juntos, a construir e/ou produzir o conhecimento científico, que deixa de ser considerado algo sagrado e inviolável. Ao contrário, está sujeito a críticas e a reformulações, como mostra a própria história de sua produção. Dessa forma, aluno e professor reconstroem a estrutura do conhecimento. Em nível de prática pedagógica, isso significa romper com a concepção tradicional que predomina na escola e promover uma nova forma de entender a produção do saber. É desmitificar o espírito da neutralidade da ciência e da tecnologia e encarar a responsabilidade política das mesmas. Isso supera a mera repetição do ensino das leis que regem o fenômeno e possibilita refletir sobre o uso político e social que se faz desse saber. Os alunos recebem subsídios para questionar, desenvolver a imaginação e a fantasia, abandonando o estado de subserviência diante do professor e do conhecimento apresentado em sala de aula. (PINHEIRO; SILVEIRA; BAZZO, 2007, p. 77).

Ainda nesse sentido, percebeu-se que, com a experiência, foi possível a aproximação maior entre alunos e professores envolvidos na atividade, porque ambos os lados tiveram o momento de falar de suas realidades, sonhos e expectativas para o futuro.

Sendo assim, para a mesa ficar segura e apresentável, foi necessário o reforço com parafusos, pregos, cola branca para madeira e, depois o lixamento, para a aplicação da massa corrida e, posteriormente, a fase da pintura, que seria outra etapa, a ser realizada no turno vespertino.

Essas atividades foram realizadas durante o turno matutino. No turno vespertino, trabalharam-se a parte da pintura e das marcações necessárias como divisas da mesa. Nessa etapa, os professores dos componentes curriculares de Educação Física, Arte e Noções e Elaboração de Relatórios e Projeto foram importantes na orientação da atividade, que contou ainda com a participação do artífice, para orientar a aplicação da massa corrida e da tinta.

A surpresa na realização dessa atividade foi comprovar o desenvolvimento de uma prática científica. Antes, acreditávamos que esse tipo de atividade fosse apenas uma forma de integralizar as disciplinas que aceitaram participar do planejamento da aula.

Para Chassot (2006, p. 91) “A alfabetização científica pode ser considerada como uma das dimensões para potencializar alternativas que privilegiam uma educação mais comprometida”.

Nesse sentido, ao final da atividade, realizou-se uma avaliação com os estudantes, a fim de saber sobre o que aprenderam com os trabalhos praticados na atividade de construção da mesa. Todos afirmaram que a atividade teve grande importância para a reflexão e comprovação dos conteúdos aprendidos em Sala de Aula.

Percebeu-se ainda que os estudantes demonstraram terem compreendido, de forma prática e lúdica, sobre a importância dos cálculos, das cores, das combinações, das retas, das curvas, e da utilização dos equipamentos corretos para as atividades, pois, a maneira como tudo foi posto serviu para entender e confrontar, como já mencionamos, o que foi ensinado na sala de aula e que, no cotidiano, reflete com a realidade do ensino e da aprendizagem.

Nesse sentido, Auler (2003) classifica esses momentos como o mundo da escola e o mundo da vida, descrevendo que:

> A caminhada quanto à elaboração e avaliação da implementação de temáticas encontra-se numa fase bastante preliminar. Contudo, há indicativos de que a opção por esta configuração curricular gera um maior engajamento do aluno em todo o processo. Em outras palavras, favorecendo uma maior ressonância entre o "mundo da escola" e o "mundo da vida", a atribuição de significado ao que se faz na escola, por parte do aluno, pode constituir-se numa dimensão que potencializa a aprendizagem. (AULER, 2003, p. 80).

Sendo assim, conclui-se que e elaboração e o resultado da atividade proposta, foi de grande importância, pois, ao promover atividades práticas em ambientes alternativos, estimula-se alunos a desenvolverem ciência, tecnologia e sociedade. Portanto, considera-se que o resultado da atividade foi satisfatório, uma vez que o que se aprendeu, foi que, muitas vezes uma atividade simples, bem planejada e posta em prática adequadamente, faz uma diferença considerável no desenvolvimento de ensino e aprendizagem de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como docentes provocadores, percebeu-se, na atividade estrategicamente proposta e praticada, que, ao finalizar e avaliar os processos vivenciados em grupo, ocorrem resultados relevantes e satisfatórios para os estudantes e professores, pois a forma de aprendizagem com ênfase na prática faz com que, à medida que cada estudante participa efetivamente das atividades, torna-se possíveis a reflexão e a compreensão para o entendimento dos conteúdos ministrados, como complementares ao conhecimento de mundo que aprendem no dia a dia.

Nesse contexto, Sasseron e Carvalho (2011) avaliam que:

> O desenvolvimento dos conteúdos procedimentais será de fundamental importância durante a realização das aulas práticas. Observar atentamente o fenômeno em estudo, estabelecer hipóteses, testá-las via experimento, registrar os resultados, permite que os alunos ajam de forma ativa sobre o objeto de estudo, possibilitando uma melhor compreensão do experimento. (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 46).

As satisfações dos estudantes de aprenderem a lidar com alguns instrumentos, equipamentos, máquina de pequeno porte e os EPIs também ajudam na formação técnica

profissional, pois eles têm a oportunidade de conhecer o processo de construção e desenvolvimento de certas atividades e profissões que poderão escolher no futuro.

Quando escolhemos e acertamos na metodologia para ensinar, percebemos a satisfação para quem aprende, porque facilita o entendimento cognitivo, ao colocar em prática o que se ensina durante a semana em sala de aula. Isso gera satisfações mútuas, tanto para o estudante que aprende quanto para o professor propositor que, ao ensinar, aprende ainda mais.

Observou-se, ainda, que a realização dessa atividade demandou de tempo, de planejamento, de envolvimento e compromisso dos professores, de custos financeiros, financiados na maioria das vezes pelos próprios professores, porém, o resultado é satisfatório, quando se atingem os objetivos propostos no planejamento das atividades, especialmente ao perceber-se a satisfação dos estudantes ao confrontarem teoria e prática.

Atualmente, a mesa de pingue-pongue construída é utilizada pelos alunos nas atividades do componente curricular de Educação Física e durante os intervalos da merenda e do almoço para atividades recreativas e esportivas. A responsabilidade de cuidar e organizar os horários dos jogos é do grêmio estudantil do Campus.

Vale ressaltar que esta atividade foi realizada sem que se soubesse que se tratava de atividade voltada para CTS, pois pensava-se ser apenas uma atividade de integralização das disciplinas, para realizar uma atividade lúdica no sábado letivo. Porém, foi gratificante perceber e comprovar que os ambientes não formais fazem parte dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes do IFAM/Campus Avançado Manacapuru.

REFERÊNCIAS

AULER, Décio. **ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA-TECNOLÓGICA**: um novo “Paradigma”?. Revista Ensino, v. 5, nº 1, p. 68-83, 2003.

BRANDI, Arlete Terezinha Esteves; GURGEL, Célia Margutti do Amaral. **A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E O PROCESSO DE LER E ESCREVER EM SÉRIES INICIAIS:** emergências de um estudo de investigação-ação. Ciência & Educação, v. 8, nº 1, p. 113-125, 2002.

CHASSOT, Attico. **ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA:** uma possibilidade para a inclusão social. Revista Brasileira de Educação, n. 22, p. 89-100, 2006.

DEMO, Pedro. **EDUCAR PELA PESQUISA**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

FORMIGOA, Marcos Marques; MARCHI, Miriam Ines; DEL PINO, Jose Claudio; QUARTIERI, Marli Teresinha. **JÚRI SIMULADO E TEMPESTADE CEREBRAL**: entendendo a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 2, p. 899-920, 2017.

HENZ, Gabriela Luísa; HENCKES, Simone Beatriz Reckziegel; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães; SILVA, Jacqueline Silva da. **A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA PRESENTE NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 20, p. 156 – 161, 2019.

LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. **ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO CONTEXTO DAS SÉRIES INICIAIS**. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências. 3(1): 1-17, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **DIDÁTICA.** – São Paulo: Cortez, 1994.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antônio. **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE:** a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. Ciência & Educação, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2007.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. **EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL**: funções, princípios e desafios. Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 36, set/dez, 2007.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA:** uma revisão bibliográfica. Investigações em Ensino de Ciências. V. 16(1): 59-77, 2011.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **ALMEJANDO A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL:** a proposição e a procura de indicadores do processo. Educação e Pesquisa, v.44, p. e170831-e170831, 2008.

CAPÍTULO 22

MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO

Data de aceite: 22/03/2021

Aline Tavares
Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) na linha de pesquisa Políticas Educacionais. Especialista em Administração Pública e Gerência de Cidades. Bacharel em Museologia.

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões sobre o papel dos museus na formação cultural, social e histórica dos indivíduos. Mostrando a importância desses espaços na produção de vínculos com o público resultando em um senso de identificação e potencial pertencimento. Este trabalho tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da educação patrimonial dentro dos espaços museológicos, ele foi realizado a partir de estudos que se debruçam sobre a temática do patrimônio cultural conectado com a sociedade, principalmente na relação mais próxima entre museu e escola, utilizando o exemplo da prática educativa "Construindo o Museu que eu quero" realizada no Museu Antonio Selistre de Campos, localizado na cidade de Chapecó, no estado brasileiro de Santa Catarina. Com os resultados parciais da pesquisa entende-se necessário repensar a trajetória dos museus lançando novos olhares, trazendo o enfoque não só para os objetos, mas também para ideias e perspectivas que confluam em relevantes avanços no que tange à valorização do patrimônio cultural brasileiro.

PALAVRAS - CHAVE: Museu; Educação patrimonial; Sociedade.

ABSTRACT: This article presents reflections on the role of museums in the cultural, social and historical formation of individuals. Showing the importance of these spaces in the production of bonds with the public resulting in a sense of identification and potential belonging. This work aims to contribute to the strengthening of heritage education within museological spaces, it was carried out based on studies that focus on the theme of cultural heritage connected with society, mainly in the closest relationship between museum and school, using the example of the educational practice "Building the Museum that I want" held at the Antonio Selistre de Campos Museum, located in the city of Chapecó, in the Brazilian state of Santa Catarina. With the partial results of the research, it is necessary to rethink the trajectory of museums by taking a new look, bringing the focus not only to objects, but also to ideas and perspectives that converge in relevant advances regarding the valorization of Brazilian cultural heritage.

KEYWORDS: Museum; Heritage education; Society.

A RELAÇÃO ENTRE MUSEU E ESCOLA

Os museus há muito tempo não são mais vistos como templos guardiões de objetos e voltaram suas perspectivas para o patrimônio cultural com caráter educativo e social. No entanto, na prática ainda existem muitas

barreiras a serem transpostas. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no ano de 2010 e que ainda representa o cotidiano das nossas instituições culturais: cerca de 70% dos brasileiros nunca visitou um museu. Esses dados poderiam ser diferentes se o incentivo à visitação desses espaços fosse dado desde o início da formação escolar do indivíduo acompanhando cada fase de seu desenvolvimento.

> Políticas para a infância têm o papel de garantir que o conhecimento produzido por todos se torne de todos. É importante fortalecer tradições e laços culturais e históricos dos diversos grupos, mas graças ao conhecimento universal poderemos escapar do isolamento, do estreitamento das relações, da perda de humanidade. Políticas para a infância podem exercer importante papel ao reconhecer as diferenças combatendo a desigualdade, ao garantir a posse do conhecimento, questão central da distribuição do poder. O conhecimento universal e a compreensão da história possibilitam superar a particularidade. Falar de conhecimento é, pois, falar de cidadania. (KRAMER, 1998, p.9)

A comunicação é um dos pilares das atividades que os museus desenvolvem, no entanto, a forma como ela se estabelece varia de acordo com cada instituição. O potencial educativo dos museus decorre da comunicação de conteúdos variados, apresentados de forma dinâmica e interativa devendo aproximar seus discursos da realidade social em que estão inseridos (CURY,2007). E essa aproximação significa olhar a sua volta, repensar suas práticas, diagnosticar suas falhas e ser incansável na tentativa de estabelecer um diálogo fluido que possibilite trocas com o público e não seja um lugar com discurso pronto e unilateral, nos moldes da Educação bancária, conceito discutido por Paulo Freire.

Os espaços museais têm um importante papel na formação cultural, social e histórica dos indivíduos. E essa formação é produzida por meio dos vínculos que estes espaços desenvolvem com seu público, resultando em um senso de identificação através da história ou da memória causando uma série de sentimentos e emoções. Cabe aos profissionais da área aproximar cada vez mais a sociedade das instituições museológicas: espaços integradores e transformadores que aguçam a reflexão, o pensamento crítico, a educação e também causam encantamento.

> Os museus são territórios simbólicos privilegiados na contemporaneidade. Reúnem referencias materiais resultantes da ação e do pensamento de diversos grupos sociais, e atraem cada vez mais o interesse e a curiosidade de milhões de pessoas em todas as partes do planeta. Estão localizados nos centros das grandes metrópoles, algumas vezes revestidos de mármore e titânio, ou nas periferias quase ocultas, em construções singelas, espaços de afirmação identitária e de garantia do direito à memória. Os bens musealizados, portanto, servem de ponte entre culturas, entre povos distintos e distantes. (ONO; MOREIRA, 2011, p. 06).

Ainda que sejam lugares históricos, cabe esclarecer que os museus não são espaços do passado. O passado serve como um elo e não como um prisma. Somos mediados pelo presente, o conteúdo, as falas, os discursos são vistos e ressignificados a todo instante,

porém para essa troca acontecer é necessário que os museus e também seus públicos se abram a essas inúmeras possiblidades de mediar o mundo.

> Atualmente há grande conscientização em relação à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, reconhecendo e valorizando os acervos mantidos nos museus e instituições afins. Dessa forma, o museu é responsável pela preservação de suas coleções, pressupondo a guarda, a segurança e a disponibilização para pesquisa e apreciação estética por meio de exposições e em condições adequadas. Ações estas, que possibilitam à instituição museológica democratizar seu acervo, tornando-o socialmente protegido e amplamente usufruído. (TEIXEIRA, 2012, p.10).

Museus não são os guardiões da memória, tão pouco são templos sagrados e intocáveis, são lugares de encontro, confronto, diálogo e reflexão, lugares onde a relação com o patrimônio pode ser ressignificada e largamente discutida. Indo ao encontro das possibilidades de ampliação das noções patrimoniais e de importância para comunidade no qual o museu está inserido, deve-se mencionar que um dos públicos mais fiéis à visitação de museus é o escolar, levando em consideração todas as tipologias de museus e seus acervos. São crianças e jovens que vão com seus professores às instituições museológicas em busca de subsídios para as aulas. No entanto, não podemos esquecer que museus são espaços de educação não formal, desvinculando-se assim da ideia de extensão de sala de aula.

> A despeito de considerarmos a criança como sujeito histórico, social e cultural de direitos, consumidora crítica e produtora de cultura, não é difícil perceber e reconhecer o papel que o adulto assume como mediador da criança frente aos equipamentos culturais disponíveis em seu entorno. Desta forma, enquanto adultos considerarem museu espaço de coisa morta, mais remota será a possibilidade de a criança ressignificar esta visão e poder, então, experimentar a relação com o museu como espaço de troca, descoberta, produção de sentido, criação, espaços de memória, de história, de vida. (LEITE, 2006, p.81)

A relação museu e escola é complexa e merece muita atenção por parte dos profissionais atuantes em ambas as áreas. Pensando em um ambiente que lida com grande número de crianças é importante perguntar-se: O museu possibilita à identificação da criança com o espaço, e/ou como esse processo pode se tornar lúdico e prazeroso? Ouvir o público escolar de crianças e jovens pode ser um caminho para estabelecer conexão com outras faixas etárias.

Por todas essas questões evidencia-se a necessidade do fortalecimento dos canais de comunicação dos museus para garantir um espaço interativo, bem como investir em mecanismos pedagógicos como uma estratégia de mediação, estabelecendo uma relação de diálogo entre o patrimônio cultural e a sociedade. As atividades de ensino e aprendizado perpassam a vida humana em sua totalidade. A escola, como instituição formal de ensino, submete a educação à pedagogia, com situações próprias para o seu exercício, produz os

seus métodos, estabelece suas regras e tempos. Já os museus, por sua vez tiveram as atividades modificadas e adaptadas ao longo de sua história:

> Desde que o primeiro museu foi aberto ao público na segunda metade do século XVIII, inicialmente restrito a uma elite cultural, e mesmo nos séculos seguintes quando se abre para um público mais heterogêneo, passou por transformações a partir da própria evolução das sociedades. Essas transformações trouxeram avanços e consequentemente, nos afetam na atualidade. Hoje presenciamos um museu em processo de adaptação às novas demandas do mundo pós-moderno. A visão de um museu tradicional, com foco na conservação e no objeto, é substituída gradativamente por uma visão de museu que rompe com esse paradigma e possibilita a participação e interação mais ativa do público, gerando outras narrativas. O foco dirige-se, agora, para a sua dimensão educativa e para relação e experiência com as pessoas. (GABRE, 2016, p.32)

A educação em museus é um processo, um caminho a ser construído dia a dia entre diferentes profissionais e o público, que é indispensável e deve ser escutado, já que a relação próxima e fluida só se estabelece na troca de conhecimento e de fazeres. Como instituições não formais de ensino os museus têm suas ações constituídas por reflexões e práticas que se forem bem-sucedidas podem ser incorporadas e integradas ao cotidiano dos visitantes.

> Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórico, cultural e socialmente existindo como seres fazedores do seu caminho que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam aos ´caminhos` que estão fazendo e que assim os refazem também. (FREIRE, 1999, p. 97).

Muitos museus ainda hoje continuam com discursos conservadores, com exposições em padrão tradicional sem prestar atenção e levar em consideração as demandas do público visitante, que muitas vezes acaba se distanciando por não estar familiarizado, não entender ou achar chata e ultrapassada a forma como o conteúdo é apresentado. Por conta disso, é necessário repensar sobre a responsabilidade do que cada pessoa leva para sua vida daqueles momentos em que esteve nos museus, não somente como apropriação ou assimilação do conteúdo, mas principalmente com a potencial sensação de pertencimento causada durante a visitação.

> Insistir no acúmulo de explicações e informações sobre as obras e objetos acaba por reduzir o contato com o acervo às suas dimensões técnica e histórica, privando a criança dos momentos de fruição. Nesse sentido, propostas educativas organizadas de forma que as crianças tenham tempo e espaço para se encantar e imaginar diante das peças que despertem seu interesse, sem ter que apressadamente já desviar seu olhar para outra peça da exposição por solicitação de adultos (professores ou mediadores), configura-se como aspecto relevante nas ações desenvolvidas para esse segmento. E, contrariamente, o estímulo ao olhar, mas respeitando e considerando o ritmo infantil, muitas vezes acelerado, pelo entusiasmo de conhecer e explorar

> o ambiente desconhecido, também se apresenta como mais um fator a ser considerado no atendimento às crianças. (CARVALHO, C., & Lopes, T, (2016, p.915)

Os museus são instituições com grande responsabilidade social, já que podem ser formadores de opinião, têm caráter pedagógico, transmitindo ideias, referindo fatos, contanto histórias, estabelecendo um processo comunicativo. Não existe assim um discurso neutro, as exposições e as ações educativas apresentadas pelos museus são resultados de pesquisas e articulações prévias. Tudo está permeado de intenção e foi baseado em pressupostos mesmo que isso não fique explicitado em um primeiro momento (RAMOS, 2004). Sendo assim, a visita a espaços culturais pode fazer parte do planejamento das aulas nas mais diversas matérias, há um universo amplo de possibilidades acerca da função educativa dos museus, aproximando a escola e incentivando a participação plena dos alunos.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

O acervo dos museus, conforme pode ser observado ao longo do tempo até os dias atuais, é ainda o elemento que recebe o maior enfoque dentro desses espaços. O patrimônio que deve ser protegido, resguardado e salvaguardado acaba sendo por muitas vezes tão restrito, que o acesso vira um privilégio para poucos, não cumprindo assim algumas das suas principais funções: comunicar, dialogar, transformar, refletir, incentivar o pensamento crítico e de alguma forma modificar a vida de uma pessoa, uma comunidade ou uma sociedade.

> [...] o patrimônio de cada um de nós e da comunidade à qual pertencemos: do mais modesto ao mais notável, tudo o que tem um sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos é o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade. (VARINE, 2013, p.43).

Apesar de serem conhecidos como espaços de guarda e proteção do patrimônio coletivo, os museus têm em sua gênese também o esquecimento. O patrimônio cultural material e imaterial, dentro e fora dos museus é resultado de processos de escolhas, não há neutralidade em preferir algo em detrimento de outro, porém o motivo de a maioria da sociedade não se sentir representada nos espaços museais pode ter a ver com o fato dela não ter sido consultada ou inserida durante o processo de escolha daquilo que será preservado.

> Os museus, tanto os de ontem quanto os de hoje, são um espaço privilegiado de poder e de memória. Onde há museus, há poder, e onde há poder, há a construção da memória, ou seja, há esquecimento e lembrança – operações que, como se sabe, são complementares. (OLIVEIRA, 2008, p.146)

A reflexão que fica é: estamos protegendo o patrimônio para a sociedade ou estamos protegendo o que julgamos ser patrimônio do acesso de toda sociedade? Caso a resposta para essa pergunta seja a segunda alternativa, estamos fazendo errado. A proteção do patrimônio cultural visa sua sobrevida, seu resguardo para as próximas gerações. Assim sendo, não há sentido tentar deixá-lo inacessível, intocável ou imexível, já que haverá transformações e transições pelas quais o patrimônio cultural passará ao longo de sua existência. E são justamente essas transformações que compõem a singularidade histórica de sua trajetória.

> A impossibilidade prática de preservar tudo nos coloca permanentemente diante da necessidade de realizar opções. Estas opções revelam o caráter político da preservação e precisam, para manutenção da coerência, do amparo de determinados critérios. São esses critérios, explícitos ou não, que permitem estabelecer maior precisão na identificação do bem cultural a ser preservado e maior controle em relação à arbitrariedade preservacionista. (CHAGAS, 2015, p.112)

Conforme Maria de Lourdes Parreira Horta "patrimônio é uma construção de sentidos". Para que as instituições de memória e seus acervos façam sentido na vida da comunidade em que estão inseridos é necessário um trabalho bem articulado entre teoria e prática, pois pouco adianta profissionais de museus continuarem a abrir as portas físicas das instituições enquanto as barreiras sociais impostas não possibilitam uma conexão entre museu e sociedade.

> A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4)

Para efetivar a educação patrimonial é preciso que se crie e se fortaleça um ambiente museal que dialogue, pondere e atenda as expectativas do visitante garantindo mais espaço e voz ativa a ele. É através dessas estratégias de inserção coletiva que o patrimônio cultural se faz visível e se mostra relevante para a sociedade.

> A educação patrimonial é para mim uma ação de caráter global, dirigida a uma população e a seu território, utilizando instituições como a escola ou o museu, mas sem se identificar com qualquer uma delas em particular. [...] A proposta visa a levar o maior número possível de membros da comunidade. [...] Esta educação não é do tipo escolar, mesmo se utiliza muitas vezes o sistema escolar como passo inicial (geralmente, é mais fácil passar pelas crianças para tocar os pais e o resto da população, e de toda maneira, como vimos, é preciso formar as futuras gerações na utilização dos recursos à sua disposição). Na classificação de Paulo Freire, ela não é "bancária", mas libertadora, uma vez que participa da emergência da confiança em si, da capacidade de iniciativa, do reforço da identidade social e cultural, da

coesão social pelo compartilhamento de um patrimônio comum. (VARINE, 2013, p.137-138)

A PRÁTICA EDUCATIVA: PÚBLICO COMO PROTAGONISTA

Dar voz ativa ao público é reafirmar o museu como um espaço em movimento, espaço vivo que se transforma, se constrói e reconstrói constantemente e de forma coletiva. E assim, surgiu a ideia da implementação da prática educativa "Construindo o Museu que eu quero" no Museu Antonio Selistre de Campos, localizado na cidade de Chapecó, oeste do estado brasileiro de Santa Catarina, durante os meses de agosto e setembro do ano de 2019. O projeto visou aproximar o museu, o prédio e o acervo da comunidade local, com ênfase na participação do público escolar. Sendo assim, pensou-se na articulação da arte, da liberdade do diálogo e da troca de informações e impressões para a construção de novos moldes para o museu. Ouvir as crianças foi a maneira escolhida de tocar públicos de outras faixas etárias, já que as crianças são verdadeiros vetores, espalham com entusiasmo e empolgação as informações e histórias, trazendo suas famílias e amigos para perto de projetos que despertam seu interesse, e foi isso que aconteceu durante a execução do "Construindo o Museu que eu quero".

A prática pedagógica foi uma forma subjetiva de acrescentar olhares a respeito do museu: o que ele significa, o que representa e como é visto. As escolas do município receberam o convite por telefone e/ou e-mail, para participar da ação e tiveram acesso as informações preliminares das atividades. Os alunos de 6 a 10 anos eram acolhidos pelos profissionais do museu e inicia-se a visita e mediação pela exposição de longa duração "Rios de Cultura e Memória". Haviam molduras, folhas, lápis e materiais para suporte em cada sala, dividas nos seguintes eixos: Cultura, Economia e Política conforme a delimitação da própria exposição. Ao final do circuito, o mediador passava as orientações para proceder a ação educativa, com a seguinte frase norteadora: "Com base na exposição e em tudo que vocês viram no museu apontem a moldura para o que mais lhe chamou atenção e faça um desenho sobre isso", conforme ilustrado na figura 1. Em síntese, a ideia era que a criança expressasse através do desenho como ela via o museu, o que lhe despertou interesse, o que lhe causou curiosidade, o que gostou e também que o ela queria que mudasse ou tivesse de diferente no museu.

Figura 01: Criança apontando a moldura para o objeto que mais lhe chamou a atenção.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A partir do interesse de cada criança por um objeto ou ambiente, eram divididos os grupos, para que se dirigissem as salas do prédio com os membros da equipe do museu e também com os professores da escola. Durante a execução das atividades, que durava em média uma hora e meia, os responsáveis pela prática educativa circulavam pelo ambiente respondendo as dúvidas, observando os desenhos e incentivando as produções. Houve turmas que não dispunham do tempo necessário para ficar no prédio do museu e terminaram a confecção dos desenhos em casa ou na escola, ficando a cargo do professor a entrega dos trabalhos no museu.

A primeira parte do projeto: mediações e confecção dos desenhos teve tempo de duração de um mês. Encerrado o prazo de desta primeira etapa a ideia era que fosse feita a seleção dos trabalhos que viriam a ser expostos. No projeto original seriam escolhidos 30 trabalhos com base nos critérios de criatividade e adequação ao tema. No entanto, devido ao grande número de desenhos e para legitimar o objetivo da ação que era dar voz ao público e permitir que as suas ideias e sugestões fossem vistas por mais pessoas, reiterando assim o intuito coletivo de construção do fazer museal, optou-se por compor a exposição contemplando todos os desenhos feitos pelas crianças.

A exposição compôs a última fase do projeto “Construindo o Museu que quero” e sua montagem aconteceu pelo período de quatro dias. Em suportes expositivos foram colocados os desenhos escolhidos com base nos critérios estabelecidos no projeto e na

parede em frente foram colocados os demais desenhos. Dessa maneira, todos participantes da ação tiveram seus trabalhos expostos. Algumas das turmas que integraram a ação educativa estiveram presentes na inauguração da exposição conforme apontado na figura 2. Durante esse período, puderam dialogar com os demais presentes sobre as motivações, intenções e significados de seus desenhos e as possibilidades de interpretações do que estava exposto, proporcionando assim um ambiente de trocas e interação plena conforme mostrado na figura 3 e 4. Houve rodas de conversas durante todos os dias em que a exposição esteve em cartaz e o material necessário para confecção dos trabalhos se manteve a disposição do público, oportunizando assim que novos olhares e desenhos fossem inseridos continuadamente a exposição.

Figura 02: Interação do público na aebrtura da exposição.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 03: Criança conferindo seu desenho na exposição “Construindo o Museu que eu quero”.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 04: Uma das turmas participantes da ação educativa presente na abertura da exposição.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O projeto teve significativa repercussão em relação ao número de adesão e participação, tal fato influenciou um crescimento considerável no número de visitantes no mês de agosto de 2019: 1.295 (mês da execução da prática educativa com as visitas, mediações e confecções dos desenhos), comparado a 707 (número de visitantes do mês anterior). A experiência de contato com todas as crianças participantes da ação educativa superou a expectativa que se tinha ao início do projeto, já que não era algo que vinha sendo produzido pela instituição museológica ao longo de sua existência. A exposição dos desenhos ficou em cartaz durante 5 dias como programação do Museu Antonio Selistre de Campos (MASC) na 13° Primavera de Museus promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no mês de setembro de 2019.

Os desenhos foram confeccionados de forma variada e criativa, cada turma surgia com uma nova proposta e um interesse diferente. No geral, a sala que mais atraiu as crianças foi a vermelha, com a temática da Cultura, em específico as peças sobre o povo indígena local. Além dessas, as que mais apareceram nos desenhos foram o piano, o toca-discos e a tocha olímpica. O maior desejo das crianças era em relação ao toque, salientando a vontade que elas tinham em poder sentir a textura dos objetos, interagir com as peças e saber mais sobre as peculiaridades de cada artefato. O “Construindo o Museu que eu quero” demonstrou que cada objeto pode despertar o interesse, a curiosidade, a imaginação, a lembrança, os sentidos e os sentimentos de diferentes maneiras em cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se que há um longo percurso a ser trilhado por parte das instituições que visam a salvaguarda do patrimônio cultural em nosso país. Nessa perspectiva, espera-se que esse estudo contribua para o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial que ponderem, escutem e dialoguem com o público, visando ir ao encontro dos anseios e prioridades da coletividade. A partir de toda análise observada, vê-se a necessidade de que se dê continuidade na discussão sobre o tema e também no prosseguimento em pesquisas nesse campo. Acredita-se que esse seja o caminho para a maior identificação social com os bens a serem preservados, estimulando assim à valorização do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris. *O público infantil nos museus. Educação & Realidade*, 41(3), (p. 911-930). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó/SC: Argos, 2015.

CURY, Marilia Xavier. *Exposição: uma linguagem densa, uma linguagem engenhosa*. In: VALENTE, Maria Esther (Org.). Museus de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: MAST, p 69-76, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GABRE, Solange de Fátima. *Para habitar o museu com o público infantil: uma proposta de formação colaborativa entre professoras da infância e profissionais do Museu Municipal de Arte de Curitiba*. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 2016. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

GRUNBERG, Evelina**.** *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*, 24 p. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

LEITE, M. I. *Crianças, velhos e museu: memória e descoberta*. Cadernos Cedes, 26(68), 74-85: [S.L]: [s.n], 2006.

KRAMER, S. *Produção cultural e educação: algumas reflexões críticas sobre educar com museu*. In Kramer, S.; Leite, I. (Orgs). Infância e produção cultural. Campinas: Papirus,1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2008.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. *Segurança em Museus*. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, Cadernos Museológicos Vol.1), 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Danação do objeto. Chapecó*: Argos, 2004.

TERRA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. Disponível: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ipea-70-da-populacao-nunca-foi-a-museu-ou-centro-cultural,2a6c4bc92690b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acessado em: 09 jul. 2020.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Florianópolis: FCC, 74p.il. 19cm (coleção Estudos Museológicos, v.1), 2012.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro*: *o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*.1° reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CAPÍTULO 23

NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Data de aceite: 22/03/2021

Adriana do Carmo Figueiredo
Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG) e Mestre em Estudos Literários (UFMG). Advogada, docente e pesquisadora de Linguagens, Discurso, Teorias da Argumentação, Direitos Humanos e Hermenêutica Jurídica. É membro da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR) e da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED).

RESUMO: O México colonial, conhecido como *Nueva España*, século XVII, revelou um grande expoente da literatura latino-americana de mulheres em suas bases discursivas. Trata-se da escritora e monja erudita Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695) que, em suas narrativas de vida, testemunhou as bases primitivas do direito humano das mulheres à educação. A proposta desta pesquisa é analisar os relatos de Sor Juana, à luz das Teorias do Texto e do Discurso, para a compreensão de princípios fundadores do direito à liberdade de expressão. Nessa análise, buscamos traçar um referencial teórico discursivo, por meio dos estudos sobre narrativas de vida propostos pela pesquisadora brasileira Ida Lucia Machado (2014, 2015, 2016) em diálogo com a teoria social desenvolvida por Habermas (2000, [1985]), especialmente por meio de sua obra *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições. Como resultado de pesquisa, evidenciamos que a narratividade sorjuanista compõe as bases primitivas e fundacionais das fontes jurídicas sobre o direito humano das mulheres à educação.
PALAVRAS - CHAVE: Sor Juana Inés de la Cruz. Narrativas de vida. Direito à educação.

SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ LIFE NARRATIVES: HUMANIST EXPRESSION OF WOMEN'S RIGHTS IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: Colonial Mexico, known as *Nueva España*, in the 17th century, revealed a great exponent of Latin American women's literature in its discursive bases. It is the scholarly writer and religious woman Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695) who, in her life narratives, witnessed the primitive foundations of women's human right to education. The purpose of this research is to analyze the reports of Sor Juana, in the light of the Theories of Text and Discourse, to understand the founding principles of the right to freedom of expression. In this analysis, we seek to trace a theoretical discursive framework, through studies on life narratives proposed by Brazilian researcher Ida Lucia Machado (2014, 2015, 2016) in dialogue with the social theory developed by Habermas (2000, [1985]), especially through his book *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*. As a result of the research, we have shown that the Sorjuanist narrative forms the primitive and foundational bases of the legal sources on the human right of women to education.
KEYWORDS: Sor Juana Inés de la Cruz. Life narratives. Right to education.

PALAVRAS INICIAIS

Esta pesquisa sobre as narrativas de vida da monja-intelectual mexicana Sor Juana Inés de la Cruz (1648-1695) é fruto da minha trajetória acadêmica, especialmente, do meu Doutorado em Estudos Linguísticos, concluído em 8 de outubro de 2020, pelo programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O propósito deste estudo é analisar as narrativas de vida dessa religiosa erudita que viveu no contexto do México colonial, no século XVII, conhecido como Nueva España. Destaco que o sintagma "narrativas de vida" chegou até nós por meio das teorias da Análise do Discurso propostas pela pesquisadora brasileira Ida Lucia Machado (2014, 2015, 2016), com a dimensão de diferentes materialidades discursivas que revelam a discursividade do ser-que-se-narra.

Assim, nos objetivos traçados para este texto, buscarei demonstrar a relevância da história de vida de Sor Juana para a defesa dos direitos humanos das mulheres à educação, ao conhecimento e à liberdade de expressão no contexto latino-americano. Além disso, é objetivo desta pesquisa refletir sobre os relatos de vida sorjuanistas como fontes jurídicas que revelam as origens do Direito, por meio dos discursos literários narrativos. Pensar esse diálogo entre Direito, Literatura e Discurso é, sem dúvida, um grande desafio para os juristas da contemporaneidade, em sua maioria, herdeiros de uma tradição positivista que os impede de remover os limites epistemológicos na construção ética da reflexão histórica que envolve o Direito em sua perspectiva transdisciplinar.

Como metodologia de pesquisa, optamos pelo método qualitativo com as técnicas da Análise do Discurso aplicadas à narratividade dos testemunhos sorjuanistas e ao contexto histórico-cultural em que viveu a monja mexicana. O marco teórico foi assim construído com o suporte discursivo sobre narrativas de vida, extraído especialmente da obra *Reflexões sobre uma corrente da Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida*, publicada em 2016, pela pesquisadora Ida Lucia Machado.

Essas reflexões sobre o sujeito-que-se-narra nos conduziram a traçar um diálogo hermenêutico contemporâneo, por meio da Teoria Social de Habermas (2000, [1985]) desenvolvida em sua obra *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições, em que buscamos compreender a noção de "reificação da sociedade" como uma espécie de coisificação da ação. Essa visão social do sistema, como reificação das estruturas simbólicas do mundo da vida, nos parece ser o pano de fundo da crítica sorjuanista referente à imposição das restrições dos estudos pela Igreja do período colonial.

Com esse cruzamento teórico, construímos a nossa percepção histórico-narrativa dos direitos humanos como horizonte fecundo que deixa pegadas sobre relatos de lutas humanas pela igualdade. Trata-se de uma memória discursiva nem sempre legitimada pelas instâncias de poder. As narrativas de Sor Juana nos parecem revelar o pressuposto

de uma racionalidade comunicativa mediada pela linguagem, com vistas a um consenso sobre a amplitude do direito à educação.

As bases dos direitos humanos, nessa perspectiva discursivizada, nos parecem um reflexo referencial dos discursos da arte y da literatura que, com suas metáforas e símbolos do passado, reconstroem realidades por meio do compartilhamento de sentidos e suas variadas formas de manifestação. Entendemos que a arte, especialmente aquela proveniente das colônias, é berço das lutas pela igualdade, especialmente, quando refletidas nos direitos humanos das mulheres na América Latina. Essa arte, erguida entre as paredes silenciosas dos conventos, nos convida a refletir sobre a dimensão fundacional do pensamento humanista em suas bases mais primitivas, como expressão primeira e identitária dos povos colonizados.

NOTAS SOBRE NARRATIVAS DE VIDA: AS FONTES SORJUANISTAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

O conceito de narrativa de vida (*récit de vie*) originou-se nas Ciências Sociais e teve como precursores dois sociólogos da Escola de Chicago, William Thomas e Florian Znanieckzi, autores da obra *The Polish peasant in Europe and America: monograph of an immigrant group*, de acordo com Carvalho (2016). Na França, essa abordagem metodológica foi desenvolvida, posteriormente, pela perspectiva do sociólogo Daniel Bertaux (1997), com base em sua visada etnossociológica, que se propunha a

> [...] estudar um fragmento particular de realidade social-histórica, um objeto ***social;*** compreender como ele funciona e como ele se transforma, ressaltando as configurações das relações sociais, os mecanismos, os processos, as lógicas de ação que o caracterizam (BERTAUX, 1997, p. 7, tradução nossa, itálico do autor)[1].

Carvalho (2016) esclarece que esse "[...] fragmento particular de realidade social-histórica", definido por Bertaux (1997, p. 7),

> [...] corresponde a um determinado grupo de pessoas inseridas em um mesmo universo profissional. Tais pessoas vivem, de certo modo, situações sociais semelhantes e compartilham não só as habilidades necessárias para desempenhar suas funções, mas compartilham também modos de divisão do trabalho, valores e crenças. Bertaux (1997) denomina tais fragmentos de "mundos sociais" (CARVALHO, 2016, p. 23).

Dessa forma, Bertaux (1997) propõe uma metodologia que tem como ponto de partida a interação face a face entre o pesquisador e o entrevistado. Os participantes são convidados a narrar sua vida ou partes dela, destacando determinados aspectos, conforme as orientações indicadas pelo pesquisador. Para se referir a essa prática metodológica, o

1 No original: [[...] étudier un fragment particulier de la realité social-historique, un objet social; de compreendre comment il fonctionne et comment il se transforme, em mettant l'acent sur les configurations de raports sociaux, les mécanismes, les processus, les logiques d'action qui le caractérisent.].

sociólogo propõe a expressão *récit de vie*, ou relato de vida, em língua portuguesa.

A proposta de Bertaux (1997) nos parece coerente para os estudos de relatos orais, escritos e testemunhais, que se desenvolvem com base no percurso vivido de pessoas que expuseram suas lutas e seus pontos de vista na defesa de direitos. Com base na narratividade dessas vozes discursivas, extraímos eventos, ações, provas testemunhais e interações diversas entre diferentes núcleos sociais. Dessa forma, as narrativas de vida da escritora mexicana Sor Juana Inés de la Cruz se apresentam como espelho da sua experiência vivida na colônia mexicana, momento em que o direito das mulheres ao conhecimento sofria sérias restrições, em razão das determinações da Igreja seiscentista.

Relatos ou histórias de vida também se fazem presentes em outras disciplinas, tais como a História, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. Na Análise do Discurso, o *récit de vie* foi inaugurado, como metodologia e campo teórico, graças aos trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora brasileira Ida Lucia Machado. Por meio dos seus projetos vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Machado trouxe a sua contribuição sobre as narrativas de vida para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (PosLin).

De acordo com Figueiredo (2020):

> A abordagem de Machado sobre o sintagma "narrativa de vida" tem sua origem com base na tradução que fez do termo ***récit de vie***, proposto por Bertaux (1997), e na leitura do livro ***Storytelling***, do pesquisador francês Salmon (2007). Ao que parece, este livro aborda a relevância da narrativa em nossas vidas, como estratégia de captação de diferentes interlocutores em contextos diversos (FIGUEIREDO, 2020, p. 68).

Assim, tendo em vista a expressividade desse ser-que-se-conta, nos interessa compreender a narrativa em si, com suas múltiplas estratégias linguageiras, algumas vezes conscientes e outras nem sempre. Em outras palavras, "[...] preocupa-nos a prática narrativa com tudo o que ela implica: o fato de contar algo enquanto representação do mundo, do outro, das interações desse sujeito com o mundo e a relação que ele mantém com sua narrativa (MACHADO, 2014, p.1132).

Conforme mencionado no início deste texto, o récit de vie de Sor Juana foi analisado, em profundidade, na minha tese de doutorado, intitulada "Narrativas de vida de Antígona (Sófocles), Sor Juana e Olympe de Gouges: a Justiça no divã da Análise do Discurso", defendida no dia 8 outubro de 2020, pelo programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin), na Faculdade de Letras da UFMG. De acordo com as minhas pesquisas, as narrativas da intelectual mexicana Juana Inés são fundamentais para a compreensão das origens do direito da mulher latino-americana à educação e à liberdade de expressão.

Essa perspectiva norteou a análise discursiva do corpus selecionado, pois pude comprovar que a voz sorjuanista desafiou o seu tempo. Embora erguida sob os véus

monásticos da clausura, Sor Juana é um ícone que simboliza a liberdade de expressão e o desejo de conhecimento. Com seus testemunhos de vida, ela criou uma retórica-argumentativa-persuasiva com a finalidade de questionar os dogmas da Igreja Católica seiscentista, no que tange à censura e à proibição de participação da mulher na vida pública. Importante destacar que as lutas de Juana Inés brotaram no contexto de uma cidade letrada2 que emergia na colônia novo-hispânica, onde intelectuais, escritores e poetas eram respeitados, principalmente, pelos vice-reis que participavam de tertúlias literárias.

O direito à educação pertence aos chamados direitos sociais que se configuram com base nos princípios da liberdade e da igualdade entre as pessoas. Esse direito traz como reflexo a expressão reitora do humanismo e, por isso, é determinante para o Estado Democrático de Direito, que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana.

Sem dúvida, indagar sobre as origens do direito das mulheres à educação é uma importante fonte sociológica, dado que as origens do pensamento jurídico brotam de fatos sociais e de reflexões intelectuais que se fizeram ao longo das práticas discursivas da humanidade.

No entanto, como fato notório na historiografia sorjuanista, essa militância feminina sofreu as ameaças impostas pelo peso silenciador da Inquisição que controlava a vida cultural seiscentista, especialmente, por meio dos seus censores mais próximos: o bispo de Puebla, Manuel Fernández de Santa Cruz, e seu confessor, padre Núñez de Miranda. Essa tentativa de silenciamento nos parece ter sido relevante para a projeção de Sor Juana como uma figura feminina contestadora, conforme se fixou no imaginário coletivo da América hispânica.

Mesmo com as ameaças da Inquisição e com as determinações ou censuras, impostas pelos eclesiásticos da Nova Espanha, comprovamos, em nossa pesquisa, que a voz de Sor Juana sobreviveu ao peso da tentativa de silenciamento. Esse fato nos parece mais claro se considerarmos que os 4 (quatro) tomos de suas obras literárias foram publicados, uma parte na época em que viveu, e outra, após a sua morte. Sem dúvida, a voz de Juana Inés eternizou-se, em sua produção discursivo-literária, e sobreviveu às mordaças do seu tempo.

BREVE RESGATE DAS NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ

A infância de Juana Inés foi marcada pelo seu afã de conhecimento e seu desejo de mergulhar no universo das letras. Desse modo, Juana Inés de Asbaje y Ramírez de Santillana passou sua infância na fazenda do seu avô, entre Amecameca, Yecapixtla, Panoaya e Nepantla. Nesse local, havia uma biblioteca, onde Juana passava horas absorta

2 A respeito da sociedade colonial novo-hispânica e de suas relações com a cidade letrada seiscentista, cf.: RAMA (1985), FIGUEIREDO (2017).

em leituras.

Foi nessa fazenda que Juana teve seu primeiro contato com as letras. Ao descobrir a biblioteca de seu avô, o gosto pela leitura rapidamente despertou a sua curiosidade e o seu interesse. A paixão pelo universo das letras era tão grande que ela aprendeu a ler e escrever antes de completar seus três anos de idade. Aprendeu náuatle, com os nativos que ali viviam como escravos, e observou, escondida de sua mãe, algumas lições que sua irmã mais velha recebia de uma mentora, como relata em sua *Respuesta a Sor Filotea*, epístola escrita em 1691:

> Prosseguindo na narração de minha inclinação, de que quero dar-lhes inteira notícia, digo que não havia cumprido os três anos de minha idade, quando minha mãe me enviou a uma irmã minha, mais velha que eu, para que uma das que chamam Amigas lhe ensinasse a ler. O carinho e a travessura também foram comigo e, vendo que a davam lição, acendeu-me o desejo de saber ler de tal maneira que, enganando à mestra, a meu juízo, disse-lhe que minha mãe ordenava que me desse lição (CRUZ, 1995[3], p. 445, tradução nossa)[4].

Quando a voz sorjuanista enuncia que prosseguirá na narração de sua "inclinação (para as letras)", tema sobre o qual deseja dar-nos "inteira notícia", percebemos que as narrativas de vida, conforme propõe Machado (2016), constituem-se em discursos reveladores de uma prática social documentada pela força discursiva. O sujeito-que-se-narra parece debruçar-se na construção de uma inscrição discursiva que se funda nessa perspectiva de uma práxis social, documentando as condições de vida que modelaram uma forma de agir no mundo. Trata-se de um exercício de rememoração, em que várias vozes discursivas (diferentes "eus") se entrecruzam para a revelação da totalidade de um mundo vivido pelo olhar daquele que se narra.

Nesse sentido, a narrativa de vida está, portanto,

> [...] ligada ao exercício da memória de quem a concebe. A memória de um ser humano é um universo onde diferentes vozes se conjugam, além da voz do ser que reflete sobre si e sobre sua existência. Essas vozes "falam" de acontecimentos pessoais, vividos pelo indivíduo em pauta mas também de acontecimentos coletivos dos quais o indivíduo participou de uma forma ou de outra (MACHADO, 2016b, p. 122, aspas da autora).

Acreditamos que os relatos de vida transitam entre aquilo que foi vivido e sua *mise en récit* e, por isso, compreendem inúmeras formas de narratividade, como memórias, avaliações e julgamentos dos fatos vividos e/ou narrados por diferentes "eus". Nas narrativas de Juana Inés, notamos que o sujeito-narrador se desloca para fases diferentes

3 Conforme afirmamos, a Carta Respuesta a Sor Filotea foi escrita em 1691. Estamos empregando, em nossa pesquisa, uma edição de 1995, por isso usaremos essa marca temporal nas citações dessa epístola.

4 No original: [Prosiguiendo en la narración de mi inclinación, de que os quiero dar entera noticia, digo que no había cumplido los tres años de mi edad cuando enviando mi madre a una hermana mía, mayor que yo, a que se enseñase a leer en una de las que llaman Amigas, me llevó a mí tras ella el cariño y la travesura; y viendo que la daban lección, me encendí yo de manera en el deseo de saber leer, que engañando, a mi parecer, a la maestra, la dije que mi madre ordenaba me diese lección.].

de sua história de vida. Para esse deslocamento, são convocadas vozes da sua infância, adolescência, fase adulta e outras identidades que assumiu ao longo de sua trajetória de vida.

É como se esse sujeito evocasse as suas próprias memórias e as colocasse como argumentatividade para justificar as escolhas que fez. Desse modo, tudo parece orquestrado na carta *Respuesta* para que leitores, de diferentes épocas da história, tenham acesso àquilo que Juana pretende dar como "inteira notícia" do universo vivido. Há, portanto, uma organização dos fatores que garantem a veracidade dos fatos narrados revelados pelos percursos da memória.

Desse modo, o sujeito linguageiro representado por Juana Inés, já em sua fase adulta como monja jerônima, convoca, inicialmente, as memórias de sua infância, como testemunho do seu projeto de vida, qual seja, dedicar-se aos estudos, ainda que isso implicasse práticas de "travessura". Nesse momento, é possível reconhecer que Juana Inés delimita em seu projeto de fala a origem de sua "inclinação" e reforça que esse desejo pelo conhecimento não surgiu da noite para o dia, mas, sim, trata-se de um afã que a tem acompanhado desde criança. Em suas próprias palavras, trata-se de

> [...] um amor à verdade que, desde que me raiou a primeira luz da razão, foi tão veemente e poderosa a inclinação às letras, que nem mesmo as repreensões alheias - que tive muitas-, - nem as próprias reflexas, que fiz não poucas -, bastaram a que deixasse de seguir esse natural impulso que Deus pôs em mim [...] (CRUZ, 1995, p. 444, tradução e grifos nossos)5.

O "amor à verdade" parece compor a identidade fundante dessa voz feminina que se constrói discursivamente ao resgatar as justificativas do seu impulso pelas letras. O sujeito linguageiro Juana Inés deixa claro que esse aspecto, a princípio patêmico, é identificado pelas luzes das teias da razão, marca da escrita sorjuanista, conforme mostraremos ao longo da nossa análise.

Dessa forma, a declaração de Juana Inés a respeito da sua paixão pelo conhecimento e pelas letras, como um desejo que brotou desde o momento em que "raiou a primeira luz da razão", nos parece relevante para compreendermos o projeto de racionalidade que se deixa entrever em suas narrativas. Essa percepção do sujeito-narrador nos faz lembrar a proposta de Habermas (2000, [1985]) sobre *O discurso filosófico da Modernidade*, em que o autor teoriza sobre a defesa de uma razão nos limites de sua precariedade. Vejamos como isso acontece.

Segundo Habermas (2000), existe um impulso social que "[...] serve apenas para propagar universalmente a dominação da razão calculadora, já ancorada antropologicamente nas estruturas do trabalho" (HABERMAS, 2000, p. 315). Esse impulso conduz ao que ele

5 No original: [Lo que sí es verdad que no negaré (lo uno porque es notorio a todos, y lo otro porque, aunque sea contra mí, me ha hecho Dios la merced de darme grandísimo amor a la verdad) que desde que me rayó la primera luz de la razón, fue tan vehemente y poderosa la inclinación a las letras, que ni ajenas reprensiones --que he tenido muchas--, ni propias reflejas --que he hecho no pocas--, han bastado a que deje de seguir este natural impulso que Dios puso en mí].

define como “reificação da sociedade”. O conceito de “reificação” pode ser compreendido, de forma sintética, como uma espécie de coisificação da ação. Trata-se de um processo em que a condição de subjetividade se torna um elemento coisificado, e tudo passa a ter uma expressão que se configura pela noção de mercadoria. A tendência à “[...] reificação da sociedade remonta a épocas arcaicas e estende-se, para além do capitalismo, até o futuro do socialismo burocrático, que cumprirá o testamento do processo histórico-universal de desencantamento”, conforme afirma Habermas (2000, p. 316).

As narrativas de vida de Sor Juana parecem criticar, a todo instante, essa tendência de “reificação da sociedade”. Há uma crítica, nem sempre velada, à alienação do sujeito colonizado tanto em relação ao mundo quanto sobre si mesmo. Dessa forma, a voz sorjuanista parece reivindicar uma racionalidade que faça sentido pelo “amor à verdade”, logo, liberta de uma razão instrumental ou funcionalista que define comportamentos para fins utilitaristas dentro de um projeto social.

Desse modo, a voz de Juana Inés sugere certa desconfiança na razão subjetiva que molda comportamentos e objetos pensados. Essa percepção torna-se mais clara quando analisamos a carta *Respuesta a Sor Filotea* como documento de autodefesa da intelectual mexicana perante a Igreja, que a havia acusado de ser uma monja profana, por não se dedicar à vida religiosa como deveria.

Durante a sua narrativa em defesa da vida e da atividade constitutiva do sujeito pensante, a voz de Juana Inés indica que existem limitações no campo do saber, e ela, como monja jerônima, não estaria disposta a criar “ruído com o Santo Ofício” (CRUZ, 1995, p. 444, tradução nossa). Desse modo, ao se defender das acusações da Igreja, questiona:

> Que entendimento tenho eu, que estudo, que materiais, ou mesmo que notícias para tanto, senão quatro bacharelados artificiais? Deixem isso para quem o entender, que eu não quero rumor com o Santo Ofício, que sou ignorante e tremo de dizer alguma proposição inconveniente ou distorcer a genuína inteligência de algum lugar. Eu não estudo para escrever, nem tampouco para ensinar (que seria em mim desmesurada soberba), mas somente para ver se, estudando, ignoro menos. Assim o respondo e assim o sinto (CRUZ, 1995, p. 444, tradução e grifos nossos)6.

No fragmento citado, percebemos que Juana Inés reconhece que há uma “[...] genuína inteligência de algum lugar” (CRUZ, 1995, p. 444, trad. nossa), e sua racionalidade parece não a alcançar. Essa voz também declara a sua preocupação com uma comunicação distorcida e diz que “[...] treme de dizer alguma proposição inconveniente” que possa “distorcer” (CRUZ, 1995, p. 444, trad. nossa) essa “genuína inteligência”. Sem dúvida, essa declaração não se desloca da discursividade irônica que a acompanha, estratégia

6 No original: [¿Qué entendimiento tengo yo, qué estudio, qué materiales, ni qué noticias para eso, sino cuatro bachillerías superficiales? Dejen eso para quien lo entienda, que yo no quiero ruido con el Santo Oficio, que soy ignorante y tiemblo de decir alguna proposición malsonante o torcer la genuina inteligencia de algún lugar. Yo no estudio para escribir, ni menos para enseñar (que fuera en mí desmedida soberbia), sino sólo por ver si con estudiar ignoro menos. Así lo respondo y así lo siento.]

linguística bastante empregada por Juana Inés para dizer suas verdades, em meio às sombras da censura que rodeavam a sua produção intelectual.

Assim, a sua narrativa de vida, assinada com os enunciados "Assim o respondo e assim o sinto" (CRUZ, 1995, p. 444, trad. nossa), indica, nas circunstâncias de sua narratividade, que o fundamento último do saber é o próprio sujeito pensante. O foco do seu relato de vida, portanto, parece apontar para a ideia de que o fundamento do conhecimento não é o mundo como existe no universo das coisas pensadas, mas sim aquilo que o sujeito, na sua *práxis* humana e discursiva, apreende do mundo. Desse modo, Juana Inés questiona que as normas existentes dependem da forma como o sujeito as define. Por isso, estudar implica "ignorar menos", pois é o próprio sujeito pensante que constitui o mundo e não o contrário, como pretende argumentar o poder eclesiástico.

Esse ideário de "inteligência presente em algum lugar", conforme apontado por Juana Inés, parece indicar uma crítica à problematização que emana da razão subjetiva. Segundo Habermas (2000), existe uma razão objetiva, além daquela definida como subjetiva, que reivindica a autonomia em face do sujeito pensante. Acreditamos que a voz discursiva de Juana Inés parece transitar em uma proposta de humanidade racional que reivindica esse espaço de um sujeito pensante que deseja "estudar para ignorar menos".

Em suas narrativas, a voz sorjuanista proclama a necessidade de uma autonomia racional como fundamento de validade do seu discurso em defesa do conhecimento. Essa convocatória discursiva é o argumento central que parece compor as suas narrativas de vida em sua carta *Respuesta a Sor Filotea,* documento que explicita a sua recusa à arbitrariedade subjetiva do poder eclesiástico e indica as bases valorativas do agir que a guiará em seu projeto de vida.

Para Habermas (2000), a razão subjetiva gera uma certa desconfiança em função de uma categoria que denomina como "agente colonizador". Nessa esteira, o sujeito pensante racional parece ter em seu projeto de fala o desejo de dominar a natureza e instrumentalizar a cultura. Nas palavras de Habermas:

> A razão deve se deixar criticar em suas figuras históricas a partir da perspectiva do outro excluído por ela; mas, então, torna-se indispensável um ato último de auto-reflexão que se suplante a si mesmo, mais exatamente, um ato de razão em que o lugar do genitivo subjetivo deveria ser ocupado pelo outro da razão. A subjetividade como auto-relação do sujeito cognoscente e agente apresenta-se na relação binária da auto-reflexão (HABERMAS, 2000, p. 429, preservamos a grafia original).

O sujeito narrador, incorporado pela voz de Juana Inés, propõe questionar a cultura herdada ou imposta pelos sistemas de poder que colonizam o mundo da vida. Segundo Habermas (1999, ([1981]), podemos definir o mundo da vida como se fosse um depositário de sentido que se instaura numa teia de significações. Trata-se de sentidos compartilhados ao longo da história e que permanecem acomodados de maneira não refletida. O mundo da

vida permite que orientemos a nossa ação para um agir comunicativo.

Esse questionamento da cultura herdada torna-se claro em várias passagens das narrativas de Juana Inés e indica o seu agir ao longo da sua trajetória de vida. Com o objetivo de conquistar o acesso às letras, por exemplo, a voz sorjuanista resgata as suas memórias de infância para revelar o seu questionamento apriorístico a respeito do direito ao acesso às universidades. Desse modo, para romper com a submissão e obediência servil aos homens, Juana Inés conta que, entre seis a sete anos, suplicou a cumplicidade da sua mãe para vesti-la como menino e enviá-la à Universidade[7]. Em suas palavras:

> Lembro-me de que, nestes tempos, sendo minha guloseima preferida a que é comum naquela idade, abstinha-me de comer queijo, porque ouvi dizer que provocava rudeza, e dominava-me o desejo de saber mais que o de comer, ainda que este fosse tão poderoso nas crianças. Tendo eu depois por volta de seis ou sete anos, e sabendo já ler e escrever, ademais de estar habilitada em todos os outros labores e costuras que aprendem as mulheres, ouvi dizer que havia Universidade e Escolas, nas quais se estudavam as ciências no México; e assim que me dei conta disso, comecei a matar a minha mãe com frequentes e inoportunas súplicas de que, mudando-me o traje, enviasse-me ao México, à casa de uns parentes que tinha para estudar e cursar a Universidade; [...] (CRUZ, 1995, p. 445-446, tradução nossa)[8].

No fragmento destacado, notamos que o sujeito pensante Juana Inés parece ter uma consciência da necessidade de instrumentalizar estratégias sociais para que pudesse transcender à categoria do feminino absoluto, imposto pela sociedade patriarcal, restrito ao espaço privado pertencente à família e às tarefas domésticas. Nesse momento, percebemos que a voz sorjuanista busca em suas memórias o regaste das lutas que travou contra os sistemas de poder. Dessa forma, o questionamento à cultura patriarcal, construída e herdada pela sociedade de sua época, sempre esteve presente em suas formas de agir no mundo. Um agir que parece ancorado na comunicação, ou melhor dizendo, na tentativa de compartilhar sentidos com a vozes que faziam parte da sociedade em que viveu.

Com suas memórias narradas, Juana Inés parece reivindicar a dignidade dos objetos pensados como, por exemplo, o sistema educacional. Por isso, sugere que o direito ao acesso à universidade não deveria se restringir apenas aos homens, pois lá é o espaço legitimado, onde "[...] se estudavam as ciências no México" (CRUZ, 1995, p. 445-

7 Importante comentar que a Real y Pontificia Universidad de México, espaço acadêmico reservado aos homens, foi erguida em 21 de setembro de 1551 e inaugurada em 25 de janeiro de 1553, durante o antigo vice-reinado da Nova Espanha, sob o comando de Felipe II. Acreditamos que essa atmosfera acadêmica que fez parte da história embrionária do México, no século XVI, foi relevante para a cidade letrada que se ergueu no período colonial em que viveu Sor Juana e, em certa medida, influenciou o ambiente intelectual que se constituiu dentro do convento jerônimo onde ela esteve.

8 No original: [Acuérdome que en estos tiempos, siendo mi golosina la que es ordinaria en aquella edad, me abstenía de comer queso, porque oí decir que hacía rudos, y podía conmigo más el deseo de saber que el de comer, siendo éste tan poderoso en los niños. Teniendo yo después como seis o siete años, y sabiendo ya leer y escribir, con todas las otras habilidades de labores y costuras que deprenden las mujeres, oí decir que había Universidad y Escuelas en que se estudiaban las ciencias, en Méjico; y apenas lo oí cuando empecé a matar a mi madre con instantes e importunos ruegos sobre que, mudándome el traje, me enviase a Méjico, en casa de unos deudos que tenía, para estudiar y cursar la Universidad;[…]].

446, trad. nossa). Entrar para a universidade, na concepção de Juana Inés, parece ser um desafio que implica sacrifícios. Por isso, o sujeito-narrador destaca que esse acesso ao conhecimento vem alinhado à abdicação de certos prazeres. A metáfora do queijo, explicitada no fragmento citado, entre outros sentidos, sugere uma renúncia de se comer aquilo de que se gosta e parece ilustrar que para o sujeito pensante, questionador da cultura patriarcal herdada, não existe aquisição de conhecimento sem dor.

Pensar e construir uma racionalidade comunicativa, capaz de questionar os objetos pensados, é uma tarefa inevitavelmente dolorosa. É nesse momento que o sujeito racional sorjuanista parece começar a construir a sua identidade intelectual-discursiva. Assim, esse sujeito está disposto a fazer qualquer sacrifício, desde que isso o leve ao conhecimento e ao consequente acesso às letras. Juana Inés narra que sua mãe não atendeu ao seu pedido de vesti-la como menino para entrar na universidade. Então, diante do seu propósito de criar mecanismos de acesso às letras, comenta que

> [...] eu satisfiz meu desejo lendo muitos livros diferentes que tinha meu avô, sem que bastassem castigos nem repreensões para estorvar-me a intenção; de maneira que, quando vim ao México, admiravam-me, não tanto pela mente engenhosa, mas sim pela memória e conhecimentos que eu já tinha naquela idade, embora parecesse que somente havia tido tempo para aprender a falar (CRUZ, 1995, p. 446, tradução nossa)[9].

No fragmento citado, Juana Inés explicita o espaço discursivo de onde fala, ou seja, aquele que é proveniente da biblioteca do seu avô e da variedade dos livros encontrados lá. Essa lógica espacial indica que o seu aprimoramento intelectual configura-se como desejo de autorrealização aflorado desde que lhe "raiou a primeira luz da razão", conforme afirmamos. Nessa percepção de si mesma, o sujeito linguageiro, incorporado por Juana Inés, assume a sua identidade social-discursiva e posiciona-se, frente ao outro, para se definir como uma menina-mulher que pretende seguir adiante com o seu projeto de vida, diferente daquele que lhe foi imposto pela sociedade da época.

Importante recordar que as narrativas de Sor Juana brotam do interior da vida colonial, em que arcebispos, inquisidores, poetas e vice-reis compunham o seleto núcleo de seus leitores e censores. Acreditamos que, sem dúvida, alguns desses temíveis leitores influenciaram a produção literária da Fênix mexicana, assim como seus admiradores.

Desse modo, Juana Inés tece as suas narrativas de vida como um projeto pessoal de defesa das suas ideias, revelando os valores do seu mundo e os conflitos inerentes a sua identidade questionadora desses valores. Machado (2016) esclarece que "[...] os *seres-falantes* que assumem as *narrativas-de-si* buscam nelas definir suas identidades ao expor suas crenças e o olhar que têm sobre o mundo no qual vivem" (MACHADO, 2016a,

9 No original: [ella no lo quiso hacer, e hizo muy bien, pero yo despiqué el deseo en leer muchos libros varios que tenía mi abuelo, sin que bastasen castigos ni reprensiones a estorbarlo; de manera que cuando vine a Méjico, se admiraban, no tanto del ingenio, cuanto de la memoria y noticias que tenía en edad que parecía que apenas había tenido tiempo para aprender a hablar.].

p. 30). Assim, a voz narrativa de Juana Inés parece explicitar espaços de construção da sua identidade, com base na mobilização de uma memória social-afetiva, que é sempre atualizada e redimensionada no âmbito da discursividade das práticas narrativas.

Foi com esse acervo erudito que Juana Inés obteve a admiração da corte e a aliança com os vice-reis. Essa demonstração de conhecimento provocou também a curiosidade e inveja do corpo eclesiástico colonial. De acordo com Octavio Paz (1998), a figura de Juana Inés despertava uma espécie de sedução decorrente da sua intelectualidade e beleza. Por isso, o seu confessor jesuíta, Antonio Núñez de Miranda, a orientou a entrar na vida monástica, fugindo, assim, do provável destino como cortesã, dado que ela não queria casar-se, conforme modelo de sua época. Nas palavras do jesuíta:

> Havendo conhecido [...] sua erudição singular com sua não pouca formosura, atrativos para a curiosidade de muitos, que desejariam conhecê-la e seriam felizes cortejando-a, costumava eu dizer que não podia Deus enviar calamidade maior a este reino que permitir que Juana Inés se tornasse a personalidade do século (MIRANDA, *apud* PAZ, 1998, p. 15).

A história de vida de Juana Inés indica que os temores do padre Núñez concretizaram-se, pois ela se tornou "a personalidade do século", embora de uma maneira não prevista por ele.

Seguindo as orientações do seu confessor, Juana entra, inicialmente, como noviça na ordem de *San Juan de las Carmelitas Descalzas*. Estudiosos comentam que se tratava de uma ordem severa, e Juana Inés não se adaptou, por isso, logo retirou-se do convento por razões de saúde. No entanto, o rigor da vida monástica não a desanimou e, um ano e meio mais tarde, ela ingressa no *Convento de San Jerónimo*, onde professou os votos perpétuos em 24 de fevereiro de 1669, quando tinha 21 anos de idade, passando a adotar, portanto, o nome de Sor Juana Inés de la Cruz.

Dessa forma, nesse espaço monástico, o ícone literário conhecido como Fênix do México surge e ganha respaldo na cidade letrada colonial e na corte espanhola. Os ecos de sua história ainda se tornam presentes na contemporaneidade das lutas femininas pelo direito à educação e ao conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três séculos após a publicação dos discursos de Sor Juana Inés de la Cruz, em defesa do acesso da mulher aos estudos, nota-se, ainda em tempos atuais, certa complexidade no que se refere à forma idealizada da educação de meninas e jovens na sociedade brasileira[10]. Assim, o direito fundamental à educação, amparado por normas nacionais e internacionais, revela uma conjuntura espaço-temporal que nos faz lembrar

10 Recentemente, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, disse que o ensino domiciliar é defendido pelo governo do presidente Jair Bolsonaro e é um "apelo da família brasileira". Cf.: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ensino-domiciliar-e-um-apelo-da-familia-brasileira-diz-damares/>. Acesso em: 30 set. 2019.

sobre a nossa posição, como mulheres, dentro de um contexto pós-colonial[11].

Pensar a conquista do direito das mulheres à educação e ao conhecimento como fonte histórica do Direito é, portanto, uma trajetória desafiadora, marcada por sombras, lutas, revoluções e denúncias de mulheres, como Juana Inés, que protagonizaram a tentativa de censura imposta pelo poder hegemônico.

Evocar, então, as narrativas de vida de Sor Juana e seu mundo, com base nas teorias desenvolvidas por Machado (2014, 2015, 2016), é rememorar um passado importante para a compreensão das nossas próprias memórias discursivas e dos imaginários socioculturais reveladores da nossa identidade linguístico-cultural. Recordemos que é por meio do compartilhamento de sentidos e da interação, simbolicamente mediada pela linguagem, perspectiva de Habermas (1999), que as normas sociais são reafirmadas.

Acreditamos que Juana Inés buscou defender, em seu tempo, um certo consenso de valores sobre a mulher e sua relação com as letras. Por isso, criticou a moldura definida pela sociedade reificada e as limitações impostas ao sujeito colonizado. Sor Juana buscou a construção argumentativa do direito das mulheres à educação, por meio da tentativa de uma racionalidade comunicativa orientada para o entendimento. Por isso, os rastros de suas lutas se reavivam nas memórias discursivas da própria trajetória histórica latino-americana.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie.* Collection 128. Paris: Nathan, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional n° 108 de 26 de agosto de 2020. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 19 jan. 2021.

CARVALHO, Aline Torres Sousa. Relações teórico-metodológicas entre a AD e a narrativa de vida. In: MACHADO, I, L.; melo, M. S. S. (Orgs. *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso* [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016. p. 21-42.

CRUZ, Sor Juana Inés de la. *Obras completas de Sor Juana Inés de la Cruz IV* – Comedias, Sainetes y Prosa, v. IV. Edición de Alberto G. Salceda. México: FCE, 1995.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. Entre os claustros do convento e a cidade letrada: narrativas de vida de Sor Juana Inés de la Cruz. In: MELO, Mônica Santos Souza (Org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

11 Importante lembrar que, em muitas regiões do Brasil, as crianças trabalham para ajudar no sustento da família e, por esse motivo, não são incentivadas aos estudos e à dedicação das tarefas escolares.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. *Narrativas de vida de Antígona (Sófocles), Sor Juana e Olympe de Gouges:* a Justiça no divã da Análise do Discurso. Orientadora: Dra. Ida Lucia Machado, 2020. 300 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos PosLin). Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições. Trad. Luiz Sérgio Repa. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa, I* – racionalidad de la acción y racionalización social. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1999.

MACHADO, Ida Lucia. A Narrativa de vida como materialidade discursiva. IN: *Revista da ABRALIN*, Curitiba, BDP / UFPR, v. 14, N. 2, p. 95-108, 2015. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/abralin/article/view/42557>. Acesso em: 10 jul.2018.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida: um espaço para liberação das vozes femininas? In: MACHADO, I.L.; SANTOS, J.B.C.; NUNES DE JESUS, S. (org.) *Análise do discurso*. Afinidades epistêmicas Franco-Brasileiras. Curitiba: Editora CRV, 2016a, p.29-54.

MACHADO, Ida Lucia. Nos bastidores da Narrativa de vida & Análise do Discurso. In: MACHADO, I.L. e MELO, M.S.S. (org.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016b, p. 121-138. Disponível em: <http: www.letras.ufmg.br/nucleos/nad>. Acesso em: 30 out. 2017

MACHADO, Ida Lucia. O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam. *Revista GEL*, Campinas/SP, volume 43, série 3, p. 1129-1139, dezembro 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/511>. Acesso em: 30 out. 2017.

MACHADO, Ida Lucia. *Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida*.1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2016c.

PAZ, Octavio. *Sóror Juana Inés de la Cruz* – As armadilhas da fé. 2. ed. São Paulo: Editora Mandarim, 1998.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras.* Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAPÍTULO 24

O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017

Data de aceite: 22/03/2021

Pricila Pereira dos Santos
(UESC)
Ilheus-BA
http://lattes.cnpq.br/1060436745858375

RESUMO: O presente estudo é uma pesquisa na área de Políticas Públicas, referente à atuação e intervenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ubatã-Bahia e a população atendida nos anos de 2016 e 2017. As políticas sociais se consagraram, no Brasil, depois do processo de redemocratização (1988), e nesse acompanhamento assim, faz-se necessário entender a política de assistência social no Brasil, compreender a relação entre o direito à assistência social no país, compreender à relação entre o direito a assistência social e a condição de bem estar social, como também discutir os desafios e o processo de intervenção desenvolvido pelo CRAS de Ubatã-Bahia. Partiu-se da indagação: qual o perfil de atuação e intervenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ubatã-Bahia em 2016 e 2017? Esse estudo disponibiliza ao CRAS de Ubatã-Bahia, a análise das ações e intervenções desenvolvidas, como também uma reflexão sobre intervenções futuras. A metodologia desenvolvida foi a da pesquisa bibliográfica, partindo de discussões significativas de diversos autores sobre o problema social e o bem estar dos indivíduos, do direito do indivíduo e da construção da Assistência Social no Brasil, do Centro de Referência de Assistência Social e tem ainda, o método documental, quanto o papel de atuação do CRAS – Ubatã e cadastros do Centro, quanto a população atendida. Assim, após o estudo teórico-analítico, concluiu-se que as Políticas Públicas Sociais são imprescindíveis no município de Ubatã-Bahia dada a sua demanda social. O CRAS desenvolveu atividades significativas no ano de 2016 e 2017 levando a população ao conhecimento e acesso a serviços sociais que reduzem a condição de vulnerabilidade e resgata a dignidade, oportunizando aos indivíduos a condição de agentes ativos no meio inserido, agentes que fazem parte de uma comunidade e precisam ser reconhecidos como cidadãos atuantes.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Públicas. Vulnerabilidade. CRAS. Ubatã-Bahia.

THE ROLE OF ACTION AND INTERVENTION OF THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CRAS) IN UBATÃ-BA AND THE POPULATION SERVED BETWEEN 2016 AND 2017

ABSTRACT: This study is a research in the área of public policies, referring to the performance and intervention of the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in Ubatã-Ba and the population served in the years 2016 and 2017. Social policies were established in Brazil, after the process of redemocratization(1988), and in this way, it is necessary to understand the social assistance policy in Brazil, understand the relationship between the right to social.

Assistance in the country, understand the relationship between the right to social assistance and the condition of social well-being, as well as discussing the challenges and the intervention process developed by CRAS in Ubatã-Bahia. It started from the question: what is the profile of action and intervention of the reference center for social assistance (CRAS) in Ubatã-Bahia in 2016-2017? This study provides CRAS in Ubatã-Bahia with an analysis of the actions and interventions developed. As well as a reflection on future interventions. The methodology developed was that of bibliographic research, starding from significant discussions by several authors on the social problem and the well-being of individuals, the right of the individual and the construction of social assistance in Brazil, from the Reference Center for Social Assistance, the documental method, regarding the role of CRAS – Ubatã and records of the center, regarding the population served. Thus, after the theoretical analytical study, it was concluded that public social policies are essential in the city of Ubatã-Bahia given its social demand. CRAS developed significant activities in 2016 and 2017, bringing the population to knowledge and access to social services that reduce the condition of vulnerability and rescues dignit, giving individuals the condition of active agents in the inserted environment, agents that are part of a community and need to be recognized as active citizens.
KEYWORDS: Public Policies. Vulnerability. CRAS. Ubatã-Bahia.

1 I INTRODUÇÃO

O atendimento das necessidades básicas do indivíduo se torna essencial para a sua qualidade de vida e para a sua inserção na sociedade. Uma pessoa que possui alimentação, moradia, vestimentas, por exemplo, possui o mínimo para sobreviver e o mínimo para cuidar daquilo que seria o mínimo para um sentimento de bem estar.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma segmentação da política de assistência social brasileira, fragmentada em nível municipal que atua no reconhecimento da desigualdade social e por meio de políticas e projetos que possam prevenir e dirimir algumas situações, disponibilizando assistência como alimentos, agasalhos, atividades físicas de acordo com a idade da população, atividades esportivas para jovens em situação de risco e promoção de palestras e orientações conscientizando a população do seu papel de cidadão.

Para que se alcançasse o resultado, a pesquisa buscou, enquanto objetivo geral de pesquisa, analisar o perfil de atuação e intervenção do CRAS no município de Ubatã-Bahia nos anos entre 2016 e 2017. Enquanto objetivos específicos buscou-se: i) entender a política de assistência social no Brasil; ii) entender a relação entre o direito à assistência social; iii) contextualizar o CRAS enquanto instrumento de política de assistência social.

A pesquisa foi desenvolvida com o uso do método dedutivo e através de uma abordagem qualitativa e descritiva. O procedimento metodológico foi o da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental conforme propõe Munhoz (1989) e Lakatos e Marconi (1991). A pesquisa bibliográfica foi utilizada para se entender a concepção sobre o tema, permitindo entender e, consequentemente, levar a reflexão proposta (LAKATOS;

MARCONI, 2013), sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A pesquisa documental se deu por meio da análise de fichas de cadastro, como também informações encontradas no site do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome dos atendimentos realizados no CRAS em questão, após autorização institucional para tanto. Compondo, então o arcabouço de dados primários da pesquisa. Enquanto análise dos dados, o processo se deu através da seleção, codificação e da tabulação dos mesmos, como proposto por Lakatos e Marconi (2013). A etapa de seleção foi feita por uma verificação crítica das informações que serviriam para a pesquisa. A codificação foi dada por categorização das informações.

A pesquisa foi realizada no município de Ubatã, que fica na região sul da Bahia e que possui três instituições que atendem às pessoas de baixa renda e de vulnerabilidade social: a Secretaria de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

A estrutura de construção da discussão da pesquisa pautou-se na seguinte distribuição: inicialmente falou-se sobre a política assistencial no Brasil, associada à discussão sobre o direito individual à assistência social . Em seguida passou-se a discutir a lógica da existência do CRAS em sua característica de política de intervenção para, por fim, associar essa lógica a realidade do CRAS de Ubatã-Bahia.

2 I POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2.1 O Direito do indivíduo e a construção da assistência social no Brasil

De acordo com Araújo (2009) a proteção social é um dever do Estado e compete a cada nação escolher, qual o modelo é mais adequado a sua população, ou que seja mais viável a depender das carências existentes. Ou seja as nações não seguem um padrão de políticas públicas, porém desenvolvem atividades que respeite a integridade, os costumes e particularidades de cada indivíduo.

> O Estado se apresenta como protetor dos fracos, como meio de satisfazer as necessidades sociais, pelas medidas legais que compensem as fraquezas dos indivíduos, pela introdução dos direitos sociais. Esta compensação se justifica em nome de uma justiça distributiva, da equidade ou da igualdade de oportunidades. Em suas leis, o Estado liberal, “o protetor dos cidadãos”, estabelece sua norma de intervenção (FALEIROS, 1991, p.43).

Porém com tanta demanda social e pelo enfrentamento de crises políticas e econômicas o Estado acaba deixando de lado algumas das necessidades apresentadas pela comunidade. Entretanto isso não quer dizer que o sistema social é ineficaz, ele busca adequar seu serviço às principais demandas.

Ao buscar na conjuntura histórica da implantação de ações de assistência social a Igreja Católica desempenhou papel de caridade e supressão de situações consideradas

atípicas às sociedades, como o auxílio a indivíduos órfãos, delinquentes e inválidos. Bem como o provimento de alimentação. Até então, o Estado não era responsável por essa questão (MESTRINER, 2005).

2.2 Política de Assistência Social no Brasil recente

A luta para alcançar esse benefício não partiu dos principais interessados, mas de terceiros que tinham a preocupação com as pessoas que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social. Partiu de pessoas que tinham o conhecimento daquilo que estava sendo reivindicado, profissionais que de forma direta ou indireta possuía ligação com a problemática social.

Em 1993 a LOAS[1] foi aprovada e, com ela houve a instituição do SUAS[2] e a assistência formou-se como dever do Estado. Surge pela Lei 8.742/93 beneficiando pessoas com até um salário mínimo que não possui meios de subsistir e ou de prover a família (pessoas a cima de 65 anos ou que sejam deficientes). Para ter o direito garantido, o indivíduo tem que estar em condição de pobreza,- e isso pode ser averiguado por meio da visita da Instituição no endereço da moradia e por meio de investigação social.

Além deste benefício a LOAS ainda garante o respeito à dignidade do cidadão, a universalização dos direitos sociais e igualdade de direitos no acesso ao atendimento. Assim cabe aos municípios executar os projetos de enfrentamento a pobreza, atender as ações assistenciais, prestar os serviços sociais, efetuar o pagamento de auxílio natalidade e funeral (BRASIL, 2019).

O governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) continuou com o andamento da assistência social e promoveu a transferência de renda para indivíduos que se encontrassem em condição de pobreza ou de extrema pobreza. Durante o governo foi criado o Programa Comunidade Solidária, Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada o BPC e o CadÚnico, com verbas adquiridas pelo fundo de combate à pobreza, pela rede Social de Proteção Social e de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (LIMA, 2012).

Entre os anos de 2003-2010 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva houve uma reforma da seguridade social, o empenho para melhorar os programas criados deu uma maior participação da sociedade, além da implantação do SUAS (FREITAS, 2007).

Para a concretização da assistência social, todo o processo histórico descrito foi válido para que enfim o Estado em parceria com os municípios pudessem se organizar para oferecer um serviço de qualidade, serviço esse que não beneficia somente o indivíduo, mas a sociedade também, que faz parte desse cenário que por tantos anos beneficiou uma parcela dos que se encontravam em condição de vulnerabilidade.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2008) os sistemas além de favorecer uma clientela que possui menos recurso de subsistência, também é um acordo social que

1 Lei Orgânica de Assistência Social.

2 Sistema Único de Assistência Social.

perpassou por processo histórico, e nesse longo processo, criaram-se estratégias para atender as demandas existentes.

Para Goldani (2002) são as transformações globais e os desafios econômicos criados pelo mercado, que estão levando os indivíduos a condição de vulnerabilidade e que mesmo com a atuação do governo para mudar tal situação, a presença dos membros da família nessa tarefa é indispensável, porque é a família que mantém os primeiros contatos com o indivíduo após o nascimento. É ela responsável pela educação e proteção nos primeiros anos de vida.

3 I O CRAS EM UBATÃ-BA: PERFIL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO

3.1 Ubatã-Bahia e o quadro de vulnerabilidade social

Os serviços de proteção social são disponibilizados para indivíduos que possuem, ou não renda. Todavia, apesar de possuir renda não é o suficiente para se manter, há regiões em que a demanda por Políticas Públicas é maior, devido as circunstâncias sociais e econômicas locais. Ou seja, para se entender a necessidade de dada região a ser beneficiada por Políticas Públicas faz-se necessário conhecer o panorama local. Assim, de maneira geral o perfil socioeconômico do município de Ubatã-Bahia pode ser resumido no quadro abaixo:

UBATÃ-BA	
Área	335,19km²
IDHM 2010	0,593
Renda *per capita*	306,52
IDHM longevidade	0,788
IDHM educação	0,452
Taxa de Mortalidade	20,9%
Índice de GINI	0,53
% de pobres[3]	40,02%
% de extremamente[4] pobres	14,63%

Quadro 1 – Características socioeconômica de Ubatã-Bahia

Fonte: Atlas Brasil (2018)

Como se pode observar, com base nos dados do último Censo de 2010, a extensão territorial de Ubatã-Bahia é de 335,19Km². Um município com uma pequena área espacial. O Índice de Desenvolvimento Humano está abaixo do IDHM do Brasil (0,725), embora seja considerado médio padrão no indicador (o maior IDHM do Brasil é de 0,862 e pertence ao

município São Caetano do Sul-SP). O IDHM da Bahia é de 0,660, e Ubatã também está abaixo do IDHM do Estado .

A renda per capita é a renda média de cada indivíduo para o município e, Ubatã possui uma renda per capita baixa, de 306,52, e isso evidencia que a região perpassa por dificuldades econômicas e sociais.

O IDHM de longevidade está relacionado com a esperança de vida ao nascer, a saúde e à qualidade de vida. O quadro 1 apresenta um índice de 0,788 que é um número aceitável, pois indica que os indivíduos têm chegado até a velhice. Já o IDHM educação de 0,452 é de se preocupar, pois é um percentual baixo, o que indica que o município está deficitário com quesito educação e deve averiguar os motivos, para alcançar índices mais elevados, no futuro.

A taxa de mortalidade infantil conforme apresentada, está moderada, ainda assim, deve se atentar para os números e averiguar se as mortes estão relacionadas a violência, a causas naturais ou à condição de vulnerabilidade.

O Índice de Gini de 0,53, indica que o município se encontra em desigualdade social, e que políticas públicas devem ser desenvolvidas, para reverter esse quadro. Apesar de estar quase na média (nem próximo de 0, nem próximo de 1), a desigualdade social presente acaba afetando vários setores na sociedade, principalmente a economia.

A taxa de indivíduos pobres também é alta, chegando a 40,02% da população municipal. Juntamente com uma taxa de extrema pobreza que é 14,63%, tem-se um percentual de 54,65% da população, com dificuldades em suprir alguma necessidade básica. Dado preocupante, pois metade da população sofre com algum tipo de carência socioeconômica.

Com o percentual alto de pobreza, logo, outros problemas surgem, como a falta de qualificação para o mercado de trabalho, a evasão escolar, o problema de saúde do indivíduo, a falta de expectativa de vida melhor, a dificuldade de exercer a cidadania e atuar como um sujeito ativo no meio em que vive.

Assim, como a pobreza do Brasil é decorrente da desigualdade social, apesar do país ser rico em recursos naturais, em Ubatã não é diferente. A má distribuição da renda tem elevado os índices de vulnerabilidade no país (FARIA, 2000), assim como no município em questão. Essa distribuição desconexa ocorre desde os primórdios, no país, assim uma quantidade grande da população possui pouca renda e uma quantidade mínima possui uma concentração maior de renda.

A pobreza é uma condição de privação, cujo os indivíduos carecem de alimento, saúde, vestimenta, de acesso a serviços simples como educação, saneamento, habitação e etc. Tal problemática leva a população a vulnerabilidade social e suas mazelas, como falta de escolaridade, saúde de qualidade, condição boa de moradia e etc. O quadro 2 traz as condições de vulnerabilidade social em Ubatã:

3.2 O CRAS de Ubatã-Bahia e sua respectiva demanda social

O CRAS de Ubatã-Bahia realiza reuniões periódicas, para executar prioritariamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e também o atendimento às famílias por demanda espontânea, busca ativa e referenciada de outros setores e da rede socioassistencial, bem como a gestão territorial no processo de articulação entre os serviços do território.

A estrutura do CRAS de Ubatã-Ba é composta por 01 coordenador (Nível superior), 01 recepcionista, 01 vigilante, 03 serviços gerais, 01 cozinheira, 02 psicólogos, 01 assistente social, 04 orientadores sociais, 01 educador social e 02 colaboradores sociais (técnicos).

É uma instituição mantida com os recursos federal Fundo Nacional de assistência Social - FNAS e estadual Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), os quais são alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Entretanto, o município também aloca, com recursos próprios, quase R$ 1.000.000,00 anuais, pois muitos serviços socioassistenciais só podem ser efetivados com recursos ordinários.

Esse dispositivo legal – resolução – passou pelos Conselhos Estadual e Municipal os quais regulamentaram esses serviços. Na cidade de Ubatã-Bahia o CRAS possui previsão de atendimento anualmente, das famílias, entre Serviço de Proteção e Atendimento a Família - PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com a faixa etária que varia de 0 a maiores de 60 anos (CRAS, 2018).[3]

As atividades e ações do CRAS, de maneira geral são previstas anualmente. Por conta disso, os municípios se organizam e também controlam a receita orçamentária para o determinado fim. Para a realização prevista no programa anual, o município de Ubatã-Bahia possui uma previsão financeira para o atendimento de 700 famílias anuais, como se observa no quadro abaixo:

	Orçamento
Quantidade de CRAS confinados	1
Capacidade de atendimento de referência (famílias ano/NOB[6]-SUAS)	700
Famílias Referenciadas	3.500
Previsão de repasse anual	R$ 100.800,00
Situação atual de pagamento	Liberação Contínua
Valor de Referência	R$ 8.400,00

Quadro 5 – Receita orçamentária e previsão de atendimento do CRAS – Ubatã-Bahia/ Piso básico fixo – CRAS/PAIF – Referência: janeiro de 2019

Fonte: BRASIL (2019)

3 Informações institucionais (verbal) do CRAS de Ubatã/Bahia. .

O orçamento anual corresponde a uma associação de investimento constituído entre verbas federais, estaduais e municipais com o principal objetivo de alcançar as metas e benefícios planejados, que além de trazer melhorias para as famílias atendidas, também visa contribuir para o desenvolvimento do município de Ubatã-Bahia.

Esse orçamento de R$ 8.400,00 corresponde ao mês, porém há casos que são encaminhados para a Assistência Social, porque o CRAS, não tem como auxiliar o indivíduo financeiramente, esses recursos é para desenvolver ações e manter os serviços funcionando.

O CRAS é parceiro da estrutura de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), que busca promover o fortalecimento do vínculo familiar e o amparo das famílias. A família é a instituição fundamental do ser humano, por isso a sua valorização, para que esse vínculo permaneça forte e que as pessoas em condição vulnerável não perca o vínculo familiar que é responsável pela educação e proteção na sociedade do ser em formação.

Piso Básico Variável - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	quantidade
Capacidade de atendimento de referência	300
Meta de inclusão do público prioritário	150
Valor de referência do trimestre	R$ 45.000,00
Valor de referência do ano	R$ 180.000,00
Usuários registrados no SISC em situações prioritárias	Apurado em 20/12/2018
Situação atual de pagamento (trimestre)	Liberado
Valor real de repasse (trimestre)	R$ 24.750,00

Quadro 6 – Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos

Fonte: BRASIL, 2019.

Os serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos são realizados pelo PAIF e correspondem à realização de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas de acordo com a idade do usuário. Portanto, podem participar crianças, jovens, adultos e idosos; pessoas com deficiência, vítimas de violência, pessoas sem amparo social. Possui um caráter preventivo promovendo ações que inviabilizem a condição de vulnerabilidade.

Os profissionais do CRAS necessitam conhecer as demandas do território de abrangência, para que possam realizar as ações de intervenção de maneira a beneficiar seu público alvo, no intuito de diminuir as desigualdades sociais.

Atendimentos individualizados realizados	(2016)	Média /mês	(2017)	Média /mês
Total de atendimentos individualizados realizados	1.062	118	3.612	301
Total de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	37	4,11	155	12,92
Total de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	53	5,89	226	18,33
Total de Famílias encaminhadas para o CREAS[7]	2	0,22	3	0,25
Total de Visitas domiciliares realizadas	84	9,33	446	37,17

Tabela 1 – Atendimentos individualizados no CRAS 2016 e 2017

Fonte: BRASIL, 2018.

No quadro comparativo entre os anos de 2016 e 2017, observa-se que o município apresentou um aumento significativo no número de atendimentos individualizados, (1062 para 3612) em mais de 100%. O total de famílias que foram incluídas no CadÚnico evoluiu, passando de 37 para 155.

As famílias são orientadas para fazerem a atualização do Cadastro Único, pois sem a atualização pode ter o benefício social bloqueado.

Quanto as atividades especializadas de acompanhamento o total de visitas domiciliares também aumentou, (430,9 % evolução bastante significativa) essa demanda de crescimento dos serviços do CRAS ocorre por conta da divulgação da instituição, por meio das ações e visitas em bairros com alta proporção de marginalização, levando assim à população as informações necessárias para busca pelos serviços ofertados.

Outro fato que também provocou o aumento de indivíduos na Instituição foi a localização, atualmente o CRAS está próximo ao centro da cidade, um local de fácil acesso, como também a divulgação das atividades em praça pública.

Atendimentos Coletivos Realizados	quantidade (2016)	Média-mês	quantidade (2017)	Média-mês
Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	1.150	127,78	618	51,5
Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	270	30	290	24,17
Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	474	52,67	497	41,42
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	572	63,56	345	28,75
.Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	503	55,89	401	33,42
Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	1.199	133,22	1258	104,83
Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	64	7,11	47	3,92

Tabela 2 – Atendimentos Coletivos no CRAS, 2016 e 2017

Fonte: BRASIL, 2019

Os serviços coletivos realizados, em alguns aspectos houve redução, já em outros ocorreu um leve aumento como verificado no quadro a cima. Esse serviço deve levar em consideração os diversos grupos reconhecendo suas demandas, as crianças e jovens são atendidos por meio do esporte, de ações conjuntas como palestras e celebração de datas relevantes, os idosos recebem a mesma atenção são disponibilizados para esses grupos palestras, oficinas de dança, dentre outras atividades como curso de culinária, Festa da melhor idade (viva bem com a idade que tem), uma comemoração que ocorre no mês de setembro, com os festejos da festa de emancipação política de Ubatã-Ba.

A redução das famílias (PAIF) é por conta da atuação do CRAS, ao deixar a zona de risco esses indivíduos diminuem a procura pelo serviço, mas o CRAS continua fazendo as visitas. Já o número de crianças aumentou, por conta das visitas e da parceria com o Conselho Tutelar, denuncia de maus tratos, como também medidas socioeducativas determinadas pelo Ministério Público são acompanhadas pelo CREAS e CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social tem melhorado com o passar do tempo e isso é bem vantajoso para parte da população que vive à margem da sociedade. A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito do indivíduo de ser acolhido pelas instituições, porém ainda há muito a ser feito e conquistado, principalmente, quanto à diminuição do número

de famílias em condição de extrema pobreza.

O propósito dessa pesquisa foi apresentar uma sucinta trajetória das políticas assistencialistas que resultaram na implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como também a sua prestação de serviço no município de Ubatã-Ba entre os anos de 2016 e 2017.

Concluiu-se que as Políticas Públicas ganharam atenção especial depois do processo de redemocratização do país. Antes desse período os indivíduos que necessitavam de assistência, eram direcionados às igrejas e profissionais ligados à saúde, que na maioria praticavam a caridade. As Políticas Assistencialistas, nesse contexto, tem resgatado a população que está em situação de risco e a direcionado para uma situação de atividade, a qual o sujeito se sinta inserido na sociedade, como ator do seu dinamismo e desenvolvimento. O CRAS de Ubatã-Bahia foi implantado no município no segundo semestre de 2010 e sua atuação foi iniciada no ano de 2011.

O município de Ubatã-Ba é um local com dificuldades em oportunidades de trabalho, tendo sua principal fonte de geração de renda a Prefeitura Municipal e o comércio local. A produção agrícola, ainda mantém o forte laço com a monocultura do cacau e o cultivo de outras frutas para a produção de polpas. Os empregos informais em sua maioria, se tornam a principal opção para quem está em busca da inserção no mercado de trabalho. Porém dados apontam que mais da metade da população necessita de assistência das instituições pública, principalmente aquelas que se associam com o número de pobreza e extrema pobreza. O que eleva também os gastos municipais.

O CRAS cumpre seu papel proativo, preventivo e protetivo por meio de ações que fazem parte do calendário fixo da Instituição e de novas ações que podem surgir no decorrer do ano. O número de atendimentos individuais entre 2016 e 2017, aponta para um aumento, do número de atendimentos e cadastros, demonstrando que a sociedade tem reconhecido o empenho do CRAS e, por isso, a procura tem aumentado, pelos resultados positivos, que incluem toda a população ubatense.

As doações realizadas pelo Centro também aumentaram. Já os atendimentos coletivos apresentou uma redução, que segundo a Instituição, derivou do comportamento de algumas famílias que desistem do acompanhamento social e de que outras saem da zona de risco social.

De um ano para o outro, o CRAS conseguiu ampliar seu atendimento, fazer mais visitas domiciliares e desenvolver atividades com maior entrosamento para os que procuram apoio, como às práticas de esporte, o acompanhamento psicológico, oficinas de artesanato para idosos e a celebração de datas importantes, como o dia das mães, os festejos juninos, o dia dos avós, o dia da mulher, o aniversário da cidade e os festejos natalino.

Apesar dos pontos positivos, do empenho da Instituição em cumprir seu papel, ainda há muito a se fazer, como a busca pelo aumento das visitas em bairros periféricos, o fortalecimento da participação da família, em conjunto com todos os seus membros,

nas atividades coletivas, o resgate da população em extrema pobreza. Outro fator é à necessidade de ações voltadas para o público masculino.

Por outro lado, vem sendo construído o fortalecimento da parceria com o Conselho Tutelar para intensificar à proteção à criança e ao adolescente já que, de acordo com o Censo 2010 - 65,25% da população ubatense está vulnerável à pobreza, e o número de crianças está cada vez maior. Espera-se que no próximo Censo de 2020 esse número tenha sido reduzido.

Enfim, quanto maior for a eficácia do CRAS, maior será o amparo dado à população ubatense, que deverá ser beneficiada e também beneficiar o município ao se constituir um quadro ampliado de cidadãos com sentimento de pertencimento ano município e atuante no espaço onde reside.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. A. M. **O CRAS como estratégia para efetivação da proteção social básica na esfera municipal** – Desafios, Tensões e Direções. 2009. 195f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ATLAS BRASIL. **Perfil do município de Ubatã-Ba**. Disponível em: http//atlasbrasil.org.br. Acesso em: 14.06.2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

___.MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME –. **A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços**. 1 ed. Brasília: MDS, 2009a.

___. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 1.:** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2004.

___. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2009c.

COSTA, B. L. D.; BRONZO, C. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, C. A. P. de. (Org.). **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. p. 50-81.

CRAS. **Centro de Referência de Assistência Socia**l. Ubatã-Bahia, 2019.

___. **Centro de Referência de Assistência Social.** Ubatã-Bahia, 2018.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1996.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FARIA, V. E. Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, in **Pobreza e Política Social.** CADERNOS ADENAUER, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad Adeunauer, 2000.

FREITAS, R. C. M. **O governo Lula e a proteção social no Brasil**: desafios e perspectivas. Revista Katálasys, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007

.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Atlas, 1990.

GODINHO, I. C. **Uma reflexão sobre o trabalho com famílias na política de assistência social**. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 18, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2012.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo. 7 ed. Rio de Janeiro: campus, 1981.

IBGE. **Panorama das cidades**. Disponível em: https: //cidades.ibge.gov.br/ brasil/ ba/ ubata/ panorama. Acesso em: **12 de outubro de 2018**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, H. F. **O modelo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus desafios à garantia dos direitos sociais.** 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. 4 ed. rev. Atual. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPÍTULO 25

OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM

Data de aceite: 22/03/2021
Data submissão: 02/01/2021

Gladys Milena Berns Carvalho do Prado
Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), PPGEGC, Florianópolis, SC, http://lattes.cnpq.br/6824920565744925,

Graziela Grando Bresolin
Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), PPGEGC, Florianópolis, SC, http://lattes.cnpq.br/5879622123694415,

Roberto Carlos dos Santos Pacheco
Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), PPGEGC, Florianópolis, SC, http://lattes.cnpq.br/2693759912446687

RESUMO: O objetivo deste estudo de caso foi identifica a presença ou não dos diferentes espaços de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013) do projeto Alexandria (piloto Academia Sapientia) elaborado conforme o método Neoaprendizagem. Com relação ao método este estudo de caso, utilizou as técnicas de observação in locu e análise documental do plano de aula de uma das disciplinas do Piloto da Academia Sapientia, para descrever uma parte da validação do método da Neoaprendizagem. Como delimitação este artigo descreve as dimensões sociais e psicológicas dos espaços de aprendizagem, e não discute as demais dimensões (física, cultural e institucional) em uma das aulas, não apresentando os dados das outras 15 disciplinas. Como limitação, os dados apresentam o resultado de uma das disciplinas ofertadas, sendo que nas demais os espaços de aprendizagem podem apresentar diferentes características. Os resultados apontam que durante a disciplina analisada estavam presentes todos os nove espaços propostos por Kolb e Kolb (2013), e dois deles estavam presentes em todos os momentos da aula. A principal contribuição deste estudo foi gerar dados para a validação interna do novo método de ensino e aprendizagem Neoaprendizagem e contribuir para o registro de lições aprendidas do projeto Alexandria.

PALAVRAS - CHAVE: aprendizagem experiencial. ecossistemas inovadores. inovação na educação superior. plano de aula.

LEARNING SPACES IN A CLASS PLAN ACCORDING TO THE NEO-LEARNING METHOD

ABSTRACT: The objective of this study was to identify the presence or absence of the different learning spaces detailed by Kolb and Kolb, in one of the Sapientia Academy classes, elaborated according to the Neo Learning method. This case study employed two techniques of a qualitative nature for date collection — on-site observation and lesson plan document analysis for one of the disciplines of the Sapientia Academy — which added to the validation of the Neo Learning method development. This research describes the social and psychological dimensions of learning spaces. Other dimensions not discussed are: physical, cultural and institutional. The research limitation is related to the analysis of only one of the sixteen subjects offered by the program. Others may have been elaborated with greater or

lesser attention to all learning spaces. The results indicate that during the taught discipline, all nine spaces outlined by Kolb and Kolb were present. It is noteworthy that two of the spaces were present throughout the entirety of the class. The main contribution of this study is to generate information for the internal validation of Neo Learning, the new teaching and learning method, whilst also, contributing to the record of lessons learned from the Alexandria project.
KEYWORDS: experiential learning. innovative ecosystems. innovation in higher education. class plan.

1 I INTRODUÇÃO

Qual é o papel do sistema de educação de jovens e adultos, seja ele acadêmico, associativo ou corporativo, na formação de profissionais qualificados para atuarem de forma efetiva na construção de organizações competitivas? É praticamente consenso o fato de que, no processo de ensino e aprendizagem, o ensino formal é insuficiente para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do perfil do novo profissional (Rodrigues, 2016). Por isso, é necessário desenvolver novos métodos de aprendizagem que preparem os novos profissionais para as novas demandas do século XXI (Pacheco et al., 2019).

Um benchmarking de instituições de ensino superior inovadoras evidencia inovação nos processos de ensino e aprendizagem, com a utilização de métodos ativos e tecnologias para a formação de profissionais críticos, criativos e inovadores. Universidades, como MIT, Universidade de Stanford, Babson College (Estados Unidos) e a Universidade de Lausanne na Suíça desenvolvem programas de incentivo à pesquisa e inovação em conjunto com uma ampla rede de parceiros comprometidos em apoiar o empreendedorismo dos alunos. São formados ecossistemas inovadores, com um ambiente de parcerias entre universidade e empresas para projetos de inovação (Bresolin, et al., 2020).

Os ecossistemas inovadores são sistemas dinâmicos formados por instituições e indivíduos que estão interconectados com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico. Este tipo de ecossistema inclui um conjunto de atores que trabalham em colaboração para criar um ambiente favorável à inovação, entre eles estão as instituições de ensino, indústria, fundações, organismos científicos e econômicos, e governo com o objetivo de fomentar e cocriar a inovação através do compartilhamento de informações e conhecimento (Wang, 2010; Namba, 2006; Thompson et. al. 2012).

Para que ocorra o compartilhamento e criação do conhecimento é preciso um “lugar’’ propício para o surgimento de relacionamentos. O conceito de ambiente ‘Ba’ propõe este espaço, pois possibilita ambientes onde ocorre troca de informações e onde o conhecimento possa ser compartilhado, criado e utilizado através das interações entre os indivíduos ou entre indivíduos e seus ambientes, beneficiando todos os envolvidos. Ao compartilharem seus conhecimentos, os indivíduos adquirem novos conhecimentos e integram com os já existentes (Pribaldi, 2010; Nonaka & Konno, 1998).

Para o processo de aprendizagem ocorrer é preciso ampliar o conceito de espaço 'propício'. Os espaços de aprendizagem precisam de um ambiente físico de sala de aula que oportunize o desenvolvimento de um ambiente 'Ba': gere interação e trocas de informações e conhecimentos entre os múltiplos atores do ecossistema de inovação. Além disso, os professores devem oportunizar diferentes ambientes e atividades que promovam a aprendizagem experiencial dos alunos.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é identificar a presença dos diferentes espaços de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013) em uma das aulas, elaborada conforme o método Neoaprendizagem, da Academia Sapientia. Este estudo de caso foi realizado com dados primários de observação *in locu* e análise documental de um plano de aula da Academia Sapientia do Projeto Alexandria.

2 I DESENVOLVIMENTO

Nesta seção são apresentados os fundamentos que compõe o novo método da Neoaprendizagem, e os conceitos de ambientes de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013).

2.1 O método da neoaprendizagem

A Neoaprendizagem é um método de aprendizagem que tem como objetivo auxiliar no desafio atual da educação na formação do jovem adulto profissional do século XXI. O método consiste em aprender a aprender fazendo e utiliza novas estratégias e práticas de ensino centradas no indivíduo que aprende (Pacheco et al., 2019). A união de cinco abordagens constitui a fundamentação teórica do método proposto. São elas: os quatro pilares da UNESCO (Delors, 2012), os 4Is da aprendizagem organizacional (Crossan, Lane & White, 1999), a aprendizagem experiencial (Kolb, 1984), aprendizagem expansiva (Engeström, 1987) e os métodos ativos de ensino e aprendizagem (Camargo & Daros, 2018) como a aprendizagem baseada em problemas, desafios, projetos, cooperação e colaboração.

Neste método o objetivo é motivar a construção do conhecimento ao invés de recebê-lo de forma passiva do professor. Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor desempenha diversos papéis como orientador, supervisor e facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento. A Neoaprendizagem tem como premissa a construção social e conjunta entre os envolvidos no processo de aprendizagem. É neste contexto que o ambiente de aprendizagem passa a ser essencial para o sucesso do método.

2.1.1 Os diferentes espaços de aprendizagem de kolb e kolb

Para criar espaços de aprendizagem experiencial em sala de aula, Kolb e Kolb (2013) propõem nove princípios para maximizar a aprendizagem experiencial e o desenvolvimento

dos alunos ao longo do ciclo da aprendizagem experiencial. O espaço deve contemplar um clima hospitaleiro, acolhedor e que promova o respeito por todos. Ser seguro e favorável às experiências, mas também ser desafiador ao permitir que os alunos sejam responsáveis por seu próprio aprendizado e prover o tempo necessário para a prática e criação de novos conhecimentos.

O aprimoramento da aprendizagem experiencial pode ser alcançado através da criação de espaços de aprendizagem que promovam o crescimento e experiências para os aprendizes. Uma experiência produtora de crescimento para a teoria da aprendizagem experiencial refere-se não apenas a uma experiência direta relacionada a um assunto em estudo, mas ao espaço total de vida experiencial do aprendiz. Isso inclui o ambiente físico e social e a qualidade dos relacionamentos. Os nove princípios dos espaços de aprendizagem experiencial desenvolvidos por Kolb e Kolb (2013) são:

Respeitar os aprendizes e sua experiência de vida: um espaço que respeita as experiências dos estudantes permite que eles se sintam membros de uma comunidade de aprendizagem na qual sejam reconhecidos e respeitados pelos professores e colegas, assim como as suas experiências devem ser levadas a sério e utilizadas durante o processo de aprendizagem (Kolb & Kolb, 2013).

Começar a aprendizagem a partir da experiência do aprendiz sobre o assunto: para aprender pela experiência, é preciso antes de tudo possuir e valorizar a experiência dos estudantes. Kolb e Kolb (2013) apoiados pelas teorias construtivistas cognitivistas enfatizam que os indivíduos constroem novos conhecimentos e entendimentos a partir do que já sabem com base em suas experiências anteriores. Portanto, deve-se reconhecer e utilizar o conhecimento anterior dos estudantes sobre o assunto abordado, isso, permite que ele reexamine e modifique seu senso prévio, à luz dos novos conhecimentos adquiridos.

Criar e manter um espaço hospitaleiro para a aprendizagem: um ambiente de aprendizagem experiencial deve abraçar as diferenças de desempenho, de ideias, de crenças, de valores, de experiências de vidas e de estilos de aprendizagem. As diferenças devem ser respeitadas e encorajadas para que gerem resultados positivos, como novas ideias, *insights* e diferentes pontos de vistas. Ao mesmo tempo, o ambiente deve ser motivador e desafiador para os estudantes e para isso, requer um clima e uma cultura de apoio mútuo e segurança (Kolb & Kolb, 2013).

Criar um espaço para a aprendizagem conversacional: ter espaço para uma boa conversação durante a aula, além dos períodos de intervalo e final da aula, faz parte do processo de aprendizagem experiencial. Pois, oferece a oportunidade de reflexão e criação de significado sobre as experiências vivenciadas. Kolb e Kolb (2013) lembram que nem toda conversação gera aprendizado conversacional, para que isso ocorra é preciso integrar pensamento e sentimento, fala e escuta, liderança e solidariedade, reconhecimento de individualidade e afinidade e processos discursivos e recursivos.

Criar espaço para o desenvolvimento da expertise dos aprendizes: o

aprendizado eficaz requer não apenas conhecimento, mas a organização de fatos e ideias em uma estrutura conceitual e a capacidade de recuperar conhecimento para aplicação e transferência para diferentes contextos (Kolb & Kolb, 2013). É preciso promover espaço para que os estudantes busquem uma aprendizagem experiencial profunda a fim de desenvolver conhecimentos que possam ser utilizados e aplicados em outros momentos da vida.

Criar espaços para ação e reflexão: oferecer espaços para que os estudantes expressem seus pensamentos e reflexões sobre o objeto de estudo e testem seu aprendizado em situações mais próximas da realidade. O momento de reflexão é importante para o aprofundamento da aprendizagem a partir da experiência. O momento de ação coloca em prática o que foi aprendido com a teoria, pois traz o mundo interno da reflexão e do pensamento ao contato com o mundo externo de experimentação (Kolb & Kolb, 2013).

Criar espaço para sentir e pensar: as evidências de pesquisa são convincentes sobre o fato de que a razão e a emoção estão intrinsecamente relacionadas e influenciam a aprendizagem e a memória. Parece que sentimentos e emoções têm primazia para determinar se e o que aprendemos. Kolb e Kolb, (2013) sugerem a oferta de estratégias em que as emoções e os sentimentos positivos de atração e interesse estejam presentes, pois, podem ser essenciais para o aprendizado.

Criar espaço para aprendizado de dentro para fora: este espaço de aprendizado é criado ao se vincular experiências educacionais aos interesses do estudante para estimular a motivação intrínseca e aumentar a eficácia da aprendizagem (Kolb & Kolb, 2013). Parte do conceito de que o aprendizado ocorre de dentro para fora, isto é, começa com o próprio indivíduo concentrando-se em seu conhecimento e em sua experiência na aprendizagem; as teorias implícitas, metáforas, interesses, desejos e objetivos é que guiam estas experiências.

Criar espaço para que os aprendizes assumam seu próprio aprendizado: diferente dos espaços de educação tradicionais em que os alunos são receptores passivos do que lhes é ensinado, na aprendizagem experiencial de Kolb e Kolb (2013) cria-se espaço para os estudantes assumirem o controle e a responsabilidade por seu aprendizado. Isto aumenta sua capacidade de aprender com a experiência, de desenvolver seu auto direcionamento e sua autonomia.

As dimensões dos espaços de aprendizagem apresentado por Kolb e Kolb (2013) incluem aspectos físicos (arquitetura, sala de aula e ambiente), culturais (valores, normas, histórias e linguagem), institucionais (políticas, tradições, culturas e objetivos), sociais (pares, professores, comunidade) e psicológicos (estilos de aprendizagem, aprendizagem de habilidade e valores). O espaço de aprendizagem experiencial tem como base a teoria de campo de Kurt Lewin, no conceito de aprendizagem situada e no conceito japonês de espaço “Ba”. Porém, uma vez que um espaço de aprendizagem é, no final, o que o aprendiz experimenta, são as dimensões psicológicas e sociais dos espaços de aprendizagem que

mais a influenciam.

2.1.2 Caracterização do projeto piloto da academia sapientia

Os espaços de aprendizagem foram experimentados e são um dos aspectos considerados no novo método de ensino e aprendizagem: a Neoaprendizagem. Este método foi aplicado na Academia Sapientia, um projeto piloto do Programa de Extensão de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alexandria. O propósito do projeto é desenvolver competências técnicas e socioemocionais em jovens graduandos para atender aos desafios atuais de formação de capital humano para o ecossistema de inovação como o encontrado na cidade de Florianópolis/SC.

O acordo interinstitucional para a coprodução de resolução para problemas reais presentes no ecossistema no qual estas organizações estão inseridas reuniu: UFSC, Fundação Certi, 19 empresas juniores e outras sete organizações (empresas e associações empresariais). A turma piloto foi composta por 50 graduandos, divididos em dez times de cinco estudantes e cada time tinha sua empresa-patrocinadora.

O projeto pedagógico dividiu o trabalho em quatro jornadas: ideação; visão holística, testes e escala, composto de 16 disciplinas técnicas e comportamentais, ministradas ao longo de 150 dias. A proposta do projeto era desenvolver dois grandes desafios de sustentabilidade reais. O Desafio 1: 'inovação de produto em negócios de impacto'. E o Desafio 2: 'melhoria dos indicadores de sustentabilidade: balanço hídrico, balanço energético e balanço de resíduos sólidos'.

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para evidenciar sua consistência científica a pesquisa de natureza qualitativa deve realizar as três concepções de validação ao longo de suas etapas de realização. Este estudo de caso faz parte da etapa da validação interna (Ollaik & Ziller, 2012) do método da Noeaprendizagem que está sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa ao qual os autores fazem parte.

Para responder ao objetivo deste artigo: identificar a presença dos diferentes espaços de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013) em uma das aulas da Academia Sapientia, utilizou-se as técnicas de observação *in locu* e análise documental do plano de aula da disciplina selecionada de forma aleatória (Vergara, 2006).

A coleta de dados primários foi feita pelos autores que participaram da elaboração da aula, e observaram sua execução. Foram utilizados os registros dos pesquisadores, os relatórios de observação e o plano de aula elaborado em conjunto com o professor. O plano foi construído conforme o método proposto da Neoaprendizagem e da aprendizagem experiencial de Kolb (1984).

A análise dos dados desta etapa de validação interna (Ollaik & Ziller, 2012) foi

feita com base em uma matriz em planilha do software Excel em que se descreveu os nove espaços de aprendizagem descritos por Kolb e Kolb (2013) e os sete momentos de aula conforme o modelo de plano de aula da Neoaprendizagem. Verificou-se em que momentos estavam presentes as características descritas pelos autores para cada espaço de aprendizagem, nos sete diferentes momentos de atividade da aula realizada. Para evitar o viés de pesquisa a análise foi realizada por dois dos pesquisadores, em primeira instância sozinhos e posteriormente discutidas entre eles, caso não houvesse consenso sobre o resultado.

As análises foram feitas considerando que, um espaço de aprendizagem é o que o aprendiz experimenta (Kolb & Kolb, 2013). Mesmo com o reconhecimento de cinco as dimensões do espaço de aprendizagem: aspectos físicos, culturais, institucionais, sociais e psicológicos. A análise considerou os dois últimos neste momento do estudo.

4 I APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A aula modelo utilizada para análise consistiu em sete momentos, que incluem o intervalo e estão descritos a seguir. Esta aula foi realizada próximo aos 45 dias de projeto, ao final da etapa de ideação. Os grupos de trabalho já estavam integrados.

Momento 01: o professor pede que cada participante responda por escrito a seguinte pergunta: “Qual a maior dificuldade que você encontra para trabalhar com esse time e nesse Projeto?” Para que as respostas sejam mais sinceras, não é necessário assiná-las. O grande grupo está dividido em 10 times de cinco pessoas que trabalham juntas há dois meses. Em cinco minutos as folhas são recolhidas, embaralhadas e distribuídas aleatoriamente. Cada participante lê em voz alta os problemas apontados sem identificar o autor. O time escolhe entre todos os problemas analisados por seu grupo, qual o problema que considera mais crítico. Na etapa seguinte, este problema é encaminhado para outro time resolver. Isso evita que o time escolha um item que se sente mais preparado para resolver e faz com que novas soluções precisem ser encontradas. Na etapa seguinte, além das estratégias para corrigir o problema, cada time deve criar estratégias internas para evitar que os problemas voltem a ocorrer.

Momento 2: o professor estimula que cada time compartilhe com o grande grupo as soluções encontradas. O tempo de apresentação é de dois minutos por time e não há espaço para debate.

Momento 3: após a apresentação dos sapientes, ocorre uma aula expositiva dialogada sobre o tema Valor Agregado dos Serviços. O objetivo é exemplificar o conceito e suas estratégias de aplicação no desenvolvimento de um bem ou serviço para que os estudantes compreendam o tema, uma vez que eles têm pouca ou nenhuma experiência profissional. O professor expõe o conteúdo utilizando exemplos práticos e cases, além de estimular a reflexão dos graduandos por meio de questões práticas e teóricas, que exigiam

exposição e posicionamento do ouvinte. Foi apresentado uma estrutura na qual a proposta de valor é uma das etapas da construção de um produto/serviço. Esta estrutura deveria ser utilizada pelos estudantes na próxima atividade.

Momento 4 (Intervalo) e Momento 5: após a explanação teórica, o professor deu o tempo de uma hora para que fizessem a dinâmica proposta e o intervalo da aula. Geralmente o intervalo da aula é de 20 minutos e os estudantes se deslocam até a cantina para o lanche. A maior parte deles se senta em grupos, nem sempre com seus respectivos times de trabalho. Alguns times optaram por fazer a tarefa antes e outros após o intervalo. A dinâmica propunha que cada time respondesse à questão: Qual a proposta de valor do bem (produto/serviço) do projeto em andamento? Esta era uma etapa importante na elaboração do desafio da Academia Sapiência, uma vez que seu produto deverá responder a demandas do mercado e da empresa patrocinadora. As próximas etapas do desafio também precisam desta resposta para serem realizadas com maior consistência. Durante a elaboração do desafio, o professor passava em cada time, conversava com os integrantes, tirava dúvidas, apontava caminhos, respondia perguntas e ajudava os times com maior dificuldade no desenvolvimento da tarefa.

Momento 6: Cada time teve três minutos (usaram no máximo dois) para apresentar sua proposta de valor do desafio. O professor teve até três minutos para fazer considerações sobre as propostas apresentadas. Com uma análise crítica, houve reconhecimento dos acertos e a correção dos erros com relação ao conceito.

Momento 7: como fechamento da aula o professor propôs que as melhorias sugeridas fossem incluídas na proposta de valor do Desafio. Em momento posterior a esta aula foi constatado que alguns dos times utilizaram a estrutura apresentada pelo professor na sua apresentação para os patrocinadores de seu produto/serviço.

4.2 Discussão dos Resultados

Como resultado, em uma matriz de análise, foi evidenciado (Quadro 1) em quais momentos da aula analisada foi identificado cada espaço de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013). Na sequência são discutidas as considerações de identificação.

Espaços de aprendizagem*	Momentos da aula						
	1	2	3	4	5	6	7
1º Respeitar os aprendizes e sua experiência de vida	x	x	x	x	x	x	x
2º Começar a aprendizagem a partir da experiência do aprendiz sobre o assunto	x	x	x				x
3º Criar e manter um espaço hospitaleiro para a aprendizagem	x	x	x	x	x	x	x
4º Criar um espaço para a aprendizagem conversacional	x		x	x	x		
5º Criar espaço para o desenvolvimento da expertise dos aprendizes			x		x	x	x
6º Criar espaços para Ação e Reflexão		x	x		x	x	
7º Criar espaços para Sentir e Pensar	x		x		x	x	
8º Criar espaço para aprendizado de dentro para fora	x		x		x		x
9º Criar espaço para que os aprendizes assumam seu próprio aprendizado	x			x	x	x	x

Quadro 1: Resumo da matriz de análise dos espaços de aprendizagem e momento da aula.

Fonte: os autores (2019). *numeração ordinal didática para facilitar a localização no quadro.

O espaço de aprendizagem de respeito pelos estudantes e sua experiência (1º espaço no quadro 1), está presente na consideração que as dinâmicas ofereceram aos participantes de se expressarem e utilizarem seu conhecimento e vivência para responder aos exercícios. Este espaço apareceu em todos os momentos da aula. Desde quando começaram a trabalhar por algo seu, uma dificuldade, um problema que percebiam, e a partir de então construíram novos conhecimentos. Com este gatilho, considerou-se cada um em sua individualidade. Todos foram ouvidos. Mesmo com uma atividade inicial anônima, o estudante pode se mostrar em diferentes momentos e teve liberdade para se expor quando e como quisesse.

No momento três, o fato do professor promover questionamentos os estimulava a resgatar suas memórias e experiências vividas com relação a produtos e serviços experimentados ao longo das suas vidas. O professor, perguntava o nome dos que faziam perguntas e apresentavam exemplos, o que reforça o 1º espaço “cuja experiência é levada a sério e onde todos sabem o seu nome” (Kolb & Kolb, 2013, p. 21).

O 2º espaço para ‘começar aprendendo com a experiência do aprendiz’ sobre o assunto ocorreu nos momentos 1, 2, 3 e 7 – quando se utilizou o que os participantes já sabiam sobre o tema. Antes de terem a explicação dos conceitos, foram motivados a refletir sobre os problemas do trabalho e em como solucioná-los. Foram obrigados a olharem para dentro de si e refletirem sobre as suas experiências. A aula expositiva com cases (momento 3), chamou-os para a reflexão do que já sabiam e as experiências já vividas com diferentes produtos e serviços. A frase, “mas eu não tenho experiência alguma” (Kolb & Kolb, 2013, p. 21) que é por vezes utilizada, não fazia sentido quando percebiam que na prática eles já faziam a leitura sobre o que é valor de serviço e produto, tema alvo da aula. Por fim, foram

convidados a aplicar os novos conhecimentos no aprimoramento de seu projeto de trabalho da Academia Sapientia. Embora pudessem se achar sem experiência, já tinham novas conexões a partir dos exercícios feitos e a espiral do ciclo de aprendizagem experiencial de Kolb pode ser aplicada.

Criar e manter um espaço hospitaleiro (3º espaço) para a aprendizagem ocorreu, segundo esta análise, em todos os momentos de aula. Primeiro, os estudantes trabalharam com o que sentiam e pensavam, eles tinham domínio e podiam se expressar a partir do próprio conhecimento, o que auxiliou a quebrar o gelo com o professor que ainda não era conhecido. Na aula expositiva, o professor fazia piadas, trazia exemplos, identificava pelo nome e criava um ambiente de intimidade e liberdade de expressão. Observou-se que eles sentiram-se seguros para fazer perguntas, trazer exemplos e até contar piadas. Mesmo que fosse uma opinião contrária ao do professor. A relação construída permitiu que as críticas fossem acolhidas e consideradas para estudo e continuidade do projeto e desenvolvimento Desafio 1. "Você pode fazer isso" (Kolb & Kolb, 2013, p. 22) foi o incentivo que o professor deu, quando, no momento sete, convidou os estudantes a aplicarem suas reflexões no projeto. E que mais tarde constatou-se que foi feito.

Criar espaço para a aprendizagem conversacional (4º) ocorreu nos momentos 1, 3, 4 e 5. No momento 1, quando houve o debate no time para discutir e selecionar o problema de maior impacto, principalmente por se tratar de problemas entre eles, membros do time. E na sequência para encontrar possíveis estratégias de solução para as tarefas selecionadas. O tempo destinado para a atividade era suficiente para que pudesse haver conversas sem uma pressão por agilidade na entrega da tarefa.

O professor também fez parte da aprendizagem conversacional quando participava das conversas com os times e quando auxiliava os estudantes no desenvolvimento das atividades. Cabe ressaltar que o professor e seus auxiliares passavam pelos times para orientar na execução das atividades. Este espaço permitia a conversação entre os Sapientes, não somente no intervalo ou no final da aula, mas durante as aulas, inclusiva a disposição dos alunos em seus times de trabalho, em uma mesa grande, já encorajava a aprendizagem conversacional oferecendo a oportunidade dos estudantes discutirem, refletirem e criarem significados juntos sobre o tema e a experiência vivenciada no projeto.

O espaço de aprendizagem para criar expertise (5º), esteve presente, segundo esta análise, nos momentos 3, 5, 6 e 7. A aula expositiva, trouxe inúmeros exemplos que possibilitou a visualização do tema em diferentes contextos, além disso nos momentos 5 e 6 os estudantes estavam justamente experimentando como aplicar o conteúdo visto. E o momento 7 foi um convite para expandir este conhecimento. Kolb e Kolb (2013, p. 22) reforça a importância de "criar espaço nos currículos para que os estudantes busquem uma aprendizagem experiencial tão profunda a fim de desenvolver conhecimentos relacionados ao seu propósito de vida". Na sequência da aula, os estudantes foram convidados a refletir sobre o seu projeto e continuidade do desenvolvimento do produto, considerando as

discussões em sala. Além disso, a riqueza de reflexão na discussão do momento 3 e 6 deu estímulo para uma visão mais ampla, especialmente pelos dez diferentes temas e produtos que estavam sendo discutidos na Academia Sapientia.

O criar espaços para ação e reflexão (6º) está relacionado há disponibilizar momentos para que os alunos possam expressar e testar o que aprenderam. Este espaço se fez presente nos momentos 2, 3, 5 e 6. Nos momentos 2 e 6 os Sapientes puderam compartilhar e refletir com o grande grupo o resultado da atividade realizada. No momento 3, também puderam refletir sobre a teoria que estava sendo apresentada e principalmente quando o professor elaborava perguntas e fazia questionamentos, o que exigia uma reflexão por parte dos Sapientes. No momento 5, foi possível colocar em prática todos os novos conhecimentos adquiridos, permitindo relacionar a teoria com a prática em um desafio real.

Os espaços para sentir e pensar (7º), são aqueles em que a emoção é despertada para facilitar o pensamento e a razão. No momento 1, o professor utilizou a dinâmica inicial como estratégia de gatilho de aprendizagem, e os alunos fizeram contato com a emoção que tiveram ao pensar nas dificuldades, ao ter que expressar a sua opinião e elaborar o pensamento a partir do sentimento. No momento 3, quando o professor explicou o conteúdo, utilizou exemplos que provocaram emoções, risos, inquietações, em alguns casos confrontou valores e preconceitos, para promover novos jeitos de pensar. No momento 5 e 6 eles puderam praticar o que aprenderam nos momentos anteriores em um problema real. Ao ter um desafio de entrega, faz-se contato com as emoções, com sentimentos que são desencadeados sempre que se precisa atender uma nova demanda. São diferentes para cada pessoa e leva o indivíduo a agir como age.

O espaço do aprendizado de dentro para fora (8º) é descrito como um processo que se concentra no conhecimento e na experiência que já existe dentro do indivíduo. O novo vai se ancorar em algo pré-existente. Os momentos 1, 3, 5 e 7 criaram oportunidades para este tipo de aprendizado, em que se vincula às experiências educacionais aos interesses pessoais e estimulam a motivação intrínseca, de forma que aumenta a eficácia da aprendizagem. O momento 1 pediu que trouxessem o que lhes incomodou. No momento 3, os exemplos para apresentação do conteúdo teórico eram muito práticos e os estudantes faziam perguntas sobre reflexões que tinham interesse em compreender melhor. O momento 5 era específico para resolverem o grande desafio do projeto. As equipes já tinham um problema, (desenvolver o produto solicitado por seu patrocinador), e este espaço era para responderem a ele. O momento 7 era o convite para utilizar o novo conhecimento, em problemas que eles identificassem como relevante.

O último espaço de aprendizado é criar um espaço para assumir o próprio aprendizado (9º). Momento para o estudante assumir o controle e a responsabilidade por seu aprendizado de forma a aumentar sua capacidade de aprender com a experiência. Na aula analisada os momentos 1, 4, 5, 6 e 7 deram estímulos para assumir o próprio aprendizado e buscar formas de responder à questão com o conhecimento que tinham e

com as novas informações obtidas. Na primeira atividade o fato de buscarem estratégias para solucionar os problemas listados fazia com que houvesse a necessidade de encontrar soluções e possibilidades para uma futura tomada de decisão e ação. As etapas 4 e 5 foram estrategicamente elaboradas de forma que os estudantes tivessem a liberdade e responsabilidade sobre a gestão do tempo, tinham o período de 1 hora para realizar a tarefa e o intervalo. Observou-se que cada grupo fez uso diferente, e que todos os times entregaram dentro do prazo.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de caso foram identificadas a presença dos nove diferentes espaços de aprendizagem de Kolb e Kolb (2013) em uma das aulas da Academia Sapientia elaborada conforme o método da Neoaprendizagem. Em uma matriz de análise, verificou-se que em cada momento de aula mais de um espaço de aprendizagem estava presente. Talvez pelo fato de cada momento ter mais de uma atividade. Os espaços de aprendizagem que mais ocorreram foram os espaços relacionados ao respeito pelos estudantes e sua experiência e o espaço de criar e manter um espaço hospitaleiro de aprendizagem, presentes em todos os momentos da aula. Percebeu-se que ambos os espaços obtiveram alta incidência, pois fazem parte da cultura empregada pelo método da Neoaprendizagem, que se baseia também na aprendizagem experiencial.

Todos os espaços de aprendizagem foram explorados, mesmo os que foram menos identificados, apareceram em quatro dos sete momentos. São eles: o espaço para começar aprendendo com a experiência do aprendiz sobre o assunto (2º); espaço para a aprendizagem conversacional (4º); espaços para ação e reflexão (6º); espaços para sentir e pensar (7º) e espaço do aprendizado de dentro para fora (8º), pois estavam presentes em momentos específicos da aula.

As dimensões sociais e psicológicas foram bem exploradas nas atividades propostas pelo professor o que criou um ambiente de aprendizagem rico. Uma futura oportunidade de pesquisa pode ser analisar a presença das demais dimensões: física, cultural e institucional garantindo planos de aula cada vez mais completos. Uma das limitações foi a análise de somente uma das disciplinas, outras podem ter sido elaboradas com maior ou menor atenção a todos os espaços de aprendizagem.

A principal contribuição deste estudo foi gerar evidências para a validação interna do novo método de ensino e aprendizagem, a Neoaprendizagem, e contribuir para o registro de lições aprendidas do projeto piloto da Academia Sapientia.

AGRADECIMENTOS

Artigo apresentado originalmente no ICKM/SUCEG 2019 em dezembro de 2019, Florianópolis, SC. Os autores agradecem o auxílio financeiro concedido no período de

desenvolvimento deste estudo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001 e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

REFERÊNCIAS

Bresolin, G. G. et al. Benchmarking de práticas inovadoras na Educação Superior. In: Teixeira, Clarissa Stefani; Lebler, Cristiane Dall' Cortivo; Souza, Márcio Vieira de (Orgs.). **Educação fora da caixa***:* tendências internacionais e perspectivas sobre a inovação na educação. São Paulo: Blucher, p. 245-258. 2020.

Camargo, F., & Daros, T. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso. 2018.

Crossan, M. M., Lane, H. W., & White, R. E. An Organizational Learning Framework: from intuition to institution. (vol. 24, n.3, pp. 522-537). **The Academy of Management Review**. 1999.

Delors, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. (7ª ed). Brasília: Cortez.2012.

Engeström, Y. **Learning by expanding:** an activity-theoretical approach to developmental research, Orienta-Konsultit, Helsinki. 1987.

Kolb, D., & Kolb, A. The Kolb Learning Style Inventory 4.0: A Comprehensive Guide to the Theory. **Psychometrics, Research on Validity and Educational Applications**. Boston: Hay Resources Direct. 2013.

Kolb, D. **Experiential learning**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall. 1984.

Namba, M. Accelerating Commercialization of University Output by Translating It into Social Value. In: **Technology Management for the Global Future**. PICMET 2006. p. 794-802. 2006.

Nonaka, I., & Konno, N. The concept of "Ba": building a foundation for knowledge creation. **California Management Review**, Spring, v. 40, n. 3. 1998.

Ollaik, L. G., & Ziller, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, p.229- 241.2012.

Pacheco, R. C. dos S. et al. Método da Neoaprendizagem para a inovação na Educação Superior brasileira: uma pesquisa ação na Academia Sapientia. In: **Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação (CIKI)**. *Anais.* Foz do Iguaçu: UFSC, p. 1-15. 2019.

Pribaldi, H. Ba, japanese-style knowledge creation concept: a building brinck of innovation process inside organization. **Journal Teknik Industri,** v. 12, n. 1, p. 1-8. 2010.

Rodrigues, G. S. Análise do uso da metodologia ativa problem based learning (pbl) na educação profissional. (vol. 12 n. 2 2016). **Periódico Científico Outras Palavras**. 2016.

Thompson, V. *et al.* NASA (In)novation Ecosystem: Taking technology innovation from buzz to reality. In: **Aerospace Conference**, IEEE. p. 1-9. 2012.

Vergara. S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 287p. 2006.

Wang, J. F. **Framework for university-industry cooperation innovation ecosystem**: Factors and countermeasure. Wuhan. p. 303-306. 2010.

CAPÍTULO 26

RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO

Data de aceite: 22/03/2021

Marina Aparecida Espinosa Negri
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
São Paulo

Trabalho apresentado na DT 2 - Publicidade e Propaganda do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM realizado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA USP, em São Paulo, de 5 a 9 de setembro / 2016.

RESUMO: Ancorado sobre pressupostos da Análise de Discurso, este Artigo dedica-se a abordar a linha fina que separa a criatividade e o conceito dito politicamente correto na Criação Publicitária da atualidade. A partir de um Corpus formado por duas emissões veiculadas em 2016 - um cartaz da Cruz Vermelha e uma campanha da Aspirina - ambas retiradas de circulação por terem sido consideradas ofensivas e antiéticas, o trabalho pretende evidenciar a aparente dificuldade dos criadores para se alinhar à lógica funcional do referido conceito e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de expressão em sua tarefa de construção da imagem de marcas, produtos e serviços.
PALAVRAS - CHAVE: Criação Publicitária; politicamente correto; ética; discurso.

ABSTRACT: Anchored on assumptions of Discourse Analysis, this Article is dedicated to addressing the fine line that separates creativity and the concept that is said to be politically correct in Advertising Creation today. Based on a Corpus formed by two broadcasts broadcast in 2016 - a Red Cross poster and an Aspirin campaign - both removed from circulation because they were considered offensive and unethical, the work intends to show the apparent difficulty of the creators to align with the logic of the referred concept and, at the same time, preserve freedom of expression in its task of building the image of brands, products and services.
KEYWORDS: Publicity creation; politically correct; ethic; speech.

O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO TERMÔMETRO SOCIAL

> 'A Publicidade pode funcionar como um perfeito diagnóstico psicossocial de uma época'. (Alexandra Pinto, 1997 - p. 35)

Em definição informal, a Publicidade pode ser compreendida como uma prática sócio-discursiva, isto é, trata-se de uma atividade comunicacional que se mantém em permanente interação com o núcleo social. A Publicidade remete-se à sociedade mediante os estímulos que dela recebe ó /modismos; tendências/ e lhe devolve, por conseguinte, as respostas que ela espera ó /anúncios; campanhas; ações de Marketing/ (SEMPRINI, 1995 - p. 19).

Para quase a totalidade de autores da área, a força da Publicidade não deve jamais ser menosprezada, uma vez que é capaz de representar com inequívoca precisão hábitos, costumes, preferências e até mesmo ideologias presentes no meio social em que transita, podendo ser elevada à categoria de ferramenta arqueológica fidedigna para diagnosticar, codificar e reverberar o perfil de um dado tempo. (VESTGAARD & SCHÖEDER, 2004 - p. 119-157). 'A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito'. (ORLANDI, 2003 – p. 43). Seguidora de tendências e nunca lançadora de tendências, é a Publicidade discurso em constante atualização, que caminha em paralelismo com os discursos dominantes e os ratifica, atuando como termômetro do comportamento social.

> As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isso não está na essência, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. (ORLANDI, 2003 – p. 43).

O endosso do discurso dominante pelo diapasão próprio do discurso publicitário possibilita a interação entre duas plataformas que se retroalimentam e perpetuam o ordenamento do sistema capitalista, dando-lhe fôlego e assegurando sua manutenção: a Esfera da Produção e a Esfera do Consumo, que dialogam entre si por intermédio da Publicidade. (ROCHA, 1995 – p. 27). O escoamento de estoques ó /objetivo do núcleo produtivo/ depende da intensidade do consumo ó /objetivo do núcleo social/. É função precípua da Publicidade mediar a relação entre esses polos interdependentes, assimilando as demandas de ambos para traduzi-las apropriadamente à sociedade, como disposto graficamente na ilustração seguinte.

> O discurso publicitário fala sobre o mundo, sua ideologia, é uma forma básica de controle social, categoriza e ordena o universo. Hierarquiza e categoriza produtos e grupos sociais. Faz do consumo um projeto de vida. (ROCHA, 1995 - p. 26).

No entanto, tamanha responsabilidade parece esbarrar no que hoje é admitido como modelo comportamental a ser seguido, o chamado conceito do politicamente correto. A bifurcação se instaura devido a um paradoxo supostamente fatal no bojo dessa equação: o discurso publicitário é regido pela criatividade; o discurso politicamente correto é pautado pelo controle, premissas contraditórias e mutuamente excludentes que materializam um duro dilema ao fazer publicitário e levanta questões de ordem, ainda não pacificadas.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PATRULHA DO POLITICAMENTE CORRETO

> 'Onda politicamente correta matou a liberdade criativa'.
>
> (Washington Olivetto – FSP, 2014)

As primeiras noções da filosofia batizada politicamente correta surgiram nos Estados Unidos ao final da década de 1940, instaurando-se mais amplamente no país em meados dos anos 50, coincidindo com o Pós-2ª Grande Guerra Mundial. Seu propósito original era conferir significado às ideologias estabelecidas pelo Partido Leninista. É esse o informe de uma gênese improvável, porém, o mais confiável e documentado historicamente, conforme BERMAN, 1992. Com o passar do tempo, a expressão, popularizada e abreviada para a sigla PC, caiu em certa despersonalização e passou a ser usada por integrantes da extrema-esquerda como ato de deboche, manifestação de ironia para classificar alguém cegamente dedicado à defesa de princípios regentes do partido de sua filiação. Para certos autores, todavia, a introdução social desse conceito é mais recente, tendo ele se firmado como se o reconhece hoje somente a partir dos anos 80.

> O chamado comportamento politicamente correto surgiu no final dos anos 80, mas se popularizou mesmo na década seguinte, no primeiro mandato do ex-presidente Bill Clinton. Tinha a intenção de instaurar na indústria cultural um clima em que ninguém ofendia ninguém. A intenção era boa, claro, mas muita gente temia que isso fosse tirar o humor da face da Terra. (HALLACK In: Rev. Época, 2011).

Longe de ser consensual, na atualidade, a sigla PC tem sido descrita de formas diferentes: é tida como regimental por conservadores e como obsoleta por liberais, os quais creem que os adeptos de ideais ou ideias politicamente corretas são demasiado sensíveis, preservam direitos incabíveis, ultrapassados, dispensáveis para o momento e que acabam atrapalhando debates frutíferos no circuito social. Mais do que isso, para os críticos ardorosos do conceito, os representantes do regramento politicamente correto são indivíduos contrários à evolução dos costumes, ortodoxos convictos que brecam a experimentação, a originalidade e a inovação.

Já, à margem das paixões, pode-se entender a conceituação de politicamente

correto como um 'fenômeno que, paulatinamente, vem promovendo uma reinterpretação para situações de ordem política, econômica e social' (FAIRCLOUGH, 2001 - p. 58), um movimento que se estabelece como aura de reprovação ao preconceito e à inferiorização ou rebaixamento moral de grupos minoritários, bem como aos discursos que reforçam estereótipos negativos de qualquer natureza.

> Na ordem social, uma das principais características desse discurso é a desaprovação veemente de atitudes e comportamentos discriminatórios manifestados contra grupos minoritários e seus membros. Na Propaganda brasileira, é possível observar o reflexo da filosofia desse movimento ou fenômeno, pois ele torna-se cada vez mais constante por ser agora indicado como critério e parâmetro de orientação para a criação/produção de peças comunicacionais publicitárias. (LEITE, 2005 – p. 7-9).

Espraiada como padrão norteador áureo de indistintas formas comunicacionais e comportamentais da atualidade, é essa uma proposta avaliada quase sempre de maneira radical, tensionada mediante prismas diametralmente opostos; enquanto por muitos é vista como necessária e oportuna ao resgate da Ética, por outros é tida como intransigente e castradora da criatividade e da liberdade de expressão.

> Em contrapartida a esse pensamento, ainda no campo da comunicação, algumas correntes manifestam-se contrárias à orientação politicamente correta, pois consideram essa orientação como um mecanismo que interfere na liberdade de expressão criativa da área (a criatividade é o que move a Publicidade), estimulando, de certa forma, uma considerável ação de censura. (LEITE, 2005 – p. 7-9).

No Brasil, entre seus mais ferrenhos opositores, encontram-se nomes ditos da vanguarda progressista, artistas, pintores, escritores, *designers*, escultores, atores, arquitetos e publicitários, como o redator Washington Olivetto, representante do eixo nevrálgico deste artigo. Em 2014, a declaração neste capítulo epigrafada do publicitário mais celebrado do país ao jornal Folha de S. Paulo [1], ladeada por outras de mesmo calibre, causou alvoroço no meio. Na condição de argumentos de autoridade, as colocações contundentes de Olivetto relativas ao conceito do que se convencionou nomear 'politicamente correto' agravaram o mal-estar e a polêmica circulantes sobre o tema e os elevaram a um grau decerto compartilhado por muitos criadores publicitários da atualidade, que ora se veem às voltas com o cerceamento imposto por essa nova noção, que, cada vez mais solidificada e aceita, avança e redefine os códigos vigentes de convívio e comportamento social.

Na visão preocupada de Washington Olivetto, criador reconhecido pela irreverência e humor satírico, ganhador de mais de 50 Leões (Ouro/Prata/Bronze) em inúmeras edições do Festival Internacional de Publicidade de Cannes - França, a Criação Publicitária contemporânea, realizada sob a égide da inspiração politicamente correta, empobreceu,

1 Entrevista disponível online na íntegra em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1517161-onda-politica-mente-correta-matou-a-liberdade-criativa-diz-olivetto.shtml

tornou-se comportada demais e perdeu seu valor maior: a liberdade criativa, força motriz da mensagem publicitária.

> Você tem, de um lado, o cara politicamente correto, que é cerceador e bem educadinho, e do outro, o politicamente saudável, que respeita a inteligência, mas com irreverência e bom humor. O humor brasileiro vive uma crise de vulgaridade. (...) As pessoas precisam escrever melhor. (OLIVETTO, 2014).

Entretanto, a despeito de sua aparente coerência, esse ponto de vista não representa nem exprime a opinião predominante da classe publicitária sobre a questão. Não obstante se encontre racionalidade e alguma pertinência nas ponderações de Washington Olivetto, a realidade da Criação Publicitária, (concentrando-se o enfoque no Brasil) quando desacata em tom eloquente a pregação politicamente correta, é o enfrentamento de resultados desastrosos. Além de confrontar padrões de correção moral e arranhar certos pilares da Ética, essa desvinculação pode levar a marca anunciante a um indesejável risco de imagem. Pode também indispor o público alvo com o anunciante por conta de alguma exposição casuística vexatória e induzi-lo à recusa da adoção ou manutenção de um produto envolto nesse clima. Além dos reiterados apelos (involuntários ou não) a: machismo, racismo, sexismo e *bullying*, o arsenal de percalços produzidos pela Publicidade brasileira ao longo do tempo é pródigo e inclui tropeços clássicos não menos ruinosos, tais como a objetificação da figura feminina, a culpabilização da vítima, a invasão de privacidade, a exaltação da euforia gratuita e a consagração do padrão de beleza nórdico.

Persistindo erraticamente nesses lances temerários, ainda hoje grandes campanhas sobre eles são concebidas e neles se sustentam, visando a eventual simpatia dos públicos alvo e sua final tomada de decisão pelo consumo dos produtos assim anunciados.

> É no consumo que homens e objetos se olham de frente, se nomeiam e se definem de maneira recíproca. A constante determinação de valores de uso faz de um tipo de produto genérico uma idiossincrasia. Da construção, o lar. Do vinho, a cerimônia. Da roupa, a identidade. Da comida, a refeição. Um processo social permanente de seres humanos definindo-se num espelho de objetos; e estes, num espelho de homens. (ROCHA, 1995 - p. 68).

Nas exemplificações selecionadas para formalizar o Corpus deste artigo, verifica-se, em primeira análise, um traço comum: estranhamente, a época de sua veiculação - o ano de 2016, faixa temporal calcificada por um sem número de denúncias midiatizadas de episódios racistas; por manifestações feministas revisitadas e atualizadas; pela condenação ao *bullying;* pela luta em prol da igualdade de gêneros, que eclodem em âmbito mundial. Embora vividamente alimentadas por protestos explosivos e amplificadas pelo poder de difusão sem precedentes das redes sociais, essas bandeiras, perigosas em sua índole, aparecem como pano de fundo, base criativa de anúncios isolados e campanhas inteiras, os quais, embora atraentes por suas provocações enviesadas e seu pendor transgressor, se mal dimensionados em seus apelos, mostram ineficazes e quase sempre contraproducentes

à imagem das marcas, além de, em grande parte das vezes, virem a se tornar causa de interpelação judicial e ordem de suspensão das peças em veiculação, conforme ordena o Artigo 50 do Código de Auto Regulamentação Publicitária - CONAR [2]:

> **Artigo 50** - Os infratores das normas estabelecidas neste Código e seus anexos estarão sujeitos às seguintes penalidades:
>
> a. advertência;
>
> b. recomendação de alteração ou correção do Anúncio;
>
> c. recomendação aos Veículos no sentido de que sustem a divulgação do anúncio;
>
> d. divulgação da posição do CONAR com relação ao Anunciante, à Agência e ao Veículo, através de Veículos de comunicação, em face do não acatamento das medidas e providências preconizadas.
>
> **§ 1º** - Compete privativamente ao Conselho de Ética do CONAR apreciar e julgar as infrações aos dispositivos deste Código e seus Anexos e, ao Conselho Superior do CONAR, cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Ética em processo regular.
>
> **§ 2º** - Compete privativamente ao Conselho Superior do CONAR alterar as disposições deste Código, bem como alterar, suprimir e acrescentar-lhe Anexos.

Aparentemente simples de ser assimilada, a submissão ao regimento expresso que norteia a conduta da carreira publicitária com vistas a prevenir desgastes e turbulências, nem sempre é uma tarefa facilmente exequível, conforme demonstram os casos coletados para análise, neste trabalho.

Caso I

Cartaz da Cruz Vermelha / 2016 => Acusação: Racismo

Consequência:

- Pedido público de desculpas e suspensão de veiculação por decisão unilateral da anunciante Cruz Vermelha

A primeira ilustração dessa espécie de Criação arriscada e facilmente refutável legalmente aqui se fará não com o acervo da Publicidade, mas sim, com o da Propaganda, ressalvando-se que são elas especialidades distintas em definição, alcance e propósitos[3].

2 Fragmento literal do CONAR, acessado aos 12/7/2016 em: http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php

3 Embora não haja consenso universal sobre a amplitude das definições dos termos Publicidade e Propaganda, e se aceite certa liberdade quanto a esse tópico, neste trabalho estabelece-se a distinção funcional entre ambas, conforme admitido por vários autores. Essa diferenciação se consolida aqui da seguinte maneira:

A referência ora em questão é o poster intitulado: 'Seja legal, siga as regras', assinado pela Cruz Vermelha. Veiculada ao ar livre e na *web,* a peça, criada para atingir crianças pequenas, adverte que todos devem ser bem educados e seguir as normas, a fim de evitar os perigos que os espreitam na piscina, mote central da mensagem. À parte as boas intenções, o enunciado resultou em fracasso, ensejou forte polêmica nas redes sociais e precipitou a retirada da peça.

Figura 1: Poster da Cruz Vermelha / 2016 => Interpretado como um libelo ao Racismo [4].

> Lamentamos profundamente e pedimos desculpas por qualquer mal-entendido, e absolutamente não era nossa intenção ofender ninguém. Como uma das maiores e mais antigas organizações humanitárias do mundo, estamos comprometidos com a diversidade e inclusão em tudo o que fazemos todos os dias [5].

Por meio dessa constrangedora notificação, a Cruz Vermelha procurou se retratar com o mundo pelo erro crasso estampado em sua comunicação, a qual se, em tese, almejava um nobre objetivo, acabou referendando um manifesto de entonação racista. O dolo operou-se quando inadvertidamente o cartaz ilustrou verbo-visualmente todos os comportamentos condenáveis com ações de crianças negras, na cena agindo como protagonistas dos maus exemplos. As brancas, por sua vez, se resguardam dessas

---

Publicidade é uma especialidade que atua em um plano concreto de ações e se presta à divulgação de bens tangíveis ou intangíveis, desde que acessíveis comercialmente. A Publicidade instaura e espera uma ação comercial.

Propaganda é a disseminação e / ou divulgação de idéias, causas, comportamentos e atitudes; almeja obter adesão a ideologias, mantendo atuação, portanto, em uma esfera abstrata do pensamento humano. A Propaganda instaura e espera uma ação comportamental. (PEREZ, C. & BARBOSA, I. [orgs.], 2007, Vol. II – p. 343).

Figura 1: Acessada aos 2/7/2016 em matéria disponível on line em: http://www.bluebus.com.br/cruz-vermelha-dos--eua-pede-desculpas-e-remove-poster-acusado-de-racismo/

Fragmento literal da nota da Cruz Vermelha acessado on line aos 10/7/2016 em: http://www.dn.pt/mundo/interior/cruz-vermelha-pede-desculpa-por-cartaz-racista-5256486.html

ilicitudes e se portam adequadamente em todas as situações, encarnando o bom exemplo.

Em subliminaridade, a ambivalência notória, destacada com setas vermelhas e legendas, sugere em algum grau um postulado nazista - a superioridade da raça branca em relação à raça negra. Trincando a imagem quase sacra da marca, o problema central aqui enfocado rapidamente transformou-se em queixas disparadas pela mídia, depois, avalanche de notas de repúdio, e, finalmente, evoluiu para posicionamento formal de entidades representativas dos Direitos Civis dos Estados Unidos. O fato de as ilustrações de mau comportamento e indisciplina ocorrerem, sem exceção, apenas com as crianças negras fomenta a conotação indigesta de que negros não são 'legais' e 'não seguem regras', como pede o título do poster. Somente brancos fazem isso. O deslize ético, na verdade indesculpável para comunicadores de massa, deixa demonstrado que nem mesmo organizações humanitárias universalmente celebradas por sua atuação na defesa de povos em situação de opressão, risco ou perigo iminente, escapam ilesas da desaprovação pública em virtude de falhas eventuais e/ou discutíveis que atinjam a dignidade humana ou se provem politicamente incorretas. Como alternativa tardia de amenizar o efeito negativo e fazer jus à sua história, a Cruz Vermelha se propôs a desenvolver novos materiais, segundo ela, 'mais apropriados, representativos e politicamente corretos'.

Certamente não foi essa a primeira, nem será a última vez que o racismo preside a linha criativa de enunciados publicitários. Existe vasta documentação de incidentes semelhantes no repositório de anúncios brasileiros que pecaram nesse quesito. Em 2012, o tradicional Azeite Gallo estrelou uma campanha ruidosa que desaguou nos primeiros minutos de sua veiculação. Nas peças graficamente chamativas e verbalmente mal resolvidas, imagem e texto alardeavam que a boa preservação do azeite se garantia por conta de seu acondicionamento em garrafas de vidro escuro. A partir de títulos descuidados, grafados em tipologia cursiva:

- 'Nosso azeite é rico. O vidro escuro é o segurança'.
- 'O sol brilha para todos os azeites. Mas é só o nosso que ele não estraga'.

... a mensagem sugeriu racismo, rebaixamento da profissão de Segurança, atraindo para si a indignação do público. Tendo afetada a reputação do produto após acalorada discussão reprobatória, foi punida com a inevitável interdição pelo CONAR.

Figura 2: Campanha do Azeite Gallo / 2012 => Julgada como discriminatória aos seguranças e ofensiva aos negros [6].

Há casos bem mais expressivos e controversos a se incorporar nesse sentido, alguns praticamente insuperáveis, como o ocorrido com a Cerveja Devassa / 2013, nacionalmente recriminado e elevado ao topo da galeria de exemplos nefastos de Publicidade racista e sexista, acabando por chamar a atenção de autoridades e aportar no Ministério da Justiça para a abertura de processo administrativo contra a empresa fabricante do produto, a Brasil Kirin (Schincariol).

Figura 3: Anúncio emblemático da Cerveja Devassa / 2013 => Ofensiva em multiplicidade de sentidos [7].

Além da frase considerada ofensiva por organizações feministas e ligadas ao movimento negro, há a imagem de uma mulher negra hiperssexualizada. A denúncia foi feita pelo PROCON do Espírito Santo ao DPDC (Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor), da SENACON (Secretaria Nacional do Consumidor). Segundo o departamento, por equiparar o corpo feminino ao consumo, a peça publicitária pode ser classificada abusiva. Para entrar

6 Figura 2: Acessada aos 3/3/2016 e disponível on line em: http://propmark.com.br/mercado/conar-veta-apas-e-pede--alteracao-para-gallo

7 Figura 3: Acessada aos 4/5/2016 e disponível on line em: http://jornalggn.com.br/noticia/ministerio-da-justica-instaura--processo-contra-publicidade-racista-e-sexista-da-cerveja-devassa

> com o processo, a pasta federal consultou diversos órgãos como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Federal de Psicologia.

Para o diretor do DPDC, Amaury Oliva, é direito básico do consumidor à proteção contra a Publicidade abusiva:

> Na sociedade de consumo, a publicidade é um indicativo do padrão ético adotado pelas empresas para a oferta de produtos e serviços. Não se pode admitir que para vender um produto, sejam utilizadas mensagens discriminatórias, que reforçam estereótipos de gênero e étnico-raciais e contribuem para aprofundar desigualdades[8].

Cumpre avaliar numa perspectiva teórica qual seria a real intenção dos criadores responsáveis pela engenharia mercadológica de marcas consagradas, a exemplo de Nivea, Dove, Riachuelo, Microsoft, BomBril, entre tantas outras que precisaram desculpar-se junto ao público, ao assinarem enunciados dessa envergadura em nome do consumo.

Em maio / 2016, o grupo Shanghai Leishang, conglomerado chinês fabricante de cosméticos e detergentes, engrossou a lista de casos análogos, ao ser acusado de empreender a Publicidade mais racista de todos os tempos. Desafiando a razoabilidade e a Ética de modo frontal, o comercial mostra um homem negro observado por uma mulher jovem, que o faz engolir à força uma porção do sabão Qiaobi. Na sequência bizarra, ele entra numa máquina de lavar roupas, empurrado por ela, e sai branco, como um jovem asiático, atingindo, assim, uma aparência atraente, desejável, e, segundo a empresa, 'padrão que constitui um critério de beleza tradicional'. Bombardeada mundialmente, a companhia, em comunicado claudicante, divulgado pela rede social oficial chinesa, viu-se obrigada a se ajustar à métrica dos tempos atuais e suspendeu a veiculação do filme na web:

> Pedimos desculpas pelos danos causados aos africanos com a divulgação da publicidade e a exposição exagerada do assunto nos meios de comunicação. Lamentamos que a publicidade tenha causado tanta controvérsia. Nós só queríamos promover nosso produto. Os meios de comunicação estrangeiros talvez sejam bastante suscetíveis[9].

Afora as implicações morais presumíveis, às quais profissionais da Publicidade submetem os clientes a eles confiados, existe o risco calculável da publicação dos anúncios em mídia massiva, parte poderosa de um mundo orientado pela ordem do politicamente correto. Posto isso, a opção de se manter a Criação Publicitária como dependente de *approachs* racistas, sexistas ou correlatos teria, de fato, que espécie de motivação e que tipo de vantagem?

Tão ou mais intrigante é a constatação de que, mesmo com a superexposição e viralização de episódios antipedagógicos como os ora reportados, anunciantes de peso,

8 Citações extraídas de matéria acessada aos 23/5/2016 e disponível on line em: http://jornalggn.com.br/noticia/ministerio-da-justica-instaura-processo-contra-publicidade-racista-e-sexista-da-cerveja-devassa

9 Matéria acessada aos 22/5/2016 e disponível on line em: http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2016/05/empresa-chinesa-pede-desculpas-por-anuncio-racista.html

idôneos e reverenciados como a Cruz Vermelha, passando ao lago de todo o histórico disponível de casos similares, ainda acolhem e aprovam trabalhos executados sobre os fundamentos dessa desabonadora trama criativa.

Caso II

Campanha de Aspirina / 2016 => Acusação: Sexismo e Machismo

Consequências:

- Retirada do rol de inscrições no Festival de Cannes 2016 por decisão unilateral da Agência ALMAP BBDO.
- Suspensão da circulação nacional por decisão bilateral da Agência ALMAP BBDO e da anunciante Bayer.

> A AlmapBBDO lamenta que o anúncio de Aspirina, do nosso cliente Bayer, tenha causado constrangimentos e esclarece que não houve a intenção de tratar com indiferença abusos de qualquer natureza. Repudiamos a prática de filmagem não consensual e qualquer espécie de violência ou invasão de privacidade. Ficaremos atentos para evitar o problema no futuro.

A lacônica nota, emitida às vésperas do recebimento de uma enxurrada de críticas demolidoras, denota o mau pressentimento da ALMAP BBDO acerca do calvário midiático que sobreviria a ela e à anunciante alemã Bayer por ocasião da veiculação da campanha de Aspirina, composta por três anúncios e candidata inscrita no Festival Internacional de Publicidade de Cannes – França, que personifica a segunda ilustração coletada para este artigo. A um só tempo, tanto a esperada láurea, como o estrondoso rol de protestos de fato se concretizaram e o residual adverso dessa situação inusitada, também.

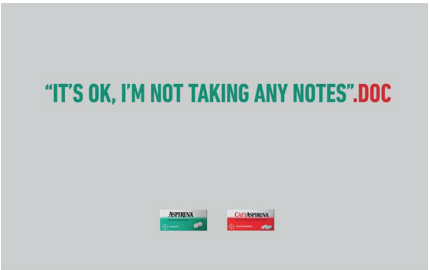


Figura 4: Campanha de Aspirina Bayer / 2016 => Vista como conivente à invasão de privacidade, sexista e incentivadora velada do machismo [10].

10 Figura 4: Acesso aos 3/7/2016 e disponível on line em: http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2016/06/campanha-da-aspirina-premiada-em-cannes-gera-protestos-na-web.html

A razão da suspeita fatídica residia no fato de que, assim que exposta a campanha, começaram a ecoar ataques sistemáticos às peças, todos baseados em denúncias de que nelas se incentivava um flerte velado com o abuso, o machismo, o sexismo, a mentira, o *porn revenge*, conjunto de implicações que inviabilizaria sua permanência em veiculação. Divulgada no país em mídia impressa e posters, ela apresentava em uma das inserções o pomo da discórdia, o título-problema: 'Não se preocupe, amor. Não estou filmando isso. mov'. Posto na alça de mira dos internautas, sobre ele foi direcionada a artilharia mais pesada, desencadeando-se, a partir daí, a derrocada da campanha.

Em clara oposição ao discurso politicamente correto, o equívoco criativo, mesmo ofuscado com a premiação internacional - dois Leões de Bronze - conquistados nas categorias *Outdoor* e *Print*, cobrou seu preço dos agentes responsáveis por sua geração, instigou divergências entre agência e anunciante e reclamou a tomada de imediatas providências corretivas. A primeira delas partiu da ALMAP BBDO que, em decisão inédita, solicitou a exclusão de todas as peças feitas para a Bayer da lista de inscrições do Festival de Cannes, deflagrando uma série de embaraços.

> (...) Por esta razão, já entramos em contato com a direção do Festival de Cannes e solicitamos a retirada imediata das peças de nosso cliente Bayer.

A segunda materializou-se em um pronunciamento oficial da Bayer, que, por seu turno, repudiou a campanha como um todo, lavou as mãos e responsabilizou unicamente a agência pelo fracasso:

> Em relação à campanha publicitária criada pela ALMAP BBDO para a marca Aspirina, a Bayer esclarece que a agência apresentou o conceito para a empresa no Brasil, assim como de outras campanhas que pretendia exibir no festival Cannes Lions deste ano. A veiculação foi de responsabilidade da agência a fim de atender os requisitos para submissão em Cannes[11].

11 Todas as citações referentes às relacionadas ALMAP BBDO e Bayer foram extraídas de: http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2016/06/apos-polemica-almapbbdo-pede-retirada-de-peca-premiada-em-cannes.html

Ainda que pesem o vexaminoso rescaldo e a alta reverberação comprometedora desses casos recentes, sustentações de cunho machista não são propriamente uma novidade em Criação Publicitária. O que as torna aceitáveis ou reprováveis são o contexto em que se inserem e o limite de sua proposição. Na década de 60, um anúncio impresso da Volkswagen do Brasil com a imagem de um Fusca batido, ostentava em seu título o que se poderia chamar de alusão machista, se considerados os padrões vigentes no século XXI:

Mais cedo ou mais tarde, sua esposa vai dirigir.

Esta é uma das razões para você possuir um Volkswagen.

Figura 5: Anúncio pxb do Fusca => Engraçado em 1963 e machista em 2016 [12].

O que atualmente por certo seria visto como ofensa às mulheres, depreciação de seu valor, redução de seu papel social, motivo de boicote e guerrilha digital, em 1963 se provou apenas uma fala engraçada, bem humorada, perfeitamente integrada aos padrões daquele tempo. Adaptado às idiossincrasias do ambiente em que vigoraria, o anúncio refletiu exemplarmente o discurso corrente e o trouxe para perto do produto. Mais do que isso, o tom amistoso sempre reafirmado incluiu o automóvel ao cotidiano das famílias, que o viam como membro. A marca, através de mensagens sequenciais correlatas, atendia aos ditames politicamente corretos daquele dado período e, com isso, tornou-se notável, criou e fortaleceu laços de afeto com os brasileiros e angariou sua confiança, até hoje mantida e motivo de orgulho da montadora. Aquilo que na contemporaneidade seria irracional e impensável como mote de Criação Publicitária, naquele momento foi propício à imagem da anunciante e favoreceu um significativo *increase* de vendas.

12 Figura 5: Acesso aos 3/7/2016 e disponível on line em: http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/05/fusca-anos-60.html

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> ‘Será que a Publicidade deve mostrar um mundo politicamente correto quando o mundo real é cheio de conflitos, imperfeições e preconceitos’? (Mauro Segura - Meio & Mensagem, 2014).

A discussão sempre reposta e por vezes requentada sobre a pertinência da orientação politicamente correta tem trazido à tona diversos significados ao conceito, o que o coloca distante de uma convergência definitiva. Oscilante de acordo com a retórica dos tempos, encarado como censura pelos que se sentem manietados por sua presença; e como régua medidora de princípios pelos que se veem assolados com a ruptura de padrões morais, esse pensamento mostra ainda muito fôlego. Mais inclinado a ser demonizado do que glorificado, é combatido nas redes sociais, traveste-se como sinônimo de reacionarismo e de aprisionamento. Porém, se tomado ao pé da literalidade de sua definição dicionarizada, revela-se aceitável por buscar a neutralidade da linguagem quanto à discriminação, de modo geral.

> O politicamente correto (ou correção política) se refere a uma suposta política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de discriminação e evitar que possa ser ofensiva para certas pessoas ou grupos sociais, como a linguagem e o imaginário racista ou sexista13.

Parece ser esse o ponto crucial a ser absorvido pelo criador publicitário, o qual, muitas vezes, no afã de afrontar o conceito, o desconstrói com doses elevadas de humor ácido e excesso de transgressão. Admiti-lo como censura é corromper seu sentido original; levá-lo à condição de preceito bíblico é exagero desproporcional. Acertado seria, à salvaguarda de extremismos, privilegiar o equilíbrio em sua adoção, especialmente na seara publicitária, modalidade comunicacional que se reporta ao público em nome de entidades marcárias, buscando idealmente estabelecer com elas uma relação confiável e duradoura, que respeite o arquétipo em que se enquadram, sem prejuízo da desenvoltura criativa.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Paul. **Debating PC: The debate over political correcteness on college campuses.** New York: Delta Editions, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise de Discurso.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

13 Verbete acessado on line aos 11/6/2016 em: http://www.significados.com.br/politicamente-correto/

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 2003.

PEREZ, Clotilde & BARBOSA, Ivan. **Hiperpublicidade: Atividades e Tendências**, Vol. II. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2007.

PINTO, Alexandra Guedes. **Publicidade: um discurso de sedução**. Porto: Porto Editora, 1997.

ROCHA, Everardo. **Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da Publicidade.** Editora Brasiliense, 1995.

SEMPRINI, Andrea. **El Marketing de la marca: una aproximación semiótica.** Buenos Aires: Editora Paidos, 1995.

VESTGAARD, Torben & SCHRÖEDER, Kim. **Linguagem da Propaganda.** São Paulo: Editora Martins, 2004.

ARBACH, Marcio Neves. **O politicamente correto na propaganda educativa. Reflexões sobre a preocupação do politicamente correto nas campanhas e anúncios do governo brasileiro.** Brasília: Editora UNICEUB, 2005.

LEITE, Francisco. **A propaganda contra-intuitiva e a politicamente correta.** In: Comunicologia - Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília – UCB / ISSN: 1981-2132, 2008.

HALLACK, Giovana. **Politicamente incorreto é o que dá lucro.** In: Revista Época – 10/6/14.

CAPÍTULO 27

TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA

Data de aceite: 22/03/2021

Amanda Silva Abrão
Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Uberlândia

Glória de Freitas Rocha Ribeiro
Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Uberlândia

Leôncio Campos Gouveia
Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Uberlândia

Mariana de Pádua Alves
Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Uberlândia

Marcos Roberto Alves da Silva
Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia
http://lattes.cnpq.br/1616930165343747

RESUMO: Em uma empresa, o planejamento estratégico irá proporcionar conhecimentos e previsões aos gestores em suas tomadas de decisão. Mas é necessário o conhecimento dessas ferramentas e técnicas para um bom trabalho, esse conhecimento dará informações uteis à elaboração de uma estratégia, e é necessário analisar como cada uma delas contribui para a redução de erros em momentos específicos. Com isso, essas análises estratégicas e a relação com os planos operacionais vão oferecer aos gestores uma visão sobre a situação econômica e financeira de uma organização, localizando onde são seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, visando uma solução para uma situação que a empresa possa vivenciar no futuro. As análises financeira e econômica da Coasul cooperativa agropecuária permitiu identificar os seus principais elementos do ambiente externo e interno e ainda analisar a viabilidade de implementação de um projeto de expansão, utilizando a análise de custos, assim como as análises de investimento do fluxo de caixa, através da taxa interna de retorno (TIR), valor atual líquido (VAL) e período de Payback. Ao final da projeção do fluxo de caixa do projeto, foi verificado a viabilidade do projeto de expansão do novo entreposto da Coasul no município de São Lourenço do Oeste.

PALAVRAS - CHAVE: Análise econômica e financeira; investimento; planejamento estratégico e operacional.

INVESTMENT PROJECT ANALYSIS TECHNIQUES - A CASE STUDY IN AN AGRICULTURAL COOPERATIVE

ABSTRACT: In a company, strategic planning will provide knowledge and forecasts to managers in their decision making. But it is necessary to know these tools and techniques for a good job, this knowledge will provide useful information for the elaboration of a strategy, and it is necessary to analyze how each one of them contributes to the reduction of errors at specific times. Thus, these strategic analyzes and the relationship with operational plans will offer managers an insight into an organization's economic and financial situation, locating where its strengths,

weaknesses, opportunities and threats are, aiming at a solution to a situation that company can experience in the future. The financial and economic analysis of Coasul Cooperativa Agropecuária allowed the identification of its main elements of the external and internal environment and also analyzed the feasibility of implementing an expansion project, using analysis of costs, as well as cash flow investment analysis, through the internal rate of return (IRR), net present value (NPV) and Payback period. At the end of the project's cash flow projection, the viability of the expansion project for the new Coasul warehouse in the municipality of São Lourenço do Oeste was verified.
KEYWORDS: economic and financial analysis; investment; strategic and operational planning.

1 I INTRODUÇÃO

O planejamento é um método de ordenação de atividades com vistas a alcançar os objetivos propostos e, portanto, atingir um futuro desejado. O seu propósito básico não é o de prever o futuro, mas o de examinar alternativas futuras, analisar o leque de escolhas, priorizar, optar por uma delas no sentido de minimizar ações incorretas e prever e prover os meios e recursos necessários, no intuito de buscar a redução de incertezas e minimizar os riscos.

Junto com o planejamento tem-se a análise que é muito importante pelo fato de direcionar nas escolhas da empresa, onde ela é basicamente a soma de escolhas sejam elas corretas ou não ao longo do tempo. Ou seja, sua principal função é analisar o contexto externo e interno no qual a organização está inserida. Em seguida, os fatores futuros que possam acontecer são identificados, possibilitando assim uma visão mais clara do mercado atual e permitindo uma tomada de decisão mais fundamentada e precisa.

Entretanto, é importante destacar que para o desenvolvimento de um processo de planejamento adequado, é necessário que os gestores saibam analisar as principais demonstrações financeiras, visando identificar qual é o melhor momento para se desenvolver uma estratégia, segundo a perspectiva financeira.

Desse modo, as informações financeiras identificadas em determinadas demonstrações auxiliam nas tomadas de decisão e previne para que erros sejam reduzidos no direcionamento das estratégias.

O objetivo do presente trabalho é analisar a viabilidade econômico-financeira da implantação de mais uma unidade de entreposto da Coasul cooperativa agropecuária no município de São Lourenço do Oeste. O projeto será desenvolvido com base em bibliografias, coletando dados em revistas que trata sobre o assunto e no site da empresa na qual apresenta relatórios anuais das atividades.

Assim, a importância deste projeto pode ser justificada em utilizar as ferramentas e técnicas de um planejamento estratégico a serem implementadas na realização de um projeto de expansão, dentro de uma cooperativa que já possui unidades em outras localidades.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

O propósito desta seção do presente trabalho visa obter um melhor entendimento das principais definições e desenvolvimento do projeto e serão propostos e estudados alguns autores da área de administração estratégica e financeira, bem como da área de demonstrações contábeis.

2.1 Análise do macro ambiente

Segundo Barney e Hesterly (2007), o ambiente geral, juntamente com seus elementos, conduzem a empresa a analisar o seu ambiente local. E, o modelo que facilita sua aplicação é o Estrutura – Conduta – Desempenho. A estrutura refere-se ao número de concorrentes no setor, da disponibilidade dos produtos, dos custos de entrada e saída, dentre outros. Já a conduta trata das estratégias que buscam as vantagens competitivas e, o desempenho, da economia como um todo.

De acordo com Hitt, Ireland e Hokisson (2008), o macro ambiente é formado por fatores como demográficos, sociocultural, econômico, tecnológico, natural, político/legal e cultural. E a análise do macro ambiente é relevante para garantir a sobrevivência de uma organização e o sucesso na conquista de seus objetivos. Para os autores é o macro ambiente ao qual as empresas estão inseridas que vão dimensionar quais as estratégias devem ser desenvolvidas e as respectivas ações que devem ser executadas.

Paralelo ao modelo Estrutura – Conduta – Desempenho, está o modelo de Porter, que em 1979, estabeleceu um modelo, constituído por cinco forças, destinado a análise da competição entre as empresas. Estas forças, segundo o autor são: ameaça de novos concorrentes; ameaça de produtos e serviços substitutos; poder de negociação dos compradores; poder de negociação dos fornecedores; e rivalidade competitiva entre os atuais concorrentes. E, essas forças influenciam o trabalho e as metas das organizações, e afetam diretamente o desempenho da instituição.

Já Porter (1989) destaca que o ambiente de uma empresa é associado a diversas forças externas da empresa, mas que contribuem diretamente para a geração e elaboração das estratégias organizacionais. O conhecimento dessas raízes permite uma melhor utilização dos pontos fortes e a correção dos pontos fracos da empresa. Também permite identificar as alterações estratégicas mais aconselháveis e as áreas mais atraentes ou mais arriscadas resultantes da evolução da indústria.

Segundo Porter (1989), o número de concorrentes, por exemplo, provoca certa rivalidade entre as organizações, e esse é um agente motivador para melhorias, de certo modo. Muitas formas de concorrência, principalmente as guerras de preços, são bastante instáveis e muito possivelmente deixam o setor em pior situação sob o ponto de vista de rentabilidade. Guerras de publicidade, por outro lado, podem expandir a procura e elevar o nível de diferenciação dos produtos da indústria, beneficiando todas as empresas. Uma rivalidade intensa é fruto de certo número de fatores: numerosos concorrentes ou com

equilíbrio de forças. Quando o número de empresas é elevado, cada uma delas acredita que pode realizar determinadas jogadas sem serem notadas.

As novas empresas conduzem a um substancial aumento da capacidade já existente. Isso pode provocar uma nova postura de mercado, em termos de aplicação de recursos, melhorias tecnológicas, novas formas de relacionamentos com fornecedores e consumidores. Entre as principais barreiras de entrada destacam-se: economias de escala, diferenciação de produtos, capitais, capacidade de negociação, distribuição, *know-how*, experiências de mercado, entre outros (PORTER, 1989).

Conforme os autores, aos gestores das instituições cabem gerenciar todas as forças e oportunidades de sua empresa, os seus clientes e fornecedores. Também, cuidar das forças externas, combinando-as para que, as instituições possam estabelecer um *feedback* contínuo com o seu meio, em termos de oportunidades de trabalho e da manutenção do seu ambiente.

2.2 Análise setorial ou da indústria

As relações entre as empresas e o seu ambiente são imprescindíveis. Dessa maneira, como as forças de natureza econômica, social, tecnológica, política e qualidade de vida. Qualquer um destes fatores pode influenciar positivamente ou negativamente as estratégias potenciais das empresas (MINTZBERG *et al*., 2006).

Determinada análise é apresentada por Porter (1989) como as forças competitivas de uma empresa, denominadas pela administração como as 5 forças competitivas de Porter. Tais forças têm como princípio avaliar as estratégias competitivas de uma empresa comparando-as com a do mercado.

Produtos substitutos, nesse sentido, são definidos como os produtos que não são iguais, mas oferecem os mesmos benefícios para o cliente (BARNEY; HESTERLY, 2007).

Segundo Porter (1989), o número de concorrentes, por exemplo, provoca certa rivalidade entre as organizações, e esse é um agente motivador para melhorias, de certo modo. Muitas formas de concorrência, principalmente as guerras de preços, são bastante instáveis e muito possivelmente deixam o setor em pior situação sob o ponto de vista de rentabilidade. Guerras de publicidade, por outro lado, podem expandir a procura e elevar o nível de diferenciação dos produtos da indústria, beneficiando todas as empresas. Uma rivalidade intensa é fruto de certo número de fatores: numerosos concorrentes ou com equilíbrio de forças. Quando o número de empresas é elevado, cada uma delas acredita que pode realizar determinadas jogadas sem serem notadas.

Outro fator preponderante das forças de Porter são os custos, que podem ser na produção, nos transportes ou no armazenamento, que quase sempre exigem altos custos. As instituições precisam provocar o corte dos preços a fim de assegurarem as vendas. A inexistência de diferenciação ou custos de mudança, nos casos em que não existe diferenciação entre os produtos oferecidos numa indústria, a escolha do cliente é feita na

base do preço e serviço.

A diferenciação cria uma barreira por forçar os recém-chegados a despender elevadas quantias para vencer a atual lealdade dos consumidores. Este esforço pode envolver investimentos importantes durante a fase inicial e perdurar por um prolongado período de tempo. Para todos estes fatores, as empresas precisam de capital para investir em novos projetos, visando entrar no setor.

Quanto as barreiras à entrada, os custos da mudança significam que os gestores, fornecedores e clientes precisam se adaptar aos novos dimensionamentos. Esses custos necessariamente incluem treinamento, novos equipamentos, testes de qualificação e alto poder de negociação, necessárias nas mudanças, hábitos e costumes já existentes. Estes canais são essenciais para amenizar problemas ou abrir novos caminhos para as novas empresas e seus produtos.

2.3 Análise interna ou diagnóstico da organização

A análise do ambiente interno identifica as forças e fraquezas da organização Fernandes e Berton (2005). As forças, ou pontos fortes, são variáveis internas e controláveis, que propiciam condições favoráveis para a organização em relação ao ambiente. Já as fraquezas, ou pontos fracos ou também, oportunidades de melhoria, são variáveis internas e controláveis, que provocam situação desfavorável em relação ao ambiente de atuação (OLIVEIRA, 2004).

A análise dos ambientes, interno e externo, das organizações é de grande importância para a tomada de decisão. Pois as informações colhidas dos componentes internos e externos da organização são necessárias para se pensar, e constituir material para a elaboração dos planejamentos, e definição de metas e objetivos. E, através dos pontos fortes da empresa, há a possibilidade de exploração das oportunidades que o ambiente externo possa oferecer e, eliminar os pontos fracos, que podem se tornar uma ameaça para a organização.

Dessa forma, ao examinar todos os aspectos do ambiente interno da organização, ou seja, as especificidades quanto aos aspectos geográficos, econômicos, políticos, sociais e, em termos de ramo de negócios, são ampliadas as possibilidades de adequação desta empresa em seu ramo de atuação. A análise do ambiente interno é fundamental para uma organização saber sua capacidade, pois muitas vezes as vantagens competitivas surgem de melhorias de processos já realizados.

Essa etapa do processo resume-se, segundo Fernandes e Berton (2005) em realizar um diagnóstico do ambiente organizacional, ou seja, realizar uma verificação interna na organização, visando identificar pontos favoráveis ou não em relação à obtenção de vantagens competitivas.

O diagnóstico do ambiente interno da organização ou também chamada de análise da organização, segue os seguintes passos fundamentais: identificação das competências

da organização, análise da cadeia de valor, análise das estratégicas genéricas e análise das áreas funcionais da empresa (FERNANDES; BERTON, 2005).

2.4 Planejamento Financeiro e Orçamentário

Há algum tempo vem sendo indicada a necessidade da adoção de técnicas objetivas para a análise projetos (DEAN, 1954). Dessa maneira, os métodos tradicionais para avaliação de projetos, quanto à origem dos dados, podem ser divididos em dois tipos que são métodos baseados em dados contábeis; e métodos baseados em fluxos de caixa.

Para Sá (2008), o planejamento financeiro corresponde a:

> Um conjunto de operações financeiras, que podem ser empréstimos, aplicações financeiras ou resgates de aplicações financeiras, realizadas para atingir um determinado objetivo. Quanto melhores os resultados obtidos, melhor terá sido o planejamento financeiro (SÁ, 2008).

Segundo Braga (1989), outro processo relevante para garantir maior efetividade no desenvolvimento das atividades de uma empresa, se refere ao processo orçamentário. De acordo com o autor esse planejamento se mostra importante pois permite identificar os lucros e despesas projetados de uma empresa, proporcionando maior controle aos gestores sobre o desenvolvimento de suas atividades para a conquista de um determinado objetivo.

2.5 Demonstrações Contábeis

É de fundamental importância entender as demonstrações contábeis ou também chamadas de demonstrações financeiras para administrar bem o negócio em que a empresa está inserida. As demonstrações financeiras representam um canal de comunicação da empresa com diversos usuários internos e externos. Elas permitem uma rápida visão intuitiva da situação da empresa, um ponto de partida para análises posteriores e também servem de bases para planejar os negócios e elaborar os orçamentos internos. (GITMAN, 2002).

O Balanço Patrimonial e a Demonstração Resultado do Exercício (DRE) fazem parte de um conjunto de relatórios que compõem as demonstrações contábeis de uma entidade, e estes são exigidos pela atual legislação societária brasileira.

Para Zdravkoski e Zdraveski (2010), a criação de demonstrações financeiras fornece a divulgação de informação contábil e financeira para determinadas ações da empresa em um dado período de negócios.

2.5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é o principal demonstrativo contábil, sendo uma apresentação, sintética e ordenada, do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa, em uma certa data. Esta confronta os Ativos (bens e direitos) que a organização possui, e os Passivos que é composto pelas obrigações e dividas a pagar pela

empresa e o Patrimônio Líquido, que são os recursos aplicados na organização pelos seus proprietários e os rendimentos que provêm dos recursos aplicados, denominados como lucro.

A importância do balanço reside na visão que ele fornece das aplicações de recursos feitas pela empresa e quantos desses recursos são devidos a terceiros. O que evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio e outras análises a serem vistas no decorrer deste trabalho. Os elementos do patrimônio serão agrupados de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa, portanto as contas do Ativo devem ser apresentadas na ordem decrescente de liquidez, ou seja, conforme a capacidade do Ativo de ser convertido em moeda corrente; assim um bem ou direito, quanto mais próximo estiver de se transformar em dinheiro, maior liquidez possuirá, enquanto que as contas do passivo devem obedecer à ordem decrescente das exigibilidades.

2.5.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

O objetivo dessa demonstração é "fornecer um resumo financeiro dos resultados das operações da empresa durante em período específico" (GITMAN, 2002).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) evidencia o lucro ou prejuízo líquido do exercício, mostrando em sequência lógica e ordenada, os fatores que influenciaram, aumentando ou diminuindo, o resultado do período. Inicia-se com a Receita Bruta, da qual são deduzidos os custos correspondentes, originando o Resultado Bruto; posteriormente, são deduzidas as despesas operacionais para atingir-se o Lucro Operacional, ao qual serão adicionados ou subtraídos os valores correspondentes aos resultados não operacionais, apurando o Resultado do Exercício antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Por fim, é deduzido o valor da provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Provisão para o Imposto de Renda e das Participações nos Lucros, chegando-se, assim, ao Resultado Final, que será denominado Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício.

2.6 Instrumentos de controle gerencial

O controle está intimamente ligado às demais funções do processo administrativo. O planejamento, a organização e a direção repercutem intensamente nas atividades de controle da ação empresarial, propiciando a mensuração e a avaliação dos resultados da ação empresarial, obtidas através do planejamento, da organização e da direção.

Ter o controle sobre as atividades mercadológicas e financeiras de uma empresa é relevante, pois visa dar continuidade a implementação de ações projetadas durante o plano estratégico. Para que isso ocorra é necessário utilizar ferramentas gerenciais que ajudará os gestores a ter uma maior assertividade em suas ações.

Segundo Marion (2006), dentre as opções de controle gerencial é possível o fluxo

de caixa, instrumento de planejamento e controle financeiro diário que apresenta a situação financeira das organizações para a tomada de decisão sobre as folgas de recursos ou necessidade de investimentos.

O fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que corresponde ao levantamento de entrada e saída de recursos da empresa, essa informação em posse dos gestores permite que a entrada e saída de recursos tenham menos problemas.

2.7 Análises Empresariais de investimento

Investimentos são realizados para que a empresa, a indústria ou o comercio acompanhem as alterações mercadológicas que vem acontecendo de forma cada vez mais rápida e com isso obter vantagens competitivas no mercado.

Os investimentos dessas empresas têm como destino fazer melhorias internas e a produção de novos produtos no mercado, sempre pesando em obter o melhor custo benefício para o cliente.

Para que seja possível tomar essas decisões é necessário apresentar argumentos sólidos aos investidores. Dean (1954) destaca que para esse tipo de apresentação é necessário que se tenha técnicas objetivas e claras para a análise de projetos.

Assim sendo, aderir técnicas é a maneira mais comum para desenvolver as análises de investimentos, tratando-se o desenvolvimento de uma análise sólida sobre a disponibilidade de capital da empresa, a escolha certa do produto e uma estratégia de comunicação postos-chaves para que possam conduzir as melhores decisões sobre em que se deve investir.

2.7.1 Payback

O *Payback* é um indicador que determina o prazo de recuperação de um investimento. Este indicador é utilizado para avaliar a atratividade de um investimento, não devendo ser o único considerado como afirmam Motta & Callôba (2002) considerando que “deve ser encarado com reservas, apenas como um indicador, não servindo de seleção entre alternativas de investimento”.

De acordo com Droms e Procianoy (2002), payback é uma técnica de orçamento, utilizadas por pequenas empresas devido a facilidade em apresentar decisões sobre retornos de investimento.

Essa estratégia é considerada simples e ela não consegue atender todas as exigências propostas para identificar um retorno de investimento. Uma falha dessa ferramenta é de não apresentar os fluxos de caixa esperados para além do período de retorno estipulado.

O Período de *Payback* Descontado, proposto originalmente por Longmore (1989), adota a mesma técnica do Período de Payback Simples para verificar o tempo de retorno do investimento. No entanto, corrige o problema originalmente apresentado pelo método

Período de *Payback* Simples, de não considerar o valor do dinheiro no tempo.

2.7.2 Taxa de Retorno Interna (TIR)

A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa necessária para igualar o valor de um investimento com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa, significa a taxa de retorno de um projeto.

Segundo Droms e Procianoy (2002) a Taxa Interna de Retorno é calculada em adição ao cálculo do VAL. A partir disso, a TIR é a taxa que faz o VAL de um projeto ser igual a zero.

Essa opção de análise é utilizada principalmente em análises de investimentos que ressalta sobre a taxa de retorno. Dessa forma, a Taxa de Retorno Contábil é largamente utilizada (LEFLEY, 1998) e, conforme o autor, é interpretada como representativa do Retorno do Investimento.

2.7.3 Valor Atual Líquido (VAL)

Valor Atual é um conceito matemático que indica o valor atual de uma série uniforme de capitais futuros, descontados a uma determinada taxa de juros compostos, por seus respectivos prazos (WERNKE, 2000).

Para Assaf Neto (2008), o VAL é conceituado como a diferença entre o valor atual dos benefícios (ou pagamentos) e o valor atual de caixa inicial (investimentos).

Se o VAL é positivo, ou seja, se o valor atual dos benefícios excede o valor atual dos custos, o projeto deve ser aceito. Caso contrário, o VAL negativo, o projeto não deve ser aceito.

3 I METODOLOGIA

Este trabalho se constitui em uma pesquisa de natureza descritiva, pois pode ser definida como um estudo no qual “os fatos são registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (RAUPP; BEUREN, 2003).

Em relação a sua abordagem é possível classificá-la como teórica, tanto de acordo com os fins quanto aos meios, sendo especificados conceitos disseminados pela literatura e também a aplicação de integrada desses conceitos (VERGARA, 2007).

De acordo com Vergara (2007), quanto aos fins, a pesquisa pode ser definida como de caráter exploratório, visto que apesar da ampla literatura diante os temas abordados, não existem produções bibliográficas sobre o objeto especifico do estudo, qual seja a Copal cooperativa agroindustrial.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método do estudo de caso. Essa metodologia permite com que seja realizado o exame de fenômenos em profundidade,

além de permitir a análise e exploração de conteúdos em seus diversos âmbitos de apresentação.

Segundo Lakatos e Marconi (2006), o estudo de caso é um tipo de pesquisa que visa analisar profundamente um departamento ou grupo de indivíduos, visando analisar uma situação ou tema especifico diante esse cenário.

Vergara (2007), afirma que o estudo de caso é uma metodologia mais direcionada a obter solução especificas para um dado problema em uma organização, ou mesmo na sociedade, principalmente devido ao seu caráter de profundidade de em desenvolver análises acercar de situações especificas.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso: permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001).

Ainda para o mesmo autor, o estudo de caso contribui significativamente para a compreensão que se tem sobre os fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. A necessidade pelos estudos de caso se dá a partir do "desejo de se compreender fenômenos sociais complexos" (YIN, 2001).

Todavia Yin (2001) revela que o estudo de caso apresenta especificidades que fazem deste método vantajoso, mas ao mesmo tempo pouco preciso em algumas situações. Para o autor as diversas fontes de evidências, documentos, observações e entrevistas são relevantes e contribuem muito para desenvolver uma análise e determinar a explicação sobre um determinado fenômeno. Entretanto o foco demasiado nas perguntas e não nas respostas, junto a influência das emoções do pesquisador, contribuem para que as constatações não sejam totalmente precisas e descritivas como poderiam vir a ser com a utilização de outros métodos.

4 I O PROJETO

A Coasul cooperativa agroindustrial se refere a uma cooperativa atuante no desenvolvimento das atividades ligada ao beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes, abatedouros de aves rações comerciais e avícolas. Como missão a cooperativa busca contribuir com o crescimento econômico, social e profissional de seus cooperados, colaboradores e com a sua comunidade. Entre os seus valores, destaca-se a responsabilidade com suas ações, além da ética e cooperação em suas atividades.

Sua fundação teve início devido as dificuldades enfrentadas pelos agricultores diante a falta de armazéns e ausência de transportes para conduzir seus processos. A partir da sua criação, foi decidido em assembleia geral o funcionamento da cooperativa em entreposto, o que culminou na descentralização da gestão da cooperativa, proporcionando

maior acesso dos agricultores diante ao seu processo de gerenciamento.

Desde a sua inauguração em 1969, a cooperativa na busca desenvolver novas unidades de atuação, chegando em 2003 a marca de 20 unidades de negócios. Em 2004, inaugura a primeira fábrica de rações e em 2009 começa a desenvolver suas atividades ligadas ao abatimento de aves.

Atualmente as atividades da cooperativa estão concentradas em 22 entrepostos divididos nas cidades do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Além disso, a cooperativa conta com três supermercados, a fábrica de ração, o abatedouro de aves e a sua matriz.

Os principais pontos fortes apresentados pela cooperativa se referem ao seu procedimento de suporte direcionado aos cooperados, que vezes pela falta de recursos não conseguem desenvolver suas atividades com todas as regulamentações necessárias, sendo o trabalho desempenhado pela cooperativa, de grande auxilio diante a esses processos.

Além disso, é válido citar a modernização que a cooperativa tem buscado desenvolver em suas atividades, tanto diante aos seus processos de ampliação, quanto no atendimento a seus cooperados.

A cooperativa também proporciona maiores facilidades aos seus cooperados, ao apresentar uma rede de três supermercados, que visam apresentar maior conforto e comodidade aos seus associados.

Como pontos fracos da empresa, verifica-se a não existência de unidades em locais de grande utilidade e suporte prestado pela cooperativa, fazendo com que os agricultores tenham que se deslocar a distância significativa para obter o devido auxilio em seus respectivos processos.

No que tange as oportunidades da Coasul, a cooperativa atua diante a uma expressiva gama de produtos, o que a deixa em destaque diante as demais do mercado, visto conseguir prestar suporte a um maior número de associados. Essa cooperação representa oportunidades de crescimento a cooperativa, que informa em seus planos futuros expandir suas atividades para um maior número de segmentos.

Em relação as ameaças, a cooperativa está sujeita a modernização de diferentes técnicas e demais auxílios que podem ser prestados aos agricultores em diferentes canais de comunicação, além de estar localizada em uma área com expressivas outras cooperativas, o que a faz sempre buscar novas atividades para obter destaque em sua atuação.

Ao verificar as cinco forças de Porter na cooperativa, é possível apresentar o seu alto poder de negociação com seus fornecedores, visto a relação com os seus cooperados ser regulamentada e pré-determinada diante a contratos. Essa alta barganha também é notada junto aos seus respectivos clientes, visto o reconhecimento da cooperativa do mercado associado em seus resultados nos últimos anos, auxiliar na negociação de venda

dos respectivos itens da cooperativa.

Quanto a entrada de novos concorrentes, existem grandes barreiras que limitam a entrada desses participantes em respectiva área de atuação, além dos expressivos valores necessário para a consolidação das atividades de uma cooperativa. Todavia, pelo fato da Coasul ser atuante em um setor de relevante atuação, é possível inferir que existem sim riscos de desenvolvimento de novas cooperativas que podem impactar, caso surjam, nos resultados da cooperativa.

Já em relação a existência de produtos substitutos, o desenvolvimento do cenário agroindustrial na economia pode vir a impactar nas atividades da Coasul, visto este ser um cenário com relevantes prospecções de crescimento e que vem apresentando grandes modernizações em suas atividades.

Diante a crescente demanda pela criação do entreposto na cidade de São Lourenço do Oeste – Paraná, o presente projeto pretende verificar a viabilidade da abertura desse novo entreposto da Cooperativa Coasul.

Para isso são apresentadas as seguintes estimativas do projeto:

O projeto possui prazo de análise em cinco anos, sendo o investimento inicial de R$ 600.000,00 em estrutura física e R$ 900.000,00 em máquinas e equipamentos, que depreciados de forma linear durante os cinco anos de atuação do projeto, apresentam valor residual de R$ 640.000,00. Todo o investimento será subsidiado com recursos próprios da Coasul.

As receitas projetadas para o novo entreposto se referem a R$ 2.200.000,00, sendo sua projeção de crescimento em 5%. Os custos fixos foram estimados em R$ 500.000.00 com salários e demais obrigações fixas da cooperativa, apresentando crescimento de 3% ao ano, enquanto os custos variáveis, relativo a mercadorias e demais itens variáveis, foi projetado em R$850.000,00 com crescimento de 6% ao ano.

No que tange as despesas do novo entreposto, estima-se o valor de R$ 250.000,00 com crescimento de 4% ao ano.

O imposto de renda ao qual a cooperativa está sujeita é de 18%, sendo o seu capital de giro estimado em 30% ao ano.

Na data zero o investimento inicial é de R$ 2.100.000,00, resultado da soma do investimento fixo R$ 1.500.000,00 mais o investimento em capital de giro R$ 600.000, conforme mostra o fluxo de caixa apresentado na tabela 1.

Após a apresentação das especificações do projeto, é possível destacar o fluxo de caixa do projeto (com duração de cinco anos), conforme mostra a tabela 1.

Vida Útil	Ano base	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
1. Receita de Vendas		R$ 2.200.000,00	R$ 2.310.000,00	R$ 2.425.500,00	R$ 2.546.775,00	R$ 2.674.113,75
2. Custos		-R$ 1.350.000,00	-R$ 1.426.000,00	-R$ 1.497.300,00	-R$ 1.572.165,00	-R$ 1.650.773,24
2.1 Custos Fixos		-R$ 500.000,00	-R$ 525.000,00	-R$ 551.250,00	-R$ 578.812,50	-R$ 607.753,12
2.2 Custos Variáveis		-R$ 850.000,00	-R$ 901.000,00	-R$ 946.050,00	-R$ 993.352,50	-R$ 1.043.020,12
3. Resultado Bruto		R$ 850.000,00	R$ 884.000,00	R$ 928.200,00	R$ 974.610,00	R$ 1.023.340,51
4. Despesas Fixas		-R$ 250.000,00	-R$ 260.000,00	-R$ 270.400,00	-R$ 281.216,00	-R$ 292.464,64
5. Despesas depreciação		-R$ 240.000,00	-R$ 240.000,00	-R$ 240.000,00	-R$ 240.000,00	-R$ 240.000,00
6. Resultado operacional		R$ 360.000,00	R$ 384.000,00	R$ 417.800,00	R$ 453.394,00	R$ 490.875,87
7. Imposto de Renda		-R$ 64.800,00	-R$ 69.120,00	-R$ 75.204,00	-R$ 81.610,92	-R$ 88.357,65
8. Resultado Liquido Operacional		R$ 295.200,00	R$ 314.880,00	R$ 342.596,00	R$ 371.783,08	R$ 402.518,22
9. Reversão da Depreciação		R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00
10. Fluxo de Caixa Operacional		R$ 535.200,00	R$ 554.880,00	R$ 582.596,00	R$ 611.783,08	R$ 642.518,22
11. Investimento Inicial Total	-R$ 2.100.000,00					
11.1 Investimento Permanente	-R$ 1.500.000,00					
11.2 Investimento Capital de Giro	-R$ 600.000,00	-R$ 33.000,00	-R$ 34.650,00	-R$ 36.382,50	-R$ 38.201,62	R$ -
12. Recuperação do Capital de Giro	-	-	-	-	-	R$ 742.234,12
13. Valor Residual Líquido	-	-	-	-	-	R$ 448.000,00
14. Fluxo Caixa Operacional Liquido	-R$ 2.100.000,00	R$ 502.200,00	R$ 520.230,00	R$ 546.213,50	R$ 573.581,46	R$ 1.832.752,34

Tabela 1 - Fluxo de Caixa incremental do Projeto da Coasul

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com a projeção do fluxo de caixa do projeto, é possível determinar que o primeiro ano da expansão o fluxo de caixa empresa foi de R$502.000,00 seguido de R$ 520.230,00 no segundo ano, R$546.213,50 no terceiro ano e R$573.51,46 no quarto ano.

Já no último ano o valor do fluxo de caixa é apresentado em R$1.832.752,34 resultado da soma do fluxo de caixa operacional, recuperação do capital de giro e valor residual do projeto.

5 I ANÁLISE DO PROJETO

Ao realizar a análise sobre a viabilidade do projeto de expansão da Cooperativa Coasul para o município de São Lourenço do Oeste, os valores de fluxo de caixa e ferramentas de análise de investimentos são apresentados na tabela 2.:

Ano	0	1	2	3	4	5
Fluxo de Caixa Final	-R$ 2.100.000,00	R$ 502.200,00	R$ 520.230,00	R$ 546.213,50	R$ 573.581,46	R$ 1.832.752,34
Fluxo de Caixa Acumulado	-R$ 2.100.000,00	-R$ 1.597.800,00	-R$ 1.077.570,00	-R$ 531.356,50	R$ 42.224,96	R$ 1.874.977,30
Payback Simples	Ano: 3	Mês: 1	Dia: 4	-	-	-
VPL (taxa:10% a.a)	R$ 4.252.545,11	-	-	-	-	-
TIR	20,16%	-	-	-	-	-

Tabela 2 – Cálculo da TIR, VAL e período de Payback do projeto.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A margem de contribuição total apresentada pelo projeto, correspondido da subtração das vendas com os custos e despesas variáveis apresentou valor de R$ 1.631.093,63. Determinada margem permite identificar o desempenho das organizações em obter ou não lucro.

O ponto de equilíbrio calculado foi de R$1,475.874,86 representado pela quantidade de vendas necessárias a serem realizadas para cobrir os custos das mercadorias vendidas e as despesas (variáveis e fixas), valor esse considerado abaixo ao projetado para as vendas.

A análise de viabilidade encontrou taxa interna de retorno no fluxo de caixa em 20,16%. Esse valor foi superior ao projetado em um investimento em outra aplicação do mercado, caso não fosse desenvolvido o projeto, sendo a taxa projetada de 10%.

O Valor Presente Líquido apresentado pelo fluxo de caixa do projeto foi de R$4.252.545,11, revelando que além do retorno de 10%, caso valor fosse aplicado em um outro investimento, o valor projetado para a expansão no município de São Lourenço do

Oeste se torna viável ao apresentar um retorno do valor acima do projetado.

Quanto ao tempo de recuperação do investimento, foi encontrado no payback simples 3 anos, 1 mês e 4 dias, sendo esse prazo dentro dos anos de realização do projeto.

Nesse sentido, conforme análises de Taxa Interna de Retorno, Valor Presente Líquido e Payback Simples, o projeto de expansão apresentado possui viabilidade financeira para expansão do entreposto da Coasul no município de São Lourenço do Oeste.

6 I CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou o objetivo de analisar a viabilidade econômica e financeira da expansão de um entreposto da Coasul para o município de São Lourenço do Oeste. Para isso foram apresentadas as principais ferramentas gerencias de planejamento e análise financeira.

Para o cumprimento de determinado objetivo, foram analisados os principais demonstrativos financeiros da empresa Coasul, junto às análises do seu desempenho interno (pontos fortes e fracos) e desempenho do seu setor de atuação (oportunidades e ameaças), foi possível projetar a situação da empresa caso o desenvolvimento da unidade do município de São Lourenço do Oeste fosse estabelecida.

Além disso, o presente trabalho apresentou a relevância das demonstrações financeiras e suas análises para a elaboração dos projetos, sendo esses resultados utilizados como base para a implementação do projeto de expansão.

A partir desses insumos foram desenvolvidas análise dos custos e projeções financeiras por meio do fluxo de caixa projetado num período de 5 anos de realização do projeto.

Analisando-se o fluxo de caixa do projeto, a margem de contribuição total cobre os custos obtendo lucro, enquanto o ponto de equilíbrio da cooperativa ter obtém valores abaixo da projeção de vendas, revelando um bom resultado.

Em relação a análise de viabilidade do projeto tem-se que, a taxa interna de retorno do fluxo de caixa do projeto foi maior do que se o valor do investimento fosse utilizado para uma aplicação financeira, considerando uma taxa de 10% ao ano, o que é positivo para o projeto.

O Valor Presente Líquido confirmou os apontamentos, ao mostrar que o investimento na construção do novo entreposto da Coasul traria um retorno maior do que a aplicação com a taxa de 10% ao ano. E conforme as análises de Payback, o tempo de retorno do investimento será menor do que o tempo do projeto de cinco anos.

Nesse sentido, conforme análises de Taxa Interna de Retorno, Valor Presente Líquido e Payback Simples, o projeto de expansão apresentado possui viabilidade para ser desenvolvido junto à Coasul.

REFERÊNCIAS

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRAGA, Roberto: **Fundamentos e técnicas de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1989.

DEAN, J. **Measuring the productivity of capital. Harvard Business Review**. v. XXXII, January-February 1954.

DROMS, W. G.; PROCIANOY, J. L. **Finanças para Executivos não Financeiros**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração Estratégica: da competência empreendedora a avaliação de desempenho.** São Paulo: Saraiva, 2005.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica.** Tradução: José Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antônio Pedroso Rafael. São Paulo: Pioneira Thomson, 2008.

LEFLEY, F. **Accounting Rate of Return: back to basics.** Management Accounting. v. 76, n. 3, Mar 1998.

LONGMORE, D. **The persistence of the Payback Method: a time-adjusted decision rule perspective**. The Engineering Economist. v. 34, n. 3, Spring 1989.

MARCONI M; LAKATOS E. **Fundamentos da Metodologia Cientifica**. 7ª Ed. -São Paulo: Atlas. 2007

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GOSHAL, S. **O Processo da Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOTTA, R.R.; CALÔBA, G. M. **Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais**. São Paulo: Editora Atlas, 2.002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1989.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M**. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SÁ, C. A. **Fluxo de caixa:** a visão da tesouraria e da controladoria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZDRAVKOSKI, I.; ZDRAVESKI, D. Accounting and financial information - The foundation of structuring financial statements and their fundamental role in creating the development strategy of companies. **Si Analele Universităţii.** v. 1, n. 4, p. 16-22, mar./mai. 2010.

WERNKE, Rodney. Aplicações do conceito de valor presente na contabilidade gerencial. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, n. 126. Brasília: novembro/dezembro 2.000.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** 2ª ed.. Porto Alegre: Bookman. 2001.

CAPÍTULO 28

BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 30/12/2020.

A versão original deste trabalho encontra-se publicada nos anais do V Encontro Nacional de Propriedade Intelectual.

Rafael Angelo Santos Leite
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual – PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
Eixo de Gestão e Negócios - Instituto Federal do Piauí – IFPI – Floriano/PI - Brasil
http://lattes.cnpq.br/3276376030023947

Marina Bezerra da Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual – PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
Eixo de Gestão e Negócios - Instituto Federal do Piauí – IFPI – Oeiras/PI - Brasil
http://lattes.cnpq.br/9919961300948657

Iracema Machado de Aragão
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
http://lattes.cnpq.br/8361766779633132

Maria Emilia Camargo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual – PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA
Universidade de Caxias do Sul – UCS – Caxias do Sul/RS – Brasil
http://lattes.cnpq.br/7617091280907670

RESUMO: Os estudos métricos, como a bibliometria, são ferramentas importantes de análise e avaliação de informações quantitativas relacionadas às referências bibliográficas e suas contagens. Nesse contexto, faz-se necessário estudos que apresentem os conceitos, a relevância e a operacionalização da bibliometria na área de gestão, visando a orientação de acadêmicos e cientistas. Deste modo, este trabalho objetivou apresentar a bibliometria como trilha de conhecimento e pesquisa no desenvolvimento de estudos que buscam sistematizar a literatura acadêmica em uma determinada área de conhecimento. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico a respeito da bibliometria, apresentando seu histórico, suas leis, indicadores, bem como a operacionalização da mesma usando um software bem difundido na comunidade acadêmica: o *Vosviewer*.

PALAVRAS - CHAVE: Bibliometria; Lotka; Bradford; Zipf; VOSviewer.

BIBLIOMETRY AS A KNOWLEDGE AND RESEARCH TRAIL

ABSTRACT: Metric studies, such as bibliometric, are important tools for analysis and evaluation of quantitative information related to bibliographic references and their counts. In this context, it is necessary to have studies that present the concepts, the relevance and the operationalization of bibliometric in the management area, aiming at

the orientation of academics and scientists. Thus, this work aimed to present bibliometry as a path of knowledge and research in the development of studies that seek to systematize the academic literature in a particular area of knowledge. To this end, a bibliographic survey was carried out on bibliometric, presenting its history, laws, indicators, as well as its operationalization using a software well disseminated in the academic community: Vosviewer.
KEYWORDS: Bibliometry; Lotka; Bradford; Zipf; VOSviewer.

1 I INTRODUÇÃO

A bibliometria é a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação (PRITCHARD, 1969), como por exemplo o artigo científico. Ela possibilita a medição das taxas de produtividade de centros de pesquisa e de pesquisadores individuais, detectando instituições e áreas com maiores potenciais de pesquisa (VANTI, 2002).

De acordo com Pinheiro (1983), Fonseca (1986) e Vanz (2003), o termo bibliometria foi usado pela primeira vez por Paul Otlet, em sua obra de 1934, intitulada *Traité de Documentatión*, para quantificar a ciência, utilizando-se da aplicação estatística nas fontes de informação.

Para Guedes e Borschiver (2005, p. 2), "bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da Informação". A bibliometria, em geral, é utilizada para avaliar a produtividade dos autores, realizar estudos de citações e avaliar a qualidade dos periódicos científicos (COSTA; LOPES; AMANTE, 2012).

É importante também diferenciar as quatro áreas quantitativas de análise científica: a bibliometria, a cienciometria, a infometria e a webometria (ARAÚJO, 2006). A bibliometria faz análise quantitativa de livros, documentos, revistas, artigos, autores, entre outros. A cienciometria analisa disciplinas, assuntos, áreas e campos. A infometria conta palavras, documentos, bases de dados, entre outros (MCGRATH, 1989). A webometria estuda as páginas (sítios) da *world wide web* (VANTI, 2002).

Os estudos bibliométricos colaboram com a sistematização das pesquisas realizadas num determinado campo científico na medida em que mapeiam as origens dos conceitos existentes e apontam as principais lentes teóricas usadas para investigar um assunto (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).

Apesar do termo bibliometria ser muito utilizado no Brasil, sabe-se pouco sobre a relevância e o rigor a serem aplicados nesses estudos. Especificamente na área de administração é escassa a literatura especializada sobre o tema (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). Nesse contexto, propõe-se colaborar com esta discussão, apresentando a bibliometria como trilha de conhecimento e pesquisa no desenvolvimento de estudos que buscam sistematizar a literatura acadêmica em uma determinada área de conhecimento.

Para atingir esse objetivo, este estudo apresenta uma breve discussão a

respeito da bibliometria, apresentando seu histórico, suas leis, indicadores, bem como a operacionalização da mesma usando um software bem difundido na comunidade acadêmica: o Vosviewer.

2 I HISTÓRICO DA BIBLIOMETRIA

Os estudos bibliométricos no mundo surgiram no Século XX (OLIVEIRA, 2018), desenvolvendo-se conforme apresentado no Quadro 1.

1917	Primeira aplicação - Francis J. Cole e Nellie B. Eales analisaram o que se pôde chamar, naquele momento, de "estatística bibliográfica".
1926	Lei de Lotka - Atestou que frentes de pesquisa são representadas por poucos autores que são muito produtivos numa linha de pesquisa.
1927	P. L. K. Gross e E. M. Gross realizaram uma análise baseada nas citações a periódicos de Química, sendo um marco nas medidas de impacto de revista.
1934	Lei de Bradford - Mediu a dispersão das publicações de artigos em periódicos e apontou os principais periódicos dedicados a uma temática.
1949	Lei de Zipf - Ranking de frequências das palavras ocorridas em um documento.
1955	Eugene Garfield publica artigo sobre índice de citação (GARFIELD, 2006).
Década 60	Popularização do termo 'bibliometria' por Pritchard; Uso para análise da ciência por Derek J. de Solla Price (Cientometria); Eugene Garfield cria o Índice de Citação da Ciência (Science Citation Index).
Década 70	Informática, base de dados, novas técnicas; demanda de indicadores de C&T. Obs: O Journal Citation Reports (JCR) começa a ser publicado em 1975, constituindo-se num "divisor de águas" em relação à década anterior.
Década 80	Recuperação da informação, mapeamento e modelagem (CAFÉ; BRÄSCHER, 2008); Subsídio à política Científica.

Quadro 1 - Cronologia da Bibliometria por Mugnaini (2013).

Fonte: adaptado de Mugnaini (2013).

No Quadro 1 percebe-se que a Lei de Lotka (1926), produtividade dos cientistas, a Lei de Bradford (1934), dispersão do conhecimento, e a Lei de Zipf (1949), distribuição e frequência das palavras nos textos, consolidaram-se, ao longo do tempo, como os três pilares da bibliometria (ARAÚJO, 2006).

Até 1984, nos trabalhos de bibliometria predominava o uso da Lei de Bradford (50% das publicações) e em segundo lugar estava a Lei de Lotka (14% das publicações) (ALVARADO, 1984), porém entre 1990 e 2005 a prevalência da Lei de Bradford como técnica de análise dá lugar à Análise de Citação (MACHADO, 2007), talvez devido à disponibilidade atual de ferramentas oferecidas pelas bases (MUGNAINI, 2013).

O periódico 'Ciência da Informação' possui o maior número de publicações brasileiras sobre bibliometria, seguido do '*Scientometrics*', um dos mais especializados mundialmente, e em terceiro está o *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* (MENEGHINI;

PACKER, 2010).

Após uma análise dos 40 anos de bibliometria no Brasil, Mugnaini (2013) concluiu que a bibliometria "atende a comunidade científica como um todo, dada a necessidade de compreensão e crítica dos critérios de avaliação propostos pela política científica nacional" (MUGNAINI, 2013, p. 10). O mesmo autor também observa, há alguns anos, a aplicação da bibliometria em planos metodológicos de diversas especialidades que buscam informações objetivas sobre a produção científica de sua área de estudo (MUGNAINI, 2013).

3 I AS TRÊS LEIS DA BIBLIOMETRIA

Estudos bibliométricos geraram as três leis clássicas conhecidas: Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf.

Lei de Lotka - Alfred Lotka utilizou 6891 artigos e 1325 autores em seus estudos de produtividade científica para o *Chemical Abstracts* e o *Auerbach's Geschichtstafeln der Physik*, respectivamente. Lotka descobriu que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores (LOTKA, 1926).

Exemplo prático da lei: Se 300 autores publicaram apenas um artigo numa determinada área, quantos publicaram 2 artigos? Basta dividir 300 por 2 ao quadrado, ou seja, $300/2^2$, que dá 75. Outra situação: Se 300 autores publicaram apenas um artigo numa determinada área, quantos publicaram 3 artigos? Basta dividir 300 por 3 ao quadrado, ou seja, $300/3^2$, que dá 33,33. E assim por diante. Vale observar que, para as ciências em geral, o número de autores decresce mais rapidamente que o inverso do quadrado, mais aproximadamente à lei do inverso do cubo $1/n^3$ (PRICE, 1963).

Lei de Bradford - Samuel C. Bradford utilizou 326 periódicos com 1332 referências para seu estudo inicial sobre a concentração e difusão de literatura sobre um dado tema (lubrificantes) presente em diferentes periódicos (BRADFORD, 1934). Desses 326 periódicos, 9 continham 429 artigos, 59 continham 499 artigos e 258 continham 404 artigos (ARAÚJO, 2006).

Para Bradford, poucos periódicos produzem muitos artigos e muitos periódicos produzem poucos artigos. Isso significa que o pesquisador que desejar encontrar artigos de maior relevância ou qualidade sobre um determinado assunto para referenciar seu estudo, vai encontrá-los em um núcleo de periódicos que produzem o maior número de artigos sobre esse assunto.

Essa lei sugere ao pesquisador que não adianta aumentar excessivamente a quantidade de periódicos para compor seu estudo, porque a soma dos artigos publicados nos periódicos mais importantes (mais consultados) não vai passar de uma quantidade que se estabilizará ou que tenderá a crescer muito pouco.

Lei de Zipf - George K. Zipf analisou a obra *Ulisses* de James Joyce e encontrou uma correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência de seu uso, concluindo

que existe uma regularidade na seleção e uso das palavras e que um pequeno número de palavras é usado com muito mais frequência. Essa regularidade era percebida quando se multiplicava a posição da palavra no ranking das mais citadas (Ex: Posição do Ranking 1 é a palavra mais citada no texto e Posição do Ranking 2 é a segunda palavra mais citada) e multiplicava pela sua frequência (Ex: a palavra mais citada teve 2653 frequências), resultando sempre numa valor semelhante, ou seja, uma constante K.

A lei de Zipf é comumente usada nas ciências sociais e conhecida como "a lei quantitativa fundamental da atividade humana". Ela indica para o pesquisador que as palavras mais usadas indicam o assunto do documento, porém é preciso analisar se ocorre variação dos termos ao longo do tempo nos trabalhos consultados e incluí-los na busca para poder encontrar todos os estudos com determinado assunto.

A lei de Zipf tem sido reformulada dando origem a várias derivações como combinação entre Zipf e Bradford (KENDALL, 1960), a distribuição Bradford/Zipf (BROOKES, 1968), a indexação a partir da análise de uma amostra representativa de documentos sobre determinado assunto (LUHN, 1959), o princípio geral do menor esforço (FAIRTHORNE, 1961) e a aplicação somente a palavras de alta frequência (PAO, 1978).

Para palavras de baixa frequência de ocorrência, Zipf propôs uma segunda lei, revisada e modificada por Booth, mais conhecida como lei de Zipf-Booth. Esta descreve que existem, nesse grupo de baixa frequência, muitas palavras com a mesma frequência (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Isso quer dizer que na distribuição de palavras de um texto há uma região crítica, ou ponto de transição entre as palavras de alta frequência e de baixa frequência. Nessa região de transição estariam as palavras de maior conteúdo semântico de um dado texto.

4 I INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS

Os indicadores bibliométricos são ferramentas de avaliação e podem ser divididos em: Indicadores de **qualidade científica** (relativos a opinião dos pares que avaliam as publicações pelos seus conteúdos), Indicadores de **atividade científica** (relativos ao número e distribuição dos trabalhos publicados, a produtividade dos autores, a colaboração na autoria dos trabalhos, bem como o número e distribuição das referências entre trabalhos e autores), Indicadores de **impacto científico** (relativos ao impacto dos trabalhos ou relativos ao impacto das fontes/revistas) e Indicadores de **associações temáticas** (a análise de citações e a análise de referências comuns) (COSTA; LOPES; AMANTE, 2012).

Um exemplo de indicador de impacto dos trabalhos é o número de citações recebidas. São quatro os tipos de citações: a) conceitual/operacional (relaciona ou não uma teoria com um método); b) orgânica/superficial (necessária ou não para a compreensão); c) evolutiva/justaposicional (quando o artigo é construído ou não sobre determinada citação); e d) confirmativa/negativa (concorda ou não com o pensamento do estudo citado)

(MORAVCSIK; MURUGESAN, 1979). Por outro lado, como indicadores de impacto das fontes bibliográficas, temos o fator de impacto das revistas, o índice de citação imediata e a influência das revistas.

As fontes de dados bibliométricos mais utilizadas são: JCR (*Journal Current Report*), *Scopus* e *SciELO*. A base mais ampla é a *Scopus*, portanto, os indicadores calculados por ela tendem a ser mais altos do que nas outras duas. A menor é a SciELO, e os fatores de impacto medidos nessa base serão todos menores do que nas outras duas. Os indicadores mais usados são o fator de impacto, as citações por documento citável e o índice "h" (BARATA, 2016).

O **Fator de Impacto** corresponde a um indicador de avaliação do impacto de revistas**,** que determina a frequência com que um artigo é citado. Na prática, o fator de impacto (FI) contabiliza as citações efetuadas, num dado ano, a documentos publicados nos 2 anos anteriores (COSTA; LOPES; AMANTE, 2012).

O **H-index** corresponde ao número de artigos de um determinado autor com, pelo menos, o mesmo número de citações (COSTAS et al., 2007, 193). É uma proposta para quantificar a produtividade e o impacto dos investigadores, baseando-se nos seus artigos mais citados. O cálculo é feito da seguinte forma: se o índice 'h' de um investigador for 9, quer dizer que, da totalidade de artigos publicados, esse investigador tem 9 artigos tendo, cada um deles, pelo menos 9 citações.

Os graus de centralidade e de intermediação também são indicadores importantes. Os graus de centralidade e intermediação são utilizados para analisar a estrutura de uma rede (OLIVEIRA, GRÁCIO, 2012).

O grau de centralidade considera todos os caminhos de uma rede e as conexões diretas de um nó com os outros, enquanto o grau de intermediação procura compreender os nós que ficam no caminho entre outros dois nós da rede (CARVALHO et al., 2013).

5 I BASES DE DADOS MAIS UTILIZADAS

Atualmente são duas as ferramentas bibliométricas mais usadas: a *Web of Science* e a *Scopus*. Estas cobrem uma gama de diferentes dados e usam diferentes métricas, pelo que deve ser sempre mantido em mente quando da sua utilização (COSTA; LOPES; AMANTE, 2012).

Web of Science (WoS) é uma interface para acesso ao conteúdo do *Science Citation Index*, em suas três versões: *Science, Social Sciences e Arts & Humanities*. A WoS foi hegemônica na indexação de títulos na produção científica mundial até 2004, quando a Elsevier lançou a *Scopus* (RODRIGUES; PASSOS; NEUBERT, 2018)**.**

A Scopus é uma base com proposta de disponibilizar uma cobertura mais abrangente de periódicos nacionais e regionais – principalmente aqueles publicados em países de língua não-inglesa, consistindo o principal diferencial em relação à *WoS* (MUGNAINI, 2013).

Quando comparadas as duas bases (WoS e Scopus), há uma cobertura mais abrangente da *Scopus* (RODRIGUES; PASSOS; NEUBERT, 2018). A coleta dos títulos brasileiros nas bases de dados forneceu os totais de 309 revistas na listagem da Scopus e 129 revistas na da Web of Science[1].

6 I APLICAÇÃO DA BIBLIOMETRIA USANDO SOFTWARE

Trabalhar com bases de dados de forma eficiente exige o conhecimento de ferramentas e suas formas de uso, assim evita-se desperdício de tempo (LIMA et al., 2018). Nesse sentido, existem algumas opções de programas de análise de redes publicamente disponíveis, como o Pajek[2] e o Gephi[3], assim como programas desenvolvidos especificamente para suportar pesquisas métricas, como o CiteSpace[4], o Sci2[5] e o VOSviewer[6] que oferecem rotinas para o resumo e visualização de grandes conjuntos de dados (MUGNAINI; FUJINO; KOBASHI, 2017). Para fins deste artigo, utilizamos o VOSviewer como alternativa para operacionalizar uma bibliometria.

VOSviewer é uma ferramenta de software para construção e visualização de redes bibliométricas. Essas redes podem incluir, por exemplo, periódicos, pesquisadores ou publicações individuais, e podem ser construídas com base em relações de citação, acoplamento bibliográfico, co-citação ou co-autoria (VOSVIEWER, 2019a). Os tipos de análises proporcionadas pelo software podem ser vistos no Quadro 2.

Tipo de análise	Conceito	Exemplo de pergunta
Co-authorship (Authors; Organizations; Countries).	Esta opção permite o mapeamento de autores, organizações e países, bem como das relações estabelecidas entre estes.	Que pesquisadores trabalham juntos? Como é a estrutura social de uma área de pesquisa?
Co-occurrence (All keywords; Author keywords; KeyWords Plus)	Mapeamento das palavras-chave dos artigos e das co-ocorrências destas palavras nos textos.	Que palavras-chave vêm sendo mais usadas em cada período determinado de tempo? Que palavras são usadas em conjunto? **Pressuposto:** Se as palavras se repetem em diversos documentos, os conceitos relacionados a estas palavras têm alguma ligação.

1 Consulta feita em 2019.
2 Pajek - http://mrvar.fdv.uni-lj.si/pajek/
3 Gephi - https:// gephi.org/
4 Citespace - http://cluster.cis.drexel. edu/~cchen/citespace/
5 Sci2 - https://sci2.cns.iu.edu/user/index.php
6 VOSviewer - http://www.VOSviewer.com/

Citation (Documents; Sources; Authors; Organizations)	Mapeamento dos artigos, periódicos, autores e organizações mais citados.	Quais são os trabalhos mais influentes? Onde o assunto é mais pesquisado? Que organizações são referência? **Pressuposto:** Autores, Trabalhos e Periódicos mais citados são mais influentes
Bibliographic coupling (Documents; Sources; Authors; Organizations; Countries)	Mapeia os trabalhos, autores, revistas, instituições que citam conjuntamente um mesmo documento.	Quais são os trabalhos e últimos *fronts* de pesquisa? **Pressuposto**: Quanto mais dois trabalhos citam trabalhos parecidos, mais seus conteúdos estão relacionados;
Co-citation (Cited references; Cited sources; Cited authors)	Mapeamento de trabalhos, periódicos e autores co-citados em trabalhos acadêmicos.	Que trabalhos são citados juntos? Quais são as organizações centrais neste campo de pesquisa? Qual é o grupo de autores citado sistematicamente por um grupo determinado de trabalhos? **Pressuposto:** Quanto mais dois trabalhos são citados juntos, mais seus conteúdos estão relacionados;

Quadro 2 - Tipos de análises proporcionados pelo software

Fonte: Zupic e Čater (2015); Lima (2017).

Abaixo segue um exemplo de uma pergunta e os passos a seguir no software *VOSviewer* após filtrar e exportar os dados bibliográficos das bases escolhidas pelo pesquisador (WoS, Scopus, PubMed).

Pergunta*: Como é a estrutura social de uma área de pesquisa? Ou seja, que pesquisadores trabalham juntos?*

Após baixar e instalar o VOSviewer (http://www.vosviewer.com/download), deve-se abri-lo e clicar em '*Map (Create)' (Fig. 1a)*.

Em seguida escolher a opção *'Read data from bibliographic database files' (Fig. 1b).* Esta opção permitirá a criação de mapas a partir da base de dados bibliográficos. Esses dados bibliográficos já devem ter sido filtrados e extraídos de alguma base, como por exemplo da *Web of Science* e/ou *Scopus.*

Após clicar em '*Next*', é aberta uma tela com várias opções de bases para escolha do pesquisador. Ex: *Web of Science, Scopus, Dimensions ou Pubmed* (Fig. 1.c). Seleciona-se o arquivo no computador e depois clicar em *'Next'*.

Uma nova aba será aberta (Fig. 1.d). Nela deve-se escolher o tipo de análise, conforme seu objetivo de pesquisa ou pergunta apresentada no Quadro 2.

A questão aqui analisada é 'Como é a estrutura social de uma área de pesquisa? ou seja, que pesquisadores trabalham juntos?'. Nesse caso o tipo de análise adequado pode ser '*Co-authorship*'. Já a unidade de análise adequada é '*Autor"*. O método de contagem

pode deixar '*full counting*'. A figura 1d mostra essas escolhas. Após essas definições, clique em *'Next'*.

Na tela seguinte (Fig. 1.e), define-se o número mínimo de ocorrências de co-autorias para montar um cluster, conforme tamanho dos seus dados ou baseado em sua própria experiência. No caso da figura 1.e, percebe-se que ao escolher 3 (três) como número mínimo, o número de autores analisados pelo algoritmo do software foi 7 (sete). Por isso que após o *'Next'* aparece o mapa (Fig. 1.f).

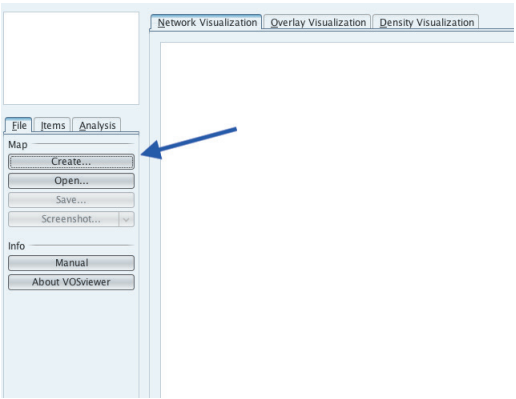


Fig. 1.a

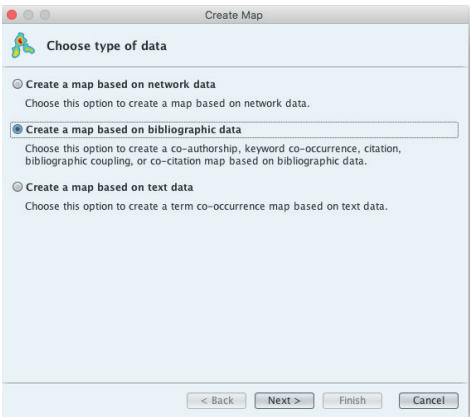


Fig. 1.b

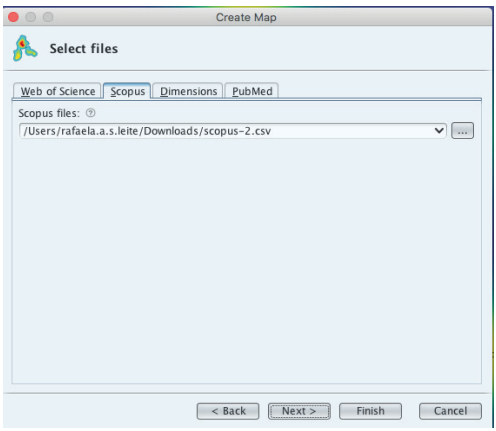


Fig. 1.c

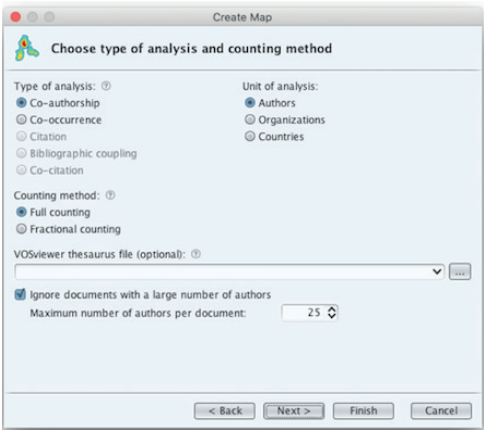


Fig. 1.d

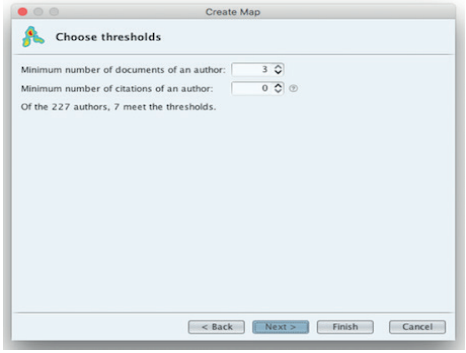


Fig. 1.e

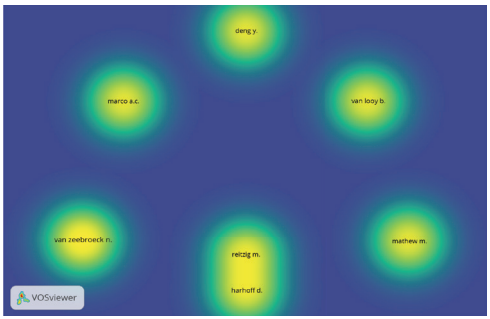


Fig. 1.f

Figura 1 - Telas do VOSviewer

Fonte: Vosviewer (2019b)

Vale ressaltar que o resultado (Fig. 1.f) pode ser modificado conforme parâmetros definidos no software e nos objetivos e metodologias da pesquisa. Ela pode trazer *insights*, além das relações de coautoria, como por exemplo a produtividade desses autores em relação aos seus pares (Lei de Lotka).

Esse foi só um dos caminhos seguidos dentro do software (um tipo de análise) e que buscou responder apenas uma pergunta, qual seja, 'Que pesquisadores trabalham juntos?', ou seja, a estrutura social de uma área de pesquisa.

Para essa pergunta, a figura 1.f mostra que o número de clusters criados foram 6 (seis), porém apenas 2 dois autores produzem juntos. Considerando que o total de trabalhos analisados foram 118, pode-se concluir que a estrutura social dessa área de pesquisa (valoração de patentes) é de pouca interação entre autores. Por que isso acontece nesse tema de pesquisa? A leitura dos artigos ou outras fontes podem esclarecer. O certo é que esse breve exemplo de uma operacionalização da bibliometria apontam lentes teóricas usadas para investigar um assunto.

7 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliometria, portanto, pode ser entendida como uma trilha de conhecimento e pesquisa complementar no desenvolvimento de estudos que buscam sistematizar a literatura acadêmica em determinado assunto. Tal complemento é alcançado na medida em que a quantificação de dados bibliográficos sobre determinado assunto pode responder questões como: Qual a estrutura social dos pesquisadores, ou seja, quem pesquisa em parceria? Quais os termos chave mais recorrentes? Quais trabalhos são mais influentes? Onde é mais pesquisado? Quem lidera os *fronts* de pesquisa? e, Qual é o grupo de autores

citados sistematicamente por outros?.

As respostas para tais questões, analisadas sob a ótica de leis e indicadores bibliométricos, podem gerar critérios para escolhas de leituras que devem compor determinado referencial teórico, estado da arte e discussão de resultados em um novo estudo, além de produzir *insights* para novos olhares sobre uma área.

Dependendo da área de estudo (assunto), pode ser necessário quantificar centenas ou milhares de dados bibliográficos. Por isso, o uso de softwares ajuda o pesquisador. Entre as alternativas úteis para realizar um bibliometria está o *VOSviewer*: ferramenta de software para construção e visualização de redes bibliométricas.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, R. U. A bibliometria no Brasil. **Ciência da informação**, v. 13, n. 2, 1984. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/200>.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **EM** , v. 12, n. 1, p. 11–32, 10 dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BARATA, R. de C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>.

BRADFORD, C. S. Sources of information on specific subjects. **Proceedings of the Estonian Academy of Sciences: Engineering**, v. 137, p. 85–86, 1934. Disponível em: <https://ci.nii.ac.jp/naid/10016754267/>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BROOKES, B. C. The derivation and application of the Bradford-Zipf distribution. **journal of Documentation**, v. 24, n. 4, p. 247–265, 1968. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/eb026457>.

CARVALHO, M. M.; FLEURY, A.; LOPES, A. P. An overview of the literature on technology roadmapping (TRM): Contributions and trends. Technological Forecasting and Social Change, v. 80, n. 7, p. 1418–1437, 2013.

CAFÉ, L. M. A.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 13, n. 1, p. 54–75, 1 jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1334>. Acesso em: 9 abr. 2019.

COSTA, T.; LOPES, S.; AMANTE, M. J. A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. In: Lisboa. **Anais**... In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

FAIRTHORNE, R. A. Towards information retrieval. 1961. Disponível em: <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201300514906>.

FONSECA, Edson Nery. (Org). Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Editora USP, 1986.

GARFIELD, E. Citation Indexes for Science. A New Dimension in Documentation through Association of Ideas. 1955. **International journal of epidemiology**, v. 35, n. 5, p. 1123–7; discussion 1127–8, out. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/ije/dyl189>.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005. Disponível em: <http://www.cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>.

KENDALL, M. G. The Bibliography of Operational Research. **The Journal of the Operational Research Society**, v. 11, n. 1-2, p. 31–36, 1 mar. 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/jors.1960.31>.

LIMA, P. N. de. **Análise Bibliométrica - Conceitos, Métodos e Softwares**. In: DISCIPLINA DE MÉTODOS QUALITATIVOS DE PESQUISA. Unpublished, , 2017. . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.36548.01928>.

LIMA, R. R. P. et al. Passos para Busca e Tratamento de dados de Patentes. In: RUSSO, S. L.; DA SILVA, M. B.; SANTOS, V. M. L. (Ed.). **Propriedade intelectual e gestão de tecnologias**. Aracajú: API, 2018. p. 247–256.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317–323, 1926. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24529203>.

LUHN, H. P. **Keyword-in-context Index for Technical Literature (KWIC Index)**. [s.l.] International Business Machines Corporation, Advanced Systems Division, 1959.

MACHADO, R. das N. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1918>.

MENEGHINI, R.; PACKER, A. L. The extent of multidisciplinary authorship of articles on scientometrics and bibliometrics in Brazil. **Interciencia**, v. 35, n. 7, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/339/33914381007/>.

MORAVCSIK, M. J.; MURUGESAN, P. Citation patterns in scientific revolutions. **Scientometrics**, v. 1, n. 2, p. 161–169, 1979. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/bf02016968>.

MUGNAINI, R. 40 anos de bibliometria no Brasil: da bibliografia estatística à avaliação da produção científica nacional. **Bibliometria e cientometria: reflexões teóricas e interfaces**, p. 37–58, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rogerio_Mugnaini/publication/262048420_40_anos_de_Bibliometria_no_Brasil_da_bibliografia_estatistica_a_avaliacao_da_producao_cientifica_nacional/links/0a85e5367f0a43dfbe000000/40-anos-de-Bibliometria-no-Brasil-da-bibliografia-estatistica-a-avaliacao-da-producao-cientifica-nacional.pdf>.

MUGNAINI, R.; FUJINO, A.; KOBASHI, N. Y. **Bibliometria e cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa cientî ca na Era do Big Data**. São Paulo: ECA/USP, 2017.

OLIVEIRA, L. B. de. **Indicadores da Produtividade Científica e Tecnológica sobre o Controle do Carrapato Boophilus Microplus, por Meio da Abordagem de Mineração de Dados**. 2018. UFS, 2018.

OLIVEIRA, F. T. DE; GRÁCIO, M. C. C. Visibilidade dos pesquisadores no periódico Scientometrics a partir da perspectiva brasileira: um estudo de cocitação. Em Questão2, v. 18, n. 3, p. 99–113, 2012.

PAO, M. L. Automatic text analysis based on transition phenomena of word occurrences. **Journal of the American Society for Information Science. American Society for Information Science**, NBS Monograph. v. 29, n. 3, p. 121–124, maio 1978. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/asi.4630290303>.

PINHEIRO, L. V. R. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. Ciência da Informação, Brasília, v. 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983.

RODRIGUES, R. S.; PASSOS, M. F. dos; NEUBERT, P. da S. Títulos brasileiros indexados em bases internacionais. **Inf. & Soc.:Est.,** v. 28, n. 1, p. 191–206, 2018.

VOSVIEWER. **Welcome to VOSviewer**. Disponível em: <http://www.vosviewer.com/>. Acesso em: 9 abr. 2019a.

VOSVIEWER. **VOSviewer**. [s.l: s.n.]

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429–472, 1 jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>.

VANZ, S. A. S. A bibliometria no Brasil: análise temática das publicações do periódico ciência da informação (1972-2002). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 5., 2003, Belo Horizonte MG, Anais... Belo Horizonte, ANCIB, 2003.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG). Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead e Especialista em Gestão Educacional. (FABRAS) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA).

MARISTELA CARNEIRO - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Econômico-financeira 83

Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361

Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51

Auditoria 83, 84, 86, 190

C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95

Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157

Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360

Comunidade de Aprendizagem 111, 362

Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418

Contabilidade Pública 83

Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360

Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357

Direito empresarial 6, 20

E

Educação Intercultural 1, 13, 14

Ensino Prisional 53, 55

Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

G

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

I

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

J

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

K

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

L

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

M

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

P

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

R

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

S

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021